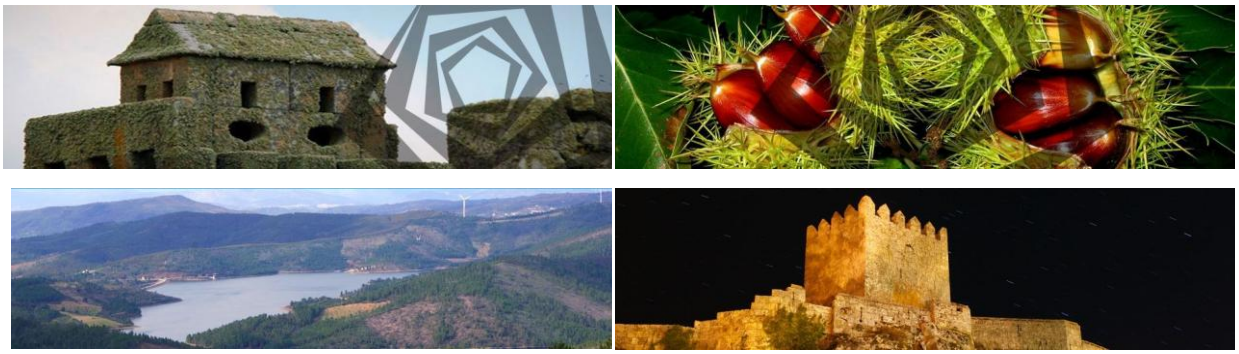


PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

ESTUDOS SETORIAIS DE CARATERIZAÇÃO

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE GERAL

Relatório 1 - Sabugal e o Contexto Regional

Relatório 2 - Planos, Compromissos e Intenções

Relatório 3 - Condições Económicas e Sociais

Relatório 4 - Caraterização Biofísica

Relatório 5 - História e Património

Relatório 6 - Rede Urbana

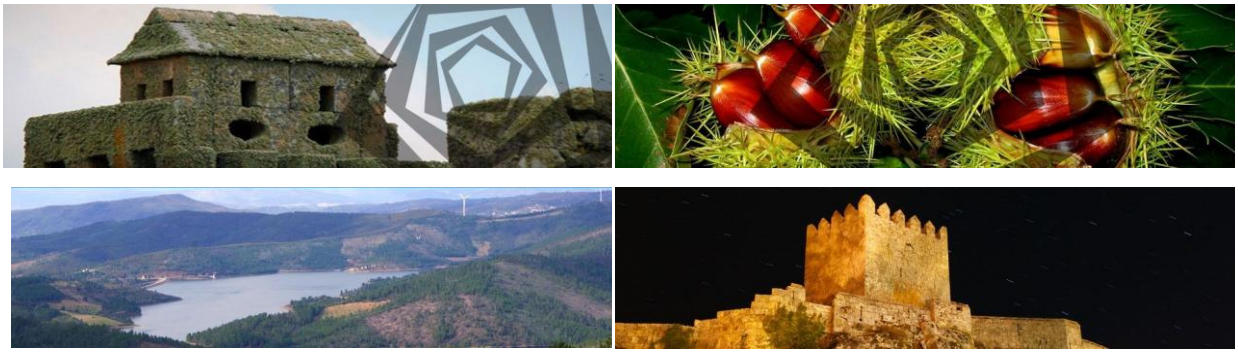
Relatório 7 - Habitação

Relatório 8 - Equipamentos de Utilização Coletiva

Relatório 9 - Rede Viária e Transportes

Relatório 10 - Infraestruturas Urbanas

Esta página foi deixada em branco propositadamente



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 01 _ SABUGAL E O CONTEXTO REGIONAL

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ Introdução e Enquadramento 3

1.1. Apresentação e Justificação da Revisão do Plano Diretor Municipal 3

1.2. Enquadramento Legal e Estrutura do Plano 6

2_ Sabugal e o Contexto Regional 10

2.1. Contexto Territorial 10

2.2. O Concelho do Sabugal – Considerações Gerais 13

2.2.1. Enquadramento Demográfico e Sócio-Económico 18

2.2.2. Povoamento e Estrutura Urbana 27

2.2.3. Quadro de Acessibilidades 28

2.2.4. Mobilidade e Complementaridades Económicas 30

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ Introdução e Enquadramento

1.1. Apresentação e Justificação da Revisão do Plano Diretor Municipal

O presente relatório foi elaborado no âmbito da 1ª Fase (Análise, Diagnóstico e Proposta Preliminar) da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Sabugal.

Em 2002 haviam decorrido quase oito anos desde a entrada em vigor do atual Plano Diretor Municipal (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/94, publicada no Diário da República n.º 259, I Série-B, de 9 de novembro de 1994), e o prazo de 10 anos estipulado para a vigência deste plano aproximava-se do fim. Assim, e em conformidade com a legislação relativa aos Instrumentos de Gestão Territorial (o Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro), e com o próprio regulamento do PDM (através do seu artigo 33º), a Câmara Municipal do Sabugal, em deliberação tomada em reunião de Câmara de 26 de julho de 2002, decidiu desencadear o processo de revisão deste documento.

O Concurso Público para a Revisão do PDM foi aberto através de anúncio publicado no D.R. n.º55, 3ª Série, de 6 de março de 2003.
Para além da aproximação do final de vigência do Plano, a Câmara Municipal iniciou o processo de revisão, por considerar necessária, e premente, a supressão de deficiências e a agilização da gestão do Plano, de modo a garantir um ordenamento do território mais adequado às realidades atuais do concelho e da região onde este se insere.

A 1ª revisão do PDM do Sabugal tem, então, por objetivos:

- Ajustar o Plano à realidade do concelho, através da atualização do seu conteúdo e do colmatar de deficiências e omissões detetadas, adequando-o, desta forma, às necessidades e anseios da população;
- Agilizar os mecanismos de operacionalização do Plano Diretor Municipal, por forma a garantir uma gestão urbanística rápida e eficaz;
- Proceder à articulação do PDM, nesta sua 1ª revisão, com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores que abrangem o concelho;
- Proceder à articulação do PDM com outros Planos Municipais de Ordenamento do Território, em elaboração;

- Corrigir possíveis incongruências entre o Regulamento e as Peças Desenhadas;
- Proceder à Revisão do Regulamento;
- Ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa ótica de contenção, procurando limitar o crescimento, à custa do preenchimento de áreas intersticiais.
- Estudar a implementação de novos pólos industriais e ajustar os limites dos existentes;
- Delimitar perímetros urbanos nos aglomerados rurais, uma vez que a ausência destes tem suscitado algumas dúvidas quanto aos critérios a utilizar no licenciamento de novas construções, dificultando o seu desenvolvimento ou, até, em alguns casos, contribuindo para a sua regressão populacional;
- Definir áreas urbanas/ urbanizáveis no interior dos aglomerados (úteis no processo de gestão urbana), dado que a sua inexistência tem influenciado o crescimento disperso, com todos os problemas que daí advêm em termos de ordenamento e de construção e manutenção de infraestruturas;
- Rever os princípios e regras de preservação do património cultural, e promover a proteção e valorização dos núcleos históricos, procurando assegurar a defesa do património edificado do Concelho;
- Rever os princípios e regras de proteção do património natural, através da adequação das restrições impostas a intervenções em áreas rurais, por forma a preservar o ambiente e o património paisagístico do Concelho;
- Enquadrar e estudar a viabilidade de alguns investimentos programados, tais como a implementação do sistema de saneamento básico do Concelho, a reestruturação da rede viária municipal e outras propostas de intervenção;
- Suprimir as deficiências e as desatualizações ao nível da representação, quer na Planta de Ordenamento, quer na de Condicionantes, compatibilizando, inclusivamente, a escala destas Plantas, já que a Planta de Ordenamento está à escala 1:50 000 e as de Condicionantes (RAN e REN) estão a 1:25 000;
- Proceder à compatibilização da realidade do concelho e das Propostas de Ordenamento com a delimitação da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional por forma a que, por exemplo, não subsistam situações de aglomerados que, não tendo definido um perímetro, estão integrados em REN;
- Verificar e ajustar a base cartográfica em formato digital;
- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;

- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Proceder à reestruturação da Rede Viária (PRN 2000) e considerar o traçado de novas infraestruturas viárias (nomeadamente de novas variantes) na definição de uma proposta de ordenamento;
- Regulamentar a integração paisagística de edificações de apoio às atividades agrícola e industrial;
- Promover a requalificação de alguns aglomerados, através da criação de espaços verdes e da proposta de novas áreas de equipamentos coletivos;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais.

Um outro fator preponderante na decisão de rever o PDM prende-se com a necessidade, de digitalização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, em especial dos PDM.

A 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal do Sabugal deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional. O processo de revisão deverá ser pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, alicerçada em estudos de caracterização, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as *realidades-problema* do concelho.

Importa realçar que o presente relatório, e as peças desenhadas associadas, tiveram a sua primeira versão em junho de 2004, tendo posteriormente sido retificados na sequência da consulta aos diferentes departamentos camarários em dezembro de 2007. A versão que agora se apresenta resulta já da concertação acordada aquando da reunião da Comissão Mista de Coordenação onde o Plano foi apreciado, e dos pareceres das entidades recebidos na sequência dessa mesma reunião. Chama-se a atenção para o facto das alterações que decorreram da consulta aos departamentos camarários e dos pareceres das entidades se traduzirem essencialmente em completagens de informação, retificação de incorreções ou colmatação de omissões.

Assim, salvo as exceções devidamente identificadas e onde a atualidade da informação se considerou fundamental para a coerência e aplicabilidade futura dos documentos, não houve lugar a atualizações, sendo que a maior parte dos dados apresentados se reporta à data de elaboração do documento, ou seja, o ano de 2004.

1.2. Enquadramento Legal e Estrutura do Plano

O enquadramento jurídico para elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) é estabelecido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT definido pelo D.L. n.º 380/99 de 22 de setembro, alterado e republicado pelo D.L. n.º 46/2009 de 20 de fevereiro), que veio introduzir alterações significativas ao regime anterior (estabelecido pelo D.L. n.º 69/90 de 2 de março), nomeadamente em relação ao conteúdo dos PMOT.

Assim, e de acordo com a legislação que atualmente regulamenta os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), o Plano Diretor Municipal "*estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal*" (artigo 84º do RJIGT).

Este Plano é de elaboração obrigatória e de acordo com o artigo 85º, "*define um modelo de organização municipal do território nomeadamente estabelecendo:*

a) A caracterização económica, social e biofísica, incluindo da estrutura fundiária da área de intervenção;

b) A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;

c) A definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;

d) Os objetivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações propostas;

e) A referenciação espacial dos usos e das atividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços;

f) A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;

g) A definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;

h) A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal;

i) A definição de programas na área habitacional;

j) A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;

l) A definição de unidades operativas de planeamento e gestão, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respetivos objetivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;

m) A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas;

n) A identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como das necessárias à concretização dos planos de proteção civil de caráter permanente;

o) As condições de atuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;

p) As condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;

q) A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;

r) Os critérios para a definição das áreas de cedência, bem como a definição das respetivas regras de gestão;

s) Os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão;

t) A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis;

u) O prazo de vigência e as condições de revisão."

Em termos de **conteúdo documental**, e de acordo com o n.º 1 do artigo 86º do RJIGT, o PDM *é constituído por:*

a) *Regulamento;*
b) *Planta de ordenamento, que representa o modelo de estrutura espacial do território municipal de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos e ainda as unidades operativas de planeamento e gestão definidas;*
c) *Planta de condicionantes, que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.*

Ainda de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, o PDM é *acompanhado por:*

a) *Estudos de caracterização do território municipal;*
b) *Relatório, que explicita os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução;*
c) *Relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos;*
d) *Programa de execução, contendo designadamente disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas.*

Os demais elementos que acompanham o PDM são especificados pela Portaria no 138/05, de 2 de fevereiro e compreendem:

a) *Planta de enquadramento regional, elaborada a escala inferior à do plano diretor municipal, com indicação dos municípios limítrofes, centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação e outra infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município, bem como a delimitação da área de intervenção dos demais instrumentos de gestão territorial em vigor para a área do município;*
b) *Planta da situação existente, com a ocupação do solo, à data de elaboração do plano;*
c) *Relatório e ou planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor, substituível por declaração de câmara municipal comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano*
d) *Carta da estrutura ecológica municipal;*
e) *Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação.*

2_ Sabugal e o Contexto Regional

2.1. Contexto Territorial

A avaliação do grau de integração de determinada parcela do território no contexto nacional e regional é um exercício essencial para a avaliação das reais possibilidades de desenvolvimento, bem como para a identificação das condicionantes externas. Com efeito, o conhecimento destes dois fatores é indispensável à aplicação de estratégias de gestão e de intervenção no território regional que permitam o aproveitamento integrado das especificidades de cada território concelhio.

Esta análise é essencial, mesmo no caso do concelho do Sabugal, que, apesar da sua importância no contexto regional e sub-regional, apresenta algumas debilidades que poderão condicionar o seu desenvolvimento, relacionadas, essencialmente, com a sua localização no interior serrano, que o deixa afastado dos órgãos centrais de decisão, e com a tendência para o duplo envelhecimento da população, que apesar de enquadrável na região em que insere, assume contornos preocupantes.

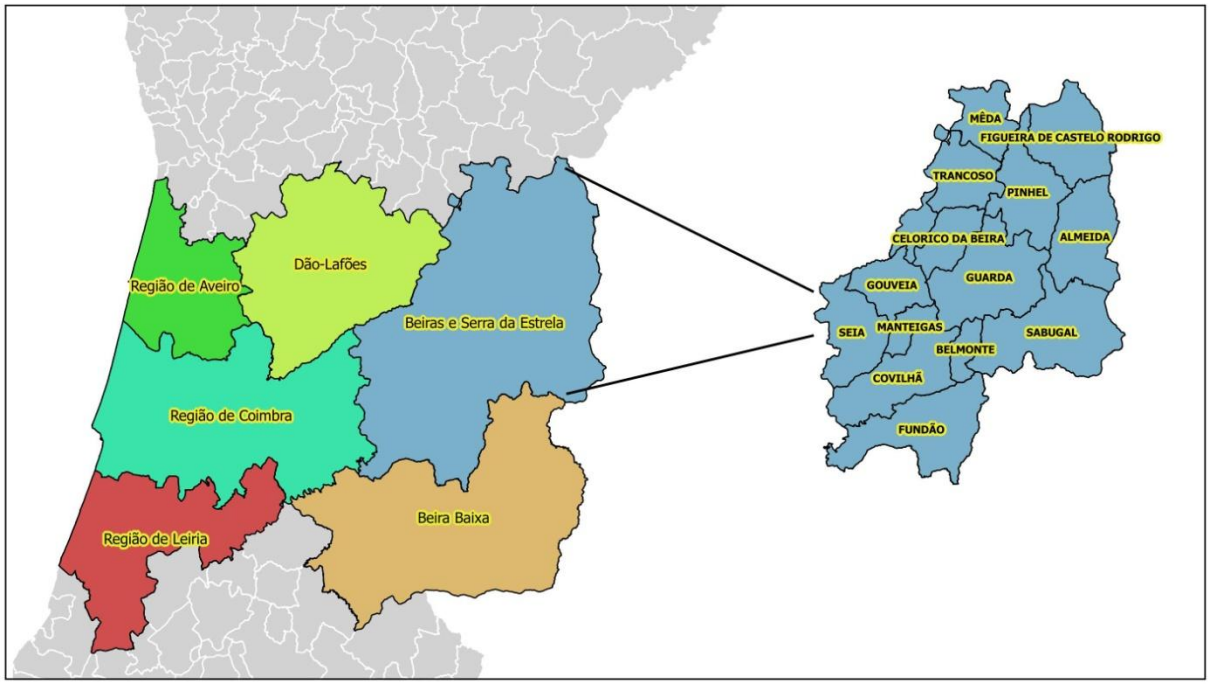
Nos últimos anos, foram introduzidas algumas melhorias nas mais diversas áreas (acessibilidades, especialmente na componente interna, equipamentos, infraestruturas básicas, etc.) que constituem o sustentáculo para o desenvolvimento efetivo do concelho.

Ao nível das **Infraestruturas Viárias**, por exemplo, é de destacar o esforço que a autarquia tem despendido na melhoria das características geométricas e na recuperação das estradas municipais, cujos pavimentos se encontram, atualmente, e de uma maneira geral, em bom estado de conservação.

Já no que se refere às **Infraestruturas Urbanas**, as melhorias introduzidas passam pela dotação com rede de saneamento e abastecimento de água de quase todos os aglomerados do concelho, e pela instalação de ecopontos.

Ao nível dos **equipamentos**, há a destacar uma dotação razoável, em termos globais e quantitativos, do concelho do Sabugal, sendo de destacar as intervenções efetuadas ao nível do apoio à 3º idade (que, dado o quadro evolutivo atual, deverá continuar a constituir uma preocupação da Administração Local), e ao nível dos equipamentos desportivos (implementação da piscina, do pavilhão desportivo e do estádio municipal, por exemplo. Contudo, o apoio à 3º idade, o reordenamento da rede escolar e da rede de extensão de centro de saúde, deve constituir objeto de análise atenta nos próximos anos.

Figura 1: O concelho do Sabugal na Região Centro e na sub-região da Beira Interior Norte



O concelho do Sabugal está integrado na **Região Centro** e na **Sub-região da Beira Interior Norte**, da qual fazem parte os concelhos de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel e Trancoso. Os 104.417 habitantes deste conjunto de concelhos distribuíam-se, em 2011, pelos 4.069 Km^2, conduzindo a um valor de densidade populacional realmente baixo (25,7 hab/km^2) quando comparado com a média nacional (114,5 hab/km^2) e consideravelmente inferior à densidade populacional da Região Centro, que, à mesma data, era de aproximadamente 82,6 hab/km^2.

Pertence ainda ao **distrito da Guarda**, juntamente com os concelhos de Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Guarda, Gouveia, Manteigas, Mêda, Pinhel, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Coa. A sua localização, no sudeste do distrito da Guarda, fá-lo ter fronteira com os concelhos de Guarda, de Almeida, Belmonte, Fundão e Penamacor.

No que respeita especificamente ao concelho do Sabugal, os 12.544 habitantes, residentes no concelho em 2011, distribuídos pelos seus 822,7 Km^2 representavam uma densidade populacional de 15,3 hab/km^2, o que, tanto no contexto nacional, como no da Região Centro, é um valor significativamente baixo.

Acresce referir que o Sabugal pertence à **Associação de Municípios da Cova da Beira**, em conjunto com Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel e Trancoso.

2.2. O Concelho do Sabugal – Considerações Gerais[1]

Neste capítulo faz-se uma breve caracterização do concelho de acordo com alguns parâmetros e indicadores sócio-económicos e demográficos ressalvando-se que a análise será aprofundada nos subsequentes capítulos do relatório.

O concelho do Sabugal ocupa uma área de 822,7 Km^2, o que equivale a cerca de 20,2% da área total da sub-região da Beira Interior Norte e 3,5% da Região Centro.
Com a aplicação da Lei 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, o Município do Sabugal passou a ser composto por vinte e sete freguesias. **Contudo, o tratamento dos dados estatísticos far-se-á de acordo com a anterior organização, com as quarenta freguesias, pelo facto de ainda se encontrarem disponíveis dessa forma.**

A reestruturação resultou na seguinte constituição: União de freguesias Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos, União de freguesias Lajeosa e Forcalhos, União de freguesias Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, União de freguesias de Ruivina, Ruivós e Vale das Éguas, União de freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António, União de freguesias de Santo Estêvão e Moita, União de freguesias de Seixo do Coa e Vale Longo, Águas Belas, Aldeia do Bispo, Aldeia da Ponte, Aldeia Velha, Alfaiates, Baraçal, Bendada, Bismula, Casteleiro, Cerdeira, Foios, Malcata, Nave, Quadrazais, Quinta de São Bartolomeu, Rapoula do Coa, Rebolosa, Rendo, Sortelha, Souto, Vale de Espinho, Vila Boa, Vila do Touro.

[1] Apesar das alterações ocorridas em 2002 ao nível do enquadramento geográfico-administrativo, optou-se por recorrer ainda aos valores relativos às NUT 2001, por forma a que as comparações efetuadas ao longo deste sub-capítulo incidam sobre as mesmas áreas geográficas.

Figura 2: Freguesias no concelho do Sabugal



Apenas a freguesia do Sabugal (onde se situa a sede de concelho) é considerada (pelo INE) Área Mediamente Urbana, sendo as restantes de cariz rural. Além da cidade do Sabugal, que é indubitavelmente o maior centro urbano do concelho, na rede urbana destaca-se a sede de freguesia do Soito, já que as restantes povoações, são, na generalidade, de menores dimensões.

No quadro seguinte, apresentam-se as áreas e populações das freguesias do concelho do Sabugal em 2011:

Quadro 1: Freguesias do concelho do Sabugal

Freguesias	Área (Km^2)	%	População Residente	%	Freguesias	Área (Km^2)	%	População Residente	%
Águas Belas	14,1	1,7	175	1,4	Pena Lobo	16,6	2,0	141	1,1
Aldeia do Bispo	12,7	1,5	286	2,3	Pousafoles do Bispo	18,9	2,3	277	2,2
Aldeia da Ponte	33,9	4,1	317	2,5	Quadrazais	39,6	4,8	457	3,6
Aldeia da Ribeira	28,7	3,5	131	1,0	Quinta de S. Bartolomeu	8,8	1,1	180	1,4
Aldeia de Sto António	30,6	3,7	798	6,4	Rapoula do Coa	7,9	1,0	195	1,6
Aldeia Velha	18,9	2,3	431	3,4	Rebolosa	11,1	1,3	222	1,8
Alfaiates	28,0	3,4	331	2,6	Rendo	22,4	2,7	278	2,2
Badamalos	13,4	1,6	96	0,8	Ruivós	11,1	1,3	70	0,6
Baraçal	17,4	2,1	190	1,5	Ruvina	7,0	0,8	112	0,9
Bendada	36,0	4,4	580	4,6	Sabugal	31,6	3,8	1943	15,5
Bismula	15,4	1,9	193	1,5	Santo Estêvão	23,6	2,9	310	2,5
Casteleiro	43,7	5,3	365	2,9	Seixo do Coa	18,2	2,2	171	1,4
Cerdeira	24,1	2,9	229	1,8	Sortelha	43,3	5,2	444	3,5
Foios	24,3	2,9	362	2,9	Soito	30,4	3,7	1224	9,8
Forcalhos	18,4	2,2	88	0,7	Vale das Éguas	4,0	0,5	39	0,3
Lageosa	14,8	1,8	201	1,6	Vale de Espinho	38,2	4,6	393	3,1
Lomba	5,5	0,7	57	0,5	Valongo	8,0	1,0	47	0,4
Malcata	21,8	2,6	332	2,6	Vila Boa	10,7	1,3	243	1,9
Moita	6,8	0,8	103	0,8	Vila do Touro	22,5	2,7	183	1,5
Nave	19,8	2,4	230	1,8	Vilar Maior	24,8	3,0	120	1,0
					Total	**826,7**	**100,0**	12544	**100**

Fonte: INE, Censos 2011

A análise do quadro anterior permite distinguir, fundamentalmente, duas freguesias de entre as quarenta, e que são precisamente as freguesias onde se inserem os principais centros urbanos do concelho: Sabugal (15,5% da população residente em 2011) e Souto (9,8% da população residente em 2011). Em conjunto, estas duas freguesias representam 25% da população residente no concelho. A cidade do Sabugal constitui, como seria de esperar, o principal pólo aglutinador de população, uma vez que, sendo sede de concelho, concentra os serviços e equipamentos de maior importância.

Quadro 2: Evolução da População Residente nas freguesias do concelho do Sabugal, entre 1981 e 2011

Freguesias	População Residente				Crescimento Pop. (%)			
	1981	1991	2001	2011	81/91	91/01	01-11	81/11
Águas Belas	346	304	220	175	-12,1	-27,6	-20,5	-49,4
Aldeia do Bispo	385	433	395	286	12,5	-8,8	-27,6	-25,7
Aldeia da Ponte	533	434	340	317	-18,6	-21,7	-6,8	-40,5
Aldeia da Ribeira	312	246	198	131	-21,2	-19,5	-33,8	-58,0
Aldeia de Santo António	644	675	786	798	4,8	16,4	1,5	23,9
Aldeia Velha	647	494	490	431	-23,6	-0,8	-12,0	-33,4
Alfaiates	519	499	419	331	-3,9	-16	-21,0	-36,2
Badamalos	216	153	99	96	-29,2	-35,3	-3,0	-55,6
Baraçal	342	287	242	190	-16,1	-15,7	-21,5	-44,4
Bendada	948	952	677	580	0,4	-28,9	-14,3	-38,8
Bismula	298	226	198	193	-24,2	-12,4	-2,5	-35,2
Casteleiro	721	563	512	365	-21,9	-9,1	-28,7	-49,4
Cerdeira	382	385	262	229	0,8	-31,9	-12,6	-40,1
Foios	471	454	410	362	-3,6	-9,7	-11,7	-23,1
Forcalhos	207	147	108	88	-29	-26,5	-18,5	-57,5
Lageosa	339	215	258	201	-36,6	20	-22,1	-40,7
Lomba	115	98	74	57	-14,8	-24,5	-23,0	-50,4
Malcata	500	359	351	332	-28,2	-2,2	-5,4	-33,6
Moita	261	202	173	103	-22,6	-14,4	-40,5	-60,5
Nave	413	288	273	230	-30,3	-5,2	-15,8	-44,3
Pena Lobo	262	192	177	141	-26,7	-7,8	-20,3	-46,2
Pousafoles do Bispo	516	402	338	277	-22,1	-15,9	-18,0	-46,3
Quadrazais	709	581	473	457	-18,1	-18,6	-3,4	-35,5
Quinta de São Bartolomeu	320	261	217	180	-18,4	-16,9	-17,1	-43,8
Rapoula do Coa	332	265	249	195	-20,2	-6	-21,7	-41,3
Rebolosa	323	245	205	222	-24,1	-16,3	8,3	-31,3
Rendo	560	420	342	278	-25	-18,6	-18,7	-50,4
Ruivós	89	82	68	70	-7,9	-17,1	2,9	-21,3
Ruvina	118	149	127	112	26,3	-14,8	-11,8	-5,1
Sabugal	2181	2366	2174	1943	8,5	-8,1	-10,6	-10,9
Santo Estêvão	483	419	360	310	-13,3	-14,1	-13,9	-35,8
Seixo do Coa	372	286	233	171	-23,1	-18,5	-26,6	-54,0
Sortelha	833	701	579	444	-15,8	-17,4	-23,3	-46,7
Soito	1208	1433	1419	1224	18,6	-1	-13,7	1,3
Vale das Éguas	89	69	48	39	-22,5	-30,4	-18,8	-56,2
Vale de Espinho	732	585	512	393	-20,1	-12,5	-23,2	-46,3
Valongo	157	106	68	47	-32,5	-35,8	-30,9	-70,1
Vila Boa	410	379	330	243	-7,6	-12,9	-26,4	-40,7
Vila do Touro	403	376	299	183	-6,7	-20,5	-38,8	-54,6
Vilar Maior	231	188	168	120	-18,6	-10,6	-28,6	-48,1
Total	**18927**	**16919**	**14871**	**12544**	**-10,6**	**-12,1**	**-15,6**	**-33,7**

Fonte: INE, Censos 2011

Numa primeira abordagem, a análise do Quadro 2 permite concluir que o concelho tem vindo a sofrer um acentuado decréscimo demográfico, tendo perdido, entre 1981 e 2011, mais de 30% da sua população (6.383 habitantes).

Entre 1991 e 2001, vinte, das quarenta freguesias sofreram decréscimos populacionais superiores a 15%, e destas, sete ultrapassaram o valor de 25%. As únicas exceções ao decréscimo generalizado na população residente foram as freguesias de Aldeia de Santo António (16,4%) e Lageosa (20%), que no período intercensitário anterior, percentualmente, foi a que perdeu mais população, com uma variação de cerca de -36%.

Analisando a variação da população residente entre 2001 e 2011, verifica-se que foram vinte e três as freguesias que perderam mais de 15% da sua população. Foram nove as freguesias que apresentaram taxas de decréscimo superiores a 25% - embora não tenham sido as mesmas a registarem semelhante diminuição. Podem-se destacar as freguesias de Aldeia da Ribeira, Moita, Valongo e Vila do Touro - onde se verificaram reduções populacionais na ordem dos 30% e superiores - como aquelas que, nesta época, mais sofreram com o êxodo rural. Nesta década, o concelho perdeu cerca de 15% da sua população (2.327 habitantes). O único sinal positivo de uma ansiada recuperação em termos demográficos foi o aumento continuado da população residente, embora pouco significativo em relação ao decénio anterior, na freguesia da Aldeia de Santo António (1,5%), muito provavelmente devido à proximidade à cidade do Sabugal, com acesso direto através da EM542, e nas freguesias de Rebolosa (8,3%) e Ruivós (2,9%).

Finalmente, fazendo o cômputo dos 30 anos (1981-2011), conclui-se que as freguesias de Aldeia da Ribeira, Badamalos, Forcalhos, Moita, Vale das Éguas e Valongo perderam mais de 55% da sua população (um total de 738 habitantes), tendo esta última registado um assustador decréscimo de 70% (que corresponde a 110 habitantes).

Em conclusão, pode-se afirmar que a perda de população se tem estendido a quase todas as freguesias do concelho, embora seja marcadamente mais acentuada e preocupante numas que noutras. A situação tem-se agravado nos anos mais recentes, tendo-se registado perdas mais acentuadas. Assinala-se até a cidade do Sabugal, que, entre 2001 e 2011, perdeu aproximadamente 231 habitantes (10,6% da sua população residente).

2.2.1. Enquadramento Demográfico e Sócio-Económico

Esta análise será efetuada a dois níveis: sub-regional (sub-região da Beira Interior Norte) e regional (região Centro). Poderão, assim, ser estabelecidas comparações e identificados dinamismos e bloqueios, não só no domínio demográfico, mas também no plano sócio-económico.

De acordo com os resultados definitivos do XV Recenseamento Geral da População e da Habitação, a sub-região da Beira Interior Norte representava, em 2011, aproximadamente, 4% da população da região Centro. No mesmo ano, o Sabugal possuía um total de 12.544 habitantes, isto é, 12% da população desta sub-região e pouco mais de 0,5% do total da região Centro.

Os concelhos que mais contribuem para o quantitativo populacional da sub-região da Beira Interior Norte são, como seria de esperar, a Guarda (com 41% da população total da sub-região), o Sabugal (12%), Pinhel (9%) e Trancoso (9%). É interessante constatar que todos estes municípios, têm como sede uma cidade. Os restantes concelhos apresentam valores relativamente baixos de população residente, sendo que Manteigas assume o valor mais baixo (3.430 habitantes). É ainda importante salientar que, tanto o Sabugal, como Pinhel e Trancoso, e à semelhança do que acontece com os outros concelhos da sub-região da Beira Interior Norte, estão claramente a perder importância demográfica - muito provavelmente, parte da sua própria população - em detrimento de outros núcleos urbanos, inclusivamente a Guarda. Contudo, note-se que, no contexto sub-regional, o Sabugal, e apesar das perdas que tem registado, continua a ser o segundo concelho com mais população: como referido, em 2011, 12% da população da Beira Interior Norte residia no Sabugal, ainda que, em 1991, este valor tenha sido de 14,3%.

O quadro que se segue é representativo da pressão demográfica na região Centro do país e na sub-região da Beira Interior Norte.

Quadro 3: População Residente e Densidade Populacional nos concelhos da Beira Interior Norte

Unidade Territorial	População Residente				Área	Densidade Populacional			
	1981	1991	2001	2011	(Km²)	1981	1991	2001	2011
Região Centro	1763119	1721650	1782178	2327755	23676	74,5	72,7	75,3	82,6
Beira Interior Norte	130104	118513	115325	104417	4068,8	32	29,1	28,3	25,7
Almeida	10524	10040	8423	7242	520,6	20,2	19,3	16,2	14
Celorico da Beira	10269	8875	8875	7693	249,9	41,1	35,5	35,5	31,1
Figueira de Castelo Rodrigo	9140	8105	7158	6260	508,6	18	15,9	14,1	12,3
Guarda	40360	38765	44083	42541	717,9	56,2	54	61,4	59,7
Manteigas	4493	4192	3833	3430	108,6	41,4	38,6	35,3	28,1
Meda	8964	7440	6239	5202	285,9	31,4	26	21,8	18,2
Pinhel	14328	12693	10954	9627	486,2	29,5	26,1	22,5	19,9
Sabugal	**18927**	**16919**	**14871**	**12544**	**826,7**	**22,9**	**20,5**	**18**	**15,3**
Trancoso	13099	11484	10889	9878	364,5	35,9	31,5	29,9	27,3

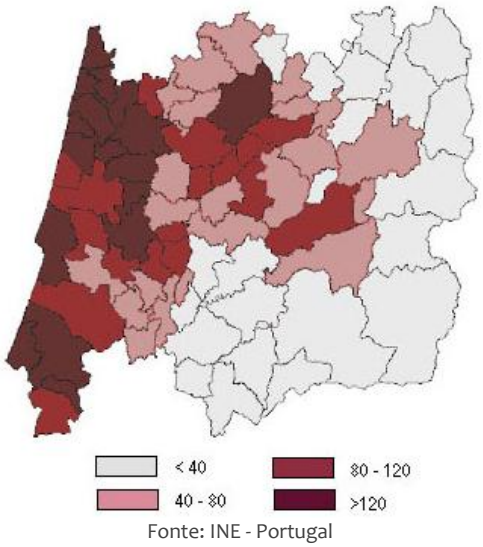
Fonte: INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011.

De acordo com os dados dos Censos 2011, a população residente na região Centro registou uma ligeira diminuição, não obstante, na última década censitária, a população em torno dos núcleos urbanos de maior importância, ter aumentado, particularmente sentido na faixa litoral da região.

A disparidade existente entre o litoral e o interior, continua a ser por demais evidente, tendo-se, inclusivamente, agravado, com uma concentração populacional nas sub-regiões do Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral, que representa mais de metade da população regional.

Em 2011, os valores mais altos do indicador densidade populacional na sub-região em análise, verificam-se nos concelhos da Guarda (59,7 hab/Km²), de Celorico da Beira (31,1 hab/Km²) e de Manteigas (28,1 hab/Km²), com valores inferiores à média subregional. Porém, mais uma vez se realça que, na última década 01-11, todos os concelhos da sub-região têm vindo a perder população, o que se reflete de forma dramática no decréscimo dos valores de densidade populacional.

Figura 3: Densidade Populacional por concelho da Região Centro, em 2001



Fonte: INE - Portugal

No interior, uma outra tendência que se tem vindo a acentuar é a progressiva concentração da população nos principais aglomerados, à custa da desertificação das zonas rurais.

No concelho do Sabugal a densidade populacional varia entre os 64,8 hab/Km^2, na freguesia do Sabugal, e os 4,4 hab/Km^2, na freguesia da Aldeia da Ribeira, encontrando-se, na maior parte dos casos, densidades populacionais baixas.

Se se cruzar a informação relativa à distribuição da população por dimensão do lugar, toda a população do Concelho vive em lugares até 1999 habitantes, pelo que se pode concluir que a distribuição espacial da população assenta na polarização de pequenos lugares isolados e relativamente dispersos, levantando preocupações legítimas na construção de respostas sociais, económicas e urbanas com vista ao desenvolvimento territorial.

Como já se teve oportunidade de referir, o município do Sabugal registou, entre 1981 e 2011 um decréscimo populacional, apresentando assim, uma fraca capacidade de atração e de fixação demográfica. A perda de população verificada na maior parte das freguesias, é perfeitamente justificável e enquadrável no contexto sócio-económico da época e da parcela territorial em que o concelho de insere. Outrora associada a fenómenos de emigração, atualmente reside essencialmente nos valores assumidos pela taxa de crescimento natural.

De acordo com os Censos 2011, a **taxa de crescimento natural** - que relaciona a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos com o total da população - , era, para o concelho do Sabugal, de –19,6%, constituindo assim uma preocupação já que este era o valor mais baixo da sub-região da Beira Interior Norte (que apresentava uma média de -8,3%). Na mesma altura, a **taxa de crescimento migratório** – que relaciona a diferença entre o número de entradas e o número de saídas – era de 0,09%, o que representa um valor superior ao da sub-região da Beira Interior Norte (-0,27%), e vem minimizar a perda de população do concelho causada pela componente natural.

O quadro seguinte permite constatar que, em 2011, a **taxa de natalidade** do concelho do Sabugal (3,9‰) era inferior à média dos concelhos da Beira Interior Norte (6,3‰), e da Região Centro (7,9 ‰). O indicador observou uma diminuição de dois pontos percentuais, no concelho, no período intercensitário 2001-2011.

Já no que diz respeito à **taxa de mortalidade**, em 2011, o Sabugal, ficava mais uma vez em desvantagem quando comparado com sua sub-região (23,7‰ contra 14,7‰, respetivamente), e com a totalidade da região Centro (11,3‰). O indicador registou um aumento de cerca quatro pontos percentuais, no concelho.

Quadro 4: Taxa de natalidade e mortalidade (2001, 2011)

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade (‰)		Taxa de Mortalidade (‰)	
	2001	2011	2001	2011
Região Centro	9,5	7,9	11,4	11,3
Sub-Região da Beira Interior Norte	7,9	6,3	13,9	14,7
Almeida	7,6	5,3	14,7	20,5
Celorico da Beira	6,2	5,6	15,2	16,2
Figueira de Castelo Rodrigo	6,3	9,4	16,6	17,1
Guarda	10,1	7,7	10,4	10,1
Manteigas	4,4	4,1	14,8	14,3
Meda	7,1	5	16,3	18,4
Pinhel	7,3	4,3	14,5	14,4
Sabugal	**6,0**	**3,9**	**19,9**	**23,7**
Trancoso	6,8	6,3	14,7	14,7

Fonte: INE, 2001, 2011.

Da análise do quadro seguinte destaca-se, pela sua clara evidência, o aumento do **índice de envelhecimento** em todos os concelhos da sub-região da Beira Interior Norte. No caso específico do Sabugal, este indicador situava-se, em 2011, nos 513,4%, constituindo o valor mais elevado da globalidade dos concelhos da sub-região, seguido por concelhos como Almeida (451,5%) ou Meda (342,5%), onde existiam, em 2011, mais de 300 idosos para cada 100 jovens.

Quadro 5: Índices de evolução da estrutura etária nos concelhos da sub-região da Beira Interior Norte

Unidade Territorial	Índice de Envelhecimento (%)			Índice de Dependência de Idosos (%)			Índice de Dependência de Jovens (%)			Índice de Dependência total (%)		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Região Centro	87,2	130,9	163,4	25,9	29,9	35,1	29,7	22,8	21,5	55,5	52,7	56,6
Beira Interior Norte	123,4	188,7	248,9	35,7	41,5	47,8	28,9	22	19,2	64,7	63,5	67
Almeida	137,9	271	451,5	34,8	50,3	67,2	25,2	18,6	14,9	60	68,9	82,1
Celorico da Beira	123,9	196,7	241,8	41,3	44,1	50,6	33,4	22,4	20,9	74,7	66,5	71,5
Figueira de Castelo Rodrigo	156	244	304	43,4	52,2	57,6	27,8	21,4	19	71,2	73,6	76,6
Guarda	90,9	119,4	152,1	26,9	28,2	31,9	29,6	23,6	21	56,5	51,8	52,8
Manteigas	83,9	150,8	288,1	26,1	35,2	47,1	31,1	23,4	16,3	57,2	58,6	63,4
Meda	127	241,1	342,5	37,9	51,7	61,8	29,9	21,5	18,1	67,8	73,2	79,9
Pinhel	124,7	216,6	313,9	34,3	42,4	57,2	27,5	19,6	18,2	61,8	61,9	75,4
Sabugal	**215,7**	**378,2**	**513,4**	**54,6**	**71,6**	**80,7**	**25,3**	**18,9**	**15,7**	**79,9**	**90,6**	**96,4**
Trancoso	113,3	191	268,7	37,1	44,8	51,2	32,8	23,5	19	69,9	68,3	70,2

Fonte: INE, 1991, 2001, 2011

Em consequência do envelhecimento da população, o **índice de dependência de idosos** aumentou em todos os concelhos da sub-região da Beira Interior Norte, registando um valor de 80,7% no Sabugal, cerca do dobro da média sub-regional (47,8%).

Por seu turno, a descida das taxas de natalidade, associada à saída de população do concelho, é um dos fatores que se reflete diretamente no decréscimo do **índice de dependência de jovens** situação que entre 2001 e 2011, mais uma vez se verifica em todos os concelhos da Beira Interior Norte, sendo que o Sabugal apresentou um dos valores mais baixos deste índice em 2001 (15,7%), o que indicia um peso menor da população do concelho jovem face aos restantes concelhos.

Consequentemente, o índice de dependência total – que relaciona a população das faixas etárias dependentes (ou seja que não produzem riqueza, nomeadamente os idosos e as crianças e jovens não ativos) com a população ativa – sofreu um aumento considerável, entre 2001 e 2011, tendo passado dos 90,6% para os 96,4%. Assim, em 2011, no Sabugal existiam cerca de 96 indivíduos dependentes por cada 100 indivíduos ativos.

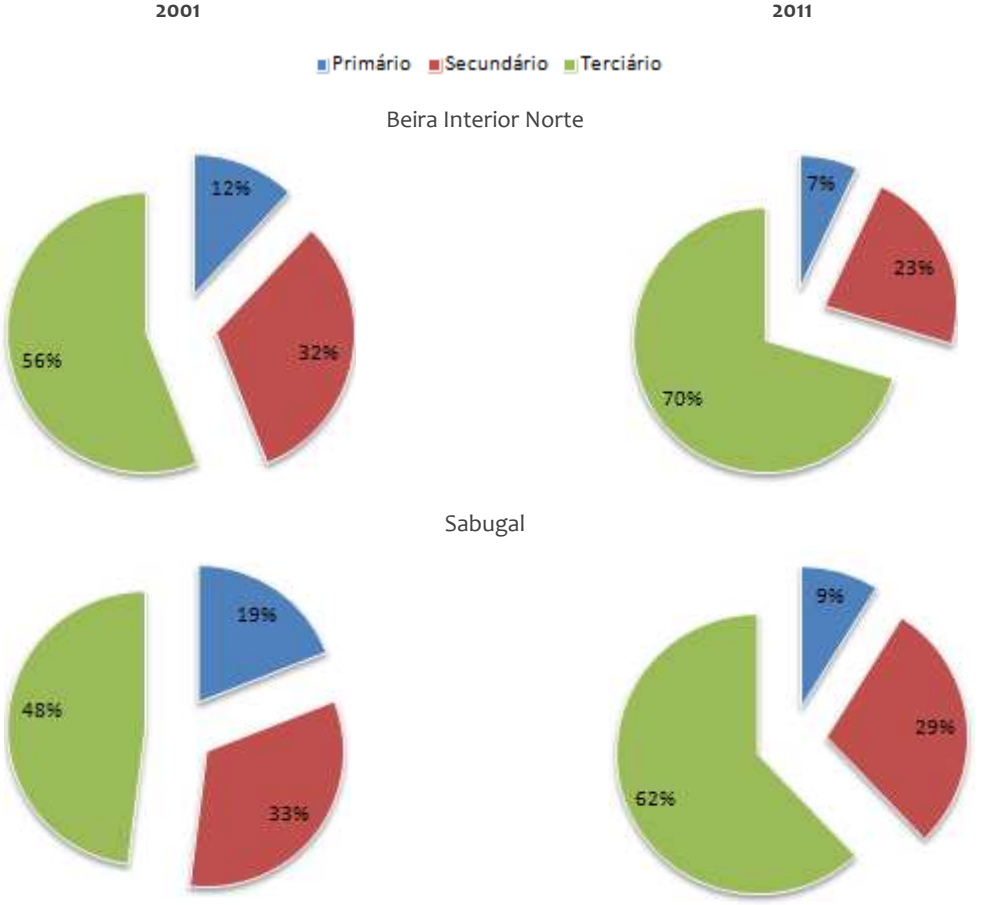
Relativamente à evolução da distribuição e à própria distribuição da população por **grupos etários**, é de destacar o facto do concelho do Sabugal, tanto a nível do grupo etário mais jovem (população dos 0 aos 14 anos), como do grupo etário mais idoso (população com mais de 65 anos), assumir o pior cenário na sub-região da Beira Interior Norte. Assinale-se ainda o facto de, em 2011, todos os concelhos (incluindo o Sabugal) apresentarem uma percentagem de idosos (população com mais de 65 anos) superior à percentagem de jovens (população com menos de 14 anos), ao passo que, em 1991, além da diferença relativa entre estes dois grupos etários assumir um menor valor, existiam dois concelhos onde a percentagem de jovens era superior à de idosos - Guarda e Manteigas - o que mais uma vez demonstra o claro envelhecimento da população sentido durante a década de 90. Assiste-se assim a um duplo envelhecimento da população que associa a perda de importância dos estratos da população jovem ao crescimento da população idosa.

Quadro 6: Distribuição da população residente no Centro, por grupos etários

Unidade Territorial	1991				2001				2011			
	Total	Grupos etários (%)			Total	Grupos etários (%)			Total	Grupos etários (%)		
		0 -14	15-64	>65		0 -14	15-64	>65		0 -14	15-64	>65
Região Centro	1721650	19,1	64,3	16,6	1782178	15	65,5	19,6	2327755	13,7	63,9	22,4
Beira Interior Norte	118513	17,6	60,7	21,7	115325	13,5	61,2	25,4	104417	11,5	59,9	28,6
Almeida	10040	15,8	62,5	21,7	8423	11	59,2	29,8	7242	8,2	54,9	36,9
Celorico da Beira	8875	19,1	57,2	23,7	8875	13,5	60	26,5	7693	12,2	58,3	29,5
Figueira de Castelo Rodrigo	8105	16,2	58,4	25,3	7158	12,3	57,6	30,1	6260	10,7	56,6	32,6
Guarda	38765	18,9	63,9	17,2	44083	15,5	65,7	18,5	42541	13,7	65,4	20,9
Manteigas	4192	19,8	63,6	16,6	3833	15,1	64,6	22,8	3430	10,0	61,2	28,8
Meda	7440	17,8	59,6	22,6	6239	12,4	57,7	29,9	5202	10,0	55,6	34,4
Pinhel	12693	17	61,8	21,2	10954	12,1	61,8	26,2	9627	10,4	57,0	32,6
Sabugal	**16919**	**14,1**	**55,6**	**30,3**	**14871**	**9,9**	**52,5**	**37,6**	**12544**	**8,0**	**50,9**	**41,1**
Trancoso	11484	19,3	58,9	21,8	10889	13,9	59,4	26,6	9878	11,2	58,8	30,1

Fonte: INE, 1991, 2001 e 2011

Figura 4: Setores de atividade económica na sub-região e no concelho do Sabugal



Fonte: INE

Na distribuição dos ativos (no concelho do Sabugal), constata-se uma afetação maioritária ao setor terciário (62%), face aos setores secundário (29%) e primário (9%), distribuição que também se verifica, tanto na NUTIII – Beira Interior Norte, como na região Centro.

As atividades primárias são as que ocupam menor percentagem dos ativos, tendo deixado de ser o principal setor empregador do concelho do Sabugal. As atividades afetas ao setor secundário também perderam expressão, tendo, inclusivamente, registado uma diminuição nos últimos 10 anos (em 2001, representavam 33%, e em 2011, 29%). A freguesia do Sabugal apresenta um claro predomínio das atividades terciárias, com seria de esperar pelas suas funções de sede de concelho.

De acordo com os Quadros de Pessoal, no concelho o emprego formal aumentou 34% (453 pessoas), entre 1995 e 2001, particularmente no setor terciário, à custa de atividades como o "Comércio", as "Industrias Transformadoras" e a "Construção Civil". Já no período 2008 – 2012 o pessoal ao serviço registou uma diminuição de um ponto percentual, muito à custa do setor secundário das atividades como "Transportes e armazenagem", a "Construção" e as "Industrias transformadoras".

Relativamente à dimensão das empresas, constata-se que o tecido empresarial do Sabugal é constituído maioritariamente por micro/pequenas empresas. De mencionar que quase metade das pessoas ao serviço estavam concentradas em estabelecimentos com até 9 trabalhadores, ou seja, em estabelecimentos de caráter familiar. Constatou-se, contudo, que foram os escalões de dimensão entre as 20 e as 29 pessoas e entre as 5 as 9 pessoas aqueles que, entre 1995 e 2001, mais cresceram, apresentando de 74,8% e 69% respetivamente. No período 2004-2012 ocorreu uma diminuição de meio ponto percentual nos escalões de dimensão até 10 pessoas. Contudo os escalões de dimensão entre 10 e as 49 pessoas aumentou 23%.

Em traços gerais, a estrutura económica do Concelho, está assente no setor terciário, situação que está associada ao fenómeno de terciarização da economia, extensivo à generalidade do país. Mas, de um modo geral, o concelho do Sabugal carece de uma diversificação e qualificação neste setor, uma vez que a atividade terciária concentra-se em torno de um comércio tradicional, que incide, particularmente, nos bens alimentares.

O grau de **qualificação e as habilitações literárias** são um fator primordial no arranque e na sustentação de processos de desenvolvimento. Entre 1991 e 2011, o concelho do Sabugal assistiu à diminuição da sua taxa de analfabetismo – que passou dos 24%, para os 14,5% - à semelhança do que aconteceu em toda a Beira Interior Norte. Todavia, a taxa de analfabetismo continua mais elevada do que a registada na Sub-Região.

Quadro 7: Nível de escolaridade da população dos concelhos da sub-região Beira Interior Norte, em 2001

Unidade Territorial	População Residente (2011)	Nível de Escolaridade (%)							Taxa de Analfabetismo (%)
		Sem nível de escolaridade completo	1º ciclo EB	2º ciclo EB	3º ciclo EB	Ens. Secundário	Ens. Médio	Ens. Superior	
Região Centro	2327755	20,0	48,9	22,8	28,3	12,5	0,8	10,5	6,4
Sub-Região da Beira Interior Norte	104417	21,8	54,9	18,0	27,1	11,2	0,7	9,6	9,1
Almeida	7242	20,8	60,9	16,5	22,6	11,0	0,5	6,4	8,9
Celorico da Beira	7693	25,2	58,4	16,6	25,0	9,4	0,7	6,0	11,9
Figueira de Castelo Rodrigo	6260	25,5	57,7	20,6	21,7	8,4	0,5	6,6	10,5
Guarda	42541	18,1	46,0	19,7	34,3	13,7	0,9	14,7	5,5
Manteigas	3430	18,8	62,5	17,4	20,1	10,7	0,7	6,5	8,8
Meda	5202	25,9	62,4	18,6	18,9	8,2	0,6	6,1	12,6
Pinhel	9627	23,5	59,0	17,7	23,4	9,8	0,5	5,9	11,2
Sabugal	**12544**	**27,4**	**63,0**	**14,8**	**22,1**	**8,7**	**0,6**	**5,3**	**14,5**
Trancoso	9878	23,6	58,8	16,4	24,8	10,1	0,6	7,0	10,9

Fonte: INE, Censos 2011.

Como seria de esperar, no que concerne à sub-região, o nível de escolaridade da Guarda é claramente superior, e discrepante, quando comparado com os valores registados nos restantes concelhos da Beira Interior Norte. Para este facto contribui, não só o relevo que a cidade da Guarda tem enquanto sede de distrito com capacidade para atrair população mais escolarizada, mas também a presença do **Instituto Politécnico da Guarda** (criado em 1980, através do D.L. n.º 303/80 de 17 de agosto) cuja estrutura compreende a Escola Superior de Educação, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a Escola Superior de Enfermagem da Guarda e a Escola Superior de Turismo e Telecomunicações. Realce-se, a este propósito, que a percentagem de população com nível de escolaridade superior, na Guarda, ultrapassa o dobro da média dos outros 8 concelhos (14,7%, face aos 9,6%, centrados na sub-região).

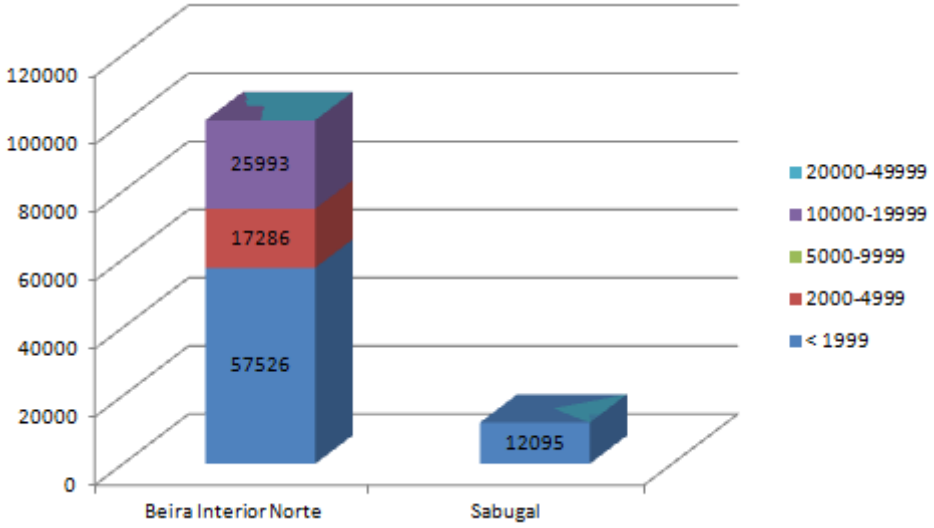
Relativamente ao concelho do Sabugal, 27,4% de população residente não possuía, em 2011, qualquer nível de escolaridade completo, e 63% (mais de metade da população) tinha como habilitações o 1º ciclo do Ensino Básico. Apenas 5,3% dos residentes tinham frequentado com sucesso o ensino superior.

Desta análise, ressalta, a necessidade de que seja feito um investimento considerável, quer a nível municipal, quer sub-regional, em cursos médios e profissionalizantes, fundamentais ao desenvolvimento da estrutura produtiva.

2.2.2. Povoamento e Estrutura Urbana

A forma como se processa a evolução da ocupação humana no território depende da influência das alterações que se vão operando aos níveis demográfico e sócio-económico.
Como já se teve oportunidade de referir, a freguesia do Sabugal (com 1943 habitantes em 2011, que representavam 15% da população do concelho). Assim sendo, é evidente que a totalidade da população residente no concelho habitava em lugares com menos de 1999 habitantes.

Figura 5: População Residente por dimensão do lugar - sub-região e concelho do Sabugal (2011)



Fonte: INE, Censos 2011.

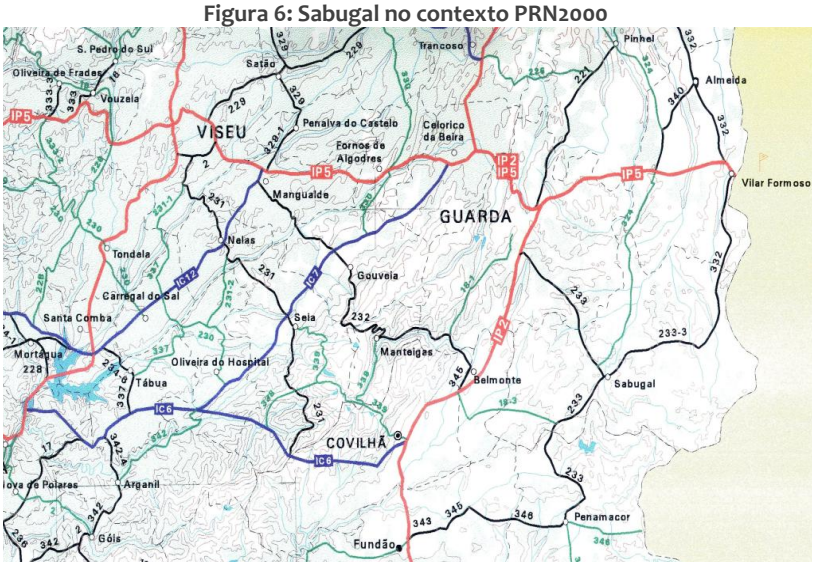
Relativamente à sub-região da Beira Interior Norte, o grosso da população (55%) reside em aglomerados urbanos com menos de 1999 habitantes, revelador de uma distribuição populacional pouco polarizada. A cidade da Guarda, assume-se naturalmente como o grande pólo urbano, concentrando a totalidade da população que, em 2011, residia em aglomerados entre 20000 e 49999 habitantes. Os aglomerados de dimensão entre 2000 a 4999 habitantes concentram 17% da população residente, em 2011.

Refira-se, para terminar, que, em termos populacionais, o Sabugal é um dos centros urbanos com maior importância na sua sub-região, mas considerando que a Guarda continua a assumir o protagonismo de uma capital de distrito, não se prevê que, a curto ou médio prazo, o Sabugal venha a assumir um papel de destaque enquanto centro urbano com capacidade polarizadora dentro da sub-região.

Contudo, a crescente migração das populações rurais para a sede de concelho – com todas as consequências de desertificação do meio rural que daí advêm –, poderá, pelo menos, ter o condão de conseguir manter as populações no interior.

2.2.3. Quadro de Acessibilidades

Figura 6: Sabugal no contexto PRN2000



Fonte: Instituto de Estradas de Portugal

A questão das acessibilidades é fundamental para a integração do concelho ao nível supra local, já que constitui um fator que, tantas vezes, condiciona ou fomenta afinidades e complementaridades entre regiões, facilitando a sua afirmação regional. Esta só pode ser concretizada através do estabelecimento de uma rede de transportes e acessibilidades realmente eficaz, em que se proceda à articulação dos níveis regional e nacional.

O território do Sabugal é servido por diversos eixos viários, que garantem as acessibilidades, quer a nível nacional, quer regional.

A **EN233**, atravessa o concelho longitudinalmente, estabelecendo a ligação à Cidade da Guarda, ao IP2/A23 (Nó da Guarda Sul) e, consequentemente à Região Norte através do IP5/A25 (SCUT da Beira Litoral e Alta). Na direção Sul, esta via desempenha funções de menor relevância em termos de acessibilidades de âmbito regional e nacional, servindo essencialmente a acessibilidade local ao concelho de Penamacor, sendo apenas de salientar a ligação internacional estabelecida através da Fronteira de Termas de Monfortinho (IC31/EN239), no Concelho de Idanha-a-Nova.

A **ER18-3** (troço Caria – Moita/EN233) constitui a principal ligação exterior na direção poente, desenvolvendo-se a partir da EN233 (Terreiro das Bruxas), servindo acessibilidades de nível local à sub-região da Cova da Beira – Belmonte, Covilhã e Fundão – e, pela sua articulação com o IP2/A23 através do Nó de Caria (via ER345), constituí, atualmente a alternativa mais favorável nas ligações

de âmbito nacional e regional de maior extensão, nomeadamente às regiões do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo (via IP6/A23 e IP1/A1).

Tendo por referência a localização geográfica da Sede de Concelho, saliente-se, ainda, a importância assumida pelo eixo formado pela **EN233-3** (Sabugal – Aldeia da Ponte) e pela **EN332** (Almendra – Figueira Castelo Rodrigo – Almeida – Vilar Formoso - Aldeia da Ponte), que se desenvolve ao longo da região nascente do território (integrando, em conjunto com a EN233, a designada "Estrada da Raia"), e que estabelece a ligação ao Concelho de Almeida, constituindo a alternativa mais favorável de acesso a Espanha, através da Fronteira de Vilar Formoso.

Por fim, desenvolvendo-se na direção Norte, a partir da EN233 (nas proximidades do Sabugal), a **ER324** (Alto do Leomil/ IP5 – Cerdeira – Sabugal/ EN233) serve a ligação mais direta a Almeida e à Região Raiana situada a Norte (Figueira de Castelo Rodrigo), constituindo igualmente uma alternativa bastante razoável de acesso ao IP5/A25 através do Nó do Alto do Leomil, sobretudo no que diz respeito às deslocações com destino para nascente.
Das restantes vias, destacam-se as funções desempenhadas pela **EM551** (Alfaiates/EN233-3 – Aldeia Velha – Lageosa – Espanha) e pelo **CM1190** (EN332 – Batocas – Espanha) que asseguram ligações, ainda que de importância meramente local, às localidades espanholas de Navasfrias e La Alamedilla, respetivamente.

O concelho do Sabugal, no que diz respeito ao transporte coletivo rodoviário, apresentava em 2004 uma cobertura territorial bastante diminuta, existindo apenas uma carreira regular regional e 7 carreiras interurbanas. O serviço de transporte rodoviário no concelho era assegurado por dois operadores: a Rodoviária da Beira Interior e a Viúva Monteiro & Irmão.

Figura 7: Ligações ferroviárias ao concelho do Sabugal



Fonte: CP

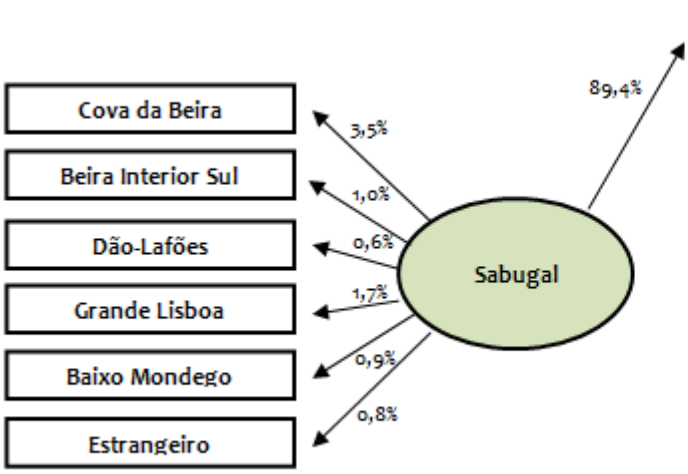
Ao nível do transporte ferroviário, o Concelho é servido pela Linha da Beira Alta (Figueira da Foz/ Vilar Formoso), que se desenvolve o longo da zona Norte do território concelhio, existindo apenas uma estação em Cerdeira (a 22 km do Sabugal).

2.2.4. Mobilidade e Complementaridades Económicas

A avaliação do grau de integração económica de um concelho no quadro regional, assim como as interdependências territoriais, passa pelo fluxo de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e o exterior. Apesar da informação estatística disponível não permitir aferir das dinâmicas económicas interconcelhias, será realizada uma breve análise dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

De acordo com os dados obtidos no Instituto Nacional de Estatística, referentes aos Censos de 2011, o concelho do Sabugal **gerou** um total de 5170 deslocações, sendo 1463 (28,3%) relacionadas com estudo e 3707 (71,7%) por motivos de trabalho. Refira-se que, do total de deslocações, 89,4% tiveram como destino a sub-região da Beira Interior Norte sendo que 81,9% foram deslicações intraconcelhias (3161 – Trabalho, 1078 – Estudo). Relativamente a deslocações para o estrangeiro, pensa-se que a totalidade, ou a quase totalidade das 41 deslocações registadas (36 – Trabalho, 5 – Estudo), sejam efetuadas com destino a Espanha, o que vem evidenciar a ligação deste concelho ao país vizinho. O esquema abaixo é representativo das deslocações geradas pelo concelho do Sabugal.

Figura 8: Principais fluxos pendulares com origem no concelho do Sabugal



Concelho	Trabalho	Estudo
Almeida	42	6
Celorico da Beira	0	0
Figueira de castelo Rodrigo	3	0
Guarda	195	110
Manteigas	2	6
Meda	1	0
Pinhel	4	1
Sabugal	3161	1078
Trancoso	5	10

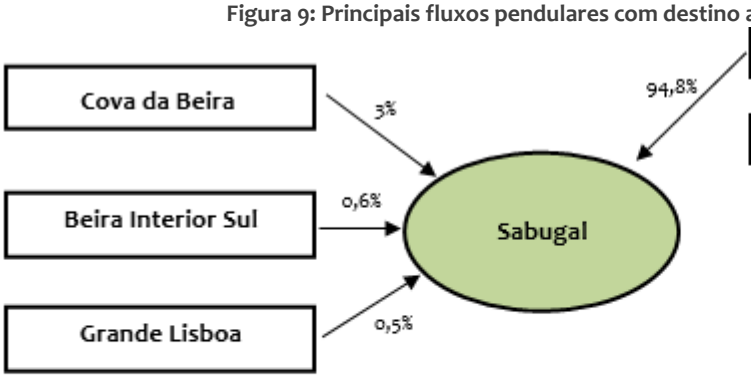
Fonte: INE, 2011

Das deslocações efetuadas por motivos de estudo são de destacar as que têm por destino, quer o concelho do Sabugal e municípios adjacentes (Ensino Básico, Secundário e Superior), quer as que têm por destino estabelecimentos de ensino superior noutros concelhos (Cova da Beira – Covilhã, Baixo Mondego – Coimbra, Grande Lisboa – Lisboa).

Destaque para o peso das deslocações para o concelho da Guarda (195 – trabalho, 110 – estudo).

No que diz respeito aos movimentos pendulares com **destino** ao concelho do Sabugal, em 2011, foram contabilizadas um total de 4.449 deslocações: 72,4% por razões profissionais e as restantes 27,6% relacionadas com a atividade escolar. Do total, 94,8% tiveram como origem concelhos da sub-região e 88,1% tiveram origem no próprio concelho do Sabugal (deslocações internas). Veja-se o esquema representativo dos principais fluxos pendulares, com destino ao Sabugal:

Figura 9: Principais fluxos pendulares com destino ao concelho de Sabugal



Concelho	Trabalho	Estudo
Almeida	35	6
Celorico da Beira	0	0
Figueira de castelo Rodrigo	2	0
Guarda	174	63
Manteigas	2	1
Meda	0	0
Pinhel	4	0
Sabugal	2862	1062
Trancoso	3	4

Fonte: INE, 2011

Os movimentos no interior do concelho são, naturalmente, e uma vez mais, muito expressivos. O concelho do Sabugal manifesta pouca capacidade em atrair população na sua envolvente territorial, manifestando uma ligação mais forte aos concelhos da Guarda e de Almeida maioritariamente por razões profissionais.

Concluindo, em 2011, o concelho do Sabugal possuía um saldo pendular negativo de 721 deslocações, o que demonstra a falta de capacidade polarizadora deste concelho no sistema de emprego local, em que o concelho da Guarda assume posição de destaque.

Figura 10: Movimentos pendulares no concelho do Sabugal

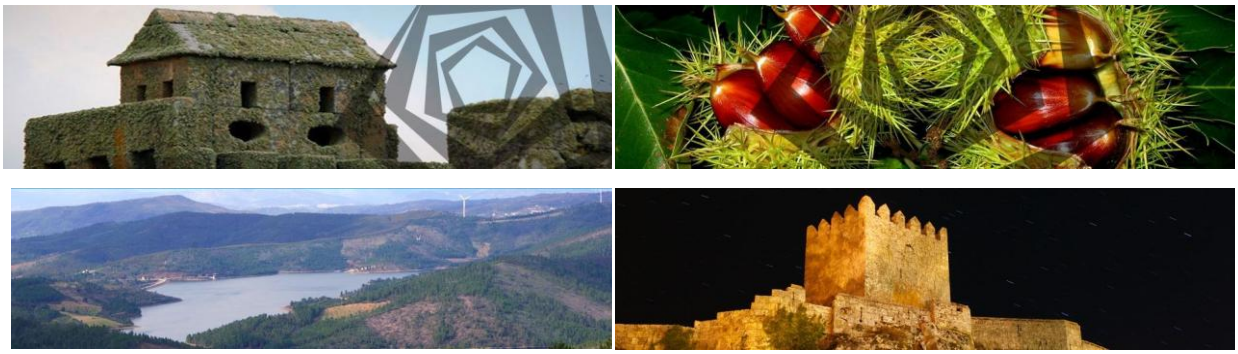


Fonte: Fonte: INE, 2011






RL 01 _ SABUGAL E O CONTEXTO REGIONAL



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 02 _ PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ Planos, Compromissos e Intenções 3

1.1. Introdução 3

1.2. Planos e Estudos Eficazes ou em Elaboração no Concelho do Sabugal 4

1.2.1. Instrumentos de Gestão Territorial 4

1.2.2. Outros Planos 22

1.3. Compromissos e Intenções 24

1.4. Pretensões resultantes da prévia Consulta Pública 28

anexos 32

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ Planos, Compromissos e Intenções

1.1. Introdução

Neste capítulo pretende-se fazer uma síntese dos planos eficazes com implicações no território concelhio do Sabugal, focando os seus principais objetivos e opções, assim como uma breve referência àqueles que se encontram atualmente em elaboração, procurando, desta forma, agilizar a articulação do PDM (na sua 1ª revisão) com os restantes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT).

As pretensões resultantes da prévia consulta pública e os compromissos e intenções para o Concelho são também objeto de análise.

1.2. Planos e Estudos Eficazes ou em Elaboração no Concelho do Sabugal

1.2.1. Instrumentos de Gestão Territorial

No território do Sabugal, em setembro de 2009, estavam em vigor ou em elaboração os seguintes Instrumentos de Gestão Territorial:

Quadro 1: IGT em vigor ou em elaboração em setembro de 2009 no município do Sabugal

Categoria	Plano	Estado
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)		Em vigor
Planos sectoriais	Plano de Bacia Hidrográfica do Douro	Em vigor
	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo	Em vigor
	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte	Em vigor
	Plano sectorial da Rede Natura 2000	Em vigor
Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT)	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	Em elaboração
Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)	Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata	Em vigor
	Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal	Em vigor
Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)	Plano Diretor Municipal do Sabugal	Em vigor
	Plano de Urbanização do Sabugal	Em vigor
	Plano de Pormenor da Zona Industrial e Armazenagem do Sabugal	Em vigor
	Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização de Sortelha	Em vigor
	Plano de Urbanização de Alfaiates	Em elaboração
	Plano de Urbanização de Vilar Maior	Em elaboração
	Plano de Urbanização da Malcata	Em elaboração

1.2.1.1. Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito supramunicipal

Os Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito supramunicipal que estão presentes no concelho do Sabugal são o PNPOT, o PROT do Centro, os Planos sectoriais (Planos das Bacias Hidrográficas do Douro e do Tejo, Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte e Plano sectorial da Rede Natura 2000) e os Planos Especiais de Ordenamento do Território (Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata e Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal).

Como se disse o PROT Centro ainda está em elaboração, pelo que se considera prematuro tecer quaisquer considerações acerca do mesmo.

Relativamente ao Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) aprovado pela Lei nº 58/2007, de 4 de setembro e retificado pela Declaração de Retificação nº 80-A/2007, de 7 de setembro, trata-se do instrumento de desenvolvimento territorial de âmbito nacional que guia todo o sistema de planeamento do país. Contudo, e porque este instrumento apresenta uma natureza eminentemente estratégica, e consequentemente de repercussões apenas indiretas no planeamento (nomedamente sobre a forma do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro), considera-se pouco relevante abordar as suas orientações.

Desta forma, faz-se seguidamente um breve enquadramento dos restantes IGT de âmbito supramunicipal, atualmente em vigor na área do concelho.

Planos de Bacia Hidrográfica do Tejo e do Douro

Os Planos de Bacia Hidrográfica têm por principal objetivo a definição de uma política de planeamento adequada, visando a valorização, a proteção e a gestão equilibrada dos recursos hídricos, assim como a sua correta articulação com o desenvolvimento regional através da racionalização de usos. Este Plano, que deve ser entendido como um instrumento dinâmico, suscetível de ser atualizado, tem uma vigência de 8 anos, devendo ser iniciado o processo de revisão no prazo máximo de seis anos. O concelho do Sabugal é abrangido pelos seguintes Planos de Bacia Hidrográfica:

- **Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo** – Este plano sectorial foi ratificado pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2001, publicado no D.R., 1ª Série – B de 7 de dezembro de 2001. O PBH do Tejo abrange uma área total de 24 650 Km^2.
- **Plano de Bacia Hidrográfica do Douro** - Este plano sectorial foi ratificado pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2001, publicado no D.R., 1ª Série – B de 10 de dezembro de 2001. O PBH do Douro abrange uma área total de 18 854 Km^2.

Plano sectorial da Rede Natura 2000

A criação da **Rede Natura 2000** resulta de duas diretivas comunitárias: a Diretiva 79/409/CEE, relativa à proteção das aves selvagens - *Diretiva das Aves*, e a Diretiva n.º 92/43/CEE de 21 de maio, relativa à preservação dos *habitats* naturais, da fauna e da flora selvagens - *Diretiva Habitats*. Em Portugal, a transposição para a ordem jurídica interna foi inicialmente efetuada pelo Decreto-Lei n.º 226/97 de 27 de agosto, que estabelecia a criação de ZEC - Zonas Especiais de Conservação (baseado nos sítios de importância comunitária - SIC) e as ZPE – Zonas de Proteção Especial. Seguidamente, procedeu-se à aprovação a lista nacional de sítios (1ª fase - SIC), através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto. Posteriormente com o Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de abril, essa transposição para a ordem jurídica interna da *Diretiva das Aves* e da *Diretiva Habitats* foi revista, visando a regulamentação, num único diploma, das disposições emergentes dessas diretivas.

Por fim, surgiu a 2ª lista nacional de sítios, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho e o estabelecimento de Zonas de Proteção Especial - ZPE para o Continente com o Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de setembro.

O concelho do Sabugal inclui o SIC Malcata (PTCON0004) e a ZPE Serra da Malcata (PTZPE0007).
O planeamento e ordenamento da Rede Natura 2000 sujeitam-se ao disposto nos n.º 2 a 6 do art.º 7º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril e pelo Plano sectorial da Rede Natura aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008. No caso concreto das áreas abrangidas pelo concelho do Sabugal é à Reserva Natural da Serra da Malcata que compete essa gestão.
No capítulo da caracterização biofísica é dado especial destaque à caracterização dos habitats, flora e fauna do SIC Malcata e da ZPE Serra da Malcata descrita no Plano sectorial da Rede Natura 2000.

Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte

O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF-BIN) foi publicado no DecretoRegulamentar n.º 12/2006, de 24 de julho.

De acordo com este documento o concelho do Sabugal, encontra-se inserido em duas sub-regiões: Raia Norte e Malcata.

Figura 1: Sub-regiões homogéneas estipuladas pelo PROF-BIN para o concelho do Sabugal



Fonte:PROF-BIN, 2006

Para estas regiões são estabelecidas prioridades numa hierarquia de funções, baseada em determinadas justificações e objetivos, tal como se pode verificar pela análise do seguinte quadro.

Quadro 2: Sub-região homogénea do PROF BIN, hierarquia de funções e respetiva justificação e objetivos

Sub-região homogénea	Funções	Justificação/objetivo
Raia Norte	***1ª função*: silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores**	Boa aptidão para a silvopastorícia e tradição silvopastoril muito antiga, com variadas raças autóctones de boa produtividade. Elevado potencial cinegético. Aptidão para a pesca no rio Coa.
	2ª função: proteção	Risco de erosão das vertentes dos vales dos principais cursos de água.
	3ª função: produção	Potencial de produção lenhosa
Malcata	***1ª função*: Recreio, enquadramento e estética da paisagem**	Reserva Natural, com paisagem de elevado valor estético e uma eminente potencialidade para o turismo de natureza.
	2ª função: conservação dos habitats, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos	Presença de habitat, de flora e de fauna com elevado valor de conservação.
	3ª função: conservação dos habitats, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos	Boa aptidão para a silvopastorícia, com presença de gado bovino. Aptidão para a pesca no rio Coa e também é importante o mel da Serra da Malcata.

Fonte:PROF-BIN, 2006

O concelho do Sabugal inclui também o perímetro florestal do Alto Coa. Estas áreas de Perímetro Florestal estão sujeitas a um Plano de Gestão Florestal (PGF) no âmbito do PROF-BIN, tendo sido definido as seguintes funções:

Quadro 3: Funções e respetiva hierarquia dos perímetros florestais

Perímetro Florestal	1ª Função	2ª Função	3ª Função	Grau de prioridade de elaboração[1]
Alto Coa	Conservação	Proteção	Recreio e enquadramento paisagístico	2

Fonte:PROF-BIN, 2006

[1] Grau de prioridade:

Alta (1) – floresta modelo, matas históricas e matas elementos únicos na sub-região

Média (2) – mais próximos dos centros urbanos, localizados na Rede Natura

Baixa (3) – os restantes terrenos sob regime florestal

Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata

A elaboração do **Plano de Ordenamento do Território da RNSM** foi determinada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 48/2001 de 11 de maio, e encontra-se em vigor desde 29 de março de 2005 através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 80/2005.

Segundo este documento constituem objetivos específicos do PORNSM, entre outros, os seguintes aspetos:

a) O estabelecimento de áreas de proteção total, com manchas significativas de matagal mediterrânico e outros habitats prioritários;
b) O estabelecimento de áreas de proteção parcial e de áreas de proteção complementar do tipo I e do tipo II, como zonas de minimização de impactes exteriores, onde se promove a adequação das práticas agrossilvo-pastoris à gestão sustentável dos recursos e conservação dos habitats;
c) O estabelecimento de condições que assegurem a longo prazo a presença de uma população viável de lince ibérico.

A área de intervenção do PORNSM integra as seguintes tipologias, assinaladas na planta de síntese, ordenadas por ordem decrescente do nível de proteção das áreas onde se aplicam e cujos objetivos, atividades e restrições de uso se encontram previstos em secção própria:

a) Áreas de proteção total;
b) Áreas de proteção parcial;
c) Áreas de proteção complementar:
    i) Áreas de proteção complementar de tipo I;
    ii) Áreas de proteção complementar de tipo II
d) Áreas de intervenção específica

Quadro 4: Tipologias das Áreas de Proteção do Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata

Áreas de Proteção do PORNSM	**Objetivos e aplicabilidade**	**Disposições específicas** (principais regras de edificabilidade)
Área de Proteção Total	1—Destinam-se a garantir a manutenção dos processos naturais em estado tendencialmente imperturbável, a preservação de exemplos ecologicamente representativos num estado dinâmico e evolutivo. 2—Consistem em áreas com manchas significativas de matagal mediterrânico e outros habitats prioritários, caracterizam-se por serem áreas de nidificação de espécies prioritárias, nomeadamente abutre-preto, e cruciais para o processo de reintrodução de lince ibérico. 3—Na área de intervenção do PORNSM as áreas de proteção total integram biótopos com as seguintes formações: a) Bosques dominados por azinheira e medronheiro; b) Bosques ripícolas de caducifólias.	Áreas não edificáveis e onde a presença humana só é admitida em situações excecionais
Área de Proteção Parcial	1—Espaços que se destinam a garantir a conservação dos recursos biocenóticos e habitats mais relevantes na área da RNSM, nomeadamente os que abrigam espécies faunísticas e florísticas de maior importância conservacionista. 2—Compreendem os espaços que contêm valores naturais e paisagísticos com significado e importância relevante ou excecional do ponto de vista da conservação da natureza,bem como sensibilidade ecológica moderada. 3—São áreas onde se verificam usos humanos temporários ou esporádicos do solo e da água compatíveis com os objetivos de conservação e potenciadores dos valores naturais em presença.	Áreas não edificáveis e deve manter-se os usos do solo ocorrentes à data da entrada em vigor do PORNSM
Área de Proteção Complementar do tipo I	Integram espaços de enquadramento, transição ou amortecimento de impactes, necessários à proteção das áreas em que foram aplicados os níveis anteriores de proteção e ainda áreas rurais onde é praticada agricultura permanente ou temporária, silvicultura, silvo-pastorícia e pastorícia, em proporções e intensidade de que resultam habitats importantes no seu conjunto para a conservação da natureza e onde a estrutura e as componentes da paisagem devem ser mantidas ou valorizadas. São áreas com características agrossilvo-pastoris, integradas na Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional.	Áreas não edificáveis com exceção das seguintes situações, que ficam sujeitas a autorização prévia da comissão diretiva da Reserva Natural: a) Reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de imóveis fins turísticos e recreativos; b) Obras de construção, conservação e de reconstrução, necessárias às atividades agropecuárias e as de apoio das atividades agrícolas, florestais ou turísticas, desde que sejam salvaguardadas as características locais respeitantes à fachada, volumetria e cores; c) Instalação de redes, infraestruturas e equipamentos, nomeadamente hidráulicos, mecânicos e radioelétricos, de telecomunicações ou de produção, armazenamento ou transporte de combustíveis ou de energia.

Áreas de Proteção do PORNSM	**Objetivos e aplicabilidade**	**Disposições específicas** (principais regras de edificabilidade)
Área de Proteção Complementar do tipo II	Integram espaços de enquadramento, transição ou amortecimento de impactes, necessários à proteção das áreas em que foram aplicados os níveis anteriores de proteção e ainda áreas rurais, onde é praticada agricultura permanente ou temporária, silvicultura, silvo-pastorícia e pastorícia, em proporções e intensidade, de que resultam habitats importantes no seu conjunto para a conservação da natureza e onde a estrutura e as componentes da paisagem devem ser mantidas ou valorizadas. São áreas com características agrossilvo-pastoris, não integradas na Reserva Ecológica Nacional nem na Reserva Agrícola Nacional.	Áreas edificáveis a) Reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de imóveis fins turísticos e recreativos; b) Obras de construção, conservação e de reconstrução, necessárias às atividades agropecuárias e as de apoio das atividades agrícolas, florestais ou turísticas, desde que sejam salvaguardadas as características locais respeitantes à fachada, volumetria e cores (as ampliações não podem exceder 30% da área de construção existente, ou até 120 m^2, com vista a permitir condições normais de habitabilidade, excetuam-se as ampliações em edificações destinadas a instalações de turismo de natureza; c) Instalação de redes, infraestruturas e equipamentos, nomeadamente hidráulicos, mecânicos e radioelétricos, de telecomunicações ou de produção, armazenamento ou transporte de combustíveis ou de energia.
Áreas de intervenção específica	1. Albufeiras classificadas da Meimoa e Sabugal e respetivas zonas de proteção; 2. A conservação dos valores biocenóticos: a) Áreas florestadas da PORTUCEL cuja propriedade se transferiu para o Instituto da Conservação da Natureza; b) Áreas florestadas da PORTUCEL não abrangidas pelo regime de transição; c) Áreas florestadas do Instituto da Conservação da Natureza.	1. Até à aprovação dos Planos de Ordenamento das respetivas Albufeiras , todas as propostas de uso do solo na área de sobreposição entre a zona de intervenção dos mesmos e do PORNSM estão sujeitas a parecer prévio vinculativo ou autorização da comissão diretiva da RNSM e do Instituto da Água. 2. As restantes áreas são não edificáveis.

Fonte: PORNSM, 2009

Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal

A barragem do Sabugal foi concluída em 2000, estando integrada no projeto hidroagrícola da Cova da Beira. Dessa barragem resultou uma albufeira que funcionará como reservatório de água, permitindo a transferência da água, por bombagem, para a albufeira da Meimoa. A albufeira do Sabugal tem como finalidades principal a rega e a produção de água para consumo humano, mas permite também a produção de energia elétrica, através do aproveitamento do desnível que se verifica na transferência de água interbarregens.

A albufeira do Sabugal localiza-se num troço do rio Coa, estando parcialmente inserida na Reserva Natural da Serra da Malcata. Dispõe de uma capacidade total de armazenamento de cerca de 114300dam3 e uma superfície inundável, ao pleno de armazenamento, de 732 ha.

O Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal (POAS) incide sobre o plano de água e respetiva zona de proteção com uma largura de 500m contada a partir do nível de pleno armazenamento (cota 790m) e medida na horizontal, integrando-se na totalidade, no concelho do Sabugal. Encontra-se classificada, pelo Decreto Regulamentar n.º 25/99, de 27 de outubro, de acordo com o decreto Regulamentar n.º 2/88, de 20 de janeiro, como albufeira protegida.

O Plano de Ordenamento foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2008, de 21 de novembro. Para além dos objetivos gerais dos planos especiais de ordenamento do território, o POAS tem por objetivos específicos:

a. Salvaguardar a defesa e qualidade dos recurso naturais, em espeical os hídricos, definindo regras de utilização do plano de água e da zona envolvente da albufeira;
b. Definir as cargas para uso e ocupação do solo que permitam gerir a área objeto de plano, numa perspetiva dinâmica e interligada;
c. Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista do ordenamento do território;
d. Planear de forma integrada a área envolvente da albufeira;
e. Compatiblizar os diferentes usos e atividades existentes e ou serem criados, coma proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira;
f. Identificar as áreas mais adequadas para a conservação da natureza e as áreas mais aptas para atividades secundárias, prevendo as compatibilidades e complementaridades de uso entre o plano de água e as margens da albufeira;

g. Recuperar a qualidade de água da albufeira, visando, designadamente, garantir o abastecimento público à população;
h. Estabelecer as regras tendentes à harmonização e compatibilização das atividades secundárias potenciadas pela albufeira do Sabugal, com as finalidades primárias de abastecimento de água para consumo público, produção de energia elétrica e rega que justificaram a sua criação, numa perspetiva de valorização e salvaguarda dos recursos e valores naturais em presença.

De seguida apresenta-se o zonamento previsto no POAS com as respetivas características, atividades e regime de edificabilidade.

Quadro 5: Zonamento do Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal

Zonas fundamentais	Zonamento da área de intervenção	Características, Atividades permitidas, Edificabilidade
Plano de água	Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira	Corresponde a uma faixa de 250m para montante do coroamento da barragem
		Zona interdita a banhos, natação e pesca e navegação de qualquer embarcação, com exceção das embarcações de segurança ou de manutenção e monitorização
		Áreas não edificáveis
	Zona de sensibilidade ecológica total	Áreas cujas características ecológicas e as dimensões do plano de água impedem a realização de ações suscetíveis de prejudicar a tranquilidade e as condições de abrigo, alimentação ou reprodução da fauna selvagem, bem como a utilização de embarcações, salvo as necessárias para fins de segurança ou manutenção da barragem ou do plano de água
		São interditas: a navegação de qualquer tipo de embarcação, com exceção as de segurança ou de manutenção; atividades náuticas, banhos e natação e a instalação de pontões flutuantes ou embarcadouros para embarcações de qualquer tipo
		Áreas não edificáveis
	Zona de sensibilidade ecológica parcial	Áreas de sensibilidade ecológica compatível com atividade de recreio e lazer
		A navegação recreativa de qualquer tipo de embarcação com exceção das embarcações de segurança ou manutenção e a prática de banhos e natação
		Áreas não edificáveis
	Zona de navegação livre	Preservação das características ecológicas compatibilizando-a com as atividades de recreio e lazer
		São permitidas as seguintes atividades: navegação recreativa com embarcações motorizadas equipadas com propulsão elétrica; navegação recreativa não motorizada, nomeadamente remo, vela e pedais; pesca, banhos e natação.
		Construção de pontões flutuantes ou embarcadouros
	Zona preferencial para a prática de pesca desportiva	Áreas que pelas suas aptidões naturais e acessibilidade reúnem as melhores condições para a atividade piscatória recreativa, são admitidas também outras áreas
	Zona de Instalação de Pontões Flutuantes ou Embarcadouros Associadas às Zonas de Recreio e Lazer	Locais onde é permitida a acostagem e a amarração de embarcações devendo estar associadas a iniciativas de uso público
		O número total de embarcações não pode exceder as 50 embarcações
	Zona preferencial para a construção do açude	Destina-se a assegurar a montante a manutenção do plano de água de forma a minimizar os efeitos negativos da variação de nível favorecendo a valorização ecológica das faixas ribeirinhas
Zona reservada da albufeira	-	Ações de beneficiação dos carvalhais existentes e de arborização de novas áreas recorrendo às espécies autóctones
		É permitida a instalação de pontões flutuantes ou embarcadouros
		É interdita a edificação com as seguintes exceções: infraestruturas de apoio à utilização da albufeira (segundo o regulamento), obras de reconstrução, de conservação e de ampliação nas construções existentes; obras de ampliação (no máximo de aumento de área total de área de construção superior a 25m^2 ou o aumento de cércea); os acessos, o abastecimento de água, a drenagem e tratamento de esgotos e abastecimento de energia elétrica, caso não exista rede pública têm que ser assegurados por sistema autónomo

Zonas fundamentais	Zonamento da área de intervenção	Características, Atividades permitidas, Edificabilidade
Zona de proteção	Zona de respeito da barragem e dos Órgãos de Segurança e Utilização da Albufeira	São permitidas atividades de recreio passivo e o passeio em áreas e percurso onde não exista sinalização que proíba expressamente o acesso.
		Zona de edificação proibida, com exceção das construções necessárias ao funcionamento da barragem e do Centro de Educação ambiental e viveiros da Reserva Natural da Serra da Malcata
	Núcleo da Nossa Senhora da Graça	Aproveitamento e valorização dos elementos patrimoniais e culturais presentes, nomeadamente a zona da Nossa Senhora da Graça, espaços envolventes e área dos antigos estaleiros da construção da barragem
		São permitidos usos e atividades de educação ambiental
	Espaço Agrícola de Produção	Corresponde à **RAN**
		As edificações permitidas: habitação permanente dos proprietários ou titulares dos direitos de exploração e dos trabalhadores permanentes; turismo em espaço rural e anexos agrícolas
		A parcela tenha uma área mínima de 10000m ^{2} (integralmente abrangida por esta classe de espaço); apenas um fogo por parcela; altura máxima 8exceto silos, depósitos de água ou instalações especiais) é de 3,5m; número máximo de pisos é um; índice de construção máxima é de 0,02; Área bruta de construção máxima é de 200m^2, com exceção dos anexos agrícolas em que é de 300 m^2
		Nas construções existentes são permitidas obras de conservação, alteração e ampliação até no máximo de 20% da área de implantação, exceto nos edifícios que se destinem a Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural, para estas são permitidas obras de conservação e ampliação até ao limite máximo de 50% da área ocupada e sem aumento de cércea
	Espaço de Proteção Total	Corresponde ao espaço ocupado pela **Reserva Natural da Serra da Malcata** e engloba também a Zona de Proteção Especial. Os objetivos são de manutenção e conservação dos valores faunísticos e florísticos presentes: gestão dos carvalhais existentes e de arborização de novas áreas recorrendo às espécies autóctones e os usos agrícolas não devem ser alterados para regimes intensivos, mantendo-se as práticas extensivas e tradicionais
		Áreas não edificáveis e nas construções existentes são permitidas obras de manutenção, remodelação e de ampliação até 20%, exceto nos edifícios que se destinem a Empreendimentos de Turismo Natureza. Para estes são permitidas obras de conservação, reconstrução e ampliação até ao limite máximo de 50% da área ocupada sem aumento de cércea
	Espaço de Proteção Parcial	Corresponde à área ocupada pelo **Sítio da Malcata**. Os objetivos de ordenamento visam a manutenção e valorização da vegetação existente e preservação do seu valor ecológico
		São espaços compatíveis com: Turismo em Espaço Rural; Atividades de Educação Ambiental, Instalação de parques de merendas e percursos pedestres. É interdita a instalação de unidades pecuárias intensivas
		Nas construções existentes são permitidas obras de conservação, reconstrução e de ampliação até 40% da área de implantação, ou até 200m^2, exceto nos edifícios que se destinem a Empreendimentos de Turismo em Espaço Rural. Para estes são permitidas obras de conservação e ampliação até ao limite máximo de 50% sem aumento de cércea. Pode construir-se um Hotel Rural.
		Nas áreas junto ao Gravato, à Cabeça de São Domingos e junto ao Moinho do Rubino são permitidos: parque de merendas,

Zonas fundamentais	Zonamento da área de intervenção	Características, Atividades permitidas, Edificabilidade
		estacionamentos, zona de instalação de pontões flutuantes ou embarcadouros. Na área junto ao Relengo são permitidas a instalação de: espaço de recreio balnear, parque de merendas, estacionamento; zona de instalação de pontões flutuantes ou embarcadouros
	Espaço de Recreio e Lazer da Albufeira do Sabugal	Destina-se à fruição de valores naturais e culturais, incluindo o plano de água e elementos paisagísticos
		Poderão vir a ser instalados os seguintes empreendimentos turísticos: um estabelecimento hoteleiro; um aldeamento turístico. Pode ainda ser complementado por: Centro Náutico, zona de instalação de pontão flutuante ou embarcadouro, zona de recreio balnear, piscina flutuante, parque de estacionamento, parque de merendas, restaurante
		As novas construções não podem exceder o limite máximo de 2 pisos, o hotel pode ter 3 pisos, sejam afastados do NPA no mínimo 250m; a área bruta de construção máxima dos 2 empreendimentos não poderão ultrapassar 12 000m^2. Áreas de implantação máxima do restaurante de 250 m^2
	Espaço de Proteção Complementar	É uma área de reduzida sensibilidade ecológica é de transição entre a área urbana de Malcata e área rural
		Rege-se pelo disposto no PDM
	Perímetro Urbano da Malcata	Corresponde ao limite do perímetro urbano da Malcata
	Ilhas	Zonas de terra emersa quando a albufeira se encontra em NPA. Pretende-se a preservação das características ecológicas e de valorização ambiental
		Áreas não edificáveis
	Linhas de Água e margens	Correspondem a cursos de água importantes no contexto hidrológicos e ecológico da área de intervenção
		Áreas não edificáveis

Fonte: POAS, 2008

1.2.1.2. Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito municipal

Para além do Plano Diretor Municipal, encontram-se em vigor no Sabugal, o Plano de Urbanização do Sabugal, o Plano de Pormenor da Zona Industrial e Armazenagem do Sabugal e o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização de Sortelha.

Apesar de se encontrarem em estado de elaboração relativamente avançado os Planos de Urbanização de Alfaiates, Vilar Maior e Malcata atravessam uma fase de alguma indefinição, aguardando, porventura, orientações da revisão do PDM..
Faz-se, seguidamente, uma breve abordagem dos planos municipais em vigor.

Plano Diretor Municipal do Sabugal

O Plano Diretor Municipal, agora em fase de revisão, foi ratificado pela Resolução de Conselhos de Ministros n.º 114/94, publicada no D.R., 1ª Série – B, n.º 259 de 9 de novembro de 1994.
O plano aponta como objetivo central, incentivar a fixação de população procurando contrariar o processo de desertificação humana que se tem verificado nas últimas décadas, ao promover um desenvolvimento económico que tire partido dos valores patrimoniais e ambientais do Concelho do Sabugal, preservando a sua identidade cultural e a qualidade do ambiente, como alternativa válida a um litoral desenvolvido.

Desta forma, são delineadas três grandes linhas estratégicas:

- Investir na qualidade do ambiente natural e na recuperação do património (recursos turísticos a valorizar num quadro de competição entre cidades e regiões da Europa);
- Promover a qualificação e a diversificação da capacidade produtiva local (apoio às atividades económicas, incluindo acessibilidades, infraestruturas e equipamentos sub-regionais);
- Melhorar a qualidade de vida da população local (dotação de infraestruturas e equipamentos de nível local nas freguesias).

À luz do quadro legal em vigor na altura, no PDM estavam previstas três classes de espaços, discriminadas com maior pormenor nas cartas de ordenamento do concelho (à escala 1:50 000), da cidade do Sabugal e do aglomerado do Soito (à escala 1:5000) e dos aglomerados de Alfaiates, Foios, Sortelha, Vila do Touro e Vilar Maior (à escala 1:10 000). O território concelhio encontra-se então divido em:

1. **Área urbana e urbanizável** - define os aglomerados urbanos, englobando os espaços consolidados, bem como as zonas urbanas envolventes que se pretendem preencher. Dentro destes espaços incluem-se também os espaços industriais existentes e previstos. As áreas destinadas a equipamentos públicos ou privados e a espaços livres públicos encontram-se definidas nas cartas de ordenamento a maior escala. Encontra-se prevista, no âmbito da defesa do património edificado, uma normativa específica para a salvaguarda dos centros históricos dos aglomerados do concelho. Finalmente, por forma a promover uma transição entre o espaço urbano e o espaço rural equilibrada, propõe-se ainda uma subzona designada por "construção condicionada" onde se prevê uma densidade de ocupação mais baixa.
2. **Área rural** – espaço vocacionado para a florestação e uso agrícola, não sendo permitindo lotear terrenos. É permitido construir apenas em parcelas com área superior a 5000 m^2, construções de apoio à atividade agrícola ou habitação do respetivo proprietário ou agricultor, e ainda equipamentos que sejam de interesse para o município. O regulamento prevê ainda situações de industria isolada não enquadrável nas zonas industriais, desde que seja elaborado um plano de pormenor, garantindo uma boa integração paisagística e ambiental. Optou-se por não definir a delimitação entre os espaços florestais e agrícolas, por não estarem assentes na altura, as regras de ordenamento florestal pelo Ministério da Agricultura, no âmbito da nova política agrícola comum.
3. **Área de salvaguarda estrita** – constituída por solos sujeitos a servidões e restrições de utilidade pública - Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN), área de biótopos do projeto CORINE e solos e subsolos mineralizados a defender. Existe ainda um conjunto de zonas de proteção e servidão inventariadas e cartografadas na carta de condicionantes.

Para além das questões comuns a todas as revisões dos PDM, como a adequação à legislação em vigor, às novas bases cartográficas atualizadas e em suporte informático, às mais recentes orientações para o ordenamento do território e a adequabilidade à nova realidade, importa salientar os aspetos que especificamente respeitam a este Concelho e que estão subjacentes à sua revisão:

- Resolver situações conflitantes com as condicionantes e os usos do solo existentes;
- Regulamentar as ações compatíveis com a Reserva Ecológica Nacional;
- Ajustar os Perímetros Urbanos à realidade atual e às tendências de crescimento e procura verificadas. Nesta matéria, para além dos ajustes, resultantes do maior rigor permitido pela escala de trabalho e pelos levantamentos cartográficos atualizados, salientam-se alguns aspetos:
    - Definir perímetros para todos os aglomerados rurais;
    - Retirar dos perímetros os espaços que não devem ser edificados;
    - Salvaguardar as linhas de água que atravessam os aglomerados urbanos.
- Introduzir alterações ao Regulamento;
- Compatibilizar e articular o PDM do Sabugal com outros Planos de Ordenamento eficazes, ou em elaboração.

No PDM estão previstas 6 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, que correspondem aos seguintes planos: Plano de Urbanização do Sabugal, Plano de Urbanização do Soito, Plano de Salvaguarda da Área do Castelo do Sabugal, Plano de Salvaguarda da Área do Castelo de Sortelha, Plano de Pormenor para as Termas do Cró e Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata. Como já foi dito, o PU do Sabugal encontra-se concluído e em vigor assim como o Plano de Ordenamento da Reserva da Malcata. O Plano de Salvaguarda da Área do Castelo de Sortelha deu lugar ao PP de Salvaguarda e Valorização de Sortelha, enquanto no Sabugal nunca chegou a ser elaborado qualquer plano para a área do Castelo - apesar desta se encontrar dentro do núcleo histórico, que em 2004 foi declarada Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU). Relativamente às Termas do Cró, é intenção da Câmara implementar um projeto de intervenção que prevê a construção de um Parque Termal, sem sujeitar a área a Plano de Pormenor. Desta forma, a Câmara Municipal apresenta como única intenção, ao nível da elaboração de novos PMOT, a elaboração do Plano de Urbanização do Soito.

Plano de Urbanização do Sabugal

O Plano de Urbanização do Sabugal foi aprovado em Assembleia Municipal a 24 de fevereiro de 2006 e publicado no D.R. n.º 144, 2ª Série, de 28 de julho de 2008 por intermédio do Aviso n.º 20892/2008. Foi sujeito a uma correção material por intermédio do Aviso n.º 13518/2009 publicado no D.R. n.º 146, 2ª Série, de 30 de julho de 2009.

O Plano estabelece a estrutura base do zonamento do território da cidade do Sabugal dividindo-o nos seguintes espaços:

- **Espaço de Ocupação Urbanística** (que se sub-divide nas categorias: Área da Memória e da Cultura, Áreas Consolidadas e Áreas Não Consolidadas)
- **Espaços de Transição**
- **Espaços de Ocupação Urbanística Especial**
- **Estrutura Ecológica**

Estas categorias são por sua vez divididas em sub-categorias de acordo com os diferentes usos e parâmetros de ocupação permitidos.

A articulação entre a Revisão do PDM e o Plano de Urbanização do Sabugal faz-se, fundamentalmente, através da adequação das categorias (e respetivas disposições) deste plano àquelas que o PDM define.

Plano de Pormenor da Zona Industrial e de Armazenagem do Sabugal

O Plano de Pormenor da Zona Industrial do Sabugal, ratificado pela Portaria n.º 1037/93, publicada no D.R. n.º 243, 1ª Série – B, de 16 de outubro de 1993, foi alterado, passando a ter a designação de Plano de Pormenor da Zona Industrial e de Armazenagem do Sabugal, aprovado em Assembleia Municipal e publicado no D.R., 2ª Série, n.º 52 de 3 de março de 1999. Apresenta como objetivo principal o estabelecimento de regras e orientações de ocupação e uso do solo, dentro dos limites da sua área de intervenção.

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização de Sortelha

Este plano foi aprovado em Assembleia Municipal e publicado por intermédio da Declaração n.º 352/97 no D.R. n.º 281, 2ª Série, de 5 de dezembro de 1997.

A área de intervenção do plano corresponde ao centro histórico de Sortelha que é delimitado por duas classes de espaço: o núcleo urbano histórico (zona intramuralhas) e a zona especial de proteção (envolvente ao núcleo urbano histórico). Este plano procura conservar o conjunto urbano do centro histórico de Sortelha ao preservar a sua qualidade estética e construtiva, através da regulação de zonas de proteção e valorização do centro histórico, da definição de espaços públicos e áreas livres, de intervenções no edificado, e, finalmente, da proteção do património arquitetónico.

Importa ainda referir que o **núcleo histórico da cidade do Sabugal** foi declarado **Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU)**[2]**,** através do Decreto n.º 12/2004, publicado no D.R., 1ª Série – B, n.º 118 de 20 de maio de 2004, tendo em vista a reabilitação e renovação urbana daquela área, bem como a adesão ao Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Degradadas (REHABITA). Este documento concede ainda ao município do Sabugal o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, de terrenos ou edifícios situados naquela área. Procura, desta forma, promover a reabilitação do tecido intramuralhas, melhorar a qualidade de vida da população do centro histórico através do seu realojamento em habitação social e ainda a aquisição de imóveis na área do castelo, recuperando-os com o objetivo de atrair a população residente e visitante.

[2] Considera-se que, não obstante as ACCRRU não serem exatamente Instrumentos de Gestão Territorial à luz do RJIGT, este é o local mais apropriado para fazer referância às mesmas.

1.2.2. Outros Planos

Existem vários planos de índole estratégica que têm repercussões a nível nacional e, consequentemente, ao nível do município do Sabugal, mesmo em termos de planeamento e ordenamento. Planos relacionados com as políticas de ordenamento rodoviário (como o Plano Rodoviário Nacional), de ordenamento ferroviário, de infraestruturação, de Turismo (como o Plano Estratégico Nacional do Turismo), entre outros setores, são necessariamente veículos de transformação do território que nunca podem ser esquecidos.

Sairia, contudo, fora do âmbito do presente relatório discriminar todos os planos, programas e políticas que devem ser tomadas em consideração, até porque, na maioria das vezes as orientações que deles decorrem são expressas em termos muito concretos, sobre a forma de ações e intervenções sobre o território, e, essas sim, serão devidamente enquadradas pelo Plano Diretor Municipal, em sede de proposta.

Todavia, e ainda no contexto dos Planos que, não sendo Instrumentos de Gestão Territorial têm incidência no território concelhio do Sabugal e determinam consequências em termos de ordenamento territorial, importa salientar a existência de alguns planos de caráter mais operacional principalmente aqueles que definem orientações para a gestão do território em termos de proteção contra situações de risco.

Efetivamente, de acordo com o RJIGT, os Instrumentos de Gestão Territorial deverão ser articulados com os instrumentos que asseguram a segurança e proteção civil, devendo identificar o conjunto de equipamentos, infraestruturas e sistemas que os integram. A necessidade de articulação foi reforçada com a publicação da Diretiva para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

Desta forma, sendo os PDM os instrumentos de ordenamento por excelência a nível concelhio, é necessário que estes assegurem que o uso do território previsto e a implantação de infraestruturas e equipamentos não colidem com a segurança de pessoas, bens e serviços. É fundamental, por exemplo, garantir a compatibilização entre o Plano de Emergência de Proteção Civil Municipal e o PDM. Mas existem outros planos que devem ser considerados.

Atualmente, os planos em vigor no concelho do Sabugal nos domínios dos Riscos e Proteção Civil são:

- Plano de Emergência de Proteção Civil do Munícipo do Sabugal, que data de 1998;
- Plano de Contingência da Barragem do Sabugal (que vigora enquanto não é elaborado o Plano de Emergência da Barragem do Sabugal, composto pelos Planos de Emergência Externo (já elaborado) e Interno (ainda não elaborado), datado de 2008;
- Plano Prévio de Intervenção da Linha da Beira Alta (para a gestão de resposta em caso de acidentes nesta linha), datado de 2006;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município do Sabugal, datado de 2008.

Refira-se, por último, que o PDM será acompanhado de uma Carta de Riscos onde serão assinaladas as áreas do concelho sujeitas aos mais diversos riscos sejam eles de génese natural - como o risco de incêndio florestal ou o risco de cheias e inundações -, ou tecnológica.

1.3. Compromissos e Intenções

Além dos PMOT referidos que a Câmara Municipal do Sabugal tem intenção de elaborar, existiam em setembro de 2009 uma série de outros projetos ou intenções camarárias, que interessa destacar:

- **Ativação das Termas do Cró** - implementação de um parque termal, um hotel, e mais algumas infraestruturas de apoio, incluindo a recuperação/ renovação de edifícios existentes e construção de novas instalações, conforme projeto de intervenção já executado. Será gerido por particulares ou por intermédio de uma parceria público-privada.
- **Construção de uma Pousada da Juventude na Malcata** (financiada pelo IDRHa);
- **Construção de residência de estudantes na cidade do Sabugal**, nas antigas habitações sociais;
- **Criação da zona desportiva do Soito** - polidesportivo e equipamentos/ serviços de apoio à prática desportiva, a localizar nas antigas Eiras;
- **Construção de um parque de campismo e lazer** – a localizar na periferia imediata da cidade do Sabugal, junto ao rio Coa e confinante com a via de acesso à barragem do Sabugal.
- **Pólos Industriais** – implementação de dois pólos industriais. O Centro de Negócios Transfronteiriço na Vila do Soito, como complemento ao Pólo Industrial do Sabugal, e outro junto ao cruzamento para Espinhal, entre Espinhal e Quintas de São Bartolomeu, concentrando, desta forma, a instalação deste tipo de atividades económicas, numa zona preparada para tal, assegurando, assim, uma correta ocupação e uso do solo. Encontra-se ainda prevista a ampliação da zona industrial do Sabugal (implementar a médio/longo prazo).
- **Rede Viária** – encontra-se planeado ou em fase de projeto, um conjunto de intervenções na rede viária do Sabugal, que prevê a construção de novos troços, a pavimentação ou a beneficiação dos existentes, salientando-se os seguintes:
    - **Construção da Ligação IP2/A23 (Nó de Belmonte) – Fronteira de Aldeia da Ponte**, que contempla a construção de uma ligação a Sortelha, efetuando o atravessamento transversal do território concelhio entre Quinta da Ribeira (a Norte da Bendada) – Penalobo – Sobreira – EN233/ER324 (próximo das Quintas de São Bartolomeu) – Sabugal – Soito - Alfaiates e Aldeia da Ponte. O traçado desta via encontra-se ainda sujeito a alterações;

- **Reestruturação da Rede Viária Municipal**, que prevê a pavimentação/ construção das ligações: Aldeia Velha (EM551) – Soito (EM's 538-1/550), Vale de Espinho (EM538) – Soito; Rebelhos - Bendada; Aldeia da Ponte – Rebolosa; Vila do Touro – Rapoula do Coa; Malcata - Quadrazais; Águas Belas – Dirão da Rua; Quinta de Santo António – Quinta Monteiro Negrinho; a ligação entre a Estrada Sabugal-Quadrazais e a EN 233; e ainda dos caminhos agrícolas: Quarta-Feira – Quinta do Clérigo.

Encontra-se em execução a **Requalificação/ Beneficiação** das EN's 233, 233-3, 332 e das ER's 18-3 e 324, e da ligação: EM567, Nave – Bismula – Vilar Maior.

Ainda a referir, em termos de **abastecimento de água e saneamento**, que se prevê a execução das seguintes redes, em fase de projeto:

Quadro 6: Intervenções previstas na redes de abastecimento de água e saneamento (setembro de 2009)

Freguesia	Aglomerado	Rede de Águas			Rede de Saneamento		Observações
		Captação	Rede	Adutora	Rede	ETAR	
Águas Belas	Quinta do Clérigo			x			
Aldeia da Ribeira	Batocas		x		x	x	Falta projeto de ETAR
Badamalos	Badamalos		x		x	X (Águas do Zêzere e Coa)	Em projeto
Bendada	Rebelhos		x		X	x	Em projeto
	Quinta do Monteiro	x	x				Falta projeto
Lomba	Lomba		x	x	X	x	Falta projeto de adutora
Malcata	Malcata			x			Em projeto
Penalobo	Água da Figueira	x	x	x			Falta projeto
Pousafoles do Bispo	Monte Novo		x	x	X	X (Águas do Zêzere e Coa)	Falta projeto de adutora
Quadrazais	Ozendo		x		X	X (Águas do Zêzere e Coa)	Em projeto
Ruivós	Ruivós		x		x	X	Em projeto
Sortelha	Quarta-Feira		x	x	x	X	Falta projeto de adutora
	Caldeirinhas			x			Falta projeto
	Dirão da Rua	x		x			Falta projeto
Vale das Éguas	Vale das Éguas		x		x	X (Águas do Zêzere e Coa)	Em projeto

No que diz respeito às **infraestruturas elétricas e telefónicas**, está prevista a reestruturação de infraestruturas aéreas por forma a torná-las subterrâneas ou em "rede pousada" na zona histórica de Alfaiates (sem projeto de execução), no centro histórico do Sabugal (sem projeto de execução), na zona histórica de Vila do Touro (a implementar a médio/longo prazo).

Relativamente à **requalificação dos espaços públicos**, está prevista a colocação de mobiliário urbano e iluminação pública em Alfaiates (sem projeto de execução), Sabugal (parcialmente executado), Vila do Touro (parcialmente executado) e Vilar Maior (com projeto de execução). Uma iniciativa que procura incentivar a criação/ manutenção de espaços verdes, passa pelo projeto "Espaço verde para cada freguesia" que prevê a atribuição de um prémio anual ao espaço mais bem concebido/ gerido.

Encontra-se ainda prevista a implementação de **um sistema de transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU),** através da execução de um Plano de gestão dos RSU.
Por forma a reforçar a qualidade dos profissionais no concelho, através da melhoria do nível de formação profissional pretende-se implementar um **Polo Tecnológico** que funcione como núcleo descentralizado do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), com cursos em diversas áreas (pecuária, florestal, industria transformadora do potencial endógeno da região, construção civil, turismo e hotelaria e, finalmente, informática.

Pretende-se ainda **reestruturar/ criar equipamentos nos aglomerados** através da elaboração de estudos que permitam detetar carências existentes e otimizar a rede existente, dotando os aglomerados de equipamentos e serviços básicos à população, e ainda incentivar a reutilização de imóveis para o efeito (em execução em alguns aglomerados).

No âmbito do turismo pretende-se promover as **rotas históricas e as rotas do Alto-Coa** através da implementação de circuitos sinalizados pedestres, cicloturísticos, equestres e motorizados.
Na Planta de Planos, Compromissos e Intenções estão apenas assinaladas os compromissos camarários de maior impacto e com representatividade ao nível de um PDM.

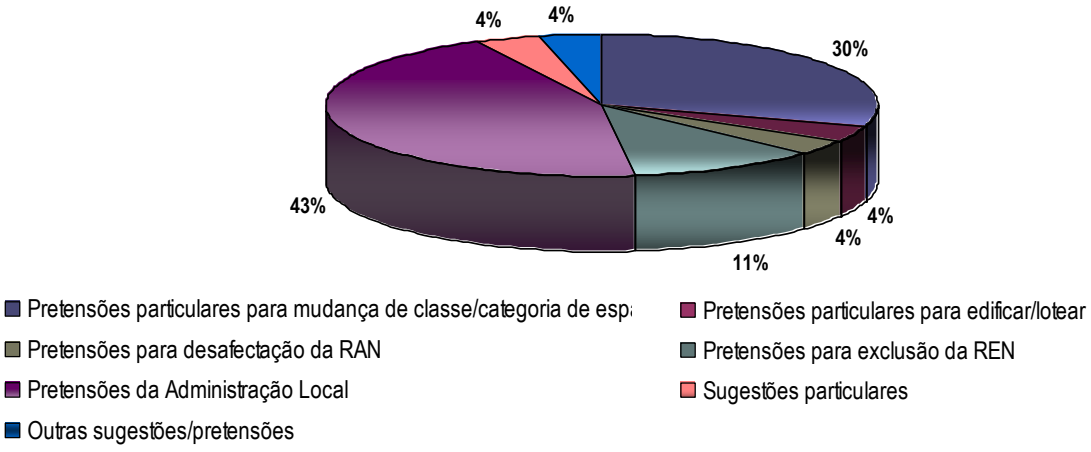
1.4. Pretensões resultantes da prévia Consulta Pública

A legislação em vigor no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (D.L. n.º 380/99 de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro), consagra a participação pública dos cidadãos no processo de planeamento, devendo para tal a Câmara Municipal facilitar o acesso de todos os interessados aos elementos relevantes para que possam conhecer o estado dos trabalhos e formular sugestões. Dentro desta filosofia, a revisão do PDM tem que ser também precedida de uma consulta pública. Neste contexto, foram apresentadas à Câmara Municipal diversas sugestões e pretensões[3], que se agruparam nas seguintes categorias (a sua identificação consta da Planta anexa):

- Pretensões particulares para mudança de classe/ categoria de espaço
- Pretensões particulares para construção de edifícios/para lotear
- Pretensões para desafetação da RAN
- Pretensões para exclusão da REN
- Pretensões da Administração Local
- Sugestões de particulares

O agrupamento das pretensões por categorias evidenciou, desde logo, que a grande maioria corresponde a pretensões da Administração Local. O gráfico abaixo, indica a percentagem que cada tipo de pretensão representa no total das pretensões apresentadas.

Figura 2: Pretensões e sugestões apresentadas na consulta pública, agrupadas por categorias

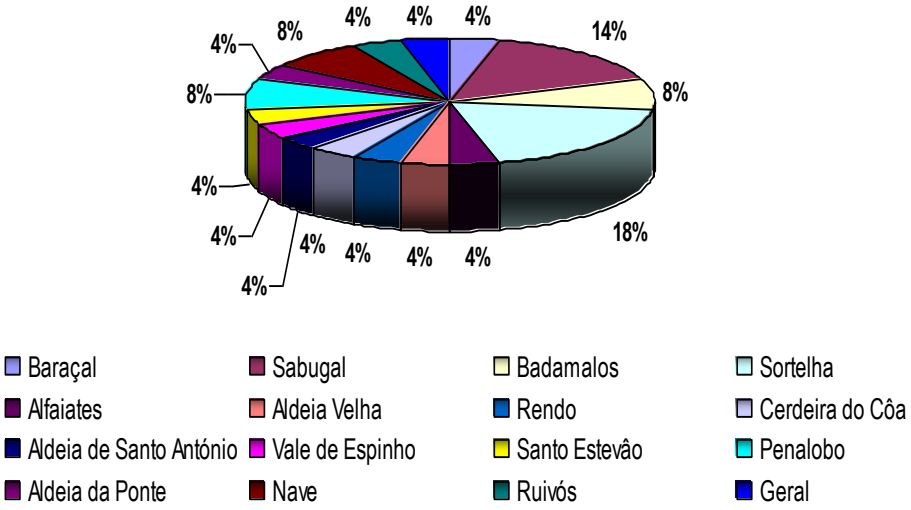


[3] A Câmara Municipal recebeu, até ao momento, 27 pretensões/sugestões, sendo que 17 foram recebidas após o dia 18 de setembro de 2002, data em que cessou o período de prévia consulta pública. Estas, encontram-se descriminadas numa tabela que se encontra em anexo.

Note-se que, na maior parte dos casos, as pretensões têm como objetivo a construção de edifícios ou implantação de loteamentos, pelo que a análise efetuada deve ser tomada como meramente ilustrativa da forma como as pretensões foram apresentadas pelos requerentes. Podem, inclusivamente, ocorrer casos em que uma pretensão se enquadra em mais do que um tipo (ex: uma pretensão apresentada como mudança de classe/categoria de espaço podia ser incorporada no grupo das pretensões para exclusão da REN, caso o terreno em causa estivesse sob este regime).

Uma vez cartografadas, foi possível fazer uma leitura espacial sobre as situações que predominam e os locais de maior pressão. Assim sendo, ressalta a incidência destas pretensões nas freguesias do Sabugal e Sortelha, com, respetivamente, 4 e 5 das 27 pretensões recebidas. Como seria de esperar, estas geralmente ocorrem com maior "densidade" nas áreas próximas aos perímetros urbanos existentes, o que é facilmente explicável pelo facto das pessoas considerarem que, os seus terrenos, estando próximos de zonas urbanas, e muitas vezes próximos de zonas infraestruturadas, são, legitimamente, propensos à edificação.

Figura 3: Distribuição das pretensões e sugestões, apresentadas na consulta pública, pelas freguesias do concelho



As entidades da **Administração Local**, que se pronunciaram foram apenas algumas Juntas de Freguesia que apresentaram as seguintes sugestões/pretensões:

- A Junta de Freguesia de Baraçal pretende a exclusão de regime de REN de uma parcela privada, situada no sítio do Barreiro, a Nordeste da sede de freguesia, de forma a legalizar a recuperação de um edifício e a construção de um barracão agrícola (ambos já efetuados);

- A Junta de Freguesia de Badamalos, por intermédio de 2 pretensões, sugere que a área edificável da aldeia de Badamalos seja alargada em 700 metros, especialmente para Sul;
- A Junta de Freguesia de Sortelha, por intermédio de 2 pretensões, pretende a inclusão em perímetro urbano de 3 áreas da sede de freguesia: uma na zona do Arrabalde, junto ao campo de futebol; outra na zona oriental da Eira (à entrada do aglomerado vindo do Sabugal); e outra na zona a Sul e a Sudeste do Cabeço da Devesa;
- A Junta de Freguesia de Aldeia Velha pretende ver alargado o perímetro urbano numa faixa de 100 metros para cada lado da estrada, entre o atual perímetro e as bombas de gasolina do cruzamento com as estradas de ligação a Aldeia do Bispo, Forcalhos e Lageosa (a oriente de Aldeia Velha);
- A Junta de Freguesia de Rendo pretende incluir em área edificável uma faixa de terrenos a Sul de Rendo, na zona de Remudo (adjacente à EN 233-3), e uma outra área na Quinta do Costa, junto à fábrica da Lactibar, onde já existem algumas habitações. A Junta sugere também que a área mínima para edificar em terrenos fora de perímetro seja reduzida para 3000 m^2;
- A Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte pretende ver incluídas em perímetro urbano algumas áreas a Sul do atual perímetro, junto à EN 332 e junto à EM 535, e uma zona a Norte, nas imediações da praça de touros, que seria um alargamento para ocidente de uma área já em perímetro. A Junta de Freguesia solicita, ainda, a exclusão de perímetro de uma faixa de terrenos adjacente à EN 332, a Norte da praça de touros;
- A Junta de Freguesia da Nave pretende, simplesmente, ver alargado o perímetro urbano da sede de freguesia;
- A Junta de Freguesia de Santo Estevão solicita o alargamento do perímetro e que a área mínima para edificar em terrenos fora deste seja inferior a 2000 m^2;
- A Junta de Freguesia de Penalobo solicita a criação de mais áreas edificáveis;
- A Junta de Freguesia de Ruivós solicita o alargamento do perímetro urbano, nomeadamente para a zona de São Paulo, e ao longo da nova variante que liga a Valongo, Vale das Éguas e Bismula.

Em relação aos pedidos para **desafetação dos regimes de REN e RAN**, existem três para o primeiro caso, nas freguesias de Cerdeira do Coa, Nave e Sortelha, e um para o segundo, na freguesia do Sabugal.

Relativamente a pretensões para **construção de edifícios/ loteamento**, existe apenas um pedido expressamente direcionado a este fim, na cidade do Sabugal.
Finalmente, os pedidos para **mudança de classe/categoria de espaço**, constituem a maioria das pretensões particulares e localizam-se um pouco por todo o concelho.

Importa, ainda, destacar a existência de um pedido de alteração de cércea para um edifício no Sabugal e de um conjunto de sugestões apresentadas por um particular, com incidência no ordenamento do território concelhio, algumas das quais com bastante pertinência.

Todas as pretensões/ sugestões recebidas serão ponderadas e tomadas em consideração, tanto ao nível individual, como ao nível de uma abordagem global. Contudo, isto não significa que venham a ser atendidos todos os intentos dos requerentes, já que, a análise técnica a elaborar, incidirá, essencialmente, sobre perspetivas de ordem estratégica e de viabilidade física, económica, social e ambiental.

ANEXOS

Pretensões e Sugestões apresentadas durante a prévia consulta pública

N°	Requerente	Freguesia	Objetivo		Observações	Justificação	Tipo de Pretensão
			De	Para			
1	Junta de Freguesia de Baraçal	Baraçal	REN	Solo urbano/urbanizável		Recuperação de casa de pedra e construção de barracão agrícola já efetuados, sendo que a recuperação foi anterior à entrada em vigor do DL n.º 93/90	Pretensões da Administração Local
2	Manuel Proença Ferrão e Maria dos Anjos Gomes Ferrão Nabais do Paulo	Sabugal	RAN	Solo urbano/urbanizável		Falta de condições ecológicas para a prática agrícola e existência de habitações em redor dos terrenos	Pretensões para desafetação da RAN
3	Manuel João Clara	Sortelha	Solo rural	Solo urbano/urbanizável	Pretensão apresentada para efeitos do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e encaminhada para o processo de Revisão do PDM		Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço
4	Junta de Freguesia de Badamalos	Badamalos	Solo rural	Solo urbano/urbanizável	Expansão do perímetro da aldeia em 700 metros , especialmente para sul		Pretensões da Administração Local
5	J. João	Sortelha	REN	Solo urbano/urbanizável		Terreno situado perto de um bairro em que há casas construídas há mais de 50 anos	Pretensões para exclusão da REN

N°	Requerente	Freguesia	Objetivo		Observações	Justificação	Tipo de Pretensão
			De	Para			
6	Junta de Freguesia de Sortelha	Sortelha	Solo rural	Solo urbano/urbanizável	Pretensão apresentada para efeitos do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e encaminhada para o processo de Revisão do PDM		Pretensões da Administração Local
7	Junta de Freguesia de Badamalos	Badamalos	Expansão da área de construção em Badamalos				Pretensões da Administração Local
8	Carlos Alves Pelicano	Alfaiates	Expansão da área de construção em Alfaiates		Objetivo será futuramente alargar restaurante e unidade hoteleira para zona situada em REN		Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço
9	Junta de Freguesia de Aldeia Velha	Aldeia Velha	Expansão do Perímetro urbano em Aldeia Velha			Falta de zonas de construção no atual perímetro	Pretensões da Administração Local
10	Junta de Freguesia de Rendo	Rendo	Expansão do Perímetro urbano de Rendo			Já se encontram algumas habitações nas zonas a incluir em perímetro	Pretensões da Administração Local
11	Manuel João Clara	Sortelha	Solo rural	Solo urbano/urbanizável			Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço
12	Maria do Céu Monteiro Nascimento	Cerdeira do Coa	REN	Solo urbano/urbanizável	Construção de restaurante	Zona junto ao rio Noéme, mas nunca atingida por cheias	Pretensões para exclusão da REN
13	José Eduardo Nunes Luís	Geral	SUGESTÕES GERAIS PARA TODO O CONCELHO				Sugestões particulares

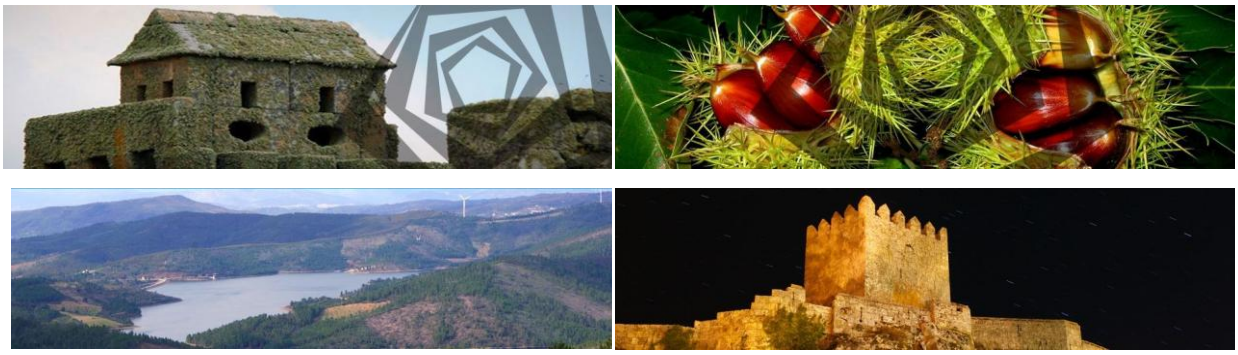
Nº	Requerente	Freguesia	Objetivo		Observações	Justificação	Tipo de Pretensão
			De	Para			
14(a)	Agostinho Romeu Batista Cunha	Aldeia de Santo António	Solo rural	Solo urbano/urbanizável	Pretensão para edificação de um complexo de moradias		Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço
14 (b)	Agostinho Romeu Batista Cunha	Aldeia de Santo António (?)	Solo rural	Solo urbano/urbanizável	Falta a localização da Pretensão		Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço
15	Paulo Alexandre Teixeira Cunha	Sabugal	Pretensão particular para edificar/lotear		Pretensão para viabilização de empreeendimento turístico		Pretensões particulares para edificar/lotear
16	Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte	Aldeia da Ponte	Pretensões várias		Pretendem-se incluir umas zonas em Perímetro e excluir outras		Pretensões da Administração Local
17	Mário Leal Gonçalves	Vale de Espinho	Solo rural	Solo urbano/urbanizável		Terreno distante apenas 50 metros de construções existentes em perímetro	Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço
18	Junta de Freguesia de Nave	Nave	Expansão do Perímetro urbano em Nave		Pretensão não definida geograficamente	Falta de zonas de construção no atual perímetro	Pretensões da Administração Local
19	Junta de Freguesia de Santo Estevão	Santo Estevão	Expansão do Perímetro urbano em Santo Estevão		Pretensão não definida geograficamente	Falta de zonas de construção no atual perímetro	Pretensões da Administração Local
20	Joaquim Salgueiro da Costa	Sabugal	Alteração de Cércea			A cércea dominate na zona é superior à do requerente	Outras sugestões/pretensões
21	Germano Ramos	Sabugal	Solo rural	Solo urbano/urbanizável		Terreno confrontante com futura urbanização, e parcialmente infraestruturado	Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço

Nº	Requerente	Freguesia	Objetivo		Observações	Justificação	Tipo de Pretensão
			De	Para			
22	Junta de Freguesia de Penalobo	Penalobo	Expansão do Perímetro urbano de Penalobo		Pretensão não definida geograficamente	Falta de zonas de construção	Pretensões da Administração Local
23	Junta de Freguesia de Sortelha	Sortelha	Expansão do Perímetro urbano de Sortelha			Falta de zonas de construção no atual perímetro	Pretensões da Administração Local
24	Francisco José Antunes Alves	Penalobo	Solo rural				Pretensões particulares para mudança de classe/categoria de espaço
25	Mariana Esteves	Nave	REN	Solo urbano/urbanizável			Pretensões para exclusão da REN
26	Junta de Freguesia de Ruivós	Ruivós	Expansão do Perímetro Urbano de Ruivós				Pretensões da Administração Local






RL 02 _ PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 03 _ CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ Condições económicas e sociais 3

1.1. Enquadramento demográfico do concelho do sabugal 3

1.1.1. Notas Introdutórias 3

1.1.2. Inserção Supra-Concelhia 4

1.1.3. Diagnóstico Quantitativo 6

1.1.4. Diagnóstico Qualitativo 9

1.1.5. Abordagem Prospetiva 14

1.2. Estrutura Económica 15

1.2.1. Introdução 15

1.2.2. Emprego, Desemprego e Habilitações da População 15

1.2.3. Estrutura Económica e Empresarial 23

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

1.1. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO DO CONCELHO DO SABUGAL

1.1.1. Notas Introdutórias

Sendo o Plano Diretor Municipal um importante instrumento de planeamento territorial, a caracterização da situação de referência para a sua revisão assume um papel preponderante.
Nesta caracterização importa conhecer e compreender o potencial humano, como base de sustentação do desenvolvimento do território, dado que, em função dele e da sua caracterização, é possível adotar políticas para minimizar as suas fragilidades ou potenciar os seus pontos fortes, na tentativa de que os reflexos no território sirvam para a atração de iniciativas e investimentos, com vista à afirmação do Concelho num contexto regional e à ultrapassagem dos grandes desafios que se colocam ao desenvolvimento do Sabugal.

No quadro de partida para a revisão, um dos elementos a ponderar é a caracterização do universo demográfico concelhio. Os recursos humanos são um dos pontos-chave do território, na medida em que o condicionam (inibindo o aparecimento de novas oportunidades ou dinamizando-o). Por isso, são também um dos alvos privilegiados das políticas sociais, urbanas e económicas, que buscam o desenvolvimento integrado e sustentável.

O objetivo é então a concretização de um documento que descreva fielmente a situação concelhia e seja um contributo efetivo para proceder à reconfiguração das estratégias territoriais concelhias, com impactos nos vários domínios que influenciam a qualidade de vida local.

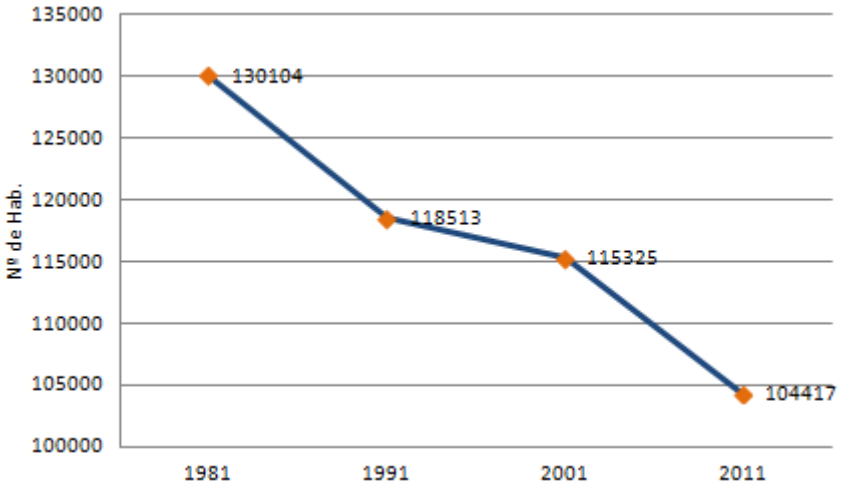
1.1.2. Inserção Supra-Concelhia

As quatro últimas décadas foram cruéis no que respeita à variação da população em Portugal e, sobretudo, nas áreas marginais à estreita faixa litoral com maior concentração económica e urbana, demonstrando uma incapacidade geral de gerar dinâmicas capazes de animar as estruturas demográficas existentes e, neste caso, os volumes demográficos. O concelho do Sabugal está precisamente na área onde com maior dificuldade se consegue fixar e renovar a população e inscreve-se, para efeitos de análise estatística, na NUTIII - Beira Interior Norte juntamente com mais 8 concelhos (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel e Trancoso).

A Beira Interior Norte é a maior NUT III da Região do Centro com 4068,8 Km^2, ocupando mais de 17% da área total da região Centro. Por sua vez, o Sabugal é o maior município da sub-região, correspondendo a 20,3% da área total da NUT III, mas detendo apenas 12% da população, constituindo uma área com grande dificuldade em fixar e renovar a população residente devido, em primeiro lugar, aos enormes fluxos de emigrantes que subtraíram população ativa levando, depois, à queda natural de natalidade. A Guarda, capital de distrito, é de longe o Concelho mais povoado da sub-região, acolhendo 41% da população.

O processo de regressão demográfica em que a sub-região se encontra manifesta-se por duas vias: diminuição de efetivos e envelhecimento da população.

Figura 1: Evolução da População na Beira Interior Norte



Fonte: INE, 1981, 1991, 2001, 2011

Entre 2001 e 2011, a Beira Interior Norte perdeu população, com uma variação negativa de -9,5%, correspondendo a uma perda de 10.908 habitantes. Com efeito, em 2001, a sub-região contava com 11.5325 indivíduos, decrescendo para 10.4417 habitantes, em 2011. Se se tiver em linha de conta a década de 80, verifica-se que, entre 1981 e 2011, a Beira Interior Norte perdeu perto de 26.000 indivíduos, o que implica uma forte penalização na ótica dos recursos humanos e da atração de investimentos.

Os concelhos que mais contribuíram para a recessão demográfica na sub-região, foram os concelhos de Almeida e Meda com –16,6%, de Almeida com –14,0%, do Sabugal com –15,6% e de Celorico da Beira com -13,3% (Quadro 1).

Na última década, há que destacar também o Concelho da Guarda, por registar um decréscimo de população (-3,5%), não obstante, a mesma ser bastante inferior à média observada nos restantes concelhos da sub-região. Este facto justifica-se pela presença de equipamentos como hospitais, universidades e outros, para além da oferta de um leque mais rico e volumoso de postos de trabalho.

Quadro 1: Evolução da população residente na sub-região da Beira Interior Norte, entre 1981 e 2011

Unidade Territorial	População Residente				Variação Populacional (%)		
	1981	1991	2001	2011	81/01	91/01	01-11
Região Centro	1763119	1721650	1782178	2327755	1,1	3,5	30,6
Sub-Região Beira Interior Norte	130104	118513	115325	104417	-11,4	-2,7	-9,5
Almeida	10524	10040	8423	7242	-20	-16,1	-14,0
Celorico da Beira	10269	8875	8875	7693	-13,6	0	-13,3
Figueira de Castelo Rodrigo	9140	8105	7158	6260	-21,7	-11,7	-12,5
Guarda	40360	38765	44083	42541	9,2	13,7	-3,5
Manteigas	4493	4192	3833	3430	-14,7	-8,6	-10,5
Meda	8964	7440	6239	5202	-30,4	-16,1	-16,6
Pinhel	14328	12693	10954	9627	-23,5	-13,7	-12,1
Sabugal	**18927**	**16919**	**14871**	**12544**	**-21,4**	**-12,1**	**-15,6**
Trancoso	13099	11484	10889	9878	-16,9	-5,2	-9,3

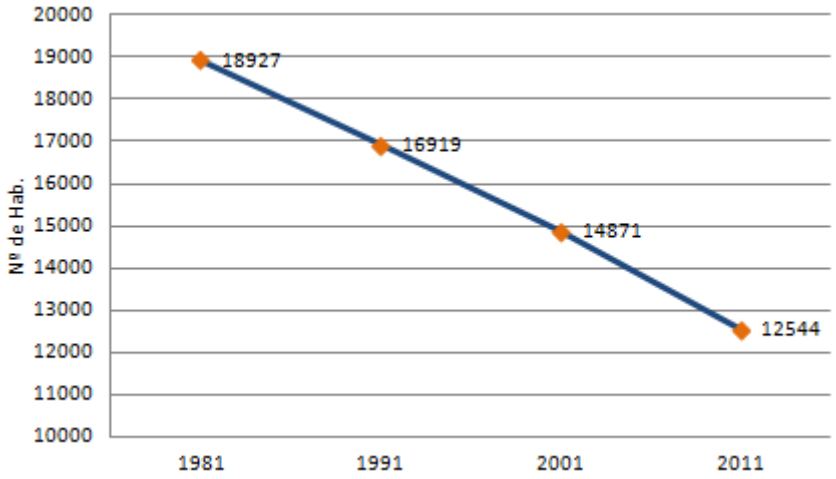
Fonte: INE, Censos 1981, 1991, 2001 e 2011

1.1.3. Diagnóstico Quantitativo

Apesar do concelho do Sabugal registar a maior área da NUTIII, este facto não significa que tenha a mesma expressão no plano da população residente, ou do seu ritmo de progressão. Com efeito, em 2011, o concelho do Sabugal registava 12.544 indivíduos, menos 2.327 habitantes que em 2001, correspondendo a uma perda de –15,6 %, uma das mais negativas da sub-região (Figura 2).

No entanto, este decréscimo de população é apenas um prolongamento da tendência que já se verificava na década anterior. Com efeito, entre 19911 e 2001, o Concelho havia registado uma variação negativa de 2.048 habitantes, representando –12,1 %, mostrando bem como, em 2011, a tendência se agravou. Em duas décadas, o Sabugal perdeu mais de 4000 habitantes, o que é significativo, num universo que hoje se situa nos 12.544 indivíduos (Figura 2).

Figura 2: Evolução demográfica no Sabugal,1981 – 2011



Fonte: INE, 1991 e 2011

Quadro 2: Evolução Populacional por freguesias, 1991/ 2001

Freguesias	População residente			Variação Populacional 1991-2001 (%)	Variação Populacional 2001-2011 (%)	Densidade Populacional (hab./Km²) 2001	Densidade Populacional (hab./Km²) 2011
	1991	2001	2011				
Sabugal	16919	14871	12544	-12,1	-15,6	17,9	15,3
Águas Belas	304	220	175	-27,6	-20,5	10,7	8,5
Aldeia do Bispo	433	395	286	-8,8	-27,6	30,1	21,8
Aldeia da Ponte	434	340	317	-21,7	-6,8	9,3	8,6
Aldeia da Ribeira	246	198	131	-19,5	-33,8	6,6	4,4
Ald. de Sto. António	675	786	798	16,4	1,5	29,9	30,3
Aldeia Velha	494	490	431	-0,8	-12,0	23,5	20,6
Alfaiates	499	419	331	-16	-21,0	13,3	10,5
Badamalos	153	99	96	-35,3	-3,0	6,6	6,4
Baraçal	287	242	190	-15,7	-21,5	15,1	11,9
Bendada	952	677	580	-28,9	-14,3	19,6	16,8
Bismula	226	198	193	-12,4	-2,5	10,4	10,1
Casteleiro	563	512	365	-9,1	-28,7	11,6	8,2
Cerdeira	385	262	229	-31,9	-12,6	11,2	9,8
Foios	454	410	362	-9,7	-11,7	14,5	12,8
Forcalhos	147	108	88	-26,5	-18,5	8,7	7,1
Lageosa	215	258	201	20	-22,1	15,6	12,2
Lomba	98	74	57	-24,5	-23,0	19,3	14,9
Malcata	359	351	332	-2,2	-5,4	16,4	15,6
Moita	202	173	103	-14,4	-40,5	20,4	12,2
Nave	288	273	230	-5,2	-15,8	10,1	8,5
Pena Lobo	192	177	141	-7,8	-20,3	12	9,6
Pousafoles do Bispo	402	338	277	-15,9	-18,0	17,3	14,2
Quadrazais	581	473	457	-18,6	-3,4	8,2	11,3
Qta. São Bartolomeu	261	217	180	-16,9	-17,1	20,4	16,9
Rapoula do Coa	265	249	195	-6	-21,7	31,4	24,6
Rebolosa	245	205	222	-16,3	8,3	22,8	24,7
Rendo	420	342	278	-18,6	-18,7	15,9	12,9
Ruivos	82	68	70	-17,1	2,9	10	10,3
Ruivina	149	127	112	-14,8	-11,8	15,7	13,9
Sabugal	2366	2174	1943	-8,1	-10,6	72,5	64,8
Santo Estevão	419	360	310	-14,1	-13,9	17,4	15,1
Seixo do Coa	286	233	171	-18,5	-26,6	12,4	9,1
Sortelha	701	579	444	-17,4	-23,3	14,6	11,2
Soito	1433	1419	1224	-1	-13,7	50,5	43,6
Vale das Éguas	69	48	39	-30,4	-18,8	13,7	11,1
Vale de Espinho	585	512	393	-12,5	-23,2	34,1	12,4
Valongo	106	68	47	-35,8	-30,9	10,8	7,5
Vila Boa	379	330	243	-12,9	-26,4	38,3	28,2
Vila do Touro	376	299	183	-20,5	-38,8	12,8	7,9
Vilar Maior	188	168	120	-10,6	-28,6	7,1	5

Fonte: INE, 1991, 2001 e 2011

Numa escala intraconcelhia, o facto de ser composto por 40 freguesias leva a que o peso de cada freguesia seja diminuto e levante dificuldades na programação de equipamentos e na atração de investimentos. Esta questão complica-se ainda mais quando quase todas as freguesias apresentam variações populacionais negativas entre 2001 e 2011, excetuando as de Aldeia de S.^{to} António (1,5%), Rebolosa (8,3%) e Ruivos (2,9%).

Apesar da generalizada regressão demográfica, devem destacar-se os decréscimos populacionais verificados nas freguesias de Moita com -40,5%, Vila do Touro com -38,8%, Aldeia da Ribeira com -33,8% e de Valongo com -30,2% (Quadro 2).

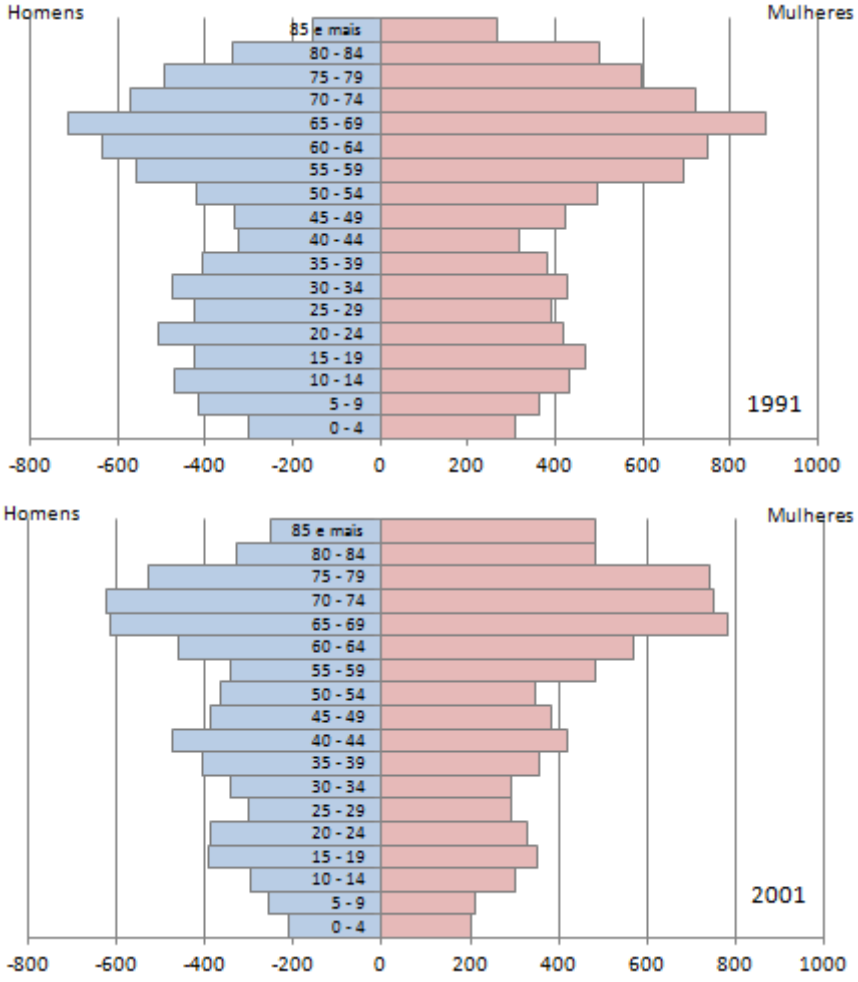
Comparando a dimensão demográfica com a superfície ocupada pelo Concelho, encontram-se densidades populacionais baixas, sendo que a maioria das freguesias regista densidades inferiores à média, exceto a freguesia do Sabugal, sede de concelho, com uma densidade de 64,8 hab/km^2. Se se cruzar a informação relativa à distribuição da população por dimensão de lugar, toda a população do Concelho vive em lugares até 1999 habitantes. A distribuição espacial da população nestas circunstâncias faz-se através da polarização de pequenos lugares e de povoamento disperso, levantando legítimas preocupações na construção de respostas sociais, económicas e urbanas com vista ao desenvolvimento territorial.

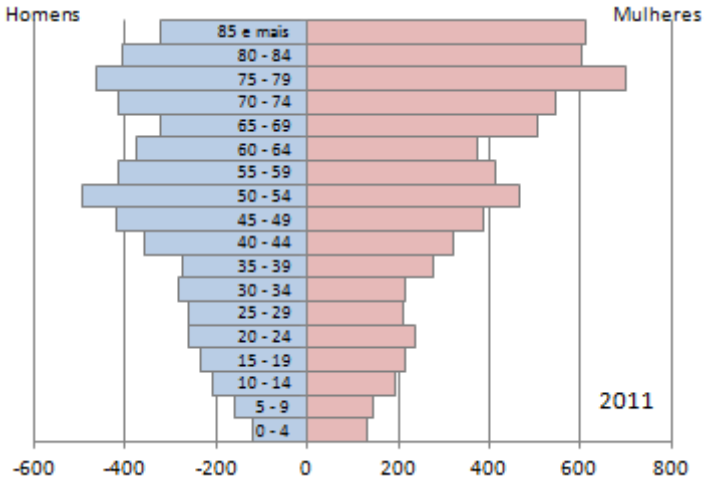
1.1.4. Diagnóstico Qualitativo

A qualidade de uma população pode ser avaliada através de diferentes variáveis, mas quando a base de trabalho são as idades há que recorrer aos estratos etários e aos grupos funcionais a partir dos quais podem estabelecer-se relações entre os conjuntos de jovens, de ativos e de idosos.

A figura seguinte pretende representar graficamente a distribuição da população masculina e feminina por idades no Concelho em três momentos censitários.

Figura 3: Pirâmide Etária do Concelho do Sabugal, 1991 / 2001 / 2011





Fonte: INE, 1991, 2001 e 2011

No que respeita à estrutura etária, o Sabugal encontra-se num processo de envelhecimento, pela base, em que a população jovem diminui (em 1991, o peso da população com menos de 15 anos era de 13,6% descendo, em 2001, para 10,0%, para em 2011 representar 7,7%), e pelo topo, em que as faixas etárias superiores a 65 anos aumentam o seu peso no total da população (em 1991, o peso da população com mais de 65 anos era de 31,2 % e, em 2001, essa percentagem ascende a 37,9%, em 2011 registava 39,6%), prevendo-se que a curto/médio prazo (5 a 10 anos) a tendência se agrave, pois a população com idades compreendidas entre os 60 e os 74 anos, em 2001, corresponde a mais de um terço (36,6%) do total da população residente.

As freguesias foram analisadas de acordo com os grupos funcionais:

- 0-14 anos – população jovem;
- 15-24 anos – população ativa jovem;
- 25-49 anos – população ativa adulta;
- 50-64 anos – população ativa madura;
- Mais de 65 anos – população idosa.

A grande maioria das freguesias apresenta uma estrutura etária envelhecida, em que mais de 40% da população tem mais de 65 anos. Em freguesias como Aldeia do Bispo, Lageosa, Vale das Éguas e Vila do Touro, esse valor ultrapassa os 60%. No que respeita à população jovem, a situação é a oposta, pois as freguesias apresentam valores muito baixos, destacando-se as freguesias de Vale das Éguas e valongo que não registam qualquer indivíduo neste grupo funcional. De facto, estas freguesias, assim como a de Badamalos, Forcalhos, Lomba, Ruivós, Vale das Éguas e Valongo, são das freguesias mais fragilizadas do Concelho, pois, em termos de população residente, não chegam a ultrapassar os 100 habitantes. Esta situação coloca questões ao nível do investimento,

tanto público como privado, pois não existem volumes populacionais que o justifiquem, sendo por isso necessário pensar-se em soluções de conjunto, agregando freguesias de modo a atingir massas populacionais críticas.

Nas faixas etárias economicamente ativas, mais uma vez, a faixa dos ativos jovens (15-24 anos) é a mais frágil, já que o seu peso máximo não ultrapassa os 8%. Isto levanta problemas ao nível da população ativa do Concelho, que, cruzando com o envelhecimento da população e o fraco dinamismo das camadas jovens (0-14 anos), revela uma situação preocupante (Quadro 3) em termos de assegurar o futuro da força produtiva do Sabugal.

Quadro 3: Estrutura etária do Sabugal, por freguesia, 2011 (em %)

Freguesias	Grupos funcionais			
	0-14	15-24	25-64	65 e +
Sabugal	8,0	7,7	43,2	41,1
Águas Belas	8,0	5,7	49,7	36,6
Aldeia do Bispo	3,5	4,2	31,8	60,5
Aldeia da Ponte	5,4	3,8	32,2	58,7
Aldeia da Ribeira	3,1	4,6	40,5	51,9
Aldeia de Sto. António	14,9	10,5	54,6	19,9
Aldeia Velha	4,2	5,6	36,4	53,8
Alfaiates	7,9	5,7	38,7	47,7
Badamalos	12,5	6,3	44,8	36,5
Baraçal	11,6	10,0	43,7	34,7
Bendada	7,2	8,4	45,7	38,6
Bismula	7,3	10,4	35,2	47,2
Casteleiro	3,0	4,4	34,2	58,4
Cerdeira	8,7	7,9	49,8	33,6
Foios	3,9	4,4	35,1	56,6
Forcalhos	9,1	5,7	37,5	47,7
Lageosa	2,5	2,0	26,9	68,7
Lomba	3,5	8,8	29,8	57,9
Malcata	6,9	3,0	37,7	52,4
Moita	1,9	6,8	39,8	51,5
Nave	6,1	7,0	37,0	50,0
Pena Lobo	1,4	5,0	46,8	46,8
Pousafoles do Bispo	2,5	5,4	37,5	54,5
Quadrazais	8,3	4,2	32,8	54,7
Qta. São Bartolomeu	13,3	10,0	53,9	22,8
Rapoula do Coa	10,8	9,2	43,1	36,9
Rebolosa	5,9	9,5	40,5	44,1
Rendo	8,6	8,6	46,4	36,3
Ruivos	11,4	11,4	45,7	31,4
Ruivina	10,7	16,1	36,6	36,6
Sabugal	12,5	10,1	53,4	23,9
Santo Estevão	7,7	4,2	35,2	52,9

Freguesias	Grupos funcionais			
	0-14	15-24	25-64	65 e +
Seixo do Coa	4,1	9,4	44,4	42,1
Sortelha	5,2	8,3	45,5	41,0
Soito	9,2	10,9	47,8	32,2
Vale das Éguas	0,0	0,0	28,2	71,8
Vale de Espinho	4,6	4,3	34,4	56,7
Valongo	0,0	10,6	44,7	44,7
Vila Boa	8,2	14,0	45,7	32,1
Vila do Touro	1,6	2,7	35,0	60,7
Vilar Maior	6,7	3,3	33,3	56,7

Fonte: INE, 2011

De modo a articular os grupos funcionais e a daí retirar conclusões que, de outra forma, ficariam invisíveis recorre-se aos Índices de Estrutura (Quadro 4) que articulam os valores de cada conjunto, permitindo avaliar com maior rigor fragilidades do presente e a dependência para o futuro.

Encontrando-se o Concelho desvitalizado, não é de admirar que o índice de envelhecimento atinja valores de 378%, em 2001, e de 513%, em 2011, isto é, existem 513 idosos para cada 100 jovens. No entanto, se se comparar com a sub-região da Beira Interior Norte, verifica-se que, apesar de esta também se encontrar num processo de envelhecimento, a situação sub-regional não é tão extrema como a que se vive neste momento no Sabugal. Logo, não é de admirar que nos índices de dependência, o Concelho se apresente mais fragilizado do que a sub-região, destacando-se o índice de dependência total que revelava a existência de 96 dependentes (jovens e idosos) por cada 100 habitantes potencialmente ativos (população dos 15-64 anos), sendo que a maior parte do índice é condicionado pelo peso dos idosos (81 %), enquanto que na sub-região esse peso já é mais ligeiro (48%).

Assim, estando o concelho do Sabugal bastante envelhecido, é normal que os mais idosos sejam do sexo feminino, dado que a esperança de vida é maior nas mulheres do que nos homens. Esta situação é confirmada pela relação de masculinidade (Quadro 4), que aponta para uma tendência para o aumento da expressão do grupo feminino.

Quadro 4: Índices de Estrutura para o Sabugal, 1991/2001/2011

Índices de Estrutura	Beira Interior Norte			Concelho do Sabugal		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Índice de Envelhecimento	123%	189%	249%	216%	378%	513%
Índice de Dependência de Jovens	29%	22%	19%	25%	19%	16%
Índice de Dependência de Idosos	36%	42%	48%	55%	72%	81%
Índice de Dependência Total	65%	64%	67%	80%	91%	96%
Relação de Masculinidade	0.91	0.91	0.90	0.91	0.90	0.88

Fonte: INE

A par da disponibilidade em população ativa, o grau de qualificação e as habilitações literárias dos recursos humanos são um fator importante para avaliação das suas potencialidades, na medida em que são um dos pontos chave para o desenvolvimento de qualquer território. Partindo desse principio, observa-se que o concelho do Sabugal assistiu a uma diminuição da sua taxa de analfabetismo, que baixou para 14,5% em 2011 (Quadro 5). Apesar de registar uma diminuição, a taxa de analfabetismo continua a ser elevada, influenciada principalmente pelo peso dos idosos no concelho, mas que, mesmo assim, não deixa de ser preocupante. A população sem nenhum grau de ensino atinge cerca de 27,4%, em 2011. Por outro lado, observa-se que mais de metade (57,9%) da população apenas cumpriu o ensino básico, valor muito próximo do apresentado pela sub-região. Assim, mais de 80% da população do Sabugal apenas tem a escolaridade obrigatória, ou não possui qualquer grau de ensino. A situação é semelhante na sub-região, embora com níveis um pouco mais baixos. No entanto é necessário chamar a atenção para o baixo nível de formação escolar da população que acaba por ter efeitos negativos na atração de investimentos para o Concelho mas também no emprego, na medida em que limita a criação de novos postos de trabalho, como, por exemplo, na área das novas tecnologias.

Entre 2001 e 2011, houve um aumento no ensino superior, sendo que este ainda tem pouca expressão no Concelho (5,3%), enquanto que na sub-região é quase o dobro, influenciado pelo concelho da Guarda, que detém todos os estabelecimentos de ensino superior existentes na sub-região.

Quadro 5: Escolaridade no Sabugal e na Beira Interior Norte 2001/ 2011 (%)

Unidade Territorial	Sem nível de escolaridade completo		Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino pós-secundário		Ensino Superior		Taxa de Analfabetismo	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Beira Interior Norte	17,9	21,8	61	56,7	11,7	11,2	0,6	0,7	8,7	9,6	14,9	9,1
Sabugal	23,2	27,4	62,2	57,9	9,5	8,7	0,4	0,6	4,6	5,3	22,1	14,5

Fonte: INE, 2001 e 2011

1.1.5. Abordagem Prospetiva

Mesmo antes de construir os cenários prospetivos para a população residente a médio prazo, é possível fornecer um conjunto de indicadores respeitantes ao movimento natural da população, que permite refletir as dinâmicas recentes da população e ajudar a perspetivar o seu futuro.

Quadro 6: Componentes do movimento natural, 2001 e 2011 (‰)

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade		Taxa de Mortalidade		Taxa de Crescimento Natural	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Beira Interior Norte	7,9	6,3	13,9	14,7	-6,0	-8,3
Sabugal	6,0	3,9	19,9	23,7	-13,9	-19,6

Fonte: INE, 2001 e 2011

O Quadro 6 revela que o concelho do Sabugal se apresenta em condições mais desfavoráveis que a sub-região para garantir a substituição das gerações em virtude do envelhecimento da população, pois o balanço entre a natalidade e a mortalidade é bastante negativo (14,7 %).

1.2. Estrutura Económica

1.2.1. Introdução

A estrutura de recursos humanos e a oferta de formação escolar e profissional são elementos essenciais para o planeamento e ordenamento do território. A análise desta componente, entre outros aspetos, permite:

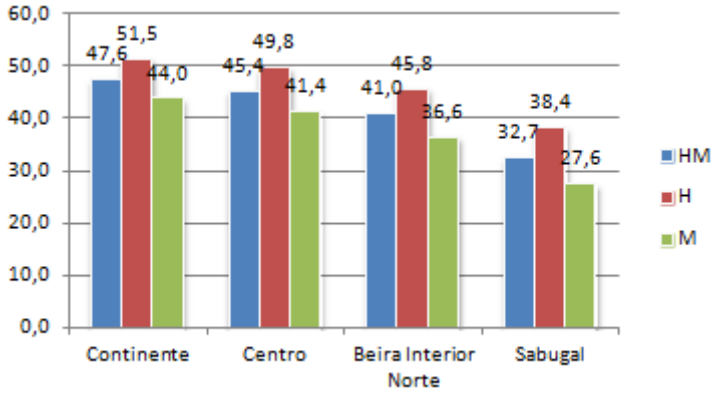
- avaliar a adaptabilidade do emprego existente às habilitações/qualificação da população;
- identificar debilidades e potencialidades dos recursos humanos que afetam a competitividade das empresas existentes e a capacidade de atração de novos investimentos; e
- diagnosticar necessidades de equipamentos educativos e formativos e de novas áreas de formação.

É neste contexto que importa analisar, por um lado, os aspetos quantitativos e qualitativos que caracterizam a população do concelho do Sabugal e, por outro, a oferta escolar e de formação que contribui decisivamente para a valorização da mão de obra disponível.

1.2.2. Emprego, Desemprego e Habilitações da População

Segundo os dados dos Censos de 2001 a população economicamente ativa era, em 2011, de 4.096 indivíduos, o que correspondia a uma taxa de atividade de 32,7%, ligeiramente inferior à observada em 2001 (32,5%), assim como à registada na sub-região Beira Interior Norte ou na Região Centro. O envelhecimento da população, com uma percentagem significativa de reformados, juntamente com a subida do nível de escolaridade (que contribui para uma maior percentagem de estudantes), justificam o menor peso que a população ativa tem no concelho do Sabugal relativamente à situação observada na Região Centro e em Portugal.

Figura 4: Taxa de Atividade, em 2011 (%)

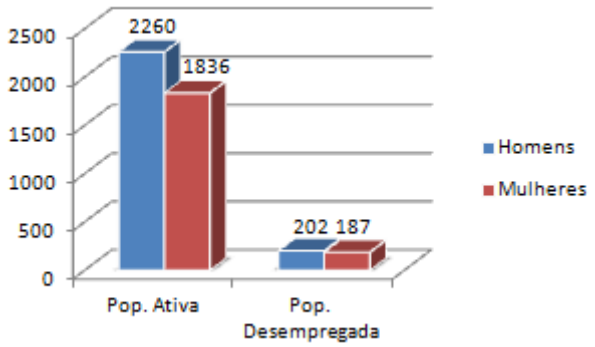


Fonte: INE, 2011

No que se refere à repartição da população ativa por sexos, existe uma clara assimetria, sendo a taxa de atividade masculina (38,4%) bastante superior à feminina (27,6%). Não obstante esta desigualdade ter sido atenuada nos últimos anos devido à crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e à diminuição da taxa de atividade masculina, existe um volume considerável de população feminina fora do mercado de trabalho, a qual pode constituir uma importante reserva de recursos humanos.

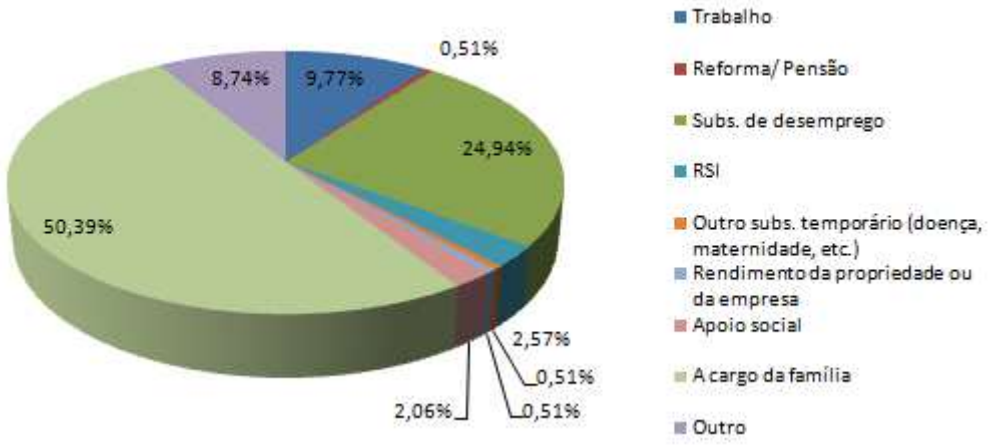
Em termos de distribuição da população ativa segundo a condição perante o emprego destacava-se, em 2011, uma percentagem significativa de desempregados, observando-se uma taxa de desemprego de 9,5%, valor inferior ao da Região Centro e do Pais, com um aumento relevante em relação a 2001 (5,5%). A distribuição, por sexos, dos 389 indivíduos que em 2011 faziam parte da população ativa desempregada era relativamente equilibrada (202 homens e 187 mulheres).

Figura 5: População com atividade económica, segundo a condição perante a atividade económica



Fonte: INE, 2011

Figura 6: População desempregada, segundo principal meio de vida, 2011



Fonte: INE, 2011

Em 2011, destacava-se um elevado número de pessoas a cargo da família, que correspondiam a 50,4%, metade da população desempregada. De salientar, ainda, o peso da população que depende do subsídio de desemprego, a qual representava cerca de 25% da população desempregada.

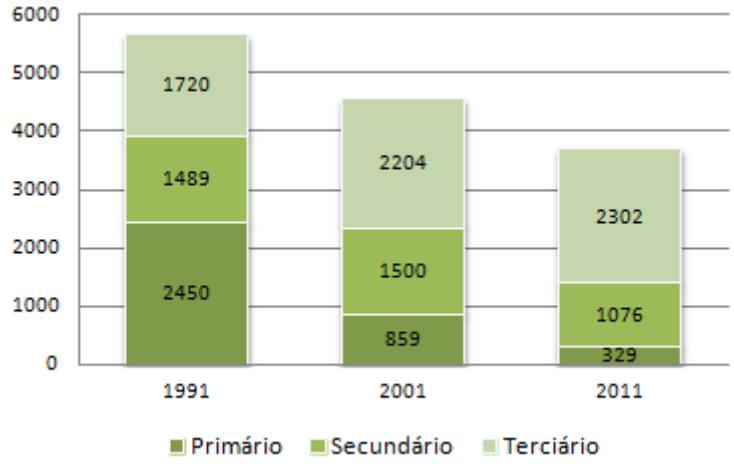
Quadro 7: População residente no Sabugal, segundo a condição perante o trabalho por setores, 2011

Condição perante o trabalho	HM		H		M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
População com atividade económica	4096	100,0	2260	100,0	1836	100,0
Empregada	3707	90,5	2058	91,1	1649	89,8
Desempregada	389	9,5	202	8,9	187	10,2

Fonte: INE, 2011

Os 4.096 indivíduos empregados, em 2011, distribuíam-se de forma desigual pelos três setores de atividade, observando-se uma crescente concentração no setor terciário. Este setor absorvia mais de metade da população empregada (62%), registando um acréscimo significativo, no período entre 1991 e 2001 (cerca de 28%) e um ligeiro aumento de 4,4,% no último período intercensitário, 2001-2011. O setor primário, ao contrário, vê o seu peso empregador diminuir significativamente (cerca de -62%), sendo que apenas 8,9% dos empregados trabalhavam, em 2011, neste setor. A atividade agrícola, em vinte anos deixou assim de ser a principal atividade empregadora do concelho do Sabugal.

Figura 7: População com atividade económica e empregada, segundo ramos de atividade



Fonte: INE, 1991, 2001 e 2011

O nível de instrução dos habitantes do concelho do Sabugal é, bastante baixo, o que está relacionado com o baixo dinamismo demográfico e o envelhecimento registado nas últimas décadas.

De acordo com os dados do último Recenseamento Geral da População mais de 27% da população não tinha qualquer nível de escolaridade completo, 58% possuía apenas o ensino básico e apenas 6% tinha uma formação média ou superior. A taxa de analfabetismo apesar de ter diminuído, entre 2001 e 2011, era também elevada, 14,5%, superior à média da sub-região (9,1%).

Existem, contudo, sinais de mudança, nomeadamente a diminuição na taxa de analfabetismo. Aliás, mesmo estes 14,5% estão, sobretudo, concentrados na população com mais de 65 anos e, portanto, não influenciam negativamente a oferta de recursos humanos.

Quadro 8: Estrutura da população residente por nível de instrução, 2011

Nível de instrução		População N	Percentagem %
Sem nível completo		3435	27,4
Básico	1º Ciclo	4581	63
	2º Ciclo	1078	14,8
	3º Ciclo	1608	22,1
Secundário		1092	8,7
Médio		80	0,6
Superior		670	5,3
Tx. Analf.	1991	-	26,3
	2001	-	22,1
	2011	-	14,5
Total		**12544**	**100**

Fonte: INE, 2011

O setor de atividade que reunia o maior volume de trabalhadores com uma formação superior era, em 2000, o setor da saúde e ação social (18 profissionais). Em oposição, os setores de atividade que concentravam o maior número de trabalhadores com menores habilitações eram os da construção e da indústria transformadora.

Quadro 9: Níveis de habilitação do pessoal ao serviço no concelho do Sabugal, 2000

Ramos de Atividade	< ensino básico	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secun-dário	Bacha-relato	Licen-ciatura	NS/NR	Total
Agricultura, Produção Animal	1	7	1	3	1	1	0	0	14
Outras Indústrias Extrativas	0	9	3	0	0	0	0	0	12
Ind. Transformadora	0	282	129	59	40	5	3	2	520
Prod e distrib de eletricidade, gás e água	0	0	2	1	2	1	0	0	6
Construção	5	112	53	33	11	0	1	33	248
Comércio	2	87	61	72	56	2	5	14	299
Alojamento e restauração	1	24	19	17	10	0	2	4	77
Transportes, Armazenag. e comunicações	1	43	15	15	9	1	0	0	84
Atividades Financeiras	0	1	1	10	20	3	0	0	35
Activ. Imobiliárias, Alug e Serv. às Empresas	0	10	0	4	8	6	5	4	37
Adm. pública, defesa e segurança social	0	1	0	2	1	0	0	0	4
Educação	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Saúde e Ação Social	10	140	57	33	38	8	18	3	307
Atividades Associativas Diversas	0	7	2	2	2	0	0	10	23
Total	**20**	**725**	**343**	**251**	**198**	**27**	**34**	**70**	**1668**
%	**1,2**	**43,5**	**20,6**	**15,0**	**11,9**	**1,6**	**2,0**	**4,2**	**100,0**

Fonte: DEEP-MSST, Quadros de Pessoal, 2000

No que respeita a estrutura etária da população ao serviço no concelho do Sabugal, ela era positiva em 2000, já que 60% dos efetivos tinham entre 25 e 44 anos e 11% não chegavam sequer aos 25 anos. Significa isto que o mercado de trabalho concelhio contava com a presença de uma estrutura etária relativamente jovem, concentrada, sobretudo, no setor da indústria transformadora, que reunia o maior número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 25 anos e os 44 anos.

Quadro 10: Estrutura etária do pessoal ao serviço no concelho do Sabugal, 2000

Ramos de Atividade	<25	25 - 44	45-54	>=55	Total
A+B - Agric., Silvicult. e Pescas	3	8	3	0	14
C - Ind. Extrativas	2	5	5	0	12
D - Ind. Transformadoras	62	355	61	42	520
E - Eletricidade, Gás e Água	0	5	1	0	6
F - Construção	30	161	32	25	248
G - Comércio	38	164	62	35	299
H - Alojamento e Restauração	14	42	12	9	77
I - Transp., Armazen. Comunic.	9	37	13	25	84
J - Atividades Financeiras	0	25	9	1	35
K - Activ. Imob. Serv. às Empres.	5	21	7	4	37
L - Adm.Pública e Seg. Social	1	1	0	2	4
M - Educação	0	0	1	1	2
N - Saúde e Ação Social	20	169	67	51	307
O - Atividades Ass. Diversas	5	9	5	4	23
Total efetivo	**189**	**1002**	**278**	**199**	**1668**
Total (%)	**11,3**	**60,1**	**16,7**	**11,9**	**100,0**

Fonte: DEEP-MSST, Quadros de Pessoal, 2000

A existência de estruturas capazes de proporcionar a transformação da mão de obra potencial em qualificada é um aspeto que deve ser considerado. A oferta de recursos de competências sustenta-se, por um lado, no sistema formal de ensino e, por outro, no sistema de formação que exerce uma função de complemento do primeiro, compensando a inadequação existente entre a oferta do sistema de ensino e a procura do sistema produtivo, causa maior dos desajustamentos entre a oferta e procura no mercado de trabalho.

Com base nos dados estatísticos do INE (Anuário Estatístico da Região Centro, 2002), o concelho do Sabugal contava, no ano letivo 2001/2002, com 70 estabelecimentos de ensino (64 públicos, dos quais 39 do 1º ciclo), que cobriam o ensino pré-escolar, básico e o secundário.

Quadro 11: Estabelecimentos de Ensino segundo o Ensino Ministrado em 2001/2002

Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profis-sionais	Ensino Superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo						
	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv		Púb	Priv
Beira Interior Norte	105	25	272	2	23	3	17	3	10	2	2	3	1
Almeida	2	3	21	-	3	-	2	-	2	-	-	-	-
Celorico da Beira	13	1	26	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-
Figueira de Castelo Rodrigo	6	2	16	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-
Guarda	32	13	77	2	8	1	5	1	2	1	-	3	1
Manteigas	5	-	3	-	1	-	1	-	-	1	1	-	-
Meda	5	1	20	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-
Pinhel	13	2	33	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-
Sabugal	19	2	39	-	3	2	2	2	1	-	-	-	-
Trancoso	10	1	37	-	2	-	3	-	1	-	1	-	-

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2002

Em 2000/ 2001, o número total de inscritos nos estabelecimentos de ensino do Concelho, a partir do ensino básico era de 1532 alunos, a maioria dos quais a frequentar o 1º ciclo.

Quadro 12: Alunos Matriculados segundo o Ensino Ministrado em 2001/ 2002

Unidade Territorial	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profis-sionais	Ensino Superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo						
	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv	Púb	Priv		Púb	Priv
Almeida	10	97	258	-	146	-	256	-	323	-	-	-	-
Celorico da Beira	136	43	375	-	207	-	295	-	129	-	-	-	-
Figueira de Castelo Rodrigo	39	77	267	-	144	-	205	-	230	-	-	-	-
Guarda	537	674	1921	61	959	119	1647	139	2164	19	-	4137	72
Manteigas	103	-	167	-	104	-	187	-	-	157	89	-	-
Meda	49	52	212	-	130	-	212	-	129	-	-	-	-
Pinhel	161	101	383	-	199	-	348	-	359	-	-	-	-
Sabugal	181	44	456	-	171	95	307	151	352	-	-	-	-
Trancoso	147	28	443	-	287	-	448	-	254	-	386	-	-

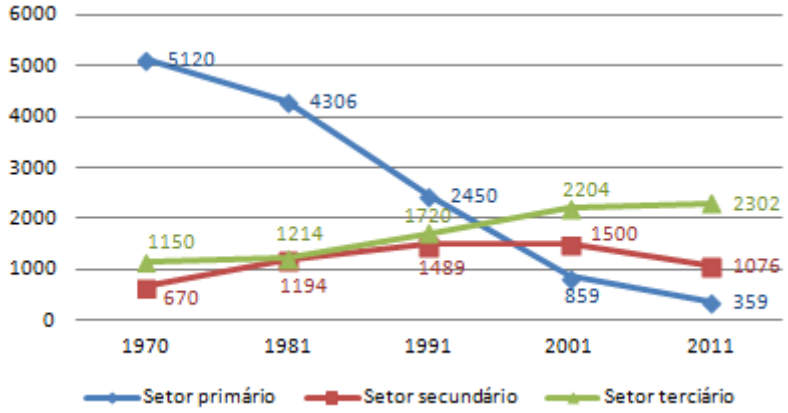
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2002

1.2.3. Estrutura Económica e Empresarial

A análise da estrutura económica e empresarial do concelho do Sabugal, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, pretende ser um exercício orientado para compreender recursos e potencialidades, dinâmicas de evolução e perspetivas de desenvolvimento, tendo como objetivo imediato contribuir para a identificação de elementos favoráveis e debilidades na criação de emprego e competências. Este conhecimento deverá constituir uma base mais sólida para a atuação municipal no domínio da política de apoio à atividade económica, nomeadamente ao nível dos apoios às unidades existentes ou a atrair para o Concelho.

O concelho do Sabugal, à semelhança de outros concelhos do interior, sofreu durante longos anos, os reflexos da sua interioridade no contexto nacional, com repercussões negativas para o seu desenvolvimento socioeconómico. Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, o desenvolvimento das acessibilidades e a crescente mobilidade de pessoas, mercadorias e capitais, o Concelho pode-se assumir como um importante ponto de charneira entre a Região Centro, a Espanha e o resto da Europa, para isso importa diversificar e qualificar o seu tecido empresarial. A estrutura produtiva do concelho do Sabugal teve por base, até há relativamente poucos anos, o setor primário, o qual era a principal atividade económica concelhia, concentrando a maioria da população ativa residente. Esta realidade alterou-se de forma significativa nos últimos anos e, embora o Concelho continue a apresentar traços de caracterização económica ainda muito influenciados pela sua tradição agrícola, o comportamento demográfico regressivo (designadamente, as continuas perdas populacionais, a concentração de população na sede de Concelho e o envelhecimento das freguesias mais rurais), a concretização de alguns investimentos públicos e privados (por exemplo, a melhoria das acessibilidades, e a criação de espaços para o acolhimento empresarial), a par da nova estrutura da economia (crescente peso do setor terciário em detrimento do primário), alteraram a composição sectorial da atividade económica do Sabugal.

Figura 8: Evolução da população empregada, por ramos de atividade



Fonte: INE, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.

A análise da evolução da população empregada por ramos de atividade mostra claramente que o setor primário, predominante até aos anos 90, registou nas últimas décadas uma diminuição significativa dos seus ativos, a favor dos outros dois setores de atividade económica, os quais, entre 1970 e 2011, observaram uma taxa de crescimento superior a 90%.

Esta evolução da população ativa no setor primário não deve ser analisada isoladamente. Há que considerar o contexto em que ocorreu, uma vez que na realidade a regressão verificada acompanhou o decréscimo geral de população ativa no Concelho. Por outro lado, a diminuição do setor agrícola não é um fenómeno específico do Concelho, ela é transversal a todo o território nacional e resulta da terciarização da economia, da política agrícola comum e do facto de ser uma atividade pouco atrativa para os jovens dada a dureza do trabalho e as baixas remunerações.

Apesar da quebra verificada, o setor primário detinha, ainda, em 2001, 18,8% da população ativa o que significa que a estrutura económica do Sabugal continuava a assentar, de forma expressiva, na atividade primária. No entanto, em 2011 passou a representar 9%, o setor terciário passou a concentrar 62% da população ativa, sendo o maior empregador, enquanto o setor secundário ocupava 29%.

Figura 9: População ativa, por setor de atividade económico, 2011



Fonte: INE, 2011.

A atividade produtiva do Concelho vocaciona-se, deste modo, para o setor terciário que, como se referiu, está associado ao fenómeno de terciarização da economia, extensivo à generalidade do país. Mas, de um modo geral, o concelho do Sabugal carece de uma diversificação e qualificação neste setor, uma vez que a atividade terciária se concentra em torno de um comércio tradicional, que incide particularmente nos bens alimentares.

Quadro 13: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, no concelho do Sabugal, 1995 e 2001

Ramos de Atividade	Estabelecimentos					Emprego				
	1995		2001		Tx. Cresc.	1995		2001		Tx.Cresc.
	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%	
A e B - Agricultura, silvicultura	2	0,8	8	2,2	300,0	6	0,5	16	0,9	166,7
C - Ind. extrativas	3	1,2	3	0,8	0,0	8	0,6	8	0,4	0,0
D - Ind. Transformadoras	45	17,6	50	13,9	11,1	541	40,7	528	29,6	-2,4
E - Eletricidade, gás e água	2	0,8	2	0,6	0,0	10	0,8	44	2,5	340,0
F - Construção	55	21,5	88	24,4	60,0	156	11,7	303	17,0	94,2
G- Com. Por grosso e a retalho	80	31,3	91	25,3	13,8	239	18,0	281	15,8	17,6
H - Alojamento e restauração	25	9,8	38	10,6	52,0	58	4,4	70	3,9	20,7
I - Transp., armazen e comunic.	5	2,0	19	5,3	280,0	59	4,4	96	5,4	62,7
J - Atividades financeiras	7	2,7	8	2,2	14,3	49	3,7	42	2,4	-14,3
K - Atividades imobiliárias	11	4,3	13	3,6	18,2	31	2,3	29	1,6	-6,5
L - Adm. Pública	1	0,4	2	0,6	100,0	3	0,2	11	0,6	266,7
M - Educação	2	0,8	1	0,3	-50,0	39	2,9	2	0,1	-94,9
N - Saúde e ação social	14	5,5	30	8,3	114,3	122	9,2	326	18,3	167,2
O - Outras activ. de serviços	4	1,6	7	1,9	75,0	7	0,5	25	1,4	257,1
Total	**256**	**100,0**	**360**	**100,0**	**40,6**	**1328**	**100,0**	**1781**	**100,0**	**34,1**

Fonte: DEEP-MSST, Quadros de Pessoal, 1995, 2001

Quadro 14: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, no concelho do Sabugal, 2012

Ramos de Atividade	Estabelecimentos		Emprego	
	Nº	%	Nº	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	120	10,5	150	6,9
Indústrias extrativas	2	0,2	-	-
Indústrias transformadoras	86	7,5	392	18,0
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	0,1	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	0,2	-	-
Construção	259	22,7	412	19,0
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	243	21,3	511	23,5
Transportes e armazenagem	43	3,8	132	6,1
Alojamento, restauração e similares	132	11,6	203	9,3
Atividades de informação e de comunicação	4	0,4	7	0,3
Atividades imobiliárias	15	1,3	19	0,9
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	44	3,9	72	3,3
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	50	4,4	53	2,4
Educação	31	2,7	47	2,2
Atividades de saúde humana e apoio social	49	4,3	57	2,6
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	12	1,1	46	2,1
Outras atividades de serviços	47	4,1	63	2,9
Total	**1140**	**100,0**	**2173**	**100,0**

Fonte: INE, 2012

A informação contida nos Quadros de Pessoal do DEEP[1], traduz esta composição, sendo de referir quer em termos de emprego, quer de número de estabelecimentos, uma concentração nos ramos do comércio, construção e indústrias transformadoras, no entanto, no ano de 2012, as atividades de alojamento e restauração, bem como a agricultura, representam um peso importante na composição sectorial do concelho.

O passado recente da atividade do Concelho evidencia, de acordo com o quadro anterior, um crescimento global significativo, entre 2001 e 2012, tanto no número de estabelecimentos, que triplicou, como no número de pessoas ao serviço (22%). No geral, quase todos os setores apresentam uma evolução positiva nos estabelecimentos, à exceção dos setores da saúde e apoio social e da indústria transformadora, sendo os setores com maior peso a construção (22,7%) e o comércio por grosso e a retalho (21,3%).

[1] A fonte de informação estatística Quadros de Pessoal, apesar de ter a vantagem de ser atual e abrangente, tem algumas insuficiências decorrentes de não serem considerados os trabalhadores da função pública (excluindo, p.e., os trabalhadores da Câmara Municipal) e os empresários em nome individual, neste último caso, conduzindo a volumes de emprego e de estabelecimentos, sobretudo nos setores primário e terciário, um pouco inferiores à realidade.

No que se refere à taxa de crescimento é de salientar o setor do comércio que observou, entre 2001 e 2012, à emergência de 152 unidades empresariais (crescendo para mais do dobro do existente em 2001), sendo adicionados 230 novos postos de trabalho. O setor da construção está, igualmente, em expansão, tendo sido criados 171 estabelecimentos e 109 novos postos de trabalho que correspondem a uma taxa de crescimento de 36%. A agricultura, prosução animal e pescas, apesar de ser um setor em regressão regista uma taxa de crescimento positiva.

Atualmente, o Sabugal apresenta uma dinâmica económica assente num tecido produtivo pouco especializado, onde se complementam:

a) Um setor agrícola, em regressão, e com algumas debilidades, mas passível de ser valorizado economicamente.
b) Um setor industrial com pouca tradição no Concelho, mas que tem registado nos últimos anos, algum dinamismo.
c) Um setor da construção civil que tem observado um grande crescimento;
d) Um setor terciário em expansão, sobretudo na área do comércio, mas que apresenta debilidades pela fraca diversidade e qualidade da oferta;
e) Um setor turístico com potencial, mas que ainda não soube valorizar plenamente os seus recursos.

As dinâmicas subjacentes aos diversos setores justificam uma análise mais detalhada, na qual se procura caracterizar as principais atividades e os seus produtos ou serviços, as potencialidades que lhes estão subjacentes, bem como os entraves a uma maior competitividade, atual e futura.

[a] Setor Primário

O Sabugal é um concelho com uma forte tradição agrícola, no entanto, nos últimos anos assistiu-se a uma regressão desta atividade, resultado, quer da política agrícola nacional e europeia, quer da estrutura/características inerentes ao tipo de explorações e ao perfil dos agricultores.

Apesar da perda de importância do setor primário como atividade principal da população (existindo um número cada vez menor de ativos e de explorações agrícolas) o Concelho tem assistido à instalação de algumas unidades agrícolas e a atividade agrícola permanece como uma importante fonte de receita secundária, na medida em que muitos trabalhadores e reformados aliam ao seu trabalho à prática de uma agricultura para autoconsumo.

A agricultura do concelho de Sabugal é, assim, constituída por hortas familiares vocacionadas para o autoconsumo, e por pequenas explorações agrícolas, dominando os produtores individuais com propriedades muito pequenas, não sendo por isso de estranhar o reduzido número de estabelecimentos registados com pessoal ao serviço.

Figura 10: Número de estabelecimentos e do emprego, no setor da agricultura, 2001

Área de Atividade	Estabelecimentos		Emprego	
	2012		2012	
	N.º	%	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	110	91,7	134	89,3
Silvicultura e exploração florestal	10	8,3	16	10,7
Pesca e aquicultura	0	0,0	0	0,0
Total do concelho	**120**	100,0	**150**	100,0

Fonte: INE, 2012

Segundo a análise dos dados, em 2011 existiam 120 estabelecimentos no setor da agricultura, sendo que a produção animal, caça e atividades de serviços relacionados representava cerca de 92% desse total, empregando um total de 89% trabalhadores. Para além destes estabelecimentos existe um conjunto significativo de unidades que não têm trabalhadores, sendo o recurso a mão de obra exterior ao agregado familiar para a realização das atividades agrícolas muito reduzido.

A alteração da composição económica concelhia teve repercussões no número de explorações agrícolas, que regrediram nos anos 90, passando de 3869, em 1989, para 2614, em 1999 e em 2009 totalizavam 1352, predominando as pequenas e muito pequenas explorações (a dimensão média das explorações é igual ou inferior aos 15 hectares).

Quadro 15: Evolução da superfície agrícola, explorações e SAU, 1999 e 2009.

Superfície	1999			2009			Var. 1999-2009 (%)	
	N.º Expl.	Área (ha)	Área/ Expl (ha)	N.º Expl.	Área (ha)	Área/ Expl (ha)	N,º Expl.	Área
Superfície total	2614	34397,8	13,2	1352	24506,0	18,1	-48,3	-28,8
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	2606	27611,3	10,6	1352	19995,0	14,8	-48,1	-27,6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999 e 2009.

Não obstante este comportamento regressivo, e como já foi referido, a tradição agrícola persiste até à atualidade e permanece como uma importante fonte de rendimento para parte da população, sobretudo para a que vive nas freguesias mais rurais, com um nível etário mais elevado, menores habilitações e social e economicamente mais desfavorecida.

Quadro 16: Principais características das explorações agrícolas, 2009

Tipo de exploração	N.º Expl.		Hectares		Dimensão média das expl.
	N.º	%	N.º	%	Ha/expl.
Produtor singular autónomo	1340	99,1	19029	95,2	14
Sociedades	6	0,4	468	2,3	78
Baldios	1	0	355	1,8	355
Outras	5	0,4	143	0,7	29
Total	**1352**	**100**	**19995**	**100,0**	**15**

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009.

A agricultura do concelho do Sabugal é, assim, caracterizada, Papenas por produtores singulares autónomos que mantêm um modo de produção tradicional e são pouco abertos à introdução de métodos produtivos mais rentáveis.

Quadro 17: Principais características dos produtores agrícolas, 2009

Características	Número	%
Natureza Jurídica	**1.340**	**100**
Autónomo	1.340	100
Empresário	0	0
Sexo	**1340**	**100**
Masculino	857	64
Feminino	483	36
Nível de instrução	**1340**	**100**
Não sabe ler nem escrever	52	12,6
Sabe ler e escrever	77	18,4
Básico - 1º ciclo	417	48,5
Básico - 2º ciclo	65	7,5
Básico - 3º ciclo	70	8,1
Secundário agrícola / florestal	0	0,2
Secundário não agrícola / não florestal	1	2,2
Superior agrícola / florestal	0	0,3
Superior não agrícola / não florestal	1	2,1
Idade	**1340**	**100**
15 - 24	2	0,1
25 - 34	19	1,4
35 - 44	88	6,6
45 - 54	227	16,9
55 - 64	289	21,6
>= 65	715	53,4
Tempo de atividade agrícola	**1340**	**100**
Tempo completo	442	33
Tempo parcial	898	67
> 0 - < 25%	159	17,7
25 - < 50%	185	20,6
50 - < 75%	127	14,1
75 - < 100%	131	14,6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

Dos 1.340 indivíduos que perfazem a população agrícola do Concelho, a totalidade são produtores individuais autónomos, maioritariamente do sexo masculino, que exercem a sua atividade agrícola a tempo parcial – 67% dos produtores estão na exploração menos de metade do seu tempo e 33% dos produtores se dedicam à exploração a tempo completo.

O nível de habilitações dos produtores agrícolas individuais é baixo, na medida em que 12,6% não sabe ler nem escrever, 18,4% sabe ler e escrever e 48,5% tem apenas o 1ª ciclo do Ensino Básico. Apenas 2,4% dos produtores possuem um nível de instrução secundário ou superior.

O baixo nível de escolaridade pode ser justificado, na maioria dos casos, pela idade avançada dos produtores agrícolas já que mais de metade dos produtores (53,4%) têm idade igual ou superior a 65 anos, com menos de 25 anos existem apenas 2 indivíduos.

Quadro 18: Principais culturas, 2009

Culturas	Expl. (n.º)	Área (ha)
Culturas temporárias	1.134	3.644
Cereais para grão	579	1120
Leguminosas secas para grão	128	13
Prados temporários	13	115
Culturas forrageiras	826	2255
Batata	746	138
Culturas industriais	-	-
Culturas hortícolas	5	2
Flores e plantas ornamentais	-	-
Outras culturas temporárias	-	-
Culturas Permanentes	**771**	**782**
Frutos frescos	73	80
Citrinos	5	1
Frutos de casca rija	102	163
Olival	320	312
Vinha	542	226
Frutos sub-tropicais	-	-
Outras culturas permanentes	-	-

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

As principais culturas do concelho são: (i) as culturas forrageiras, os cereais para grão e a batata, dentro das culturas temporárias; e (ii) a vinha e o olival, no caso das culturas permanentes. Estas últimas culturas têm alguma tradição em algumas zonas do Concelho, assim como a produção de maçãs, sendo produções certificadas (azeite da Beira Baixa – DOP; Maçã da Beira Alta – IGP).

A atividade pecuária tem, igualmente, um peso significativo no Concelho, designadamente a criação de ovinos, de caprinos, e bovinos destacando-se o Borrego e o Cabrito da Beira (IGP). Existem também no Concelho explorações que se dedicam à produção de aves e coelhos, que se destinam, sobretudo, ao autoconsumo, excetuando duas cuiniculturas, na freguesia do Soito, que a produção visa a exportação.

Quadro 19: Efetivos animais, 2009

Tipo	Efetivo (n.º)
Bovinos	7.661
Suínos	665
Ovinos	12.505
Caprinos	3.710
Equídeos	712
Coelhos	2.476
Aves	5.285
Frangos de carne (inclui galos)	761
Galinhas poedeiras e reprodutoras	4.040
Perús	53
Patos e Outras	431
Abelhas	-
Colmeias e cortiços povoados	1.029

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

A atividade florestal encontra também no concelho do Sabugal condições bastante favoráveis para o seu desenvolvimento. No entanto, subsistem problemas financeiros, de gestão e organização do setor que impedem uma exploração destes recursos de forma mais sustentada, equilibrada e rentável. No que respeita a áreas ardidas, pode também acrescentar que tem sido um concelho bastante masssacrado pelo incêndios nos últimos 10 anos como se pode verificar pela peça desenhada da "Ocupação do solo".

Em síntese, o setor primário do concelho do Sabugal apresenta, um conjunto de características que condicionam o seu desenvolvimento, onde se sublinham:

- o perfil dos agricultores que, na sua maioria, têm uma idade muito avançada, baixas habilitações e nem sempre estão abertos à inovação e ao associativismo (apesar do concelho do Sabugal ser abrangido por movimentos associativos com alguma importância como a Cooperativa Agrícola do concelho do Sabugal, a Acrisabugal, a Opaflor e a Côaflor que, em conjunto, contam com um considerável númeo de associados);
- a incapacidade de atração de jovens para o setor;
- a reduzida dimensão das explorações agrícolas, que dificulta a mecanização e a introdução de novos métodos produtivos e de novas culturas, o que é acentuado em alguns casos pela topografia do terreno.

Estas limitações inibem um maior desenvolvimento da atividade agrícola no Concelho, a qual, grosso modo, gera rendimentos reduzidos. O setor agrícola pode, no entanto, vir a desempenhar um papel importante no desenvolvimento do concelho do Sabugal, se se apostar nas áreas onde tem potencialidades e se houver dinamismo empresarial e capacidade de inovação. O reforço da modernização e da conjugação da produção com a transformação contribuindo, deste modo também para a mudança de imagem que o setor tem atualmente, poderá trazer frutos e, em última análise, atrair uma mão de obra mais jovem, qualificada e empreendedora para o setor.

Para além da administração central, através dos seus orgãos desconcentrados e da adminsitração local é também uma peça central na estratégia de revigoração dos espaços agrícolas e de baixa densidade em termos gerais a Pró-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, cuja intervenção abrange os concelhos da Guarda e do Sabugal.

O seu trabalho, guiado pelo Plano de Desenvolvimento Local, centra-se na busca por uma maior mobilização e organização nas iniciativas locais ao mesmo tempo que promove o aprofundamento e adequação integrada e sustentável das competências do potencial humano, nos espaços rurais. Nesse sentido, a sua atividade levou-a à apresentação de candidaturas ao QREN / PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural, no valor de 11,5 milhões de euros, estimando-se a possibilidade de, com a sua aprovação, alcançar 400 novos postos de trabalho nos dois concelhos abrangidos.

De acordo com esta candidatura "pretende-se promover o aumento do investimento produtivo, potenciar a fixação da população ativa jovem, incentivar e acolher empreendedorismo jovem e elevar o campo de possibilidade da exploração agrícola, apostando na agricultura biológica e em outras formas de produção amigas do ambiente. Também está prevista a criação de um observatório para investimento produtivo e escoamento de produtos do território"[2].

1. [2] In JN, "Pró-Raia quer criar 400 empregos", 2008-09-11

[b] Setor Secundário

A atividade secundária tem pouca tradição no concelho do Sabugal, tendo sido, inclusivamente do ponto de vista histórico, uma atividade com pouco peso na estrutura económica concelhia. No entanto, e apesar desta visão retrospetiva, nos últimos anos o setor tem observado um crescimento positivo, sobretudo na construção.

Quadro 20: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, no setor secundário, 2001 e 2012

Área de Atividade	Estabelecimentos					Emprego				
	2001		2012		Tx. Cresc.	2001		2012		Tx. Cresc.
	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%	
C - Ind. extrativas	3	0,8	2	0,2	-33,3	8	0,5	-	0,0	-100,0
D - Ind. Transformadoras	50	13,9	86	7,5	72,0	528	29,6	392	95,1	-25,8
E - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	0,6	1	0,1	-50,0	44	2,5	-	0,0	-100,0
F - Construção	88	24,4	259	22,7	194,3	303	17	412	100,0	36,0
Total do concelho	**360**	**100**	**1140**	**100,0**	**216,7**	**1781**	**100**	**2173**	**527,4**	**22,0**

Fonte: INE, 2001, 2012

No âmbito sub-regional – NUTIII Beira Interior Norte - verifica-se que globalmente, no setor secundário, existe um forte peso da área de atividade da construção e que na indústria transformadora, o concelho da Guarda é o que regista, naturalmente, um maior protagonismo. Fica, no entanto, bem evidente o lugar de destaque do concelho do Sabugal no âmbito NUT III da Beira Interior Norte ao ser, a seguir à Guarda, o que acolhe maior volume de estabelecimentos na indústira transformadora contribuindo com 14% (86 estabelecimentos) do total da sub-região.

Quadro 21: Estabelecimentos no setor secundário na Beira Interior Norte, 2012

Área de Atividade	D	E	F
Beira Interior Norte	**616**	**12**	**1188**
Almeida	30	0	44
Celorico da Beira	38	1	51
Figueira de Castelo Rodrigo	50	1	54
Guarda	214	5	476
Manteigas	23	1	39
Meda	44	1	54
Pinhel	70	0	109
Sabugal	**86**	**1**	**259**
Trancoso	61	2	102

Fonte: INE, 2012

D- Indústria Transformadora E- produção e distribuição de eletricidade, gás e de água F-Construção

Se no caso da indústria transformadora o concelho do Sabugal é facilmente identificável no panorama da NUTIII essa imagem é ainda reforçada quando nos centramos agora no campo da Construção. Com efeito, os 21,8%, correspondendo aos 259 estabelecimentos presentes no Concelho, são reveladores da concentração verificada aqui e da existência de uma clara especialização nesta atividade.

Detalhando os estabelecimentos da indústria transformadora por subsecções onde atuam fica-se com uma imagem mais clara das atividades que privilegiaram uma localização no Sabugal face aos restantes concelhos da NUTIII Beira Interior Norte. Entre elas, surgem as indústrias alimentares; a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos; a fabricação de outros produtos minerais não metálicos, e as indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário.

Quadro 22: Estabelecimentos na indústria transformadora na Beira Interior Norte, 2012

Área de Atividade	DA	DB	DD	DE	DF	DG	DI	DK	DM	DN	DO	DP	DR	DS	DT	DU	DV	DW	DX
Beira Interior Norte	147	28	21	32	3	67	14	9	9	69	1	145	1	5	4	1	24	14	22
Almeida	8	0	0	0	0	3	0	0	1	9	0	7	0	0	0	0	1	0	1
Celorico da Beira	12	1	0	1	0	3	1	1	1	3	1	12	0	0	0	0	0	0	2
Figueira de Castelo Rodrigo	22	4	0	0	0	6	0	0	0	8	0	8	0	0	0	0	0	1	1
Guarda	38	4	11	14	1	17	8	4	3	21	0	55	1	3	3	0	11	7	13
Manteigas	7	1	4	4	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0
Mêda	13	11	3	1	1	4	0	1	0	2	0	5	0	1	0	0	1	0	1
Pinhel	12	4	0	1	0	10	1	2	0	17	0	18	0	0	1	1	2	0	1
Sabugal	17	1	2	7	0	12	2	1	2	6	0	26	0	1	0	0	7	1	1
Trancoso	18	2	1	4	1	9	2	0	2	3	0	14	0	0	0	0	1	2	2

Fonte: INE, 2012

Subsecção DA— Indústrias alimentares DB— Indústria das bebidas DC— Indústria do tabaco DD — Fabricação de textêis DE— Indústria do vestuário DF – Indústria do couro e de produtos do couro DG – Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria DH – Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos DI – Impressão e reprodução de suportes gravados DJ – Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis DK – Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos DL – Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas DM – Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas DN – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos DO – Indústrias metalúrgicas de base DP – Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos DQ – Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos DR – Fabricação de equipamento elétrico DS – Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e. DT – Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis DU – Fabricação de outro equipamento de transporte DV – Fabrico de mobiliário e de colchões DW – Outas indústrias transformadoras DX - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos

A uma escala intraconcelhia só duas subsecções (Indústrias alimentares e Indústrias metalúrgicas) conseguem juntar 43% do total dos estabelecimentos industriais existentes, demonstrando a concentração existente nestas áreas de atividade. Como maior entidade empregadora destaca-se uma empresa existente no concelho (com mais de 100 empregados), que labora no ramo do vestuário.

A existência deste tipo de indústrias deve-se, por um lado, ao aproveitamento e transformação dos produtos provenientes do setor primário; e, por outro, ao forte crescimento que o setor da construção tem tido nos últimos anos e que impulsionou o aparecimento de empresas produtoras de materiais de construção.

Quadro 23: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego na indústria, 2001 e 2012

Área de Atividade	Estabelecimentos		Emprego	
	2001	2012	2001	2012
Total	50	86	528	392

Fonte: INE, 2001, 2012

O concelho do Sabugal evidenciava, assim, até 2001 uma atividade industrial apoiada em 50 estabelecimentos. De acordo com os dados do INE para 2012 esse universo empresarial passou para 86, revelando quase uma duplicação e, por isso, uma extraordinária capacidade de atração empresarial nos últimos anos, assente em novos fatores chave de competitividade como as acessibilidades e a proximidade à Guarda e a Espanha. Existem, apesar de sinais evidentes de modernização e inovação, ainda limitações ao setor que aparenta ainda estar muito dependente de uma oferta de matérias primas e de uma procura local, predominando as micro e pequenas empresas. Estas características do tecido industrial, associadas ao facto da indústria estar direcionada para o mercado local são fatores que contribuem para uma fraca aposta em processos de modernização e inovação organizacional e produtiva, sendo reduzido o recurso aos sistemas de incentivos à indústria.

Apesar da pouca tradição e reduzida importância deste setor no Concelho, e tentando dotá-lo de espaços infraestruturados aptos a oferecer às empresas condições atrativas para se manterem/instalarem no Concelho, dinamizando assim a atividade industrial do concelho, existem no Sabugal três zonas industrias/empresarias (para além de uma indústrialização dispersa pelo concelho mas de pequena dimensão e/ou não integrada em zonas industriais):

- Zona Industrial do Sabugal (situada na cidade e que totaliza cerca de 19 hectares);
- Centro Empresarial do Soito (situada na vila do Soito e que totaliza aproximadamente 1,8 hectares mais 7,5 hectares de área de expansão prevista);
- Zona empresarial do Sabugal (situada no cruzamento do Espinhal e que totaliza aproximadamente 13 hectares de área existente e mais 52 hectares de expansão prevista).

No primeiro caso os lotes estão praticamente todos ocupados, sendo que a armazenagem constitui uma percentagem grande desta ocupação. O quadro seguinte apresenta as empresas instaladas em 2009 na Zona Industrial do Sabugal.

Quadro 24: Empresas presentes na ZI do Sabugal (ano de 2009)

Função	Cod_CAE	Nome	Sub_Grupo
Montagem de aquecimento central	0	Chapeira & Gomes Lda	Outros Serviços
Indústria de carnes	15130	Redutos & Redudos Lda	Indústria
Pneus e acessórios auto	50300	Egipneus	Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos
Artes gráficas	22220	Graficôa	Indústria
Máquinas e ferramentas	52481	Olipal	Comércio a retalho
Fábrica de cortinados	17400	Chapeira & Gomes Lda	Indústria
Serralharias e caixilharias	28120	Servicôa	Indústria
Indústria textil	18221	Dache - Confeções Lda	Indústria
Rochas ornamentais	26703	Marmoraria Moderna	Indústria
Carpintarias	20302	Móvelcôa	Indústria
Oficinas e serviços auto	50200	Carlook	Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos
Pneus e acessórios auto	50300	Autoreparadora Lince	Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos
Carpintarias	20302	Móveis L & A	Indústria
Comércio por Grosso de bebidas	0	Uniraia	Comércio por Grosso
Comércio por Grosso de Aços e outros metais	0	Representações Rocha	Comércio por Grosso
Comércio por Grosso de Frutas	0	Frutas Picó	Comércio por Grosso
Comércio por Grosso produtos de higiene	0	Móvelquimica	Comércio por Grosso
	0	Palegessos	

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Nos outros ainda não existe nada construído, à exceção de uma indústria de painéis solares na Zona empresarial do Sabugal (cruzamento do Espinhal).

A dinâmica evidenciada no setor à escala sub-regional, apresentando-se como o Concelho mais industrializado logo a seguir à Guarda, parece ter uma tradução clara na linha de política municipal garantindo a manutenção desses protagonismo e até da sua ampliação aproveitando as oportunidades que se vão colocando neste domínio.

Um ramo do setor secundário que tem evidenciado um grande dinamismo é o setor da construção civil, como aliás já se fez referência a propósito da comparação com a realidade dos concelhos da Beira Interior Norte. Este setor tem um peso considerável na estrutura sectorial do concelho do Sabugal que se traduz, em termos quantitativos, em 2012, num total de 259 estabelecimentos (corresponde a 22,7% do conjunto de estabelecimentos), a empregar 412 pessoas (19,0% do emprego concelhio). Este foi também um dos setores que mais cresceu, entre 2001 e 2012, tendo sido criados mais 109 postos de trabalho.

Quadro 25: Número de estabelecimentos e emprego na construção (2012)

Atividade	Estabelecimentos	Emprego
	2012	2012
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	168	265
Engenharia civil	11	16
Atividades especializadas de construção	80	131
Total	**259**	**412**

Fonte: INE, 2001 e 2012

O setor estrutura-se, sobretudo, em torno da "promoção imobiliária; construção de edifícios (no todo ou em parte)" (CAE a 3 dígitos) que concentrava 64,9% dos estabelecimentos do setor, em 2012, e 64,3% das pessoas ao serviço (265 trabalhadores), existindo algumas unidades que exercem a sua influência em localidades fora do Concelho. Observa-se, contudo, uma tendência de diversificação deste setor com o aparecimento de empresas que se dedicam a atividades especializadas de construção.

A atual estrutura do setor secundário do Sabugal depara-se, contudo, com alguns problemas, que limitam o seu desenvolvimento e que condicionam a instalação de novas unidades, nomeadamente:

- o perfil dos empresários e das unidades empresariais, referido atrás;
- a crescente dificuldade em recrutar mão de obra, quer pessoal qualificado e técnico, quer pessoal não especializado; e
- a inexistência de hábitos de cooperação empresarial, inibindo o desenvolvimento de uma rede de micro-empresas que, de forma integrada e rápida, respondam a necessidades de uma procura cada vez mais exigente.

Existem, no entanto, alguns fatores que podem contribuir para o desenvolvimento do setor destacam-se:

- a localização geográfica privilegiada;
- o reforço da rede de infraestruturas e equipamentos;
- o desenvolvimento do setor da construção através :
  - do reforço do crescimento das segundas residências, dando mais importância à qualidade da construção e à sua localização;
  - o envio de remessas e o retorno de emigrantes;
  - do desenvolvimento do setor turístico, induzindo efeitos multiplicadores sobre os diversos ramos da fileira da construção (p.e., beneficiação de vias, construção de caminhos, alojamentos turísticos e outros equipamentos de apoio);
  - do reordenamento e a requalificação dos espaços exteriores, qualificando e embelezando áreas, melhorando equipamentos urbanos;
  - da reestruturação e renovação de infra-estruturas diversas (p.e., iluminação, águas, arruamentos);
  - da aposta por parte das Autarquias da Região no desenvolvimento desportivo, social e cultural, pressupondo a instalação de novos equipamentos e a beneficiação dos existentes;
  - da concretização de diversos investimentos estruturantes no âmbito do QCA III na Região.

[c] Setor Terciário

A estrutura produtiva do concelho do Sabugal encontra-se muito centrada em torno do setor terciário, sobretudo, na atividade comercial que, em 2001, assentava, essencialmente, no comércio, na manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos, no comércio a retalho de combustíveis para veículos (27 estabelecimentos e 75 postos de trabalho), e no comércio a retalho de outros produtos novos em estabelecimentos especializados (28 estabelecimentos e 61 postos de trabalho).

Quadro 26: Número de estabelecimentos e do emprego no comércio, 2012

Atividade	Estabelecimentos		Emprego	
	2012		2012	
	N.º	%	N.º	%
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	29	11,9	265	64,3
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	40	16,5	16	3,9
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	174	71,6	131	31,8
Total	**243**	**100**	**412**	**100,0**

Fonte: INE, 2012

A atividade comercial do concelho do Sabugal, apesar de ser uma importante componente da estrutura económica concelhia e de ter contribuído de forma positiva para a criação de postos de trabalho, absorvendo 412 trabalhadores em 2011, no entanto, é pouco diversificada, assentando num conjunto restrito de atividades.

A viver um período de expansão, a atividade comercial esconde, contudo, um conjunto de condicionantes, designadamente, o perfil dos comerciantes, a sua diversidade (predomínio do comércio de tipo tradicional) e a ausência de atratividade da oferta (debilidades na decoração, nos expositores, na apresentação da fachada, etc.). As debilidades acentuam-se à medida que se sai da sede de Concelho para as freguesias envolventes, onde a oferta é, ainda, mais escassa e menos diversificada.

O setor dos serviços[3], igualmente em expansão, representava, em 2012, 37,5% do tecido empresarial do Sabugal (427 estabelecimentos) empregando 32,2% dos trabalhadores (699 pessoas) afetos ao sistema formal e não estatal de emprego. Entre 2001 e 2012, este setor observou um crescimento de 16,3% no emprego e 261,9% no número de estabelecimentos.

Quadro 27: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, nos serviços, 2012

Atividade	Estabelecimentos		Emprego	
	2012		2012	
	N.º	%	N.º	%
H - Transportes e armazenagem	43	10,1	132	18,9
I - Alojamento, restauração e similares	132	30,9	203	29,0
J - Atividades de informação e de comunicação	4	0,9	7	1,0
K - Atividades imobiliárias	15	3,5	19	2,7
L - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	44	10,3	72	10,3
M - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	50	11,7	53	7,6
N - Educação	31	7,3	47	6,7
O - Atividades de saúde humana e apoio social	49	11,5	57	8,2
P - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	12	2,8	46	6,6
Q - Outras atividades de serviços	47	11,0	63	9,0
Total	**427**	**100,0**	**699**	**100,0**

Fonte: INE, 2012

Em termos sectoriais, existe uma concentração nas atividades de alojamento e restauração, saúde e apoio social, atividades administrativas e transportes e armazenagem. Observa-se assim, que o terciário de natureza económica (secção H, I, J, K, L) é pouco diversificado, respondendo apenas às necessidades mais básicas das empresas. Também no que se refere ao terciário de natureza social (secção M, N,O, P) existe uma oferta muito concentrada nas atividades saúde e ação social, o que indicia uma crescente preocupação com o apoio à população residente (que é bastante envelhecida, como já foi referido).

Persistem, deste modo, algumas áreas onde a oferta de serviços é insuficiente, nomeadamente, as atividades financeiras e imobiliárias, as atividades administrativas, os serviços de cultura, lazer e desporto e os serviços de natureza social (p.e., apoio à população idosa).

Os desenvolvimentos futuros associados, quer à dinâmica económica, quer à promoção da qualidade de vida da população, permitem prever boas perspetivas de crescimento do setor dos serviços no concelho do Sabugal, para isso deve existir uma aposta na diversificação e no

[3] Embora admitindo que o ramo do "Alojamento e restauração" possa ser classificado como comércio, a verdade é que a filosofia da última revisão da CAE aponta para a separação clara desta atividade (secção H) da do comércio por grosso e a retalho (secção G). Foi também este o entendimento da D.G.C.C, que no seu Cadastro Comercial, exclui tais atividades. Assim sendo, decidiu-se integrar o "Alojamento e restauração" no capítulo dos serviços.

aumento da qualidade dos produtos e serviços oferecidos, de modo a permitir enfrentar uma concorrência cada vez mais feroz e a satisfazer uma procura mais exigente.

Atividade Turística

Os recursos e produtos turísticos como alavanca

O concelho do Sabugal detém um conjunto diversificado de recursos que lhe conferem um amplo potencial de valorização e desenvolvimento turístico, sendo de destacar a sua situação geográfica - proximidade à Serra da Estrela e a Espanha - mas também o seu património natural – Serra da Malcata[4] - arquitetónico e etnográfico. A localização no centro do país e a proximidade de Espanha, e a rede de acessibilidades, que foi reforçada nos últimos anos, colocam o Sabugal numa posição privilegiada para a captação de visitantes e turistas.

No que respeita aos recursos do concelho do Sabugal, destacam-se, desde logo, a sua integração na Reserva Natural da Serra da Malcata, que abrange uma área de 16 348 hectares e possui uma fauna e uma flora de grande riqueza e diversidade. Ao nível da floresta destaca-se o carvalho-negral, a Norte, e a azinheira, a Sul, como espécies emblemáticas do concelho.

Em termos de recursos naturais o Concelho beneficia também da presença de um troço do rio Coa, o que possibilitou a a oferta de praias fluviais, assim como a prática de pesca desportiva. A existência da albufeira do Sabugal e das Termas de Cró são também um resultado dessa presença do Coa e com reflexos na atratividade turística.

Relativamente a património cultural, são inúmeros os exemplos de património arqueológico, arquitetónico e etnográfico, que se manifestam p.e., na consideração de Sortelha como aldeia histórica, na riqueza arquitetónica dos centros históricos de diversos aglomerados (nomeadamente Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vila do Touro e Vilar Maior) , nos vestígios arqueológicos existentes, assim como na riqueza dos castelos, igrejas e casas solarengas e brasonadas. Os recursos culturais e etnográficos são também diversificados e estão presentes no artesanato, nos produtos agroalimentares, na gastronomia, nas festas e tradições.

[4] Vale a pena atentar na justificação da classificação que a tornou área protegida: "A serra da Malcata ainda é considerada um dos últimos refúgios naturais do território português guardando no seu interior interessantes valores botânicos e faunísticos para além de constituir uma das zonas de eleição para a preservação do lince-ibérico, hoje em perigo de extinção. O Decreto-Lei nº 294/81, de 16 de outubro, criou a Reserva Natural na sequência da campanha "Salvemos o Lince e a Serra da Malcata", uma das manifestações "ecológicas" mais importantes até hoje realizadas na sociedade portuguesa." (Fonte: ICNB)

A existência destes recursos constitui uma mais-valia para a criação de oportunidades ligadas às novas formas de turismo, assentes na valorização dos recursos numa lógica de criação de riqueza sem destruição do património existente.

Para que o turismo se possa tornar numa atividade com um contributo efetivo e sustentável para a economia em termos específicos e desenvolvimento concelhio em termos mais amplos importa, por um lado, que os recursos existentes sejam valorizados e promovidos e, por outro, que exista um incremento quantitativo e qualitativo na oferta de alojamento e restauração e de outros serviços de suporte à atividade turística, como é o caso inequívoco da presença de empresas de animação turística.

A oferta de alojamento concelhia

A oferta turística do concelho do Sabugal é limitada quer em dimensão quer em diversidade, existindo, no verão de 2009, apenas dezoito unidades turísticas, sendo treze delas licenciadas pelo Turismo de Portugal, totalizando uma capacidade de duzentas e nove camas. Sublinha-se a ausência de tipologias como o Hotel e a predominância da oferta de casas de campo, especialmente na freguesia da Sortelha, destacando-se esta pelo volume da oferta turística.

Encontra-se ainda em processo de licenciamento não concluído um parque de campismo rural, que se irá situar na freguesia do Sabugal, que possibilitará a criação de uma nova vertente turística com excelente ligação à componente ambiental. De igual modo, a futura concretização do Parque Termal do Cró, poderá permitir ampliar, diversificar e qualificar a oferta existente.

Quadro 28: Oferta turística no concelho do Sabugal (maio de 2009)

Freguesia	Nome	Tipologia	Camas	Quartos
Sabugal*#	Quinta do Alexandre	Casa de Campo	6	3
Sortelha*	Casa do Campanário 1	Casa de Campo	4	2
Sortelha*	Casa do Campanário 2	Casa de Campo	2	1
Sortelha*	Casa A Lapa do Viriato	Casa de Campo	2	1
Sortelha*	Casa da Ti Ana da Póvoa	Casa de Campo	6	3
Sortelha*#	Casa da Villa	Casa de Campo	4	2
Sortelha*#	Casa da Lagariça	Casa de Campo	6	3
Sortelha*#	Casa da Calçada	Casa de Campo	3	2
Vilar Maior*	Casa do Tear	Casa de Campo	12	6
Sabugal#	Hospedaria Santa Graça	Hospedaria	24	24
Sabugal*#	Albergaria Santa Isabel	Pensão	102	51
Alfaiates#	O Pelicano	Residencial	27	20
Sabugal#	Sol Rio	Residencial	11	11
Aldeia Velha *#	Casa Torga	Turismo Rural	10	5
Arrifana do Coa#	Casa do Tear	Turismo Rural	6	6
Quadrazais#	Casa Meia Choina	Turismo Rural	5	4
Sortelha*#	Casa da Cerca	Turismo Rural	12	6
Sortelha*#	Casa do Páteo	Turismo Rural	2	1

Fonte: Turismo de Portugal */ Câmara Municipal do Sabugal #

O posicionamento face à Beira Interior Norte

Apesar de ficar claro que o Sabugal detém escassa capacidade de alojamento classificado e mesmo registar a ausência de hotel (compensado, de algum modo, com a Albergaria Santa Isabel, de 4 estrelas, e com empreendimentos de turismo de habitação e em espaço rural) interessa ver em que medida os indicadores de produção se distanciam ou convergem com a realidade sub-regional.

Genericamente, confirma-se o divórcio entre os recursos e produtos turísticos identificados acima e aprofundados noutros capítulos e a estrutura de acolhimento montada para lhes dar resposta coerente. Em primeiro lugar, como não poderia deixar de ser, a uma escassa oferta corresponde uma menor visibilidade no espaço mediático com reflexos na capacidade de atração da procura. Aliás, esta por ter valores muito baixos não é disponibilizada pelas estatísticas oficiais já que se encontra em segredo estatístico.

Para além da dimensão absoluta (quantitativo da procura) torna-se pertinente avaliar a sua dimensão relativa, medida através dos indicadores constantes no quadro seguinte, numa visão comparativa com os concelhos da Beira Interior Norte.

Quadro 29: Indicadores de hotelaria, 2006

Unidade Geográfica	Estada média de hóspedes estrangeiros (nº)	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes (nº)	Hóspedes por habitante (nº)	Proporção de dormidas entre Julho-Setembro (%)	Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes (nº)
Beira Interior Norte	**1,4**	**15,3**	**0,9**	**30,8**	**118,9**
Almeida	1,0	28,0	2,4	32,3	258,8
Celorico da Beira	1,6	16,0	1,1	28,6	130,3
Figueira de Castelo Rodrigo	1,0	15,5	0,9	28,1	98,8
Guarda	1,4	17,4	1,1	31,0	149,8
Manteigas	1,5	29,3	1,6	29,3	244,0
Meda	1,3	11,4	0,3	36,8	36,8
Pinhel	0,0	4,6	0,0	34,7	17,5
Sabugal	**3,4**	**7,5**	**0,3**	**40,5**	**54,4**
Trancoso	1,6	15,1	0,5	20,9	76,6

Fonte: www.ine.pt

Com exceção da Estada Média de Hóspedes estrangeiros, os demais indicadores de hotelaria são muito pouco favoráveis ao Concelho, sendo que só Pinhel dos restantes oito concelhos tem uma situação pior. A situação verificada para capacidade de alojamento por 1000 habitantes, os hóspedes por habitante ou as dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes, deixam à vista o que se havia já antecipado com a avaliação da frágil estrutura da oferta turística. Ainda assim, é possível ainda complementar estas vulnerabilidades com uma outra respeitante à marcada sazonalidade da procura, dado que mais de 40% das dormidas verificam-se em apenas 3 meses do ano.

Olhando esta realidade pelo lado das oportunidades acredita-se que a preservação de um património vasto e diversificado no Sabugal constituirá um recurso estratégico para suportar uma necessária política de mobilização de recursos em torno da atividade turística mas também que os projetos que se anunciam (Parque de campismo, Parque Termal, entre outros) poderão colmatar as debilidades agora identificadas, designadamente, a sazonalidade da procura e a inexistência de atividades complementares.

Ainda assim, é possível encontrar sinais de encorajamento como a estada média no estabelecimento já que tirando o caso extremo de Pinhel (certamente influenciado pelos seus muito baixos valores) é Sabugal que apresenta a estada mais longa (1,6 noites) o que, multiplicado por uma procura mais ampla, se traduzirá em reconhecidos efeitos positivos e multiplicadores sobre outras esferas da economia local.

Quadro 30: Estada Média e Taxa de Ocupação-Cama, 2006

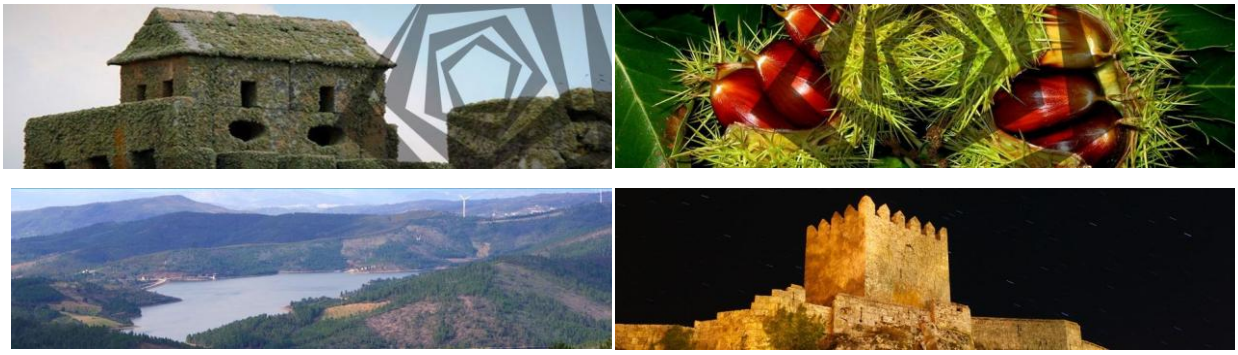
Unidade Geográfica	Estada média no estabelecimento (nº de noites)				Taxa de ocupação-cama (líquida) (%)			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros estabelecimentos	Total	Hotéis	Pensões	Outros estabelecimentos
Beira Interior Norte	**1,3**	**1,3**	**1,3**	**1,5**	**21,6**	**28,0**	**15,0**	**23,2**
Almeida	1,1	1,0	1,0	1,4	25,3	46,5	11,3	16,6
Celorico da Beira	1,2	1,3	1,0	-	22,4	25,3	17,8	-
Figueira de Castelo Rodrigo	1,1	-	1,0	1,4	19,1	-	19,6	17,5
Guarda	1,3	1,3	1,2	-	24,0	28,2	16,1	-
Manteigas	1,5	-	1,5	1,5	22,3	-	11,2	37,4
Meda	1,2	-	1,2	-	9,4	-	9,4	-
Pinhel	8,0	-	8,0	-	10,4	-	10,4	-
Sabugal	1,6	-	1,6	-	19,8	-	19,8	-
Trancoso	1,5	1,5	1,3	-	14,8	17,6	8,0	-

Fonte: www.ine.pt






RL 03 _ CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 04 _ CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ Caracterização Biofísica 3

1.1. Climatologia 3

1.2. Geomorfologia 4

1.3. Geologia 9

1.4. Recursos Geológicos 14

1.5. Solos 18

1.6. Ocupação do Solo 19

1.6.1. Ocupação agrícola 20

1.6.2. Ocupação florestal 31

1.7. Valores Naturais 33

1.7.1. Flora 33

1.7.2. Reserva Natural da Serra da Malcata 34

1.7.3. Rede Natura 2000 41

1.7.4. Outros valores naturais 52

1.8. Unidades de Paisagem 57

1.9. Potenciais Disfunções Ambientais 63

1.9.1. Poluição em espaço urbano 63

1.9.2. Poluição em espaço agrícola 63

1.9.3. Monoculturas florestais com povoamentos puros de eucaliptos e manchas de acácia 64

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ Caracterização Biofísica

O concelho do Sabugal localiza-se na região Centro, na sub-região da Beira Interior Norte, e possui uma morfologia muito variável e paisagens distintas. Aqui nasce o rio Coa, atravessando o território, primeiro na base da serra da Malcata e depois continuando para Norte.

1.1. Climatologia[1]

A climatologia é analisada ao nível dos principais elementos climáticos: temperatura, precipitação, humidade do ar, insolação, vento e geada. Para esta análise utilizaram-se os registos das estações climatológicas do Sabugal e da Guarda e da estação udométrica de Pega (Fonte: www.snirh.pt, ano de 2006). Os dados recolhidos são relativos ao período de 1961-1968. A **temperatura média** anual na região varia entre 10,7ºC e 11,8ºC, sendo que as temperaturas médias mensais atingem valores mais baixos de 4,2ºC, em dezembro (no concelho do Sabugal) e de 3,6ºC, em janeiro (no concelho da Guarda). Por sua vez, os valores mais elevados são de 20,6ºC e de 18,7, ambos no mês de agosto, nas estações do Sabugal e da Guarda, respetivamente.

A **precipitação** total anual é de 1094,3 mm, na Guarda, de 912,8 mm, no Sabugal, de 863,9 mm, em Pega, de 512,3 mm (para o ano de 2006). Associado a este meteoro, surge o número de dias com o solo coberto de neve que, para o período considerado, é de 3 dias. O valor médio anual de **humidade relativa do ar** às 9 horas é de 74%, variando de um valor de 55%, em agosto, até atingir os 90% em fevereiro. A insolação compreende valores médios anuais variáveis de 2500 horas e 2900 horas (Fonte*: www.iambiente.pt*). O **vento** predominante sopra do quadrante Norte, especialmente de Nordeste e Noroeste, e de Sudoeste. Quanto à **geada,** ocorre durante 24 dias por ano, sendo que a maior parte dessas ocorrências se dão nos meses de dezembro e janeiro.

[1] Plano Diretor Municipal do Sabugal, 1994

Figura 1: Presença de neve (23 de fevereiro de 2004)



De acordo com o **método de Thornthwait-Mather**, o concelho do Sabugal tem um clima húmido na zona ocidental, pouco húmido, na zona interior e sub-húmido seco na zona oriental. É mesotérmico, com deficiência de água no verão, especialmente na parte leste do território e uma eficácia térmica moderada no verão.

Segundo a **classificação de Köppen**, o concelho apresenta clima mesotérmico com verão seco, em que a precipitação máxima ocorre no inverno, estação em que ocorre também o mês mais chuvoso com precipitação três vezes superior à do mês mais seco do verão. A temperatura média anual do mês mais frio é de 4,2ºC.

1.2. Geomorfologia

Na Geomorfologia para além dos aspetos geomorfológicos mais gerais foi também feita uma análise fisiográfica.
A região central de Portugal, onde se insere a área do concelho do Sabugal, faz parte da extensa superfície de erosão da Meseta Ibérica, a qual terá correspondido a uma vasta peneplanície do final do Pérmico que se estendia entre Aveiro e Guarda, prolongando-se para Braga e Vila Real.

Em termos gerais esta peneplanície foi desgastada e retalhada em consequência de vários ciclos erosivos que lhe conferiram o atual aspeto montanhoso, por vezes com importantes formas agrestes que traduzem a fase de rejuvenescimento Alpino. Os fenómenos de erosão diferencial predominam: os altos cumes correspondem às áreas de afloramentos graníticos ao passo que as de afloramentos de rochas xistentas apresentam formas suaves e lisas, se bem que por vezes com vales profundos e de paredes abruptas, nitidamente condicionados pela tectónica.

De um modo mais particularizado para a área do concelho do Sabugal, o relevo também se encontra fortemente condicionado pelo predomínio de rochas de natureza xistenta e granítica. As rochas xistentas predominam nas regiões para Sul e Sudeste da cidade de Sabugal, destacando-se o relevo da Serra da Malcata que atinge altitudes da ordem dos 1000 m (1075 m no v.g. Machoca). Embora sulcadas por vales fundos e sinuosos, conferindo-lhes aspeto bastante vigoroso, estas regiões xistentas são essencialmente planáltica com formas de relevo arredondadas e suaves, constituindo uma superfície levemente basculada para Norte onde, nas regiões de Sabugal, Quadrazais e Soito as altitudes variam entre os 800 e os 900 m. A rede de drenagem é predominantemente dendrítica, por vezes com vales bastante sinuosos de vertentes muito apertadas.

Nas restantes regiões do concelho predominam as rochas de natureza granítica. Estas denotam aspetos geomorfológicos em nítido contraste com as anteriores e evidenciam muitos dos aspetos que tipificam as paisagens graníticas: caos de blocos, linhas de água retilíneas em vales bastante encaixados de natureza tectónica, largas superfícies de rocha "nua", etc.

A região granítica constitui o prolongamento para ocidente da superfície planáltica xistenta anteriormente aludida e que não é mais que a superfície da meseta. Mais resistente à erosão, a superfície granítica apresenta-se, ainda assim, bastante recortada por inúmeras ribeiras com vales bastante encaixados mas que se vão alargando em direção ao rio Zêzere. Entre eles destacam-se vários relevos que não são mais que antigos testemunhos da antiga superfície da meseta: a serra da Pena, o monte de São Cornélio, a serra da Senhora do Castelo, a serra da Vila e a Sortelha, a ocidente do Sabugal. As respetivas altitudes rondam os 700 a 800 m, constituindo o monte de São Cornélio um ponto culminante com 1008 m de altitude.

As regiões graníticas a leste do Sabugal constituem a continuação da plataforma de Vilar Formoso e Nave de Haver, com altitudes a oscilar entre os 850 e os 950 m. Para Sudeste de Soito desenvolve-se uma série de elevações englobadas na serra do Homem de Pedra e cujas altitudes atingem os 1138 m no v.g. Pedra e os 1146 m no v.g. Serra Alta. Estas elevações ocorrem em áreas de afloramento de rochas xistentas endurecidas por ocorrerem junto ao contacto com as intrusões graníticas.

A Sudeste de Foios inicia-se o desenvolvimento do maciço granítico da serra das Mesas a altitudes que rondam os 1200 m, atingindo mesmo os 1229 m junto à fronteira e já do lado de Espanha. É aqui que nasce o rio Coa, o qual segue em direção ao Sabugal por um percurso sinuoso, ora em vale encaixado, ora em vale mais aberto, contornando os as formas de relevo mais vigorosas.

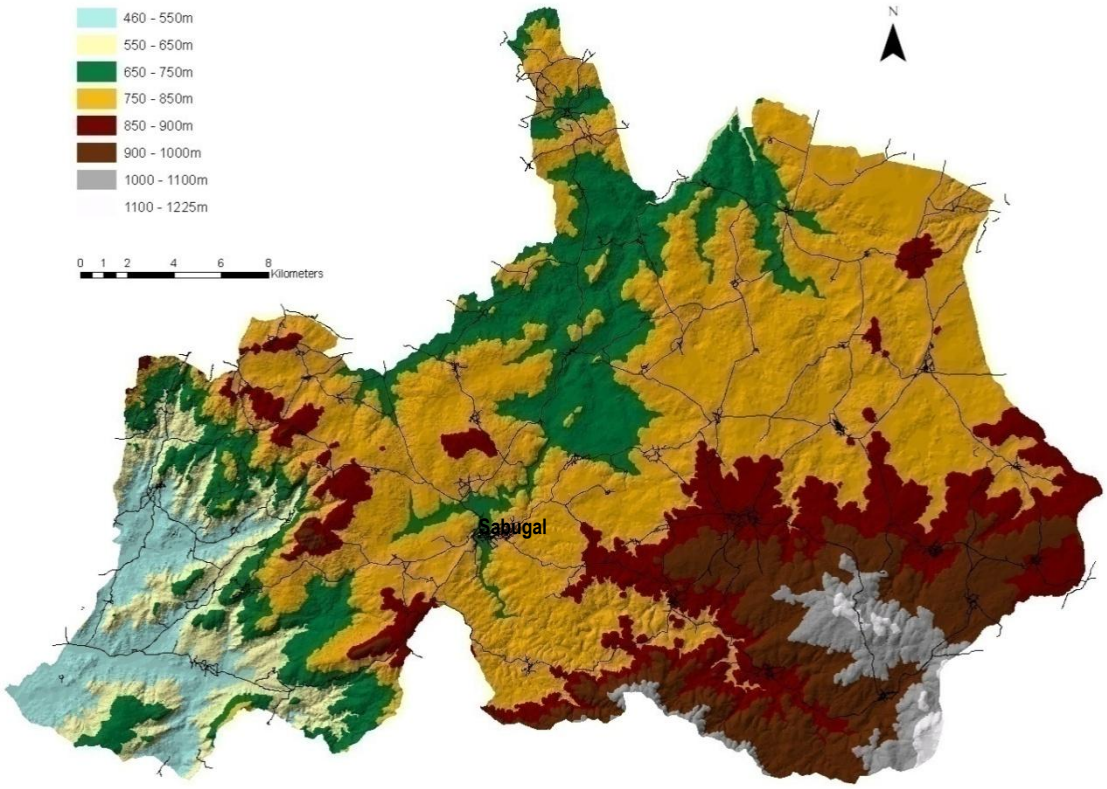
A Sudoeste de Vale de Espinho, junto ao limite do concelho, a linha de cumeada definida pelos v.g. Moura e Coxino constitui a separação entre as bacias hidrográficas do Tejo e do Douro.

A **análise fisiográfica** é efetuada em três vertentes: hipsometria, festos e talvegues e declives. Para a **hipsometria** escolheram-se sete classes tendo em conta a escala de trabalho, o relevo presente e o objetivo do Plano. As classes são as seguintes:

- < 550 metros – localiza-se principalmente a ocidente do concelho, no vale da ribeira do Casteleiro, na ribeira das Amoreiras, na ribeira de Valverdinho, na ribeira da Bendada e na ribeira da Quarta-Feira;
- 550 – 650 metros – localiza-se, com maior incidência, no terço inferior das encostas, na zona Oeste do concelho;
- 650 – 750 metros – encontra-se predominantemente no terço médio das encostas, a ocidente, e nos vales do rio Noémi, do rio Coa, da ribeira de Alfaiates e da ribeira da Aldeia da Ponte, da ribeira da Paiã e da ribeira do Boi;
- 750 – 850 metros – é a classe dominante, surgindo no centro e a Nordeste do concelho e em parte do rio Coa;
- 850 - 900 metros – encontra-se nos pontos mais altos do Noroeste do concelho mas é essencialmente a Sudeste que predomina;
- 900 – 1000 metros – corresponde ao terço médio da serra da Malcata e da serra do Homem de Pedra;
- 1000 -1100 metros – incide apenas nas zonas mais altas da serra do Homem de Pedra e da serra da Malcata;
- > 1100 metros - é a classe com menor representatividade, resume-se aos cabeços da serra do Homem da Pedra e da serra da Malcata.

Na figura seguinte apresenta-se o Modelo Digital do Terreno, que ilustra a fisiografia descrita.

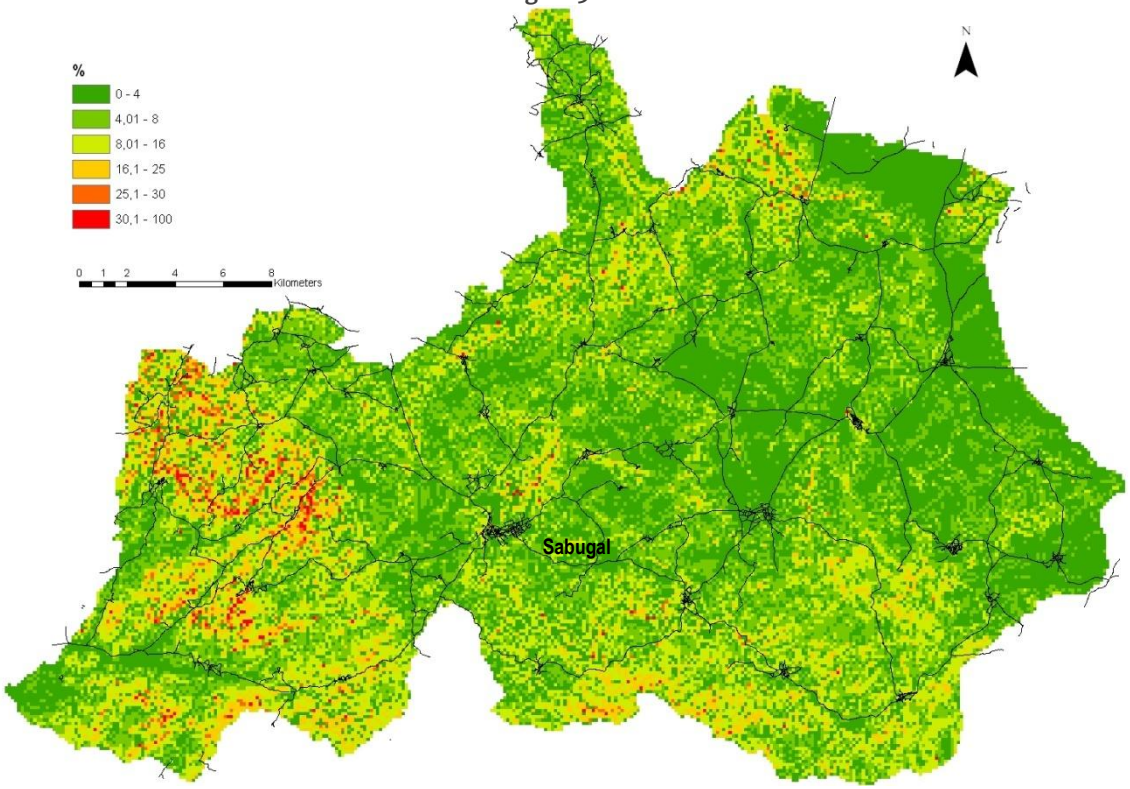
Figura 2: Modelo Digital do Terreno



Em relação aos **festos**, assinalam-se os de maior importância, como é o caso do festo da serra da Malcata, e de todos aqueles que separam as principais linhas de água. Dos principais **talvegues**, destacam-se o rio Coa, a ribeira de Alfaiates, a ribeira de Forcalhos, a ribeira do Boi e o rio Noémi, pertencentes à bacia hidrográfica do rio Coa, e a ribeira da Bendada, a ribeira da Quarta-Feira, a ribeira de Valverdinho, a ribeira de Casteleiro e a ribeira da Nave, pertencentes à bacia hidrográfica do rio Zêzere.

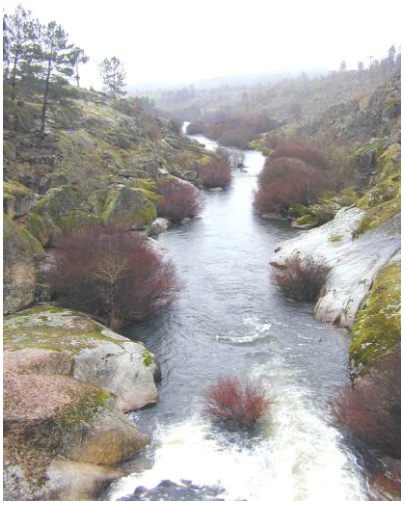
No que se refere aos **declives**, os mais acentuados encontram-se ligados às zonas de encosta, fundamentalmente a ocidente do município e nas encostas da serra da Malcata.

Figura 3: Declives



É também de assinalar que associadas a linhas de água, encontram-se a barragem do Sabugal (rio Coa), a barragem de Alfaiates (ribeira de Alfaiates) e a barragem de Batocas (ribeira de Nave de Haver).

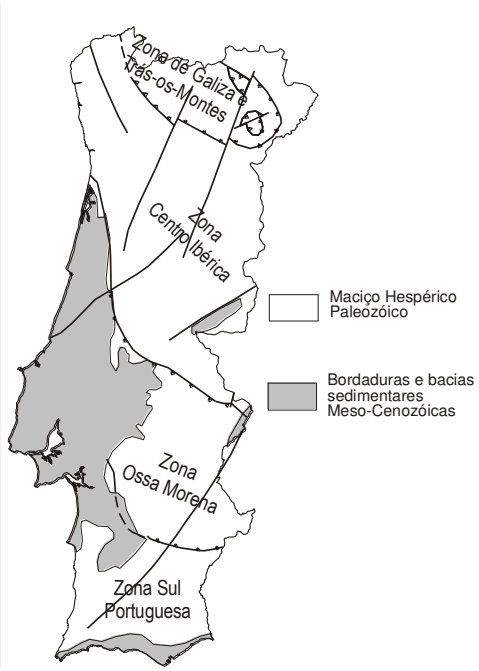
Figura 4: Rio Coa, Ponte de Sequeiros



1.3. Geologia

Em termos da evolução tectono estratigráfica a região do Sabugal enquadra-se no Maciço Hespérico, mais concretamente na Zona Centro Ibérica, uma das 5 zonas em que se encontra dividido território português. Este zonamento é o resultado da atuação dos esforços tectónicos compressivos da orogenia hercínica no nosso território durante a Era Paleozoica, mais propriamente entre o final do Devónico e o Pérmico (muito aproximadamente entre 340 e 250 milhões de anos atrás).

Figura 5: Regiões tectono-estratigráficas do território continental português



Como característico de toda a Zona Centro Ibérica, a área do concelho do Sabugal abrange fundamentalmente rochas graníticas e rochas xistentas. No que respeita às rochas de natureza granítica, a Carta Geológica de Portugal à escala 1/500 000 de 1992 apresenta-as diferenciadas em função do seu enquadramento na evolução do orógeno hercínico. No entanto, embora denotem uma grande variabilidade mineralógica, textural e de afinidade geoquímica, reportando uma evolução tectono-magmática complexa associada à orogenia hercínica, podemos agrupá-las em dois tipos fundamentais, à semelhança da diferenciação apresentada nas folhas da Carta Geológica de Portugal à escala 1/50 000 que abrangem a região e datadas da década de 60 do século passado: granitos porfiróides e granitos não porfiróides, ambos com variações texturais de grão fino a grosseiro.

Os granitos porfiróides ocupam a maior parte da área do concelho. São predominantemente rochas leuco-mesocráticas de granulado médio a grosseiro, com biotite e moscovite mas em que predomina a primeira. Tipicamente apresentam-se bastante fraturados e, superficialmente, bastante alterados por arenização, sendo comuns as alterações sericítica e ferruginosa.

Os granitos não porfiróides ocorrem sobretudo em três regiões distintas: a leste de Sabugal, o maciço de Fráguas – Pena Lobo, orientado aproximadamente Norte/Noroeste – Sul/Sudeste, a Norte/Nordeste de Sabugal o maciço de Ruvina com uma forma aproximadamente elíptica e, no extremo nordeste do concelho, o maciço que se desenvolve entre Aldeia da Ponte e Vilar Maior, prolongado-se para Malhada Sorda, já no concelho de Almeida. São rochas de granulado médio a fino, geralmente com biotite e moscovite. Menos fraturados que os granitos porfiróides, estes também se apresentam, de forma geral, menos alterados.

Quanto às rochas xistentas, elas ocorrem fundamentalmente para Sul e leste de Sabugal, sendo constituídas por xistos e grauvaques com intercalações lenticulares gresosas e conglomeráticas. Ocorrem também sob a forma de retalhos, mais ou menos extensos, no interior dos granitos. Fazem parte do chamado Complexo Xisto-Grauváquico que ocupa grande parte da Zona Centro Ibérica e ao qual é atribuída idade Precâmbrica - Câmbrica (cerca de 580-560 milhões de anos).

Junto ao contacto com os granitos as rochas deste Complexo apresentam-se afetadas por metamorfismo de contacto, numa orla mais ou menos extensa. Correspondem aos equivalentes metamórficos dos litotipos anteriores, nomeadamente xistos mosqueados, corneanas pelíticas e quártzicas (quartzitos) e meta-conglomerados.

Cortando tanto as manchas de rochas xistentas como as de rochas graníticas, mas sobretudo estas últimas, ocorrem numerosos filões de quartzo e de rochas básicas. Os primeiros estão dispostos maioritariamente segundo a direção Norte/Nordeste-Sul/Sudeste de modo subvertical. O seu comprimento pode atingir vários quilómetros ao passo que a sua espessura atinge a dezena de metros. Ocorrem abundantemente nas manchas graníticas a ocidente do Sabugal, sendo constituídos maioritariamente por quartzo calcedónico e quartzo jaspoide, de estrutura zonada ou brechóide, acompanhados quase sempre de óxidos de ferro. A eles estão associados as mineralizações uraníferas que ocorrem na região. Quanto aos filões de quartzo que ocorrem nas regiões xistentas, a sua abundância é menor e diferem dos restantes por serem constituídos por quartzo branco, por vezes hialino, de aspeto maciço. A eles estão associadas mineralizações de volfrâmio e estanho.

Quanto aos filões de rochas básicas eles estão, como seria de esperar, bastante alterados, evidenciando frequentemente fenómenos de disjunção esferoidal. São essencialmente constituídos por rochas do tipo dolerítico. Ocorrem de modo subvertical segundo duas direções preferenciais: E – W e NW - SE. Minoritariamente também ocorrem segundo NE – SW, acompanhando sensivelmente os filões de quartzo. Tal como estes, podem atingir vários quilómetros de comprimento, no entanto, quanto à espessura apresentam menores valores, desde poucos centímetros a alguns metros.

Os filões básicos instalados no Complexo Xisto-Grauváquico são os que ocorrem dispostos preferencialmente segundo NW – SE, em concordância com a estratificação e estão metamorfizados, correspondendo a corneanas anfibolíticas. São, portanto, anteriores à instalação dos maciços graníticos.

Ainda dentro do campo das rochas filoneanas há que destacar a ocorrência de filões pegmatíticos e aplito-pegmatíticos. São em geral de pequena dimensão e ocorrem de modo disperso um pouco por toda a área do concelho onde afloram rochas graníticas. No entanto, destacam-se em algumas áreas, de dimensão apreciável, em que ocorrem abundantemente, no maciço granítico aflorante a Oeste de Sabugal.

Na maioria são estruturas dispostas de modo subhorizontal, dificultando o discernimento da sua direção. São constituídos predominantemente por feldspatos e quartzo a que se associa, em percentagem variável, a moscovite. A estes está ainda associada uma grande variedade de minerais com destaque para a cassiterite, columbo-tantalite, lepidolite e berilo. A sua presença valoriza economicamente estas estruturas aplito-pegmatíticas; tema a que mais à frente se fará referência.

Sobre as unidades geológicas Paleozoicas anteriormente referidas, assentam as Arcoses de Nave de Haver. São depósitos de idade Paleogénica areno-argilosos, quartzo-feldspáticos, denotando, por vezes, aspeto cascalhento. Ocorrem no extremo nordeste do concelho, prolongando-se para a região de Nave de Haver que lhes deu o nome, já no concelho de Almeida.

A origem destes depósitos está relacionada com a destruição das rochas graníticas e filoneanas sobre as quais ocorrem, sem que tenham sofrido longo transporte. Incorporam um cortejo mineralógico e de fragmentos líticos muito variado, mas dos quais se destacam minérios de estanho (cassiterite) e titânio (ilmenite). A sua espessura é reduzida, sendo que, nas proximidades de Nave de Haver (concelho de Almeida) é conhecida uma espessura de 60 m.

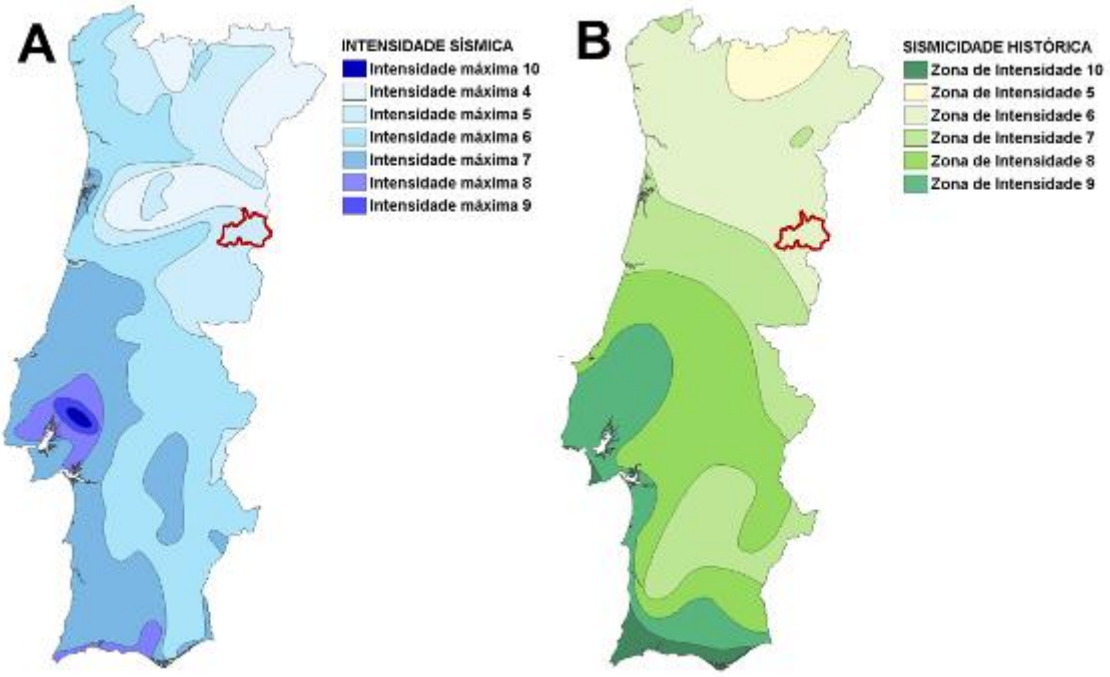
Ao longo de alguns dos rios e ribeiras que cortam a região encontram-se depósitos de aluviões e de materiais escorregados ao longo das vertentes abruptas. São, na sua maior parte, constituídos por cascalheiras em que avultam elementos das unidades litológicas que atravessam, nomeadamente, quartzos, quartzitos, corneanas, grauvaques e xistos, de dimensões muito variadas. Em geral, estes elementos aluvionares surgem soltos ou envoltos numa matriz areno-argilosa. A espessura destes depósitos aluvionares é tipicamente reduzida.

Estruturalmente a área do concelho da Sabugal está enquadrada no bordo oriental da Serra da Estrela, tendo sofrido a tectónica hercínica, como anteriormente referido e, em particular, os fenómenos fraturantes que ocorreram no final desta orogenia. Posteriormente, desde o Triássico, esta região tem estado sujeita à tectónica alpina, à semellhança do resto do território nacional, e que levou ao seu sobre-elevamento.

Não se identificando acidentes tectónicos de expressão regional, a região é essencialmente condicionada pelos contactos entre xistos e granitos, pela orientação geral das rochas xistentas segundo Noroeste – Sudeste, por vezes acompanhada por filões de rochas básicas, e pela orientação dos principais sistemas de fracturação que afetam os granitos, nomeadamente as direções Norte/Nordeste – Sul/Sudeste e Este – Oeste. Destes destaca-se o primeiro, o qual está muitas vezes preenchido por filões quartzosos.

Na **Carta Neotectónica** de Portugal à escala 1/1 000 000 de 1988 da autoria de J. Cabral e A. Ribeiro, não são identificados acidentes ativos. Unicamente no concelho vizinho da Guarda, a falha que se desenvolve entre Famalicão e Porto da Carne, prolongando-se para fora dos limites desse concelho, vem identificada como provavelmente ativa. Trata-se de acidente paralelo e quase no prolongamento do sistema de acidentes reconhecidamente ativos de Manteigas-Vilariça-Bragança. No entanto, o conhecimento atual também aponta para este sistema tectónico uma taxa de atividade baixa, justificando que, de acordo com os mapas apresentados na figura seguinte, quer o registo da sismicidade histórica, quer o da intensidade sísmica registada apontem baixos valores para esta região do território nacional onde se insere o concelho do Sabugal.

Figura 6: Registo da intensidade sísmica e da sismicidade histórica para o território de Portugal Continental. A- Mapa de intensidades sísmicas do território nacional continental.. Intensidade Sísmica - zonas de intensidade máxima (escala internacional), período 1901-1972. B- Sismicidade Histórica - isossistas de intensidades máximas, escala de Mercalli modificada 1956, período 1755-1996



Fonte: Atlas Digital do Ambiente (versão 2003) da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os dados atrás mencionados justificam que, de acordo com o Decreto-lei 235/83 de 31 de maio, esta região seja considerada uma zona de baixo risco sísmico.

1.4. Recursos Geológicos

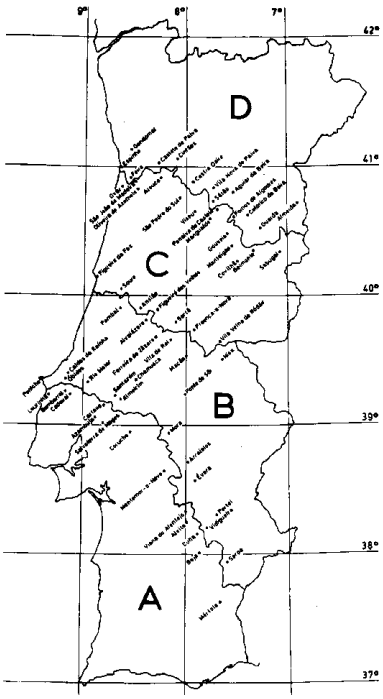


Figura 7: Zonagem sísmica de Portugal Continental de acordo com o Decreto-Lei nº 235/83, de 31 de maio, onde a sismicidade decresce da zona A para a zona D

Quanto aos recursos geológicos do concelho do Sabugal devemos considerar os **Recursos Minerais**, os **Recursos Hidrogeológicos** e os **Recursos Patrimoniais**.

Os **Recursos Minerais** respeitam sobretudo a minérios de quartzo, feldspato, urânio, estanho (cassiterite) e volfrâmio (volframite).

Os jazigos de quartzo e feldspato economicamente interessantes correspondem diretamente às estruturas aplito-pegmatíticas, anteriormente mencionadas e que ocorrem em maior abundância no maciço granítico para ocidente de Sabugal. São alvo de exploração em duas concessões, ambas na freguesia da Bendada, mas uma delas prolongando-se para a freguesia de Maçainhas, já no concelho da Guarda. Estas estruturas são também alvo de um pedido de concessão mineira que se estende entre as freguesias de Lombas e Águas Belas, demonstrando o interesse que estas estruturas continuam a manter como fonte de matéria-prima para a indústria cerâmica nacional.

De entre os minerais secundários presentes no minério destas estruturas aplito-pegmatíticas destacam-se, como penalizantes para aquela indústria, a moscovite, a cassiterite e granadas. São separáveis por processos de beneficiação mecânica, pelo que poderão ser aproveitados como produtos secundários.

Muito valorizando as características desta matéria-prima quartzo-feldspática, em termos da sua aptidão para a produção de pastas cerâmicas, ocorrem secundariamente minerais de lítio, fundamentalmente lepidolite. A exploração destas estruturas filoneanas como minério de lítio não parece economicamente viável devido às baixas percentagens em óxido de lítio que as tipificam.

Os indícios de mineralizações de urânio são bastante numerosos, estando associados aos filões de quartzo que atravessam os maciços graníticos. Em menor importância ocorrem associados aos filões doleríticos e a fraturas menores nos granitos. O minério é constituído essencialmente por minerais de urânio secundários, tardios, nomeadamente autunite e torbernite, em estruturas quartzo-brechóides e jaspoides. Não estando atualmente nenhum jazigo em exploração, mantém-se ativa, mas em suspensão de exploração, uma concessão, nomeadamente a concessão C76-Bica, na freguesia de Sortelha. De acordo com a informação prestada pela DGEG, está prevista a execução de ações de recuperação ambiental para a área desta concessão, bem como para as antigas concessões Coito, Bica, Pedreiros, Carrasca nº 4, Vale da Arca e Rosmaneira.
Estas mineralizações de urânio e mistas de urânio e estanho ou cobre, fazem parte do distrito uranífero de Guarda – Almeida – Pinhel, sub-província uranífera das Beiras.

Para além das potencialidades assinaladas em quartzo, feldspato e minerais de urânio há ainda a registar as abundantes mineralizações de cassiterite (minério de estanho) e volframite (minério de volfrâmio). A elas corresponde a maioria das Áreas de Ocorrências Minerais assinaladas na peça desenhada e cedidas pela DGEG. Correspondem, no essencial, às áreas de antigas concessões mineiras onde decorreu a exploração de jazigos filoneanos quartzozos com mineralizações unicamente de volframite, de volframite e cassiterite ou unicamente de cassiterite, a que se associam secundariamente mineralizações de titânio, tântalo, berilo, lítio e urânio. A sua espessura é, regra geral, pequena, oscilando entre 0,10 e 0,70 m. Encontram-se fundamentalmente no maciço granítico a ocidente de Sabugal. Estas mineralizações ocorrem também associadas a depósitos aluvionares resultante do desmantelamento das estruturas primárias. Foram alvo de intensa exploração nos anos 40 do século passado, encontrando-se hoje praticamente esgotadas. Ressalvam-se, neste contexto, as mineralizações associadas ao depósito arcósico de Nave de Haver e aluviões antigos que sobre ele ocorrem. Ainda hoje estão abrangidas por concessão mineira de grandes dimensões, para minerais de estanho (cassiterite) e titânio (ilmenite).

Quanto às matérias-primas para construção há a considerar essencialmente as potencialidades em rochas de natureza granítica, que são, como evidente, enormes do ponto de vista da produção de britas. No entanto, apenas se conhece uma pedreira nas proximidades de Ruvina, explorando a fácies granítica não porfiróide, pois esta fácies, tendencialmente, apresenta-se menos alterada que a porfiróide. Também nas proximidades de Ruvina existe uma pedreira não ativa que explorou a mesma fácies granítica para fins ornamentais.

No que respeita aos **Recursos Hidrogeológicos** a área do concelho do Sabugal enquadra-se no sistema aquífero Maciço Antigo Indiferenciado. Função das rochas de natureza xistenta e granítica que aí ocorre, a circulação da água é relativamente superficial, condicionada pela espessura reduzida da camada de alteração e pela rede de fraturas. Na maior parte dos casos, a espessura produtiva não ultrapassa os 70 m a 100 m. Tipicamente o escoamento acompanha a topografia, fazendo-se para as linhas de água. Os níveis freáticos são, assim, muito sensíveis às variações na precipitação.

Acidentes tectónicos de maior expressão deverão estar na origem da circulação de águas subterrâneas a grande profundidade, sendo certamente esse o caso a que correspondem as Caldas do Cró, na freguesia de Rapoula do Coa, atualmente em situação de suspensão de exploração, e os registos de potencialidade hidromineral de Fonte do Banho, na Freguesia Vila do Touro, Fonte da Tijela, na freguesia de Sortelha e dos conjuntos de ocorrências abrangidas pelo nome de Malhada, nas freguesias de Casteleiro e Sortelha. Relativamente às Caldas do Cró, e de acordo com a informação disponibilizada pelo LNEG em http://e-geo.ineti.pt/bds/recursos_geotermicos/Ocorrencias/24_cro.htm, a água é captada no furo ACP2 caracterizando-se por uma temperatura de 23 °C. Em termos de mineralização total é fracamente mineralizada. No que respeita ao quimismo é sulfúrea, bicarbonatada e sódica.

Quadro 1: Análise fisíco-química da água nas Caldas do Cró

CONSTANTES FÍSICO-QUÍMICAS E SUBSTÂNCIAS NÃO DISSOCIADAS				
pH	8.12		***Dureza total (p.p. 10^5 $CaCO_3$)***	1.09
Condutividade (µS/cm)	425.00		***Sulfuração total (ml de I_2 0.01 N)***	18.80
Alcalinidade (ml/l de HCl 0,1 M)	27.00		***Sílica (mg/l de SiO_2)***	50.10
Resíduo seco a 180º (mg/l)	303.00		***Dióxido de carbono livre (mg/l de CO_2)***	< 5.00
ANIÕES (mg/l)			**CATIÕES (mg/l)**	
Fluoreto	15.50		***Lítio***	0.63
Cloreto	32.70		***Sódio***	98.10
Bicarbonato	156.00		***Potássio***	2.90
Sulfato	13.70		***Magnésio***	0.21
Nitrato	< 0.21		***Cálcio***	4.40
Nitrito	< 0.01		***Ferro***	-
			Amónio	-
SOMA	**218.12**		**SOMA**	**106.24**
RESUMO DA COMPOSIÇÃO QUÍMICA (mg/l)			**QUIMISMO**	
Aniões	218.12		Fracamente mineralizada.	
Catiões	106.24			
SOMA	**324.36**		Bicarbonatada Sódica Sulfúrea.	

Fonte: http://e-geo.ineti.pt/bds/recursos_geotermicos/Ocorrencias/24_cro.htm

Quanto à vulnerabilidade à contaminação microbiológica destes aquíferos em rochas xistentas e graníticas, ela é elevada pois o poder de filtração destes meios é reduzido, o que decorre do facto da circulação se processar essencialmente ao longo de fissuras e, portanto, poder ser bastante rápida. Por outro lado, tratando-se de aquíferos tipicamente de reduzidas dimensões, com baixo poder regulador, apresentam elevada vulnerabilidade a outros contaminantes de origem antropogénica, em particular a elevadas concentrações de nitratos e outros iões, como resultado da atividade agrícola. Na ausência de influências antropogénicas são caracterizados por águas de baixa mineralização e qualidade química aceitável.

Quanto aos **Recursos Patrimoniais** de índole geológica na área do concelho do Sabugal, eles respeitam sobretudo a valores de índole paisagístico associados às peculiaridades geológicas e geomorfológicas da região que se mostra ainda muito despovoada. São de salientar as variadíssimas formas características do modelado de regiões graníticas, destacando-se os relevos aguçados, por vezes mesmo ponteagudos, os campos de caos de blocos, as extensas lajes graníticas e aspetos particulares resultantes da orientação dos sistemas de fraturas que afetam os granitos, como o que se verifica na Serra das Mesas. Na peça desenhada estão representadas as áreas que se consideram com maior interesse geológico-paisagístico.

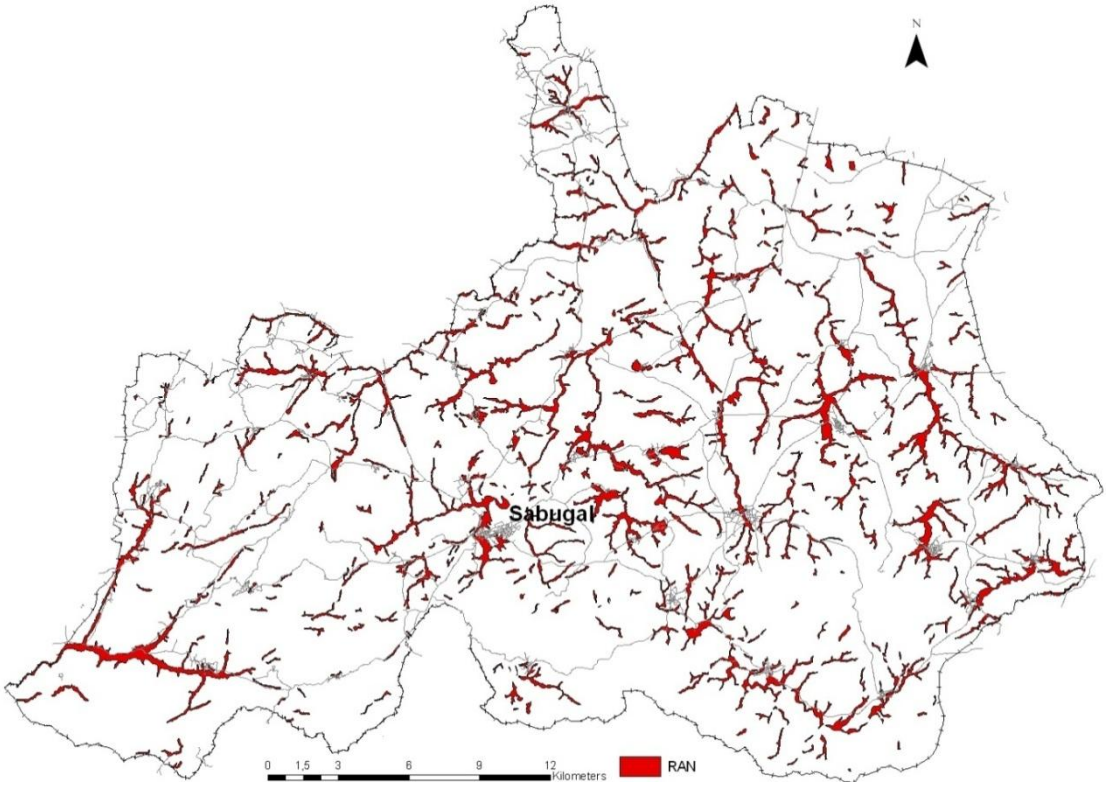
De acordo com a informação cedida pela DGEG, reveste-se também de interesse patrimonial um afloramento de pegmatito orbicular que apresenta estruturas subesféricas provocadas pela libertação de bolhas de gás quando da solidificação dum magma aplito-pegmatítico viscoso. Ocorre no Cabeço da Cruz (Vale Mourisco) e denota valor patrimonial didático e científico justificativo da sua preservação como geomonumento.

1.5. Solos

Os **solos** do Concelho têm capacidades de uso A, B e C, sendo que os primeiros têm capacidade de uso muito elevada e elevada, respetivamente, e os da última classe uma capacidade é moderada. Estes solos têm diminutos a acentuados riscos de erosão e são suscetíveis de utilização agrícola intensiva a extensiva. Estão presentes também solos das classes D e/ou E, com aptidão não agrícola, com riscos de erosão muito elevados e com uma possível utilização florestal.

Quanto aos solos pertencentes à **Reserva Agrícola Nacional** (os solos com capacidade de uso A, B e Ch), concentram-se junto à principais linhas de água, muitas vezes em longas e estreitas faixas ladeando os leitos dos cursos de água. A RAN não tem uma área significativa no concelho, ocupando somente cerca de 7% da superfície do concelho. No entanto importa referir a importância para a economia local, pois são aí que se localizam preferencialmente as hortas, os lameiros cultivados pelos habitantes das aldeias.

Figura 8: Reserva Agrícola Nacional



Fonte: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

1.6. Ocupação do Solo

Antes de mais é importante referir que a peça desenhada que acompanha este tema teve como base uma consulta à Agência Portuguesa do Ambiente através do sítio www.apambiente.pt,. Aqui, a informação relativa à ocupação do solo, obtém-se através da CCLC2000 (Carta Corine Land Cover 2000) cuja produção de cartografia de ocupação do solo para o território nacional continental tem como base imagens de satélite do ano 2000.

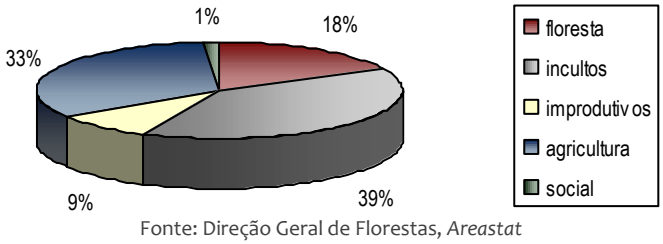
Devido à extensão do concelho que desde 2000 foi percorrida por incêndios achou-se importante sobrepôr à informação da CCLC2000 a delimitação destas áreas.

Foi também inserida a ocupação do solo elaborada para os Perímetros Florestais do concelho, pela Autoridade Florestal Nacional, no âmbito da elaboração dos Planos de Gestão Florestal da Matas Nacionais e Perímetros Florestais. Como esta informação é bastante detalhada comparada com a da CCLC2000, procedeu-se à agregação das categorias da ocupação do solo dos perímetros florestais nas categorias existentes na Carta Corine.

O desenvolvimento deste tema faz-se também com recurso a outras fontes, nomeadamente a dados estatísticos da Direção-Geral de Florestas (1995) e ao Recenseamento Geral de Agricultura (1999), que permitem ter uma ideia bastante aproximada de como é a ocupação do solo no Concelho.

Os dados estatísticos da Autoridade Florestal Nacional referem-se a uma aplicação informática disponível no respetivo sítio, (http://www.dgrf.min-agricultura.pt/portal), com a designação *AreaStat*. Nesta aplicação consta uma estimativa das áreas conforme a ocupação do solo, sendo baseada numa amostra de cerca de 130 000 fotopontos, obtidos por fotointerpretação da cobertura aero-fotográfica de 1995.

Figura 9: Uso atual do solo na sub-região Beira Interior Norte



Fonte: Direção Geral de Florestas, *Areastat*

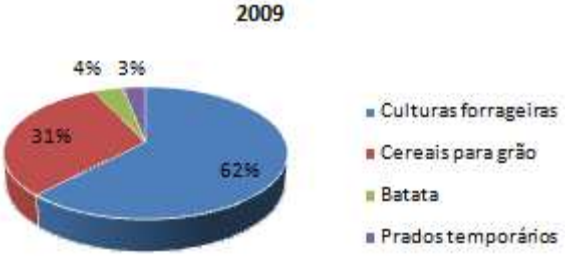
Através da análise do gráfico anterior, verifica-se existir um predomínio de incultos na sub-região Beira Interior Nortel (39%). Seguidamente, surge a área agrícola e a florestal, sendo que a primeira tem maior representatividade, com 33% contra 18%. Os improdutivos (9%) e as áreas sociais (1%) têm pouca expressão, bem como as águas interiores, que nem chegam a ser mencionadas.

Transpondo esta análise para o concelho do Sabugal, observando o gráfico com dados da Câmara Municipal, conclui-se que as áreas florestais são as mais representativas tanto em termos globais como aquelas que apresentam as extensões contínuas mais significativas. As áreas com aptidão e ocupação agrícola encontram-se dispersas pelo concelho em especial ao longo dos vales, junto das linhas de água associadas a terrenos de aluviões e na envolvente dos aglomerados e associadas às áreas beneficiadas pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (AHCB). As extensas manchas de floresta distribuem-se essencialmente a Sul e Este do concelho e ao longo do rio Coa. Por sua vez as áreas ardidas e o abandono da atividade agrícola tem contribuído em grande escala para o aumento da superfície de matos e incultos.

1.6.1. Ocupação agrícola

A agricultura já teve maior importância no Concelho do que a que possui atualmente, como se pode comprovar pelas áreas onde se encontram incultos.
As culturas forrageiras são as culturas temporárias as que têm maior importância no Concelho (62%), estando associadas à exploração pecuária, seguidas dos cereais para grão, essencialmente trigo, centeio e milho (31%). A cultura da batata não detém uma expressão significativa, a não ser no contexto da agricultura de subsistência (4%), bem como os prados temporários (3%). É de salientar a constante presença de hortas nas imediações e dentro dos aglomerados urbanos.

Figura 10: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho do Sabugal



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

Figura 11: Hortas no Sabugal



Em relação ao efetivo animal, são os ovinos os que se encontram em maior número, representando 37% do total. Segue-se o gado bovino com 22%, as aves (frangos de carne, galinhas poedeiras e reprodutoras, perus, patos, gansos e pintadas) com 16% e depois o gado caprino com 11%. As coelhas (reprodutoras), as colmeias e os suínos, bem como os equídeos, têm uma presença muito reduzida com apenas 7%, 3%, 2% e 2%, respetivamente.

Figura 12: Efetivo animal no concelho do Sabugal



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

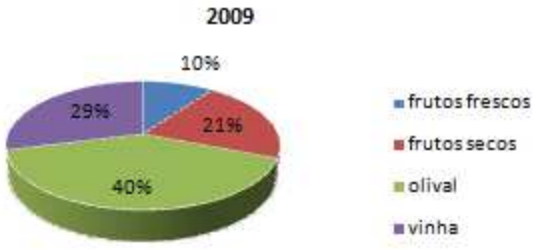
Figura 13: Gado ovino em Santo. Amaro



Das culturas permanentes é o olival o mais importante (40%), tendo a vinha perdido representatividade em relação ao ano de 1999, 29%. A vinha encontra-se principalmente nas freguesias da Bendada, de Casteleiro e de Santo Estêvão que estão inseridas na Zona Vitivinícola da Cova da Beira, cujos estatutos foram publicados em Diário da República (Decreto-Lei n.º 442/99, de 2 de novembro) em conjunto com as da Zona Vitivinícola de Castelo Rodrigo e Pinhel. Os vinhos aqui produzidos são assim reconhecidos como aptos a merecerem o estatuto de vinhos de qualidade produzidos em região demarcada (VQPRD).

Quanto às outras culturas permanentes, os frutos secos e os frutos frescos têm uma representatividade inferior com 21% e 10%, respetivamente. Estas culturas surgem, não só como culturas simples, mas também associadas entre elas ou com culturas anuais.

Figura 14: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho do Sabugal



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

Por fim é de assinalar que o concelho do Sabugal abrange a Denominação de Origem Protegida dos "Azeites da Beira Interior" ("Azeite da Beira Alta" e "Azeite da Beira Baixa") e a Indicação Geográfica Protegida do Borrego da Beira (ovinos da raça Churra do campo) e do Cabrito da Beira (cabras de raça Serrana).

[a] Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira[2]

Em termos gerais, um Aproveitamento Hidroagrícola integra áreas que foram objeto de importantes investimentos com vista à melhoria das suas condições de produção, nomeadamente através da introdução da rega. No Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril, que atualiza o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, salienta-se o disposto nos artigos 20º e 95º, nos quais se refere *"com a aprovação do projeto de execução é fixado o perímetro hidroagrícola"*, ficando a área condicionada ao regime a partir desta fase. Nestas áreas *"são proibidas todas e quaisquer construções, atividades ou utilizações não agrícolas de prédios ou parcelas de prédios das áreas beneficiadas(…)"*, pelo que qualquer intervenção não agrícola nestas áreas deverá ser submetida ao parecer prévio da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).
O AH está classificado no Grupo II por se tratar de uma obra de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região. As áreas regadas têm importância estratégica para o desenvolvimento agrícola da região.

O Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (AHCB) está localizado na bacia superior do rio Zêzere e do Alto Coa, beneficia através do regadio, os concelhos do Sabugal, Fundão, Belmonte, Covilhã e Penamacor, bem como o sistema de abastecimento de água dos concelhos do Sabugal, Fundão, Belmonte, Almeida, Pinhel e Penamacor, e promover ainda a regularização fluvial, a defesa contra as cheias e a produção de energia elétrica. No concelho do Sabugal, as freguesias beneficiadas por este aproveitamento são Bendada, Casteleiro e Sortelha.
Em termos históricos, as infraestruturas do AHCB foram construídas de forma faseada, na presente data a construção encontra-se concluída e o aproveitamento está em exploração, sendo gerido pela Associação de Beneficiários da Cova da Beira, com sede no Fundão. Parte do aproveitamento hidroagrícola foi já concessionado a esta entidade por contrato celebrado a 28.09.2009.

Das infraestruturas do Aproveitamento Hidroagrícola, aquelas que se integram no concelho do Sabugal são as seguintes:

- Barragem do Sabugal (infraestrutura de armazenamento);
- Circuito Hidráulico Sabugal-Meimoa (infraestrutura de adução que permite a transferência entre as barragens do Sabugal e da Meimoa);

[2] Consulta na internet do portal *www.idrha.min-agricultura.pt e informação fornecida pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2009*

- Rede de rega do Bloco do Sabugal (infraestrutura de distribuição secundária que permite a distribuição à parcela, em condutas enterradas).

Acrescente-se também o facto do Sabugal ser beneficiado pelas infraestruturas do Bloco Caria e Belmonte e parte do 2ª troço do canal condutor geral do AHCB. Este tem início nas proximidades da povoação da Meimoa (concelho de Penamacor), passa nas proximidades da aldeia do Casteleiro, no concelho do Sabugal, atravessa Valverdinho e termina no Fundão. O traçado desenvolve-se a meia encosta, seguindo a curva de nível. Neste canal, foi expropriada uma faixa com 50 m de largura, definida pelo seu eixo e que se constitui como faixa de proteção ao canal.

Bloco do Sabugal

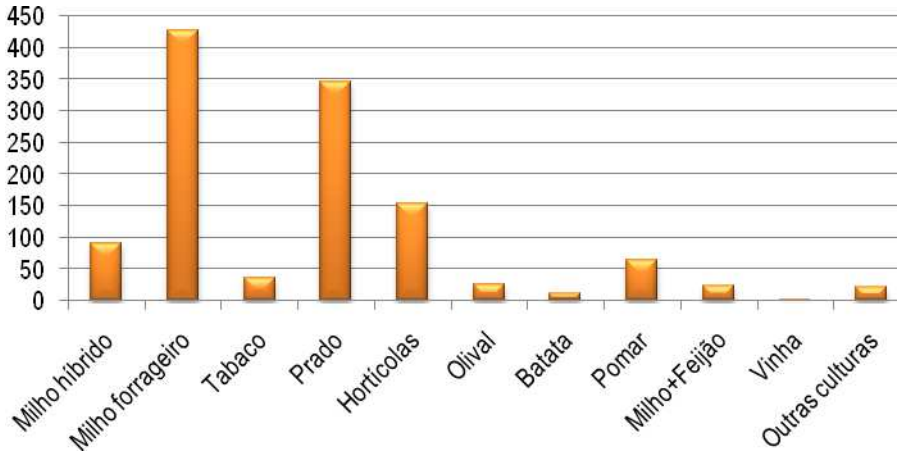
O projeto do Bloco do Sabugal enquadra-se na 2ª fase do desenvolvimento do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira e a obra encontra-se concluída e em exploração.

Neste Bloco, com uma área beneficiada de 121,5 ha, foi instalada uma rede de rega, em pressão, constituída por condutas enterradas. A área é abastecida diretamente pela barragem do Sabugal, não apresentando ligação direta ao restante aproveitamento hidroagrícola.

O Bloco do Sabugal localiza-se a jusante da barragem com o mesmo nome, na envolvente do rio Coa e da cidade do Sabugal, possui uma estrutura predial muito dividida, onde predomina a pequena propriedade. Os terrenos agricultados localizam-se ao longo das margens do rio Coa e ribeira da Paiã (afluente do rio Coa), sendo constituídos por solos aluvionares e onde, topograficamente é mais fácil o trânsito e operação de máquinas agrícola. Em redor destes terrenos, o declive é mais acentuado e surgem, regularmente, afloramentos rochosos sendo essas zonas aproveitadas para floresta e pastorícia.

Anteriormente à instalação da obra já se praticava rega em determinadas parcelas, nomeadamente de pastagens por método de aspersão semifixa e de outras culturas por sulcos com rega por gravidade, como sejam o milho (silagem) e as culturas hortícolas.

Figura 15: Áreas das culturas regadas em 2008 (em hectares), no bloco do Sabugal



Fonte: Associação dos Beneficiários da Cova da Beira

A par do fornecimento de água, o projeto visou ainda o melhoramento da estrutura agrária, intensificação e aumento da produção agrícola, redução dos desequilíbrios sectoriais e regionais, fomento do desenvolvimento agrícola regional, melhoramento das infraestruturas, contenção do êxodo rural e formação profissional.

Bloco de Caria e Belmonte

O bloco de Caria e Belmonte insere-se na mancha granítica que se estende da Covilhã até próximo do Sabugal, na margem esquerda do rio Zêzere. Apresenta um relevo ondulado, bastante recortado e limitado por elevações e saliências do terreno. A rede hidrográfica, que nestes blocos drena sempre para o rio Zêzere, é bastante extensa.

Em termos de solos, os blocos incluem-se na Zona I – ramo Norte onde predominam os solos de baixa (aluviões e coluviões) de influência granítica, apresentando na área envolvente desta solos derivados de granito "in loco" e também solos evoluídos a partir de terraços fluviais.

O **sub-bloco de Caria** situa-se entre o CCG que se desenvolve nas faldas da Serra da Presa e o rio Zêzere, ocupando em grande parte o vale da sua margem esquerda e ainda dos seus afluentes, ribeiras das Inguias (parte terminal), das Amoreiras e de Santo Antão. O contacto entre os dois blocos faz-se nos vales das ribeiras de Valverdinho e das Inguias. O Bloco de Caria inclui uma extensa área aluvionar da margem esquerda do rio Zêzere e ainda áreas adjacentes às ribeiras das Inguias, de Caria e de Santo Antão, prolongando-se para Sudeste até à povoação de Monte do Bispo.

Os dois blocos são atravessados pelo caminho de ferro (Celorico da Beira – Rossio ao Sul do Tejo/Abrantes) e pelo antigo Itinerário Principal 2 (IP 2), atual A23, no troço entre a Covilhã e Guarda. São ainda atravessados por uma importante rede de estradas regionais e municipais.
Quanto à ocupação cultural, predominam os pomares de pomóideas (sobretudo maçãs) e também de prunóideas (destacando-se os pessegueiros), a vinha, as culturas arvenses de sequeiro e os pastos.

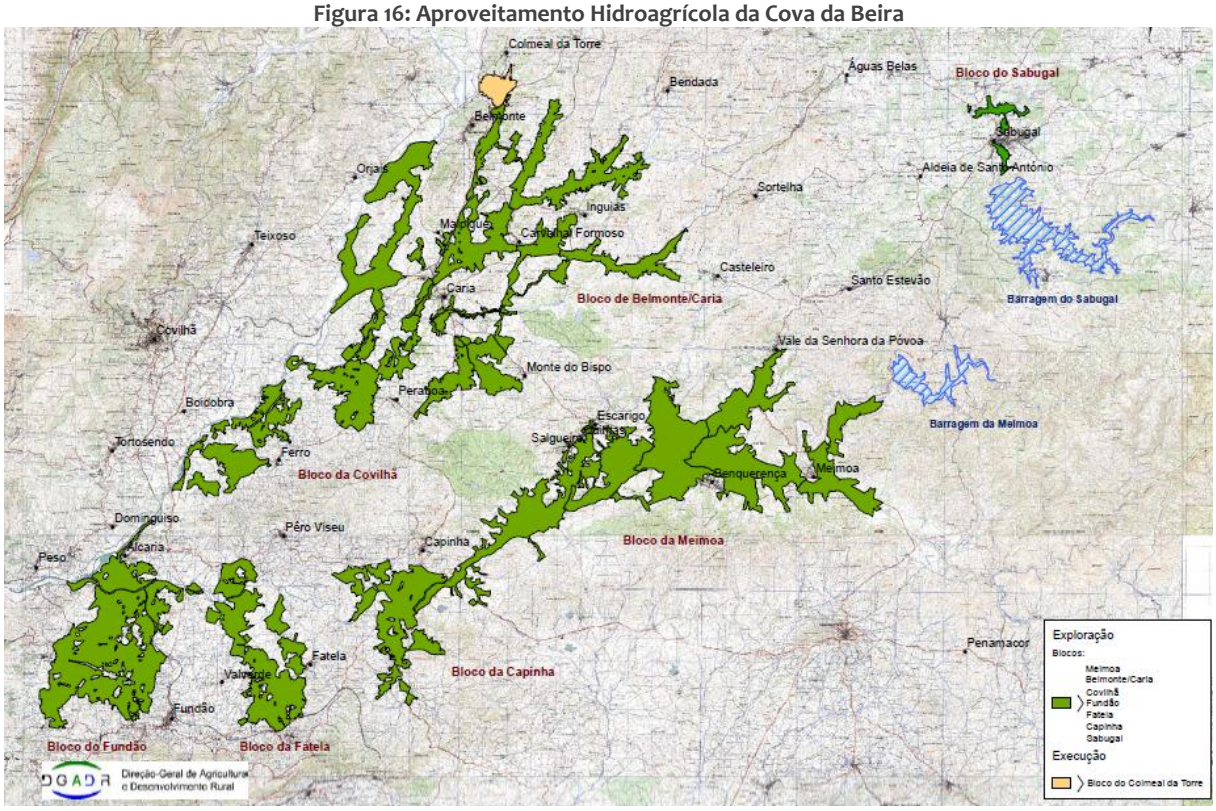
No que respeita à estrutura agrícola, em termos globais, predomina a pequena e muito pequena exploração, acentuada pela dispersão parcelar: apenas cerca de 1/3 das explorações são constituídas por uma única parcela. O tipo de empresa dominante é a familiar, sendo a forma de exploração por conta própria a mais frequente.

Embora não se disponha de nenhum estudo específico para estes dois blocos a análise do cadastro e o trabalho de campo realizado permitem concluir que as explorações de média e grande dimensão existentes estão localizadas nos sub-blocos da margem esquerda do rio Zêzere e da ribeira da Serra da Esperança no Bloco de Caria. Na restante área e no Bloco de Belmonte predomina a média e pequena propriedade e, junto às povoações, encontra-se propriedade de muito pequena dimensão, geralmente hortas para abastecimento familiar.

O **sub-bloco de Belmonte** localiza-se entre a ribeira de Valverdinho e a Serra da Esperança, estendendo-se ao longo da ribeira das Inguias e seus afluentes, nomeadamente as ribeiras das Maçainhas e do Carvalhal.
O Bloco de Belmonte é constituído por uma série de manchas correspondentes aos vales aluvionares das linhas de água que cruzam o perímetro, destacando-se a mancha situada ao longo do vale da ribeira das Inguias como eixo principal. Situa-se a Sudeste da povoação de Belmonte e distribui-se pelas freguesias de Belmonte, Caria, Maçainhas e Inguias, no concelho de Belmonte e freguesias de Bendada e Casteleiro, no concelho do Sabugal.

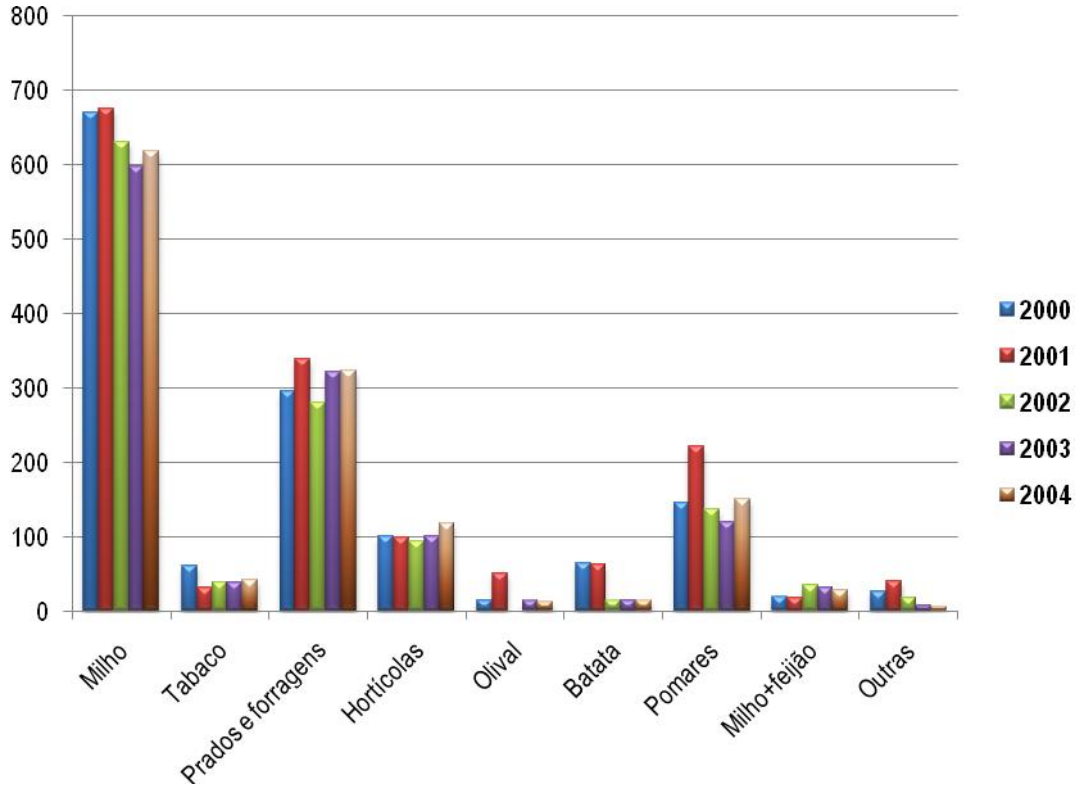
A área equipada pelos dois sub-blocos é de 3177 ha. A captação de água para a rede de rega é assegurada pela tomada de água no reservatório de Belmonte donde parte a conduta principal da rede de rega secundária, em tubagem de betão armado pré-esforçado com alma de aço, de DN 1 400 mm.

Figura 16: Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira



Fonte: DGADR

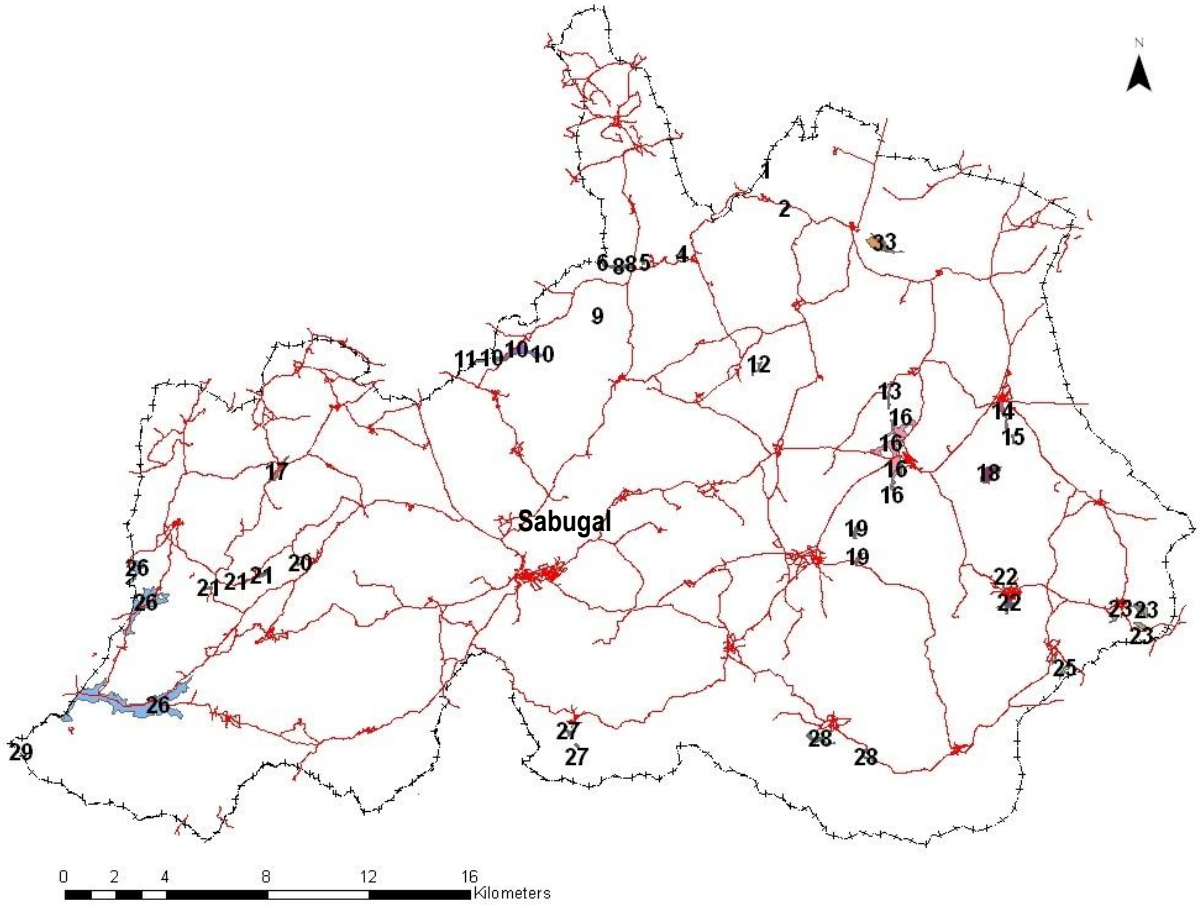
Figura 17: Evolução das culturas e áreas regadas (em hectares) no Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira



Fonte: DGADR

Para além do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, de maiores dimensões e que abrange outros concelhos, o concelho do Sabugal inclui também diversos **Regadios tradicionais** de menores dimensões, mas muito importantes para a economia local, explorados por Juntas de agricultores de cada aglomerado a que estão associados. São os seguintes:

Figura 18: Localização dos Regadios tradicionais



Fonte: DRAPC

Figura 19: Descrição dos Regadios tradicionais

ID (nº na imagem de texto)	Nome do regadio tradicional	Linha de água	Entidade exploradora	Estado de conservação
1	Regadio da Munhela	Ribeira da Nave e Rio Coa	Junta de agricultores de Badamalos	Bom
2	Regadio do Lanchal	Ribeira da Nave	Junta de agricultores de Badamalos	
3	Regadio Tradicional de Vilar Maior	Ribeira da Ponte	Junta de agricultores do regadio tradicional de Vilar Maior	Razoável
4	Regadio da Malcata	(1)	(1)	(1)
5	Regadio do pontão Abitureira	Ribeira do Boi	Junta de agricultores do Pontão Abitureia	Bom
6	Regadio das Meliças	Ribeira do Seixo do Coa	Junta de agricultores do regadio do Seixo do Coa	Bom
7	Regadio das Lapas	Ribeira do Seixo do Coa	Junta de agricultores do regadio do Seixo do Coa	Bom
8	Regadio da Ribeira do Seixo do Coa	Ribeira do Seixo do Coa	Junta de agricultores do regadio do Seixo do Coa	(1)
9	Regadio do Porto Ferro	Ribeira do Boi	Junta de agricultores do regadio do Seixo do Coa	Bom
10	Regadio do Pontão Abitureira	Ribeira do Boi	Junta de agricultores do Pontão Abitureira	Bom
11	Regadio de Vila do Touro	Ribeira do Boi	Junta de agricultores do Moinho da Lourença	Bom
12	Regadio de Ruivós	Afluente da Ribeira da Nave	Junta de agricultores do regadio de Ruivós	Bom
13	Regadio da Rebolosa	Ribeira de Alfaiates	Junta de agricultores do regadio tradicional de Rebolosa	Bom
14	Regadio tradicional do Areal – 1ª fase	Ribeira da Aldeia da Ponte	Junta de agricultores do regadio tradicional do Areal	Razoável
15	Regadio tradicional do Areal – 2ª fase	Ribeira da Aldeia da Ponte	Junta de agricultores do regadio tradicional do Areal	Mau
16	Aproveitamento hidroagrícola de Alfaiates	Ribeira de Alfaiates	Junta de agricultores de Alfaiates	Bom
17	Regadio de Penalobo	Ribeira da Retorta	Junta de agricultores do regadio de Penalobo	Bom
18	Regadio de Vale das Carvalheiras	Ribeira de Alfaiates	Junta de agricultores do regadio tradicional de Vale das Carvalheiras	Razoável
19	Regadio do Vale da Granja e Janadão	Ribeira de Alfaiates	Junta de agricultores do Soito	(1)
20	Regadio Tradicional de Sortelha e anexas	Riibeira de Quarta-feira	Junta de agricultores do regadio tradicional de Sortelha e anexas	Abandonado
21	Regadio tradicional de das Caldeirinhas	Riibeira de Quarta-feira	Junta de agricultores do regadio tradicional das Caldeirinhas	Abandonado
22	Regadio tradicional de Reproviços e Veigas	(1)	(1)	(1)
23	Regadio tradicional da Lajeosa	Ribeira da Lajeosa	Junta de agricultores do regadio tradicional da Lajeosa- Fietal	Razoável
24	Regadio tradicional da Aldeia do Bispo	Ribeira da Lajeosa	Junta de agricultores do regadio tradicional da Aldeia do Bispo	Mau

ID (nº na imagem de texto)	Nome do regadio tradicional	Linha de água	Entidade exploradora	Estado de conservação
25	Regadio da Levada das Tapadas	Afluente da Ribeira do Codesal	(1)	(1)
26	Regadio da Malcata	(1)	(1)	(1)
27	Regadio tradicional de Vale Espinho	Rio Coa	Junta de agricultores do regadio tradicional de Vale Espinho	Mau

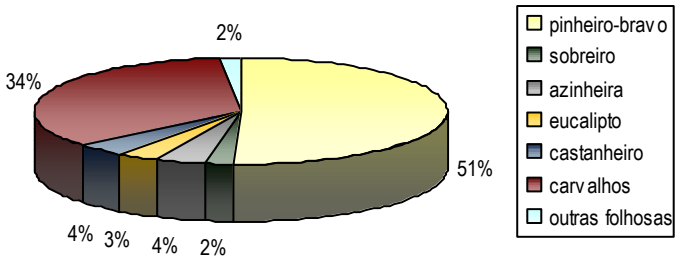
(1) Sem informação disponível
(2) Conforme descrito no capítulo sobre o AHCB

Fonte: DRAPC

1.6.2. Ocupação florestal

Mediante a observação do gráfico apresentado, conclui-se que as áreas florestais de pinheiro-bravo são as que dominam o território na sub-região da Beira Interior Norte (51%), seguidas dos carvalhais (34%). Todos os outros povoamentos, nomeadamente de castanheiro, de azinheira, de eucalipto, de sobreiro e de outras espécies de folhosas, não têm grande expressão.

Figura 20: Distribuição das espécies florestais na sub-região Beira Interior Norte



Fonte: Direção Geral de Florestas, *Areastat*

No concelho do Sabugal são os carvalhos a espécie com maior presença, um pouco por todo o território mas, fundamentalmente, a nordeste, sendo o pinheiro-bravo a espécie que se lhe segue, com uma ocupação muito reduzida ou inexistente nas freguesias de Moita, Sto. Estêvão, Quinta de S. Bartolomeu, Pena Lobo, Rendo, Vale das Éguas e Forcalhos.

Encontram-se quatro situações-tipo de ocupação florestal do solo:

- Carvalho negral conduzido em povoamentos puros, proveniente da regeneração natural ocorrida após os incêndios florestais ou do abandono das propriedades, em alto fuste irregular com idades até aos 15 anos e densidades muito variáveis, em muitas situações com o sub-bosque, arbustivo e herbáceo, muito denso, onde dominam as giestas, os fetos, os tojos e as silvas;
- Carvalho em povoamentos puros, conduzido em alto fuste regular, com idades superiores aos 20 anos, baixas densidades onde se verifica o uso múltiplo, como o pastoreio sob coberto, daí o sub- bosque ser sobretudo arbustivo e de ralo a regular;
- Carvalho de bordadura, com atividade agrícola presente, nomeadamente cereal e pastoreio; a localização dos indivíduos restringe-se aos limites das propriedades, onde têm várias funções, como proteção dos ventos, como sebe. Geralmente são indivíduos conduzidos em alto fuste regular;

- Pinhal adulto, povoamentos puros em alto fuste jardinados, sobretudo com idades superiores a 30 anos e em muitos casos já em início de decrepitude, com mais de 60 anos. São pequenas manchas sobreviventes aos incêndios florestais dispersos pelo concelho.

Figura 21: Carvalhal – Monte Novo – Pousafoles do Bispo



1.7. Valores Naturais

1.7.1. Flora[3]

O concelho do Sabugal integra-se no chamado Carvalhal da Zona Continental Seca e Fria, que apresenta temperaturas baixas de inverno, com ventos frios e secos e presença de neve, e elevadas no verão com baixa humidade relativa e largo período de seca estival. As espécies arbóreas mais comuns são: o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o carvalho-roble (*Quercus robur*), o sobreiro (*Quercus suber*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), o vidoeiro (*Betula pubescens*), a tramazeira (*Sorbus aucuparia*), o catapereiro (*Pirus piraster*), a cerejeira-brava (*Prunus avium*) e o azevinho (*Ilex aquifolium*). Quanto aos arbustos, são o pilriteiro (*Crataegus monogyna*), o abrunheiro-bravo (*Prunus spinosa*), o teixo (*Taxus baccata*), a giesteira-das-vassouras (*Cytisus scoparius* var. *eriocarpus*), a giesteira-branca (*Cytisus multiflorus*), o amieiro-negro (*Fragula alnus*), o arando (*Vaccinium myrtillus*), a roseira-brava (*Rosa sempervirens*) e o zimbro (*Juniperus communis* ssp. *alpina*) as espécies que o caracterizam. Considera-se esta a zona limite da cultura do pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*).

No entanto, a vegetação que ocorre atualmente na maior parte do território concelhio, diferencia-se do coberto vegetal espontâneo ou característico na região. Com efeito, da identificação da atual composição vegetal do território, com vegetação arbustiva baixa [Esteva (*Cistus ladanifer*), Urze (*Erica scoparia*), Rosmaninho (*Lavandula stoechas*), Tojo (*Genista triacanthos*), etc.], depreende-se que ela estará diretamente relacionada e dependente da ocupação humana, o que implicou o estabelecimento de usos que se adaptassem às novas exigências.

[3] Caldeira Cabral, F., Ribeiro Telles, G. – A Árvore em Portugal, Lisboa, 1999.

1.7.2. Reserva Natural da Serra da Malcata[4]

A Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata (RNSM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 294/81, de 16 de outubro, e reclassificada, mantendo o mesmo estatuto mas passando a designar-se somente Reserva Natural, através do Decreto Regulamentar n.º 28/99, de 30 de novembro, com o objetivo principal de defender os valores florísticos e faunísticos encontrados no seu território, nomeadamente o emblemático lince. Segundo o referido diploma: "*A serra da Malcata constitui um dos últimos refúgios naturais do território português guardando no seu interior valores botânicos e faunísticos que a fazem num ecossistema privilegiado e especialmente importante*".

Com efeito, ali se encontra uma vegetação extraordinariamente rica e variada, designadamente ao longo das linhas de água, e uma fauna variada que inclui o javali, o gato-bravo, o lobo e as aves de rapina (ainda que pouco frequentes), para além do lince-ibérico, hoje em perigo de extinção. A RNSM encontra-se inserida em diversas Redes Internacionais de Conservação: **Rede Europeia de Reservas Biogenéticas, Zona de Proteção Especial para a Avifauna** (ZPE) e **Sítio de Importância Comunitária** proposto para integrar a Rede Ecológica Europeia de Zonas Especiais de Conservação, como será mencionado no respetivo sub-capítulo. Em 1993, através da Portaria n.º 874/93, de 14 de setembro, é criada uma zona interdita ao exercício da caça em áreas da Reserva, pela extrema importância dos valores faunísticos, e consequentemente, pela necessidade de definir um regime cinegético adequado às especificidades desta área, garantindo a salvaguarda de um património natural tão importante.

A elaboração do Plano de Ordenamento da RNSM foi determinada através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 48/2001 e o Plano encontra-se publicado através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 80/2005, de 29 de março de 2005.
A caracterização da RNSM, neste estudo, baseia-se especificamente nos aspetos mais importantes da flora e da fauna.

[4] Baseado em elementos fornecidos pela Reserva Natural da Serra da Malcata

[a] Flora

A vegetação da RNSM resulta do cruzamento de diversos fatores físicos com a ação secular humana, verificando-se que cerca de 12% do coberto vegetal é composto por formações arbóreas autóctones, 53% por comunidades arbustivas, 5% por sistemas agrícolas e agroflorestais, 28% por povoamentos florestais e 2% por zonas artificiais.

O coberto vegetal da Reserva revela uma profunda e intensa influência humana – consequência, essencialmente, da pastorícia, do fogo, do corte e do arroteamento para culturas ceralíferas, bem como das florestações levadas a cabo em décadas recentes. Como consequência os bosques autóctones subsistem apenas junto de linhas de água e nas zonas menos acessíveis.

As **formações arbóreas autóctones** que se podem encontrar na Reserva são as seguintes:

- Bosques de *Quercus rotundifolia* – desenvolvem-se primordialmente nas vertentes mais declivosas da bacia do rio Bazágueda (concelho de Penamacor), onde se observam, pontualmente, exemplares de *Quercus suber*;
- Bosques de *Quercus pyrenaica*, *Quercus rotundifolia* e *Arbutus unedo* – apresentam um elenco florístico rico e variado com imensa diversidade arbustiva;
- Bosques de *Quercus pyrenaica* – carvalhal marcescente, normalmente aberto através do fogo, também apresenta uma grande diversidade florística,
- Bosques de *Arbutus unedo* – estende-se pelas encostas mais frescas e nalgumas zonas depressionárias das partes central e meridional da Malcata. Embora não se apresente em bom estado de conservação, existem pequenas manchas com uma excelente estrutura, rica em arbustivas do tipo *lauróide*;
- Bosques ripícolas - esta vegetação desenvolve-se ao longo das principais linhas de água da Reserva – rios Coa e Bazágueda e na zona montante da ribeira da Meimoa (concelho de Penamacor), onde a exuberância da vegetação atinge notáveis dimensões, destacando-se espécies como *Alnus glutinosa*, o *Fraxinus angustifolia* e a *Salix atrocinerea* e a *Salix salvifolia*. As restantes linhas de água apresentam, em geral, uma vegetação arbustiva e/ou herbácea.

Figura 22: Galeria ripícola do rio Coa, na Reserva Natural



Como **formações arbustivas** mencionam-se as seguintes comunidades:

- Comunidades com dominância de *Cistus ladanifer* – esteval, característico das zonas mais baixas e declivosas, de solo esquelético, das bacias do rio Bazágueda e da ribeira da Meimoa, fortemente influenciadas pelo clima mediterrânico. Ocupam extensões significativas nas encostas mais meridionais, expostas a Sul;
- Comunidades com dominância de *Erica umbellata* - urzal de baixo porte, representam um estado de avançada degradação dos sobreirais;
- Comunidades com dominância de *Chamaespartium tridentatum* – encontrada pontualmente nas altitudes mais elevadas da faixa central da Reserva, esta formação arbustiva constitui a primeira etapa arbustiva de recuperação após a destruição da vegetação natural pelo Homem, através do corte e, particularmente, dos incêndios;
- Comunidades com dominância de *Erica australis* – comunidade de urzes que apresenta o seu esplendor nas encostas de xistos ou grauvaques, nas cotas mais elevadas da zona Centro e Sul da Reserva;
- Comunidades com dominância de *Cytisus multiflorus* – giestais que surge nas vertentes viradas para o rio Coa (exterior ao concelho de Penamacor);
- Comunidades com dominância de *Cytisus striatus* – associações de giestais, que podem atingir portes superiores a dois metros, praticamente monoespecífica;
- Comunidades com dominância de *Cistus ladanifer* e *Erica australis* em codominância – trata-se de um urzal quase denso, na zona centro e sul da Reserva.

Quanto aos **sistemas agrícolas e agroflorestais**, apesar do forte abandono a que a Reserva tem vindo a ser votada nas últimas décadas, observam-se ainda, nas zonas limítrofes, mais próximas das povoações, e ao longo de diversas linhas de água, pequenas áreas com sistemas agrícolas e agroflorestais. São eles:

- Culturas anuais – encontram-se searas, normalmente de centeio, de reduzidas dimensões, em locais planos ou ligeiramente inclinados, nas partes ocidental e setentrional da Reserva. Pequenos "chãos" localizados junto a algumas linhas de água nas proximidades das povoações são igualmente aproveitados, essencialmente, para o cultivo intensivo de hortícolas;
- Lameiros – encontram-se essencialmente ao longo do rio Coa e têm uma grande importância na alimentação do gado;
- Olivais – localizam-se em extensões de terreno com terra arável junto às linhas de água, na parte meridional da Reserva;
- Soutos - encontram-se, essencialmente, na metade norte da Reserva;

A forte desertificação humana sentida nas últimas décadas traduziu-se no abandono de grande parte das atividades agrícolas, e na sua progressiva substituição pela utilização florestal do espaço, e na sucessiva proliferação de **povoamentos florestais**. Nas plantações efetuadas por particulares utiliza-se preferencialmente pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), enquanto nas matas industriais surgem, para além deste, pinheiro-negro (*Pinus nigra*), pinheiro-insigne (*Pinus radiata*), pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*), pineiro-manso (*Pinus pinea*), Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziezii*) e algumas espécies de género eucalipto (*Eucalyptus* sp.). O elenco florístico que acompanha estes povoamentos depende da vegetação autóctone que anteriormente ocupava estas áreas.

[b] Fauna

Na área da Reserva existem 217 espécies de vertebrados, das quais 208 correspondem vertebrados terrestres e 9 a peixes dulciaquícolas.

Anfíbios – verifica-se a ocorrência de 14 espécies de anfíbios que representam cerca de 76% do total de espécies existentes no território continental português. Destas, 3 são consideradas prioritárias e 5 são os endemismos ibéricos que ocorrem em Portugal. Trata-se de um grupo que evidencia uma grande dependência das zonas húmidas, aparecendo mais fortemente representado em zonas de galeria ripícola e, em menor escala, nos planos de água das albufeiras. Os restantes biótopos da serra da Malcata apresentam menor importância para a sobrevivência destas espécies, sendo mais utilizados por espécies com características mais terrestres como o sapo-comum (*Bufo bufo*), o sapo-corredor (*Bufo calamita*), a rã-ibérica (*Rana iberica*) e a rã-verde (*Rana perezi*).

Répteis – a classe dos répteis encontra-se representada por um total de 18 espécies, correspondendo a cerca de 75% do total de espécies que existem no território continental português. A Serra da Malcata apresenta uma considerável riqueza específica de répteis e um elevado interesse para a sua conservação. As galerias ripícolas e os bosques mediterrâneos são os biótopos mais importantes para este grupo. O primeiro tipo é essencial para espécies de hábitos aquáticos e o segundo suporta uma grande variedade de espécies dado que apresenta uma elevada diversidade de situações micro-climáticas. No verão, observam-se com facilidade ofídeos como a cobra-de-escada (*Elaphe scalaris*) ou a cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*) e junto aos cursos de água é frequente observar o lagarto-de-água (*Lacerta scheriberi*) e o cágado (*Mauremys leprosa*).

Figura 23: Cegonha-negra (*Ciconia nigra*), espécie presente na Reserva da Malcata



Fonte: http://atelier.hannover2000.mct.pt

Aves – trata-se do grupo de vertebrados terrestres mais representado na Serra da Malcata, sendo composto por um total de 140 espécies, sendo 75% destas consideradas "não ameaçadas", o que corresponde a cerca de 45% do total que ocorre no território continental português. A erra da Malcata inclui, pelo menos, 114 espécies de nidificação o que corresponde a 63% da totalidade das espécies presentes no Atlas Nacional. As áreas mais importantes para a avifauna, correspondem à sobreposição com áreas de uso agrícola, onde se observa um mosaico florístico mais variado e que, como tal, possuem uma estruturação mais diversificada da vegetação. Estas áreas correspondem, por um lado, às zonas da parte ocidental e sudoeste da Reserva e, noutra vertente, a grande parte da região norte da serra. A primeira coincide com os vales dos principais afluentes do rio Bazágueda, onde ainda existem algumas zonas agrícolas (searas, pastagens, olival) e linhas de água bem conservadas (dominadas por matas rípicolas com um elevado grau de desenvolvimento, como o medronhal e azinhal). Na segunda, a paisagem é predominantemente formada por pequenos bosques de carvalho-negral, intercalados por giestal e por lameiros, ao longo do percurso do rio Coa e nas margens dos seus principais afluentes. Noutro plano de destaque surgem algumas áreas da zona centro da Serra, cuja mais valia reside no facto da sua paisagem incluir, aqui também, locais pouco intervencionados, nomeadamente vales encaixados onde se mantém um coberto vegetal exuberante de que merece destaque, uma vez mais, a vegetação ripícola e todas as formações a ela associadas. São estas as áreas que urge salvaguardar e que encerram no seu interior, valores naturais que conferem à RNSM uma importância sobejamente reconhecida. No que respeita à avifauna, é um património natural que tem nesta tipologia de áreas e respetivos habitats, o reduto dos seus maiores expoentes, como o *Aegypius monachus* (abutre-preto) ou a *Ciconia nigra* (cegonha-preta). Estas áreas funcionam como bastiões de diversidade, onde se regista uma riqueza ornítica assinalável, que, para além das duas espécies referidas, são o habitat de uma grande quantidade de outras que necessitam de uma proteção eficaz. Relativamente à distribuição das diferentes espécies que compõem a comunidade ornítica da Serra da Malcata, é nítida a exclusividade de algumas delas a determinado habitat. Neste contexto, refira-se a associação da *Phylloscopus bonelli* aos carvalhais da zona norte da Reserva, do *Cinclus cinclus* aos cursos mais rápidos das principais linhas de água, da *Anthus campestris* às zonas de matos baixos e esparsos das cotas mais elevadas, do *Luscinia mergarhynchos* e do *Cettia cettia* às linhas de água de vegetação densa e profusa, ou do *Podiceps cristatus* à albufeira da barragem da Meimoa, entre outras.

Mamíferos – Na serra da Malcata existe um total de 35 espécies de mamíferos o que corresponde a 45% do total de espécies que ocorrem no território continental português.

Quirópteros – relativamente aos mamíferos voadores não está referenciada a existência de abrigos na Serra. No entanto, encontra-se confirmada a presença de 5 espécies na área, havendo potencialidades para a ocorrência de 16.

Roedores, insectívoros e Lagomorfos – A sua presença é confirmada pela existência de 21 espécies, das quais apenas duas possuem estatuto de ameaça de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

Figura 24: Lince-ibérico (*Lynx pardinus*)



Fonte: www.lince.serradaestrela.com

Carnívoros – estão referenciadas 11 espécies de carnívoros, o que representa cerca de 90% das existentes em Portugal Continental, o que atribui um elevado interesse em termos de conservação a este espaço geográfico. Destas espécies destacam-se o *Canis lupus signatus* (lobo ibérico), a *Lutra lutra* (lontra), o *Felis silvestris* (o gato-bravo) e, claro, o *Lynx pardinus* (lince-ibérico).

A população de *Lynx pardinus* associada a esta área montanhosa, foi a que melhor se estudou em Portugal nos últimos 20 anos, sendo evidente a sua regressão. Em 1990-92 já era composta apenas por 5-8 linces que ocupavam cerca de 127 Km, em reduzida densidade. Nos últimos anos o declínio acentuou-se como resultado da continuada regressão da população de *Oryctolagus cuniculus* (coelho-bravo) e da destruição e degradação do habitat, tendo as zonas de reprodução sido as mais afetadas. É difícil avançar com uma estimativa atual da população da Malcata, mas a situação deverá ser crítica. O núcleo da Malcata aparenta estar isolado de outros núcleos portugueses, mas ainda mantém o contacto com os cerca de 58 indivíduos que ocupam uma vasta área das serras espanholas de Gata e Béjar. Para contrariar esta situação a Reserva tem desenvolvido ações no âmbito da preservação de extensas áreas de habitat favorável, nomeadamente as zonas de abrigo e reprodução, através do estabelecimento de áreas protegidas e/ou incentivando os usos tradicionais do solo. A abertura de clareiras para a recriação do habitat do coelho-bravo, principal presa do lince, assim como a construção de tocas artificiais, são disso exemplo.

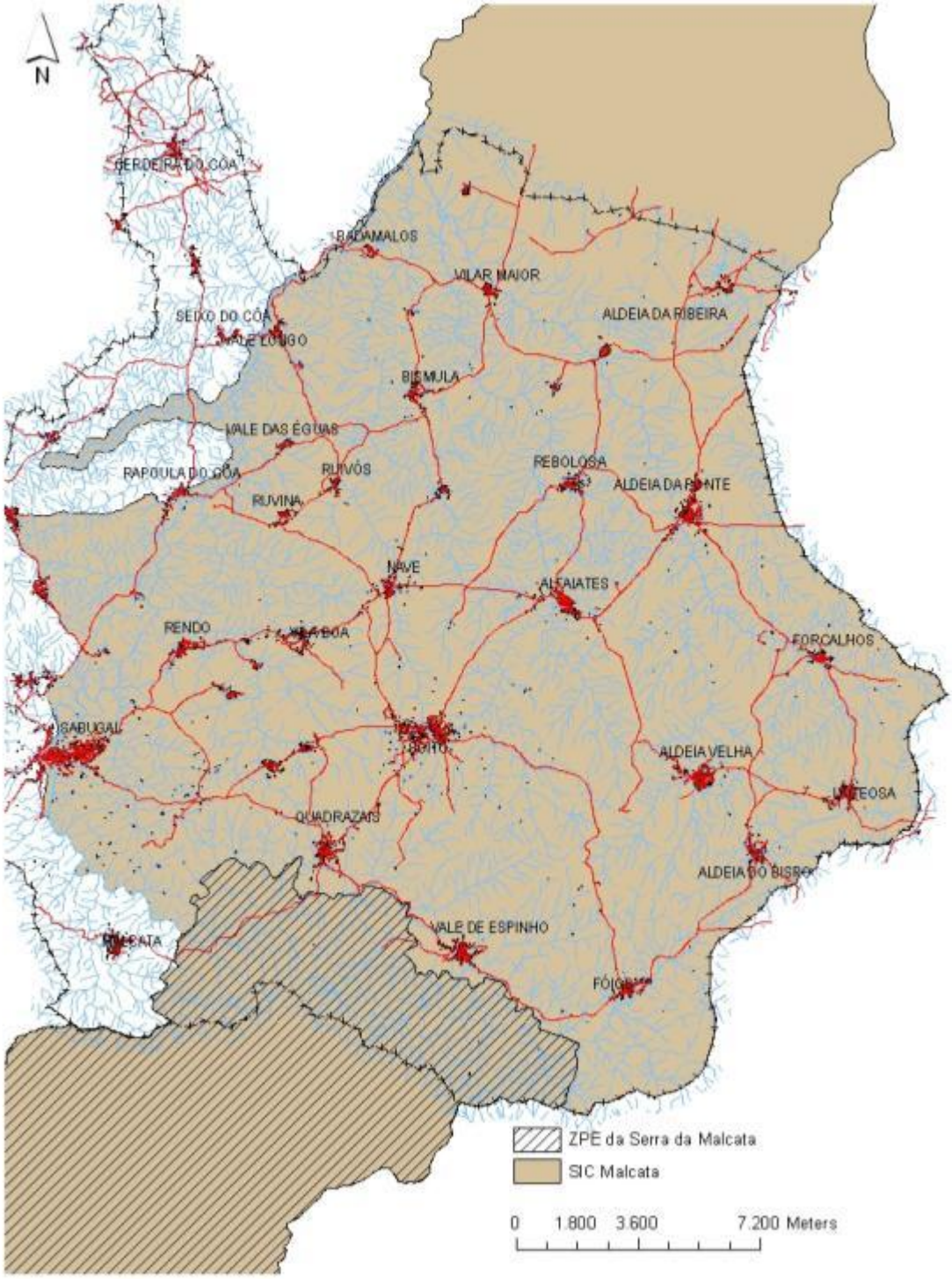
Peixes - Das espécies autóctones destacam-se a boga (*Chondrostoma polylepis*) e o bordalo (*Ritilus albernoides*) que se encontram referenciadas no Anexo II da Diretiva Habitats. Além destas, assinalam-se mais dois endemismos ibéricos: o barbo (*Barbus bocagei*) e o escalo-do-norte (*Leuciscus chepalus cabeda*). Todas as espécies inventariadas possuem estatuto de "não ameaçada" com exceção da truta (*Salmo trutta fario*), com estatuto de vulnerável, e da enguia (*Anguilla anguilla*), com estatuto de "comercialmente ameaçada".

1.7.3. Rede Natura 2000

A **Rede Natura 2000** resulta de duas diretivas comunitárias: a Diretiva 79/409/CEE, relativa à proteção das aves selvagens - *Diretiva das Aves*, e a Diretiva n.º 92/43/CEE de 21 de maio, relativa à preservação dos *habitats* naturais, da fauna e da flora selvagens - *Diretiva Habitats*.
A descrição de como é feita a transposição jurídica destas Diretivas em Portugal, é efetuada no capítulo referente aos Planos, Compromissos e Intenções.

Importa no entanto referir que o concelho do Sabugal inclui o SIC Malcata (PTCON0004) e a ZPE Serra da Malcata (PTZPE0007). As características dos habitats, fauna e flora, os fatores de ameaça e as orientações de gestão são a seguir apresentadas.

Figura 25: SIC Malcata e ZPE Serra da Malcata no concelho do Sabugal



Fonte: ICNB, 2009

[a] SIC Malcata

O SIC Malcata tem uma área total de 79 079ha e abrange os concelhos de Almeida (14%), Penamacor (24%) e Sabugal (62%).
No que se refere às suas características podem ser observados no Sítio exemplos bem conservados de manchas arbóreas. Nas zonas setentrionais (concelho do Sabugal), de natureza supramediterrânica, dominam os bosques de carvalhal (9230), enquanto que em áreas caracteristicamente meso e termo-mediterrânicas surgem pequenos núcleos de azinhal (9340) e de sobreiral (9330). Importantes são também as zonas de montado (6310) e de freixiais não ripícolas (91B0). Ao longo das linhas de água merecem referência as formações ripícolas dominadas por amieiros (91E0*), um habitat prioritário.
Deve ser ainda assinalada a ocorrência de charcos temporários mediterrânicos (3170*), de lameiros meso-higrófilos de feno (6510) e de comunidades de caldoneira (4090), um endemismo ibérico.

O Sítio é de ocorrência histórica de lince-ibérico (*Lynx pardinus*) (sobretudo na zona sul, no concelho de Penamacor) e mantém as características adequadas para a sua presença ou suscetíveis de serem otimizadas, de forma a promover a recuperação da espécie ou permitir a sua reintrodução a médio/longo prazo. Esta área constitui o limite sul da distribuição do lobo (*Canis lupus*) em Portugal.

Ocorre também a boga (*Chondrostoma polylepis),* a boga-do-Guadiana (*Chondrostoma willkommii)* sendo este um dos poucos Sítios onde estão representadas as duas espécies e também a boga-de-boca-arqueada (*Rutilus lemmingii*). É ainda um Sítio importante para a lontra (*Lutra lutra*).
De seguida apresenta-se os habitats naturais, a flora, a fauna, os fatores de ameaça e as orientações de gestão para o Sítio Malcata.

Quadro 2: Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Dec. Lei n.º 49/2005

- **3170* Charcos temporários mediterrânicos**
- 3260 - Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da Ranunculion fluitantis e da *Callitricho-Batrachion*
- 3280 - Cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix* e *Populus alba*;
- 3290 - Cursos de água mediterrânicos intermitentes da Paspalo-Agrostidion
- 4030 - Charnecas secas europeias;
- 5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos
- **6220* – Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea***
- 6310 – Montados de *Quercus* spp. de folha perene
- 6410 - Pradarias com Molinia em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (*Molinion caeruleae*);
- 6510 – Prados de feno pobres de baixa altitude (Alopecurus pratensis, Sanguisorba officinalis)
- 8220 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
- 8230 -Rochas siliciosas com vegetação pioneira da Sedo-Scleranthion ou da Sedo-albi-Veronicion dillenii
- 91B0 - Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*
- **91E0* Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae*);**
- 9230 Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica;*
- 92A0 - Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*
- 9330 - Florestas de *Quercus suber.*
- 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*

A **negrito**: habitats prioritários

Fonte: http://www.icn.pt/psrn2000

Quadro 3: Espécies da flora, fauna e outras espécies do anexo B-II, B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/02

Código	Espécies da Flora constantes do anexo B-II	Anexos
1793	*Centaurea micrantha ssp. herminii*	II, IV
Código	**Espécies da Fauna constantes do anexo B-II**	**Anexos**
1032	*Unio crassus*	II, IV
1116	*Chondrostoma polylepis*	II
1123	*Rutilus alburnoides*	II
1125	*Rutilus lemmingii*	II
1259	*Lacerta schreiberi*	II, IV
1221	*Mauremys leprosa*	II, IV
1352	*Canis lupus*	II, IV
1355	*Lutra lutra*	II, IV
1362	*Lynx pardinus*	II, IV
1338	*Microtus cabrerae*	II, IV
1304	*Rhinolophus ferrumequinum*	II, IV
1303	*Rhinolophus hipposideros*	II, IV
	Outras Espécies dos Anexos B-IV e B-V	**Anexos**
FLORA	*Narcissus bulbocodium*	V
	Narcissus triandrus	IV
	Ruscus aculeatus	V
	Scilla beirana	IV
FAUNA	*Alytes cisternasii*	IV
	Alytes obstetricans	IV
	Bufo calamita	IV
	Discoglossus galganoi	IV
	Hyla arborea	IV
	Hyla meridionalis	V
	Pelobates cultripes	IV
	Rana iberica	IV
	Triturus marmoratus	IV
	Felis silvestris	IV
	Genetta genetta	v
	Mustela putorius	v
	Plecotus auritus	IV
	Chalcides bedriagai	IV
	Coronella austriaca	IV
	Nyctalus leisleri ssp .leisleri	IV

Fonte: http://www.icn.pt/psrn2000

Os fatores de ameaça para o SIC Malcata são os seguintes:

- Florestação e gestão das florestas de produção
- Fogos florestais
- Caça e furtivismo;
- Sobrepastoreio, a agricultura e instalação de povoamentos de resinosas e eucaliptos

No Sítio da Malcata deverá ser assegurada a manutenção do mosaico característico desta paisagem, pelo que as orientações de gestão deverão ser especialmente dirigidas para a conservação e recuperação de bosques e matagais mediterrâneos, pastagens, povoamentos florestais autóctones, bem como das galerias ripícolas. Também deverá ser proporcionada a reconversão dos povoamentos de resinosas e de eucaliptos que ocupem grandes extensões e as novas arborizações deverão ser compatibilizadas, em todas as fases que as compõem, com os valores naturais presentes.

Quadro 4: Orientações de gestão gerais para o SIC Malcata

Orientações de Gestão		Habitats e espécie alvo das orientações de gestão
Agricultura e Pastorícia	Adotar práticas de pastoreio específicas	3170*; 5330; 6310; 6410; 6510; 91B0; *Microtus cabrerae* *Centaurea micrantha ssp herminii* (pastoreio de percurso) *Canis lupus* (cercas elétricas, rebanhos de menores dimensões, cães de gado) *Mauremys leprosa* (salvaguardar do pastoreio os locais mais sensíveis)
	Manter práticas de pastoreio extensivo	3280; 3290; 4030; 6220*; 6310; 6410; *Lynx pardinus*; *Rhinolophus hipposideros*; *Rhinolophus ferrumequinum*
	Assegurar mosaico de habitats	*Canis lupus* (promover a existência de bosquetes em alternância com zonas mais abertas de matos e prados) *Lynx pardinus* (promover matagais e bosques mediterrânicos,intercalados com áreas abertas de pastos e zonas agrícolas) *Microtus cabrerae* (intercalar vegetação alta e rasteira, com arbustos espinhosos. Zonas de pastoreio e áreas agrícolas extensivos, em associação com diferentes classes sucessionais de floresta, com abundante estrato herbáceo) *Rhinolophus ferrumequinum*; *Rhinolophus hipposideros* (promover bosquetes, sebes e matos, intercalados com zonas mais abertas de pastagens e zonas agrícolas)
	Condicionar a intensificação agrícola	3280; *Microtus cabrerae*; *Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros*
	Condicionar mobilização do solo	3170*; 5330; 6220*
	Conservar / promover sebes, bosquetes e arbustos	*Canis lupus*; *Microtus cabrerae*; *Rhinolophus ferrumequinum*; *Rhinolophus hipposideros* (em áreas mais abertas, com o objetivo de criar locais de refúgio e reprodução) *Lutra lutra* (promover a manutenção/criação de sebes e bordaduras de vegetação natural na periferia das zonas húmidas)
	Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas	6510

Orientações de Gestão		Habitats e espécie alvo das orientações de gestão
	Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas em áreas contíguas ao habitat	3260; 3280; 3290
	Condicionar expansão do uso agrícola	5330; 6410; 9330; 9340
	Condicionar uso de agroquímicos /adotar técnicas alternativas	6510; *Lacerta schreiberi; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros*
	Condicionar uso de agroquímicos /adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat	3170*; 3260; 3280; 3290; 6410; *Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi;Lutra lutra; Mauremys leprosa; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus*
Silvicultura	Adotar práticas silvícolas específicas	6310; 91B0; 91E0*; 9230; 92A0; 9330; 9340; 5330 (condicionar operações de desmatação)
	Condicionar a florestação	5330; 6510; 8220; 9330; 9340 *Microtus cabrerae* (condicionar a conversão do uso do solo para florestação em áreas com colónias identificadas) *Canis lupus*; *Lynx pardinus* (em áreas mais sensíveis)
	Conservar / recuperar povoamentos florestais autóctones	*Canis lupus*; *Lynx pardinus*; *Rhinolophus ferrumequinum*; *Rhinolophus hipposideros* (com um subcoberto diversificado)
	Conservar / recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo	*Canis lupus; Lynx pardinus; Microtus cabrerae; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros*
	Proibir a florestação	4090; 91B0
	Promover áreas de matagal mediterrânico	9330; 9340*; Lynx pardinus; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros*
	Promover a regeneração natural	6310; 91B0; 91E0*; 9230; 9330; 9340
	Reduzir risco de incêndio	5330; 91E0*; 9230; 9330; 9340 *Canis lupus; Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Lynx pardinus; Mauremys leprosa; Microtus cabrerae; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus*
Construção e Infraestruturas	Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes	6410 *Microtus cabrerae* (em áreas onde forem identificadas colónias nestas situações)
	Assegurar caudal ecológico	*Chondrostoma polylepis*; *Lutra lutra*; *Mauremys leprosa*; *Rutilusalburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus*
	Condicionar a construção de infraestruturas	4030; 5330; 6220*; 8220; 9330; 9340 *Canis lupus* (condicionar a construção de grandes infraestruturas em áreas sensíveis. Garantir a livre circulação da espécie e das suas presas) *Lynx pardinus* (condicionar a construção de grandes infraestruturas em áreas prioritárias) *Lacerta schreiberi* (na construção de novas estradas ou

Orientações de Gestão		Habitats e espécie alvo das orientações de gestão
		alargamento das existentes, evitar que estas passem demasiado próximo das linhas de água)
	Condicionar expansão urbano-turística	4030; 5330; 8220; 8230; 9330; 9340 *Lutra lutra*; *Lynx pardinus*; *Mauremys leprosa* (ordenar expansão urbanoturística de forma a não afetar as áreas mais sensíveis)
	Condicionar transvases	*Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii*
	Melhorar transposição de barragens /açudes	*Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii* (colocação de passagens adequadas para peixes)
	Reduzir mortalidade acidental	*Canis lupus* (vedações efetivas, passagens para fauna e sinalizadores em rodovias) *Lutra lutra* (passagens para fauna e sinalizadores em rodovias; implementar dispositivos dissuasores da passagem e entrada da espécie nas pisciculturas) *Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros* (evitar o uso de vedações rematadas no topo com arame farpado)
	Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis	3260; 3290; 91E0*; *Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus*
Outros usos e Atividades	Condicionar captação de água	3170*; 3260 *Chondrostoma polylepis; Lutra lutra; Mauremys leprosa; Rutilus alburnoides; Unio crassus* (nas zonas mais sensíveis e durante os meses de menor pluviosidade) *Rutilus lemmingii* (nas zonas mais sensíveis e durante os meses de menor pluviosidade. Dar particular atenção aos pegos, tomando medidas para a sua permanência)
	Condicionar drenagem	3170*; 6410; 91E0* *Microtus cabrerae; Mauremys leprosa* (em zonas mais sensíveis)
	Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água	3170*; 3260; 3280; 3290; 91E0*; 9230; 92A0; *Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Mauremys leprosa; Microtus cabrerae; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii; Unio crassus*
	Conservar / recuperar vegetação ribeirinha autóctone	*Chondrostoma polylepis; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Lynx pardinus;Mauremys leprosa; Microtus cabrerae; Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii*
	Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação	6220*; 6310; 9230; 9330; 9340; *Canis lupus; Lynx pardinus*
	Implementar gestão cinegética compatível com conservação	*Canis lupus; Lynx pardinus* (correta exploração cinegética das suas presas, nomeadamente

Orientações de Gestão		Habitats e espécie alvo das orientações de gestão
	espécie	pelo estabelecimento de áreas de caça/não caça, condicionantes ao número de efetivos a abater e às épocas de caça)
	Interditar deposições de dragados ou outros aterros	*Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii* (em áreas mais sensíveis)
	Monitorizar, manter / melhorar qualidade da água	3170*; 3260; 3280; 3290; 6410; *Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Mauremys leprosa; Unio crassus Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus hipposideros* (conservação das suas áreas de alimentação) *Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii* (considerando como valores de referência os limites previstos para as "águas de ciprinídeos", de acordo com o disposto no Dec.-Lei nº 236/98,de 1 de agosto)
	Ordenar acessibilidades	9330; 9340 Canis lupus; Lynx pardinus (condicionar a utilização/abertura de acessos em áreas sensíveis)
	Ordenar atividades de recreio e lazer	*Mauremys leprosa* (em áreas mais sensíveis, associadas às zonas húmidas) *Canis lupus* (condicionar atividades motorizadas de todo-o-terreno, restringindo o acesso às áreas mais sensíveis)
	Ordenar prática de desporto da natureza	*Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii* (desportos associados aos cursos de água) *Rhinolophus ferrumequinum; Rhinolophus ferrumequinum* (espeleologia)
	Reduzir mortalidade acidental	Lutra lutra (utilização de grelhas metálicas em artes de pesca, que impossibilitam o acesso da lontra ao interior do engenho)
	Regular dragagens e extração de inertes	*Mauremys leprosa* (interditar a extração de inertes nas zonas coincidentes com áreas de reprodução) *Unio crassus* (interditar extração de inertes em toda a área de ocorrência da espécie, em qualquer época do ano) *Chondrostoma polylepis; Rutilus alburnoides; Rutilus lemmingii* (interditar extração de inertes nos locais de reprodução da espécie, em qualquer época do ano. Nos restantes locais, condicionar durante a primavera)
	Regular uso de açudes e charcas	3170*; *Mauremys leprosa* (salvaguardar os charcos temporários do gado; evitar a mobilização dos charcos temporários localizados em terrenos agrícolas)

Fonte: http://www.icn.pt/psrn2000

[b] ZPE da Serra da Malcata

A ZPE da Serra da Malcata abrange o concelho do Sabugal, com uma área total de 16360,68 há (25% no concelho do Sabugal), está integrada na região biogeográfica Mediterrânica e atinge altitudes mínimas de 520 m e máximas de 1072 m. Esta ZPE caracteriza-se por ter uma grande diversidade florística com núcleos de matagais mediterrânicos muito bem preservados, possibilitando a ocorrência de um leque variado de espécies de aves, sendo que é o único local conhecido onde ocorre a nidificação do abutre-preto em anos recentes.

Nesta ZPE inserem-se as seguintes classes de **habitats**:

- Charnecas, matos, maquis, garrigues, *Phrygana*;
- Culturas extensivas de cereal (incluindo culturas de rotação em pousio regular);
- Florestas caducifólias;
- Florestas coníferas;
- Monoculturas florestais artificiais (por exemplo plantações de choupos e exóticas);
- Outras terras (incluindo zonas urbanizadas e industriais, estradas, lixeiras, minas);
- Prados húmidos, Prados mesofilos;
- Turfeiras, pauis, vegetação ribeirinha, pântanos;
- Águas não costeiras (águas paradas, águas correntes):
- Áreas não-florestais cultivadas com plantas lenhosas (incluindo pomares, olivais, vinhas, montados).

A Diretiva 79/409/CEE (Diretiva das Aves) tem por objetivo a proteção, a gestão e o controlo das aves que vivem no estado selvagem no território da União Europeia por se verificar uma diminuição das populações de espécies de aves (especialmente migradoras) associada à degradação dos seus habitats e ao tipo de exploração de que são alvo.

Nesta ZPE algumas das aves presentes estão abrangidas pelo Anexo I do referido diploma, não só por poderem constituir espécies raras ou ameaçadas de extinção ou por constituírem espécies vulneráveis a modificações dos seus habitats mas também por os seus habitats poderem necessitar de atenção especial devido à sua especificidade. São listadas as seguintes espécies de **Aves** presentes na ZPE:

Abutre-preto (*Aegypius monachus*);
Águia-real (*Aquila chrysaetos*);
Calhandrinha (*Calandrella brachydactyla*),
Cegonha-preta (*Ciconia nigra*);
Tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*);
Rolieiro (*Coracias garrulus*);
Sombria (*Emberiza hortulana*);
Águia-calçada (*Hieraaetus pennatus*);
Milhafre-preto (*Milvus migrans*);
Felosa-do-mato (*Sylvia undata*).
Guarda-rios (*Alcedo atthis*);
Bufo-real (*Bubo bubo*);
Cegonha-branca (*Ciconia ciconia*);
Águia-cobreira (*Circaetus gallicus*);
Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*);
Peneireiro-cinzento (*Elanus caeruleus*);
Cotovia-do-monte (*Galerida theklae*);
Cotovia-pequena (*Lullula arborea*);
Falcão-abelheiro (*Pernis apivorus*),

Das Aves migradoras, que ocorrem na ZPE, aquelas que não são englobadas pelo Anexo I da Diretiva 79/409/CEE são:

Petinha-dos-prados (*Anthus pratensis*)
Lugre (*Carduelis spinus*)
Cuco-rabilongo (*Clamator glandarius*)
Cuco (*Cuculus canorus*)
Abelharuco (*Merops apiaster*)
Papa-figos (*Oriolus oriolus*);
Andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*)
Tordo-comum (*Turdus philomelos*)
Noitibó-de-nuca-vermelha (*Caprimulgus ruficollis*)
Rouxinol-do-mato (*Cercotrichas galactotes*)
Codorniz (*Cotunix coturnix*)
Picanço-barreteiro (*Lanius senator*)
Chasco-ruivo (*Oenanthe hispanica*);
Felosa de Bonelli (*Phylloscopus bonelli*);
Toutinegra-carrasqueira (*Sylvia cantillans*);

1.7.4. Outros valores naturais

O Concelho é abrangido pela Reserva Natural da Serra da Malcata, e esta, por sua vez, encerra uma variedade e qualidade de valores naturais, que foram já descritos no respetivo sub-capítulo. Deste modo, quanto aos outros valores naturais, resta mencionar os aspetos considerados mais importantes, resultantes da observação empírica do território.

Com uma diversidade marcante, advinda da riqueza das suas paisagens que, ao estenderem-se por vales e montanhas, bons e maus solos, regadios e matagais, o território expressa numa beleza única na região, que varia consoante a estação do ano.

O Concelho tem excelentes **vistas panorâmicas** que permitem usufruir da sua beleza paisagística. Destacam-se as seguintes vistas:

- A estrada de Quinta do Monteiro para o vale da ribeira da Quinta do Ribeiro;
- A vista da capela da Senhora do Castelo, de onde se tem uma visão sobre o território envolvente, o relevo e os afloramentos de granito;
- A estrada que liga Água de Figueira a Pena Lobo, para o vale da ribeira da Retorta;

Figura 26: Vista de Sortelha para o vale da ribeira do Casteleiro



- O alto de Sortelha para a serra da Estrela e para o vale da ribeira do Casteleiro;
- O Cabecinho, perto de Penalobo, com uma vista para um relevo mais plano a Norte e mais ondulado a Sul;
- S. Cornélio, a uma altitude de 1008 metros, na freguesia de Sortelha, para uma paisagem essencialmente granítica onde se encaixam algumas linhas de água;
- Capela da Senhora do Mercado, em Vila do Touro, tendo como fundo a serra da Estrela, e onde se observam campos verdejantes, compartimentados por muros de pedra seca, alguns afloramentos rochosos e vários tipos de vegetação arbórea e arbustiva;
- Capela da Senhora das Preces, em Rapoula do Coa;
- Perto de Sto. Estêvão para o vale da ribeira do Lagar Negro;

- A Senhora do Monte para o rio Noémi;
- EN 532 para o aglomerado de Rapoula do Coa e para todos os terrenos envolventes e serra da Estrela;
- EM 1188 para o vale da ribeira do Boi;
- Castelo de Vilar Maior para o vale da ribeira de Vilar Maior e da ribeira da Aldeia e, da EN 567 para o mesmo local;
- Estrada, perto de Rebolosa, para o vale da ribeira de Alfaiates;
- Alto da Machoca, o ponto mais elevado do Concelho (1072 metros) que, em dias de boa visibilidade, permite alcançar até vários quilómetros de distância, avistando-se, por exemplo, a serra da Estrela, os aglomerados da Malcata e de Quadrazais e a albufeira do Sabugal;
- Sabugal Velho, da capela da Senhora dos Prazeres para a Aldeia Velha e para Espanha (Navasfrias).

As **estradas com interesse paisagístico** proporcionam vistas panorâmicas e têm uma envolvente que, de algum modo, merece ser mencionada. São as seguintes:

- EN18 e a EM233, com grande extensão, criam uma variedade de situações atrativas como é o caso dos vários alinhamentos arbóreos de freixos, plátanos e bétulas e da vista que proporciona para a serra da Estrela. O seu traçado muitas vezes acompanha e/ou atravessa linhas de água como a ribeira de Valverdinho, a ribeira do Lagar do Negro e a ribeira do Casteleiro, estando os terrenos adjacentes, na sua maioria, ocupados com prados. Nas zonas mais planas, para além destes prados, também se podem ver manchas de matos, enquanto que, nas encostas mais declivosas, os matos, o olival e o pinhal são característicos. Uma vez que esta estrada se insere numa zona granítica, são muito frequentes os afloramentos rochosos;
- EN542 até Sortelha que é ladeada por prados e acompanha a ribeira de Valverdinho e depois se encaixa num vale com declivosas encostas de rocha granítica;
- EN542-4, de Águas Belas para Quinta do Clérigo, que de início tem uma envolvente bastante plana, mas que depois se encaixa em encostas declivosas com vista para o Vale da Arca (também esta zona tem muitos afloramentos de granito);
- EN233 do Sabugal até ao cruzamento com a EN563-2,
- EN54 e a EM1197 têm um traçado relativamente reto e os carvalhais e os lameiros com muros de pedra seca são uma constante;
- EN538 entre Quadrazais e Aldeia do Bispo que acompanha, na sua maior extensão, o rio Coa;

- EM1199, que permite alcançar uma paisagem mais agreste com afloramentos rochosos e matos rasteiros,
- EN332, numa zona bastante plana e de características mediterrânicas, onde, para além das manchas de carvalho-negral, azinheira, pinheiro e matos, se criam pontos de vista para ocidente.

Entre **os caminhos rurais de interesse paisagístico**, destacam-se os seguintes:

- De Pena Lobo para a Quinta da Ribeira, onde a envolvente, com muitos afloramentos rochosos, apresenta várias manchas de carvalho, lameiros e matos;
- Entre Caldeirinhas e Quinta do Clérigo, que se estende, ladeado por muros de pedra seca, ao longo da ribeira da Retorta, com galeria ripícola bem definida e que, ao longo do seu curso cria pequenas cascatas, com lameiros e carvalhais;
- De Vale Longo até ao rio Coa, que acompanha a linha de água, e os seus açudes e termina no limite do concelho, na ponte romana de Sequeira;
- De Vila Boa até à capela de Sto. Antão por entre carvalhos, linhas de águas, prados e alguns muros de pedra seca;
- De Vila Boa até à capela de S. Gregório que, do parque de merendas, tem boa vista para a serra da Estrela,
- Entre a Malcata e Quadrazais, dentro da Reserva Natural, com um relevo ondulado suave, coberto de carvalhais e matos, de onde se alcança a barragem do Sabugal e, já perto de Quadrazais, onde se pode acompanhar o rio Coa;
- Ligação de Foios à nascente do Coa;
- Ligação de Foios ao Soito pela Serra do Homem de Pedra e posteriormente a Aldeia Velha pelo Sabugal Velho;
- Caminho coincidente com o limite do concelho do Sabugal na Serra da Malcata;
- Ligação Lageosa aos Forcalhos;
- Ligação de Santo Estevão a Sortelha.

Figura 27: Estada de interesse paisagístico – EN18-3 e 233



Figura 28: Caminho de interesse paisagístico – Caldeirinhas – Quinta do Clérigo



Pela paisagem que apresenta, como já foi mencionado, poder-se-á considerar que todo o concelho é de interesse paisagístico. Ao nível de representação na Planta afeta a este tema, são localizados, pontualmente, outros **locais de interesse paisagístico** que, de algum modo, se destacam do resto do território.

Assim têm-se:

Carvalhal – localizado a Norte da freguesia de Pousafoles do Bispo, em Lameiras e Lameiras de Baixo; encontram-se ainda manchas de carvalhais, algumas integradas na malha urbana, com exemplares de dimensões consideráveis;

Relevo Granítico – inserido numa paisagem muito ondulada de grandes afloramentos graníticos, as encostas são cobertas por matos rasteiros e, nos vales, onde as linhas de água são abundantes com galerias ripícolas bem constituídas é frequente a atividade agrícola. É de salientar a ribeira da Quinta do Ribeiro, perto do caminho que liga a Penalobo, com galeria ripícola simples e é acompanhada por lameiros nas suas margens onde se integra um pequeno desnível criando uma pequena cascata;

Vale do Rio Coa e Afluentes – nesta zona, a Nordeste do concelho, integram-se linhas de água de grande expressão, incluindo o rio Coa, nos vales, tendo os carvalhais uma presença importante nas áreas adjacentes;

Praia Fluvial e Lameiros (Rapoula do Coa) – esta zona, ao longo do rio Coa, com uma galeria ripícola bem constituída, tanto tem campos de lameiros como integra uma praia fluvial. Esta, com uma intervenção curiosa, não só criou zonas de estadia como permitiu a recuperação de uma antiga azenha e a construção de pequenas represas que dão origem a espelhos de água onde se pode tomar banho;

Rio Coa (Roque Amador) – este troço do rio Coa, embora não esteja muito encaixado, encontra-se bem marcado na paisagem. Tem uma densa galeria ripícola, as margens recortadas e é possível

observarem-se pequenas quedas de água. Na sua envolvente, para além dos carvalhais, integram-se os habituais lameiros com canais de rega tradicionais em pedra granítica;

Barragem do Sabugal – embora ainda não tenha atingido um volume de armazenamento próximo do NPA, a barragem do Sabugal e sua envolvente, têm potencial para gerar situações de interesse para uma futura utilização;

Praia Fluvial de Aldeia da Ponte – a praia fluvial foi submetida a uma intervenção paisagística com a implementação de um parque infantil, de um parque de merendas e da recuperação de toda a envolvente, transformando-a num espaço apelativo e atraente.

Figura 29: Praia Fluvial de Rapoula do Coa



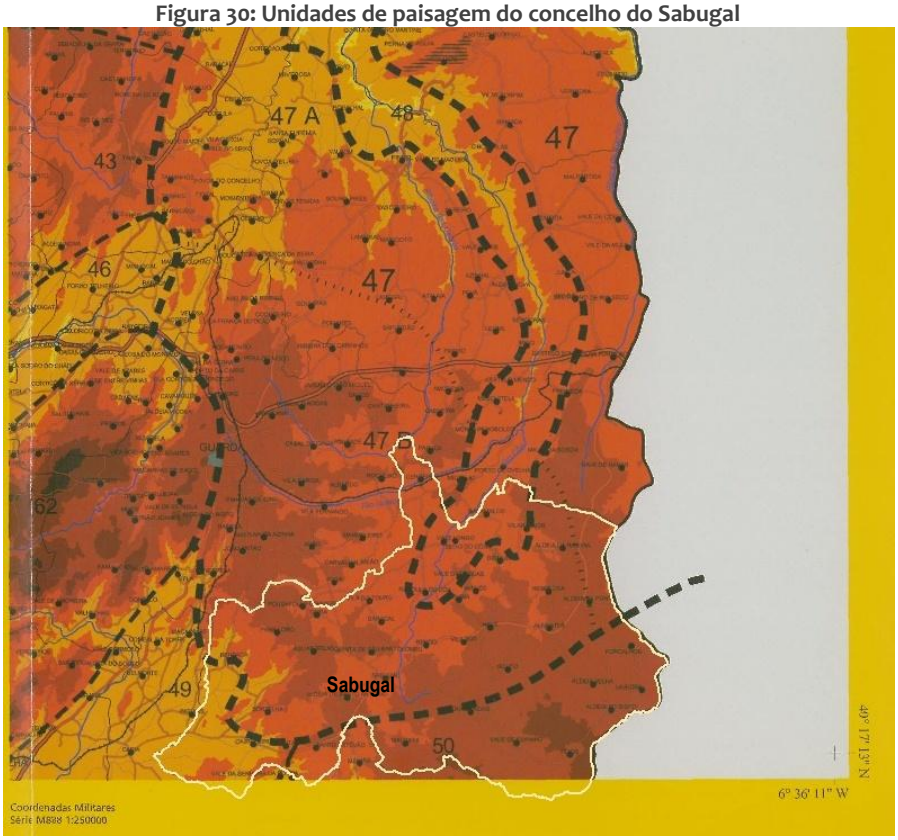
É de referir que a maioria das linhas de água mantém a sua galeria ripícola bem preservada, embora no interior dos aglomerados seja inevitável algumas alterações na vegetação ribeirinha. Não se pretendendo elaborar uma descrição exaustiva, são apenas indicadas as galerias ripícolas das linhas de água de maior importância, como o rio Coa, a ribeira de Alfaiates, a ribeira de Forcalhos e rio Cesarão, a ribeira da Aldeia da Ponte, a ribeira do Boi, a ribeira do Freixal, a ribeira do Semideiro, a ribeira da Bendada, a ribeira da Retorta, a ribeira da Quarta-Feira, a ribeira do Lagar Negro, a ribeira de Valverdinho, a ribeira da Nave e a ribeira de Casteleiro.

1.8. Unidades de Paisagem

Para efetuar este capítulo, consultou-se uma obra de referência nesta área: "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental", Universidade de Évora, DGOTDU, Volume III, 2002 tendo-se assumido integralmente a delimitação de Unidades de Paisagem feita neste documento.

A definição de Unidades de Paisagem (UP) surge da análise conjunta de vários fatores intervenientes na paisagem. O processo de marcação passa pela definição de macro-unidades com base nas características litológicas/geomorfológicas, climatológicas e de relevo do território, após o que se desce a um nível de classificação mais operativo, com base nas restantes características consideradas, de que ressaltam o uso atual do solo e as suas potencialidades de utilização.

Figura 30: Unidades de paisagem do concelho do Sabugal



Fonte: "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental", Universidade de Évora, DGOTDU, Volume III, 2002.

Segundo o referido documento e como se pode ver pela figura, o concelho do Sabugal insere-se em quatro Unidades de Paisagem:

UP47 – Planalto da Beira Transmontana - "*Esta unidade de paisagem muito extensa é marcada sobretudo pela configuração do relevo, vasto planalto rasgado por cursos de água e pontuado por frequentes afloramentos rochosos. Outra componente importante destas paisagens tem a ver com a sensação de abandono evidenciado pela escassa presença humana, aldeias quase desertas, rede incipiente de infraestruturas e por um uso do solo predominantemente extensivo. Daqui resultam paisagens de certa forma inóspitas, ásperas e, também, pouco variadas.(…)*

UP47a – *Subunidade a norte, claramente a zona mais agrícola: no planalto sucedem-se grandes parcelas de cereais e pastagens ou forragens, separadas frequentemente por linhas de árvores ou sebes arbustivas, por vezes acompanhadas por muros de pedra solta. Nestes alinhamentos surgem como espécies frequentes o carvalhal negral, o freixo, as silvas e o pilriteiro, constituindo uma rede de compartimentação que, por não ser muito densa, não evita o caráter dominante de paisagem aberta e inóspita. (…) Algumas destas parcelas estão atualmente sem uso agrícola e cobertas por mato, onde predomina a giesta. Este abandono de áreas agrícolas, onde o centeio era muito comum e o consequente desenvolvimento de matos, contribui para uma real diversificação da paisagem. Os afloramentos rochosos são uma constante destas paisagens: grandes blocos de granito dispersos ou conjuntos mais pequenos, por vezes ocupando grandes extensões. Nalgumas áreas do planalto há uma elevada há uma elevada densidade de afloramentos graníticos, desenvolvendo-se uma vegetação herbácea e arbustiva nos espaços intersticiais, utilizada como pastagem extensiva. (…)*

Em termos de orientações para a gestão destas paisagens, será desejável:

- *Consolidar uma rede equilibrada e qualificada de centros urbanos, incluindo a melhoria das suas acessibilidades, a instalação de atividades ligadas aos recursos presentes, a valorização patrimonial e o reforço da capacidade de prestação de serviços no âmbito do recreio e turismo; há que manter o caráter concentrado dos centros urbanos, controlando a dispersão edificada que já começa verificar-se na envolvente de alguns dele;*
- *Procurar soluções sustentáveis para o futuro, nomeadamente no sentido de:*
- *Promover um correto ordenamento e gestão dos espaços florestais existentes e previsíveis, tendo em consideração a sua multifuncionalidade (produção, conservação do solo e dos recursos aquíferos, valorização da fauna e flora, prevenção e controlo de incêndios);*

- *Incentivar atividades agropastoris, adequando os sistemas tradicionais às exigências contemporâneas, incluindo a disciplina do pastoreio nas áreas com mais elevado interesse natural;*
- *Manutenção de um mosaico de usos diversificados, assegurando a presença de uma rede equilibrada de sebes de compartimentação dos campos agrícolas e das pastagens;*
- *Proteger e valorizar as linhas de água;*
- *Ordenar as atividades cinegéticas.*

(…)

UP48 – Vale do Coa – "*Esta unidade foi individualizada relativamente à envolvente – "Planalto da Beira Transmontana" pela dimensão e expressão deste vale que interrompe de uma forma muito clara a continuidade do planalto, não só em termos morfológicos mas, também, no que diz respeito á sua humanização.*

O rio Coa nasce na serra da Malcata, mas esta unidade de paisagem foi apenas individualizada aproximadamente para norte da povoação de Rapoula do Coa, quando o encaixe do vale começa a diferenciar-se do planalto envolvente. O vale adquire forte expressão só mais a jusante, quando rasga o planalto de forma imponente, o que é muito nítido quando observado do alto da serra da Marofa, de onde se tem uma visão geral do planalto da Beira Transmontana com o profundo sulco norte-sul correspondente ao vale do Coa.

As paisagens do vale refletem, ainda mais intensamente que no planalto, o isolamento e o abandono, as condições difíceis para a ocupação humana, com solos pobres e declives acentuados, um clima com fortes amplitudes ao longo do dia e do ano, frio no inverno e escaldante no verão.
Para além dos afloramentos rochosos, predominantemente de granito (xisto para jusante de Santa Comba, já na transição para a unidade "Alto Douro", as encostas declivosas encontram-se cobertas por matos, por algumas pastagens naturais e por plantações florestais mais ou menos recentes, onde predomina o eucalipto.

Em alguns troços do vale mais a montante, a utilização agrícola fazia-se anteriormente em socalcos, que se encontram hoje , em grande parte, abandonados e cobertos de matos. Só raros socalcos nas encostas mais perto de povoações se encontram ainda com uso agrícola.(…)

No que diz respeito a orientações para a gestão, e reconhecendo-se as dificuldades em lutar contra uma situação grave de desertificação humana, podem apontar-se como linhas de atuação geral as seguintes:

- *Preservar e valorizar o rio e a vegetação ribeirinha, condicionando a extração de inertes, mantendo a quantidade e qualidade da água, gerindo convenientemente os recursos piscícolas, recuperando elementos significativos do património construído diretamente ligado ao rio e mantendo acessos em locais com especial interesse;*
- *Promover a conservação e qualificação de algumas aldeias através de programas do tipo "aldeias históricas", mas que envolvam atuações articuladas com os espaços agrícolas envolventes;*
- *Procurar soluções sustentáveis para o futuro, nomeadamente no sentido de:*
- *Promover um correto ordenamento e gestão dos espaços florestais existentes e previsíveis, tendo em consideração a sua multifuncionalidade (produção, conservação do solo e dos recursos aquíferos, valorização da fauna e flora, prevenção e controlo de incêndios)*
- *Incentivar atividades agropastoris, adequando os sistemas tradicionais às exigências contemporâneas.*

(…)

UP49 – Cova da Beira - *"A paisagem da Cova da Beira reflete a fertilidade do solo através de uma divisão em parcelas relativamente pequenas e da intensidade da exploração agrícola, que se multiplica na enorme variedade de usos, passando por algumas matas de pinheiros ou carvalhos, até olivais, pomares, vinha, cereais de sequeiro ou regadio, hortícolas, etc. É uma unidade de paisagem extremamente rica e diversificada, quer quanto a texturas como a cores, que contrasta com toda a envolvente. Sente-se a abundância de água em todo o padrão da paisagem. As sebes de compartimentação dos campos não são muito frequentes, mas a sua presença contribui para a diversidade da paisagem: algumas sebes ao longo de estradas e caminhos, galerias ripícolas acompanhando as linhas de água, alinhamentos de árvores bordejando as parcelas agrícolas. (…)*

Nesta unidade justifica-se um esforço de ordenamento acrescido no sentido de explorar de forma equilibrada as enormes aptidões agrícolas presentes. Assim, há que encontrar os meios para:

- *Manter a diversidade no mosaico de usos, em simultâneo com a tendência para o aumento das áreas das parcelas e das explorações agrícolas;*
- *Minimizar os impactes ambientais negativos, principalmente através da aplicação de boas práticas agrícolas que preservem os recursos fundamentais para esta atividade – o solo e a água;*
- *Compensar aqueles impactes, nomeadamente através da concretização de uma rede de proteção e valorização ambiental (sebes, galerias ripícolas, maciços arbóreos em situações marginais para a agricultura, qualificação da rede de drenagem natural, etc.);*
- *Impedir a dispersão edificada, principalmente ao longo das estradas e caminhos."*

(…)

UP50 – Penha Garcia e Serra da Malcata – *"As paisagens desta unidade são marcadas pelo acidentado do relevo e pela predominância do coberto florestal, em grandes manchas uniformes, compactas, sobretudo de pinheiro bravo (também de eucalipto). Trata-se de paisagens despovoadas, com apenas alguns aglomerados de pequena dimensão. Embora o uso dominante do solo reflita uma profunda alteração da vegetação natural pela ação humana, a sua localização ao longo da linha de fronteira, numa área do país periférica e com pouco dinamismo económico, reforça a sensação de isolamento e mesmo abandono. Para além do relevo, mais vigoroso, o padrão claramente florestal distingue esta unidades das envolventes, com um caráter mais agrícola.*

A Serra da Malcata, que atinge os 1075 metros de altitude, é composta por uma sucessão de cabeços arredondados e evidencia-se mesmo a grande distância, pelas formas, pela dimensão e por constituir uma mancha verde escura de grande uniformidade, devido à cobertura quase homogénea das vertentes por povoamentos de pinheiro, eucalipto e por matos. A serra é sobretudo constituída por xistos e rochas afins, sendo os solos pobres e com elevados riscos de erosão – o que em parte justifica a sua utilização quase exclusivamente florestal.(…)

No que respeita a orientações para o futuro, impõem-se como mais significativas as medidas de gestão e ações de caráter geral propostas para o Sítio Natura 2000:

Acompanhar as ações de ordenamento e gestão florestal, nomeadamente através de:

- *Impedimento da instalação de novos povoamentos florestais à base de espécies exóticas;*
- *Condicionamento da instalação de novas arborizações de pinheiros, reconversão das plantações existentes , em áreas de maior valor natural;*
- *Incremento, dentro de normas adequadas, da plantação de povoamentos à base de espécies autóctones, manutenção e valorização dos existentes;*
- *Reforço do sistema de prevenção, vigilância e controlo de fogos florestais;*
- *Elaborar e executar um modelo de gestão de matos, através de fogos controlados e renovação mecânica;*
- *Proteger as linhas de água, nomeadamente através de interdição do corte da vegetação ribeirinha e a recuperação e manutenção (…)"*

1.9. Potenciais Disfunções Ambientais

Considera-se que os principais tipos de disfunções ambientais presentes no concelho se concentram nos seguintes aspetos:

- Poluição em espaço urbano: águas residuais, resíduos sólidos urbano (RSU) e lagares de azeite;
- Poluição em espaço agrícola: unidades de produção animal, depósitos de entulho e sucatas;
- Monoculturas florestais: povoamentos puros de eucaliptos e manchas de acácia.

1.9.1. Poluição em espaço urbano

Em meio urbano dever-se-á ter em conta a pressão exercida sobre as linhas de água que atravessam os aglomerados ou que se encontram nas suas zonas limítrofes, pela descarga de águas residuais, uma vez que nem todas as freguesias têm rede de tratamento de águas residuais, como é o caso, entre outros, de Pousafoles do Bispo, de Forcalhos, de Rebolosa, de Badamalos, de Rapoula do Coa e de Forcalhos.

Os **lagares de azeite** também podem acarretar problemas ambientais, pelo que a legislação é exigente no que concerne ao licenciamento da sua operação. As condições impostas para o licenciamento (obrigatório por Decreto Regulamentar n.º 25/93 de 17 de agosto) de lagares de azeite são definidas na Portaria n.º 407/2000 de 17 de julho. A laboração só pode iniciar-se uma vez terminada a instalação e apresentado um pedido de vistoria à Direção Regional da Agricultura.
No concelho do Sabugal, há três lagares de azeite inseridos no aglomerado da Bendada.

1.9.2. Poluição em espaço agrícola

A atividade agrícola tem um grande peso na atividade do Concelho, estando maioritariamente relacionado com as culturas anuais e com alguma produção vinícola, com pomares e com áreas agrícolas mistas, sendo ainda de destacar a produção animal (ovinos, caprinos e bovinos). No entanto esta atividade não apresenta problemas significativos para o ambiente visto tratar-se na sua maioria de agricultura extensiva.

Assim procedeu-se à identificação, como potenciais fontes de poluição, das unidades de produção animal e dos depósitos de entulhos e sucatas.

A **produção animal** verifica-se um pouco por todo o município, geralmente onde o declive é mais suave, havendo, portanto, diversas zonas de pastagens. No entanto, foram identificadas unidades de produção animal que, em alguns casos, embora sejam de pequenas dimensões, se encontram dentro, ou nas imediações, dos aglomerados. Estão presentes nas freguesias da Bendada, do Casteleiro, de Sortelha e Penalobo, de Pousafoles do Bispo, de Vila do Touro, de Quinta de S. Bartolomeu, de Rapoula do Coa, de Rendo, de Seixo do Coa, de Ruivós, de Badamalos, de Vilar Maior, da Aldeia da Ribeira, de Rebolosa, de Aldeia da Ponte, do Soito, da Aldeia Velha, de Forcalhos e de Vale de Espinho.

A proliferação de **áreas de deposição de entulho e lixos** é frequente em algumas das estradas e caminhos do Concelho, como por exemplo, na EN 542 para Sortelha, no caminho que liga Pena Lobo à Quinta da Ribeira, na EN 324, perto de Quintas de S. Bartolomeu, na EN 563, junto ao Baraçal, na EM 1188, quase no cruzamento com a EN 324, na EN 534 na Aldeia da Ribeira, na EN 567, entre Aldeia da Dona e Nave, na EN 233, entre a Aldeia da Ponte e Alfaiates e entre Nave e Vila Boa, nalguns pontos da EN 538 e da EM 1193. Será necessário definir espaços para receber este tipo de resíduos, bem como um ou mais parques de sucatas, evitando situações como as verificadas na cidade do Sabugal.

1.9.3. Monoculturas florestais com povoamentos puros de eucaliptos e manchas de acácia

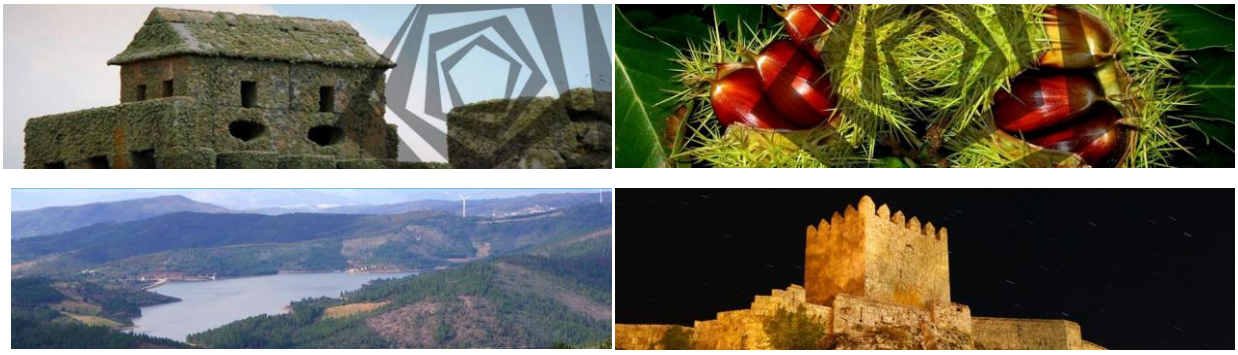
As **manchas de eucaliptais** induzem a uma reduzida diversidade paisagística e biológica dos territórios por elas ocupadas, sendo a plantação destes povoamentos uma das principais causas, entre outras, da destruição de habitats e do desaparecimento de espécies de fauna e flora. No concelho, segundo a informação do COS'90 (visto a Carta Corine Land Cover não dispor dessa informação diferenciada), há algumas manchas com povoamentos puros de eucalipto, sendo de destacar que ocupa parte das freguesias de Aldeia do Bispo e Foios, e outra em Casteleiro e Ruivós.

Quanto às **manchas de acácia**, embora não seja possível cartografar, torna-se importante referencia-las visto tratar-se de uma espécie infestante, embora, quando em floração, se torne bastante bonita. Destacam-se algumas situações como as que se verificam na EN18 e na Quinta da Mimosa, na freguesia de Casteleiro e em alguns locais da freguesia da Sortelha.






RL 04 _ CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 05 _ HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ História e Património 3

1.1. Introdução 3

1.2. Breve Panorâmica Histórica 3

1.3. Património Arquitetónico 7

1.3.1. Considerações Gerais 7

1.3.2. Imóveis classificados 9

1.3.3. Imóveis em vias de classificação 18

1.3.4. Outros Imóveis com Interesse 19

1.4. Sítios e Conjuntos com Interesse 33

1.5. Património Arqueológico 36

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ História e Património

1.1. Introdução

Neste capítulo far-se-á uma abordagem do território concelhio no que diz respeito à sua evolução histórica e ao património arqueológico e arquitetónico, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação.

1.2. Breve Panorâmica Histórica[1]

Os vestígios mais antigos recuam ao Período Neolítico**,** desconhecendo-se qualquer tipo de marcas referentes ao Paleolítico. Apesar destes achados se dispersarem pelo concelho, identifica-se uma concentração de monumentos megalíticos na zona de Ruivós-Nave, indiciando a localização das primeiras comunidades habitantes nesta região. O período do Calcolítico tem vindo a ser descoberto através de trabalhos arqueológicos desenvolvidos sobretudo na Aldeia da Ponte e no centro histórico do Sabugal.

O aparecimento de diversos núcleos habitacionais, já na Idade do Bronze, deve-se à riqueza destas terras em estanho e cobre (produtos indispensáveis para a produção do bronze), levando a que a sua base económica assentasse na atividade metalúrgica. Desta forma, os aglomerados de Vilar Maior, Sabugal, Serra Gorda (Águas Belas), Castelejo (Sortelha), Cabeço das Fráguas (Pousafoles do Bispo), Caria Talaya (Ruvina), Vila do Touro, foram habitados por diversas comunidades pastoris, agrícolas e mineiras, contribuindo para a afirmação regional do Alto Coa. Deste período conhecem-se as seguintes peças arqueológicas: as estelas de Foios e do Baraçal; a espada de Vilar Maior; os machados da Lageosa da Raia, Vila do Touro, Aldeia Velha, Quarta-Feira, Vale das Éguas, Ruvina e Soito.

Estes povoados, apresentando também características defensivas, perduraram durante o Período do Ferro deixando vestígios na Serra das Vinhas (Penalobo), no Cabeço de São Cornélio (Sortelha), na Serra da Opa (Casteleiro), destacando-se o "Sabugal Velho" e o próprio Sabugal. Põe-se a hipótese de o "Sabugal Velho" ter correspondido a um acampamento militar relacionado com o processo da conquista romana.

[1] Baseado em informações retiradas do site da Câmara Municipal do Sabugal e do PDM em vigor.

A ocupação romana caracteriza-se pela existência de pequenos aglomerados ou póvoas de planície, normalmente localizados na base ou na encosta de povoados pré-existentes, que passariam a funcionar como cidadela ou "castellum", e que dependiam de uma economia agrícola. Este tipo de subsistência vem contrapor-se à pastorícia como atividade transumante pré-romana, que terá contribuído para o estabelecimento de relações com o sul de Espanha, e portanto, facilitado a penetração romana. Apenas numa segunda fase da romanização terão surgido as vilas como agrupamentos de subunidades familiares (quintas e vilares).

Da civilização romana, destaca-se a implementação de um sistema viário de grande qualidade construtiva e organizativa, que ligou o concelho da Guarda aos principais núcleos urbanos da Península Ibérica, existindo ainda vários vestígios de calçada e pontes (ainda que não sejam seguramente romanos). Os marcos miliários, estes sim romanos, indiciam a passagem de uma via romana pela Serra dos Mosteiros, que ainda na época de D. Dinis atravessava verticalmente o concelho.

A informação histórica sobre as Invasões Bárbaras e a posterior Dominação Árabe é escassa. Dos árabes ficaram topónimos como Vale Mourisco ou Alfaiates (do árabe "Al-Chait"), que no entanto necessitam de pesquisa. Pensa-se que terá havido continuidade em termos de ocupação dos aglomerados pré-existentes, principalmente no caso de futuras sedes concelhias.

A evolução histórica do Sabugal torna-se mais conhecida aquando da reconquista cristã da Península Ibérica, com a questão dos limites fronteiriços do território nacional e com a criação dos concelhos.

O regime concelhio surge então associado às questões de defesa numa altura em que a definição da fronteira se encontrava instável. Desta forma, Vila do Touro e Sortelha recebem o seu Foral, respetivamente, em 1220 e 1228.

Sabugal, Vilar Maior e Alfaites, terão sido inicialmente reconquistadas por D. Afonso Henriques, voltando a ser invadidas pelos mouros e posteriormente retomadas pelos reis de Leão, enquanto Sortelha e Vila do Touro constituíam pontos de defesa desta primeira fronteira. Foi com a assinatura do Tratado de Alcanises, em 1297, durante o reinado de D. Dinis, que as terras de Riba-Coa passaram a integrar território português, englobando Alfaiates e Vilar Maior, juntamente com Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Monforte, Castelo Bom e Almeida, já fora dos limites do atual concelho do Sabugal.

Os castelos de Sortelha e Vila do Touro acabaram por perder a sua importância militar, tendo, mais tarde, sido alvo de obras de beneficiação no reinado de D. Manuel, e posteriormente em 1640, aquando das Guerras da Restauração.

A designação "Sabugal" é atribuída a Afonso IX de Leão e deve-se ao facto de existirem na zona muitos sabugueiros, o que justifica que as armas da cidade, dadas por D. Dinis, integrem um sabugueiro.
Mais uma vez, a falta de informação não permite abordar características relacionadas com outros setores da vida e épocas medievais. Um aspeto interessante, com impacto no território, terá sido a peregrinação a Santiago de Compostela, pela possível passagem no concelho por locais como Alfaiates, Vilar Maior, Vila do Touro, entre outros.

Outro aspeto a referir consiste no aparecimento da "Irmandade do Sabugal" ou Ordem dos Cavaleiros, que surge por volta de 1300-1308 como uma corporação civil e jurídico-administrativa, reflexo da necessidade de assegurar a ocupação efetiva de um território, tal como as Ordens Religiosas Militares.

Os hospitais eram da competência eclesiástica, sendo de destacar a existência dos Frades ou Irmãos da Confraria de Nossa Senhora de Rocamadour (possivelmente localizada na Quinta de Rocamador ou Roque Amador). As Misericórdias, criadas no Sabugal, Vila do Touro, Sortelha e Vilar Maior no século XVI, e em Alfaiates e Soito apenas no final do século XIX, tinham também como responsabilidade a remodelação de antigos hospitais medievais.

Dos séculos XVI, XVII e XVIII, não se encontram informações relevantes sobre a evolução do concelho.

Já no século XIX, o distrito da Guarda foi alvo de grande violência com as Invasões Francesas de 1810 (3ª invasão). No entanto, o facto mais importante para o concelho consistiu na estruturação administrativa da organização concelhia, tendo sido extintos, em 1836, os concelhos de Vila do Touro e Alfaiates, passando a integrar os de Sabugal e Vilar Maior. Seguidamente, em 1855, Sortelha e Vilar Maior, são também extintos, fundindo-se com o Sabugal.

Paralelamente a este processo, apesar de já se fazer sentir a necessidade de melhorar a rede de vias de comunicação, só em 1875 é que se iniciou a construção da "estrada real" no sentido de ligar Sabugal à Guarda, assegurando uma melhor comunicação entre a sede concelhia e a zona norte do concelho.

O concelho do Sabugal sempre se caracterizou por assentar numa economia agrícola de subsistência, por vezes complementada pelo contrabando, principalmente nos finais do século XIX, início do século XX (particularmente na zona raiana).

A emigração surge com maior significado a partir da década de 60, com fortes repercussões na alteração da estrutura sócio-economica do concelho.
A evolução populacional nos últimos vinte anos tem sido muito penalizadora, não só para o Sabugal, mas para a região em que este se insere, assistindo-se a um movimento migratório que, nas últimas décadas, tem beneficiado maioritariamente o litoral e algumas cidades do interior. De facto, entre 1981 e 2001, o concelho do Sabugal perdeu 21,4% da população (qualquer coisa como 2048 pessoas). Paralelamente a estrutura etária tem vindo a envelhecer, resultado da progressiva diminuição da população jovem, associada ao aumento da população idosa.

1.3. Património Arquitetónico

1.3.1. Considerações Gerais

A história do progresso humano é a história das relações do homem com o meio onde vive, o domínio dos materiais e a sua utilização, de modo a melhorar as suas condições de vida. É a herança dos seus antepassados, a estrutura da sua identidade, os valores materiais e espirituais que unem um povo e um país.

O Homem criou, ao longo dos tempos, obras que constituem um património que importa estudar, proteger e divulgar. Atualmente assiste-se à destruição massiva deste património, por ignorância, abandono ou desprezo, em detrimento das novas formas de cultura importadas e estandardizadas que não conseguem dialogar em harmonia com as formas tradicionais próprias do meio envolvente. Felizmente, há uma consciência crescente da importância que assume a defesa do património cultural e construído assistindo-se, não só a intervenções pontuais, mas também à salvaguarda de conjuntos e locais com valor próprio ou de enquadramento.

Triunfando sobre a ação destruidora do tempo e dos homens, o concelho do Sabugal guarda ainda vestígios da vida dos povos que, ao longo dos séculos, o ocuparam. A preservação ou recuperação do património construído surge como uma tarefa algo difícil, dada a descaracterização de alguns núcleos resultante da introdução de novas construções de má qualidade arquitetónica e implantadas de forma desordenada.

O concelho do Sabugal possui um património rico e variado, sendo de destacar alguns imóveis classificados ou com classificação em estudo. Encontram-se, também, diversos edifícios, não só de arquitetura erudita, mas de feição mais popular, bem como diversos vestígios arqueológicos, que urge proteger.

Quanto à legislação existente sobre esta matéria, o conceito e o âmbito de Património Cultural vêm definidos na **Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro** (que vem atualizar a Lei n.º 13/85), estabelecendo as bases da política e do regime para sua proteção e valorização desta realidade da maior importância para a compreensão, salvaguarda e estruturação da identidade nacional e para a democratização da cultura.

O Decreto n.º 21 875 de 18 de novembro de 1932, e o Decreto n.º 34 993 de 11 de outubro de 1945, legislam sobre zonas de proteção de edifícios e outras construções de interesse público.

Ainda no que concerne à legislação aplicável no âmbito do património, são de referir os seguintes diplomas:

- **D.L. n.º 205/88**, de 16 de junho - define quais os técnicos que podem assinar projetos em zonas de proteção de monumentos nacionais e imóveis de interesse público;
- **D.L. n.º 270/99**, de 15 de julho - define o que se entende por trabalhos arqueológicos e contém o regulamento a que estes devem obedecer;
- **D.L. n.º 96/2007**, de 29 de março e **Portaria n.º 3766/2007**, de 30 de março – cria o IGESPAR, e aprova a orgânica deste Instituto, respetivamente;

Em resultado dos milhares de anos de povoamento nesta região, existem inúmeros valores patrimoniais, arquitetónicos e arqueológicos, que urge preservar. Nos sub-capítulos seguintes serão descritos os imóveis classificados (Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público e Interesse Municipal) e com classificação em estudo, bem como outros imóveis com interesse que foram identificados durante os trabalhos de levantamento.

1.3.2. Imóveis classificados

[a] Monumentos Nacionais

- Castelo de Sortelha (Sortelha) (MN, Decreto de 16 de junho de 1910, DG 136 de 23 de julho de 1910)
- Castelo do Sabugal e restos da respetiva muralha (Sabugal) (MN, Decreto de 16 de junho de 1910, DG 136, de 23 de junho de 1910, ZEP - DG 282, de 06 dezembro 1949 e Dec. n.º 38147, DG de 05 de janeiro de 1951)
- Castelo de Alfaiates (Alfaiates) (MN, Decreto n.º 28/82, DR 47 de 26 de fevereiro de 1982)

Fotografia 1: Castelo de Sortelha



Fotografia 2: Núcleo Antigo de Sortelha



Castelo de Sortelha (MN) (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**) – O Castelo, de arquitetura românico-gótica com intervenção manuelina, integra o núcleo urbano, que assim é cercado por uma cintura de muralhas de traçado elíptico muito irregular, mantendo, ainda, grande parte da sua estrutura inicial. Pensa-se ter sido (re)edificado no século XIII, ao ter recebido Foral em 1228 no reinado de D. Sancho II, após o repovoamento de Sortelha promovido por D. Sancho I. Coloca-se a hipótese de no local ter existido anteriormente um castro pré-romano. A cidadela, destaca-se da vila por ocupar um maciço granítico mais elevado situado a sudeste, interrompendo a cerca urbana e desenvolvendo-se no seu exterior, apresentando igualmente um traçado oval irregular. A torre de menagem de planta quadrada, implantada no centro do recinto e apoiada sobre o maciço granítico, revela-se própria da arquitetura militar românica. A cerca medieval apresenta duas portas: a Porta do Castelo, voltada a Noroeste e apresentando um balcão com matacães conhecido como "Varanda de Pilatos", ao lado das armas reais de D. Manuel I com esferas armilares, e a Porta Falsa, virada a Sul.

As muralhas da vila (Fotografia 2), levantadas possivelmente no século XIV na sequência de reformas promovidas por D. Dinis, ou então mais tarde por D. Fernando, assentam, em vários locais, diretamente no afloramento rochoso e apresentam quatro portas que estabelecem a ligação com o exterior: a Porta da Vila ou Porta do Concelho, orientada a Este, a Porta Nova ou a Porta Nova da Vila no lado oposto (onde se encontram as medidas padrão: a vara e o côvado), a Porta Falsa, a Noroeste e ainda outra Porta Falsa junto ao castelo.

Castelo do Sabugal (MN) (Fotografia 3) – Situado num planalto sobranceiro ao rio Coa, confina com a Praça da República onde se situam os Paços do Concelho. As origens do castelo rementam ao domínio leonês com a edificação de uma fortificação, mas é no século XIII, após a conquista e durante o reinado de D. Dinis, que é construído o castelo gótico do Sabugal. O castelo de planta trapezoidal apresenta duas portas de arco quebrado. As suas muralhas delimitam um recinto retangular irregular, com quatro torres de planta quadrada adossadas pelo exterior, dois torreões circulares que protegem um dos alçados, e uma barbacã, possivelmente do século XIV, que circunda a fortaleza. A torre de menagem (Fotografia 4) de formato pentagonal adossa-se a uma das muralhas, ao contrário dos castelos românicos onde a torre surge isolada no recinto, tendo por objetivo a defesa ativa da porta principal do castelo. A cerca urbana, de traçado oval, também ela gótica, integra grande parte do castelo, apresentando, na outra extremidade, a porta principal. A ligação entre estes dois elementos é estabelecida pela rua Direita, como principal eixo de circulação no interior da cerca. Subsiste apenas a Porta da Vila (porta principal), a Torre do Relógio anexa e um troço da cerca, a Oeste, adossado à cidadela.

Fotografia 3: Castelo do Sabugal e jardim



Fotografia 4: Torre de Menagem do Castelo do Sabugal



Castelo de Alfaiates (MN) (Fotografia 5) – Situado num planalto, encontra-se delimitado pelo terreiro da feira e apresenta construções rústicas adossadas a dois alçados. A primeira fortaleza da vila conhecida como "Castillo de la Luna" foi erguida no reinado de Leão, no século XII ou XIII, junto à atual Igreja da Misericórdia. Posteriormente, foi implementada por D. Dinis uma reforma do castelo, mas terá sido no reinado de D. Manuel que foi edificado de raiz, um castelo de

arquitetura românico-gótica, com formato geométrico quadrilátero, e uma torre de menagem do mesmo formato localizada no ângulo Sudeste da fortificação. O castelo possui dupla cintura de muralhas, apresentando igualmente uma planta quadrada, e integrando torreões circulares nos restantes ângulos. A entrada principal destaca-se da linha de muralhas e é suplantada por uma composição de emblemas manuelinos, onde se encontra uma coroa régia ladeada por duas esferas armilares e duas cruzes da Ordem de Cristo. Existem ainda escassos vestígios da cintura de muralhas que envolvia a vila, subsistindo apenas o arranque do arco da porta Norte.

Fotografia 5: Castelo de Alfaiates



[b] Imóveis de Interesse Público

- Ponte antiga da Aldeia da Ponte (Aldeia da Ponte) (IIP, Decreto n.º 8/83, DR 19 de 24 de janeiro de 1983)
- Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alfaiates / Igreja da Misericórdia de Alfaiates (Alfaiates) (IIP, Decreto n.º 41191, DG 162 de 18 de julho de 1957)
- Convento de Sacaparte / Convento de Sacraparte (Alfaiates) (IIP, Decreto n.º 2/96, DR 56 de 6 de março de 1996, 5/2002, DR 42 de 19 de fevereiro de 2002)
- Cruzeiro de Sacaparte / Cruzeiro de Sacraparte (Alfaiates) (IIP, Dec. n.º 2/96, DR 56 de 6 de março de 1996 , 5/2002, DR 42 de 19 de fevereiro de 2002)
- Pelourinho de Alfaiates (Alfaiates) (IIP, Decreto n.º 23122, DG 231 de 11de outubro de 1933)
- Pedra gravada com a medida de comprimento (côvado) (Sabugal) (IIP, Decreto n.º 36383, DG 147 de 28 de junho de 1947)
- Pelourinho do Sabugal (Sabugal) (IIP, Decreto n.º 23122, DG 231 de 11 de outubro de 1933)
- Pelourinho de Sortelha (Sortelha) (IIP, Decreto n.º 23122, DG 231 de 11 de outubro de 1933)
- Ponte de Sequeiros (Valongo) (IIP, Decreto n.º 38491, DG 230 de 06 de novembro de 1951)
- Pelourinho de Vila do Touro (Vila do Touro) (IIP, Decreto n.º 23122, DG 231 de 11 de outubro de 1933)
- Castelo de Vilar Maior (Vilar Maior) (IIP, Decreto n.º 2/96, DR 56 de 6 de março de 1996)

- Igreja Românica de Santa Maria do Castelo de Vilar Maior (Vilar Maior) (IIP, Decreto n.º 2, DR 56 de 6 de março de 1996)
- Pelourinho de Vilar Maior (Vilar Maior) (IIP, Decreto n.º 23122, DG 231 de 11de outubro de 1933)

Fotografia 6: Ponte antiga da Aldeia da Ponte



Ponte antiga da Aldeia da Ponte (IIP) (Fotografia 6) – Localiza-se no limite do aglomerado, próximo da Capela de Santo António e do cemitério. Esta ponte romana/românica (do século II/IV/XIV), é constituída por três arcos plenos de cantaria, dos quais dois são centrais e um lateral de menor diâmetro. Dotada de 2 talhamares não perpendiculares ao eixo dos arcos, possui um tabuleiro rampante de duas faces.

Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alfaiates/ Igreja da Misericórdia de Alfaiates (IIP) (Fotografia 7) – Igreja medieval de arquitetura românica e gótica (do século XVIII/XIV). Apresenta uma planta longitudinal formada por dois retângulos justapostos, revelando uma nave única com 2 arcos torais de volta perfeita e cobertura em madeira, e uma capela-mor mais baixa e estreita, com coberturas diferenciadas a duas águas. A fachada principal apresenta um portal escavado, com arco pleno no centro, composto por três arquivoltas, encimado por rosácea ornamentada. Lateralmente a este, abrem-se dois pórticos. Observa-se ainda um passo da via sacra adossado à fachada principal. A Sul encontra-se o campanário com sineira implantada a meia empena. No interior existem dois arcos torais de arco abatido não paralelos.

Fotografia 7: Capela da Santa Casa da Misericórdia de Alfaiates



Convento de Sacaparte/ Convento de Sacraparte (IIP) (Fotografia 8) – Isolado e inserido numa paisagem natural, localiza-se num planalto, fazendo parte de um conjunto que se completa com a igreja, a antiga albergaria adossada, as ruínas das dependências conventuais, os alpendres de feira, o cruzeiro (também classificado como imóvel de interesse público e que será descrito de seguida), o chafariz, a fonte de mergulho e um palheiro rústico.

Fotografia 8: Convento de Sacaparte



Fotografia 9: Cruzeiro de Sacaparte



O convento do século XVIII com influências barrocas, atualmente em ruínas, assume um formato retangular com vãos de lintel reto e moldura simples, e no terceiro piso janelas de sacada com varanda apoiada em três mísulas volutadas. A igreja, por sua vez, de planta longitudinal, é composta por dois retângulos justapostos, com anexo de planta retangular adossado a Sul. A fachada principal encontra-se desnivelada e apresenta um portal de lintel reto com pilastradas molduradas, encimado por friso desenvolvendo dois motivos volutados simulando um frontão que enquadra um nicho em arco pleno com abóbada de concha. No alçado Norte, destaca-se uma janela/oratório maneirista em ressalto de planta trapezoidal adossada à nave.

Cruzeiro de Sacaparte/ Cruzeiro de Sacraparte (IIP) (Fotografia 9) – Cruzeiro com soco constituído por quatro degraus circulares com focinho saliente, no qual assenta uma coluna de fuste circular com base anelada, capitel compósito decorado com folhas de acanto, encimadas por quatro cabeças de anjo e quatro quadrifólios. A cruz apresenta hastes retilíneas com figuração rudimentar de Cristo, exibindo crânio de Adão na base e sendo rematada pela cartela com a inscrição "INRI".

Pelourinho de Alfaiates (IIP) (Fotografia 10) – Possivelmente do século XVI, localiza-se próximo da antiga Casa da Câmara e da Igreja da Misericórdia, apresentando um soco constituído por seis degraus, o primeiro quadrangular e os restantes octogonais, onde assenta uma coluna de fuste circular, sem base, mantendo as argolas de sujeição. Possui um capitel de secção circular anelado, a partir do qual se projetam quatro ornatos em forma de gárgula tubular rematada por círculos concêntricos. O conjunto apresenta, no topo, uma pinha cónica (com o mesmo formato dos ornatos), coroada por bandeirola em ferro. Este cruzeiro assume características semelhantes ao Pelourinho de Vila do Touro.

Fotografia 10: Pelourinho de Alfaiates



Pedra gravada com a medida de comprimento (côvado) (IIP) (Fotografia 11) – Bloco de cantaria integrado na fachada Norte da Igreja da Misericórdia, no Sabugal, apresentando gravada uma medida-padrão de comprimento: o côvado. É ainda possível encontrar outros sinais como a Cruz de Malta e símbolos geométricos, encontrando-se a pedra em mau estado de conservação. A fachada principal apresenta também um bloco de cantaria com o côvado, todavia é de difícil identificação.

Fotografia 11: Pedra gravada com a medida de comprimento (côvado)



Pelourinho do Sabugal (IIP) – Terá sido edificado no século XVI na atual Praça da República em frente ao Antigo Tribunal, no local onde se encontra atualmente o Chafariz, tendo sido demolido aquando do alargamento da praça. Outra localização possível é o largo em frente da Porta da Vila. Atualmente apenas subsistem fragmentos que se encontram em poder de um particular, desconhecendo-se o seu paradeiro.

Pelourinho de Sortelha (IIP) (Fotografia 12) – Localiza-se no sopé do castelo próximo da Casa da Câmara e Cadeia. Pelourinho de tabuleiro do século XVI, apresenta um soco constituído por seis degraus octogonais, em que a coluna de fuste também octogonal é desprovida de base apresentando duplo capitel, ambos anelados e de secção circular. O remate é composto por um tabuleiro de secção circular, decorada pela sobreposição de anéis com diâmetro crescente, onde assentam quatro colunelos. Ao centro deste conjunto, destaca-se uma base coroada por uma esfera armilar alongada, onde se encontra cravado um espigão em ferro.

Fotografia 12: Pelourinho de Sortelha



Ponte de Sequeiros (IIP) (Fotografia 13) – Isolada, e relativamente distante do aglomerado rural, foi construída onde o rio fazia fronteira entre três vilas leonesas e duas portuguesas, funcionando como marcação de portagem e, possivelmente, dispositivo militar. Esta ponte gótica (do século XV) encontra-se assente diretamente em grandes afloramentos graníticos, numa zona declivosa, apresentando tabuleiro rampante com pavimento de lajes graníticas, apoiado em três arcos de volta perfeita, sendo o central mais largo e alto. Os arcos, intercalados por dois talhamares e dois

Fotografia 13: Ponte de Sequeiros



talhantes de secção triangular, não apresentam qualquer função estrutural. No lado Este do tabuleiro ergue-se uma torre de planta quadrada, com porta de vão em arco de volta perfeita, muros incompletos e sem cobertura. Juntamente com a ponte de Ucanha, esta constitui uma das duas únicas pontes fortificadas existentes atualmente no país.

Pelourinho de Vila do Touro (IIP) (Fotografia 14) – Situado próximo da Igreja Matriz, o pelourinho renascentista (do século XVI) é composto por um soco constituído por três degraus circulares, onde assenta uma coluna de fuste circular com base quadrada, encimada por duplo anel. Apresenta capitel cilíndrico de superfície estriada e remate cónico em forma de gárgula tubular de superfície estriada e terminada por uma pequena peça cilíndrica.

Castelo de Vilar Maior (IIP) (Fotografia 15) – Localizado no limite do aglomerado, próximo do cemitério e das ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Castelo, assenta num cabeço planáltico dominando o vale do rio Cesarão. Pensa-se que as suas origens remontem à época pré-romana, mas terá sido D. Dinis o responsável pela sua reedificação, cerca de 1296. Assim, o castelo românico-gótico de traçado oval irregular, possui torre de menagem quadrada adossada no exterior, apresentando um escudo com armas reais e cinco quinas, e ausência de merlões nas muralhas. Possui duas portas: uma, a Sudeste em arco quebrado, coberta com abóbada de berço quebrado, conservando gonzos de cantaria, e, outra, a Noroeste em arco quebrado no extradorso e em arco pleno no interior. Encontra-se coberta com abóbada de berço quebrado, conservando gonzos de cantaria. Da cerca urbana apenas subsiste o arranque de um arco.

Igreja Românica de Santa Maria do Castelo de Vilar Maior (IIP) (Fotografia 16) – Templo românico (do século XIII), situado no limite do aglomerado junto ao cemitério e na proximidade do castelo, do qual apenas subsiste capela-mor em ruínas de planta quadrada, sendo de salientar o arco triunfal de volta perfeita na fachada principal, e empena reta com cornija decorada por meias esferas e sustentada por cachorrada decorada com motivos geométricos e zoomórficos no alçado Sul. Constituía a antiga Igreja Matriz, tendo sido destruída em 1923 para dar lugar à construção do cemitério.

Fotografia 14: Pelourinho de Vila do Touro



Fotografia 15: Castelo de Vilar Maior



Fotografia 16: Igreja Românica de Santa Maria do Castelo de Vilar Maior



Fotografia 17: Pelourinho de Vilar Maior



Pelourinho de Vilar Maior (IIP) (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**) – Localizado junto ao principal eixo viário de acesso a Vilar Maior, este pelourinho de gaiola do século XVI apresenta um soco constituído por seis degraus quadrangulares, onde assenta uma coluna de fuste octogonal sem base com ligeiro alargamento na parte inferior. O fuste é constituído por duas peças de diferente secção, e o capitel, de secção circular de diâmetro crescente, constitui a base da gaiola, que, por sua vez, é formada por cinco colunelos (um dos quais inexistente). Termina com um chapéu cónico coroado por colunelo isolado.

[c] Interesse Municipal

- Cruzeiro da Aldeia da Ponte (Aldeia da Ponte) (IM, Dec. n.º 31/83, DR 106 de 09 de maio de 1983)
- Igreja Matriz de Vilar Maior e torre anexa / Igreja de São Pedro (Vilar Maior) (IM, Dec. n.º 28/82, DR 47 de 26 de fevereiro de 1982)

Fotografia 18: Cruzeiro da Aldeia da Ponte



Cruzeiro da Aldeia da Ponte (IM) (Fotografia 18) – De arquitetura barroca (do século XVIII), apresenta um soco constituído por cinco degraus, sendo o primeiro quadrangular e os restantes circulares. A coluna de fuste de secção circular não tem base e o capitel, também de secção circular, é rematado por anéis salientes e encimado por peça quadrangular na qual assenta a cruz (de betão) de hastes retilíneas.

Fotografia 19: Igreja Matriz de Vilar Maior



Igreja Matriz de Vilar Maior e torre anexa/ Igreja de São Pedro (IM) (Fotografia 19) – Isolada, situada na proximidade da antiga Casa da Câmara, Tribunal e Cadeia, esta igreja de estilo românico e barroco (do século XIII/XIV/XVII), apresenta planta longitudinal formando dois retângulos justapostos, e uma torre sineira românica, de possível origem medieval com planta quadrada, adossada ao lado Sul da capela-mor com vãos em pleno arco e abóbada de berço. A fachada principal possui uma porta de lintel reto com pilastras decoradas em baixo-relevo de capitel coríntio, encimado por duplo friso e nicho em arco pleno com abóbada de concha e ladeado por ornatos lineares curvilíneos, apresentando um segundo registo marcado por um óculo oval vazado. Lateralmente encontram-se dois portais entaipados de lintel reto com pilastras molduradas e igualmente encimados por duplo friso e ornatos curvilíneos. No interior, um arco triunfal de volta perfeita estabelece o acesso à capela-mor. Integra ainda duas pias batismais em forma de cálice, uma das quais decorada com círculos concêntricos e quadrifólios. Recentemente foi alvo de uma intervenção descaracterizadora.

1.3.3. Imóveis em vias de classificação

- Ponte Medieval sobre o rio Cesarão / Ponte Romana em Vilar Maior / Ponte Românica em Vilar Maior (Vilar Maior) (Despacho de dezembro de 1975)
- Estação arqueológica do Sabugal Velho (Aldeia Velha) (Despacho de abertura de 21-11-2002)

Ponte Medieval sobre o Rio Cesarão/ Ponte Romana em Vilar Maior/ Ponte Românica em Vilar Maior (Vilar Maior) (Fotografia 20) – Localiza-se no limite do aglomerado, no sopé do cabeço do castelo, próximo da Capela de São Sebastião. É uma ponte romana/românica (do século II/IV/XIII/XIV), sustentada por 3 arcos plenos, sendo um de menor diâmetro e pé-direito, dotada de 2 talhamares de secção triangular montante, e tabuleiro rampante de 2 faces com parapeito em cantaria e pavimento de calçada á portuguesa.

Fotografia 20: Ponte sobre o rio Cesarão



Estação Arqueológica do Sabugal Velho (Aldeia Velha) (Fotografia 21) – A estação arqueológica do Sabugal Velho fica localizada no cabeço da Senhora dos Prazeres. É constituída por inúmeros vestígios arqueológicos que se dispersam pelo cume dum esporão elevado com 1019m de altitude, de planta oval e de superfície praticamente aplanada, onde escasseiam os afloramentos rochosos. A cronologia e as funções das ruínas desta antiga povoação cuja cronologia não são unânimes entre os diferentes autores. Acampamento romano para uns, villa ou vicus romano fortificado para outros, aldeia medieval, na qual teve origem o atual Sabugal, são algumas das diferentes atribuições funcionais que são defendidas para as ruínas com ruas e casas, que ainda se podem ver no Sabugal Velho.

Fotografia 21: Estação Arqueológica do Sabugal Velho



1.3.4. Outros Imóveis com Interesse

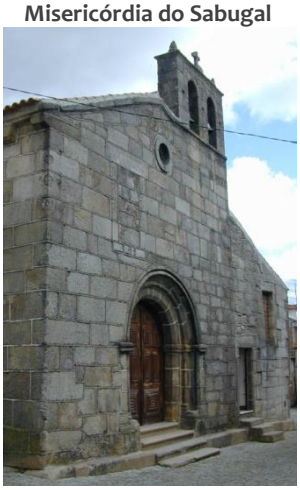
Tendo em atenção o PDM em vigor, o inventário efetuado pelo Instituto Português do Património Arquitetónico, a listagem da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o trabalho de campo realizado, foram identificados alguns imóveis que se considera possuírem algum valor, devendo, por isso, ser preservados. Alguns destes imóveis possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural, mais ligada à propriedade. Podem ser exemplos de:

- Arquitetura Religiosa
- Arquitetura Civil Privada
- Arquitetura Civil Pública
- Estruturas de Apoio

[a] Arquitetura Religiosa

Para além dos imóveis que se encontram classificados ou em vias de classificação, salientam-se alguns exemplos que constituem importantes testemunhos da Arquitetura Religiosa do Concelho.

Fotografia 22: Igreja da Misericórdia do Sabugal



Os exemplos mais significativos da arquitetura religiosa no concelho do Sabugal dizem respeito às igrejas medievais, apresentando pórtico em arco de volta perfeita, encimado por rosácea e cachorrada decorada. A **Igreja da Misericórdia do Sabugal** (Fotografia 22) constitui um exemplo deste tipo de arquitetura, além da Igreja da Misericórdia de Alfaiates e das ruínas da Igreja de Santa Maria do Castelo em Vilar Maior, estas duas, classificadas como imóveis de interesse público e referidas anteriormente. A igreja do Sabugal, apresenta uma planta longitudinal composta por dois retângulos justapostos, nave única, e capela-mor mais baixa e estreita. Possui um portal em arco pleno com arquivoltas apoiadas em colunelos, encimado por óculo circular e cornija assente em cachorrada decorada por motivos geométricos. Encontra-se descaracterizada, apesar de possuir duas pedras classificadas gravadas com a medida do côvado.

Em seguida, destaca-se um conjunto de igrejas dos séculos XVI-XVIII, que, não apresentando um estilo uniforme, possuem raiz medieval caracterizando-se pela cantaria aparente, pórtico em arco

de volta inteira (à exceção da Nave) enquadrado por pilastras ornamentadas com motivos vegetalistas ou estriados e entablamento encimado por janelão ou nicho.

Igreja Matriz de Alfaiates – Igreja de nave única com torre sineira anexa, apresenta pórtico com influência renascentista em arco de volta perfeita enquadrado por pilastras e friso ornamentado, e ainda uma porta lateral em arco quebrado decorado com esferas nas arquivoltas.

Ermida de N.S. do Monte, em Cerdeira do Coa – Desenvolve-se em nave única, com pórtico principal enquadrado por pilastras decoradas e encimado por nicho rematado com concha, sendo a porta lateral semelhante mas desprovida de decoração. Possui contrafortes laterais e gárgulas de canhão na cornija. No interior apresenta dois arcos torais de volta inteira, púlpito filipino, talvez datado de 1649, retábulos dos altares laterais de talha do estilo rococó e altar-mor em talha do estilo nacional.

Fotografia 23: Igreja Matriz de N.S. da Conceição em Nave



Igreja Matriz de N.S. da Conceição, em Nave (Fotografia 23) – Totalmente reconstruída no século XX, a sua traça medieval foi extremamente alterada. Possui nave única e apresenta pórtico reto com pilastras laterais, encimado por friso na fachada principal, e pórtico lateral em arco de volta perfeita. Na frontaria, e no muro de topo apresenta cruzeiros de hastes molduradas.

Igreja Matriz de Sortelha_– Localizada no interior da cerca urbana, próxima do Largo do Pelourinho, esta igreja com influência renascentista, desenvolve-se em planta longitudinal composta, com uma única nave e capela-mor quadrangular, cuja cornija é pontuada por gárgulas de canhão. Na fachada principal abre-se um portal em arco pleno, ladeado por pilastras caneladas com capitel de inspiração jónica, integrando inscrição latina e esferas armilares. Lateralmente existem duas portas, apresentando a Sul, lintel reto ladeado por pilastras também com capitel de raiz jónica, e a Norte, arco pleno com arestas biseladas. Possui, no seu interior, um coro-alto em madeira assente em colunas jónicas, sob o qual se observa a pia batismal em forma de cálice. Destaca-se também o púlpito renascentista, de base quadrada e faces almofadadas, e em cada lado da nave abrem-se, frente a frente, dois arcos plenos moldurados albergando retábulos em talha dourada de estilo renascentista. Na capela-mor, que integra um retábulo repintado, destaca-se o teto de alfarje. No exterior, a torre sineira encontra-se isolada apresentando planta retangular, e elevando-se sobre um penhasco em frente da fachada principal da igreja.

As igrejas alpendradas (do século XVII), constituem outro grupo a identificar, em que os elementos de sustentação podem ser pilares prismáticos ou chanfrados e colunas de lintel simples:

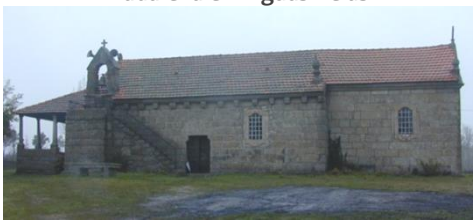
Capela de N.S. do Mercado, em Vila do Touro (Fotografia 24) – Edificação gótica com nave única, destacando-se na fachada principal um alpendre seiscentista, sustentado por pilares prismáticos. Porta principal em arco de volta quebrada, sendo a lateral em arco de volta inteira. No interior encontra-se um púlpito medieval de cantaria apresentando coluna de fuste canelado e balcão decorado com motivos geométricos, e ainda um retábulo em talha dourada do estilo nacional. A invocação a N.S. do Mercado está relacionada com a realização de um mercado de gado, revertendo parte das receitas a seu favor.

Fotografia 24: Capela de N.S. do Mercado, em Vila do Touro



Igreja Matriz de Santa Maria Madalena, em Águas Belas (Fotografia 25) – De origem românica (século XIII), foi ampliada no século XVII, desenvolvendo-se em nave única com pórtico em arco de volta perfeita com duas arquivoltas precedido por alpendre sustentado por colunas de capitel simples. Existência de fenestrações laterais molduradas, encontrado-se no alçado esquerdo uma porta de arco de volta inteira entaipada. No seu interior encontram-se um púlpito maneirista, e retábulos em talha dourada talvez datados do século XVII.

Fotografia 25: Igreja Matriz de Santa Maria Madalena em Águas Belas



Capela de Santo António, na Aldeia da Ponte – Nave única, com capela precedida por um alpendre sustentado por pilares chanfrados, possuindo apenas uma fresta lateral. A cabeceira é volumetricamente diferenciada da nave, apresentando arco triunfal de volta perfeita em cantaria.

Igreja do Espírito Santo da Lameira, em Quadrazais – Desenvolve-se em nave única, precedida por um alpendre sustentado por colunas ou pilares chanfrados, apresentando pórtico e janelas retos com moldura, sendo a cabeceira volumetricamente diferenciada da nave com arco triunfal de volta perfeita em cantaria. Encontra-se desprovida de altar parietal.

Com influências classicizantes dos séculos XVII-XVIII, assinalam-se a **Igreja de São João Batista do Escabralhado** (Aldeia da Ribeira) (Fotografia 26) e a **Igreja Matriz da Aldeia da Ponte**, apresentando pórticos pilastrados com entablamentos simples, e frontão angular, apenas no segundo exemplo.

A influência barroca na decoração das igrejas, está presente a partir da segunda metade do século XVIII, constituindo alguns dos primeiros exemplos a Igreja Matriz, de Vilar Maior, e o convento de N.S. de Sacaparte, encontrando-se o primeiro classificado como imóvel de interesse municipal e o segundo como imóvel de interesse público, e ainda a **Igreja Matriz de São Sebastião em Rendo**, apresentando, esta última, a torre sineira adossada à fachada principal e um pórtico com ornatos curvos e volumétricos, envolvendo as pilastras, sendo o remate da fachada curvilíneo.

Fotografia 26: Igreja de São João Batista em Escabralhado



Fotografia 27: Igreja de São João Batista em Aldeia Velha



O convento de N. S. de Sacaparte, parece instaurar uma tipologia que se repete, e que se caracteriza por um pórtico pilastrado, frontão entrecortado e volutado enquadrando nicho, óculo ou janelão, da qual são exemplos a Igreja Matriz de São João Batista na Aldeia Velha (Fotografia 27), Igreja Matriz de N.S. da Assunção em Quadrazais, Igreja Matriz de N.S. do Rosário em Ruvina, Capela das Almas na Aldeia da Ponte, e Capela de Santo António em Nave. Apresentando variantes significativas, apesar de ainda se considerarem inseridas neste grupo, têm-se a **Igreja Matriz de Pousafoles do Bispo** (Fotografia 28), com frontão curvo, a **Igreja do Colégio dos Frades (Convento dos Padres Marianos), na Aldeia da Ponte**, também em ruínas, apresentando frontão curvo sem base e frontão angular no coroamento e a **Igreja Matriz de Santa Maria Madalena, em Rapoula do Coa**.

Fotografia 28: Igreja Matriz de Pousafoles do Bispo



Mais recentemente, nos séculos XIX-XX, surgem dois conjuntos que se encontram algures entre os modelos eruditos e os populares. Os primeiros constituem edifícios rebocados, apenas com cornija e molduras de cantaria, vãos retos ou em arco abatido, sem ornatos, dos quais são exemplo as Igrejas Matriz da Aldeia da Ribeira, de Badamalos, de Cerdeira do Coa, de Foios, de Rebolosa (Fotografia 29), de Seixo do Coa, de Vale das Éguas, de Valongo e de Vila Boa, e as capelas de Santo Ildefonso, em Perofícós (Seixo do Coa), e de Santo Cristo, em Quadrazais. Os segundos, de cariz mais popular, caracterizam-se por serem homogéneos, em que as molduras são rematadas por friso, sendo o caso das Igrejas Matriz da Aldeia do Bispo, de Quintas de São Bartolomeu, da Capela de N.S. da Saúde, em Rebelhos (Bendada), da Capela de N.S. do Pilar, na Urgueira (Aldeia de Santo António) (Fotografia 30), da Capela de Santo António, em Vale de Espinho, e da Capela do Espírito Santo, na Lageosa.

Importa ainda referir um grupo de arquitetura religiosa popular com influências da cultura erudita, caracterizando-se pela existência de ornatos curvilíneos e concheados a enquadrar o pórtico, ou frontões interrompidos ou angulares, que são desproporcionados ou mal inseridos, apresentando excecionalmente cunhas e cornija em cantaria. São exemplos a Capela de Santa Bárbara, em Bísmula, a Capela de Santo António, em Rendo (Fotografia 31), e a Capela de São Sebastião, em Santo Estevão (possivelmente dos finais do século XVIII).

Fotografia 29: Igreja Matriz de Rebolosa



Fotografia 30: Capela de N.S. do Pilar na Urgueira



Fotografia 31: Capela de Santo António em Rendo



Relativamente à arquitetura religiosa popular, trata-se de um grupo extenso, sem relevância estilística e raramente datável à exceção, por exemplo, da Capela de São Sebastião em Vilar Maior (do século XVI). As capelas eram geralmente rebocadas e raramente apresentam cantaria aparente (exceto as Capelas de Santiago e de São Sebastião, em Sortelha, a Igreja Matriz da Moita, a Capela de São Francisco de Casteleiro, e a Capela do Senhor da Boa Morte, em Água da Figueira – Penalobo, Fotografia 32), possuem uma cabeceira que não se diferencia volumetricamente, vãos retos e sem molduras, e usualmente poucas fenestrações. A planta é normalmente retangular, observando-se na fachada principal o pórtico, a sineta, um óculo ou

pináculos de remate, e por vezes pequenas aberturas destinadas às esmolas. O pórtico assume dois formatos distintos permitindo distinguir dois sub-grupos de igrejas: em arco de volta perfeita, que é o caso da Capela de Santo Amaro em Casteleiro, e a Capela de Santa Ana em Bismula, ou em arco reto, que são exemplos a Capela de N.S. do Bom Sucesso na Lomba (Fotografia 33), e a Capela de N.S. das Preces em Ruvina.

Fotografia 32: Capela do Senhor da Boa Morte em Água da Figueira



Fotografia 33: Capela de N.S. do Bom Sucesso na Lomba



Fotografia 34: Capela da Colónia Agrícola Martim-Rei no Sabugal



Finalmente, no que diz respeito a igrejas, serão ainda de referir alguns exemplos do século XX. A Igreja Matriz de Santo Estevão com influências neo-góticas, a Capela de N.S. das Candeias em Ozendo (Quadrazais) também algo revivalista, e a Igreja Matriz do Soito com influências setecentistas. Como exemplo do Estado Novo tem-se a Capela da Colónia Agrícola Martim-Rei, no Sabugal (Fotografia 34), enquanto recriação baseada nos elementos tradicionais.

Os **campanários e as torres sineiras**, merecem referência pelo seu elevado número e características próprias. Os **campanários** são construções autónomas, ainda que adossados à fachada da igreja, têm geralmente duas aberturas sineiras em arco de volta inteira, sendo no seu remate que se estabelecem as diferenças (duas águas, pináculos, platibandas curvilíneas, pequenos frontões, etc.). Com acesso através de escadas exteriores, são normalmente de cantaria aparente ou rebocados, e nos casos mais elaborados as molduras, os frisos e as cunhas apresentam-se em cantaria. Encontram-se exemplos em Bismula e Valongo. As **torres sineiras**, por sua vez, encontram-se, quer isoladas, quer adossadas à fachada da igreja, apresentando planta quadrada, acesso através de escadas interiores, quatro aberturas sineiras em arco de volta perfeita, pináculos piramidais no remate e pirâmide rebocada no coroamento, sendo igualmente de cantaria aparente ou rebocada. É possível encontrar exemplos em Nave (com gárgulas de canhão), Sabugal e Aldeia da Ponte.

É ainda possível encontrar duas construções que marcam o local do **calvário,** constituídas por alpendres com telhado a quatro águas, sendo os pilares simples ou moldurados, nomeadamente em Pousafoles do Bispo e no Soito.

Os **cruzeiros** (Fotografia 35 e Fotografia 36) afirmam-se como símbolos isolados, ou então marcam os Passos da "Via Sacra", com base retangular e cruz retilínea, como, por exemplo, na Vila do Touro.

Fotografia 35: Cruzeiro de Vila do Touro



Fotografia 36: Cruzeiro dos Centenários no Sabugal



As **alminhas,** usualmente datadas do século XIX, são numerosas e, apesar dos maus tratos a que têm sido sujeitas, encontram-se espalhadas por quase todo o concelho assumindo-se como documentos da arte e cultura populares. São constituídas por blocos graníticos verticais, com remate triangular ou quadrangular e apresentam um nicho e uma cruz esculpidos.

[b] Arquitetura Civil Privada

Está representada por diversos imóveis, cuja existência comprova a importância que alguns aglomerados do concelho tiveram no passado.

Os solares ou casas solarengas, surgem muito pontualmente no concelho, em finais de século XVIII, apresentando algumas influências barrocas e não assumindo uma unidade estilística. Os primeiros caracterizam-se por edifícios de dois pisos, rebocados, deixando apenas os cunhais, cornija e molduras em cantaria. O acesso à habitação é quase sempre feito através de escadas exteriores, o que revela um influência da arquitetura vernácula. A ornamentação concentra-se na porta de entrada e nas molduras das janelas. Destacam-se:

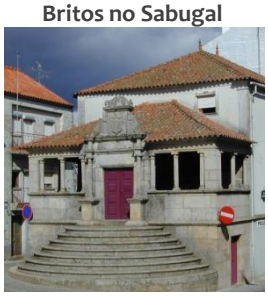
O **Solar de N.S. da Conceição, em Sortelha** (Fotografia 37) - Núcleo arquitetónico datado do século XV, tendo o solar sido ampliado no século XVII (em 1627). Pertencia à família dos alcaides-mor de Sortelha, constituindo a propriedade um morgadio. O solar tem planta em forma de U, sendo o acesso ao andar nobre feito através de escadaria lateral e varanda alpendrada, existindo ainda um outro alpendre seiscentista no alçado posterior. Possui vãos retos e o brasão encontra-se no salão nobre colocado no cunhal. É ainda possível encontrar uma capela privada que integra um retábulo de talha dourada do século XVIII, bem como tábuas pintadas representando Cenas da Vida de Cristo, atribuídas à Escola de Lamego.

Fotografia 37: Solar de N.S. da Conceição em Sortelha



A Casa de Santo António, em Sortelha – Possui uma primeira fase de construção que data do século XVII, enquanto que a segunda fase data já do século XVIII. O solar não chegou a ser acabado por falecimento do seu mentor, capitão–mor Manuel da Costa Castelo Branco (em 1708). Possui planta em L, com cunhais, cornija e pilastras de cantaria. O acesso principal faz-se através da porta reta aberta no lado esquerdo da fachada principal, que apresenta os vãos dispostos irregularmente, ao contrário do alçado lateral direito onde se observam os vãos retos e equidistantes, ritmados por pilastras e existindo um friso separador dos registos. Esse mesmo alçado integra uma escadaria de acesso à capela privada que alberga um retábulo de talha seiscentista.

Fotografia 38: Solar dos Britos no Sabugal



Fotografia 39: Brasão do Solar de José Lopes no Casteleiro



Fotografia 40: Solar de Ruvina



Outros exemplos são: o **Solar dos Britos, no Sabugal** (Fotografia 38), com uma entrada classicista muito elaborada, o **Solar de José Lopes, no Casteleiro** (Fotografia 39), apresentando um pórtico barroco do século XVIII, o **Solar dos Condes de Tavarede** e o **Solar Quevedo Pessanha, em Vilar Maior**, e o **Solar de Ruvina** (Fotografia 40), que apresenta uma inscrição em latim danificada.

As **casas solarengas** assumem dimensões e características mais modestas, apresentando, normalmente, apenas a fachada principal trabalhada, deixando os alçados secundários em alvenaria de pedra aparente. Como exemplos temos: **a Casa de São Gens, em Sortelha**, a **Casa dos Cameiros, na Aldeia da Ponte**, e a **Casa dos Almeidas, no Sabugal**.

A Casa de São Gens em Sortelha – Este Solar seiscentista com influências classicistas, apresenta uma construção de dois pisos com planta quadrangular, encontrando-se o piso térreo escassamente fenestrado. O acesso ao piso superior é feito através de uma escada externa de lanço único paralelo à parede, apresentando patamar moldurado e balcão com alpendre sustentado por três colunas toscanas. No andar nobre é possível encontrar janelas simples e janelas de sacada com vãos de lintel reto e sem moldura saliente, enquadrando estas últimas o

local da pedra de armas (retirada por um dos proprietários para não ter de pagar tributo). O espaço interno apresenta diferenciação funcional entre os pisos.

Fotografia 41: Janela de estilo manuelino em Sortelha



Fotografia 42: Janela de estilo manuelino em Vila do Touro



É possível identificar um conjunto de **casas abastadas** cujo o único elemento erudito são as janelas de estilo manuelino, apresentando um arco conopial ou polilobado, por vezes decoradas com encordados e esferas. É possível encontrá-las na Aldeia da Ponte, em Pousafoles do Bispo, no Sabugal, em Sortelha (Fotografia 41), e na Vila do Touro (Fotografia 42).

A influência direta e pontual das casas solarengas no campo da arquitetura popular é visível nas molduras de influência barroca ou setecentista, que enquadram vãos retos e concentram os ornatos na parte inferior, de linhas fortemente contracurvadas (encontrando-se exemplos na Aldeia da Dona em Nave, e na Vila do Touro), e ainda nas casas abastadas, mas a um nível mais indireto, constituindo edifícios de dois pisos, rebocados, com acesso ao piso superior (destinada à habitação) através de escadas exteriores, formando balcão, e com vãos moldurados (em Alfaiates e em Casteleiro).

Verifica-se que a arquitetura civil regional de caráter erudito é subsidiária da arquitetura popular, em termos de estrutura construtiva e até compositiva, influenciando o tradicional apenas em termos de decoração, ou seja, pontualmente.

A **arquitetura popular**, apresenta como característica comum uma tipologia dominante que se caracteriza por edifícios de dois pisos, aparelho de alvenaria de granito (ou xisto nos casos da Malcata e Sabugal), com lajes de maior dimensão que funcionam estruturalmente, vãos retos sem molduras, planta retangular e também irregular, e telhado a duas águas com telha de canudo. O piso térreo é constituído pela loja, destinada a arrumos e "cortes" para abrigar os animais, enquanto o piso superior destina-se à habitação. O acesso é feito por um lanço de escadas exteriores que formam balcão ou apenas patamar, diferenciando-se três variantes principais:

patamar simples (a mais utilizada), balcão simples (sem cobertura) e balcão alpendrado (menos usual).

Existem ainda as edificações com um só piso, mais modestas e com escassa fenestração, além das construções de apoio aos trabalhos agrícolas: palheiros e "casas das eiras".

Fotografia 43: Termas do Cró em Seixo do Coa



Importa ainda referir alguns casos de arquitetura civil oitocentista, constituindo edifícios de dois ou mais pisos, por vezes revestidos a azulejos (com exemplos no Sabugal), sendo de salientar o aproveitamento do sótão formando águas-furtadas, e o facto do piso térreo se destinar a fins comerciais.

As **termas do Cró** (Fotografia 43) e das **Águas Radium** constituem uma referência em termos arquitetónicos, históricos e paisagísticos, sendo importante salvaguardá-los e promover a sua proteção e recuperação.

[c] Arquitetura Civil Pública

A Arquitetura Civil Pública está representada por diversos imóveis de que se destacam os seguintes:

Fotografia 44: Torre do Relógio na Malcata



Os **pelourinhos** assumem um valor único como símbolos da força da organização de sociedades civis, encontrando-se classificados como imóveis de interesse público, pelo que foram referidos anteriormente.

As **torres do relógio**, normalmente de planta quadrada em que a caixa das escadas é iluminada através de uma ou mais frestas, apresentam um relógio e podem integrar uma sineta. É o caso da Aldeia da Torre, de Cerdeira do Coa, da Malcata (Fotografia 44) e do Sabugal. Neste último exemplo, a torre, em princípio datada do século XIII, fazia parte da cintura de muralhas que envolvia a antiga vila, defendendo a porta que lhe está contígua.

A **antiga Casa da Câmara, Cadeia e Tribunal** era normalmente constituída por um edifício de dois pisos, destinando-se o piso térreo à cadeia, e o piso superior à administração municipal e ao tribunal. A de Sortelha parece ser a mais antiga, apresentando símbolos manuelinos o que leva a crer que é um imóvel do século XVI, contemporâneo do Pelourinho. Outros exemplos encontram-se em Vila do Touro, Vilar Maior, e no Sabugal (Fotografia 45).

Fotografia 45: Câmara Municipal e antigos tribunal e cadeia no Sabugal



No que diz respeito às **escolas primárias,** distingue-se um primeiro período que se identifica no Sabugal e em Vila do Touro (ambas do tipo "Adães Bermudes" mas com escalas distintas), mas é no Estado Novo que surge uma significativa parte do património arquitetónico, principalmente no Sabugal por ai se concentrarem os principais serviços públicos. Distinguem-se assim dois grupos de escolas: as de pequena dimensão, com um só piso (Lageosa, Rebolosa), e as de maior dimensão, com dois pisos (Alfaites, Soito, Vale de Espinho).

Fotografia 46: Estação ferroviária de Cerdeira do Coa



A estação ferroviária de Cerdeira do Coa (Fotografia 46), ou o Hospital do Sabugal, pela sua especificidade funcional, constituem também exemplos de arquitetura pública da primeira metade do século XX.

Outras referências, demonstrando já uma traça mais modernista, são o Palácio da Justiça, o edifício da GNR, e o antigo externato, localizados no Sabugal. A Colónia Agrícola Martim-Rei, constitui mais um exemplo da arquitetura do antigo regime, encontrando-se organizada por pequenas quintas ou casais, como núcleos de trabalho familiar, comunicando através de edifícios comuns: a capela, a escola, etc..

O edifício da Caixa Geral de Depósitos, da autoria do Arq. Carrilho da Graça, assinala um tipo de arquitetura pública de qualidade, que infelizmente não teve continuidade.

Os **fornos comunitários** (Fotografia 47) e os **moinhos de água** constituem exemplos do que se pode designar de arquitetura pública popular pela sua função, destinando-se a uso comunitário e utilitário. Os casos assinalados são apenas exemplificativos, tendo por objetivo evidenciar a necessidade da sua preservação.

Fotografia 47: Antigo forno comunitário de Sortelha



Os **alpendres de feira ou mercados**, referenciados pela sua raridade (no Convento de Sacaparte e na Capela de N.S. da Granja, no Soito), constituíam também uma resposta às necessidades de uma comunidade rural.

As **eiras coletivas**, de caráter popular, normalmente localizadas no limite do aglomerado, são exemplos da organização de um espaço natural (que deriva do aproveitamento de afloramentos graníticos) resultando como um espaço de apoio a trabalhos agrícolas e rodeadas por construções.

Fotografia 48: Ponte de Cerdeira do Coa



Relativamente às **pontes**, existe um conjunto de exemplos que importa referir pelo seu valor arquitetónico. Além das pontes classificadas referidas anteriormente, assinalam-se ainda a **ponte de Cerdeira do Coa** (Fotografia 48) (constituída por seis arcos de volta inteira com talhamares e tabuleiro pouco inclinado), e a **ponte do Sabugal** (constituída por três arcos de volta inteira dotados de talhamares e tabuleiro reto de construção recente), apresentando igualmente características medievais, mas encontrado-se ambas em mau estado de conservação.

Fotografia 49: Canais de rega na zona da Abitueira



Salienta-se ainda a existência de pequenos **pontões** constituídos por lajes graníticas, e **condutas de rega** de granito com um só canal ao centro ligadas a azenhas (exemplos na zona da Abitueira – Fotografia 49, e em Vale das Éguas).

[d] Estruturas de Apoio

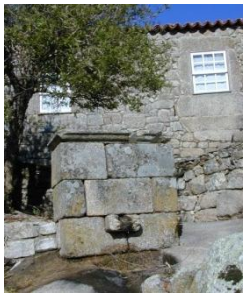
Como estruturas de apoio, foram identificados e cartografados diversos fontanários, considerados pela sua antiguidade, ou pela sua tipologia, os que melhor ilustram os sistemas de abastecimento de água que serviram o concelho ao longo dos tempos. Estes elementos foram considerados individualmente, ou associados a outros, sendo designados de forma diferente consoante as suas características, localizam-se um pouco por todo o Concelho, podendo distinguir-se dois grandes grupos: os chafarizes e as fontes de mergulho.

Os **chafarizes** apresentam um corpo parietal, ou seja adossado a um muro ou outra construção, um tanque retangular que comunica com tanques secundários, normalmente destinados a lavadouros. Apenas as pilastras laterais e o coroamento são ornamentados, geralmente com pináculos e frontões curvilíneos. Uns apresentam uma decoração mais complexa (integrando volutas e conchas) encontrando-se exemplos em Forcalhos (Fotografia 50) e no Sabugal (Fonte Velha). O grupo mais representativo, é constituído por chafarizes coroados com pináculos e frontão, por exemplo o de Quintas de São Bartolomeu (localizado na Quinta do Santo). Sem qualquer tipo de ornato, temos a Fonte da Azenha em Sortelha (Fotografia 51), ou a Fonte do Carvalho na Vila do Touro. No Estado Novo surge um conjunto de chafariz-tipo, apresentando coluna prismática e tanque curvilíneo, ou em superfície parietal desenvolvida, ordenando o espaço envolvente (por exemplo no Soito, Fotografia 52).

Fotografia 50: Chafariz em Forcalhos



Fotografia 51: Fonte da Azenha em Sortelha



Fotografia 52: Fontanário no Soito



As **fontes de mergulho** de caráter popular, encontram-se abaixo do nível do solo e são constituídas por uma construção abobadada que protege um pequeno poço. Não assumem qualquer função urbanística constituindo simplesmente uma resposta à necessidade de captar água, localizando-se consoante a nascente.

Destacam-se a Fonte de Paio Gomes, em Vila do Touro, e a Fonte Grande, na Bendada, por serem únicas no concelho (e supostamente da época gótica), apresentando arco quebrado e abóbada de berço quebrado. É ainda possível distinguir vários subgrupos de fontes de mergulho: um primeiro extremamente rudimentar, com abertura em arco reto, constituída por lajes graníticas (exemplos: Aldeia da Dona, em Nave, ou Aldeia da Ribeira); um segundo, mais elaborado do ponto de vista construtivo, apresentando abertura em arco de volta perfeita, formando uma abóbada simples (exemplos: Abitueira, em Vila do Touro (Fotografia 53), ou Cardeal, em Rendo); um terceiro, cuja abóbada de berço e o arco de volta inteira apresentam uma cobertura exterior de granito, a duas águas (exemplo: Fonte do Rebalbo, no Soito); e finalmente, o quarto, que, mantendo a estrutura em abóbada de berço, enquadra-a com frisos de remate e pináculos (exemplo: Monte Novo, em Pousafoles do Bispo - Fotografia 54).

Fotografia 53: Fonte de mergulho na Abitueira



Fotografia 54: Fonte de mergulho em Monte Novo



1.4. Sítios e Conjuntos com Interesse

Distinguem-se alguns espaços (**sítios**) que, por constituírem uma associação equilibrada entre obras do homem e da natureza, com valor histórico, arqueológico, natural ou social, se assumem como uma mais-valia do ponto de vista patrimonial.

- **SÍTIO, Barroco do Leão, na Aldeia de Santo António** – Formação rochosa situada do lado Sul da estrada para Sortelha;
- **SÍTIO, Quinta dos Moinhos, no Baraçal** – Conjunto de edifícios tradicionais, enquadrados por uma envolvente natural, onde se destaca uma linha de água, constituindo um conjunto com interesse paisagístico;
- **SÍTIO, Praia Fluvial, em Rapoula do Coa** – Situada nas margens do Coa, esta área encontra-se dotada de infraestruturas de apoio, apresentando características e uma envolvente natural adequadas ao recreio e lazer;

Fotografia 55: Praia Fluvial, em Rapoula do Coa





Fotografia 56: Praia Fluvial, no Sabugal





- **SÍTIO, Praia Fluvial, no Sabugal** – Situada nas margens do Coa, esta área encontra-se dotada de infraestruturas de apoio, apresentando características e uma envolvente natural adequadas ao recreio e lazer;
- **SÍTIO, Termas do Cró, em Seixo do Coa** – Local com interesse paisagístico e arquitetónico, onde se localizam as Termas do Cró, existentes desde a época romana, e famosas pelas suas águas sulfurosas;

- **SÍTIO, Ponte de Sequeiros, em Valongo** – Local com interesse natural, onde se destaca a famosa Ponte de Sequeiros, classificada como Imóvel de Interesse Público;
- **SÍTIO, Sistema de Rega Tradicional, em Vila do Touro (Abitueira)** – Existência de antigos canais de rega em pedra granítica, utilizados nas zonas de lameiros, junto às linhas de água;
- **SÍTIO, Frente Ribeirinha, em Vilar Maior** – Conjunto de edifícios tradicionais, que se encontram alinhados, de ambos os lados da Ribeira, onde se destaca a presença da ponte;
- **SÍTIO, Sabugal Velho, Aldeia Velha** – É uma estação arqueológica situada no Lugar de Sabugal Velho.

Destacam-se também alguns **conjuntos** notáveis de imóveis arquitetónicos que pela sua unidade, pela sua integração na paisagem ou pelo seu valor histórico se julgam de suma importância. São, então, de referir, como detentores de bons exemplos da arquitetura tradicional e popular, assim como pela conservação de núcleos urbanos que apresentam ainda alguma coerência original, no seu traçado e edificado:

CONJUNTOS:

- **CONJUNTO, Núcleo antigo em Quintas de São Bartolomeu** - A aldeia de Quintas de São Bartolomeu é banhada pelo ribeiro dos Sargaçais, essencial para os trabalhos agrícolas da população, e que lhe concede algumas paisagens muito interessantes. Existem ainda alguns núcleos mais densos, destacando-se um situado a Sul do calvário (com muitos edifícios tradicionais em granito);
- **CONJUNTO, Núcleo antigo em Rapoula da Coa** - O aglomerado original corresponde à zona situada a Norte da Igreja Matriz, onde se verifica a presença de muitas construções de cariz tradicional (de baixa cércea e em granito), muitas das quais, infelizmente, em muito mau estado de conservação;
- **CONJUNTO, Núcleo antigo de Sortelha** – Sortelha é uma das mais antigas povoações beirãs, conservando ainda as características dos aglomerados tradicionais de forma exemplar. Atualmente é uma das Aldeias Históricas da Beira Interior apresentando um vasto património histórico e cultural: o Castelo de Sortelha (monumento nacional), o Pelourinho (imóvel de interesse público), a Igreja Matriz de N.S. das Neves, a antiga Casa da Câmara, a Casa Número Um, a Casa do Vento que Soa, a Casa do Governador, a Fonte da Azenha, entre outros.

Fotografia 57: Porta da Vila, em Sortelha



Fotografia 58: Casa do Vento que Soa, em Sortelha



Fotografia 59: Casa do Governador, em Sortelha



- **CONJUNTO, Núcleo antigo em Dirão da Rua** - Dirão da Rua ainda preserva algumas características dos povoados tradicionais, com um núcleo de casario típico em granito que assume alguma importância no contexto do aglomerado;
- **CONJUNTO, Núcleo antigo em Valongo** - O pequeno aglomerado de Valongo fica situado a Sul de Valongo do Coa, numa zona de lameiros que lhe confere uma fantástica envolvência paisagística. A sua estrutura concentrada, e o predomínio de edifícios tradicionais em pedra (com apenas dois ou três edifícios mais dissonantes), são características que podem contribuir para o seu aproveitamento para fins turísticos.
- **CONJUNTO, Núcleo antigo de Vila do Touro** – Vila do Touro desenvolve-se, essencialmente, entre o Largo do Reduto que é o principal centro cívico da aldeia (onde estão localizados o pelourinho, a Igreja Matriz, o coreto e um chafariz do Estado Novo), e o núcleo original situado a Norte, que se fixou em torno do Castelo, cujos edifícios, maioritariamente em granito, apresentam um cariz tradicional. Muitos dos edifícios encontram-se em preocupante estado de degradação, enquanto outros sofreram intervenções descaracterizadoras.
- **CONJUNTO, Núcleo antigo de Vilar Maior** – Núcleo situado nas imediações da Igreja Matriz, cujo material dominante é o granito, embora algumas intervenções descaracterizadoras tenham vindo a introduzir materiais e linguagens arquitetónicas dissonantes do conjunto original. Ainda assim, esta zona apresenta muitos motivos de interesse e já se vão verificando diversas operações de reabilitação que demonstram preocupações de manutenção das características típicas do edificado tradicional.

1.5. Património Arqueológico

As considerações feitas a propósito do património construído aplicam-se, genericamente, também ao património arqueológico. No entanto, a inserção de uma parte exclusivamente dedicada ao património arqueológico visa, acima de tudo, evitar que o desenvolvimento se realize à custa da destruição das memórias do passado, que devem constituir o orgulho do Concelho. O património arqueológico constitui uma mensagem viva, das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito do ordenamento do território.

Os valores arqueológicos materializam-se em ruínas, objetos e fragmentos que jazem no solo. Uma vez daí retirados, embora salvaguardados e constituindo sempre um importante testemunho, perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e para a compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu. Por este motivo, existe uma preocupação crescente em preservar os lugares onde se sabe, ou se suspeita, que existem ruínas ou objetos arqueológicos. A lavoura mecânica, os projetos de reconversão agrícola, a florestação intensiva, a abertura incontrolada e o alargamento de estradas e caminhos rurais, podem trazer efeitos devastadores para os sítios arqueológicos. Daí a importância das cartas arqueológicas, que devem ser previamente consultadas. Deve dar-se, ainda, particular atenção às envolventes de castelos, igrejas paroquiais e santuários, que geralmente estão associados a manifestações mais remotas. Uma das medidas mais importantes, é sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui a memória dos povos. A Câmara Municipal poderá desempenhar um importante papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do seu Concelho, com a sensibilização da população, evitando ainda, que interesses especulativos provoquem não só demolições e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa e, portanto, com impacte negativo. Os sítios arqueológicos refletem a história de uma comunidade anterior, independentemente do seu valor cientifico e do seu estado de conservação, pelo que é importante que se aposte na prevenção contra a destruição desta herança cultural.

O Concelho do Sabugal possui um elevado número de sítios arqueológicos inventariados. O material existente permite desde já um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos no Concelho.

A Câmara Municipal tem vindo a trabalhar numa carta de património arqueológico, que deverá constituir um documento importante para o conhecimento do concelho e inclusivamente para orientar políticas e decisões no âmbito do ordenamento do território.

A informação relativa ao património arqueológico, que se encontra identificada no quadro seguinte e na Planta do Património que acompanha o presente relatório, foi a disponibilizada pelo DGPC e considera-se bastante exaustiva, estando identificados mais de 170 sítios arqueológicos, com o respetivo Código Nacional de Sítio (CNS). Algum do património identificado não se encontra cartografado, por apresentar localização incerta ou desconhecida, ou por corresponder a objetos que não são cartografáveis.

Quadro 1: Sítios Arqueológicos identificados no concelho do Sabugal (DGPC)

ID	Sítio Arqueológico	CNS	Tipo de Sítio	Freguesia	Localização
I	Povoado da Serra Gorda	19119	Povoado Fortificado	Águas Belas	conhecida
II	Quinta do Clérigo	25232	Casal Rústico	Águas Belas	conhecida
III	Sítio dos Bacelos	25230	Casal Rústico	Águas Belas	conhecida
IV	Vale Mourisco	5280	Forno	Águas Belas	conhecida
V	Villa da Malhadinha	25237	Villa	Águas Belas	conhecida
VI	Aldeia da Ponte	25246	Mancha de ocupação	Aldeia da Ponte	conhecida
VIII	Casal da Calpedra	26785	Casal Rústico	Aldeia da Ponte	desconhecida/incerta
IX	Fonte da Tigela	25241	Inscrição	Aldeia da Ponte	conhecida
X	Habitat do Chão do Porto	26767	Habitat	Aldeia da Ponte	desconhecida/incerta
XI	Matrena	25736	Povoado	Aldeia da Ponte	conhecida
XII	Prado Comprido	22799	Sepultura	Aldeia da Ponte	desconhecida/incerta
XIII	Sepultura das Ferrarias	22798	Sepultura	Aldeia da Ponte	desconhecida/incerta
XIV	Aldeia da Ribeira	5581	Monumento Megalítico	Aldeia da Ribeira	desconhecida/incerta
XV	Carapito	25733	Vestígios de Superfície	Aldeia da Ribeira	conhecida
XVI	Carrascal	25734	Povoado	Aldeia da Ribeira	conhecida
XVII	Seixo Branco	25732	Povoado Fortificado	Aldeia da Ribeira	conhecida
XVIII	Alagoas	25156	Miliário	Aldeia de St. António	desconhecida/incerta
XIX	Quinta da Moita Cabeça	25135	Granja	Aldeia de St. António	conhecida

ID	Sítio Arqueológico	CNS	Tipo de Sítio	Freguesia	Localização
XX	Quinta das Poldras	14417	Forno	Aldeia de St. António	desconhecida/incerta
XXI	Relengo	20796	Mancha de ocupação	Aldeia de St. António	conhecida
XXII	Tapada da Cabeça	25136	Acampamento	Aldeia de St. António	conhecida
XXIII	Tapada do Açude	25228	Mancha de ocupação	Aldeia de St. António	conhecida
XXIV	Caminho Velho	16062	Via	Aldeia Velha	desconhecida/incerta
XXV	Fonte Esperão	16060	Sepultura	Aldeia Velha	conhecida
XXVI	Mina das Ferrarias	16061	Mina	Aldeia Velha	conhecida
XXVII	Sabugal Velho	5573	Povoado Fortificado	Aldeia Velha	conhecida
XXVIII	Sabugal Velho II	16059	Mancha de ocupação	Aldeia Velha	conhecida
XXIX	Sepulturas da Aldeia Velha	5582	Sepultura	Aldeia Velha	desconhecida/incerta
XXX	Aldeia de Vilares	25167	Mancha de ocupação	Alfaiates	conhecida
XXXI	Alfaiates	25249	Povoado	Alfaiates	conhecida
XXXII	Castelo de Alfaiates	11105	Castelo	Alfaiates	desconhecida/incerta
XXXIII	Dólmen de Sacaparte	30790	Dolmen	Alfaiates	desconhecida/incerta
XXXIV	Fonte Ferranha	26789	Habitat	Alfaiates	desconhecida/incerta
XXXV	Habitat do Dormendo	26744	Mancha de ocupação	Alfaiates	desconhecida/incerta
XXXVI	Habitat do Macieira 1	26754	Povoado	Alfaiates	desconhecida/incerta
XXXVII	Habitat do Macieira 2	26765	Povoado	Alfaiates	desconhecida/incerta
XXXVIII	Igreja da Misericórdia de Alfaiates	5572	Capela	Alfaiates	desconhecida/incerta
XXXIX	Ponte de Alfaiates	1153	Ponte	Alfaiates	desconhecida/incerta
XL	Ponte do Cipriano	26797	Ponte	Alfaiates	desconhecida/incerta
XLI	Pradinhos	25163	Granja	Alfaiates	conhecida
XLII	Seixo	25729	Povoado	Alfaiates	conhecida
XLIII	Badamalos	5580	Necrópole	Badamalos	conhecida
XLV	Baraçal	25266	Achado(s) Isolado(s)	Baraçal	desconhecida/incerta
XLVI	Estela de Piçarreiras	25724	Estela	Baraçal	conhecida
XLVII	Vilares	3278	Mancha de ocupação	Baraçal	conhecida
XLVIII	Senhora do Castelo	14318	Povoado Fortificado	Bendada	conhecida
XLIX	Vale do Santo	25275	Granja	Bendada	conhecida
L	Vieiros	5560	Achado(s) Isolado(s)	Bendada	desconhecida/incerta
LII	Senhora da Granja	25165	Casal Rústico	Bismula	conhecida
LIII	Abrigo de Santo Amaro	25837	Abrigo	Casteleiro	conhecida
LIV	Barragem de Santo Amaro	25840	Barragem	Casteleiro	conhecida
LV	Casal da Carvalheira	25818	Casal Rústico	Casteleiro	conhecida
LVII	Gralhais	25819	Casal Rústico	Casteleiro	conhecida

ID	Sítio Arqueológico	CNS	Tipo de Sítio	Freguesia	Localização
LVIII	Habitat das Carvalheiras	13999	Habitat	Casteleiro	conhecida
LIX	Habitat de Santo Amaro	21874	Habitat	Casteleiro	conhecida
LX	Presa	25823	Barragem	Casteleiro	conhecida
LXI	Quinta das Barrentas	15132	Sepultura	Casteleiro	conhecida
LXII	Quinta do Espírito Santo	25826	Casal Rústico	Casteleiro	conhecida
LXIV	Salgueirinhas	25830	Casal Rústico	Casteleiro	conhecida
LXV	Villa de Santo Amaro	25835	Villa	Casteleiro	conhecida
LXVIII	Necrópole da Aldeia de Santo António	5583	Necrópole	Desconhecida	desconhecida/incerta
LXIX	Soito	25725	Achado(s) Isolado(s)	Desconhecida	desconhecida/incerta
LXX	Cruzeiro	18928	Inscrição	Foios	desconhecida/incerta
LXXI	Eiras/Foios	18846	Estela	Foios	conhecida
LXXII	Pardieiros	18951	Mancha de ocupação	Foios	conhecida
LXXIV	Alto do Carrapito	25737	Povoado	Forcalhos	conhecida
LXXV	Cais da Rua	26783	Indeterminado	Forcalhos	desconhecida/incerta
LXXVI	Sarzedas	25160	Granja	Forcalhos	conhecida
LXXVII	Sarzedas	26770	Sepultura	Forcalhos	desconhecida/incerta
LXXVIII	Vale de São Pedro	26790	Habitat	Forcalhos	desconhecida/incerta
LXXIX	Vale do Moinho	26787	Sepultura	Forcalhos	desconhecida/incerta
LXXX	Habitat da Fiteira	26733	Mancha de ocupação	Lajeosa	desconhecida/incerta
LXXXI	Lajeosa da Raia	3671	Achado(s) Isolado(s)	Lajeosa	desconhecida/incerta
LXXXII	Nave Saleira	25159	Mancha de ocupação	Lajeosa	conhecida
LXXXIII	Junta das Águas II	25270	Casal Rústico	Lomba	conhecida
LXXXIV	Lomba dos Palheiros	5578	Necrópole	Lomba	desconhecida/incerta
LXXXV	Casinhas	21920	Via	Malcata	conhecida
LXXXVI	Casinhas 3	21913	Mamoa	Malcata	conhecida
LXXXVII	Casinhas 4	21914	Mamoa	Malcata	conhecida
LXXXVIII	Casinhas 5	21915	Mamoa	Malcata	conhecida
LXXXIX	Casinhas 6	21916	Mamoa	Malcata	conhecida
XC	Casinhas 7	21917	Mamoa	Malcata	conhecida
XCI	Casinhas 8	21918	Mamoa	Malcata	conhecida
XCII	Ferrarias	30491	Indeterminado	Malcata	desconhecida/incerta
XCIII	Gibal	25119	Mancha de ocupação	Malcata	conhecida
XCIV	Malcata	25723	Achado(s) Isolado(s)	Malcata	desconhecida/incerta
XCV	Paraíso	25821	Quinta	Moita	conhecida
XCVI	Povoado da Serra da Opa	15133	Povoado	Moita	conhecida

ID	Sítio Arqueológico	CNS	Tipo de Sítio	Freguesia	Localização
XCVII	Santa Catarina	25260	Malaposta/Mutatio	Nave	conhecida
XCVIII	Lapa do Urso	25738	Vestígios de Superfície	Pena Lobo	conhecida
XCIX	Outeiro das Vinhas	25238	Villa	Pena Lobo	conhecida
C	Serra das Vinhas/Cabeço dos Mouros	25721	Povoado Fortificado	Pena Lobo	conhecida
CI	Ferrarias	25273	Mina	Pousafoles do Bispo	conhecida
CII	Lameiro das Casas	25272	Villa	Pousafoles do Bispo	conhecida
CIV	Castelos de Ozendo	25731	Povoado	Quadrazais	conhecida
CV	Escaravelho	29586	Peso de lagar	Quadrazais	desconhecida/incerta
CVI	Marco	25125	Granja	Quadrazais	conhecida
CVII	Souto Concelho	25126	Casal Rústico	Quadrazais	conhecida
CVIII	Termas do Cró	25276	Termas	Rapoula do Coa	conhecida
CX	Vale da Vila	25257	Mancha de ocupação	Rebolosa	conhecida
CXI	Rendo	5117	Necrópole	Rendo	desconhecida/incerta
CXII	Villa de Linteiros	25234	Villa	Rendo	conhecida
CXIII	Anta da Tapada das Cruzes	5563	Anta	Ruivós	desconhecida/incerta
CXIV	Curral dos Freixos	5568	Sepultura	Ruivós	desconhecida/incerta
CXV	Horta Cabeira	5567	Sepultura	Ruivós	desconhecida/incerta
CXVI	Lameiro do Pombal	5566	Sepultura	Ruivós	desconhecida/incerta
CXVII	Ruivós	5564	Capela	Ruivós	desconhecida/incerta
CXVIII	Ruivós	5565	Anta	Ruivós	desconhecida/incerta
CXIX	Sepultura da Tapada da Lage	5562	Sepultura	Ruivós	desconhecida/incerta
CXX	Sepultura da Tapada das Cruzes	5569	Sepultura	Ruivós	desconhecida/incerta
CXXI	Terra do Senhor	5561	Sepultura	Ruivós	desconhecida/incerta
CXXII	Villa da Tapada das Cruzes	25265	Villa	Ruivós	conhecida
CXXIII	Caria Talaia	25722	Povoado	Ruvina	conhecida
CXXIV	Ruvina	5284	Sepultura	Ruvina	desconhecida/incerta
CXXV	Cabeça de São Domingos	21879	Achado(s) Isolado(s)	Sabugal	conhecida
CXXVI	Castelo do Sabugal	19180	Castelo	Sabugal	desconhecida/incerta
CXXVII	Inscrição da Misericórdia	2669	Inscrição	Sabugal	conhecida
CXXVIII	Outeiro da Fonte	25214	Necrópole	Sabugal	conhecida
CXXX	Sabugal	2080	Ponte	Sabugal	desconhecida/incerta
CXXXIII	Villa do Nabal do Teixo	11800	Villa	Sabugal	conhecida
CXXXIV	Mosteiros	25123	Vestígios Diversos	Santo Estevão	conhecida
CXXXV	Tapada de Santa Maria	25122	Vicus	Santo Estevão	conhecida
CXXXVI	Veigas	21940	Vestígios de Superfície	Seixo do Coa	desconhecida/incerta
CXXXVIII	Bandurro	25157	Villa	Sortelha	conhecida

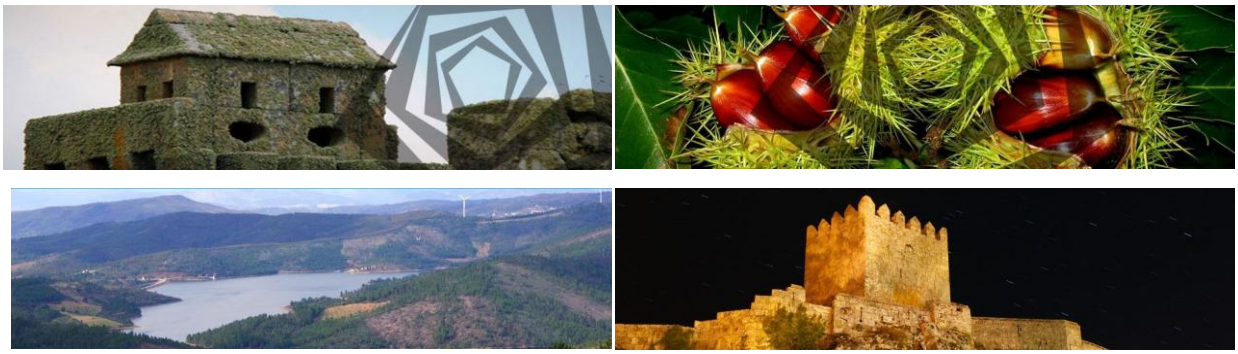
ID	Sítio Arqueológico	CNS	Tipo de Sítio	Freguesia	Localização
CXXXIX	Bica	2148	Mina	Sortelha	desconhecida/incerta
CXL	Cantos	25728	Povoado	Sortelha	conhecida
CXLI	Castelejo	2919	Povoado Fortificado	Sortelha	conhecida
CXLII	Igreja de São João/Santa Rita	14792	Necrópole	Sortelha	desconhecida/incerta
CXLIII	Igreja Matriz da Nossa Senhora das Neves	4272	Sepultura	Sortelha	conhecida
CXLIV	Mina da Carrasca	2178	Mina	Sortelha	desconhecida/incerta
CXLV	Quarta-Feira/Mina do Vale da Arca	25817	Achado(s) Isolado(s)	Sortelha	conhecida
CXLVI	São Cornélio	16860	Povoado Fortificado	Sortelha	conhecida
CXLVIII	Sortelha I	5556	Achado(s) Isolado(s)	Sortelha	conhecida
CXLIX	Sortelha II	11453	Povoado	Sortelha	conhecida
CL	Sortelha/Lapas do Covelo	5558	Gruta	Sortelha	desconhecida/incerta
CLI	Tapada da Tenda / Quarta-feira	2048	Granja	Sortelha	conhecida
CLII	Estrutura da Serra do Homem	17152	Estrutura	Soito	conhecida
CLIII	Fontelas I	25170	Casal Rústico	Soito	conhecida
CLIV	Fontelas II	25172	Casal Rústico	Soito	conhecida
CLV	Mamoa do Seixal	26766	Mamoa	Soito	desconhecida/incerta
CLVI	Pesqueira	5333	Sepultura	Vale das Éguas	conhecida
CLVII	Vale das Éguas	5459	Necrópole	Vale das Éguas	desconhecida/incerta
CLVIII	Lapa da Maria	5314	Gruta	Vale Longo	desconhecida/incerta
CLIX	Achado de Vila Boa	25726	Achado(s) Isolado(s)	Vila Boa	desconhecida/incerta
CLX	Balsa	25211	Granja	Vila Boa	conhecida
CLXI	Vila Boa	2177	Villa	Vila Boa	conhecida
CLXII	Castelo de Vila do Touro	19202	Castelo	Vila do Touro	conhecida
CLXIII	Junta das Águas I	25269	Forno	Vila do Touro	conhecida
CLXIV	Outeiro Alto	25283	Achado(s) Isolado(s)	Vila do Touro	desconhecida/incerta
CLXV	Pena Alta / Vila do Touro	25727	Achado(s) Isolado(s)	Vila do Touro	conhecida
CLXVI	Vila do Touro	25267	Achado(s) Isolado(s)	Vila do Touro	desconhecida/incerta
CLXVIII	Espada de Vilar Maior	3942	Achado(s) Isolado(s)	Vilar Maior	conhecida
CLXIX	Ponte de Vilar Maior	3788	Ponte	Vilar Maior	conhecida
CLXX	Povoado de Vilar Maior	26458	Povoado	Vilar Maior	conhecida
CLXXI	Villa de Vilar Maior	25294	Villa	Vilar Maior	conhecida
	Pombal			União das Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vila Maior e Badamalos	
	Fonte Gótica			Vila do Touro	

Fonte: DGPC






RL 05 _ HISTÓRIA E PATRIMÓNIO



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 06 _ REDE URBANA

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ Rede Urbana 3

1.1. Sistema Urbano 3

1.1.1. Considerações prévias 3

1.1.2. Metodologia 6

1.1.3. Dimensão demográfica 7

1.1.4. Funções Centrais do Setor Privado 11

1.1.5. Funções Centrais do Setor Público 17

1.1.6. Definição dos níveis hierárquicos 23

1.2. Análise da Evolução dos Aglomerados Urbanos 26

1.2.1. Considerações Gerais 26

1.2.2. Dinâmica Construtiva e Estado de Conservação 31

1.2.3. Evolução Urbanística dos Aglomerados e Tipologias Arquitetónicas 34

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ Rede Urbana

1.1. Sistema Urbano

1.1.1. Considerações prévias

Neste capítulo pretende-se fazer uma caracterização e uma apreciação do desenvolvimento do concelho, sob gestão do PDM em vigor, da estrutura e da dinâmica construtiva dos diversos aglomerados que compõem o município do Sabugal, assim como efetuar uma breve abordagem que permita compreender a atual estrutura urbana, com referência ao parque edificado e habitacional nas suas diversas componentes.

O estudo é apoiado e fundamentado em elementos bibliográficos, na observação do local, em dados da Câmara Municipal e em informações retiradas do PDM em vigor.

No âmbito da legislação vigente (RJIGT, Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro), "*o Plano Diretor Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo (...) b) A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, de depósito e tratamento de resíduos* (art. 85º)

Mais à frente o mesmo diploma acrescenta: "*A identificação e delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal*" (idem, alínea h).
O estabelecimento de uma hierarquia de Centros Urbanos, no âmbito de um Plano Diretor Municipal, tem subjacente a necessidade de definição de um correto zonamento e de uma adequada utilização e gestão do território abrangido, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes.

Com efeito, a definição do sistema urbano de um concelho deverá ser um instrumento orientador da implantação espacial de equipamentos e de atividades económicas, promotores de desenvolvimento e atenuadores das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações intercentros e contribuindo para o atenuar da atual dependência polarizadora das sedes concelhias.

Assim, a definição da hierarquia dos Centros Urbanos de um concelho deverá funcionar como a base para o seu desenvolvimento na medida em que deverá permitir a definição, para cada nível hierárquico proposto, da sua função de apoio às atividades económicas e de pontos de concentração de equipamentos coletivos, tendo em vista harmonizar níveis de conforto desejáveis.

Os Centros Urbanos aqui considerados, sob esta designação, são os aglomerados que, além de servirem a economia local e a sua população residente, constituem centros dinamizadores para uma área de influência, em função dos postos de trabalho, dos equipamentos, dos serviços públicos e privados neles existentes, ou a criar, e que são localizados estrategicamente no espaço, representando aceitáveis níveis de acessibilidade.

A distribuição de bens pressupõe contactos frequentes com outros centros. A ligação entre os vários centros, feita por um conjunto de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais, informação), permite constituir uma rede. Chama-se rede urbana, ao conjunto de centros e respetivas áreas de influência ligados por relações hierárquicas de dependência.

O nível de cada centro é determinado pelo nível de funções nele existentes e, geralmente, a importância funcional de um centro é proporcional ao número dos seus habitantes.
Na dependência direta, na definição do nível hierárquico, está a centralidade (medida pela distância) de cada lugar, em relação à população que serve e são as atividades terciárias (comércio e serviços), as que possuem maiores requisitos de centralidade.

A diferenciação de níveis hierárquicos de centros reflete, essencialmente, a periodicidade da procura pelos setores económicos e pela população residente de equipamentos, serviços e bens. Assim: i) a procura diária de primeira necessidade deve ser satisfeita nos centros de centralidade inferior (centros básicos) e de fácil acesso; ii) a procura especializada e esporádica e/ou excecional deve ser satisfeita nos centros hierarquicamente superiores.

A posição hierárquica de alguns centros é, muitas vezes, conferida pela sua importância administrativa que, por sua vez, obriga à ocorrência de equipamentos e serviços capazes de conferir uma certa capacidade atrativa e não tanto pelas dinâmicas demográficas existentes e/ou pela importância de outros indicadores de desenvolvimento.

1.1.2. Metodologia

Tendo em conta a estrutura do povoamento do concelho de Sabugal definiram-se, como único critério para a abordagem desta matéria, todos os centros urbanos sedes de freguesia.

Há um vasto conjunto de outros centros (rurais) que não são considerados no âmbito dos indicadores que, por excelência, permitem determinar a hierarquia dos centros por serem aglomerados rurais de reduzida dimensão, com fraca ou nula importância funcional mas, no entanto, possuem alguma expressão demográfica, têm representação gráfica à escala do Plano e delimitação de perímetro urbano. Constituem, desde já, o último nível da hierarquia urbana e serão designados de "Restantes Centros".

Os indicadores utilizados na determinação da hierarquia dos Centros Urbanos foram:

- Dimensão Demográfica;
- Funções Centrais do Setor Privado;
- Funções Centrais do Setor Público.

Apresentam-se de seguida as definições das expressões utilizadas ao nível da dinâmica funcional, nomeadamente:

- Centro Urbano ou Lugar Central – lugar (aglomerado) onde se localiza uma, ou mais, funções centrais;
- Função Central – tipo de empresa comercial ou de serviços que exerce a sua atividade a partir de um ponto central relativamente à população que serve;
- Unidade funcional – cada unidade da função central.

Os dados das funções centrais do setor privado (unidades de comércio e serviços), bem como os do setor público foram fornecidos pela Câmara Municipal e datam do 1º trimestre de 2004.

1.1.3. Dimensão demográfica

Um dos primeiros indicadores a avaliar no âmbito da definição dos diferentes níveis hierárquicos dos centros urbanos é a dimensão demográfica. Com efeito, a diferenciação dos níveis hierárquicos dos lugares, pela importância das suas funções, está muito ligada à importância das funções demográficas dos próprios Centros Urbanos. Assim, a dinâmica do aparecimento de funções centrais relaciona-se com as flutuações populacionais.

Como foi já referido, o concelho do Sabugal assistiu a um importante esvaziamento demográfico entre 2001 e 2011, tendo perdido cerca de 2327 pessoas (15,6%), apenas as freguesias de Rebolosa, Ruivós e Aldeia de Santo António conseguiram contrariar a tendência geral, tendo inclusivamente, aumentado a sua população.

Os Centros Urbanos mais fortemente atingidos pela desertificação foram, em termos relativos, Moita (-40,5%), Vila do Touro com -38,8%, Aldeia da Ribeira com -33,8% e Valongo com -30,9%.

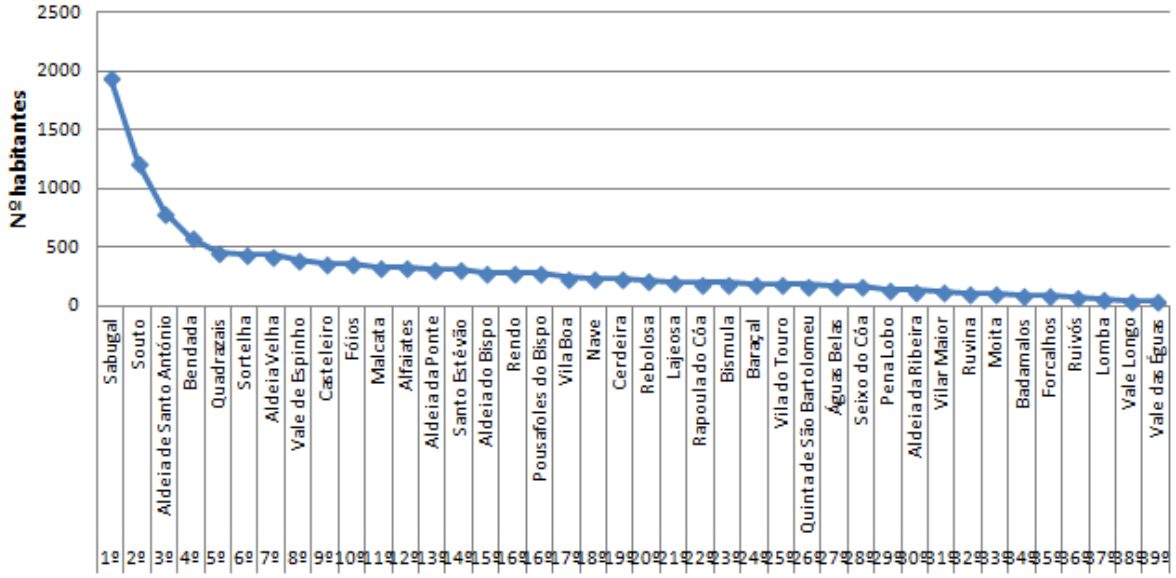
Quadro 1: Evolução da População, por centro urbano, entre 2001 e 2011

Centros Urbanos	Pop. 2001	População 2011		Taxa de Variação 2001/2011 (%)
	n.º	nº	Peso no total concelho (%)	
Águas Belas	220	175	1,4	-20,5
Aldeia da Ponte	340	317	2,5	-6,8
Aldeia da Ribeira	198	131	1,0	-33,8
Aldeia de Santo António	786	798	6,4	1,5
Aldeia do Bispo	395	286	2,3	-27,6
Aldeia Velha	490	431	3,4	-12,0
Alfaiates	419	331	2,6	-21,0
Badamalos	99	96	0,8	-3,0
Baraçal	242	190	1,5	-21,5
Bendada	677	580	4,6	-14,3
Bismula	198	193	1,5	-2,5
Casteleiro	512	365	2,9	-28,7
Cerdeira	262	229	1,8	-12,6
Foios	410	362	2,9	-11,7
Forcalhos	108	88	0,7	-18,5
Lageosa	258	201	1,6	-22,1
Lomba	74	57	0,5	-23,0
Malcata	351	332	2,6	-5,4
Moita	173	103	0,8	-40,5
Nave	273	230	1,8	-15,8
Penalobo	177	141	1,1	-20,3
Pousafoles do Bispo	338	277	2,2	-18,0
Quadrazais	473	457	3,6	-3,4
Quintas de São Bartolomeu	217	180	1,4	-17,1
Rapoula do Coa	249	195	1,6	-21,7
Rebolosa	205	222	1,8	8,3
Rendo	342	278	2,2	-18,7
Ruivós	68	70	0,6	2,9
Ruvina	127	112	0,9	-11,8
Sabugal	2174	1943	15,5	-10,6
Santo Estêvão	360	310	2,5	-13,9
Seixo do Coa	233	171	1,4	-26,6
Sortelha	579	444	3,5	-23,3
Soito	1419	1224	9,8	-13,7
Vale das Éguas	48	39	0,3	-18,8
Vale de Espinho	512	393	3,1	-23,2
Valongo	68	47	0,4	-30,9
Vila Boa	330	243	1,9	-26,4
Vila do Touro	299	183	1,5	-38,8
Vilar Maior	168	120	1,0	-28,6

Fonte: INE, 2001 e 2011

O escalonamento dos Centros Urbanos em função do seu volume demográfico é o que se apresenta na Figura e Quadro seguintes.

Figura 1: Curva de Zipf – Escalonamento Urbano (Dimensão demográfica dos Centros Urbanos do concelho de Sabugal, em 2011)



Fonte: INE-Portugal , XIV Recenseamento Geral da População, 2011

Quadro 2: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com a sua Dimensão Demográfica, em 2011

Nº de Ordem	Centros Urbanos	População 2001
1º	Sabugal	1943
2º	Souto	1224
3º	Aldeia de Santo António	798
4º	Bendada	580
5º	Quadrazais	457
6º	Sortelha	444
7º	Aldeia Velha	431
8º	Vale de Espinho	393
9º	Casteleiro	365
10º	Foios	362
11º	Malcata	332
12º	Alfaiates	331
13º	Aldeia da Ponte	317
14º	Santo Estêvão	310
15º	Aldeia do Bispo	286
16º	Rendo	278
16º	Pousafoles do Bispo	277
17º	Vila Boa	243
18º	Nave	230
19º	Cerdeira	229
20º	Rebolosa	222
21º	Lajeosa	201
22º	Rapoula do Coa	195
23º	Bismula	193
24º	Baraçal	190
25º	Vila do Touro	183
26º	Quinta de São Bartolomeu	180
27º	Águas Belas	175
28º	Seixo do Coa	171
29º	Pena Lobo	141
30º	Aldeia da Ribeira	131
31º	Vilar Maior	120
32º	Ruvina	112
33º	Moita	103
34º	Badamalos	96
35º	Forcalhos	88
36º	Ruivós	70
37º	Lomba	57
38º	Vale Longo	47
39º	Vale das Éguas	39

Fonte: INE, 2011

1.1.4. Funções Centrais do Setor Privado

O escalonamento urbano de uma rede de centros, tendo por base unicamente as dinâmicas demográficas, resultaria incompleto, se não fosse analisada a situação dos núcleos urbanos ao nível da oferta de bens, serviços e equipamentos, quer do setor privado, quer do setor público.

As funções centrais que representam o resultado da iniciativa empresarial de entidades privadas (indivíduos e grupos económicos) assumem-se como os grandes indicadores da dinâmica funcional de cada centro. Esta imagem resulta da grande flexibilidade da iniciativa privada que se adapta com certa facilidade e rapidez às variações e às potencialidades de cada lugar em termos de importância demográfica e económica.

Consideram-se funções centrais do setor privado aquelas que se referem sobretudo a serviços e unidades comerciais retalhistas. A sua localização dependerá da existência de uma procura que as justifique.

A análise funcional teve como suporte a quantificação das funções centrais e das unidades funcionais que se encontram sistematizadas nos quadros seguintes:

Quadro 3: Número de Unidades Funcionais por Função Central do setor privado e por centro urbano, em 2004

Função central/Centro Urbano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Mercearia/Taberna	1					1				1				2					1	
Mercearia/Mini-mercado		2	1	2	4	4	4		2	2		4	2	3				2	1	1
Talho														2						
Padaria							1					2	1	1						
Café/Pastelaria		5		6	4	2	7		1	2	1	4	1		1	1		3		4
Restaurante		1	1	3	3	1	1	2					1	2						1
Comércio Misto					1								1							
Barbeiro																		1		
arpintaria/Serralharia	1				1															
Materiais de Construção				2	2						1		1							
Eletrodomésticos		1				2				1	1		1							
Material elétrico		1				1				1			1	1						
Alfaiate															1					
Sapateiro						1				1										
Oficina Automóv./Motos	1			3			1			1										
Fotógrafo																				
Móveis e decorações										2										
Bar/Discoteca					1									1						2
Pensão		1				1														
Residencial		1					1							2						
Farmácia		1			1	1	1						1							
Médico		1				1														
Táxi	1		1		1	1	1		1			1	2		1		1			1
Posto telefónico	1			1	1	1	1		1		1	1	1	1	1		1		1	
Estação de Correios		1	1										1	1				1		
Posto de Correio						1	1				1	1			1				1	1
Bomba Gasolina		1		1		1														1
Salsicharia artesanal														1						
Pirotécnica													1							
Empresa ilumin. festivas					1															
Total Unid. Funcionais	**5**	**16**	**4**	**18**	**20**	**19**	**19**	**2**	**5**	**11**	**5**	**13**	**15**	**17**	**5**	**1**	**2**	**7**	**4**	**11**
Total Funções Centrais	**5**	**11**	**4**	**7**	**11**	**14**	**10**	**1**	**4**	**8**	**5**	**6**	**13**	**11**	**5**	**1**	**2**	**4**	**4**	**7**

1 – Águas Belas
2 – Aldeia da Ponte
3 – Aldeia da Ribeira
4- Aldeia de St António
5 – Aldeia do Bispo
6 – Aldeia Velha
7 – Alfaiates
8 – Badamalos
9 – Baraçal
10 -Bendada
11 – Bismula
12 – Casteleiro
13 – Cerdeira do Coa
14 – Foios
15 – Forcalhos
16 – Lageosa
17 – Lomba
18 – Malcata
19 – Moita
20 – Nave

Função Central/Centro Urbano	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Mercearia/Taberna		2			1	1				5	3	1		1			1			
Mercearia/Mini-mercado	2	1	3	1	2	1	1		1	1	1		2	7				3	1	1
Supermercado										1				3						
Talho										5	1			4				1		
Padaria									1	2	1		1	3		1		3		
Café/Pastelaria	1	1	5	2	2		1		2	13	2	2		1					1	1
Restaurante		1					1			10			3	3						
Comércio Misto						1	1			4				14		3				
Barbeiro										3								1		
Cabeleireiro										8			1	1						
Lavandaria										2										
Florista										3				3						
Papelaria										3				1						
Jornais/Revistas										2				1						
Livraria										3				1						
Carpintaria/Serralharia				1																
Materiais de Construção						1						1		2				1		
Construção Civil				4						5										
Eletrodomésticos						1								5						
Material elétrico				1		1				3				6						
Sapateiro										3										
Alfaiate										2	1									
Antiquário													3							
Oficina Automóv./Motos	1									6	2			4						
Fotógrafo										2				1						
Móveis e decorações						1				4				3						
Ourivesaria										4										
Pronto-a-Vestir										4				1						
Sapataria										4				2						
Bar/Discoteca										3				1						
Escola de Condução										1										
Clube de Vídeo										1										
Pensão														1						
Residencial										1				2						
Hotel										1										
Farmácia										2				1						
Médico										1				1		1				
Banco										5				1						
Advogados										6										
Seguros										5										
Táxi	1	1	1	1	1	1	1			5	1		1	2		1		1		1
Estação de Correios										1		1		1						
Posto de Correio		1	1			1	1		1		1		1		1	1			1	
Bomba Gasolina										1	1			2						
Total de Unidades Funcionais	**6**	**8**	**11**	**11**	**7**	**10**	**6**	**0**	**6**	**138**	**15**	**5**	**12**	**79**	**2**	**8**	**2**	**11**	**3**	**4**
Total de Funções	**5**	**7**	**5**	**7**	**5**	**9**	**6**	**0**	**5**	**40**	**11**	**4**	**7**	**30**	**2**	**6**	**2**	**7**	**3**	**4**

Função Central/Centro Urbano	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Centrais																				

21 – Penalobo
22 – Pousafoles do Bispo
23 – Quadrazais
24 – QT de S. Bartolomeu
25 – Rapoula do Coa
26 – Rebolosa
27 – Rendo
28 – Ruivós
29 – Ruvina
30 – Sabugal
31 – Santo Estevão
32 – Seixo do Coa
33 – Sortelha
34 – Soito
35 – Vale das Éguas
36 – Vale de Espinho
37 – Valongo
38 – Vila Boa
39 – Vila do Touro
40 – Vilar Maior

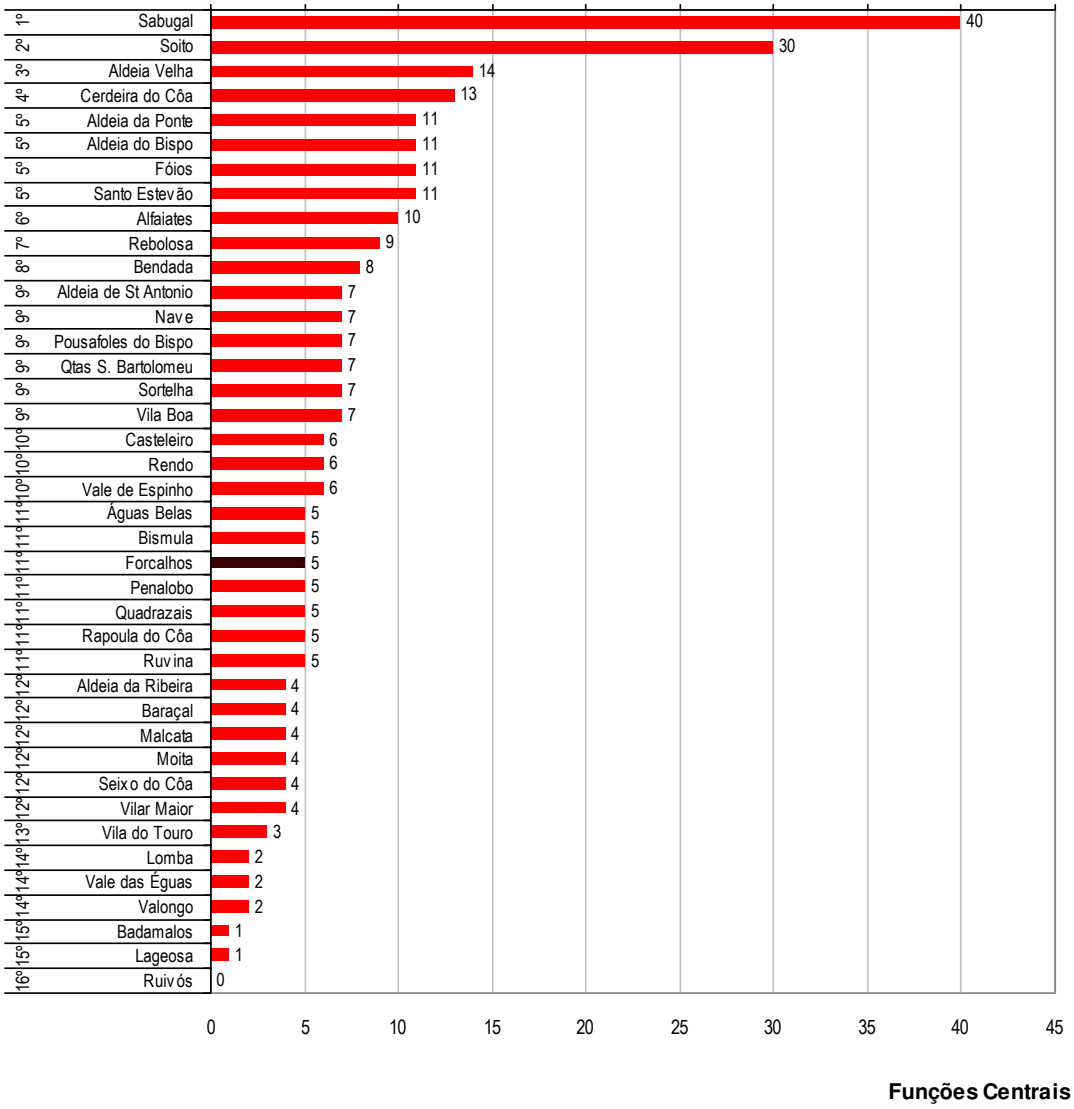
Fonte: Câmara Municipal do Sabugal, 2004

Quadro 4: Número de Ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Setor Privado, em 2004

Nº de ordem	Centros Urbanos	Funções Centrais (F.C.)	Unidades Funcionais (U.F.)	Nº de ordem	Centros Urbanos	Funções Centrais (F.C.)	Unidades Funcionais (U.F.)
1º	Sabugal	40	138	11º	Águas Belas	5	5
2º	Soito	30	79	11º	Bismula	5	5
3º	Aldeia Velha	14	19	11º	Forcalhos	5	5
4º	Cerdeira do Coa	13	15	11º	Penalobo	5	6
5º	Aldeia da Ponte	11	16	11º	Quadrazais	5	11
5º	Aldeia do Bispo	11	20	11º	Rapoula do Coa	5	7
5º	Foios	11	17	11º	Ruvina	5	6
5º	Santo Estevão	11	15	12º	Aldeia da Ribeira	4	4
6º	Alfaiates	10	19	12º	Baraçal	4	5
7º	Rebolosa	9	10	12º	Malcata	4	7
8º	Bendada	8	11	12º	Moita	4	4
9º	Aldeia de St Antonio	7	17	12º	Seixo do Coa	4	5
9º	Nave	7	11	12º	Vilar Maior	4	4
9º	Pousafoles do Bispo	7	8	13º	Vila do Touro	3	3
9º	Qtas S. Bartolomeu	7	11	14º	Lomba	2	2
9º	Sortelha	7	12	14º	Vale das Éguas	2	2
9º	Vila Boa	7	11	14º	Valongo	2	2
10º	Casteleiro	6	13	15º	Badamalos	1	2
10º	Rendo	6	6	15º	Lageosa	1	1
10º	Vale de Espinho	6	8	16º	Ruivós	0	0

Fonte: Câmara Municipal de Sabugal, 2004

Figura 2: Hierarquia dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Setor Privado, em 2004



Fonte: Câmara Municipal de Sabugal, 2004

1.1.5. Funções Centrais do Setor Público

As funções centrais do setor público são aquelas que dizem respeito, essencialmente, a serviços e equipamentos de uso coletivo, e, enquanto tal, possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende maioritariamente de fatores administrativos, muito embora esteja subjacente à sua localização a tentativa de racionalização económica dos investimentos públicos.

A caracterização funcional dos centros pela ocorrência de equipamentos coletivos transmite frequentemente uma imagem desajustada da importância real do lugar central. Muito facilmente se pode constatar a existência de casos em que a dinâmica demográfica e sócio-económica de um centro não corresponde ao nível de equipamentos públicos existentes, quer por defeito, quer por excesso. Daí que a análise dos Centros Urbanos pela ocorrência de funções centrais do setor privado, deva ser feita em conjunto com as funções centrais do setor público.

Nesta análise não se consideraram os serviços públicos porque, dadas as características do concelho, a sua quase totalidade se localiza na sede concelhia.
A dotação de equipamentos sociais do concelho de Sabugal colocará, naturalmente, a sede concelhia em primeiro plano, bastante destacada dos restantes Centros Urbanos.

A ocorrência de funções centrais do setor público, por centro urbano, encontra-se representada nos quadros seguintes:

Quadro 5: Funções Centrais do Setor Público, por centro urbano, em 2004

Centro Urbano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
ENSINO															
Pré-escolar		●		●		●	●			●	●	●	●	●	
EB 1º ciclo		●		●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
EB 2º,3º ciclo													●		
SAÚDE															
Extensão C. Saúde		●				●	●			●	●	●	●	●	
Farmácia													●		
Posto de Medicamentos					●	●	●								
AÇÃO SOCIAL															
Creche													●		
ATL		●		●			●						●		
Lar da 3ª Idade		●			●	●	●					●			
Centro de Dia		●			●	●	●		●	●			●		
Centro de Convívio					●										
DESPORTO															
Pequeno campo Jogos		●		●	●	●	●	●				●	●	●	
Grande Campo Jogos		●		●	●		●			●		●		●	
Pavilhão/Sala Desporto													●		
Piscina					●										
CULTURA															
Biblioteca		●							●						
Centro Cultural							●					●			
Imprensa Local											●	●		●	
Salão de Festas		●			●		●			●		●	●	●	
Sala de espetáculos							●								
Museu		●													
Posto de Turismo							●								
Associação		●		●	●	●	●			●	●		●	●	
Funções Centrais	**0**	**12**	**0**	**6**	**10**	**8**	**14**	**2**	**3**	**7**	**5**	**9**	**12**	**8**	**1**

● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente de existir apenas uma ou mais unidades.

1 – Águas Belas
2 – Aldeia da Ponte
3 – Aldeia da Ribeira
4 – Aldeia de St. António
5 – Aldeia do Bispo
6 – Aldeia Velha
7 – Alfaiates
8 – Badamalos
9 – Baraçal
10 – Bendada
11 – Bismula
12 – Casteleiro
13 – Cerdeira do Coa
14 – Foios
15 – Forcalhos

Fonte: Câmara Municipal de Sabugal; Instituto do Desporto de Portugal/Delegação Distrital da Guarda

Quadro 6: Funções Centrais do Setor Público, por centro urbano, em 2004 (continuação)

Centro Urbano	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
ENSINO															
Pré-escolar			●					●						●	●
EB 1º ciclo			●	●			●	●	●	●	●	●		●	●
EB 2,3/S															●
ES/3															●
SAÚDE															
Centro de Saúde															●
Extensão C. Saúde								●							
Farmácia															●
AÇÃO SOCIAL															
Creche														●	●
ATL														●	●
Lar da 3ª Idade	●		●				●	●							●
Centro de Dia	●		●		●		●				●				●
Centro de Convívio					●			●							
DESPORTO															
Pequeno campo Jogos			●		●	●		●	●	●		●	●	●	●
Grande Campo Jogos			●			●		●			●				●
Pavilhão/Sala Desporto															●
Piscina															●
CULTURA															
Biblioteca															●
Centro Cultural					●								●		●
Imprensa Local											●				●
Rádio Local															●
Salão de Festas				●		●		●		●		●	●	●	●
Sala de espetáculos								●							●
Museu															●
Cinema															●
Posto de Turismo															●
Associação	●	●	●	●	●	●		●	●	●	●			●	●
PREVENÇÃO E SEGURANÇA															
Bombeiros															●
GNR															●
Total de Funções Centrais	**3**	**1**	**7**	**3**	**5**	**4**	**3**	**10**	**3**	**4**	**5**	**3**	**3**	**7**	**26**

● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades.

16 – Lageosa
17 – Lomba
18 – Malcata
19 – Moita
21 – Penalobo
22 – Pousafoles do Bispo
23 – Quadrazais
24 -Qta. de S. Bartolomeu
26 – Rebolosa
27 – Rendo
28 – Ruivós
29 – Ruvina

20 – Nave 25 – Rapoula do Coa 30 – Sabugal

Fonte: Câmara Municipal de Sabugal; Instituto do Desporto de Portugal/Delegação Distrital da Guarda

Quadro 7: Funções Centrais do Setor Público, por centro urbano, em 2004 (continuação)

Centro Urbano	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
ENSINO										
Pré-escolar	●		●	●		●		●		
EB 1º ciclo	●	●	●	●		●		●	●	●
EB 2º/3º ciclos				●						
EB 2º ciclo							●			
EBM 2º ciclo						●				
SAÚDE										
Extensão C. Saúde	●	●		●		●				
Farmácia				●						
Posto de medicamentos						●				
AÇÃO SOCIAL										
Creche				●						
ATL				●						
Lar da 3ª Idade	●		●	●		●			●	
Centro de Dia	●		●	●		●		●	●	●
Centro de Convívio	●									
DESPORTO										
Pequeno campo Jogos	●	●		●			●	●		●
Grande Campo Jogos		●	●	●				●		●
CULTURA										
Salas de Festas	●		●	●		●		●		●
Museu										●
Posto de Turismo			●							●
Associação	●	●	●	●			●	●	●	●
PREVENÇÃO E SEGURANÇA										
Bombeiros				●						
GNR				●			●			
Total de Funções Centrais	**9**	**5**	**8**	**15**	**0**	**8**	**4**	**7**	**4**	**8**

● Assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades.

31 – Santo Estevão
32 – Seixo do Coa
33 – Sortelha
34 – Soito
35 – Vale das Éguas
36 – Vale de Espinho
37 – Valongo
38 – Vila Boa
39 -Vila do Touro
40 -Vilar Maior

Fonte: Câmara Municipal de Sabugal; Instituto do Desporto de Portugal/Delegação Distrital da Guarda

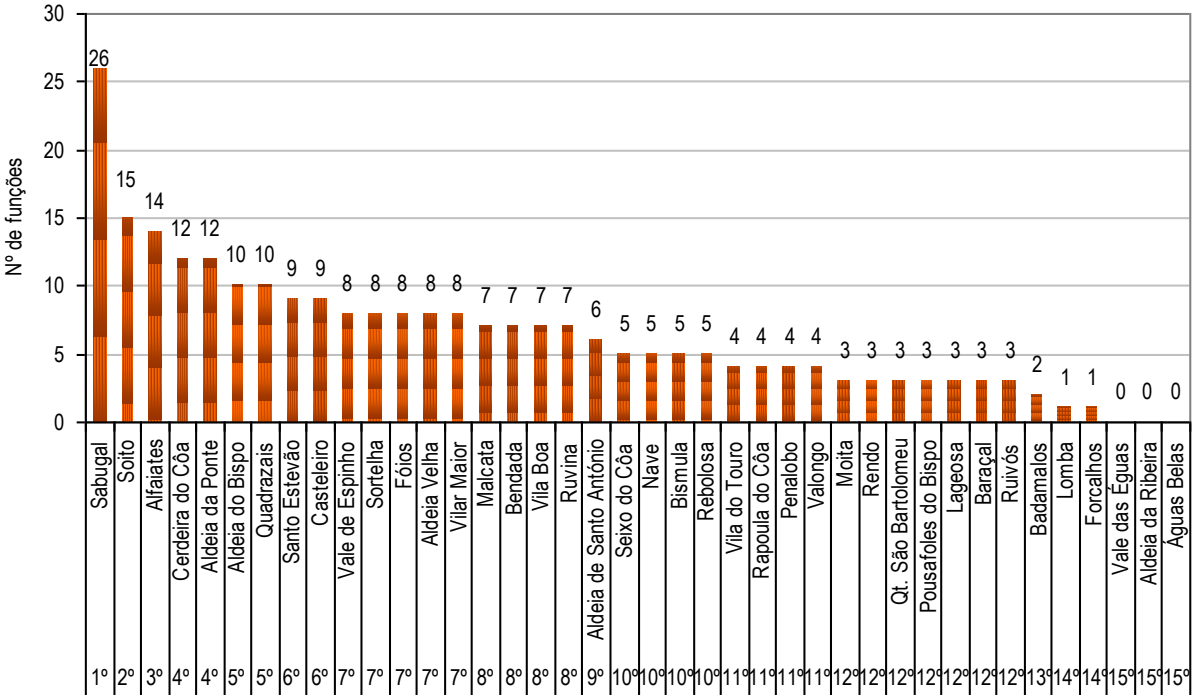
No quadro seguinte encontram-se ordenados os Centros Urbanos de acordo com a sua dotação ao nível das funções centrais do setor público (equipamentos coletivos).

Quadro 8: Número de ordem dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Setor Público, em 2004

Nº de ordem	Centros Urbanos	Funções Centrais (F.C.)	Nº de ordem	Centros Urbanos	Funções Centrais (F.C.)
1º	Sabugal	26	10º	Nave	5
2º	Soito	15	10º	Bismula	5
3º	Alfaiates	14	10º	Rebolosa	5
4º	Cerdeira do Coa	12	11º	Vila do Touro	4
4º	Aldeia da Ponte	12	11º	Rapoula do Coa	4
5º	Aldeia do Bispo	10	11º	Penalobo	4
5º	Quadrazais	10	11º	Valongo	4
6º	Santo Estevão	9	12º	Moita	3
6º	Casteleiro	9	12º	Rendo	3
7º	Vale de Espinho	8	12º	Qt. São Bartolomeu	3
7º	Sortelha	8	12º	Pousafoles do Bispo	3
7º	Foios	8	12º	Lageosa	3
7º	Aldeia Velha	8	12º	Baraçal	3
7º	Vilar Maior	8	12º	Ruivós	3
8º	Malcata	7	13º	Badamalos	2
8º	Bendada	7	14º	Lomba	1
8º	Vila Boa	7	14º	Forcalhos	1
8º	Ruvina	7	15º	Vale das Éguas	0
9º	Ald. de Sto. António	6	15º	Aldeia da Ribeira	0
10º	Seixo do Coa	5	15º	Águas Belas	0

Fonte: Câmara Municipal de Sabugal; Instituto do Desporto de Portugal/Delegação Distrital da Guarda

Figura 3: Hierarquia dos Centros Urbanos, de acordo com as Funções Centrais do Setor Público, em 2004



Fonte: Câmara Municipal de Sabugal; Instituto do Desporto de Portugal/Delegação Distrital da Guarda

1.1.6. Definição dos níveis hierárquicos

A primeira aproximação à hierarquia dos Centros Urbanos do concelho de Sabugal é a seguinte:

Níveis Hierárquicos	Hierarquia atual dos Centros Urbanos
Nível I	● Sabugal
Nível II	● Soito
Nível III	● Aldeia Velha ● Cerdeira do Coa ● Aldeia do Bispo ● Alfaiates ● Aldeia da Ponte ● Foios ● Quadrazais ● Casteleiro ● Santo Estevão ● Vale de Espinho ● Bendada ● Vila Boa ● Sortelha ● Malcata
Nível IV	● Lageosa ● Rapoula do Coa ● Rendo ● Quintas de São Bartolomeu ● Rebolosa ● Vila do Touro ● Bismula ● Nave ● Baraçal ● Seixo do Coa ● Ruvina ● Penalobo ● Vilar Maior ● Forcalhos ● Moita ● Pousafoles do Bispo ● Aldeia de Santo António ● Águas Belas ● Badamalos ● Lomba ● Ruivós ● Aldeia da Ribeira ● Valongo ● Vale das Éguas
Nível V	Restantes Centros

O **Nível I** é constituído pela sede concelhia, **Sabugal**, facto que decorre, em primeiro plano, da sua importância administrativa, sendo polarizadora de todo o funcionamento municipal, pois é aqui que se concentram o comércio e serviços privados e os equipamentos coletivos e serviços públicos de nível superior, estando direcionada para servir uma procura especializada e esporádica. Presentemente, possui 2362 residentes e detém 40 funções do setor privado e 138 unidades funcionais, e 26 funções do setor público.

O **Nível II** é constituído pelo **Soito** que, à exceção das funções centrais do setor público (equipamentos sociais) e funções administrativas (serviços públicos), funciona, para muitas funções privadas e públicas como alternativa à sede de concelho. Este centro urbano possui uma dimensão populacional assinalável no contexto concelhio (1224 habitantes), bem como um desenvolvimento substancial ao nível das funções comerciais, de serviços e de equipamentos coletivos. Detém 30 funções centrais do setor privado e 79 unidades funcionais, assim como 15 funções centrais do setor público.

O **Nível III** é constituído pelos Centros Urbanos de **Aldeia Velha**, **Cerdeira do Coa, Aldeia do Bispo**, **Alfaiates**, **Aldeia da Ponte**, **Foios**, **Quadrazais**, **Casteleiro**, **Santo Estevão**, **Vale de Espinho**, **Bendada**, **Vila Boa**, **Sortelha** e **Malcata.** Estes centros encontram-se num nível intermédio, entre os dois núcleos secundários e as restantes sedes de freguesia, por possuírem um volume populacional considerável, no contexto concelhio (à exceção de Aldeia da Ponte, Sortelha e Cerdeira), e também um nível de dotação funcional superior que os diferencia do nível seguinte. Nestes centros a população oscila entre 580 e os 229 residentes, as funções centrais do setor privado variam entre as 15 e as 5 unidades e as funções privadas do setor público entre as 13 e as 7 funções centrais.

O **Nível IV** é constituído pelos centros urbanos de **Lageosa, Rapoula do Coa, Rendo, Quintas de São Bartolomeu, Rebolosa, Vila do Touro, Bismula, Nave, Baraçal, Seixo do Coa, Ruvina, Penalobo, Vilar Maior, Forcalhos, Moita, Pousafoles do Bispo, Aldeia de Santo António, Águas Belas, Badamalos, Lomba, Ruivós, Aldeia da Ribeira, Valongo e Vale das Éguas**, centros urbanos que, à exceção de Malcata, apresentam uma reduzida importância demográfica. São caracterizados, igualmente, por uma fraca importância funcional. As funções existentes neste nível são, na sua maioria, as que servem uma procura diária e local (mercearia, café, táxi, etc.) e os

equipamentos coletivos que possuem são do nível mais básico, como por exemplo o campo de futebol, a associação, etc..

O **Nível V** é constituído pelos **Restantes Centros** de reduzida dimensão, com fraca ou nula dinâmica funcional, mas com alguma expressão demográfica e dimensão territorial à escala do Plano, sendo delimitados por perímetro urbano.
Sendo esta a hierarquia urbana atual, está apta a sofrer alterações decorrentes da evolução e discussão das propostas apresentadas e a apresentar, sobretudo a nível urbanístico e de infraestruturas viárias, podendo vir a configurar-se uma nova hierarquia, em função, não só dos aspetos referidos, mas também da própria estratégia de desenvolvimento a definir para o concelho.

Na proposta final estará sempre presente a importância da hierarquização dos Centros Urbanos enquanto estrutura orientadora da implantação espacial de equipamentos coletivos e de atividades económicas promotoras de desenvolvimento e atenuadoras das desigualdades espaciais.

Figura 4: Rede Urbana do Concelho de Sabugal, 2004 (Hierarquia dos Centros Urbanos – Situação existente)



1.2. Análise da Evolução dos Aglomerados Urbanos

1.2.1. Considerações Gerais

Neste sub-capítulo pretende-se fazer uma análise da estrutura urbana concelhia, assim como da dinâmica construtiva e da evolução dos aglomerados à luz do Plano Diretor Municipal em vigor, tendo, ainda, em atenção o desenvolvimento dos sistemas construtivos e da linguagem arquitetónica. Desta forma, a componente seguinte constituirá, essencialmente, uma comparação entre a situação descrita no PDM em vigor e a avaliação que se fez no trabalho de levantamento.

Importa, antes de mais, perceber como se estrutura o povoamento na área do concelho de Sabugal.
Como se sabe, a concentração da população num determinado território está diretamente ligada às características geomorfológicas e biofísicas do território objeto de povoamento.

Situado no sul da Beira Alta, o concelho ocupa a parte meridional da região de Riba-Coa, sendo atravessado, de Sul para Norte, pelo rio Coa. Este rio, que nasce no extremo Sudeste do concelho, junto à Serra da Malcata, constitui a linha de água mais importante de todo o território concelhio, e marca profundamente a paisagem das suas zonas sul e central. Para além do rio Coa existem outras linhas de água de alguma importância que atravessam o concelho e que merecem destaque, nomeadamente: o rio Noéme, que atravessa Cerdeira do Coa; a Ribeira da Nave, que nasce junto ao Soito e que, no seu percurso primário, atravessa também os aglomerados de Nave e Aldeia da Dona, indo desaguar ao Coa, no extremo norte do concelho; a Ribeira de Alfaiates, que passa junto à povoação com o mesmo nome; e a Ribeira da Aldeia da Ponte, que atravessa Aldeia da Ponte, Aldeia da Ribeira e Vilar Maior (e que tem duas ribeiras afluentes que atravessam Aldeia Velha e Forcalhos), ambas com nascentes no ocidente do concelho e tributárias da Ribeira de Vilar Maior, que desagua no rio Coa também no extremo norte do concelho; a Ribeira do Casteleiro, que nasce no centro da freguesia de Sortelha, e se encaminha para Sul em direção ao concelho de Penamacor, passando junto a Casteleiro; as Ribeiras de Valverdinho e Quarta-Feira que nascem nas serranias de Sortelha e atravessam o concelho em direção a Belmonte; e a Ribeira de Bendada, que nasce no extremo noroeste do município, e inicia um percurso de Norte para Sul, passando junto a Bendada e indo desaguar na Ribeira de Quarta-Feira.

As serranias de São Cornélio, da Opa, da Quarta-Feira, de Penalobo, do Cabeço das Fráguas e da Bendada, constituem marcos notórios na transposição entre o planalto que se estende a partir da Guarda, e que marca a paisagem das zonas Norte e Centro do concelho, e a depressão da Cova da Beira. Já a Serra da Malcata, devido às suas dimensões, constitui uma vincada fronteira a Sudeste.

Sinteticamente, pode-se considerar que, em termos morfológico-paisagísticos, o concelho se divide em três áreas de características diferentes: a parte Norte e Centro de características planálticas; a zona ocidental onde predominam vales escarpados, declives acentuados e linhas de água de regime torrencial; e, finalmente, a Serra da Malcata no Sudeste do concelho. A topografia é nitidamente mais suave nas zonas Norte e Centro do que nas áreas Sul e Ocidental.

Situado na sub-região geográfica da Beira Interior Norte, o concelho fica situado numa região charneira entre duas grandes unidades geomorfológicas, a meseta ibérica, que aqui termina, e os vales abertos pelas linhas de água da bacia do Zêzere. Os solos são predominantemente graníticos, embora na parte meridional abundem os xistos. Em termos de formações litológicas podem distinguir-se, essencialmente, três zonas com características diversas: a primeira zona, correspondente à zona ocidental do concelho, é marcada pela preponderância de formações graníticas existindo também alguns depósitos aluvionares nas ribeiras afluentes do Zêzere; a segunda zona faz parte da extensa área do vale do Coa, e é uma zona de características mistas - granítica e xistosa; a última das zonas é fundamentalmente xistosa, apesar de apresentar algumas formações graníticas características de grandes altitudes. Corresponde à zona sueste do concelho.

A **existência de água** e o **relevo**, foram fatores que, à semelhança do que acontece em qualquer outro lugar, influenciaram decisivamente o estabelecimento da população.
No primeiro caso, a disponibilidade de uma fonte de água para consumo humano ou agrícola conduziu ao estabelecimento de aglomerados populacionais nas margens de linhas de água ou nas suas proximidades. Além disso, as zonas adjacentes às margens das linhas de água são geralmente locais férteis, e muitas vezes planos, onde a atividade agrícola, que foi durante milhares de anos a principal base de sustentação dos povos, tinha facilidade em ser implementada. Nas margens pouco declivosas que caracterizam uma grande parte do vale do Coa, por exemplo, desenvolveram-se alguns dos mais importantes aglomerados do concelho, de onde se destacam a cidade do Sabugal e as sedes de freguesia de Foios, Vale de Espinho, Quadrazais, Rapoula do Coa, Vale das Éguas, Seixo do Coa, Valongo do Coa e Badamalos.

Também o rio Noéme, no percurso em que atravessa transversalmente a freguesia de Cerdeira do Coa, apresenta margens bastante suaves, com zonas adjacentes planas e relativamente extensas que possibilitaram a fixação de população no local que viria a constituir a sede desta freguesia. Exemplos de outros aglomerados que se fixaram em locais que apresentavam condições favoráveis devido à proximidade de linhas de água são, entre outros: Aldeia da Ponte, Aldeia da Ribeira, Aldeia da Ribeira e Vilar Maior.

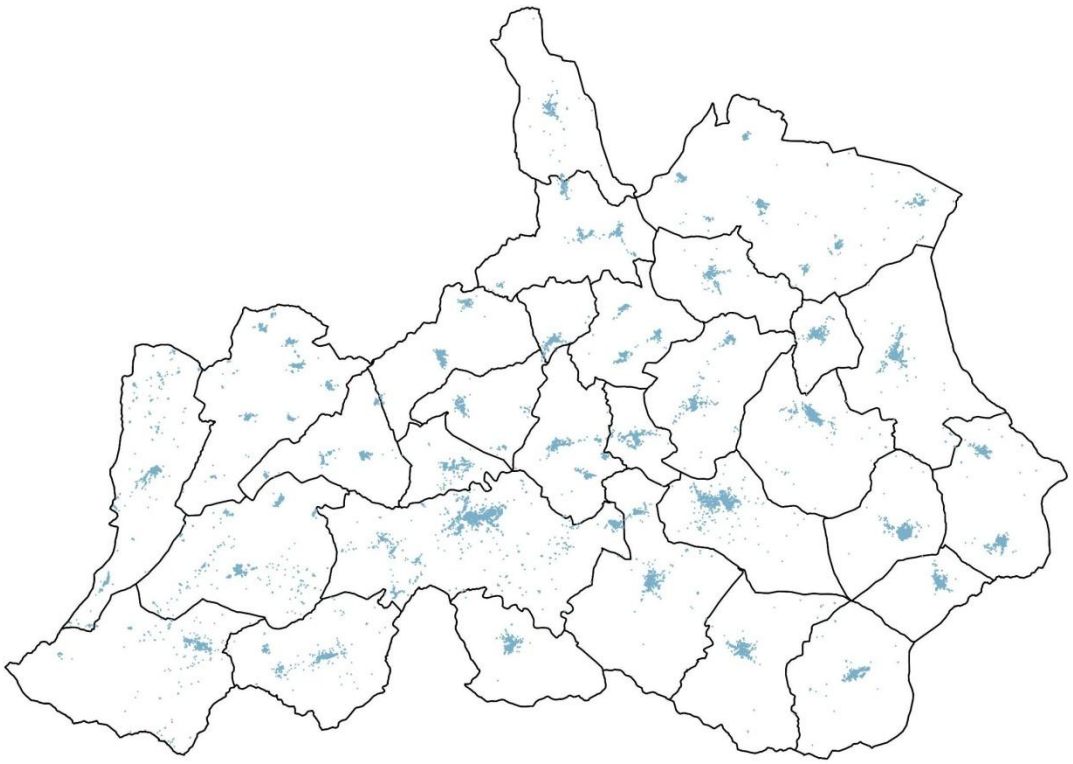
Já o fator relevo terá desempenhado um papel mais dicotómico na fixação das populações: se por um lado as zonas mais altas, escarpadas ou inacessíveis apresentavam dificuldades ao estabelecimento humano e à implantação das suas construções, razões estratégicas, como a necessidade de proteção, conduziram frequentemente à colonização dessas zonas.

Assim, a procura de áreas mais ou menos elevadas, ou mais ou menos declivosas, variou com o tempo e com a estabilidade política da região, podendo dizer-se que, de forma geral, os povoamentos situados em zonas mais altas e de acessos difíceis, são mais antigos, e resultam, em grande medida, das primeiras colonizações medievais[1] e dos primeiros territórios feudais. Por outro lado, os aglomerados de desenvolvimento mais recente ocuparam, preferencialmente, zonas mais planas e baixas, onde a fixação das populações foi mais favorável. A primeira situação está perfeitamente espelhada nas aldeias históricas do concelho (Alfaiates, Vilar Maior, Vila do Touro e Sortelha) e no centro histórico da própria cidade do Sabugal, enquanto a segunda é particularmente evidente na zona ocidental do concelho (que pelo facto de ser declivosa e montanhosa levou as populações a fixarem-se nos vales onde era mais fácil edificar), e em toda a zona norte, oriental e central onde o relevo é bastante mais suave, o que, por não constituir uma barreira física, levou ao desenvolvimento dos maiores aglomerados do concelho (incluindo o Sabugal e o Soito, bem como a maior parte das sedes de freguesia da zona, que são, em geral, de maiores dimensões do que as que se localizam a Poente).

[1] Embora possam ter tido origem anterior, nomeadamente nos povoados castrejos, o grande desenvolvimento dos mais antigos aglomerados dos concelho deu-se na Idade Média, especialmente a partir da reconquista cristã e aquando da definição dos limites fronteiriços do país.

Apesar da grande maioria da população se distribuir essencialmente pelos aglomerados do concelho, sendo relativamente raras as situações de construções dispersas, o povoamento existente não apresenta as características típicas de um povoamento concentrado (pelo menos nos moldes que se verificam no Sul do país). Isto porque existe um grande número de povoados, sendo que, muitas vezes, estes se encontram relativamente próximos. Esta realidade é particularmente sentida na parte ocidental do concelho, já que a Oriente a densidade de aglomerados é bastante menor (frequentemente apenas um aglomerado por freguesia) e estes apresentam maiores dimensões.

Figura 5: Rede Urbana do Concelho do Sabugal



Apesar de ser comum afirmar-se que no concelho do Sabugal estão presentes cerca de 100 povoações, para evitar critérios subjetivos, e para efeitos do presente documento, **apenas se considerou como aglomerado (ou povoação) um conjunto de 15, ou mais, edificações, minimamente próximas.**

Assim, a população do concelho distribui-se por 75 aglomerados[2], sendo que, destes, apenas o Sabugal e o Soito tinham, em 2011, mais de 1000 habitantes. Estes dois aglomerados, não obstante serem, indubitavelmente, os mais importantes do concelho, reuniam apenas 25 % da população, o que, apesar de ser uma percentagem significativa do total concelhio, é bastante inferior a outros concelhos do interior que geralmente concentram nos seus principais aglomerados (nomeadamente na sede do concelho) uma percentagem bastante maior do total da população. No caso do Sabugal, esta dispersão populacional explica-se pela existência de um elevado número de aglomerados urbanos de dimensão relativamente considerável, que absorvem quantitativos populacionais assinaláveis. Refira-se, a título exemplificativo, que, em 2001, existiam, no Sabugal, 20 povoados com uma população entre os 200 e os 500 habitantes e 14 com uma população entre os 100 e os 200 habitantes.

A perda de população continuada a que se tem assistido, contrariada apenas, na última década censitária, pelas freguesias de Rebolosa, Ruivós e Aldeia de Santo António (neste último caso, essencialmente, em virtude do crescimento do Bairro da Ponte, no Sabugal), tem afetado sobremaneira os aglomerados rurais, com forte incidência nas suas zonas mais centrais onde algumas construções deixaram de ter as desejáveis condições de habitabilidade, provocando a sua desertificação progressiva e o abandono de diversos edifícios que detinham funções habitacionais ou que suportavam as atividades de subsistência da população.

A disposição dos aglomerados muitas vezes não obedece a nenhuma regra de estruturação urbana específica, desenvolvendo-se geralmente em torno de fortificações (especialmente no caso dos aglomerados históricos), de igrejas ou de praças, tanto de forma radial, como concêntrica, e com características orgânicas. Os núcleos antigos, de estrutura concentrada, formaram-se pela justaposição sucessiva de edifícios sem qualquer organização premeditada, dando origem a ruas, ruelas e largos de traçado irregular. A única exceção a esta regra parece ser a aldeia de Alfaiates que apresenta um traçado urbanístico de padrão geométrico assente numa Rua Direita (típica dos aglomerados medievais) e numa teia de ruas perpendiculares e paralelas a esta.

[2] Abitureira, Água da Figueira, **Águas Belas**, Alagoas, Aldeia da Dona, **Aldeia da Ponte**, **Aldeia da Ribeira**, **Aldeia de Santo António**, **Aldeia do Bispo**, **Aldeia Velha**, **Alfaiates**, Amiais, Arrifana, Azenha, **Badamalos**, **Baraçal**, Batocas, **Bendada**, **Bismula**, Caldeirinhas, Cardeal, Carvalhal, **Casteleiro**, **Cerdeira do Coa**, Dirão da Rua, Escabralhado, Espinhal, **Foios**, **Forcalhos**, **Lageosa**, Lameiras de Baixo, Lameiras de Cima, **Lomba**, **Malcata**, Martim Pega, **Moita**, Monte Novo, **Nave**, Ozendo, **Penalobo**, Peroficós, Pouca Farinha, **Pousafoles do Bispo**, **Quadrazais**, Quarta Feira, Quinta das Vinhas, Quinta do Monteiro, Quinta dos Clérigos, **Quintas de São Bartolomeu**, **Rapoula do Coa**, Rebelhos, **Rebolosa**, Redondinha, **Rendo**, **Ruivós**, **Ruvina**, **Sabugal**, **Santo Estevão**, **Seixo do Coa**, Sobreira, **Soito**, **Sortelha**, Terreiro das Bruxas, Torre, Trigais, Urgueira, **Vale das Éguas**, Vale de Escaleira, **Vale de Espinho**, Vale Mourisco, Valongo, **Valongo do Coa**, **Vila Boa**, **Vila do Touro** e **Vilar Maior**.

Em virtude das características predominantemente rurais do concelho, muitos dos aglomerados são bastante rústicos, apresentando, na maior parte dos casos, aspetos comuns que se podem resumir numa estrutura desordenada, que resultou de um desenvolvimento espontâneo, ora em torno do largo principal, ora em torno da igreja. A sua expansão fez-se sobre as vias de comunicação, ou, noutras situações, materializou-se sobre encostas mais suaves, sobre zonas planálticas ou junto a margens de linhas de água. As habitações são, maioritariamente, unifamiliares e os edifícios, nas zonas mais antigas, surgiram de forma espontânea e linear, permitindo o desencadear de arruamentos, que surgem estreitos e sinuosos, numa adaptação ao cadastro e à topografia, embora salvaguardando os terrenos com melhor aptidão agrícola.

Os materiais de construção utilizados encontram razão de ser nas características geológicas e matérias primas existentes na região, destacando-se, naturalmente, o predomínio do granito e do xisto, consoante as zonas acima referidas.

As zonas de expansão, desenvolveram-se, naturalmente, na periferia dos aglomerados, em torno dos conjuntos urbanos originais ou ao longo dos arruamentos e vias mais importantes, de forma geralmente dispersa. No entanto, parte das construções novas, surgem no interior da estrutura urbana, associadas ao processo de renovação urbana, o que, em algumas situações, contribuí para a descaracterização dos aglomerados, tanto pela introdução de linguagens arquitetónicas importadas e distintas das locais, como pela utilização de materiais desadequados. Este aspeto predomina um pouco por todo o concelho, e está, de alguma forma, intimamente ligado ao elevada peso que a emigração assumiu até à década de 70.

1.2.2. Dinâmica Construtiva e Estado de Conservação

O estado de conservação dos aglomerados não depende somente das condições de habitabilidade dos edifícios, mas também da qualidade estética do conjunto em que se inserem. Paradoxalmente, a melhoria nas condições de habitabilidade conduz, por vezes, à destruição arquitetónica de alguns núcleos primitivos dentro dos aglomerados. No concelho de Sabugal, esta situação assumiu algum significado em determinados aglomerados sujeitos a maior pressão construtiva, tendo-se procurado, nos últimos anos, corrigir esta tendência.

Como já se referiu, em alguns casos, os núcleos mais antigos têm vindo a ser abandonados, ficando os edifícios votados ao abandono. É necessário implementar medidas que permitam inverter esta tendência, promovendo a recuperação destes imóveis, à luz dos parâmetros e das necessidades atuais, pois só assim se poderá evitar o abandono das zonas antigas e a redução da ocupação em áreas periféricas.

Parte das edificações novas localizam-se, tendencialmente, nas zonas envolventes ao conjunto urbano, ao longo dos eixos viários, ou em alguns casos, como já se mencionou, em zonas centrais, correspondendo a operações de renovação urbana.

O estado de conservação dos edifícios é de difícil caracterização pois existem, pelo menos, duas situações distintas: a parte mais antiga dos aglomerados, muitas vezes decadente e com construções votadas ao abandono, e as zonas de expansão (quando existem) com edifícios de construção recente e em melhor estado de conservação. Refira-se que, na primeira situação, e em alguns casos, têm crescido os esforços de recuperação dos edifícios mantendo as suas características originais.

Fotografia 1: Casario tradicional abandonado (Lameiras de Cima - Pousafoles do Bispo)

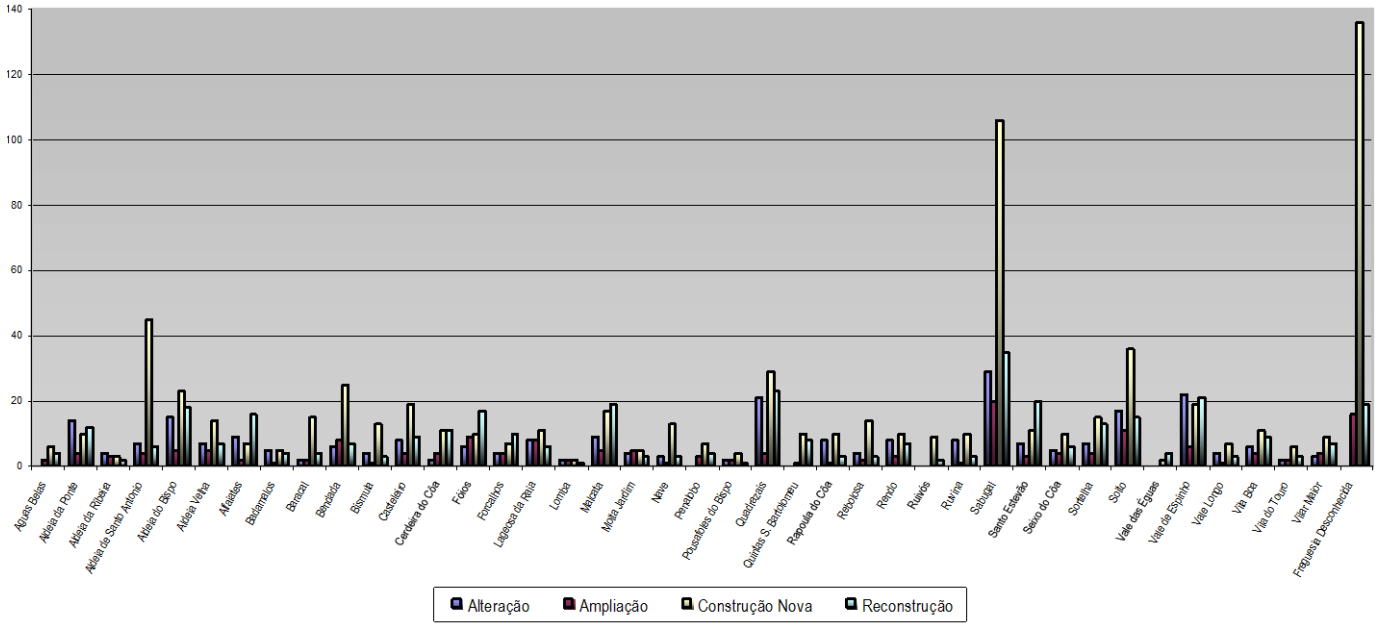


Fotografia 2: Casa típica recuperada (Penalobo)



Procurou-se efetuar uma análise dos dados relativos às **intervenções efetuadas sobre o edificado**, entre 1993 e 2003, tendo sido feita a distinção dos dados por ano e freguesia. Foram considerados dados existentes na Câmara Municipal que também incluem informação obtida diretamente junto dos proprietários. No gráfico seguinte apresentam-se os dados relativos ao n.º de edifícios concluídos entre janeiro de 1993 e novembro de 2003, para cada uma das freguesias.

Figura 6: N.º Edifícios Concluídos, entre janeiro de 1993 e novembro de 2003, por freguesia



Fonte: Estatísticas da Construção de Edifícios.

Uma análise simples ao gráfico representado na Figura 6 permite destacar as Construções Novas como o tipo de intervenção mais comum em grande parte das freguesias. Como é natural, as freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, por englobarem o núcleo urbano da sede do concelho, são aquelas em que o número de Construções Novas apresenta maior expressão. Situação oposta viveram as freguesias de Águas Belas, Aldeia da Ribeira, Alfaiates, Badamalos, Forcalhos, Lomba, Moita, Penalobo, Pousafoles do Bispo, Ruivós, Vale das Éguas, Valongo, Vila do Touro e Vilar Maior, que, neste período de 10 anos, registaram um total de construções novas inferior a 10, o que, por si só, é sintoma de uma certa estagnação e de fraca dinâmica[3]. Realce, ainda para as freguesias de Aldeia da Ponte, de Alfaiates, de Foios, da Malcata, de Santo Estevão e de Vale de Espinho, onde o número de Reconstruções verificadas ultrapassou o de Construções Novas.

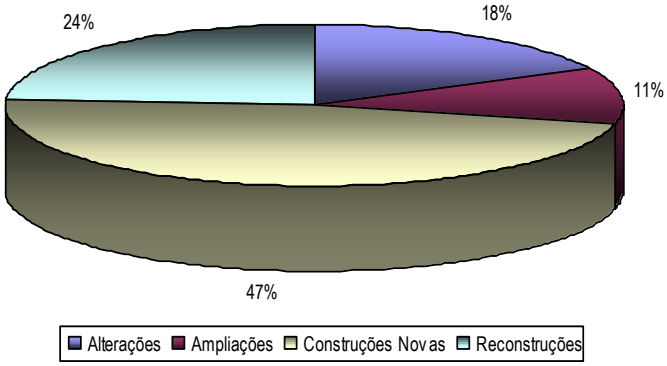
Se excluirmos as intervenções ocorridas em lugar incerto, verifica-se que a freguesia do Sabugal, com quase 14% do total de intervenções ocorridas, é, como seria de esperar, a freguesia com maior dinâmica construtiva. Mais atrás nesta estatística, aparece a freguesia do Soito (com pouco menos de 6% do total de intervenções) e a freguesia de Quadrazais (com cerca de 5,6%). As restantes freguesias contribuem de forma bastante equilibrada (e por isso relativamente discreta) para os totais concelhios, com exceção para algumas freguesias muito pouco dinâmicas,

[3] Ressalva-se, naturalmente, que as construções registadas em freguesias não identificadas possam ter ocorrido em algumas destas freguesias. Contudo, não é provável que este facto altere significativamente a realidade descrita.

correspondentes, quase na totalidade, àquelas que apresentam um número muito baixo de novas construções, já referidas em cima.

A nível concelhio, e durante o período em análise, as Construções Novas representaram 47% das intervenções efetuadas, as Reconstruções 24%, as Alterações 18% e as Ampliações 11%. Assim, as Construções Novas são responsáveis pela grande fatia do total de intervenções, apesar de, nos últimos anos, se ter vindo a registar um crescimento do peso das Reconstruções, que em 2003 chegaram mesmo a ultrapassar o número de Construções Novas. Relativamente a este assomar do número de Reconstruções, se por um lado é um sinal positivo de que tem crescido a preocupação com o património já edificado, por outro, deve ser acompanhado pelos Serviços Camarários, já que, não raras vezes (e à semelhança do que também acontece com as Ampliações e as Alterações) estas intervenções estão associadas à introdução de linguagens dissonantes nos edifícios alvo da intervenção.

Figura 7: Peso de cada tipo de intervenção no total de intervenções ocorridas (1993-2003)



Fonte: Estatísticas da Construção de Edifícios.

1.2.3. Evolução Urbanística dos Aglomerados e Tipologias Arquitetónicas

A este nível far-se-á uma análise da estrutura urbana dos aglomerados, particularmente da sua evolução recente, identificando a posição de cada núcleo face às redes urbana e viária e identificando, sempre que possível, as áreas preferenciais de ocupação.

A estrutura urbana dos diversos aglomerados que constituem o concelho é, geralmente, semelhante, possuindo todos eles um núcleo mais antigo perfeitamente identificável e uma malha urbana bastante característica da época e das condições da sua formação, tal como foi já referido anteriormente.

Em geral, as habitações são moradias unifamiliares, implantadas em lotes de pequenas dimensões, o que dificulta o processo de requalificação dos núcleos originais, pelo facto de não possuírem áreas compatíveis com as necessidades atuais.

No concelho encontram-se, essencialmente, quatro tipologias de construção distintas. A primeira, correspondente à **casa tradicional**, característica de uma arquitetura popular. Na maior parte das aldeias é possível admirar e identificar vestígios intactos desta arquitetura popular, caracterizada pela simplicidade e rudeza da linguagem, utilizando os materiais locais - granito e xisto. São, geralmente, pequenas casas, de um ou dois pisos, onde se destacam, neste último caso, os balcões alpendrados.

Fotografia 3: Casa tradicional de 1 piso (Sortelha)



Fotografia 4: Casa tradicional de 2 pisos e balcão alpendrado (Água da Figueira - Penalobo)



Como segunda tipologia, tem-se a **moradia unifamiliar**, correspondente, na maioria dos casos, a construções relativamente recentes, localizadas nas zonas envolventes ao núcleo antigo, ou mesmo, no centro das povoações, resultantes de um processo de renovação urbana e/ou de preenchimento.

Esta tipologia, que está associada ao crescimento dos aglomerados, conduz, em alguns casos, à sua descaracterização, tanto pelo uso materiais dissonantes, como pela utilização de linguagens arquitetónicas distintas das do local em que se insere. O sistema construtivo utilizado é quase sempre baseado no betão armado.

Os edifícios aparecem isolados ou em banda, e são, frequentemente, inestéticos quanto à sua forma, volumetria e imagem. Começaram a surgir, sensivelmente, a partir de 1960, correspondendo, em muitos casos, a casas contruídas por emigrantes retornados, com arquitetura desenquadrada do padrão típico da zona.

São de referir também os edifícios de **habitação coletiva**, com 3 ou mais pisos, que surgem com particular incidência na cidade do Sabugal, e quase sempre resultantes de intervenções efetuadas na segunda metade do século XX.

Fotografia 5: Moradias uifamiliares em banda - Torre (Sabugal)



Fotografia 6: Edifícios de habitação coletiva (Sabugal)



Por último, uma referência às diversas **casas senhoriais**, **solarengas** e **brasonadas**, que surgem espalhadas um pouco por todo o território concelhio, algumas integradas na estrutura urbana dos aglomerados, outras disseminadas pelo espaço rural, em quintas. Estas são características de uma arquitetura tradicional mais erudita, e correspondem a moradias de famílias nobres ou importantes. Distinguem-se pela sua dimensão, pelo acabamento, pelos materiais que empregam e pela forma como são trabalhados, por exemplo pelo trabalho da pedra nas cantarias, nos cunhais, nos embasamentos e nas cornijas. Atualmente, parte destes imóveis encontra-se abandonados ou sem qualquer tipo de uso, ou em situação precária em virtude de utilizações pouco dignas ou de intervenções que têm sido levadas a cabo.

A exploração turística, que já vem ocorrendo em algumas situações, assim como a atribuição de outros tipos de uso (nomeadamente institucionais), poderão constituir formas de promover a sua salvaguarda e o desenvolvimento turístico do concelho. De uma forma ou de outra, é importante que se intervenha, caso contrário perder-se-ão valores patrimoniais importantes.

Concluindo, pode-se dizer que os aglomerados, na generalidade, apresentam uma imagem de contraste entre a casa tradicional e a moradia unifamiliar de linguagem tantas vezes dissonante face ao contexto em que se insere. É importante focar, uma vez mais, o gradual abandono a que têm sido votados alguns edifícios tradicionais e nobres destes núcleos.

De seguida, e em resultado dos trabalhos de campo efetuados, da análise do PDM em vigor, dos dados fornecidos pela Autarquia relativos às intervenções sobre o edificado (já referidos anteriormente) e dos Censos de 1991 e de 2001, pretende-se efetuar uma breve abordagem dos principais aspetos que caracterizam a estrutura urbana de cada aglomerado e a sua evolução, assim como identificar, sempre que possível, as alterações mais significativas verificadas nestes últimos anos, sob a vigência do Plano Diretor Municipal.

Águas Belas

A freguesia de Águas Belas está situada a Noroeste do Sabugal, distando a sua sede menos de 10 km desta cidade. A sua fronteira oriental é em grande medida definida pela EN 233, que segue para Norte em direção ao concelho da Guarda. A origem do topónimo parece estar em Águas Velas, e está relacionado com a partilha e a divisão das águas, devido à sua escassez.

Fotografia 7: Águas Belas - Rua



Fotografia 8: Espinhal - Capela e Largo de São Marcos



A freguesia inclui, para além da sede - Águas Belas -, os aglomerados de Espinhal, Quinta dos Clérigos e Vale Mourisco.

O aglomerado de **Águas Belas** está situado entre duas linhas de água de fraca expressão, mas que são suficientes para criar zonas húmidas na sua envolvente. Os edifícios têm, na generalidade, 2 a 3 pisos, estando estes últimos mais concentrados nas zonas de expansão. O núcleo antigo do aglomerado, inicialmente de traçado orgânico, expandiu-se para Norte em direção ao cruzamento da EM 563-2 com a 542-2. A Nordeste do núcleo central, em direção ao Espinhal existe um segundo núcleo de edificações mais recentes.

Este aglomerado tem verificado muito fraca dinâmica construtiva. De facto, de acordo com os resultados dos Censos, entre 1991 e 2001, deu-se uma diminuição de 13,1% no número de edifícios, e em matéria de intervenções em edifícios (ampliações, construções novas, remodelações e alterações), entre 1993 e 2003 apenas ocorreram 12. No entanto, no último período censitário, entre 2001 e 2011, o indicador registou um acréscimo de 1,8%.

Os aglomerados de **Espinhal**, **Quinta dos Clérigos** e **Vale Mourisco** têm todos um traçado orgânico, tendo-se expandido a partir de um núcleo inicial de características rústicas, e onde é regra a presença de uma pequena igreja ou capela. Em Vale Mourisco tem-se assistido a uma expansão recente do aglomerado a oriente do núcleo original, contiguamente à EN 233.

Aldeia da Ponte

A freguesia de Aldeia da Ponte faz fronteira a Leste com Espanha. É atravessada, de Sul para Norte, pela Ribeira de Aldeia da Ponte, afluente da margem direita do Coa, e a sede, com o mesmo nome, é a única aldeia existente.

Fotografia 9: Aldeia da Ponte - Vista a partir da Ribeira



Na povoação de Aldeia da Ponte, que dista 24 km do Sabugal, intersetam-se as EN 233-3 e EN 332, que efetuam a ligação ao Sabugal e a Vilar Formoso, respetivamente. Esta desenvolveu-se, essencialmente, a Norte da Ribeira de Aldeia da Ponte (na sua margem direita), ao longo da EM 535, a partir de um núcleo original situado junto à Igreja Matriz. Posteriormente, a aldeia cresceu para Norte, orientando-se agora esta expansão tanto pela EM 535, como pela EN 322. Desta forma, a estrutura urbana do aglomerado, que inicialmente apresentava um traçado orgânico, começou a desenvolver-se linearmente ao longo destas duas vias, até às imediações daquilo que constitui hoje a praça de touros, no extremo Norte da aldeia.

Os seus edifícios apresentam, maioritariamente, 1 ou 2 pisos, sendo poucos os exemplos de edifícios com 3 pisos. No núcleo histórico predomina o edificado tradicional com as casas de 1 e 2 pisos em granito, enquanto no restante aglomerado são mais comuns os edifícios rebocados e com estrutura em betão.

A aldeia encontra-se, de forma geral, bem preservada e bem equipada, denotando-se alguma preocupação na recuperação das casas de acordo com os padrões tradicionais.
As mais recentes expansões têm-se verificado ao longo da EN 322 (de ambos os lados desta estrada), a Norte do cemitério e a sul da Ribeira.
Entre 1993 e 2003 houve um total de 40 intervenções no edificado, mas só 10 corresponderam a construções novas. No global, e de acordo com os Censos 2011, entre 2001 e 2011, houve um acréscimo (de 3,3%) no número de edifícios do aglomerado.

Aldeia da Ribeira

Situada na margem direita da Ribeira de Cesarão (daí derivando o seu nome), a freguesia de Aldeia da Ribeira faz fronteira a Leste com Espanha e a Norte com o concelho de Almeida.
Para além da sede de freguesia - Aldeia da Ribeira - localizada em posição elevada, sobre um outeiro de grande altitude, cheio de penhascos, a freguesia engloba ainda os aglomerados de Batocas e Escabralhado.

A povoação de **Aldeia da Ribeira**, de traçado orgânico, localiza-se na margem direita da Ribeira da Aldeia da Ponte, sendo atravessada pela EM 534-1. O aglomerado apresenta uma estrutura bastante compacta, onde o núcleo original, situado do lado direito da referida via (no sentido Sul-Norte) acima da Igreja Matriz, nas proximidades da torre do relógio, se confunde com as áreas de expansão subsequentes. Não existe, por isso, aparentemente, qualquer tendência de linearização nítida do aglomerado, o que contribui para a boa organização espacial que apresenta. No seu parque edificado predominam os edifícios de 2 pisos, embora o número de edifícios de 1 e 3 pisos também seja assinalável.

Fotografia 10: Aldeia da Ribeira - Vista do aglomerado



A Sul da Ribeira da Aldeia da Ponte, no cruzamento da EM 534-1 com a EM 534, numa área totalmente destacada do aglomerado, tem-se verificado, recentemente, a construção de alguns edifícios, pelo que parece ser esta a zona com maior pressão construtiva da zona.

Relativamente a **Batocas** e **Escabralhado,** importa apenas referir que se tratam de pequenos aglomerados bastante isolados, e com alguns problemas de degradação dos edifícios em resultado da perda de população. Em Batocas a zona central do aglomerado espelha bem esta problemática. Em Escabralhado destaca-se a existência de uma interessante envolvente paisagística no seu limite sul, em virtude da presença de uma linha de água e de um antigo souto.

Fotografia 11: Escabralhado - Largo da Igreja



A freguesia teve um crescimento modesto (4,8%) no número de edifícios entre 1991 e 2001, tendo-se assinalado, entre 1993 e 2003, um total de 12 intervenções, das quais apenas 3 disseram respeito a novas construções.

Aldeia de Santo António

A freguesia de Aldeia de Santo António faz fronteira a Sudeste com o concelho de Penamacor, e, apesar da sua sede distar 4 km do Sabugal, parte da freguesia (nomeadamente o Bairro da Ponte) está englobada na cidade do Sabugal. Para além da sede de freguesia e do Bairro da Ponte, há a assinalar a presença dos aglomerados de Alagoas, Amiais e Urgueira.

Fotografia 12: Aldeia de Santo António - Rua



A **Aldeia de Santo António** situa-se numa zona muito baixa, tendo-se desenvolvido entre duas linhas de água, o que lhe concede uma envolvente paisagística muito húmida, especialmente no inverno. A povoação desenvolveu-se a partir de um pólo inicial, que atualmente ocupa a zona Sul do aglomerado, e expandiu-se para Norte, ao longo da EM 542-1 (estrada que vai entroncar na EM 542 que liga o Sabugal a Sortelha, e que separa a Aldeia de Santo António da Urgueira, situada a Norte desta) assumindo um caráter linear. São dominantes os edifícios com 2 e 3 pisos, que vão perdendo as suas características tradicionais à medida que se afastam do centro.

Fotografia 13: Amiais - Vista aglomerado



Os aglomerados de **Alagoas, Amiais** e **Urgueira** caracterizam-se também por se situarem em zonas muito húmidas onde a presença de linhas de água marca a paisagem envolvente (como, aliás, os dois primeiros topónimos sugerem explicitamente). Alagoas e Urgueira têm registado nos últimos tempos uma tendência para um crescimento linear ao longo das vias municipais que as servem, a partir de um núcleo primitivo que em Alagoas não está bem definido. Amiais apresenta uma estrutura mais orgânica e concentrada. Em todos os casos predominam os edifícios de 1 e 2 pisos.

Em consequência do crescimento do Bairro da Ponte a freguesia registou um crescimento de 24,2% no número de edifícios, entre 2001 e 2011, e foi a que mais construções novas registou entre 1993 e 2003 (num total de 45).

Aldeia do Bispo

Esta freguesia faz fronteira a Leste com Espanha, e a sua sede dista cerca de 28 km do Sabugal.

Fotografia 14: Aldeia do Bispo – zona central do aglomerado com uma das pontes ao fundo



O único aglomerado urbano existente é precisamente a sede de freguesia com o mesmo nome, aldeia caracterizada pela existência de diversas pontes e chafarizes no seu interior em virtude de ser atravessada por inúmeras linhas de água. Aldeia do Bispo apresenta uma estrutura orgânica na parte mais antiga da povoação (localizada a centro/sul do mesmo), que foi sendo, progressivamente, substituída por um desenvolvimento apoiado em infraestruturas viárias que permitiu uma expansão do aglomerado para Sul, para Norte e para leste. As expansões mais recentes têm-se registado nesta duas últimas direções. A imagem do aglomerado é pouco atrativa, existindo muitos edifícios dissonantes do quadro rústico presente em parte da zona antiga, não existindo preocupações de manutenção de uma estrutura que privilegie o conjunto edificado, estando patente alguma anarquia na ocupação do espaço. Os edifícios presentes têm todos entre 1 e 3 pisos, com predomínio marcado dos de 2 (cerca de 80% do total).

O aglomerado registou uma interessante dinâmica construtiva na década 91-01 com um crescimento no número de edifícios de 24,1%, e com 61 intervenções ocorridas entre 1993 e 2003, das quais 23 foram construções novas (dados da Câmara Municipal), contudo, de acordo com os Censos 2011, a taxa de crescimento dos edifíficios foi negativa (-1,4%).

Aldeia Velha

Esta freguesia, cujo nome deriva do facto da sua sede ser uma antiga povoação (revelado por algumas sepulturas abertas no granito e pelas ruínas do povoado do Sabugal Velho), tem como única povoação a sede com o mesmo nome, que dista cerca de 27 km do Sabugal.

Esta povoação fixou-se na margem direita da Ribeira à qual deu o nome. O seu núcleo original, de génese orgânica, sofreu uma expansão para Oriente apoiada na abertura de algumas vias, que em certas situações (nomeadamente a Sul), permitiram uma estruturação geométrica do aglomerado. Predominam os edifícios de 2 pisos que têm uma expressão no total do parque edificado (cerca de 70%) francamente superior aos de 1 e 3 pisos. Estes apresentam uma disposição extremamente concentrada na parte antiga da aldeia, que se vai dispersando à medida que se caminha para Oriente, começando a aparecer edifícios isolados ou em banda.

Fotografia 15: Aldeia Velha- Vista do aglomerado



Recentemente, tem-se verificado alguma pressão construtiva na margem esquerda da Ribeira de Aldeia Velha, ao longo da Estrada Municipal que conduz a Alfaiates.

Ainda assim, a dinâmica construtiva da povoação foi baixa: entre 1991 e 2001, houve um decréscimo percentual de 2,2% no total de edifícios (Censos 2001), enquanto que, entre 1993 e 2003, foram edificadas apenas 14 novas construções (dados Câmara Municipal), para se inverter o cenário na década 01-11 com um aumento de 10,3% na dinâmica construtiva.

Alfaiates

Alfaiates é uma das mais antigas freguesias do concelho do Sabugal tendo sido sede de concelho até à sua extinção em 1836. A aldeia de Alfaiates, sede de freguesia e único aglomerado da mesma, dista cerca de 19 km do Sabugal e é uma das aldeias históricas do concelho.

O nome da povoação tem origem incerta, e apesar a sua origem etimológica árabe, a povoação, segundo diz uma lenda, ter-se-á chamado Castillo de La Luna.

O principal aspeto que distingue a aldeia de Alfaiates das demais povoações concelhias, e nomeadamente das outras aldeias históricas, reside na sua estrutura urbana de traçado geométrico pouco frequente na época medieval em que surgiu. Observa-se a existência de um eixo central, a Rua Direita, que ligava as duas antigas Portas de Alfaiates, unindo o Castelo - situado a Sul, e que constituía o pólo militar e político da povoação - ao largo onde se situa a Igreja da Misericórdia (antiga Igreja Matriz), o pelourinho e a Casa da Câmara - situado a Norte, e que constituía o pólo religioso e administrativo. Paralelamente à Rua Direita, desenvolveram-se duas outras de menor importância e largura, sendo as três cortadas por vias perpendiculares, formando quarteirões de desenho retangular ou quadrangular. Este conjunto urbano encontrava-se circundado por uma cintura de muralhas, que apesar de desaparecida, deixou o seu efeito delimitador. As construções dominantes eram do tipo beirão tradicional de 2 pisos em granito, em que o acesso ao piso superior se fazia por intermédio de uma escada exterior. Atualmente, são já raros os exemplos puros desta arquitetura popular, uma vez que os edifícios se encontram bastante descaracterizados, quando não deram lugar a novas construções (também elas, na maior parte das vezes, com sérias responsabilidades na descaracterização do conjunto edificado).

Fotografia 16: Alfaiates - Vista aérea, onde é evidente o traçado geométrico do aglomerado



A expansão para a zona extramuros, deu-se essencialmente a Sul, começando na zona imediatamente adjacente ao castelo e seguindo ao longo da EN 322 (em direção a Aldeia da Ponte e Aldeia Velha). Este crescimento deu-se de forma descontínua, baseado em moradias isoladas ou em banda, quase todas de características arquitetónicas totalmente díspares das construções tradicionais, transmitindo uma imagem de dispersão e anarquia.

Bastante mais recentemente, tem-se assistido ao crescimento de um pequeno núcleo edificado junto à EN 233-3, a Ocidente da Ribeira de Alfaiates, algumas centenas de metros antes de se chegar a Alfaiates, vindo da Nave.

Globalmente, a altura dos edifícios varia entre 1 e 3 pisos, com claro predomínio dos edifícios de 2 pisos, que contam por 68% do edificado do aglomerado. Existe um número residual de edifícios de 4 pisos, presentes nas zonas de expansão do aglomerado. Entre 1991 e 2001, a aldeia conheceu um interessante crescimento no número de edifícios que se cifrou nos 13,7%, enquanto que, entre 1993 e 2003, assistiu a um total de 34 intervenções no seu edificado (das quais 16 foram reconstruções e 7 construções novas). O período censisátio 01-11 veio dra continuidade à dinâmica de crecimento construtiva com um aumento de 10,9%.

Badamalos

A freguesia de Badamalos faz fronteira a Norte com o concelho de Belmonte, estando separado deste pelo rio Coa e pela Ribeira de Vilar Maior. É banhada também pelo Ribeiro de Beluiz, que vai engrossando o seu caudal até se encontrar com a Ribeira da Nave e chegar ao Rio Coa.

Fotografia 17: Badamalos - Rua



A aldeia de **Badamalos**, situada num pequeno cabeço, dista 26 km do Sabugal e é estruturada, fundamentalmente, por uma rua que deriva do caminho municipal proveniente de Vilar Maior. Quase todo o edificado da povoação se encontra aglutinado em torno desta rua, à exceção de alguns edifícios, de construção mais atual, situados entre esta rua e o referido caminho municipal, ou mesmo de ambos os lados deste último. Esta parece ser, por excelência, a zona de expansão natural do aglomerado. À semelhança da maior parte das aldeias do concelho, predominam os edifícios de 2 pisos (63%), seguindo-se, em número, os de um único piso, e sendo escassos os de 3. O aglomerado é, em geral, pouco apelativo em termos de imagem global, apesar da existência de alguns edifícios típicos na zona mais antiga (próxima da Igreja Matriz e da torre sineira), parte deles a serem recuperados.

Existe na freguesia um outro aglomerado, a aldeia de **Carvalhal**, que pouco mais é do que um conjunto de casas agrupadas junto ao caminho municipal que liga Bismula a Badamalos e a Vilar Maior.

Fotografia 18: Carvalhal – Largo



A freguesia de Badamalos conheceu uma grande perda de população entre 1991 e 2001 (cerca de 35%), o que se refletiu no baixo número de novas construções (apenas 5) registadas entre 1993 e 2003. Ainda assim, a freguesia conheceu uma variação positiva no número de edifícios entre 1991 e 2001, para a qual contribui, certamente, o aumento de população verificado no aglomerado do Carvalhal, no mesmo período. De acordo com os Censos 2011, a população continuou a decrescer (-3%), e verificou-se uma variação positiva do número de edifícios (7,7%).

Baraçal

Localizada a Norte do Sabugal, e limitada a Oriente pelo rio Coa, a freguesia de Baraçal engloba, para além da sua sede - a aldeia do Baraçal, que dista 8 km do Sabugal -, o aglomerado de Quinta das Vinhas.

Fotografia 19: Baraçal - Rua



A aldeia de **Baraçal**, situada junto à estrada de ligação a Vila do Touro, é constituída por dois núcleos dispostos mais ou menos perpendicularmente a esta, separados por uma linha de água com uma zona adjacente bastante notória. Ambos os núcleos se desenvolveram orientados por uma rua principal, encontrando-se o edificado concentrado ao longo destas. A aldeia tem-se expandido para Sul e para Norte destes núcleos, onde o povoamento é mais disperso, e constituído, fundamentalmente por moradias unifamiliares. Globalmente, os edifícios apresentam 1, 2 e 3 pisos, com predomínio das duas primeiras tipologias, que, em conjunto, perfazem 98% do parque edificado.

Relativamente ao aglomerado de **Quinta das Vinhas**, trata-se, basicamente, de um aglomerado de características tradicionais com uma disposição concentrada, localizado no Sul da freguesia.
A freguesia registou um aumento relativo do número de edifícios de 19,5%, entre 2001 e 2011, apesar da perda de cerca de 22% da população.

Bendada

Situada no extremo ocidental do concelho, em zona de relevo acidentado, a freguesia de Bendada faz fronteira a Ocidente com o concelho de Belmonte e a Norte com o concelho da Guarda.

A sua sede - a aldeia de **Bendada** que dista 23 km do Sabugal -, desenvolveu-se nas faldas de um elevado monte, integrado nas serranias de Penalobo, de onde domina uma vasta planície. A morfologia urbana é de cariz orgânico, sustentada por algumas vias irregulares que ligam largos onde se situam alguns elementos marcantes (nomeadamente a Igreja Matriz, o coreto e algumas capelas). A expansão mais recente tem-se verificado, essencialmente, a Oeste do centro antigo, a partir de algumas ruas abertas com esse propósito ocupadas por moradias (a maioria das quais, isoladas). A altura dos edifícios existentes na aldeia varia entre 1 e 4 pisos (embora sejam poucos os representantes deste último grupo), sendo que, mais de metade (58%) possui 2 pisos. Há ainda a destacar a existência de um edifício de 5 pisos.

Fotografia 20: Bendada - Vista



Para além da sede, a freguesia de Bendada engloba ainda os aglomerados de **Quinta do Monteiro**, **Rebelhos** e **Trigais**. O primeiro é um aglomerado de muito pequena dimensão (com pouco mais de 20 edifícios), localizado numa zona muito isolada onde a componente paisagística assume um papel fundamental no seu enquadramento. Rebelhos e Trigais são aglomerados de maiores dimensões, com algumas construções mais recentes que as existentes nos aglomerados anteriores, importando salientar que o primeiro apresenta uma estrutura totalmente linear, apoiada na estrada de ligação à EN 18-3.

Referência ainda para os lugares[4] de Quinta do Souto, Quinta da Ribeira, Quinta de Santo António e Quinta do Ribeiro de características semelhantes ao aglomerado de Quinta do Monteiro, e que ocupam locais mais ou menos isolados, apresentando envolventes paisagísticas muito interessantes.

A freguesia é uma das que apresenta um maior parque edificado com um total de 604 edifícios em 2011, o que representa um crescimento de 13,5% relativamente ao número de edifícios existentes em 2001. De um total de 46 intervenções urbanísticas verificadas entre 1993 e 2003, 25 corresponderam a novas construções, o que no contexto do concelho se pode considerar bastante significativo.

Bismula

Em Bismula, a única povoação existente é a sede de freguesia.

Fotografia 21: Bismula - Vista da entrada do Sabugal



Outrora denominada Rasa, a aldeia de Bismula dista cerca de 20 km da sede do concelho, e situa-se em lugar elevado, proporcionando admiráveis paisagens a quem a visita. A zona central do aglomerado, de morfologia orgânica, localiza-se junto à EM 567, e as zonas de expansão mais recente desenvolvem-se ao longo desta via, para Sul, em direção a Aldeia da Dona, e para Leste, em direção a Vilar Maior. Os edifícios apresentam um número máximo de 3 pisos, existindo uma clara preponderância dos de 2 pisos, que representam mais de 80% do parque edificado da aldeia. O edificado tradicional que povoa grande parte da zona antiga, encontra-se num estado de conservação bastante precário.

Entre 2001 e 2011, houve um decréscimo de -23,7% no número de edifícios, para o qual muito terão contribuído as 13 novas construções erigidas entre 1993 e 2003.

[4] Que não reúnem o número mínimo de edifícios estabelecidos para serem considerados povoações.

Casteleiro

A maior freguesia do concelho (com uma área de 43,7 km^2), é também aquela que mais fronteiras faz com os concelhos vizinhos. Situada no extremo sudeste do concelho, faz fronteira a Sudeste com o concelho de Penamacor, a Sul com o concelho do Fundão e a Sudoeste e Oeste com o concelho de Belmonte.

Fotografia 22: Casteleiro - Casario tradicional no centro da aldeia



A aldeia de Casteleiro - sede de freguesia -, dista cerca de 20 km do Sabugal e localiza-se junto à EN 18-3. Expandiu-se ao longo desta via, a partir de um núcleo original que presentemente ocupa uma posição mais ou menos central relativamente ao aglomerado. Um segundo núcleo mais concentrado formou-se a Ocidente, tendo aí sido implantados os principais equipamentos da aldeia. A aldeia apresenta, há muito, uma tendência para se linearizar ao longo da EN 18-3, expressa, essencialmente, pela construção de moradias unifamiliares. As edificações apresentam um número máximo de 3 pisos, constituindo a única exceção um edifício que apresenta 4 pisos. Do total de edifícios, 93% apresentam 1 ou 2 pisos.

Entre 1993 e 2003, foram levadas a cabo 40 intervenções no parque edificado da freguesia (a esmagadora maioria na respetiva sede), de onde se destacam 19 novas construções e 9 recuperações, que certamente terão contribuído para o crescimento de 8,2% no número de edifícios entre os anos de 2001 e 2011.

Apesar de não terem sido considerados como aglomerados urbanos para efeitos da presente análise, interessa fazer uma referência aos lugares de Valverdinho e de Santo Amaro. O primeiro trata-se de um aglomerado isolado de cariz tradicional com muitos edifícios rústicos, que se destacam pela sua homogenia e algum bucolismo, onde se destaca uma antiga capela ligeiramente sobreelvada relativamente ao restante casario. O segundo apresenta a morfologia de uma quinta, onde se destaca um edifício principal mais erudito, que, conjuntamente com outros que com ele se alinham de forma mais ou menos perpendicular, forma uma espécie de pátio, que terá constituído um espaço privilegiado de reunião e convívio. Ambos os lugares

apresentam características que poderiam ser promovidas através do seu aproveitamento turístico.

Fotografia 23: Valverdinho



Fotografia 24: Santo Amaro



Cerdeira

Situada no extremo norte do concelho, a freguesia de Cerdeira do Coa faz fronteira a Oeste com o concelho da Guarda e a Leste com o concelho de Almeida. A aldeia de Cerdeira do Coa (sede de freguesia) e o aglomerado de Redondinha são os dois núcleos urbanos que se destacam na freguesia.

Cerdeira do Coa, situada nas margens do rio Noemi, e distando 22 km do Sabugal, tornou-se ao longo do século XX, uma das mais importantes povoações do concelho, muito à conta da chegada da linha de caminho de ferro, que acarretou um conjunto de transformações económicas essenciais para o desenvolvimento da freguesia.

Fotografia 25: Cerdeira do Coa - Vista a norte do Coa



O rio e a linha de comboio são dois elementos que marcam profundamente a estrutura e a paisagem do aglomerado, sendo possível caracterizá-lo em função da sua localização a Norte ou a Sul do rio, ou da linha de comboio. Assim, no global, a zona norte é mais antiga e de povoamento mais concentrado, e integra o núcleo original, bem como as construções mais marcantes da aldeia (Igreja Matriz, torre sineira, etc.), enquanto a zona sul é de origem mais recente e a sua expansão está intimamente ligada à linha de caminho de ferro. Em ambos os casos o desenvolvimento parece ter ocorrido de forma orgânica, sem quaisquer orientações delineadores.

O conjunto edificado de Cerdeira do Coa não foge à regra relativamente ao que se verifica na maior parte das povoações do concelho, apresentando um número de pisos que varia entre 1 e 3, sendo 2 a tipologia dominante.

O pequeno aglomerado de **Redondinha**, situado na fronteira da freguesia com a freguesia de Seixo do Coa, muito próximo de Peroficós, apresenta características bastante rústicas, nomeadamente um conjunto edificado de cariz tradicional, e, ainda, relativamente bem preservado, que pode ser promovido através do seu aproveitamento turístico.
Entre 1993 e 2003 a freguesia assistiu à construção de 11 novos edifícios e a igual número de reconstruções, suficientes para contrariar a tendência de decrescimento do seu parque edificado, entre 1991 e 2001 (perdeu um total de 18 edifícios), para nos Censos de 2011 registar um crescimento de 4,1% em relação ao ano de 2001.

Foios

A freguesia onde nasce o rio Coa, situa-se junto à Serra da Malcata, entre elevados montes, fazendo fronteira, a Leste, com Espanha. A sede, homónima, situa-se a 20 km do Sabugal, e é o único aglomerado da freguesia.

Fotografia 26: Foios - Vista



A aldeia é marcada pela presença do rio Coa, tendo-se desenvolvido nas suas margens (especialmente na margem direita). O centro do aglomerado apresenta traçado orgânico, com os edifícios a organizarem-se ao longo de ruelas irregulares. A partir do núcleo original foram criadas artérias de expansão, especialmente nas direções Norte, Sudoeste e Noroeste. Mais recentemente tem-se verificado uma tendência para a linearização do aglomerado ao longo da EM 538, que atravessa o aglomerado. Os edifícios apresentam alturas que variam entre 1 e 3 pisos, com predomínio dos de 2 pisos.

A freguesia tem apresentado uma dinâmica construtiva, que, no panorama geral do concelho, se pode considerar razoável, já que foram levadas a cabo 42 intervenções entre 1993 e 2003, das quais 10 foram novas construções e 17 reconstruções. Entre 1991 e 2001 houve uma variação positiva de 8,2% no número de edifícios presentes na freguesia (quase totalmente concentrados na aldeia de Foios). No entanto, entre 2001 e 2011, a tendência inverteu-se para registar uma dinâmica de crescimento negativa (-2,4%).

Forcalhos

Freguesia muito antiga, referida já no foral dado ao Sabugal, Forcalhos é outra das freguesias que faz fronteira com Espanha. É, atualmente, a freguesia que apresenta a menor densidade populacional do concelho (5,9 hab/km^2).

A aldeia de Forcalhos está situada a cerca de 31 km da sede do concelho e é atravessada longitudinalmente pela EM 535. O aglomerado, de traçado orgânico e relativamente concentrado, tem-se expandido para Sul e para Ocidente ao longo da EM 535 por intermédio da ocupação de terrenos junto à via por moradias dispersas. Existem apenas edifícios de 1 ou 2 pisos, que aparecem em proporção semelhante.

Fotografia 27: Forcalhos - Vista



Em 2001, a freguesia tinha mais 12 novos edifícios do que em 1991, o que representou um crescimento de 5,9%. Entre 1993 e 2003, a freguesia registou a ocorrência de 7 novas construções e de 10 reconstruções. Os Censos de 2011 atualizaram os dados para uma taxa de crescimento negativa (-1,9%).

Lageosa

A freguesia de Lageosa é mais uma das que, situadas no extremo oriental do concelho, fazem fronteira com Espanha.

A sede de freguesia, com o mesmo nome, localiza-se a 32 km da sede do concelho em local elevado e pedregoso, o que terá contribuído para a sua toponímia. De facto, o nome Lageosa é explicado, pela existência de grandes lajes graníticas no interior da povoação. É percorrida por uma pequena ribeira que ali toma o seu nome e que depois segue para Espanha.

Fotografia 28: Lageosa - Cosntruções dissonantes no centro do aglomerado



A aldeia da Lageosa é caracterizada por um núcleo antigo extremamente concentrado onde o impacto dos edifícios dissonantes ofusca o casario tradicional ou o sucesso de algumas recuperações recentes. Aqui, o traçado das ruas é eminentemente orgânico, percebendo-se que resultaram da implantação desregrada dos edifícios. A expansão tem-se dado de forma tentacular ao longo das estradas e caminhos que servem a povoação. Em todo o caso, a expansão para Ocidente, ao longo da estrada municipal de ligação a Aldeia Velha, parece estar a assumir especial destaque.

A quase totalidade dos edifícios presentes na freguesia concentra-se na aldeia, e apresentam alturas que variam entre 1 e 3 pisos, sendo que os edifícios de 1 e 2 pisos representam 97% do total. De destacar é também o facto de, ao contrário do que acontece na maior parte das freguesias, o número de edifícios de 1 piso ser ligeiramente superior ao de 2 pisos.

À semelhança do que se passou com a freguesia de Aldeia de Santo António, Lageosa foi a única freguesia do concelho a ganhar população entre 1991 e 2001, ainda para mais, com um significativo aumento (20%). Neste período registou, também, um assinalável crescimento de 34,8% no número de edifícios. De acordo com os Censos de 2011 a dinâmica construtiva é continuada (9,2%), em relação aos dados de 2001, apesar de, com menor evidencia quando comparada com o decénio anterior. Contudo, a população registou assinoulou um decréscimo de cerca de 22% (01-11).

Lomba

A freguesia de Lomba é a segunda menor freguesia do concelho (5,5 km^2). Localizada na zona Noroeste do concelho, faz fronteira com o concelho da Guarda, estando separada deste pela Ribeira do Semideiro.

O seu nome deriva da implantação geográfica da sua sede, sobre uma lomba. A aldeia de Lomba é uma pequena povoação rodeada de pinhais que se encontra a 13 km do Sabugal, sendo servida pela estrada municipal que liga Pousafoles do Bispo à EN 233. Situada numa zona bastante plana, é marcada pela existência de muitas zonas baixas onde a acumulação de água é constante, criando lameiros. Um destes lameiros situa-se no centro do aglomerado desenvolvendo-se à sua volta grande parte do edificado da aldeia.

Fotografia 29: Lomba - Rua no centro da aldeia



A aglomeração original é muito compacta, de traçado orgânico e dominada pela presença da Igreja Matriz. O restante aglomerado é mais disperso, e constituído por moradias unifamiliares. Apesar de ser uma das mais pequenas sedes de freguesia (com apenas 104 edifícios, em 2001), o seu edificado apresenta alturas que variam entre 1 e 5 pisos, situação pouco comum, especialmente quando comparada com povoações de dimensões semelhantes existentes no resto do concelho. Ainda assim, os edifícios de 2 pisos estão claramente em maioria contabilizando cerca de 75% do parque edificado.

A pequena dimensão da freguesia e os seus baixos efetivos populacionais explicam, em parte, a pouca dinâmica construtiva que apresenta. De facto, entre 1993 e 2003, foi a segunda freguesia que menos intervenções registou, com um total de 7 (sendo que apenas duas foram construções novas), e entre 2001 e 2011 a dinâmica de construção foi nula.

Malcata

A freguesia da Malcata localiza-se imediatamente a Sul da freguesia do Sabugal, constituindo, atualmente, a Albufeira do Sabugal a única barreira física entre as duas. A Malcata está localizada junto à serra com o mesmo nome e faz fronteira, a Sul, com o concelho de Penamacor. A aldeia da Malcata, que dista cerca de 10 km do Sabugal, é a sede de freguesia e o seu único aglomerado.

O núcleo primitivo da aldeia, localiza-se na zona sudeste, e, à semelhança da maior parte dos aglomerados do concelho, apresenta uma estrutura compacta onde as ruas, de traçado orgânico, foram formadas pela justaposição de edifícios. A torre sineira e a Igreja Matriz constituem, aqui, elementos marcantes.

O resto do aglomerado apresenta indícios de uma expansão relativamente recente, particularmente visíveis na arquitetura e materiais empregues em grande parte das construções fora do centro e no facto dos edifícios de 2, 3 e 4 pisos serem dominantes na aldeia (94% do total). A EM 539 é a principal acessibilidade do aglomerado (ligação ao Sabugal e à EN 233) e assume cada vez mais o papel de eixo delineador do seu desenvolvimento, já que grande parte da expansão recente se registou nas imediações desta via.

Fotografia 30: Malcata – Vista a partir da zona a sudoeste da aldeia



Entre 1991 e 2001, a Malcata testemunhou um decréscimo de 3,5% no número de edifícios, apesar de se terem registado 17 novas construções e 19 reconstruções entre 1993 e 2003. No período censitário 2001-2011 registou um aumento de 72 edificios (17,5%).

Moita

A freguesia da Moita, situada no sudoeste do concelho, junto ao concelho de Penamacor, deverá o seu nome ao arvoredo e mato que caracterizam a encosta ocidental da Serra de Mosteiros, onde a sua sede - a aldeia da Moita - foi implantada. Esta, encontra-se a cerca de 13 km do Sabugal. Moita Jardim, como também é denominada, e a aldeia de Terreiro das Bruxas, são as únicas povoações da freguesia.

A **Moita** é um aglomerado extremamente concentrado, de traçado orgânico e que se desenvolveu, como tantos outros, em redor de um espaço central dominado pela Igreja Matriz. Não apresenta sinais de expansão.

Terreiro das Bruxas é um aglomerado muito mais esparso, e menos estruturado, situado a Sudeste da Moita - no cruzamento da EN 18-3 com a EN 233 -, e ligado a esta pela EM 540.

Relativamente às cérceas dos edifícios, o número máximo de pisos são 3, constituindo maioria os de 2, sendo isto válido tanto para a Moita, como para Terreiro das Bruxas.

Em termos construtivos, a freguesia apresenta uma dinâmica negativa, tendo revelado um decréscimo de 13,8% no número de edifícios, entre 2001 e 2011.

Fotografia 31: Moita - Vista



Nave

A freguesia da Nave, situada a Norte da vila do Soito, é atravessada longitudinalmente por uma Ribeira à qual deu o nome.

A sede de freguesia - a aldeia da Nave, que dista cerca de 13 km do Sabugal -, é um aglomerado relativamente bem estruturado, localizado sobre a EN 233-3. Esta via constitui o principal eixo definidor da sua organização já que dela derivam, tanto para Norte como para Sul, diversas ruas, mais ou menos perpendiculares, que formam uma malha ao longo da qual o edificado se dispõe. Há ainda os edifícios que se encontram simplesmente alinhados ao longo desta estrada, tanto no centro do aglomerado, como na zona Oriental. Neste último caso, esta tendência pode vir a provocar uma propagação linear. A cércea dominante são os 2 pisos. A Igreja Matriz e a chaminé do forno comunitário são os elementos mais marcantes da aldeia, sendo que, ao contrário do que é habitual, a primeira se encontra num local isolado a Norte do centro do aglomerado.

Fotografia 32: Nave - Chaminé do forno comunitário



Existe na freguesia um outro aglomerado, a **Aldeia da Dona**, onde, apesar das dissonâncias, foram mantidas algumas características mais tradicionais. A aldeia localiza-se a norte da Nave, encontrando-se a ela ligada pela EM 567, e desenvolveu-se organicamente a partir de uma zona central onde a Igreja Matriz e a torre sineira são os elementos mais marcantes.

No contexto concelhio, a freguesia da Nave apresentou uma dinâmica construtiva negativa, entre 2001 e 2011, registou uma diminuição de quase 6% no número de edifícios. Entre 1993 e 2003, foram registadas 13 novas construções na freguesia.

Penalobo

A freguesia de Penalobo fica situada numa zona topograficamente difícil, frequentemente designada por Serranias de Penalobo. A sede de freguesia, homónima, dista cerca de 15 km do Sabugal.

O traçado orgânico da aldeia de **Penalobo**, representa uma adaptação ao terreno difícil (declivoso e rochoso) onde foi implantada. Talvez por isso, apresente uma estrutura concentrada, sem tendências de expansão notórias. Os edifícios apresentam 1, 2 e 3 pisos, assumindo os de 2 pisos um lugar de destaque ao constituírem mais de 80% do parque edificado. O edificado tradicional assume aqui algum significado.

Fotografia 33: Penalobo - Casario tradicional



Referência para **Água da Figueira**, aglomerado situado a Sul de Penalobo, e que mais não é que um pequeno agrupamento de edifícios.

De acordo com os dados disponíveis, a freguesia registou, entre 1993 e 2003, um total de 14 intervenções (das quais 7 foram novas construções e 4 reconstruções), e teve um decréscimo do parque edificado, no decénio 2001-2011, que não atingiu um ponto percentual.

Pousafoles do Bispo

A freguesia de Pousafoles do Bispo fica situada no norte da metade ocidental do concelho, fazendo fronteira com o concelho da Guarda. Engloba, para além da sede de freguesia - que lhe dá o nome e que fica situada a 13 km do Sabugal, os aglomerados de Lameiras de Cima, Lameiras de Baixo, Monte Novo e Sobreira.

Fotografia 34: Pousafoles do Bispo - Largo junto à Igreja Matriz



Pousafoles do Bispo é uma aldeia bem ordenada, onde o edificado se encontra muito concentrado e onde a rua que liga a Capela de S. Sebastião e a zona do Largo adjacente à Igreja Matriz, funciona como principal eixo estruturador, sendo a partir dela que surgem ruas perpendiculares que formam a malha da povoação. O parque edificado é essencialmente constituído por edifícios de 1, 2 e 3 pisos (onde estes últimos representam apenas cerca de 10% do total de edifícios), sendo escassos os exemplos de edificações com 4 pisos. Apesar do núcleo principal de Pousafoles não parecer apresentar tendência para se expandir, a Sudoeste, junto à estrada de ligação a Penalobo, existe um pequeno conjunto de edificações de construção mais recente.

Relativamente aos aglomerados de **Lameiras de Baixo**, **Lameiras de Cima, Monte Novo** e **Sobreira**, apenas importa referir que o primeiro é de muito reduzidas dimensões e que o último apresenta uma disposição mais concentrada que os demais. Tanto Lameiras de Cima, como Monte Novo, são caracterizados por alguma dispersão do edificado e pela existência de um núcleo mais antigo com pouca força aglutinadora.

A freguesia de Pousafoles do Bispo é uma das menos dinâmicas do concelho, tendo registado apenas 9 intervenções urbanísticas no período 1993-2003. Este facto é também confirmado pelos dados relativos ao total de edifícios entre 2001 e 2011, que assinalam um decrescimento de 17%. Todos os aglomerados do concelho tiveram decrescimentos no número de edifícios - associados a decrescimentos populacionais -, mas os mais acentuados verificaram-se em Lameiras de Baixo e Sobreira com perdas no número de edifícios na ordem dos 50%.

Quadrazais

A freguesia de Quadrazais é, no seu limite ocidental, adjacente à freguesia do Sabugal distando as duas sedes 10 km uma da outra. Quadrazais faz fronteira, a Sul, com o concelho de Penamacor e é atravessada transversalmente pelo rio Coa.

A aldeia de **Quadrazais** apresenta uma zona central, de estrutura concentrada, de dimensão considerável, que se terá desenvolvido a partir de um núcleo inicial, que hoje se situa na sua extremidade mais ocidental. A partir deste núcleo, e por um processo de agregação sucessiva de edificações, desenvolveu-se um aglomerado de traçado necessariamente orgânico. Predominam os edifícios de 2 pisos (cerca de 70 % do total), num parque edificado onde o edifício mais alto tem 4 pisos. A expansão mais recente tem-se verificado de uma forma tentacular e dispersa, ao longo das vias que servem o aglomerado, com especial incidência nas zonas sul e oriental.

Fotografia 35: Quadrazais - Vista



Fotografia 36: Quadrazais - Rua



Referência, ainda, para o aglomerado de **Ozendo**, situado junto à EM 538-1 (Sabugal-Soito), de traçado orgânico, mas que começa a apresentar uma tendência de expansão linear, principalmente em direção ao aglomerado vizinho da Torre (freguesia do Sabugal).

Quadrazais tem sido uma das freguesias com maior dinâmica construtiva no concelho, tendo registado um total de 77 intervenções, entre 1993 e 2003, sendo de destacar 29 construções novas e 23 reconstruções. A seguir ao Sabugal e ao Soito, é a freguesia que apresenta o maior número de edifícios (750 em 2011), mesmo apesar de ter perdido 154 entre 1991 e 2001, a freguesia registou um aumento de 15% no período entre 2001 e 2011.

Quintas de São Bartolomeu

A freguesia de Quintas de São Bartolomeu está localizada imediatamente a Noroeste da freguesia do Sabugal, e a sua sede dista 3 km da cidade sede de concelho.

A aldeia de Quintas de São Bartolomeu é banhada pelo ribeiro dos Sargaçais, essencial para os trabalhos agrícolas da população, e que lhe concede algumas paisagens muito interessantes. A presença desta linha de água, e de outras de menor importância, é aliás um fator condicionante da ocupação dos solos, já que a concentração de água em zonas baixas é uma constante.

Fotografia 37: Quintas de São Bartolomeu – Núcleo edificado junto à Igreja Matriz



De entre todas as sedes de freguesia, é aquela que apresenta uma maior dispersão do edificado, uma vez que resulta da aglomeração de diversas quintas, como, aliás, o seu topónimo sugere. Registe-se, contudo, a existência de alguns núcleos mais densos - nomeadamente, um situado junto à Igreja Matriz, outro a Sul do calvário (com muitos edifícios tradicionais em granito) e um outro na extremidade nordeste da aldeia -, com força para aglutinar à sua volta alguns edifícios. Atualmente o aglomerado apresenta tendência para se desenvolver ao longo da EM 543 que atravessa todo o aglomerado, unindo os principais núcleos. Os edifícios apresentam 1, 2 e 3 pisos (com predomínio destes últimos, que, em conjunto representam quase 97% do total do edificado) e surgem, na maior parte dos casos, isolados dos demais.

A perda de população verificada na última década censitária 2001-2011, acompanhou a perda no número de edifícios (-7,3%), tendo registado, entre 1993 e 2003, 10 construções novas e 8 reconstruções.

Rapoula do Coa

Rapoula do Coa é uma freguesia situada na margem esquerda do rio Coa cuja sede dista 12 km do Sabugal.

Fotografia 38: Rapoula do Coa - Vista



A sede de freguesia implantou-se junto ao rio Coa, a pouco mais de 300 metros das suas margens. O aglomerado original corresponde à zona situada a Norte da Igreja Matriz, onde se verifica a presença de muitas construções de cariz tradicional (de baixa cércea e em granito), muitas das quais, infelizmente, em muito mau estado de conservação. Rapoula do Coa é atravessada pela ER 324, que atualmente parece ditar as regras de ocupação do espaço, já que as construções mais recentes se têm concentrado, fundamentalmente, ao longo deste eixo.

Entre 1993 e 2003 foi registado um total de 22 intervenções na aldeia de Rapoula do Coa (das quais 10 foram relativas a novas construções). Entre os Censos de 2001 e os de 2011, assistiu-se a um crescimento do parque edificado da aldeia da ordem dos 20%.

Rebolosa

Situada na margem direita da Ribeira de Alfaiates, o nome da freguesia tem uma origem ainda incerta, mas para a qual surgem duas teses bastante plausíveis: há quem diga que o nome deriva do facto de aqui ter existido, em tempos antigos, grande quantidade de reboleiros de carvalho; outros adiantam que o seu topónimo se deve, unicamente, à sua configuração geológica.

A aldeia de Rebolosa - sede de freguesia - encontra-se a 21 km da sede de concelho. Evoluiu a partir de um conjunto de edifícios que se foram aglutinando em redor da Igreja Matriz, e que hoje ocupam a zona mais central do aglomerado, a partir da qual foram rasgadas diversas vias, que inicialmente induziram um desenvolvimento aproximadamente concêntrico, mas que acabaram por ser ocupadas de forma díspar devido, possivelmente, a condicionamentos de ordem física. A disposição do edificado começou, assim, a fazer-se de forma mais disseminada, acabando por se

criar grandes espaços intersticiais entre os edifícios ou conjuntos de edifícios. Estes apresentam, atualmente, 4 ou menos pisos, predominando os de 2 e 3 pisos.

Fotografia 39: Rebolosa - Vista



Entre 2001 e 2011, o número de edifícios na freguesia decresceu mais de 14%, enquanto que, entre 1993 e 2003, de um total de 23 intervenções registadas a nível do edificado, 14 corresponderam a construções novas.

Rendo

Adjacente à extremidade norte da freguesia do Sabugal, a freguesia do Rendo partilha as margens do rio Coa com a freguesia de Baraçal, constituindo, assim, este rio, uma fronteira natural entre as duas.

Fotografia 40: Rendo – Edificado ao longo da EN 233-3



Situada a 6 km a Nordeste do Sabugal, a aldeia de Rendo é, atualmente, caracterizada por uma profunda linearização, causada pelo atravessamento da EN 233-3. O aglomerado, inicialmente de fisionomia concentrada e génese orgânica, confirmado pela organização do espaço e pelo traçado das ruas na zona norte, em redor da capela de Santo António, começou a dispersar-se, ocupando, preferencialmente os terrenos ao longo da estrada nacional. Este facto, conduziu, de certa forma, à perda de identidade do núcleo urbano, já que as moradias isoladas deixaram de conseguir criar uma imagem de conjunto, para além de, frequentemente terem introduzido linguagens, que pouco têm a ver com as construções tradicionais.

Para além da povoação de Rendo, a freguesia integra os aglomerados de **Cardeal e Pouca Farinha**. O primeiro apresenta um núcleo original com muitas habitações típicas em mau estado de conservação, e uma zona de expansão mais recente, marcada por uma maior dispersão e pela presença de inúmeras moradias pertença de emigrantes, e, portanto, só ocupadas esporadicamente. O segundo é um aglomerado de mais pequena dimensão, com uma envolvente paisagística digna de registo, e com um núcleo antigo relativamente bem conservado.

Fotografia 41: Pouca Farinha – Entrada do aglomerado



Na sede de freguesia as alturas dos edifícios variam entre 1 e 4 pisos, enquanto nos outros dois aglomerados não existem edifícios com mais de 3 pisos. Em qualquer dos casos, a altura dominante é de 2 pavimentos.

Entre 2001 e 2011, a freguesia apresentou um crescimento (13%) no número de edifícios, sendo que, entre 1993 e 2003, foram efetuadas 10 construções novas e 7 reconstruções.

Ruivós

Na freguesia de Ruivós, a sede de concelho é o único aglomerado existente. O seu nome poderá ter tido origem no apelido pessoal *Ruivo*, podendo inclusivamente estar relacionado com a freguesia vizinha de Ruvina.

A aldeia de Ruivós situa-se a 14 km a nordeste da sede do concelho. O seu núcleo mais antigo situa-se localiza-se entre a Igreja Matriz, a Norte, e um pequeno largo, a Sul. As construções aqui existentes, apresentam, maioritariamente, 2 pisos (76% do total), sendo em muito menor número as que apresentam 1 ou 3 pisos. Há ainda a registar a presença de um edifício de 4 pisos.

Fotografia 42: Ruivós - Largo no centro do aglomerado



A expansão do aglomerado parece estar a ocorrer para Sul, especialmente ao longo da estrada municipal de ligação a Ruvina.

Com um total de 97 edifícios, em 2011, Ruivós é uma das freguesias menos edificadas do concelho do Sabugal. No entanto, a freguesia apresentou um significativo aumento no seu parque edificado com uma variação positiva no número de edifícios de 47%, entre 2001 e 2011. Relativamente a intervenções urbanísticas recentes, apenas há a destacar 9 novos edifícios construídos entre 1993 e 2003.

Ruvina

Fotografia 43: Ruvina - Entrada do aglomerado



Pensa-se que o nome Ruvina possa ter um significado etimológico geográfico ou mesmo uma origem antroponímica na palavra *ruivinha*. A aldeia de Ruvina situa-se a 12 km a Norte da sede do concelho e localiza-se no cimo de um verdejante vale. Ter-se-á expandido, organicamente, a partir de um núcleo original, situado no norte da povoação e onde se destacam alguns imóveis mais antigos (como a Igreja Matriz, o Solar e o colégio da casa do Cristo Rei), que poderão corroborar esta teoria. Atualmente, é na zona sul do aglomerado que se verifica maior dinamismo, com o predomínio de moradias unifamiliares. Os edifícios da aldeia apresentam 1, 2 e 3 pisos, constituindo os de 2 pisos mais de 77% do total.

Com 14 novas construções entre 1993 e 2003 na freguesia, esta freguesia aumentou o seu parque edificado, com uma variação positiva no número de edifícios de 13,6%, entre 2001 e 2011.

Sabugal

A freguesia do Sabugal fica situada no centro-sul do concelho, sendo delimitada a ocidente e a sul, respetivamente, pelo rio Coa e pela recente Albufeira do Sabugal. A presença do rio Coa marca profundamente a paisagem e a vivência de toda a freguesia. O próprio nome Sabugal, está associado ao rio, já que advém da existência de sabugos ao longo do seu curso.

A freguesia do Sabugal é a mais densamente povoada do concelho, e aquela que apresenta os maiores efetivos populacionais, muito por conta da cidade do Sabugal, que é sede de concelho, e que, em 2001, possuía mais de 88% da população da freguesia e cerca de 13% da população do município.

Fotografia 44: Sabugal - Torre do Relógio e Porta da Vila na Praça da República



A estrutura urbana da cidade do Sabugal pode, e deve, ser analisada de acordo com a sua evolução histórica. O núcleo antigo, cuja origem remonta aos tempos medievais (possivelmente ao reinado de D. Dinis), desenvolveu-se a partir do Castelo que, por razões defensivas, foi implantado no ponto mais alto do antigo aglomerado, vindo a constituir o seu elemento mais marcante.

Este núcleo é, assim, caracterizado por uma organização compacta de edifícios de pequena cércea (1 ou 2 pisos) aglutinados no interior das antigas muralhas, em torno do referido Castelo. É estruturado axialmente pela Rua do Santo Condestável, que, com as funções de uma Rua Direita, liga a Porta da Vila ao largo fronteiro ao Castelo. Paralelamente a esta rua, desenvolvem-se outras que acompanham a topografia do terreno, acabando por circundar o largo. As construções são, maioritariamente, de cariz tradicional constituindo o granito o material de eleição. Apesar da imagem de conjunto ainda estar relativamente bem preservada, o mau estado de conservação de alguns edifícios e as intervenções descaracterizadoras de que outros

Fotografia 45: Sabugal – Castelo (vista da margem esquerda do Coa)



foram alvo, poderão vir a comprometê-la a curto prazo.

A expansão inicial a partir do núcleo original deu-se para oriente buscando as zonas de menor declive e de mais baixa altitude. Assim, contiguamente à Porta da Vila, desenvolveu-se um largo que, posteriormente, veio dar origem à Praça da República (onde existia o pelourinho), a partir do qual se traçaram vias (nomeadamente a Rua 5 de Outubro, quer pode ser vista como uma continuação da Rua do Santo Condestável, e a Rua das Tílias) que viriam a entroncar num outro largo - o atual Largo da Fonte. A partir desta altura estes dois espaços começaram a disputar entre si a função da mais importante centralidade da então vila do Sabugal.

Mais recentemente, já em meados do século XX, começou a dar-se uma expansão mais significativa em direção a Leste, ao longo da EN 233, da EM 538, e na direção da Escola Secundária, e para ocidente, penetrando na freguesia da Aldeia de Santo António, ou seja, na margem esquerda do Coa (Bairro da Ponte). Ao contrário da estrutura presente no núcleo antigo, ou mesmo nas zonas adjacentes de expansão inicial, marcadamente concentrada, esta proliferação recente pautou-se por uma ocupação de cariz mais disperso onde predominavam (e predominam) as moradias unifamiliares isoladas, ou em banda, e onde surgem alguns "prédios de rendimento" com vários andares. Esta expansão, introduziu, frequentemente, linguagens urbanísticas dissonantes do quadro tradicional - tanto em termos arquitetónicos e volumétricos como a nível dos materiais utilizados - que alteraram profundamente a imagem da cidade. Atualmente, ainda decorre a ocupação destas zonas, mas já se vai fazendo de forma mais regrada (frequentemente por intermédio de loteamentos) e com maiores preocupações estéticas.

O Sabugal é o único centro urbano que apresenta edifícios com mais de 5 pisos, ainda que estes representem uma muito baixa percentagem do total do seu parque edificado. Neste contexto, seria difícil não fazer uma referência à Albergaria de Santa Isabel que com os seus 10 pisos, é, indiscutivelmente, o mais alto edifício do concelho, e que em muitos ângulos de visão, se sobrepõe ao Castelo na definição da silhueta da cidade, tendo conduzido, de certa forma, à descaracterização da sua imagem global. De toda a forma, à semelhança do que é apanágio no resto do concelho, os edifícios de 2 e 3 pisos são dominantes na paisagem urbana da cidade, contabilizando mais de 87% do edificado existente.

Fotografia 46: Sabugal - Vista a partir da EN 233 (a sul da cidade), onde se destacam o Castelo do lado esquerdo e a Albergaria de Sante Isabel do lado direito



Na cidade concentram-se os principais equipamentos, serviços e instituições do concelho, com destaque para o Centro de Saúde, o Tribunal, o Quartel de Bombeiros, a Central de Camionagem, a Escola Secundária e o Estádio Municipal. O Auditório Municipal, as Piscinas e o Pavilhão Municipal foram recentemente inaugurados. Na zona oriental localiza-se a única área industrial do concelho.

Na freguesia, existe, ainda, o aglomerado de Torre, localizado na sua extremidade noroeste e sendo atravessado pela EM 538-1. Apresenta uma zona central antiga, e uma estrutura, que não sendo linear, assenta na EM 538-1.

Referência, ainda para a Colónia Agrícola Martim Rei, situada junto à EM 538 e que é, atualmente, aquilo que resta de uma estrutura comunitária agrícola da altura do Estado Novo, onde se destacam a escola, a Capela de Santo Isidro, a casa do responsável pela colónia e as ruínas da adega cooperativa.

Como é natural, é na freguesia do Sabugal que se verifica o maior número de intervenções urbanísticas tendo sido registadas um total de 190, entre 1993 e 2003, onde se destacam as 106 novas construções erigidas. Como tal, a freguesia viu aumentar o seu parque edificado (6,1%) entre 2001 e 2011.

Fotografia 47: Martim Rei - Casa do antigo responsável da Colónia Agrícola



Santo Estevão

Localizada no sudoeste do concelho, a freguesia de Santo Estevão faz fronteira a Sul e a Oriente com o concelho de Penamacor. A sede - a aldeia de Santo Estevão -, situa-se 10 km a sudoeste do Sabugal, e constitui o seu único aglomerado.

Fotografia 48: Santo Estevão - Panorâmica da aldeia



Localizada sobre a EN 233, apresenta uma estrutura urbana marcada pela presença desta estrada. De facto, na zona central do aglomerado os edifícios dispõem-se em ruas e ruelas que lhe são paralelas e perpendiculares, enquanto nas zonas mais distantes deste centro predomina uma disposição mais dispersa, e com uma grande tendência para se linearizar ao longo de toda a sua extensão. A estrutura linear é, aliás, a imagem que mais transparece quando se avalia o aglomerado em termos globais. O número de pisos dos edifícios varia entre 1 e 4, constituindo maioria os de 2 e os de 3 pisos (60 e 33% do total, respetivamente).

O número de edifícios presentes em Santo Estevão pouco variou entre os anos censitários de 2001 e 2011. Em termos de intervenções no seu edificado há a registar, entre 1993 e 2003, a construção de 11 novos edifícios e a reconstrução de 20.

Seixo do Coa

Como o próprio nome sugere, esta freguesia é marcada pela presença do rio Coa, que a atravessa de Sul para Norte. A freguesia faz fronteira a ocidente com o concelho da Guarda e engloba os aglomerados de Seixo do Coa, de Peroficós e de Martim Pega.

A aldeia de Seixo do Coa encontra-se a 17 km a norte da sede do concelho, numa encosta da serra com o mesmo nome e é constituída por três núcleos parcialmente desligados. Dois destes núcleos situam-se entre o rio Coa (a Norte) e a EM 536 (a Sul), enquanto o terceiro núcleo se situa a Norte do rio Coa. Dos núcleos situados a Sul do Coa, o mais ocidental corresponde à zona com características mais antigas, e onde se situa o maior número de edifícios originais, isto, apesar de ser no núcleo oriental que se situa a Igreja Matriz e o campanário, o que não deixa de ser curioso. Ambos os núcleos são consolidados, e estruturados por uma rua principal que deriva da EM 536, organizando-se os edifícios de forma concentrada e justaposta ao longo de pequenas ruelas que, de alguma forma, se relacionam com a rua principal. O terceiro núcleo, vulgarmente denominado de Quinta da Ponte, situa-se a norte do núcleo mais antigo, ao qual está ligado por intermédio da Ponte do Arrabalde, que atravessa o Coa. A sua estrutura é tipicamente orgânica. Em qualquer dos núcleos dominam os edifícios de 1 e 2 pisos.

Fotografia 49: Seixo do Coa - Vista do aglomerado



No que respeita a **Martim Pega** e **Peroficós**, a primeira é uma pequena povoação, de estrutura concentrada, implantada sobre a estrada municipal que liga Seixo do Coa e Vila do Touro, enquanto o segundo, situado sobre a ER 324 (entre Cerdeira do Coa e Seixo do Coa), é um aglomerado de maiores dimensões onde existe um núcleo original, de génese orgânica, a oriente da estrada regional, observando-se claramente que a expansão se verificou para o lado contrário da estrada, onde predominam as construções dispersas. Neste último caso, existe uma clara

inclinação para a linearização ao longo da ER 324. À semelhança daquilo que ocorre na sede, também nestes aglomerados as alturas dos edifícios variam entre 1 e 2 pisos.

A freguesia de Seixo do Coa registou um decrescimento (-5,5%) do seu parque edificado entre, 2001 e 2011, tendo-se registado, entre 1993 e 2003, 10 construções novas e 6 reconstruções.

Soito

A freguesia do Soito é marcada por uma forte paisagem agrícola, fomentada pela grande abundância de água[5].

A vila de Soito localiza-se a 15 km da sede do concelho e é o segundo aglomerado mais importante e de maiores dimensões do concelho. Encontra-se virtualmente dividido em duas partes, por uma linha de água que o atravessa longitudinalmente.

Fotografia 50: Soito - Vista do aglomerado a partir da entrada sul



A metade ocidental é intensamente marcada pela EM 538-1, que ao penetrar no aglomerado (vinda de Oeste) passa a constituir a sua rua principal. Aqui a organização do espaço foi feita em função da presença desta via, concentrando-se o edificado ao longo das suas bermas, ou ao longo de ruas que lhe são perpendiculares. Esta parte corresponde à zona de desenvolvimento mais recente, e onde os edifícios apresentam maiores cérceas.

5 A região é atravessada por importantes linhas de água como o Ribeiro da Granja, o Ribeiro de São João e o Ribeiro do Bispo.

A transição para a metade oriental faz-se por intermédio de 3 pequenas pontes que passam por cima da linha de água. Esta metade corresponde ao núcleo original, muito mais concentrado e de desenvolvimento tipicamente orgânico (que terá ocorrido a partir da zona do Forte). Nesta zona as cérceas são ligeiramente inferiores às da zona mais recente. É também nesta parte do Soito que se concentra a quase totalidade dos equipamentos (incluindo, entre outros, o Jardim de Infância, o Lar, o Quartel de Bombeiros e as Escolas).

Fotografia 51: Soito – Entrada ocidental (EM 538-1)



O facto de ser uma povoação importante reflete-se, entre outros aspetos, nas dimensões dos edifícios presentes. Assim, e apesar de, à semelhança da quase totalidade dos aglomerados do concelho, predominarem os edifícios de 2 pisos (que contribuem em mais de 59% para o total dos edifícios da vila), as edificações presentes na vila apresentam cérceas que variam entre 1 e 5 pavimentos, sendo que os edifícios de mais de 4 pisos representam cerca de 2,5% do total edificado. Como foi já referido, é na zona ocidental que as cérceas são superiores.

Numa análise global à vila, transparece uma certa dispersão do povoamento, onde a inexistência de centralidades bem definidas e de elementos marcantes (à exceção da Igreja Matriz), e a escassez de espaços públicos, não abona nada em favor do seu desejável ordenamento, e provoca desconforto no visitante. Pelo lado positivo, destaca-se a existência de uma série de serviços, unidades comerciais e equipamentos (com destaque para a presença de um posto da GNR e da Associação Cultural e Desportiva do Soito) que lhe permitem ter alguma autonomia face à sede de concelho.

Finalmente, saliente-se que o Soito ocupa a segunda posição no "ranking" das freguesias mais dinâmicas em termos construtivos, tendo registado, entre 1993 e 2003, 79 intervenções, das quais 36 foram construções novas, tendo registado um aumento do seu parque edificado, entre 2001 e 2011, com 7%.

Sortelha

A freguesia de Sortelha, com uma área de 43,3 km^2, é a segunda maior do concelho, e inclui, para além da aldeia de Sortelha, as povoações de Azenha, das Caldeirinhas, do Dirão da Rua, da Quarta-Feira e do Vale da Escaleira.

A sede de freguesia é uma das mais antigas povoações de Portugal e dista, aproximadamente, 14 km do Sabugal. Situada no alto de um elevado monte, a mais de 700 m de altitude, a aldeia de Sortelha foi povoada por D. Sancho II, com objetivos predominantemente defensivos, tendo sido sede de concelho até à sua extinção em 1855. Pelo seu vasto património e pelas suas remotas origens, Sortelha foi designada Aldeia Histórica de Portugal.

A análise da estrutura da aldeia de Sortelha pode ser feita distinguindo o centro ou núcleo histórico e o restante aglomerado.

Fotografia 52: Sortelha – Núcleo intramuros



O núcleo histórico, situado no extremo ocidental do aglomerado, corresponde à Sortelha medieval, tendo sido erguido num sítio alto e dominando toda a envolvente natural. O castelo e a cintura de muralhas marcam profundamente a imagem deste núcleo e determinam a sua silhueta. A topografia do lugar e a natureza do terreno dominado por numerosos afloramentos rochosos, impediram a imposição de qualquer traçado pré-determinado (como aconteceu, por exemplo em Alfaiates). Ainda assim, é notória a estruturação do povoado a partir de uma rua Direita (que de Direita só tem o nome, já que o seu traçado é totalmente irregular) que liga as suas duas Portas, e que entronca no largo principal onde se localizam o pelourinho, a antiga Casa da Câmara e Tribunal e a Igreja Matriz. A Rua Direita é, de facto, o único eixo orientador da estrutura do núcleo antigo, já que o restante espaço construído se desenvolveu espontaneamente, não existindo quaisquer eixos paralelos ou perpendiculares a esta rua ou outros arruamentos bem definidos, criando-se uma disposição quase labiríntica. Os edifícios têm entre 1 e 2 pisos, e o granito constitui o seu material de construção. As poucas intervenções descaracterizadoras e a sua classificação como Aldeia Histórica permitiram preservar, neste núcleo, uma coerência morfológica e estética verdadeiramente notável.

Fotografia 53: Sortelha – Vista global do aglomerado, com o arrabalde em primeiro plano



Curiosamente, Sortelha não sofreu pressões urbanísticas na zona intramuros, nem sequer uma expansão imediatamente contígua, o que estará associado à dificuldade física de edificação, em virtude dos acentuados declives e do substrato pedregoso. Assim, a expansão do aglomerado deu-se de uma forma destacada do centro medieval, em direção a oriente, tendo começado com a implantação de algumas casas senhoriais na parte baixa e na encosta, prenunciando o futuro crescimento de um arrabalde. Este arrabalde foi crescendo em função dos condicionamentos físicos existentes, procurando fugir às linhas de água, às zonas mais declivosas e aos grandes afloramentos graníticos. Mais recentemente, a presença da EM 542 começou a ditar um desenvolvimento para oriente do aglomerado apoiado nesta infraestrutura.

Atualmente, para além do centro histórico totalmente consolidado, podem distinguir-se três núcleos de crescimento mais ou menos disperso, e por vezes anárquico: a zona do arrabalde, que continua a crescer, especialmente para Norte, e cujo grau de consolidação diminui com o afastamento ao centro histórico; a zona da Deveza, a Sul da EM 542; e a zona da Eira, correspondente à extremidade mais oriental de Sortelha, onde o crescimento se tem processado de forma mais linearizada ao longo da EM 542. Em qualquer destas zonas, o edificado já apresenta alturas até 3 pisos, embora o predomínio continue a ser dos 2 pisos. É ainda de registar a presença de algumas dissonâncias arquitetónicas. A aldeia de Sortelha concentra cerca de 41% da população da freguesia e cerca de 44% dos seus edifícios.

Relativamente a **Azenha, Caldeirinhas, Dirão da Rua, Quarta Feira e Vale de Escaleira**, são todos aglomerados localizados em zonas relativamente isoladas e de relevo acentuado. Azenha e Dirão da Rua ainda preservam algumas características dos povoados tradicionais, com um núcleo de casario típico em granito que assume alguma importância no contexto do aglomerado. Em Caldeirinhas e Quarta Feira, e independentemente da existência de zonas mais antigas, são as áreas de povoamento disperso e construção mais recente que assumem maior destaque. Vale de Escaleira é um lugarejo extremamente diminuto com escassas habitações situado num pequeno cabeço a Sudoeste de Sortelha. Em qualquer destes casos, a expansão do aglomerado está limitada pelos condicionamentos de ordem física, pelo que, mesmo nos casos de maior dispersão

do edificado, nunca existe um grande afastamento das edificações relativamente ao núcleo original ou à zona central.

A freguesia tem registado um dinamismo controlado a nível de intervenções sobre o edificado, com 15 construções e 13 reconstruções efetuadas entre 1993 e 2003, que terão contribuído para o incremento no número de edifícios (em cerca de 6,5%) que a freguesia sentiu entre 2001 e 2011.

Vale das Éguas

Com 4 km^2, Vale das Éguas é a mais pequena freguesia do concelho e, simultaneamente, a menos populosa com 48 habitantes em 2001, concentrados, amioritariamente, na sede.

A aldeia de Vale das Éguas é a sede de freguesia e a única povoação da freguesia. Dista da sede do concelho, cerca de 16 km e localiza-se sobre a EM 536, estrada que constituí um dos seus eixos ordenadores, sendo que o edificado se localiza, fundamentalmente, entre esta via e uma rua que lhe é perpendicular, imediatamente a Norte. A parte mais antiga do aglomerado, onde o casario tradicional predomina, organizou-se em torno desta última rua, enquanto as zonas de desenvolvimento mais recente se têm localizado junto à estrada municipal, com destaque para a zona a Sul do cemitério. Os edifícios presentes na aldeia têm 1, 2 ou 3 pisos de altura, sendo que os de 2 contabilizam mais de metade do total.

Fotografia 54: Vale das Éguas – Casario tradicional



A reduzida dimensão da freguesia e da sua sede e os baixos efetivos populacionais, justificam que seja esta a que apresenta o mais baixo número de intervenções urbanísticas (apenas 6, entre 1993 e 2003). Para além disso, sofreu, entre 2001 e 2011, uma redução de 3,7% no número de edificações.

Vale de Espinho

Vale de Espinho parece dever o seu nome, por um lado à configuração topográfica do seu território, e, por outro, a algum remoto possuidor desta área, denominado Aspinus (que por corrupção deu origem à palavra Espinho). A freguesia faz fronteira, a Leste, com Espanha e, a Sudoeste, com o concelho de Penamacor.

Situada ao lado do rio Coa, a aldeia de Vale de Espinho é o único aglomerado da freguesia e dista do Sabugal cerca de 16 km. O núcleo original situado a Sul, desenvolveu-se à volta da Igreja Matriz, de forma orgânica, evidenciando clara falta de estruturação. Atualmente encontra-se bastante descaracterizado com muitas construções dissonantes da arquitetura tradicional. A expansão do aglomerado fez-se ao longo das estradas e caminhos que o servem aglomerado, especialmente para Norte, Noroeste e Sudeste. Neste contexto, os espaços contíguos à EM 538 têm tido especial procura (especialmente na direção de Quadrazais), o que começa a provocar alguma linearização do povoamento.

Fotografia 55: Vale de Espinho - Rua na parte antiga



A aldeia apresenta edifícios de 1 a 4 pisos, com preponderância das construções de 2 pisos. Destaque, ainda, para o relativamente elevado número de edificações de 4 pisos (cerca de 20), que constitui mais de 3% do edificado.

No contexto do concelho do Sabugal, Vale de Espinho tem sido uma freguesia com uma assinalável dinâmica construtiva com 68 intervenções entre 1993 e 2003, das quais 19 foram novas construções e 21 reconstruções. Em termos do número total de edifícios, esta tendência expressou-se num crescimento de 66,2%, entre 1991 e 2001 (o maior a nível municipal), o que em valores absolutos representou um acréscimo de 249 novos edifícios.

Valongo

A freguesia de Valongo é limitada, a ocidente, pelo rio Coa e engloba os aglomerados Valongo do Coa - que é a sede de freguesia e dista cerca de 20 km da sede do concelho - e Valongo.

Valongo do Coa é uma aldeia situada junto ao rio Coa e atravessada pela EM 536, sendo esta estrada, em grande parte, responsável pela forma como a aldeia se tem estruturado. De facto, a expansão do núcleo original, situado a norte do aglomerado, junto à Igreja Matriz, tem-se dado, preferencialmente, em zonas próximas desta via, essencialmente com a implantação de moradias unifamiliares. A esmagadora maioria dos edifícios existentes possuem 1 ou 2 pisos, cabendo uma percentagem residual a edifícios de 3 pisos.

Fotografia 56: Valongo do Coa – Edificado ao longo da EM 536



Fotografia 57: Valongo - lameiros a sul do aglomerado



O pequeno aglomerado de **Valongo** fica situado a sul de Valongo do Coa, numa zona de lameiros que lhe confere uma fantástica envolvência paisagística. A sua estrutura concentrada, e o predomínio de edifícios tradicionais em pedra (com apenas dois ou três edifícios mais dissonantes), são características que podem contribuir para o seu aproveitamento para fins turísticos.

A freguesia de Valongo conheceu, entre 1991 e 2001, decrescimentos superiores a 35%, tanto a nível populacional como no número total de edifícios, o que a posicionou no primeiro lugar das freguesias que mais população perderam e que mais reduziram o seu parque edificado. A dinâmica construtiva é compreensivelmente baixa, com apenas 15 intervenções a nível do edificado registadas entre 1993 e 2003. No entanto, entre 2001 e 2011 a dinâmica construtiva foi positiva com uma taxa de 4,2%.

Vila Boa

Na freguesia de Vila Boa, o único aglomerado existente é precisamente a aldeia de Vila Boa, situada junto de uma pequena ribeira afluente da margem direita do rio Coa, a 10 km a Nordeste do Sabugal.

A aldeia de Vila Boa, que concentra a totalidade da população e dos edifícios da freguesia, localiza-se junto à EN 233-3, estrada que determinou, desde cedo, a forma como o aglomerado evoluiu a partir do núcleo original (situado a Sul desta via). De uma forma geral, pode-se dizer que o desenvolvimento inicialmente orgânico passou a processar-se de forma linear ao longo desta estrada, o que causou uma dispersão de edifícios que contribuem para a fraca perceção de conjunto que se tem atualmente da aldeia. A criação posterior de um caminho em forma de anel, a Sul da estrada nacional e a oeste do centro da povoação - ao longo do qual se foram implantando moradias, algumas de estética duvidosa -, proporcionou também a sua expansão para esta zona, afastando-se, mais uma vez, do centro. O edificado é caracterizado por cérceas de 1, 2 e 3 pisos, onde as duas primeiras tipologias concentram, juntas, quase 97% do edificado.

Fotografia 58: Vila Boa - Largo no centro do aglomerado onde é visível a falta de ordenamento do espaço urbano



A falta de organização do espaço edificado, aliada à não pavimentação das ruas do centro, ao estado de degradação de alguns edifícios e às dissonâncias arquitetónicas contribui para a sua atual imagem desregrada e descuidada.

Entre 2001 e 2011, a freguesia de Vila Boa assistiu a um decrescimento de 9,7% no seu parque edificado.

Vila do Touro

A origem do nome Vila do Touro pode ser analisada a partir da sua decomposição nas duas palavras que a compõem. O topónimo Touro, é, provavelmente, um nome antigo, do séc. XII, derivado do nome pessoal Taurus, enquanto a palavra Vila, surge com a categoria municipal que a povoação adquiriu no séc. XIII.

A freguesia, situada na zona Noroeste do concelho faz fronteira a Norte e a Noroeste com o concelho da Guarda, e é atravessada transversalmente pela Ribeira do Boi e pelo ribeiro do Bezerrinho, afluentes do Coa.
A aldeia de Vila do Touro foi sede de concelho até à sua extinção em 1836, e é uma das aldeias com mais história do concelho, preservando, ainda, inúmeros vestígios desse passado. Dista 10 km do Sabugal.

A estrutura fundamental desta aldeia é transmitida pela Rua Direita (como é habitual nos aglomerados de raiz medieval), que atualmente se confunde com a EM 563 que penetra no seu interior. Vila do Touro desenvolve-se ao longo desta rua, essencialmente entre o Largo do Reduto que é o principal centro cívico da aldeia (onde estão localizados o pelourinho, a igreja Matriz, o coreto e um chafariz já do Estado Novo), e o núcleo original situado na outra extremidade da rua (a Norte), que se fixou em torno do Castelo. Nesta zona os edifícios, maioritariamente em granito, apresentam um cariz tradicional, quase todos de 2 pisos, à exceção do núcleo primitivo em torno do Castelo, onde predominam os edifícios de 1 piso. Muitos dos edifícios encontram-se em preocupante estado de degradação, enquanto outros sofreram intervenções descaracterizadoras.

Fotografia 59: Vila do Touro - Porta do Castelo



Fotografia 60: Vila do Touro - Rua Direita



A expansão do aglomerado deu-se para Sul do Largo do Reduto, na continuação da Rua Direita, e para Leste do Largo de S. Sebastião (situado, adjacentemente, a Oriente do primeiro). Nas zonas de expansão as tipologias dominantes são as moradias unifamiliares, isoladas ou em banda, de 2 pisos, ou, menos frequentemente, os edifícios de 3 pisos.

Atualmente a tendência parece ser a linearização do aglomerado ao longo da EM 563, em direção ao Sabugal, sem preocupações de caráter estético ou de organização urbana, criando inconsistência na malha urbana, e comprometendo a imagem da antiga povoação.

A freguesia inclui, ainda, a aldeia da **Abitureira**, situada a Norte de Vila do Touro, numa zona extremamente húmida e atravessada por diversas linhas de água. Apresenta as características comuns a quase todas as aldeias do concelho no que respeita ao tipo e estrutura do edificado, com um núcleo mais antigo, à volta do qual orbitam moradias unifamiliares de construção mais recente.

Vila do Touro registou, entre 2001 e 2011, uma diminuição do seu parque edificado, com um decrescimento de 15,4% no total de edifícios. De acordo com a informação disponível, entre 1993 e 2003, apenas foram construídos 6 novos edifícios e reconstruídos 3.

Vilar Maior

Situada no Nordeste do concelho, a freguesia de Vilar Maior faz fronteira, a Norte, com o concelho de Almeida. Nela estão integradas a aldeia de Vilar Maior (sede de freguesia) e o aglomerado da Arrifana.

Tal como Vila do Touro, Alfaiates e Sortelha, Vilar Maior é uma das aldeias com mais história (e património histórico) do Sabugal, tendo sido sede de concelho até à sua extinção em 1885. Dista cerca de 24 km da sede de município.

Situada na margem esquerda da Ribeira de Aldeia da Ponte, Vilar Maior tem no Castelo, implantado no ponto mais elevado da aldeia, dominando toda a área circundante, o seu elemento mais marcante. Curiosamente, não existem registos de edificações em torno deste Castelo, nem dentro do perímetro muralhado. O atual aglomerado resulta da junção de três núcleos de povoamento inicial, um dos quais situado na zona alta da aldeia nas imediações da Igreja Matriz. Nas zonas de povoamento inicial as construções apresentam cérceas de 1, ou, mais raramente, 2 pisos, sendo que nas zonas de junção dominam os edifícios de 2 pisos. O material dominante é o granito, embora algumas intervenções descaracterizadoras, tenham vindo a introduzir materiais e linguagens arquitetónicas dissonantes do conjunto original. Ainda assim, a zona mais antiga de Vilar Maior apresenta muitos motivos de interesse e já se vão verificando diversas operações de reabilitação com preocupações de manutenção das características típicas do edificado tradicional.

Fotografia 61: Vilar Maior - Vista do aglomerado onde sobressaem a torre do Castelo e o pináculo da Igreja Matriz



Na zona baixa, mais recente, encontra-se o centro da aldeia constituído pelos largos do Pelourinho e da Praça, à volta dos quais se estruturou grande parte da povoação. Aqui, quase todas as edificações apresentam cérceas de 2 pisos, sendo raros os casos de 1 e 3 pisos. Algumas destas edificações são já profundamente dissonantes da imagem pré-existente.

Fotografia 62: Vilar Maior - Entrada sul (estrada de ligação ao Sabugal)



Destaque, ainda, para a existência, na margem direita da Ribeira de Aldeia da Ponte, de um pequeno núcleo povoado, onde se destacam alguns edifícios tradicionais, na proximidade da ponte.
Mais recentemente verificou-se uma expansão da aldeia ao longo da estrada proveniente do Sabugal, caracterizada pela presença de moradias unifamiliares.

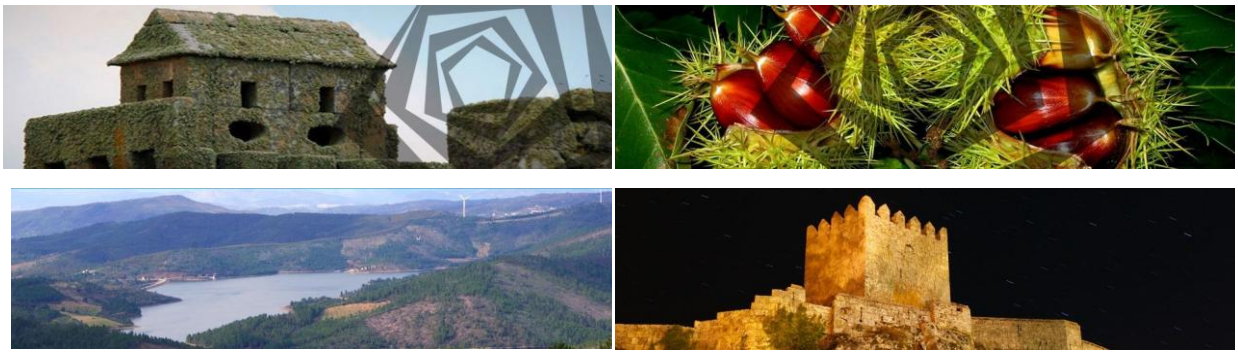
Relativamente a **Arrifana**, destaque para o facto de ser um aglomerado bastante concentrado e bem estruturado, com predomínio do casario tradicional e poucas dissonâncias. Localiza-se a Norte de Vila do Touro, e apresenta uma envolvente paisagística extremamente interessante.

O total de edifícios existentes na freguesia decresceu ligeiramente (3,2%) entre 2001 e 2011. Entre 1993 e 2003, foram documentadas 23 intervenções de âmbito urbanístico, das quais 9 disseram respeito a novas construções, enquanto 7 foram reconstruções.






RL 06 _ REDE URBANA



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 07 _ HABITAÇÃO

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ Habitação 3

1.1. Introdução 3

1.2. O Parque Habitacional: Indicadores Fundamentais de Diagnóstico 6

1.2.1. População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação 6

1.2.2. Épocas de construção e dinâmicas de crescimento 13

1.2.3. Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de pisos 15

1.2.4. Condições de habitabilidade 20

1.3. Avaliação das Carências Habitacionais 22

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ Habitação

1.1. Introdução

A questão habitacional é um dos principais fatores que levam à transformação do território, daí que, já os Decretos-Lei n.º 69/90 de 2 de março e o n.º 211/92, de 8 de outubro, que regulavam os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), definiam, como um dos objetivos destes Planos, "*determinar as carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação*" (Art.º 5º, n.º 2, alínea C)).

De acordo com a atual legislação (RJIGT), "*o Plano Diretor Municipal estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal* (...)" (Art.º 84º, n.º 1), no âmbito da qual deverá enquadrar-se a política de habitação do município.

Mais à frente, o mesmo diploma explicita, no artigo relativo ao conteúdo material do Plano, que o "*Plano Diretor Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo: (...) i) a definição de programas na área habitacional; (...)*" (Art.º 85º, do mesmo diploma).

Não sendo tão pormenorizado, em termos de conteúdo nesta matéria, o atual diploma tem implícito, contudo, o cálculo das carências habitacionais, bem como a estimativa das necessidades previsíveis no período de vigência do Plano, pois só em função daquelas se poderão definir os programas habitacionais, mencionados no Art.º 85º do RJIGT.

Neste contexto, as características da problemática da habitação combinadas com o quadro legal e administrativo das atuações autárquicas nesta matéria e com as normas estabelecidas na legislação vigente, recomendam que os PDM desenvolvam os respetivos conteúdos baseando-se em três pontos essenciais:

1. Caracterização da situação - O objetivo desta componente é o de reunir, de forma operacionalizável, o conjunto de informações sobre as situações e os processos definidores da situação existente, nomeadamente na vertente das situações de carência.
2. Estimativa dos parâmetros de planeamento - Os parâmetros de planeamento destinam-se a estabelecer o enquadramento quantificado da intervenção camarária no setor da habitação. Eles fazem a articulação entre o estudo da situação existente e a definição das medidas a tomar com base nos instrumentos disponíveis e nas necessidades previsíveis no período de vigência do Plano.
3. Orientação e medidas de política (definição de programas) - Esta componente consiste na apresentação de propostas/programas ao nível da política de habitação, da produção de habitação social, da reabilitação do parque existente, etc.

O presente Relatório (1ª fase do PDM) integra o ponto **1 - Caracterização da Situação**. Dentro deste capítulo autonomizam-se dois sub-capítulos:

I - O Parque Habitacional: Indicadores Fundamentais de Diagnóstico, que aborda os seguintes temas:

a) População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação;
b) Épocas de construção e dinâmicas de crescimento;
c) Tipo de alojamentos, formas de ocupação edifícios segundo o número de pisos;
d) Condições de habitabilidade.

II - Avaliação das Carências Habitacionais, onde é sistematizado e sintetizado, de forma operacional, o conteúdo do ponto anterior e onde são quantificadas as carências habitacionais, por freguesia.

No âmbito da proposta serão tratados os dois outros pontos, nomeadamente a Estimativa dos Parâmetros de Planeamento e as Orientações e Medidas de Política (definição de programas). Será nesse momento que, com base nas carências atuais e nas necessidades estimadas para o horizonte do Plano, se indicará o número previsível de alojamentos que será necessário edificar nos próximos dez anos, no Sabugal, e se identificarão os programas mais adequados para a sua concretização.

O presente capítulo integra os Resultados Definitivos do XV Recenseamento Geral da População e V da Habitação.

A abordagem realizada neste capítulo foi, tanto quanto possível, dirigida aos objetivos a atingir, embora a informação disponível nem sempre esteja adaptada à análise aprofundada da problemática habitacional. Tanto por um motivo, como pelo outro, sugere-se que se considere, sobretudo, o cálculo das carências habitacionais estruturalmente indicativo.

1.2. O Parque Habitacional: Indicadores Fundamentais de Diagnóstico

1.2.1. População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação

[a] População e Alojamentos

O parque habitacional do concelho do Sabugal era constituído, em 2011 por 15.330 alojamentos familiares, os quais albergavam 12.544 pessoas (população residente). Em termos objetivos, esta dotação traduz uma baixa ocupação do parque habitacional, atendendo a que, em média, cada família é composta por 2,3 membros. De facto, dos alojamentos familiares do concelho, só cerca de 35% é habitado de forma permanente, facto que dita que os restantes 65%, ou são utilizados sazonalmente, ou estão devolutos.

Relativamente à década anterior registou-se um aumento de 499 alojamentos (+3,4%) e uma perda de 2.327 indivíduos (-15,6%).

No contexto regional, e em termos de evolução recente, o concelho do Sabugal apresenta comportamentos semelhantes relativamente à Beira Interior Norte, tanto em termos demográficos, como habitacionais, no entanto, com valores bem distintos. Efetivamente, em termos demográficos, em ambas unidades territoriais, verificou-se um decréscimo populacional, embora, em termos relativos, esse decréscimo tenha sido muito mais acentuado no concelho do Sabugal (a Beira Interior Norte perdeu 9,5% da sua população, enquanto que o concelho do Sabugal perdeu 15,6%), sendo que, ao nível do parque habitacional, enquanto que a Beira Interior Norte regista um incremento de cerca de 8% de alojamentos, entre 2001 e 2011, o concelho do Sabugal vê aumentar o seu parque habitacional em 3,4%.

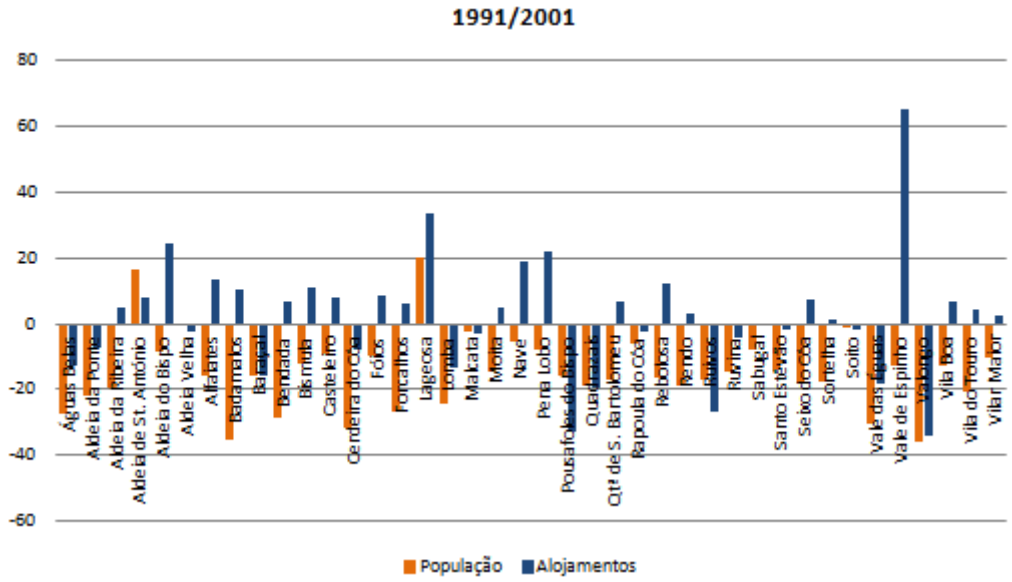
Internamente, o comportamento demográfico das freguesias do concelho, entre 1991 e 2001, baseou-se na diminuição populacional generalizada na maioria das freguesias, com exceção de Aldeia de Santo António e Lageosa, que na década de 90 aumentaram o seu número de efetivos em 20% e 16,4%, respetivamente, sendo as freguesias de Valongo (-35,8%), Badamalos (-35,3%), Cerdeira (- 31,9%), e Vale das Éguas (-30,4%), as mais atingidas pelo fenómeno da desertificação. Em 2011, verifica-se o reforço da tendência de decréscimo populacional generalizado em todas as freguesias, com exceção de Aldeia de Santo António, Rebolosa e Ruivos que aumentaram o seu

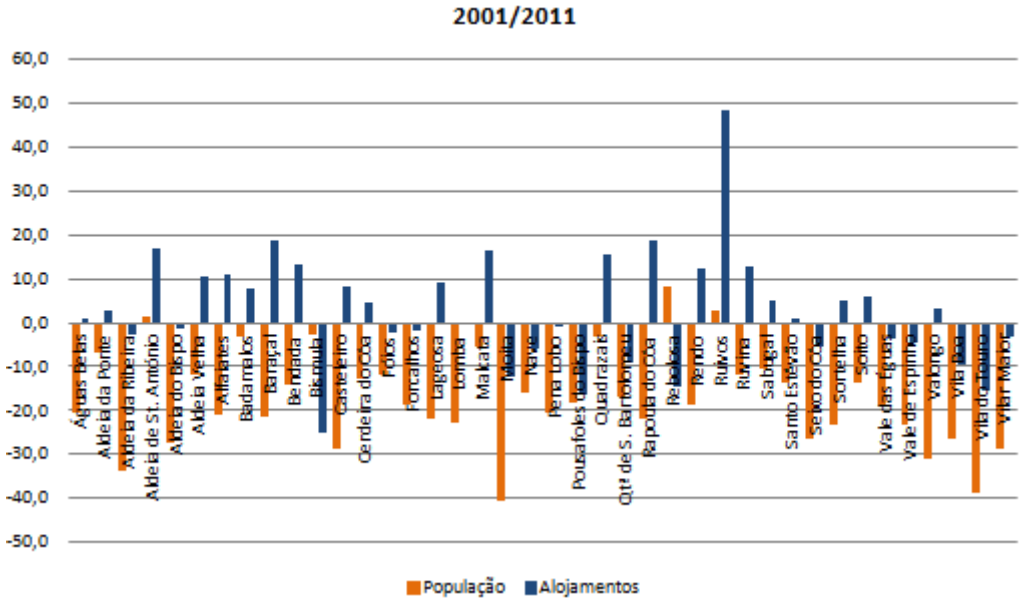
número de efetivos. Entre 2001 e 2011, as freguesias que sofreram as maiores perdas populacionais foram Moita (-40,5%), Vila do Touro (-38,8%), Aldeia da Ribeira (-33,8%) e Valongo (-30,9%).

Por seu lado, o comportamento do parque habitacional registou crescimentos distintos: se na década de 80 o aumento do número de alojamentos do concelho foi de 20%, nas décadas seguintes, esse aumento do número de alojamentos foi de 1,8% (91-01) e 3,4% (01-11). Efetivamente, num total de 40 freguesias que integram o concelho do Sabugal, verificou-se um aumento do número de alojamentos em 22 freguesias, sendo que as que registaram um maior incremento do parque habitacional foram freguesias que na década anterior tinham registado uma variação negativa (Ruivos:+48,5%, Barraçal:+ 19% e Rapoula do Coa: +18,7%).

São estes fenómenos que estão ilustrados nas figuras seguintes onde se contrapõe, para cada uma das décadas em análise, o crescimento relativo da população *versus* crescimento dos alojamentos, por freguesia.

Figura 1: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 1991 e 2011 (%)





Fonte: INE – Portugal, 1991, 2001 e 2011

Quadro 1: População e Alojamentos, no concelho do Sabugal, por freguesia

Freguesias	População			Tx.Var		Alojamentos			Tx.Var.	
	1991	2001	2011	91/01	01/11	1991	2001	2011	91/01	01/11
Águas Belas	304	220	175	-27,6	-20,5	322	280	283	-13	1,1
Aldeia da Ponte	434	340	317	-21,7	-6,8	526	487	500	-7,4	2,7
Aldeia da Ribeira	246	198	131	-19,5	-33,8	269	282	275	4,8	-2,5
Aldeia de St. António	675	786	798	16,4	1,5	476	513	599	7,8	16,8
Aldeia do Bispo	433	395	286	-8,8	-27,6	285	354	350	24,2	-1,1
Aldeia Velha	494	490	431	-0,8	-12,0	501	488	539	-2,6	10,5
Alfaiates	499	419	331	-16	-21,0	563	638	709	13,3	11,1
Badamalos	153	99	96	-35,3	-3,0	118	130	140	10,2	7,7
Baraçal	287	242	190	-15,7	-21,5	250	211	251	-15,6	19,0
Bendada	952	677	580	-28,9	-14,3	507	540	613	6,5	13,5
Bismula	226	198	193	-12,4	-2,5	251	278	208	10,8	-25,2
Casteleiro	563	512	365	-9,1	-28,7	417	449	486	7,7	8,2
Cerdeira do Coa	385	262	229	-31,9	-12,6	238	219	229	-8	4,6
Foios	454	410	362	-9,7	-11,7	305	331	323	8,5	-2,4
Forcalhos	147	108	88	-26,5	-18,5	204	216	212	5,9	-1,9
Lageosa	215	258	201	20	-22,1	228	305	333	33,8	9,2
Lomba	98	74	57	-24,5	-23,0	120	104	104	-13,3	0,0
Malcata	359	351	332	-2,2	-5,4	426	413	482	-3,1	16,7
Moita	202	173	103	-14,4	-40,5	188	197	173	4,8	-12,2
Nave	288	273	230	-5,2	-15,8	344	410	385	19,2	-6,1
Pena Lobo	192	177	141	-7,8	-20,3	118	144	143	22	-0,7
Pousafoles do Bispo	402	338	277	-15,9	-18,0	465	313	261	-32,7	-16,6
Quadrazais	581	473	457	-18,6	-3,4	805	650	750	-19,3	15,4
Qtª de S. Bartolomeu	261	217	180	-16,9	-17,1	278	296	269	6,5	-9,1
Rapoula do Coa	265	249	195	-6	-21,7	220	214	254	-2,7	18,7
Rebolosa	245	205	222	-16,3	8,3	259	291	249	12,4	-14,4
Rendo	420	342	278	-18,6	-18,7	399	411	462	3	12,4

Ruivos	82	68	70	-17,1	2,9	90	66	98	-26,7	48,5
Ruvina	149	127	112	-14,8	-11,8	132	126	142	-4,5	12,7
Sabugal	2366	2174	1943	-8,1	-10,6	1529	1526	1603	-0,2	5,0
Santo Estêvão	419	360	310	-14,1	-13,9	433	424	429	-2,1	1,2
Seixo do Coa	286	233	171	-18,5	-26,6	272	292	276	7,4	-5,5
Sortelha	701	579	444	-17,4	-23,3	515	522	548	1,4	5,0
Soito	1433	1419	1224	-1	-13,7	1019	999	1057	-2	5,8
Vale das Éguas	69	48	39	-30,4	-18,8	99	81	78	-18,2	-3,7
Vale de Espinho	585	512	393	-12,5	-23,2	379	625	598	64,9	-4,3
Valongo	106	68	47	-35,8	-30,9	151	99	102	-34,4	3,0
Vila Boa	379	330	243	-12,9	-26,4	319	340	308	6,6	-9,4
Vila do Touro	376	299	183	-20,5	-38,8	306	319	269	4,2	-15,7
Vilar Maior	188	168	120	-10,6	-28,6	242	248	240	2,5	-3,2
Concelho do Sabugal	**16919**	**14871**	**12544**	**-12,1**	**-15,6**	**14568**	**14831**	**15330**	**1,8**	**3,4**
Beira Interior Norte	**118514**	**115325**	**104417**	**-2.7**	**-9,5**	**73705**	**79558**	**85515**	**7.9**	**7,5**

Fonte: INE, 1991, 2001 e 2011

[b] Famílias

As famílias, à imagem da população, têm diminuído progressivamente no concelho do Sabugal, embora a um ritmo relativamente menor, o que justificou que, entre os dois últimos momentos censitários, se tivesse registado uma ligeira diminuição do número de pessoas por família, que passou de 2,4 para 2,3.

Qualquer redução da dimensão média das famílias, sobretudo quando as amplitudes de variação são maiores, tem efeitos diretos na produção de habitação, na medida em que, para um mesmo universo populacional, surgem necessidades de alojamento diferentes (maiores necessidades quanto menor for a dimensão da família). No concelho do Sabugal, a redução ocorrida entre 2001 e 2011 na dimensão média das famílias, não induziu pressão com significado sobre o parque habitacional.

Quadro 2: Variação da Dimensão Média das Famílias, por freguesia, no concelho do Sabugal, 1991 a 2011

Freguesias	Famílias			Tx. Var.		Pessoas/Família		
	1991	2001	2011	91/01	01-11	1991	2001	2011
Águas Belas	125	91	77	-27,2	-15,4	2,4	2,4	2,3
Aldeia da Ponte	203	143	128	-29,6	-10,5	2,1	2,4	2,5
Aldeia da Ribeira	107	98	69	-8,4	-29,6	2,3	2	1,9
Aldeia de St. António	230	284	288	23,5	1,4	2,9	2,8	1,0
Aldeia do Bispo	177	152	112	-14,1	-26,3	2,4	2,6	2,6
Aldeia Velha	223	201	195	-9,9	-3,0	2,2	2,4	2,2
Alfaiates	233	182	134	-21,9	-26,4	2,1	2,3	2,5
Badamalos	59	52	45	-11,9	-13,5	2,6	1,9	2,1
Baraçal	109	98	83	-10,1	-15,3	2,6	2,5	2,3
Bendada	364	291	245	-20,1	-15,8	2,6	2,3	2,4
Bismula	90	85	74	-5,6	-12,9	2,5	2,3	2,6
Casteleiro	266	232	177	-12,8	-23,7	2,1	2,2	2,1
Cerdeira do Coa	113	97	92	-14,2	-5,2	3,4	2,7	2,5
Foios	197	170	158	-13,7	-7,1	2,3	2,4	2,3
Forcalhos	71	51	43	-28,2	-15,7	2,1	2,1	2,0
Lageosa	111	114	89	2,7	-21,9	1,9	2,3	2,3
Lomba	43	33	28	-23,3	-15,2	2,3	2,2	2,0
Malcata	163	147	148	-9,8	0,7	2,2	2,4	2,2
Moita	95	79	58	-16,8	-26,6	2,1	2,2	1,8
Nave	129	141	112	9,3	-20,6	2,2	1,9	2,1
Pena Lobo	75	77	65	2,7	-15,6	2,6	2,3	2,2
Pousafoles do Bispo	170	160	118	-5,9	-26,3	2,4	2,1	2,3
Quadrazais	282	220	217	-22	-1,4	2,1	2,2	2,1
Qtª de S. Bartolomeu	104	88	75	-15,4	-14,8	2,5	2,5	2,4
Rapoula do Coa	109	106	78	-2,8	-26,4	2,4	2,3	2,5
Rebolosa	106	101	98	-4,7	-3,0	2,3	2	2,3
Rendo	182	160	126	-12,1	-21,3	2,3	2,1	2,2
Ruivos	36	31	27	-13,9	-12,9	2,3	2,2	2,6
Ruvina	48	44	42	-8,3	-4,5	3,1	2,9	2,7
Sabugal	838	816	772	-2,6	-5,4	2,8	2,7	2,5
Santo Estêvão	202	147	140	-27,2	-4,8	2,1	2,4	2,2
Seixo do Coa	127	114	83	-10,2	-27,2	2,3	2	2,1
Sortelha	274	244	201	-10,9	-17,6	2,6	2,4	2,2
Soito	493	490	466	-0,6	-4,9	2,9	2,9	2,6
Vale das Éguas	34	27	25	-20,6	-7,4	2	1,8	1,6
Vale de Espinho	249	219	181	-12	-17,4	2,3	2,3	2,2
Valongo	51	34	28	-33,3	-17,6	2,1	2	1,7
Vila Boa	160	142	103	-11,3	-27,5	2,4	2,3	2,4
Vila do Touro	154	122	77	-20,8	-36,9	2,4	2,5	2,4
Vilar Maior	81	87	71	7,4	-18,4	2,3	1,9	1,7
Concelho do Sabugal	**6883**	**6170**	**5348**	**-10,4**	**-13,3**	**2,5**	**2,4**	**2,3**
Beira Interior Norte	**43032**	**44129**	**41970**	**2.5**	**-4,9**	**2.8**	**2.6**	**2,5**

Fonte: INE, 1981, 1991, 2001 e 2011

[c] Edifícios

Em 1991, o concelho do Sabugal detinha um parque edificado composto por 14.355 edifícios, tendo registado relativamente a 1981, um incremento de 19,2% (+2.317 edifícios). Na década seguinte, o incremento do número de edifícios foi menor em termos relativos e absolutos (1,2% e 173 edifícios), tendo-se atingido, em 2001, um parque edificado constituído por 14.528 edifícios.
Em 2011, o parque edificado totaliza 15.099 edifícios, com um aumento de cerca de 4% (571 edifícios) em relação a 2001.

Dadas as características rurais do concelho e a consequente tipologia familiar predominante (moradia/edifício com um alojamento), a evolução ocorrida nas diferentes freguesias, ao nível dos edifícios, é muito semelhante à descrita para os alojamentos.

Quadro 3: Evolução dos Edifícios, por freguesia, no concelho do Sabugal, entre 1981 e 2011

Freguesias	1981	1991	2001	2011	Taxa Var. 81/91 (%)	Taxa Var. 91/01 (%)	Taxa Var. 01/11 (%)
Águas Belas	240	320	278	283	33,3	-13,1	1,8
Aldeia da Ponte	339	526	485	501	55,2	-7,8	3,3
Aldeia da Ribeira	285	269	282	275	-5,6	4,8	-2,5
Aldeia de St. António	338	462	480	596	36,7	3,9	24,2
Aldeia do Bispo	217	286	355	350	31,8	24,1	-1,4
Aldeia Velha	470	498	487	537	6	-2,2	10,3
Alfaiates	407	563	640	710	38,3	13,7	10,9
Badamalos	118	118	130	140	0	10,2	7,7
Baraçal	214	249	210	251	16,4	-15,7	19,5
Bendada	481	506	532	604	5,2	5,1	13,5
Bismula	193	251	274	209	30,1	9,2	-23,7
Casteleiro	426	416	450	487	-2,3	8,2	8,2
Cerdeira	196	235	217	226	19,9	-7,7	4,1
Foios	306	306	331	323	0	8,2	-2,4
Forcalhos	135	204	216	212	51,1	5,9	-1,9
Lageosa	337	227	306	334	-32,6	34,8	9,2
Lomba	116	120	104	104	3,4	-13,3	0,0
Malcata	408	426	411	483	4,4	-3,5	17,5
Moita	174	188	195	168	8	3,7	-13,8
Nave	379	344	409	386	-9,2	18,9	-5,6
Pena Lobo	140	118	144	143	-15,7	22	-0,7
Pousafoles do Bispo	292	465	312	259	59,2	-32,9	-17,0
Quadrazais	598	805	651	750	34,6	-19,1	15,2
Qtª de S. Bartolomeu	247	277	289	268	12,1	4,3	-7,3
Rapoula do Coa	253	218	211	253	-13,8	-3,2	19,9

Freguesias	1981	1991	2001	2011	Taxa Var. 81/91 (%)	Taxa Var. 91/01 (%)	Taxa Var. 01/11 (%)
Rebolosa	206	259	291	249	25,7	12,4	-14,4
Rendo	351	398	409	462	13,4	2,8	13,0
Ruivos	77	90	66	97	16,9	-26,7	47,0
Ruvina	105	131	125	142	24,8	-4,6	13,6
Sabugal	1039	1375	1335	1417	32,3	-2,9	6,1
Santo Estêvão	341	429	424	430	25,8	-1,2	1,4
Seixo do Coa	190	272	292	276	43,2	7,4	-5,5
Sortelha	416	515	522	556	23,8	1,4	6,5
Soito	653	999	955	1022	53	-4,4	7,0
Vale das Éguas	65	99	81	78	52,3	-18,2	-3,7
Vale de Espinho	399	376	625	599	-5,8	66,2	-4,2
Valongo	96	151	97	102	57,3	-35,8	5,2
Vila Boa	296	316	340	307	6,8	7,6	-9,7
Vila do Touro	265	306	319	270	15,5	4,2	-15,4
Vilar Maior	230	242	248	240	5,2	2,5	-3,2
Concelho Sabugal	**12038**	**14355**	**14528**	**15099**	**19,2**	**1,2**	**3,9**

Fonte: INE, 1981, 1991, 2001 e 2011

[d] Indicadores médios de ocupação

Os níveis de ocupação dos alojamentos podem ser, genericamente, avaliados, a partir de indicadores médios, tendo por base os alojamentos clássicos ocupados como residência habitual por famílias clássicas.

O concelho do Sabugal, registando valores médios aproximados à Região em que se insere, apresentava, em 2011, **1,0 família por alojamento**, **2,4 pessoas por alojamento, 0,4 pessoas por divisão e 5,4 divisões por alojamento**.

Representando valores médios, estes indicadores escondem, obviamente, situações críticas, nomeadamente situações de famílias que partilham o mesmo alojamento, bem como a existência de alojamentos superlotados e de situações de falta de condições de habitabilidade, como se terá oportunidade de observar, mais adiante.

Quadro 4: Evolução dos Indicadores Médios de Ocupação, entre 1991 e 2011

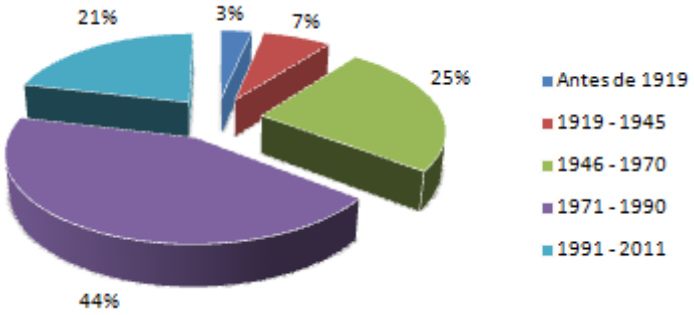
Indicadores	Divisões/ Alojamento			Famílias/ Alojamento			Pessoas/ Alojamento			Pessoas/ Divisão		
Unidade geográfica	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Concelho do Sabugal	4.7	5.0	5,4	1.0	1.0	1,0	2.5	2.3	2,4	0.5	0.5	0,4
Beira Interior Norte	4.7	5.0	5,4	1.0	1.0	1,0	2.7	2.6	2,5	0.6	0.5	0,4
Região Centro	4.8	4.9	5,3	1.0	1.0	1,0	3.0	2.8	2,6	0.6	0.6	0,4

Fonte: INE, 1991, 2001 e 2011

1.2.2. Épocas de construção e dinâmicas de crescimento

Desde 1971 até ao ano de 2011, construiu-se mais de metade (64%) do parque edificado atualmente existente no concelho do Sabugal (edifícios de habitação, de comércio e serviços e mistos), refletindo a relativa juventude daquele, sendo que, apenas, 3% é anterior a 1919.

Figura 2: Edifícios segundo a época de construção, no concelho do Sabugal (em %)



Fonte: INE - Portugal, XV Recenseamento Geral da População e V da Habitação 2011

Através do quadro seguinte é possível verificar que as épocas de construção dos edifícios do concelho do Sabugal são idênticas às da região em que se insere (64% dos edifícios da região da Beira Interior Norte são posteriores a 1971).

Internamente, as freguesias cuja evolução relativa foi mais significativa na década de 90, traduzindo assim uma maior dinâmica construtiva, foram Baraçal, Forcalhos, Pousafoles do Bispo, Pena Lobo, Ruivina, Vale de Espinho e Moita.

Quadro 5: Edifícios segundo a época de construção, por freguesia, no concelho do Sabugal (em %)

Freguesias	Edifícios	Antes de 1919	1919 - 1945	1946 - 1970	1971 - 1990	1991 - 2011
Águas Belas	283	2,8	9,9	29,3	43,1	14,8
Aldeia da Ponte	501	18,8	8,2	25,7	38,1	9,2
Aldeia da Ribeira	275	2,9	6,5	50,2	26,2	14,2
Aldeia de Santo António	596	2,5	1,2	22,8	51,5	22,0
Aldeia do Bispo	350	1,7	5,1	34,0	42,3	16,9
Aldeia Velha	537	1,7	11,9	20,1	45,3	21,0
Alfaiates	710	1,5	6,3	19,6	48,3	24,2
Badamalos	140	0,0	12,9	25,0	34,3	27,9
Baraçal	251	0,0	2,0	15,5	35,9	46,6
Bendada	604	5,6	6,5	28,1	37,6	22,2
Bismula	209	3,3	4,3	21,1	44,0	27,3
Casteleiro	487	0,6	4,9	44,6	39,4	10,5
Cerdeira	226	9,7	8,8	20,8	35,0	25,7
Foios	323	0,0	0,6	29,7	44,3	25,4
Forcalhos	212	0,0	1,9	14,2	50,0	34,0

Freguesias	Edifícios	Antes de 1919	1919 - 1945	1946 - 1970	1971 - 1990	1991 - 2011
Lajeosa	334	0,3	2,1	20,4	51,5	25,7
Lomba	104	23,1	10,6	10,6	25,0	30,8
Malcata	483	6,0	12,8	23,6	46,6	11,0
Moita	168	0,0	0,6	11,3	56,5	31,5
Nave	386	4,7	6,5	16,3	46,9	25,6
Pena Lobo	143	8,4	6,3	18,9	33,6	32,9
Pousafoles do Bispo	259	0,8	1,9	18,1	45,9	33,2
Quadrazais	750	0,3	8,7	37,5	42,0	11,6
Q.ta de São Bartolomeu	268	11,6	1,1	8,2	56,3	22,8
Rapoula do Coa	253	0,8	6,7	19,8	51,0	21,7
Rebolosa	249	0,0	9,2	18,1	45,4	27,3
Rendo	462	8,9	7,6	18,0	45,7	19,9
Ruivós	97	0,0	11,3	13,4	50,5	24,7
Ruvina	142	9,9	20,4	16,2	21,1	32,4
Sabugal	1417	2,6	9,7	25,8	39,2	22,7
Santo Estêvão	430	1,2	10,7	20,7	37,9	29,5
Seixo do Coa	276	1,4	27,2	29,3	29,3	12,7
Sortelha	556	7,2	19,2	26,1	32,6	14,9
Souto	1022	0,1	1,8	23,3	54,8	20,1
Vale das Éguas	78	1,3	3,8	24,4	48,7	21,8
Vale de Espinho	599	0,7	1,3	24,2	41,6	32,2
Vale Longo	102	0,0	8,8	44,1	40,2	6,9
Vila Boa	307	0,3	1,6	18,9	55,0	24,1
Vila do Touro	270	0,4	4,8	48,1	44,4	2,2
Vilar Maior	240	2,5	5,4	29,6	45,4	17,1
Concelho Sabugal	**15099**	**3,3**	**7,1**	**25,0**	**43,3**	**21,3**
Beira Interior Norte	**74429**	**5,6**	**9,2**	**21,7**	**37,5**	**26,0**

Fonte: INE - Portugal, 2011

Outros dados, obtidos a partir do quadro dos edifícios segundo a época de construção, nomeadamente o número médio de edifícios construídos por ano, evidencia uma dinâmica de construção média crescente de edifícios no concelho. Este ritmo apresenta uma quebra nos últimos vinte anos, entre 1991 e 2011, em que a média foi de 161 edifícios por ano.

Quadro 6: Média de Edifícios por ano em Sabugal e na Beira Interior Norte, entre 1919 e 2011

Intervalo de anos	Média de Edifícios/Ano
1919 – 1945	42
1946 – 1970	158
1971 – 1990	344
1991 – 2011	161

Fonte: INE, Cálculos próprios.

1.2.3. Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de pisos

[a] Tipo de alojamentos

O parque habitacional do concelho do Sabugal é constituído, quase na totalidade, por alojamentos clássicos (99,9%), sendo insignificante o número de alojamentos não clássicos. Em 2011, existiam apenas 9 alojamentos não clássicos.

Este cenário, referindo-se aos quantitativos em questão, é relativamente melhor que o registado uma década antes (2001, 15 alojamentos não clássicos), sendo certo que este fenómeno é irrelevante no contexto global. No entanto, falar-se em alojamentos clássicos não quer dizer, forçosamente, que existam condições dignas de habitabilidade, pois poderão existir outros contextos que perturbem a habitabilidade, como a partilha de um mesmo alojamento, situações de sobrelotação, ou degradação do alojamento.

Quadro 7: Tipo de Alojamentos, 2001 e 2011

	Alojamentos Clássicos		Não clássicos		Total	
Freguesias	**2001**	**2011**	**2001**	**2011**	**2001**	**2011**
Concelho do Sabugal	**14816**	**15321**	**15**	**9**	**14831**	**15374**
Águas Belas	280	283	0	0	280	283
Aldeia do Bispo	354	350	0	0	354	351
Aldeia da Ponte	487	500	0	0	487	501
Aldeia da Ribeira	282	275	0	0	282	275
Aldeia de Santo António	513	599	0	0	513	600
Aldeia Velha	488	539	0	0	488	541
Alfaiates	638	709	0	0	638	711
Badamalos	130	140	0	0	130	140
Baraçal	210	249	1	2	211	251
Bendada	540	613	0	0	540	614
Bismula	277	208	1	0	278	209
Casteleiro	449	486	0	0	449	487
Cerdeira	218	229	1	0	219	230
Foios	331	323	0	0	331	324
Forcalhos	216	212	0	0	216	212
Lajeosa	305	333	0	0	305	334
Lomba	104	104	0	0	104	104
Malcata	413	481	0	1	413	483
Moita	195	173	2	0	197	173
Nave	410	385	0	0	410	386
Pena Lobo	144	143	0	0	144	143
Pousafoles do Bispo	313	261	0	0	313	262
Quadrazais	650	750	0	0	650	752

Freguesias	Alojamentos Clássicos		Não clássicos		Total	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Quinta de São Bartolomeu	295	269	1	0	296	269
Rapoula do Coa	214	254	0	0	214	255
Rebolosa	291	249	0	0	291	250
Rendo	411	462	0	0	411	462
Ruivós	66	98	0	0	66	98
Ruvina	126	140	0	2	126	143
Sabugal	1523	1599	3	4	1526	1609
Santo Estêvão	423	429	1	0	424	430
Seixo do Coa	292	276	0	0	292	276
Sortelha	522	548	0	0	522	558
Souto	996	1057	3	0	999	1059
Vale das Éguas	81	78	0	0	81	78
Vale de Espinho	624	598	1	0	625	599
Vale Longo	99	102	0	0	99	102
Vila Boa	339	308	1	0	340	308
Vila do Touro	319	269	0	0	319	270
Vilar Maior	248	240	0	0	248	242

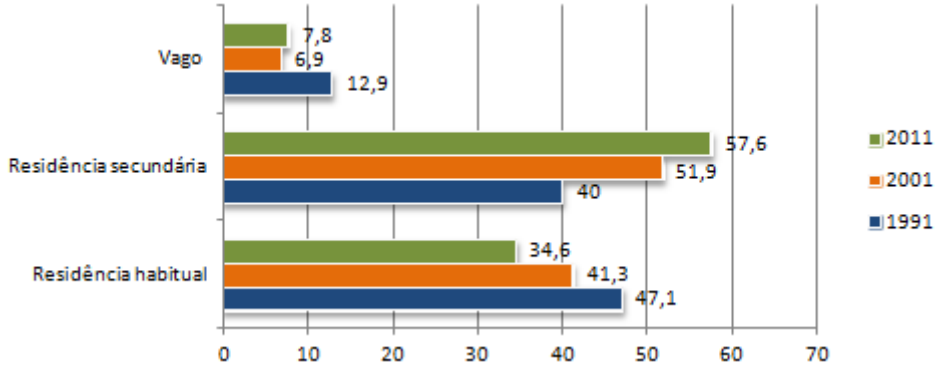
Fonte: INE, 2001 e 2011

[b] Formas de Ocupação

Os alojamentos ocupados como residência habitual representam, aproximadamente, 35% dos alojamentos existentes no concelho do Sabugal, sendo de assinalar que os alojamentos com uso sazonal ou secundário são os mais representativos (57,6%). Os fogos devolutos representam um peso residual (7,8%).

Esta distribuição das diferentes formas de ocupação do parque habitacional é um claro reflexo das dinâmicas populacionais do concelho, nomeadamente da regressão demográfica que, desde sempre muito determinada pela emigração, provoca o abandono das habitações que, por sua vez, só são utilizadas pontualmente nos períodos de férias. A evolução mais recente (2001/2011) ditou um reforço do peso dos fogos de uso sazonal e dos fogos devolutos e uma diminuição da proporção dos alojamentos de residência habitual, em clara conformidade com o decréscimo demográfico verificado no mesmo período.

Figura 3: Formas de Ocupação dos Alojamentos no Concelho do Sabugal, em 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE, 2011

Ao nível das formas de ocupação dos alojamentos, o concelho do Sabugal apresenta uma estrutura distinta da Região em que se insere (Cf. Quadro), na medida em que esta detém um peso superior de alojamentos ocupados como residência habitual, assim como de fogos vagos.

Internamente, são de salientar os seguintes comportamentos:

- freguesias com peso superior ao do concelho em termos de residência habitual (34,6%): Aldeia de Santo António, Aldeia Velha, Bendada, Bismula, Casteleiro, Cerdeira, Foios , Pena Lobo, Pousafoles do Bispo, Rebolosa, Sabugal, Sortelha e Soito;
- freguesias com um peso de fogos vagos superior ao do concelho (> 7,8%): Badamalos, Baraçal, Bendala, Cerdeira, Malcata, Moita, Nave, Pena Lobo, Qta de São Bartolomeu, Rebolosa, Rendo, Sabugal e Soito.
- freguesias com maior componente de fogos afetos ao uso secundário (> 57,6%): Águas Belas, Aldeia da Ponte, Aldeia da Ribeira, Aldeia do Bispo, Aldeia Velha, Alfaiates, Bismula, Casteleiro, Forcalhos, Lageosa, Lomba, Quadrazais, Rapoula do Coa, Ruivos, Ruivina, Santo Estevão, Seixo do Coa, Sortelha, Vale das Éguas, Vale de Espinho, Valongo, Vila Boa, Vila do Touro e Vila Maior.

Quadro 8: Formas de Ocupação dos Alojamentos Familiares, 2001 e 2011 (em %)

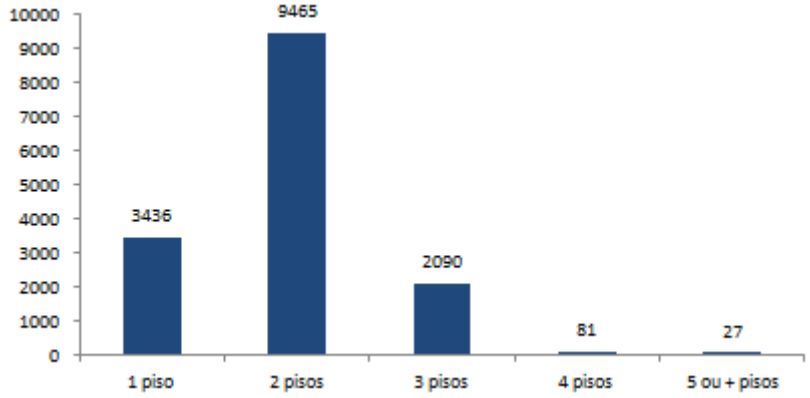
Freguesias	Residência Habitual		Residência Secundária		Vagos		Total Alojamentos (N.º)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Águas Belas	32,5	27,2	66,8	67,5	0,7	5,3	280	283
Aldeia da Ponte	29,2	25,2	70,6	74,6	0,2	0,2	487	500
Aldeia da Ribeira	34,8	25,1	65,2	74,9	0	0,0	282	275
Aldeia de St. António	54,6	46,9	41,1	48,6	4,3	4,5	513	599
Aldeia do Bispo	42,7	31,7	50,3	68,3	7,1	0,0	354	350
Aldeia Velha	41	35,8	49,8	62,0	9,2	2,2	488	539
Alfaiates	28,4	18,8	66,1	81,1	5,5	0,1	638	709
Badamalos	40	32,1	60	57,9	0	10,0	130	140
Baraçal	45,7	33,1	54,3	46,2	0	20,7	210	251
Bendada	53,9	39,8	41,1	42,7	5	17,5	540	613
Bismula	30	35,1	44,4	64,4	25,6	0,5	277	208
Casteleiro	51,2	36,2	46,5	62,1	2,2	1,6	449	486
Cerdeira	43,6	39,3	46,3	45,0	10,1	15,7	218	229
Foios	51,1	48,6	44,7	44,9	4,2	6,5	331	323
Forcalhos	23,6	20,3	76,4	78,8	0	0,9	216	212
Lageosa	37	26,4	63	69,7	0	3,9	305	333
Lomba	31,7	26,9	67,3	71,2	1	1,9	104	104
Malcata	35,4	30,5	57,1	40,5	7,5	29,0	413	482
Moita	39,5	33,5	59,5	57,8	1	8,7	195	173
Nave	34,4	28,8	65,4	58,7	0,2	12,5	410	385
Pena Lobo	53,5	45,5	37,5	42,7	9	11,9	144	143
Pousafoles do Bispo	50,8	44,8	49,2	55,2	0	0,0	313	261
Quadrazais	33,7	28,5	66,2	71,2	0,2	0,3	650	750
Qtª de S. Bartolomeu	29,2	27,9	54,6	55,0	16,3	17,1	295	269
Rapoula do Coa	49,5	30,3	50,5	69,7	0	0,0	214	254
Rebolosa	34,4	39,0	48,1	48,6	17,5	12,4	291	249
Rendo	38,9	27,1	56,7	52,8	4,4	20,1	411	462
Ruivos	47	27,6	53	71,4	0	1,0	66	98
Ruvina	34,1	28,2	55,6	69,0	10,3	2,8	126	142
Sabugal	52,7	47,9	30,1	31,4	17,3	20,6	1523	1603
Santo Estêvão	34,3	32,2	64,5	61,8	1,2	6,1	423	429
Seixo do Coa	39	30,1	61	69,9	0	0,0	292	276
Sortelha	46,4	36,3	42,5	61,9	11,1	1,8	522	548
Soito	48,7	43,9	45,7	48,0	5,6	8,1	996	1057
Vale das Éguas	33,3	32,1	53,1	66,7	13,6	1,3	81	78
Vale de Espinho	34,6	30,1	54,8	68,2	10,6	1,7	624	598
Valongo	34,3	27,5	65,7	72,5	0	0,0	99	102
Vila Boa	41,6	33,4	58,4	66,6	0	0,0	339	308
Vila do Touro	37,9	27,9	39,8	64,3	22,3	7,8	319	269
Vilar Maior	35,1	29,6	51,6	70,4	13,3	0,0	248	240
Concelho do Sabugal	**41,3**	**34,6**	**51,9**	**57,6**	**6,9**	**7,8**	**14816**	**15330**
Beira Interior Norte	**54.8**	**48,7**	**34.1**	**38,5**	**11.1**	**12,8**	**79358**	**85515**

Fonte: INE, 2011

[c] Edifícios segundo o número de pisos

Fazendo jus à sua vocação rural e à tipologia unifamiliar dominante neste contexto, o parque edificado do concelho do Sabugal, é predominantemente constituído por moradias com dois (63%) e um pisos (23%), existindo, num total de 15.099 edifícios, apenas cerca de 2.200 edifícios com três ou mais pisos (15%), estando estes últimos situados, na maioria, nas freguesias do Souto, Sabugal, Quadrazais, Aldeia de Santo António, Vale de Espinho, Malcata e Alfaiates.

Figura 4: Edifícios segundo o número de pisos, 2011



Fonte: INE - Portugal, 2011

Quadro 9: Edifícios segundo o número de pisos, 2011

Freguesias	Total	1 piso	2 pisos	3 pisos	4 pisos	5 ou + pisos
Águas Belas	283	113	164	6	0	0
Aldeia da Ponte	501	89	369	43	0	0
Aldeia da Ribeira	275	69	162	37	1	6
Aldeia de Santo António	596	141	307	135	9	4
Aldeia do Bispo	350	44	240	66	0	0
Aldeia Velha	537	118	389	27	3	0
Alfaiates	710	108	495	101	6	0
Badamalos	140	15	90	35	0	0
Baraçal	251	55	189	6	0	1
Bendada	604	168	388	47	1	0
Bismula	209	164	43	2	0	0
Casteleiro	487	299	166	22	0	0
Cerdeira	226	44	157	25	0	0
Foios	323	70	231	21	1	0
Forcalhos	212	48	161	3	0	0
Lajeosa	334	89	229	16	0	0
Lomba	104	12	89	3	0	0
Malcata	483	15	365	102	1	0
Moita	168	34	112	22	0	0
Nave	386	202	159	25	0	0
Pena Lobo	143	9	109	24	1	0
Pousafoles do Bispo	259	12	240	7	0	0
Quadrazais	750	97	468	178	5	2

Freguesias	Total	1 piso	2 pisos	3 pisos	4 pisos	5 ou + pisos
Quinta de São Bartolomeu	268	37	163	67	1	0
Rapoula do Coa	253	123	121	9	0	0
Rebolosa	249	36	164	49	0	0
Rendo	462	42	362	57	1	0
Ruivós	97	11	68	17	1	0
Ruvina	142	25	95	21	1	0
Sabugal	1417	335	786	252	31	13
Santo Estêvão	430	34	285	108	3	0
Seixo do Coa	276	124	131	20	1	0
Sortelha	556	238	305	13	0	0
Souto	1022	91	605	312	13	1
Vale das Éguas	78	8	32	38	0	0
Vale de Espinho	599	49	436	113	1	0
Vale Longo	102	22	72	8	0	0
Vila Boa	307	25	234	48	0	0
Vila do Touro	270	175	91	4	0	0
Vilar Maior	240	46	193	1	0	0
Sabugal	**15099**	**3436**	**9465**	**2090**	**81**	**27**
Beira Interior Norte	**74429**	**23008**	**39408**	**10012**	**1255**	**746**

Fonte: INE, 2011

1.2.4. Condições de habitabilidade

As condições de habitabilidade são um importante indicador de avaliação de qualidade de vida da população. Podem ser avaliadas, genericamente, através dos seguintes indicadores:

- instalações existentes nos alojamentos (instalações de banho ou duche e sistema de aquecimento);
- tipo de ocupação (simples ou partilhada);
- índices de lotação (sub ou sobrelotação).

Relativamente às instalações existentes nas habitações, a situação, é hoje (Censos 2011), francamente satisfatória, uma vez que cerca de 96% dos alojamentos de residência habitual possui instalações de banho/duche e sistema de aquecimento. É de assinalar a evolução claramente positiva registada nas últimas duas décadas, atendendo a que, em 1991, cerca de 37% dos alojamentos não possuía instalações de banho ou duche. Relativamente a sistema de aquecimento, é de registar que, em 2001, apenas 24 alojamentos não possuíam qualquer tipo de aquecimento e, dos sistemas existentes, o grande predomínio é, naturalmente, a lareira (94,5%).

A existência de situações de sobrelotação, denuncia, na maior parte dos casos, a ausência de condições dignas de habitabilidade. No concelho do Sabugal existiam, em 2001, 455 famílias a residir em fogos com divisões a menos para a população que nelas residia (alojamentos sobrelotados). Contudo, em 2011, esse valor reduziu para 263 famílias.

Em termos da distribuição espacial deste fenómeno, é a freguesia do Sabugal que regista o maior volume de casos de sobrelotação, não obstante existirem indiscriminadamente, em todas as freguesias do concelho, no entanto, em termos absolutos, os maiores registos se verifiquem nas freguesias de Sabugal, Souto e Aldeia de Santo António.

Quadro 10: Famílias em alojamentos sobrelotados, em 2011

Freguesias	Sobrelotação (N.º de famílias)
Sabugal	**263**
Águas Belas	10
Aldeia do Bispo	6
Aldeia da Ponte	5
Aldeia da Ribeira	1
Aldeia de Santo António	20
Aldeia Velha	3
Alfaiates	9
Badamalos	5
Baraçal	4
Bendada	15
Bismula	9
Casteleiro	2
Cerdeira	4
Foios	0
Forcalhos	4
Lajeosa	2
Lomba	0
Malcata	5
Moita	1
Nave	5
Pena Lobo	4
Pousafoles do Bispo	5
Quadrazais	6
Quinta de São Bartolomeu	3
Rapoula do Coa	5
Rebolosa	3
Rendo	7
Ruivós	6
Ruvina	2
Sabugal	43

Santo Estêvão	12
Seixo do Coa	5
Sortelha	13
Souto	18
Vale das Éguas	0
Vale de Espinho	5
Vale Longo	3
Vila Boa	6
Vila do Touro	2
Vilar Maior	5

Fonte: INE, 2011

1.3. Avaliação das Carências Habitacionais

O parque habitacional é uma área de estudo onde a análise global de números é perigosa e só permite uma aproximação à realidade, para além da frequente falta de adequação da informação estatística à análise aprofundada do problema. No entanto, apresenta-se uma análise, em termos estruturais, das situações de carência.

No presente caso, quando se fala em défices/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população, em função dos escalões de rendimento.

Consideram-se, então, défice/carência habitacional, situações em que:

1. famílias vivem em alojamentos não clássicos;
2. famílias partilham fogos;
3. famílias que, vivendo sozinhas em fogos clássicos, sobreocupam-nos por falta de divisões assoalhadas;
4. famílias vivem em fogos obsoletos (degradados);

Existem vários critérios utilizados no cálculo de carências habitacionais (estáticas). Por razões de consenso é utilizado, estruturalmente, o de Abílio Cardoso[1], que considera que as carências quantitativas resultam da "*soma das famílias em alojamentos não clássicos com metade do excesso de famílias (ou indivíduos isolados) sobre fogos no parque partilhado e com um terço das famílias que não partilhando, sobreocupam as suas habitações*", à qual se adiciona a componente dinâmica da depreciação do parque habitacional (1/3 dos fogos anteriores a 1932).

[1] Planeamento Municipal e a Habitação, Coleção CCRN, Escher, Nov.1991

Assim, para efeitos de cálculo das carências habitacionais no concelho do Sabugal, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$CQ = F_{an}C + 1/2F_{FP} + 1/3F_S + 1/3\ F_{a1932}$$

CQ = Carência Quantitativa

FA_nC = Famílias em Alojamentos não Clássicos

FFP = Famílias em Fogos Partilhados

FS = Fogos Sobrelotados

Fa_{1932} = Fogos de construção anterior a 1932

Os alojamentos não clássicos, são todos aqueles que não correspondem aos padrões de habitabilidade socialmente aceites (barracas, improvisações, construções rudimentares de madeira, instalações móveis, entre outros). Consideram-se, portanto, carências todas as situações existentes contabilizadas. Existiam, à data dos Censos 2001, **15 alojamentos não clássicos, nos quais viviam 15 famílias**.

As situações de partilha ocorrem quando um alojamento familiar é ocupado, como residência habitual, por mais de uma família. Existiam, à data dos Censos de 2001, **41 famílias em fogos partilhados**.

Os fogos sobrelotados são aqueles em que existe défice de divisões em relação às pessoas que nele residem. Existiam, à data dos Censos 2001, **455 famílias em fogos sobrelotados**.

A obsolescência do parque habitacional (componente qualitativa dinâmica) tenta captar a depreciação do parque, quantificando as necessidades de substituição dos fogos que vão atingindo o termo da vida útil, isto é, quando começam a faltar alguma ou algumas funções e/ou surgem deficiências no desempenho global (degradação). Este indicador é representado por parte dos alojamentos de construção anterior a 1932. À data dos Censos 2001, existiam **642 fogos anteriores a 1932**.

A ponderação feita nos quatro indicadores tem a ver com a necessidade de consideração de algumas situações, nomeadamente:

- a ponderação feita no segundo e terceiro indicadores (1/2 Famílias em Fogos Partilhados + 1/3 Fogos Superlotados) está a considerar a existência de casos de partilha de alojamentos por pessoas consideradas como famílias diferentes e que podem não necessitar de alojamentos independentes, enquanto jovens casais que

ficam em casa dos pais por dificuldade de acesso a uma habitação são consideradas como fazendo parte da família daqueles. O conceito de núcleo familiar seria mais operacional, mas o cada vez maior número de famílias sem núcleos, impede o conhecimento das carências reais de alojamento para os utentes destes fogos. Acresce, ainda, a possível ocorrência de situações de dupla contagem, devido ao facto de que fogos partilhados poderão estar sujeitos a superlotação crítica;

- sendo a "Obsolescência do Parque Habitacional" um indicador difícil de contabilizar é representado por 1/3 dos edifícios de construção anterior a 1932 (considerando-se a idade técnica limite de ± 70 anos). A ponderação feita neste indicador contempla a eventual tripla contagem devido à possível hipótese de os fogos mais antigos poderem registar, paralelamente, situações de partilha, as quais, por sua vez, poderão ocorrer, em simultâneo, com situações de superlotação crítica.

De acordo com esta metodologia, à data do último Recenseamento Geral da População e da Habitação (2001), existia no Concelho do Sabugal, um défice de, aproximadamente, 401 fogos (cerca de 3% do parque de alojamentos clássicos) e as freguesias com maior peso de carências habitacionais, naquela data, eram Ruvina, Sortelha, Cerdeira do Coa e Baraçal.

Se atendermos a que estão devolutos cerca de 7% dos alojamentos clássicos (1016 fogos), afigura-se imediato concluir que não há necessidade de mais fogos para suprir as carências atualmente existentes. Obviamente, esta é uma análise pouco legítima na medida em que, quando se fala em défice/carências habitacionais, não se está a referir a falta absoluta de alojamentos, **mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento**.

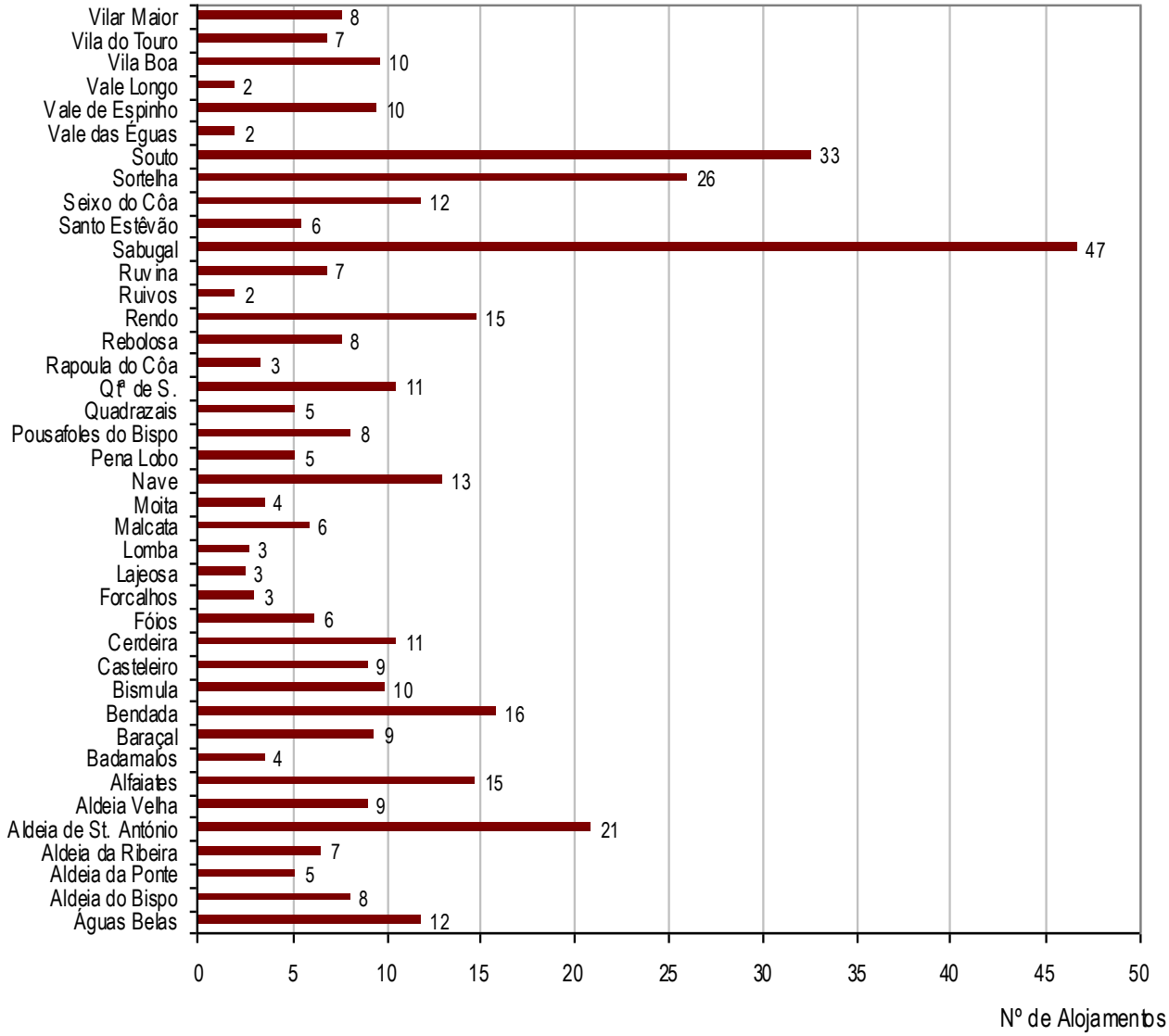
Os fogos devolutos, dos quais 142 para venda e 129 para aluguer, não serão provavelmente destinados à população residente nos alojamentos referidos anteriormente, daí referir-se que se considera carência quando há falta de alojamento a custos adequados aos escalões de rendimento da população e não à falta absoluta de casas que, como se sabe, não é o caso do concelho do Sabugal.

Obviamente que, neste contexto, devem considerar-se situações de carência habitacional mais premente e preocupante os casos de alojamentos não clássicos, nomeadamente as barracas e outras improvisações, que no caso, e, em 2001, eram 15, nos quais residiam 15 famílias.

Como se referiu no início deste sub-capítulo, o parque habitacional é uma área de estudo onde a análise global de números pode ser perigosa e só permite uma aproximação à realidade, para além da frequente falta de adequação da informação estatística à análise aprofundada do problema, tendo, por este mesmo motivo, de usar-se vias indiretas e aplicar de ponderações numa tentativa de aproximação à realidade. Daí que, os valores apresentados sejam, obviamente, indicativos. Um conhecimento exaustivo das situações de carência extravasa a escala do PDM, mas será naturalmente importante conhecer num contexto de necessidade de resposta social.

Por freguesia, a distribuição de carências habitacionais é a que se pode observar na figura e quadro seguintes.

Figura 5: Carências habitacionais (em n.º de alojamentos), por freguesia, em 2001



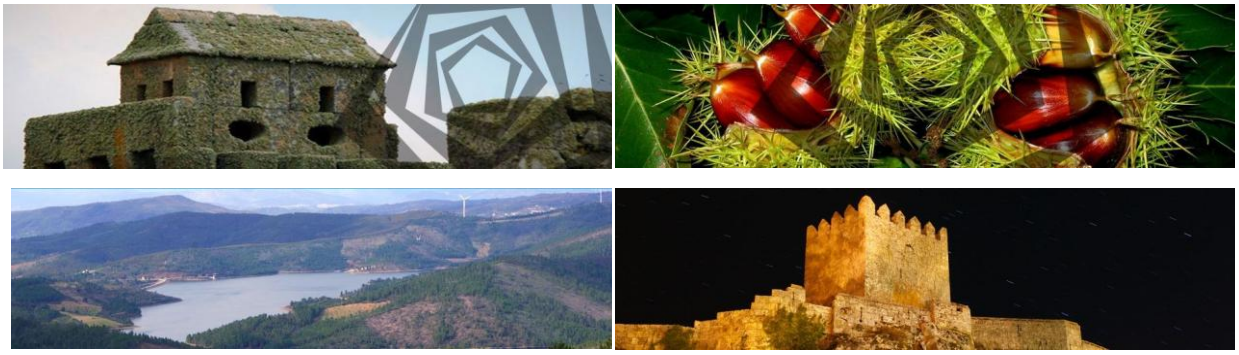
Quadro 11: Carências habitacionais, no concelho do Sabugal, por freguesia, em 2001

Freguesias	Alojamentos Clássicos (N.º)	Carências Habitacionais (alojamentos)	
		N.º	%
Águas Belas	280	12	4,3
Aldeia da Ponte	487	5	1,1
Aldeia da Ribeira	282	7	2,4
Aldeia de St. António	513	21	4,1
Aldeia do Bispo	354	8	2,3
Aldeia Velha	488	9	1,9
Alfaiates	638	15	2,3
Badamalos	130	4	2,8
Baraçal	210	9	4,5
Bendada	540	16	3,0
Bismula	277	10	3,6
Casteleiro	449	9	2,0
Cerdeira do Coa	218	11	4,9
Foios	331	6	1,9
Forcalhos	216	3	1,5
Lageosa	305	3	0,9
Lomba	104	3	2,7
Malcata	413	6	1,5
Moita	195	4	1,9
Nave	410	13	3,2
Pena Lobo	144	5	3,7
Pousafoles do Bispo	313	8	2,7
Quadrazais	650	5	0,8
Qtª de S. Bartolomeu	295	11	3,6
Rapoula do Coa	214	3	1,6
Rebolosa	291	8	2,7
Rendo	411	15	3,6
Ruivos	66	2	3,3
Ruvina	126	7	5,6
Sabugal	1523	47	3,1
Santo Estêvão	423	6	1,3
Seixo do Coa	292	12	4,1
Sortelha	522	26	5,0
Soito	996	33	3,3
Vale das Éguas	81	2	2,7
Vale de Espinho	624	10	1,5
Valongo	99	2	2,0
Vila Boa	339	10	2,9
Vila do Touro	319	7	2,2
Vilar Maior	248	8	3,2
Concelho do Sabugal	**14816**	**401**	**2,7**

Fonte: INE, 2001



RL 07 _ HABITAÇÃO



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 08 _ EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ Equipamentos Coletivos 3

1.1. Introdução 3

1.1.1. Enquadramento geral 3

1.1.2. Metodologia 4

1.1.3. Considerações de destaque 5

1.2. Equipamento Educativo 7

1.2.1. Introdução 7

1.2.2. Ensino pré-escolar 7

1.2.3. Ensino Básico Integrado 9

1.3. Equipamento de Solidaridade e Segurança Social 11

1.3.1. Introdução 11

1.3.2. Equipamentos de apoio a crianças e jovens 12

1.3.3. Equipamentos de apoio aos idosos 13

1.4. Equipamento de Saúde 17

1.4.1. Introdução 17

1.4.2. Centros de Saúde e Extensões 17

1.4.3. Farmácias 18

1.5. Equipamento Desportivo 19

1.6. Equipamento Cultural e Recreativo 22

1.7. Equipamento de Segurança e Proteção Civil 23

1.8. Síntese Conclusiva 24

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ Equipamentos Coletivos

1.1. Introdução

1.1.1. Enquadramento geral

O nível de desenvolvimento sócio-económico de qualquer população mede-se, não só pelo nível de rendimento, condições de habitabilidade, etc., mas também pelas possibilidades de acesso a uma determinada gama de equipamentos coletivos, cabendo ao Estado (Poder Central e/ou Local) garantir que todos os indivíduos tenham acesso a esses equipamentos.

Os equipamentos coletivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A sua disseminação pelo território concelhio não é, naturalmente, viável pelo que deve optar-se por uma distribuição equilibrada, em função da dinâmica económica e social do concelho, de forma a ser possibilitado o acesso fácil aos seus potenciais utilizadores. É, neste sentido, que se efetua a análise da situação atual e, em fase posterior, serão ponderadas as tendências futuras, em termos de necessidades para cada equipamento, de acordo com o cenário demográfico adotado no Plano Diretor Municipal.

1.1.2. Metodologia

Os equipamentos coletivos considerados, pelo seu **papel essencial de apoio social** e **de satisfação das necessidades básicas da população**, são os seguintes:

- Equipamento Educativo
- Equipamento de Solidariedade e Segurança Social
- Equipamento de Saúde
- Equipamento Desportivo
- Equipamento Cultural e Recreativo
- Equipamento de Segurança e Proteção Civil

São analisadas duas componentes no âmbito das carências atuais e, posteriormente, nas necessidades futuras de equipamento escolar:

- **Necessidades quantitativas**, que deverão traduzir um ajustamento entre a população utilizadora, específica para cada tipo de equipamento, e o equipamento necessário;
- **Necessidades de melhorias qualitativas**, de acordo com o estado de conservação atual dos edifícios e com a existência de instalações próprias ou provisórias/adaptadas. A necessidade de melhorias "qualitativas" é representada pelos edifícios em mau estado de conservação e em instalações provisórias/adaptadas, sendo consideradas como carência "quantitativa". Com efeito, estas unidades não estarão nas condições normais de funcionamento, representando muitas vezes perigo, devendo ser, progressivamente, substituídas. Estas situações associadas a outras, em que há subutilização de determinados espaços, deverão conduzir a soluções de melhor gestão e não forçosamente, de mais construção, como normalmente se procede.

Os critérios utilizados na análise e diagnóstico estão em conformidade com as "**Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos**" da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Edição Revista e Atualizada, maio 2002. Estas normas constituem apenas uma base de trabalho de caráter indicativo e relativo, não devendo ser analisadas e utilizados de forma linear e mecânica. Caso a caso são feitas as adaptações necessárias, de acordo com as características e enquadramento das áreas e equipamentos em estudo.

Os dados das escolas referem-se ao ano letivo 2003/2004, e os dados dos restantes equipamentos, salvo as exceções assinaladas, datam do 1º semestre de 2003.

A **metodologia e faseamento** utilizados no decurso da elaboração do PDM é a seguinte:

- na 1ª Fase, faz-se a análise da situação atual e determinam-se as carências existentes;
- na 2ª Fase, desenvolve-se a proposta de novos equipamentos que se prevê, virem a ser necessários, durante a vigência deste Plano, em função do cenário demográfico adotado e do modelo de desenvolvimento proposto para o território concelhio.

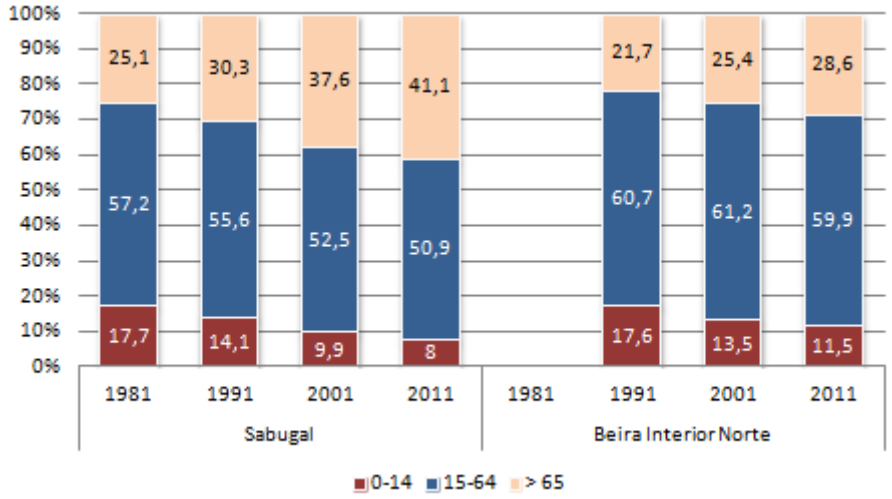
1.1.3. Considerações de destaque

As tendências demográficas mais recentes apontam, em termos nacionais e regionais, para o aumento do peso da população idosa e para a diminuição da proporção da população jovem. Esta evolução é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de proteção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos. Por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Efetivamente, o concelho do Sabugal está a registar um acelerado processo de envelhecimento da sua pirâmide etária, materializado duplamente, tanto ao nível do esvaziamento da base (de 1991 para 2011, a população jovem passou de 14,1% para 8%), bem como do empolamento do topo (no mesmo período, a população idosa, que já representava 30,0% da população total, viu ascender este valor para 41,1%).

Esta não é, contudo, uma evolução distinta daquele que é o cenário generalizado do interior do país e concretamente da Região Centro e da sub-região em que Sabugal se insere.

Figura 1: Distribuição da população por grupos etários, entre 1981 e 2011 no Concelho de Sabugal e na Beira Interior Norte



Fonte: INE, 1981 a 2011.

Os equipamentos coletivos são destinados à utilização de toda a população concelhia, com o fim último de satisfazer as necessidades básicas da população, direcionando-se, contudo, predominantemente, para determinados grupos etários. Assim, a análise do dimensionamento de cada tipologia de equipamento face à população a que se destina exige, em alguns casos, o conhecimento da idade da população, por grupos etários específicos. Com efeito, se os equipamentos de saúde, desportivos e culturais e recreativos são dimensionados tendo por base a população concelhia total, já os equipamentos de ensino e segurança social destinam-se a populações específicas, nomeadamente crianças, jovens e idosos. Tendo em conta esta necessidade, apresenta-se, no quadro seguinte, a população por idades para as tipologias de equipamentos ou níveis de ensinos considerados nesta abordagem.

Quadro 1: Evolução da População, entre 1991 e 2001, por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino

Escalão etário	Nível de Ensino e/ou Tipologia do Equipamento	População 1991	População 2001	Taxa de Variação (%)
0 – 2 anos	Creche	366	232	**-36,6**
3 – 5 anos	Jardim Infantil	405	248	**-38,8**
6 – 9 anos	1º Ciclo do Ensino Básico	705	395	**-44,0**
10 – 11 anos	2º Ciclo do Ensino Básico	356	227	**-36,2**
12 – 14 anos	3º Ciclo do Ensino Básico	548	376	**-31,4**
Sub-total (Jovens)	-	**2380**	**1478**	**-37,9**
15 – 17 anos	Ensino Secundário	550	480	**-12,7**
> 65 anos (Idosos)	**Lares e Centros de Dia**	**5133**	**5590**	**8,9**

Fonte: Censos 1991 e 2001, INE - Portugal

1.2. Equipamento Educativo

1.2.1. Introdução

Os níveis de ensino da rede educativa, em análise, são os seguintes:

- **Ensino Pré-escolar:**
  - Jardins de infância
- **Ensino Básico Integrado:**
  - 1º Ciclo (EB1)
  - 2º Ciclo (EB2)
  - 3º Ciclo (EB3)
- **Ensino Secundário**

1.2.2. Ensino pré-escolar

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo "a educação pré-escolar é facultativa e destinada a crianças com 3, 4 e 5 anos de idade" (n.º 3 e n.º 8, Art.º 5º). Nos termos do artigo 40º da mesma Lei, está determinado que a "*educação pré-escolar deve ser realizada em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares em que também seja ministrado o 1º ciclo do Ensino Básico ou, ainda, em edifícios onde se realizem outras atividades sociais, nomeadamente de educação extraescolar*".

O ensino pré-escolar (Ensino Pré-Primário) é ministrado nos Jardins de Infância (estabelecimentos da rede oficial - Ministério da Educação/Autarquia, mas também por Instituições de Solidariedade Social e Privados), e, presentemente, as unidades existentes no concelho do Sabugal, cobrem, globalmente, em termos teóricos e quantitativos, as necessidades da população afeta a este nível de ensino, não significando que, caso a caso (análise à freguesia), não existam assimetrias na distribuição dos estabelecimentos face às populações a servir.

De acordo com dados fornecidos pela Câmara Municipal, no concelho do Sabugal existem 9 Jardins de Infância, distribuídos por sete das trinta freguesias do concelho, nomeadamente Aldeia de Santo António, Aldeia Velha, Bendada, UF Aldeia de Stº António e Sabugal, UF Santo Estevão e Moita, Soito e Cerdeira, os quais deram apoio, no ano letivo 2015/2016, a 177 crianças. Destas unidades, 6 pertencem ao sub-setor público e as restantes a IPSS.

Quadro 2: Equipamentos com valência pré-escolar no concelho de Sabugal, anos letivos 2006/2007 e 2009/2010 e 2015/2016

	2006/2007	2009/2010	2015/2016
Agrupamento			
Aldeia da Ponte	11	7	-
Aldeia de S. António	19	10	9
Aldeia Velha	8	6	9
Alfaiates	6	5	-
Bendada	15	6	6
Bismula	4	-	-
Casteleiro	4	2	-
Foios	5	-	-
Malcata	5	-	-
Sabugal	47	52	37
Santo Estêvão	5	6	8
Soito	25	33	28
Vale de Espinho	5	6	-
Vila Boa	8	-	-
Subtotal	**166**	**133**	**97**
Extra- Agrupamento			
Casa do Cristo Rei	10	10	10
Centro Assis. Cerdeira	16	13	8
S. C. M. Sabugal	69	37	62
Sub-total	**95**	**60**	**80**
Total	**261**	**193**	**177**

Fonte: Câmara Municipal de Sabugal

De acordo, com o PDM em vigor, no ano letivo 2006/2007, existiam dezassete jardins infantis, ou seja, menos oito que os que funcionam atualmente.

A evolução demográfica tendencial, dificilmente invertida no horizonte do PDM, não faz prever a necessidade de mais equipamentos para este nível de ensino.

1.2.3. Ensino Básico Integrado

[a] Introdução

"O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de 4 anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos" (n.º 1, Art.º 8º da LBSE) e *"a articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspetiva de unidade global do ensino básico"* (Art.º 8º n.º 2).

[b] 1º Ciclo do Ensino Básico

O 1º ciclo do ensino básico corresponde ao antigo ensino primário, compreendendo a faixa etária dos 6 aos 9 anos.

O ensino básico que se pretende implantar, e de acordo com a atual Lei de Bases, deverá assegurar a sequencialidade dos três ciclos em que se divide, devendo evitar-se a vinculação exclusiva das instalações a um único ciclo de ensino. No entanto, a atual rede do ensino primário compõe-se, ainda, por edifícios de pequena dimensão, situados em zonas de significativa dispersão populacional.

No Sabugal, no ano letivo 2015/2016, existiam 7 Escolas Básicas do 1º Ciclo (EB 1), frequentadas por 248 alunos.

Quadro 3: 1º Ciclo do Ensino Básico no ano letivo 2009/ 2010 e 2015/2016

Nome da Escola	2006/2007	2009/2010	2015/2016
EB1 de Aldeia da Ponte	11	12	-
EB1 de Aldeia de Santo António	30	24	21
EB1 de Aldeia Velha	10	11	10
EB1 de Alfaiates (a encerrar no ano letivo 2010/11)	14	10	-
EB1 de Baraçal	8	-	-
EB1 de Bendada	12	13	4
EB1 de Bismula	12	-	-
EB1 de Cerdeira do Coa	7	17	10
EB1 de Rapoula do Coa	15	12	-
EB1 de Rendo	6	-	-
EB1 de Ruvina	20	17	27
EB1 de Sabugal	135	158	133
EB1 de Santo Estêvão	22	14	-
EB1 de Soito	50	36	43
EB1 de Vale de Espinho (a encerrar no ano letivo 2010/11)	19	7	-
EB1 de Vila Boa	7	10	-
TOTAL	**378**	**341**	**248**

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal.

As escolas existentes encontram-se, de um modo geral, em razoável / bom estado de conservação, com exceção das EB1 de Bendada e Santo António (Bendada) que se encontram em mau estado.

Das 7 EB1 existentes, 1 tem menos de 10 alunos, facto que, de acordo com a atual política da Administração Central, poderá levar ao encerramento destas escolas.

Com efeito, a política da Administração Central nesta matéria, ditou, que, no final do ano letivo (2003/2004), encerrassem todas as escolas que tivessem menos de cinco alunos. Posteriormente, e na sequência das orientações do Ministério da Educação, nesta matéria, estava previsto o encerramento, até 2007, das escolas que possuíssem menos de 10 alunos. Deste modo, o concelho do Sabugal viu reduzida para mais de metade, a oferta de equipamentos de ensino com valência de 1º ciclo de ensino básico.

O reordenamento da rede escolar conduziu a melhorias qualitativas no estado de conservação e de funcionamento das instalações.

[c] 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

O **2º ciclo** do Ensino Básico corresponde ao ciclo preparatório e ao escalão etário 10-11 anos.
O **3º ciclo** do Ensino Básico encerra os 9 anos de escolaridade básica e corresponde a um período de 3 anos (7º, 8º e 9º anos), destinado à população com 12, 13 e 14 anos.
O **Ensino Secundário** corresponde a um ciclo global com a duração de 3 anos e a faixa etária a que se destina este nível de ensino é a dos 15-17 anos.

No concelho do Sabugal existem quatro estabelecimentos relativos a estes níveis de ensino, dois oficiais e dois particulares.

A freguesia do Sabugal possui a única escola secundária do Concelho (ES/3 do Sabugal), assim como a escola do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico. As escolas particulares encontram-se nas freguesias de Cerdeira do Coa e Soito.

Quadro 4: 2°, 3° Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário (Ano letivo 2006/ 2007 e 2009/2010 e 2015/2016)

Nome do Estabelecimento de Ensino	Nível de Ensino	Capacidade (n.° de alunos)	Número de salas	2006/2007 N° alunos	2009/2010 N° alunos	2015/2016 N° alunos
EB 2,3 do Sabugal	2° ciclo 3° ciclo	350	15	113 60	120 80	2° Ciclo – 90 3° Ciclo – 151
ES/3 de Sabugal	3° ciclo Secundário	600	23	164 167	97 188	Secundário - 135
Escola Regional Dr. Dinis da Fonseca	2° ciclo 3° ciclo	184	3	61 75	44 86	29 50
Externato Secundário do Soito	2° ciclo 3° ciclo	180	5	40 46	35 61	30 46
Total	**-**	**1364**	**46**	**726**	**711**	**531**

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Quadro 5: Oferta de Ensino Profissional e Cursos de Educação/Formação no concelho de Sabugal, no ano letivo 2015/2016

Instituição	Designação do Curso	N° de Alunos
Escola Secundária C/3° CEB do Sabugal	**Técnico de Comércio**	**17**
Escola Secundária C/3° CEB do Sabugal	**Técnico de Turismo Ambiental e Rural**	**20**
Escola Secundária C/3° CEB do Sabugal	**Gestão de Equipamentos Informáticos / Restauração**	**22**
TOTAL		59

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

No caso do ensino secundário, o concelho de Sabugal apresenta ofertas nos cursos de ensino profissional nas áreas de Comércio, Turismo e Gestão.

1.3. Equipamento de Solidaridade e Segurança Social

1.3.1. Introdução

Com o objetivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou escalões etários mais dependentes, as instituições de Segurança Social baseiam a sua ação na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

No Concelho de Sabugal, essa ação passa designadamente por:

- **apoio à infância e juventude:**
  - creches
  - centros ATL
- **apoio à população idosa:**
  - lares
  - centros de dia
  - apoio domiciliário

1.3.2. Equipamentos de apoio a crianças e jovens

[a] Creches

As creches destinam-se a acolher crianças dos 3 meses até aos 2 anos de idade, durante as horas de trabalho dos pais, visando proporcionar igualdade de oportunidades a todas as crianças, uma vez que concorrem para o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social.
De acordo com as normas de programação para este equipamento, a área de irradiação deve estender-se à freguesia e a população base não deverá ser inferior a 5000 habitantes. A unidade mínima não deverá ter menos de 5 crianças, nem a máxima mais de 35.

A existência de equipamento de apoio à infância, em especial no período que antecede a escolaridade obrigatória, torna-se fundamental em áreas onde se verificam elevadas taxas de atividade feminina, o que não acontece na generalidade do concelho do Sabugal. Daí que, neste concelho, apenas existam quatro unidades com a valência creche, distribuídas pelas freguesias de Sabugal, Cerdeira, Soito e União de freguesias de Ruivina, Ruivós e Vale das Éguas, tendo, no ano letivo 2015/2016, prestado apoio a 82 crianças. Apenas a creche do Soito se encontra a funcionar no limite das suas capacidades.

Tendo em conta que existiam, em 2001, 232 crianças residentes com idade para frequentar a creche, e só 82, efetivamente o fizeram, o concelho apresenta uma taxa de cobertura de 35%, valor superior à meta fixada pela Administração Central, para 2010, que é de 33%.

Quadro 6: Creches no concelho de Sabugal (2016)

Nome da Instituição	Freguesia	Capacidade	N° de utentes
Casa de Cristo Rei	Ruvina	5	5
Centro de Assistência Social de Cerdeira	Cerdeira	20	6
Santa Casa da Misericórdia	Sabugal	74	41
Soito	Soito	30	30
Total		**129**	**82**

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

A dotação atual, bem como a evolução demográfica previsível, não fazem prever, a prazo, a necessidade de mais unidades com esta valência.

[b] Atividades de Tempos Livres

Os centros de atividades de tempos livres destinam-se a acolher crianças de idade compreendida entre a idade legal de ingresso no ensino básico e os 12 anos e funcionam em dois grupos – manhã e tarde. Nestes centros são desenvolvidas atividades de animação sócio-recreativa com o objetivo da prevenção de situações sociais de risco.

Os critérios de dimensionamento oficiais não apresentam valores indicativos, apenas aconselham a existência destas unidades em situações de elevada percentagem de mão de obra feminina e situações de risco social, o que, globalmente, não se verifica neste concelho.

Quadro 7: Atividades de Tempos Livres (ATL), ano letivo 2015/2016

Entidade Proprietária	Freguesia	N° de Alunos
Casa Cristo Rei	Ruvina	8
Santa Casa da Misericórdia	Sabugal	50
	Total	**58**

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

No concelho de Sabugal, existem somente dois ATL, a funcionar na freguesia de Sabugal e na União de Freguesias Ruivina, Ruivós e Vale das Éguas, que no ano letivo 2015/2016 prestaram apoio a 58 alunos.

1.3.3. Equipamentos de apoio aos idosos

[a] Lares, Centros de Dia

É cada vez mais preocupante e problemática, a questão do envelhecimento demográfico e, por consequência, do apoio à 3ª Idade, com todos os problemas que lhes são inerentes. Estas questões deverão ser tratadas com mais acuidade, devendo começar-se a pensar no conjunto de condições, que forçosamente terão de vir a ser criadas, de resposta a este fenómeno emergente.

O chamado **envelhecimento demográfico** da Europa comunitária é, segundo a publicação "A Europa em Números", do Serviço de Estatística da CE, *"o fenómeno mais importante deste fim de século"* e "*levanta problemas múltiplos*", designadamente, *"a redução de parte dos ativos criará dificuldades financeiras ao financiamento das pensões de reforma, porá em perigo o equilíbrio dos orçamentos de proteção social e* ***aumentará a necessidade de serviços especializados de alojamento***" (Expresso, 12 de junho de 1993). Entre outras consequências, aparentemente mais importantes, coloca-se, precisamente, a questão que interessa nesta abordagem, da

"necessidade de serviços especializados de alojamento".

O recurso ao Lar obriga ao abandono das casas e, normalmente, têm implícita uma maior dependência dos idosos. Os Centros de Dia têm por objetivo evitar o isolamento dos idosos, favorecendo as relações pessoais e permitem colocar, à disposição dos idosos, formas de ajuda adequadas à sua situação, não obrigando, desta forma, ao abandono das suas casas.

De acordo com dados fornecidos pela Câmara Municipal de Sabugal, existem vinte e um lares e vinte centros de dia. Os Lares estão na maioria a funcionar no limite das capacidades (doze dos vinte e um existentes), o mesmo não acontecendo no caso dos centros de dia. Este facto poderá indiciar a necessidade de mais estruturas destas, tendo em conta que proporcionam um serviço distinto dos centros de dia.

Quadro 8 – Lares existentes no concelho de Sabugal, em 2015

Freguesia	Entidade Proprietária	Capacidade (nº utentes)	Nº de Utentes
Aldeia de Sto António	Liga Amigos da Freg. de Aldeia de Sto António	30	30
Aldeia da Ponte	Assoc. Amigos de Aldeia da Ponte	53	53
Aldeia do Bispo	Centro Social e Paroquial Nª Sra de Milagres	60	60
Aldeia Velha	Casa do Povo de Aldeia Velha	50	50
Alfaiates	SCM Alfaiates	45	45
Bendada	Casa do Povo de Bendada	21	21
Bismula	SCM Bismula	32	32
Casteleiro	Centro de Dia S. Salvador de Casteleiro	42	49
Foios	Comissão de Melhoramentos de Foios	37	41
Lageosa	Centro Social de Lageosa da Raia	48	48
Malcata	Ass. Solidariedade Social de Malcata	37	37
Pousafoles do Bispo	Ass. Cultural, Desportiva e Humanit.Pousafoles	37	37
Quadrazais	Centro Social de Quadrazais	42	42
Rebolosa	Ass. Social, Cultural, Desportiva de Rebolosa	33	33
Sabugal	Sta Casa da Misericórdia	67	61
Santo Estêvão	Liga dos Amigos de Santo Estevão	23	39
Soito	Sta. Casa da Misericórdia	83	80
Vale de Espinho	Centro Social e Paroquial de São José	60	58
Vila do Touro	Centro de Dia São Lázaro de Vila do Touro	33	30
Nave	Assoc. Idosos do Divino Santo Cristo	-	**13**
Rapoula	Centro Social da Rapoula do Côa	-	**34**
Total	**-**	**799**	**893**

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Quadro 9: Centros de Dia, no concelho de Sabugal, em 2015

Freguesia	Entidade Proprietária	Capacidade (n.º utentes)	Nº de Utentes
Aldeia de Sto Antº	Liga dos Amigos da Aldeia de Sto António	7	5
Aldeia Velha	Casa do Povo de Aldeia Velha	4	4
Baraçal	Associação Social Baraçal	15	8
Bendada	Centro de Dia Santa Luzia	30	5
Bismula	SCM Bismula	12	8
Casteleiro	Centro de Dia S. Salvador do Casteleiro	6	9
Cerdeira	Sede Cultural de Ensino e Trabalho de Cerdeira	30	9
Malcata	Associação de Solidariedade Social de Malcata	25	3
Nave	Assoc. Idosos do Divino Santo Cristo	30	23
Pousafoles do Bispo	Ass. Cultural, Desportiva e Humani. Pousafoles	20	7
Quadrazais	Centro Social de Quadrazais	10	0
Rapoula	Centro Social de Rapoula do Côa		6
Rebolosa	Assoc. Soc., Cult, Desp.	15	8
Sabugal	Santa Casa da Misericórdia	25	5
Santo Estêvão	Liga dos Amigos de Santo Estevão	10	10
Soito	Santa Casa da Misericórdia	20	10
Vale de Espinho	Centro Social e Paroquial de São José	10	6
Vila Boa	Assoc. os "Vilaboenses	23	23
Vila do Touro	Centro de Dia São Lázaro de Vila do Touro"	5	1
Vilar Maior	Santa Casa da Misericórdia	20	11
Total	**-**	**313**	**161**

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Assinala-se o esforço realizado nos últimos anos, relativamente à oferta do número de estruturas físicas, já que aquando a realização do PDM em vigor só estavam em funcionamento três Lares e cinco Centros de Dia.

Não obstante a evolução ocorrida e a dotação atual bastante satisfatória, este é um domínio que deverá, a prazo, a julgar pela evolução tendencial da estrutura etária concelhia (regional e mesmo nacional), vir a ser cada vez mais exigente em termos de estruturas físicas (e humanas) de apoio. Contudo, hoje, a capacidade existente, é utilizada a 112%. Será, sobretudo, ao nível dos lares que a dotação terá de ser maior.

Poderão, no entanto, existir outras formas mais adequadas, tanto em termos financeiros como sociais, para a resolução ou, pelo menos, minoração, das dificuldades deste setor, nomeadamente o recurso ao apoio domiciliário.

[b] Apoio domiciliário

O apoio domiciliário é considerado a forma mais eficaz e económica de resolver o problema do apoio à população idosa, não só por não implicar o abandono do meio familiar, com as consequências psicológicas e sociais que daí advêm, como também pelo facto de constituir uma solução menos dispendiosa do que a manutenção de lares.

A ajuda domiciliária é gratuita e pode incluir serviços de higiene e conforto, assim como trabalhos caseiros e percursos ao ar livre.

Quadro 10: Apoio domiciliário no concelho do Sabugal, em 2015

Freguesias	Capacidade	Utentes
Aldeia de Santo António	25	15
Alfaiates	10	6
Baraçal	10	5
Bendada	30	19
Bismula	58	7
Casteleiro	30	13
Cerdeira	11	11
Foios	6	5
Lageosa	17	13
Malcata	12	10
Nave	8	7
Pousafoles do Bispo	20	9
Quadrazais	30	6
Rapoula do Coa	25	5
Rebolosa	15	3
Sabugal	15	12
Santo Estêvão	12	12
Soito	60	17
Vale de Espinho	36	12
Vila Boa	16	10
Vila do Touro	10	5
Vilar Maior	15	13
TOTAL	**471**	**215**

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

No concelho do Sabugal, o apoio domiciliário complementa a intervenção do município neste grupo etário e é praticado em vinte e uma freguesias.

Assim, cerca de 42% da população idosa recebe apoio social, tanto em termos de recurso a estruturas físicas (lares, centros de dia), como de apoio domiciliário.

Este é um domínio que precisa de conhecer melhorias, sobretudo num território cuja dimensão e distâncias a percorrer entre aglomerados oneram bastante a qualidade de vida da população.

1.4. Equipamento de Saúde

1.4.1. Introdução

O equipamento de saúde considerado integra as seguintes tipologias:

- Centros de Saúde
- Extensões do Centro de Saúde
- Farmácias

1.4.2. Centros de Saúde e Extensões

Os Centros de Saúde constituem o primeiro nível de contacto da população com os serviços de saúde (cuidados de saúde primários), cujo objetivo é o diagnóstico e a resolução de situações de doença que não necessitem de cuidados especializados, nomeadamente a prestação de serviços preventivos, curativos, de reabilitação e de promoção da saúde. Por norma, os centros de saúde localizam-se nas sedes de concelho.

Com o objetivo de melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde, os centros de saúde dispõem de unidades mais pequenas, designadas por extensões, e que, geralmente, correspondem à área geográfica das freguesias.

Existe um Centro de Saúde no Sabugal e Extensões em doze freguesias. O estado de conservação destes equipamentos é, em onze das treze unidades, razoável/bom, estando apenas sete a funcionar em instalações próprias e duas encontram-se em mau estado de conservação.

Quadro 11: Centro de Saúde e Extensões, em 2010

Freguesia	Tipologia	Tipo de Instalações	Estado de Conservação
Sabugal	Centro de Saúde	Próprias	Razoável
Aldeia da Ponte	Extensão do C.S.	Próprias	Bom
Aldeia Velha	Extensão do C.S.	Próprias	Razoável
Alfaiates	Extensão do C.S.	Adaptadas	Razoável
Bendada	Extensão do C.S.	Adaptadas	Mau
Bismula	Extensão do C.S.	Próprias	Bom
Casteleiro	Extensão do C.S.	Próprias	Bom
Cerdeira	Extensão do C.S.	Adaptadas	Razoável
Foios	Extensão do C.S.	Próprias	Razoável
Quadrazais	Extensão do C.S.	Adaptadas	Bom
Santo Estevão	Extensão do C.S.	Adaptadas	Bom
Soito	Extensão do C.S.	Adaptadas	Mau
Vale de Espinho	Extensão do C.S.	Próprias	Bom

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Fazem-se, pois, sentir algumas carências neste tipo de equipamentos, sendo de propor, desde logo, a substituição das extensões do Centro de Saúde que para além de funcionarem em instalações adaptadas, se encontram em mau estado de conservação.

1.4.3. Farmácias

Segundo a legislação em vigor (Portaria n.º 1430/2007, de 2 de novembro), a implantação de farmácias, está condicionada à capitação de pelo menos 3500 habitantes/farmácia e a uma área de irradiação de 250m, sendo esta capitação a que confere a "melhor cobertura farmacêutica" de acordo com os critérios da especialidade.

As quatro farmácias, e os quatro postos de medicamentos existentes no concelho, localizam-se nos seguintes aglomerados urbanos:

Quadro 12: Farmácias e Postos de Medicamentos no concelho do Sabugal, em 2004

Freguesias	n.º	Tipologia
Aldeia da Ponte	1	Posto de Medicamentos
Aldeia do Bispo	1	Posto de Medicamentos
Aldeia Velha	1	Posto de Medicamentos
Alfaiates	1	Posto de Medicamentos
Cerdeira do Coa	1	Farmácia
Sabugal	2	Farmácia
Soito	1	Farmácia
TOTAL	**8**	-

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal; Infarmed

Em relação à capitação farmácia/habitantes, o concelho responde globalmente àqueles critérios (3500 habitantes x 4 farmácias = 14 000 habitantes e Sabugal possuía 14811 habitantes em 2001, sendo que as estimativas pós-censitárias do INE apontam para o progressivo esvaziamento demográfico). A existência de distâncias superiores a 5 Km entre farmácias justifica a existência de quatro postos de medicamentos nas freguesias de Aldeia da Ponte, Aldeia do Bispo, Aldeia Velha e Alfaiates.

1.5. Equipamento Desportivo

Na análise da situação dos equipamentos desportivos do concelho do Sabugal consideram-se todas as áreas desportivas existentes, à exceção das que se encontram na freguesia do Sabugal, cujo acesso e prática desportiva são facultados à população em geral, incluindo os recintos integrados no parque escolar.

Segundo as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (DGOTDU) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), deve ser atribuída a **quota global de 4 m² de superfície desportiva útil por habitante,** que se deve repartir pelas seguintes tipologias, consideradas como equipamentos de base, de modo a atribuir cerca de: 1) 95% das áreas para atividades ao ar livre em terrenos de jogos e de atletismo; 2) 2 a 2,5% para salas de desporto e 3) 1,5% para superfícies de plano de água em piscinas cobertas e ao ar livre. Evidentemente que se trata de uma base normativa sem caráter rígido e que deve adaptar-se, com a necessária flexibilidade, às variáveis específicas de cada território.

No concelho do Sabugal predomina a tipologia designada por pequenos campos de jogos (43 unidades), que correspondem, na maioria, a pequenos polidesportivos descobertos, logo seguidos pelos grandes campos de jogos (19 unidades), maioritariamente correspondendo a campos de futebol não oficiais. Em menor número encontram-se nove pavilhões / salas de desporto e, ainda, sete piscinas.

Quadro 13: Número e área (m²) das instalações desportivas, por freguesia, em 2014

Freguesia/ Lugar	Grandes campos de jogos		Pequenos campos de jogos		Pavilhões e salas de desporto		piscinas		Pistas de atletismo		Total (área-m2)
	n.º	Área (m2)	n.º	Área (m2)	n.º	Área (m2)	n.º	Área (m2)	n.º	Área (m2)	
Águas Belas	1	2176									2176
Aldeia da Ponte	1	4232	1	832							5064
Aldeia do Bispo			1	989			2	340			1329
Aldeia Velha	1	-	1	680	1	1102					1782
Alfaiates	1	5200	1	788							5988
Baraçal			1	666							666
Bendada			3	2394							2394
Bismula	1	2440	1	834							3274
Casteleiro	1	4272	1	861							5133
Cerdeira do Coa			1	791	1	360					1151
Foios	1	4092	2	2029							6121
Malcata	1	5152	1	703							5855
Nave	2	6014	1	603							6617
Quadrazais			2	1741							1741
Qt.ª de São Bartolomeu			1	968							968
Rapoula do Coa			1	703							703
Rebolosa	1	4500									4500
Rendo			1	731							731
Sortelha			1	768							768
Soito	1	5301	3	1583	2	2323					9207
Vale de Espinho			1	970							970
Vila Boa	1	6000	1	656			2	99			6755
Vila do Touro			1	861							861
UF Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos			2	4664							4664
UF Lajeosa e Forcalhos			1	836							836
UF Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba			1	1000							1000
UF Ruivina, Ruivós e Vale das Éguas	2	3108	2	1616	-		1	77			4801
UF Sabugal e Aldeia de Santo António	2	8514	7	6168	5	2561	2	2624			19867
UF Santo Estêvão e Moita	1	2592	1	800							3392
UF Seixo do Côa e Valongo do Côa	1	-	2	1545							1545
Concelho de Sabugal	**19**	**63593**	**43**	**37780**	**9**	**6346**	**7**	**3140**			**110859**

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Pouco mais de metade das freguesias do concelho possuem pelo menos uma instalação desportiva, verificando-se, no entanto, grandes desigualdades espaciais na distribuição destes equipamentos quando aferidos com a população residente respetiva.

Quadro 14: Superfície desportiva útil, por freguesia, em 2011

Freguesias	População	Superfície Desportiva Útil	SDU / Habitante
	2011	**2014**	**2011**
Águas Belas	175	2176	12,4
Aldeia do Bispo	286	1329	4,6
Aldeia da Ponte	317	5064	16,0
Aldeia Velha	431	1782	4,1
Alfaiates	331	5988	18,1
Baraçal	190	666	3,5
Bendada	580	2394	4,1
Bismula	193	3274	17,0
Casteleiro	365	5133	14,1
Cerdeira	229	1151	5,0
Fóios	362	6121	16,9
Malcata	332	5855	17,6
Nave	230	6617	28,8
Quadrazais	457	1741	3,8
Quinta de São Bartolomeu	180	968	5,4
Rapoula do Côa	195	703	3,6
Rebolosa	222	4500	20,3
Rendo	278	731	2,6
UF Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos	347	4664	13,4
UF Lajeosa e Forcalhos	289	836	2,9
UF Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba	475	1000	2,1
UF Ruivina, Ruivós e Vale das Éguas	221	4801	21,7
UF Sabugal e Aldeia de Santo António	2741	19867	7,2
UF Santo Estêvão e Moita	413	3392	8,2
UF Seixo do Côa e Valongo do Côa	218	1545	7,1
Sortelha	444	768	1,7
Souto	1224	9207	7,5
Concelho	**12544**	**110859**	**8,8**

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População; Câmara Municipal de Sabugal

No seu conjunto, a relação área desportiva útil/habitante é, neste concelho, de 8,8 m^2, superior aos 4m^2 indicados oficialmente.

Tendo em consideração a dotação atual e a tendência para o envelhecimento demográfico, o concelho do Sabugal encontra-se bem dotado ao nível do equipamento desportivo.

Acrescenta-se ainda a esta listagem, a existência de um campo de tiro na freguesia de Foios, cuja área não entra na contabilização dos equipamentos desportivos por não ser considerado um equipamento formativo de base, mas antes um equipamento desportivo especial. No entanto é um equipamento que potencia igualmente a prática desportiva e que, por isso, deve ser mencionado.

1.6. Equipamento Cultural e Recreativo

O equipamento cultural, enquanto estrutura física fixa, não traduz, necessariamente, a atividade cultural de um concelho ou região, estando esta, sobretudo, dependente de uma política autárquica de promoção cultural e do dinamismo dos grupos e das associações culturais e recreativas.

Em termos de estruturas fixas, no concelho do Sabugal, existe alguma oferta, nomeadamente: 21 salões de festas, três salas de espetáculos, três bibliotecas, cinco centros culturais que associam várias valências, quatro postos de turismo, três museus, cinco jornais locais, uma rádio local, um cinema e um vasto leque de associações culturais, recreativas e desportivas.

Quadro 15: Equipamento Cultural e de Recreio, em 2016

Tipologia do equipamento	Número de Unidades	Freguesia
Centro Cultural	5	Alfaiates, Casteleiro, Nave, UF Sabugal e Aldeia de St. António e UF Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas
Cinema	1	UF Sabugal e Aldeia de St. António
Teatro		Sortelha (Lugar Quarta-feira)
Biblioteca e Auditório	3	Aldeia da Ponte, Baraçal e UF Sabugal e Aldeia de St. António
Salão de Festas/Sala Polivalente	21	Aldeia da Ponte, Bendada, Casteleiro, Vila Boa, Sortelha, Aldeia do Bispo, Soito, Cerdeira do Coa, Rapoula do Coa, Quadrazais, Alfaiates, UF Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas, UF Aldeia da Ribeira, Vila Maior e Badamalos, Rendo, Vale de Espinho, UF Santo Estevão e Moita, Pena Lobo, Foios e UF Sabugal e Aldeia de St. António
Sala de Espetáculos	3	Alfaiates, Quadrazais e UF Sabugal e Aldeia de St. António
Posto de Turismo	4	Alfaiates, UF Sabugal e Aldeia de St. António, Sortelha e UF Aldeia da Ribeira, Vila Maior e Badamalos
Museu	3	Aldeia da Ponte, UF Sabugal e Aldeia de St. António e UF Aldeia da Ribeira, Vila Maior e Badamalos
Imprensa Local	5	Bismula, Casteleiro, Foios, Rebolosa e UF Sabugal e Aldeia de St. António
Rádio Local	1	UF Sabugal e Aldeia de St. António

Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	121	Águas Belas, Aldeia da Ponte, Aldeia do Bispo, Aldeia Velha, Alfaiates, Baraçal, Bendada, Bismula, Casteleiro, Cerdeira do Coa, Foios, Malcata, Nave, Quadrazais, Qta. S. Bartolomeu, Rapoula do Coa, Rebolosa, Rendo, Sortelha, Soito, Vale de Espinho, Vila Boa, Vila do Touro, UF Aldeia da Ribeira, Vila Maior e Badamalos, UF Lajeosa e Forcalhos, UF Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba, UF Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas, UF Sabugal e Aldeia de St. António, UF Santo Estevão e Moita, UF Seixo do Côa e Vale Longo

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

É de salientar a atividade associativa do concelho, marcada pela existência de um vasto conjunto de associações, com incidência para as atividades desportivas, culturais e recreativas.

1.7. Equipamento de Segurança e Proteção Civil

À luz do RJIGT, *"o conjunto dos equipamentos, infraestruturas e sistemas que asseguram a segurança e proteção civil é identificado nos instrumentos de gestão territorial".*

Os agentes de segurança e proteção civil existentes no território municipal são a Guarda Nacional Republicana (GNR), o Corpo de Bombeiros (CB), o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e os Sapadores Florestais (SF).
Os dois postos da **GNR** localizam-se nas freguesias de Sabugal e Soito, sendo que as instalações de Soito são reduzidas para as necessidades.
Os dois quartéis de **Bombeiros** localizam-se também nestas freguesias, e ambos possuem instalações reduzidas para as necessidades, sendo que, paralelamente, o quartel instalado na cidade de Sabugal se encontra em mau estado de conservação.
O **SMPC** e os **SF** funcionam em instalações da câmara municipal (antiga cadeia).
O **INEM** funciona nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Sabugal (24 horas), no Centro de Saúde (12 horas) e nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Soito.

Para além destes equipamentos/serviços existem ainda outros recursos/meios utilizados para a proteção civil, nomeadamente **comunicações de emergência** (ROB e REPC), **rede de hidrantes exteriores** (pontos de água), **postos de vigia** e **rede viária destinada à vigilância e combate aos incêndios florestais.**
Nesta matéria ainda existem os seguintes instrumentos/documentos:

- Plano de Contigência da Barragem de Sabugal (2009)
- Plano Prévio de Intervenção da LBA (2009)

- Plano de Emergência Municipal (1998)
- Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (2008), sujeito a revisão

1.8. Síntese Conclusiva

O concelho do Sabugal encontra-se, em termos globais e quantitativos, razoavelmente dotado de equipamentos e serviços de apoio social, quando dimensionados em função dos quantitativos populacionais em presença, existindo, contudo, alguns domínios onde ainda se terá de intervir, de modo a dar uma resposta mais satisfatória às necessidades atuais e previsíveis da população.

Na ótica da distribuição espacial dos equipamentos coletivos, salienta-se que para além da sede de Concelho, que naturalmente é a melhor dotada, onde se localizam os equipamentos de ordem superior, as freguesias de Soito e Alfaiates são as segundas melhor dotadas, sendo seguidas por Aldeia da Ponte e Quadrazais.

Um aspeto fundamental na análise e avaliação dos equipamentos coletivos é o marcadíssimo envelhecimento demográfico da população concelhia: i) envelhecimento na base da pirâmide: reduzida dimensão da população jovem (8%) e ii) significativa percentagem de população idosa (41,1%). Este facto obriga a pensar, em termos estratégicos, que a dotação de equipamentos coletivos deverá ser reforçada no setor de apoio da população idosa e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens deverá ser aproveitado para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Uma avaliação por tipo de equipamentos, permite salientar os seguintes aspetos:

- a **nível educativo**, o concelho encontra-se bem dotado face aos quantitativos populacionais em presença: nove jardins de infância, sete Escolas Básicas do 1º ciclo e quatro Escolas Básicas com o 2º e 3º ciclos e Secundário. A rede escolar que atualmente serve a população escolar foi alvo de reordenamento, adaptando-a às novas exigências da Lei de Bases do Sistema Educativo. Os desajustes espaciais e funcionais entre a oferta e a procura foram minimizados.

- os **serviços de saúde** no concelho são prestados pelo centro de saúde e pelas doze extensões distribuídas por várias freguesias do concelho. O estado de conservação destes equipamentos é, em onze das treze unidades, razoável/bom, no entanto,

apenas sete se encontram a funcionar em instalações próprias e dois encontram-se em mau estado de conservação.

Existem 4 farmácias no concelho do Sabugal. Em relação à capitação farmácia/habitantes, o concelho responde aos critérios oficiais (3500 habitantes/farmácia). Paralelamente, a extensão territorial do concelho justifica a existência de quatro postos de medicamentos distribuídos pelas freguesias de Aldeia da Ponte, Aldeia do Bispo, Aldeia Velha e Alfaiates.

- ao nível do **apoio à infância**, há a registar a existência de quatro creches e de dois centros de atividades de tempos livres (ATL). Face ao contexto demográfico atual e previsível, não serão necessárias mais unidades uma vez que estas se encontram subocupadas.

- ao nível do **apoio à 3ª idade**, há um conjunto muito significativo de estruturas de apoio que passa pela existência de vinte e um lares e vinte e vinte centros de dia, e pela prestação de apoio domiciliário. Não obstante a evolução ocorrida e a dotação atual bastante satisfatória, este é um domínio que deverá, a prazo, a julgar pela evolução tendencial da estrutura etária concelhia (regional e mesmo nacional), vir a ser cada vez mais exigente em termos de estruturas físicas (e humanas) de apoio. Será, sobretudo, ao nível dos lares que a dotação terá de ser maior. Outra solução possível poderá passar pelo crescente recurso ao apoio domiciliário, sobretudo o apoio domiciliário integrado, que já é realizado em quase todas as freguesias do concelho. No total, cerca de 42% da população idosa recebe apoio social (prestado pelas várias valências existentes).

- na oferta de **equipamento desportivo** salientam-se as tipologias designadas por "pequenos campos de jogos" (43) e os "grandes campos de jogos" (19). De acordo com os indicadores oficiais (4m^2/hab de superfície desportiva útil), este concelho ultrapassa o definido oficialmente (8,8 m^2/hab.).

- no âmbito do **equipamento cultural**, atendendo aos quantitativos populacionais do concelho e à própria estrutura etária, a qual evidencia uma população muito envelhecida, há uma oferta razoável de equipamentos culturais e recreativos, sendo de salientar a importância da intervenção da população, nomeadamente materializada

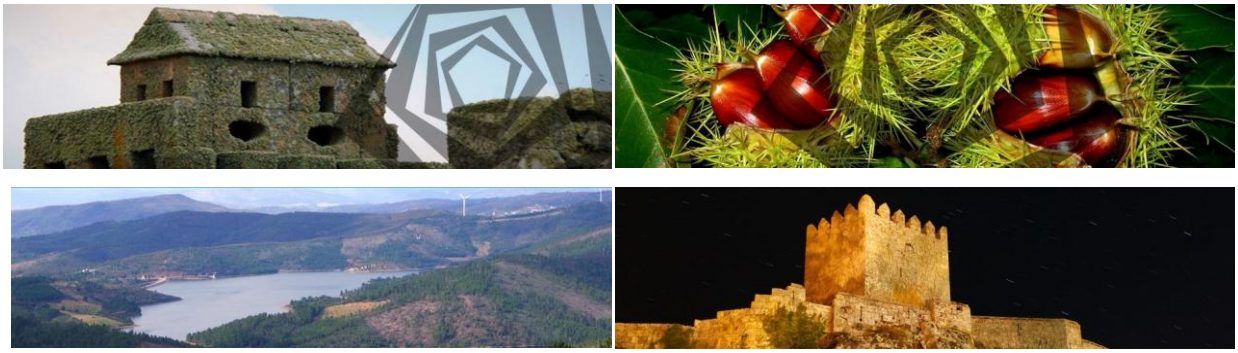
nas 60 associações culturais /recreativas/ /desportivas existentes. Em termos de estruturas fixas, existem, no concelho do Sabugal, vinte e um salões de festas, três salas de espetáculos, três bibliotecas, cinco centros culturais que associam várias valências, quatro postos de turismo, três museus, cinco jornais locais, uma rádio local e um cinema.

- os **equipamentos de segurança e proteção civil** são constituídos por: Guarda Nacional Republicana (GNR), Corpo de Bombeiros (CB), Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e pelos Sapadores Florestais (SF). Para além destes equipamentos/serviços existem ainda outros recursos/meios utilizados para a proteção civil, nomeadamente comunicações de emergência (ROB e REPC), rede de hidrantes exteriores (pontos de água), postos de vigia e rede viária destinada à vigilância e combate aos incêndios florestais.

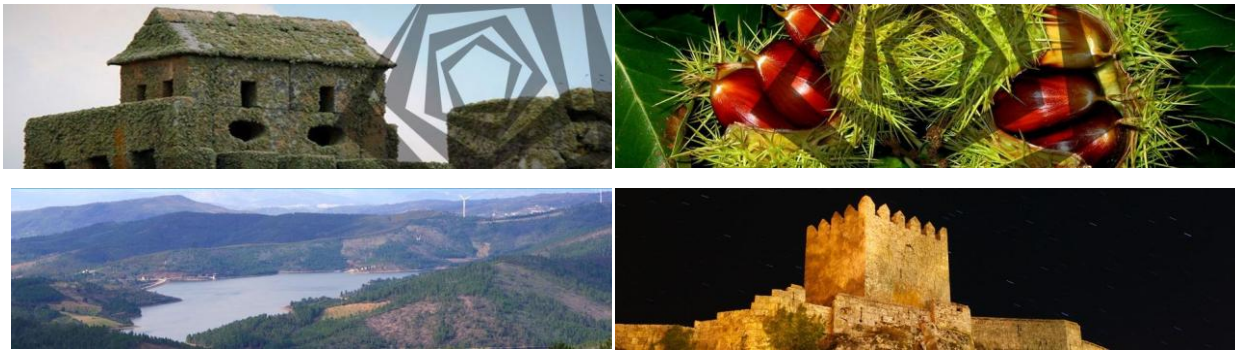
Em síntese, está-se em presença de um concelho razoavelmente equipado quando dimensionado com a respetiva população, havendo, no entanto, espaço para:

a) incrementar a dotação de estruturas sociais de apoio, sobretudo, à população idosa, nomeadamente lares;

b) a eventual substituição e /ou reordenamento da rede de extensões do Centro de Saúde, de modo a resolver os problemas decorrentes do atual funcionamento das seis que se encontram em instalações adaptadas e das quatro em mau estado de conservação.



RL 08 _ EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 09 _ REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ Rede Viária e Transportes 3

1.1. Introdução 3

1.2. Rede Viária 5

1.2.1. Inserção Nacional, Regional e Local 5

1.2.2. Rede Viária Concelhia 10

1.2.3. Perspetivas de Evolução 28

1.3. Tráfego Rodoviário 31

1.4. Transporte Público de Passageiros 32

1.4.1. Transporte Rodoviário 32

1.4.2. Transporte Ferroviário 34

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ Rede Viária e Transportes

1.1. Introdução

Neste Capítulo é desenvolvida a caracterização das infraestruturas e do sistema de transportes do Concelho do Sabugal, referente nomeadamente à rede rodoviária - incluindo a análise das acessibilidades servidas, funções desempenhadas e suas características físicas – ao tráfego e ao serviço de transporte público, procurando estabelecer uma análise dos seus atuais níveis funcionais e operacionais.

Metodologicamente, esta caracterização foi desenvolvida com base numa recolha de elementos diversos, processada a diferentes níveis:

- contactos com técnicos da Câmara Municipal do Sabugal;
- contactos com outras entidades (Instituto de Estradas de Portugal - IEP, operadores de transportes, etc.);
- levantamentos de campo;
- consulta de dados estatísticos, estudos e publicações existentes.

O tratamento da informação recolhida, possibilitou a caracterização do sistema, nas suas diferentes vertentes, identificando os seus principais estrangulamentos e deficiências e perspetivando a sua previsível evolução, alicerçando o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção adequada que, no âmbito da presente Revisão do PDM, possibilite a melhoria efetiva da sua qualidade e eficácia.

Assim, no **sub-capítulo Erro! A origem da referência não foi encontrada.** procede-se à análise e caracterização da rede viária concelhia, nomeadamente, no que diz respeito à sua inserção na rede exterior, acessibilidades servidas, estrutura e hierarquia atual e das suas características físicas e geométricas (extensões, perfis transversais, traçado, pavimentação, etc.), salientando ainda alguns dos aspetos mais significativos relativamente às suas perspetivas de evolução no prazo de vigência do presente Plano Diretor.

No **sub-capítulo 1.3** efetua-se uma análise sumária das características mais relevantes do tráfego nas vias da rede nacional – intensidade, composição, evolução recente – tendo por base os dados disponíveis a partir dos recenseamentos do IEP.

Por último, no **sub-capítulo 1.4**, é caracterizado o serviço de transporte público de passageiros existentes, incidindo sobretudo no domínio da oferta e da qualidade do serviço prestado.

1.2. Rede Viária

1.2.1. Inserção Nacional, Regional e Local

[a] Principais Ligações à Rede Exterior

As funções desempenhadas pelas vias que integram a rede concelhia, nomeadamente no que se refere aos níveis de acessibilidades servidos, apresentam-se como fator determinante no estabelecimento da sua adequada hierarquização, constituindo objeto de análise a verificação do seu ajustamento à estrutura, características e importância dos troços que a constituem.

Deste modo, a análise da sua inserção na rede exterior assume papel fundamental na compreensão das relações estabelecidas com os principais pólos de geração/ atração de deslocações, relacionadas, em larga medida, com a qualidade das ligações existentes, sendo de salientar os seguintes aspetos:

- Situado na Sub-região da Beira Interior Norte a zona central do território concelhio é **atravessada longitudinalmente pela EN233** – Guarda (IP2/ A23) – Sabugal – Penamacor (EN346) –, que, atendendo à estrutura da rede viária existente e à sua inserção nacional e regional, serve relevantes acessibilidades exteriores na **direção Poente/Norte**, nomeadamente na **ligação à Cidade da Guarda** (Sede de Distrito) e, pela conexão estabelecida com o IP2/A23 (Nó da Guarda Sul), à **Região Norte** através do IP5/A25;
- Na **direção Sul**, esta via nacional[1] EN233 desempenha funções de menor relevância em termos de acessibilidades de âmbito regional e nacional – sobretudo após a recente conclusão do IP2/ A23 (SCUT da Beira Interior) – servindo **essencialmente acessibilidade local ao Concelho de Penamacor**, sendo igualmente de salientar a ligação internacional estabelecida através da Fronteira de Termas de Monfortinho (IC31/EN239), no Concelho de Idanha-a-Nova;
    - Refira-se que, apesar de constituir ainda uma alternativa nas ligações à Região Sul (via IP2 e IP6) e a Castelo Branco, sobretudo pelo encurtamento da distância a percorrer (no caso de C. Branco, da ordem dos 13 km), se verifica uma nítida **perda de importância deste eixo**, decorrente da **melhoria qualitativa introduzida pelo IP2/A23** em termos de mobilidade, segurança, economia e conforto de utilização, pese embora o facto de o nó de acesso mais próximo da cidade do Sabugal (Nó de Caria) se

[1] Objeto de desclassificação a Sul de Penamacor no âmbito do PRN2000 (Dec. Lei nº 222/98);

situar a uma distância superior a 30 km, sendo a ligação assegurada pela ER18-3, que se articula com a EN233 em Terreiro das Bruxas;

- A **ER18-3**[2] (troço Caria – Moita/EN233) constitui a **principal ligação exterior na direção Poente**, desenvolvendo-se a partir da EN233 (Terreiro das Bruxas), servindo acessibilidades de nível local à **Sub-região da Cova da Beira** – Belmonte, Covilhã e Fundão – e, pela sua articulação com o IP2/A23 através do Nó de Caria (via ER345), constituindo atualmente a alternativa mais favorável no estabelecimento de diversas ligações de âmbito nacional e regional de maior extensão, nomeadamente às **regiões do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo** (via IP6/A23 e IP1/A1);
    - A Sul de Castelo Branco, a **conexão entre o IP2/A23 e o IC8** (Figueira da Foz/IC1 – Castelo Branco/IP2) proporciona igualmente acessibilidades às sub-regiões do **Pinhal Interior e Litoral** (Leiria), assegurando um grau de eficácia razoável face à importância das relações existentes e constituindo uma alternativa na transposição do principal sistema montanhoso nacional – serra da Estrela;
- No que diz respeito às **acessibilidades de âmbito regional ao Litoral Centro** (v.g. Coimbra), a barreira física constituída por este sistema montanhoso e a **inexistência de ligações diretas com características adequadas** - caso do IC6 (Coimbra/IP3 – Venda de Galizes/IC7 – Covilhã/IP2) -, implica que estas deslocações sejam estabelecidas pela articulação entre um conjunto diversificado de itinerários da Rede Nacional, nomeadamente a EN233, o IP2/A23 (Nó da Guarda Sul), IP5/A25, IC12 e IP3, proporcionando a melhor opção em termos de mobilidade e conforto de utilização;
- Tendo por referência a localização geográfica da Sede de Concelho, saliente-se ainda a importância assumida pelo eixo formado pelas **EN's 233-3** (Sabugal – Aldeia da Ponte) **e 332** (Almendra – Fig. C. Rodrigo – Almeida – Vilar Formoso - Aldeia da Ponte), que se desenvolve ao longo da região nascente do território (integrando, em conjunto com a EN233, a designada "Estrada da Raia"), estabelecendo ligação ao Concelho de Almeida e constituindo a alternativa mais favorável de acesso **a Espanha através da Fronteira de Vilar Formoso**;
    - Refira-se que, com a conclusão do IP2/A23 e do IP5/A25, este eixo **perdeu claramente importância no âmbito das deslocações internacionais**, sobretudo no que diz respeito à sua utilização por tráfego pesado de transporte de mercadorias, sendo de salientar a **alternativa proporcionada através da Fronteira de Aldeia da Ponte** (Via A, objeto de recente intervenção de beneficiação e com restrições em termos de circulação a veículos com PB > 15t), representando um encurtamento de percurso significativo (da ordem dos 25 km) na ligação a Ciudad Rodrigo, através de vias com características aceitáveis e reduzidos volumes de procura;

2 Via integrada na categoria das Estradas Regionais (PRN2000);

Quadro 1: Principais Ligações à Rede Exterior

Via	**Principais Ligações Asseguradas** (Nível)		
	Nacional / Internacional	**Regional**	**Local**
EN233	Porto Litoral Norte Coimbra Espanha (Front. Vilar Formoso)	Guarda Viseu Aveiro Bragança (IP2) Interior Norte	Penamacor
EN332 [1)]	Espanha (Front. Vilar Formoso)		Almeida
ER18-3	Lisboa Região Sul	Castelo Branco Pinhal Interior/Litoral (via IC8) Portalegre Sub-região Serra da Estrela	Belmonte Covilhã Fundão [2)]
ER324			Almeida
Via A [3)]	Espanha (Front. Aldeia da Ponte)		

1) Eixo EN's 233-3/332; 2) Alternativa via EN233, EM's 570/570-1 (Escarigo) e EN´s 345/343; 3) Via não classificada

- Por fim, desenvolvendo-se **na direção Norte** a partir da EN233 (prox. do Sabugal), a **ER324** (Alto do Leomil/IP5 – Cerdeira – Sabugal/EN233) serve a ligação mais direta a Almeida e à região raiana situada a Norte (Figueira de Castelo Rodrigo), constituindo igualmente uma alternativa bastante razoável de acesso ao IP5/A25 através do Nó do Alto do Leomil, sobretudo no que diz respeito às deslocações com destino a Nascente (v.g. Vilar Formoso).

Das restantes vias, destacam-se as funções desempenhadas pela **EM551** (Alfaiates/EN233-3 – Aldeia Velha – Lageosa – Espanha) **e pelo CM1190** (EN332 – Batocas – Espanha) que asseguram ligações de importância meramente local às localidades espanholas de Navasfrias e La Alamedilla, respetivamente.

Para além destas, existe ainda um conjunto significativo de vias municipais que asseguram ligações exteriores de importância nitidamente inferior a nível concelhio, servindo sobretudo acessibilidades locais de algumas freguesias mais periféricas aos concelhos de Belmonte (EM563), Guarda (EM´s 563, 532-2 e 549 e CM1187-2) e Almeida (EM´s 532-2 e 567 e CM1189), sendo neste último caso de salientar, pela sua extensão e continuidade no exterior, a relevância da EM567 na ligação a uma zona significativa deste concelho limítrofe.

[b] Análise das Acessibilidades Externas

A acessibilidade entre dois locais é sempre uma função da distância e das características das infraestruturas viárias que os unem. Assim, a análise que seguidamente se apresenta foi efetuada tendo por base estes dois elementos, procurando traduzir as acessibilidades mais favoráveis servidas pelo conjunto de vias existente, apresentando-se no Quadro 2 as distâncias registadas entre a cidade do Sabugal e os principais pólos geradores de importância nacional, regional e local.

Assim, é possível constatar o **reduzido grau de acessibilidade relativamente aos principais pólos de importância nacional**, fator que deriva quer da sua localização geográfica e, logo, da distância a que estes se encontram, quer das deficientes condições oferecidas por parte das infraestruturas viárias que servem algumas destas ligações, as quais, essencialmente em virtude dos condicionalismos de ordem geo-morfológica existentes, oferecerem condições inadequadas às funções desempenhadas – como sucede no caso das vias nacionais e regionais que servem acessibilidades ao Litoral Centro -, garantem padrões de utilização inferiores ao desejável.

Quadro 2: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Pólos Geradores

Nível Hierárquico	Designação	Distância (km)	Principais Vias Utilizadas
Polos Nacionais	Lisboa	310	EN233, ER's 18-3/345, IP2/A23, IP6/A23, IP1/A1
	Porto	230	EN233, IP2/A23, IP5, IP1/A1
	Coimbra	175	EN233, IP2/A23, IP5, IC12, IP3, IC2
Polos Regionais	Guarda	30	EN233
	Castelo Branco [1)]	93	EN233, ER's 18-3/345, IP2/A23
	Viseu	105	EN233, IP2/A23, IP5
	Bragança	220	EN233, IP2/A23, IP5, IP2 (EN102), IP4
Polos Locais	Almeida	55	ER324, EN' 324, 340
	Belmonte	31	EN233, ER's 18-3, EM563, ant EN345-1, ER345
	Covilhã	46	EN233, ER's 18-3/345, IP2/A23
	Fundão [2)]	60	EN233, ER's 18-3/345, IP2/A23
	Penamacor	32	EN233
Fronteiras	Vilar Formoso [3)]	45	EN's 233-3/332
	Aldeia da Ponte	25	EN233-3, Via A (não classificada)
	T. de Monfortinho	75	EN233, ER332, IC31/EN239

1) 80km via Penamacor (EN233); 2) 56km via EN233/Escarigo (EM's 570/570-1)/EN's 345/343; 3) 50km via ER324 (Alto do Leomil);

Neste domínio, é de salientar as **recentes conclusões da A23 e da A25** (ambas SCUT), melhorando significativamente as acessibilidades concelhias a este nível, sobretudo às regiões Sul, de Lisboa e Vale do Tejo e do Litoral Norte e Oeste, usufruindo ainda, a manter-se o estatuto previsto[3], da isenção de pagamento de portagem em parte considerável do percurso (v.g. Lisboa, via IP1/A1).

A nível regional, à exceção da Guarda – Sede de Distrito e, destacadamente, o polo mais importante a este nível –, situada a curta distância e servida por uma via nacional com características bastante razoáveis (EN233), os **níveis de acessibilidade** relativamente aos restantes oscilam, globalmente, entre o **médio e o reduzido** (caso de Bragança).

Quanto à **acessibilidade local**, traduzida nas ligações às sedes dos diversos concelhos limítrofes, esta é bastante diferenciada nos diferentes casos avaliados, devendo igualmente ser considerada como **média** nos casos de Penamacor, Belmonte e, mesmo, Covilhã – **a reduzida** nos restantes, tendo em conta as distâncias registadas e, sobretudo, as condições de mobilidade oferecidas pelas vias utilizadas, face ao tipo de relações de proximidade naturalmente existentes, assumindo a Covilhã uma importância destacada neste contexto.

Por último, assinale-se a favorável acessibilidade verificada relativamente à **fronteira internacional de Vilar Formoso**, aspeto que assume uma relevância muito significativa como fator de desenvolvimento económico do concelho e da região em que se insere. De salientar igualmente a alternativa de conexão à rede viária espanhola assegurada através da **Fronteira de Aldeia da Ponte**, tal como anteriormente referido, representando um encurtamento significativo da distância a percorrer na ligação a Ciudad Rodrigo.

Importa referir que, a análise atrás efetuada teve por referência a Sede de Concelho, beneficiando duma localização relativamente central em relação ao restante território e, sobretudo, da proximidade direta à EN233 e à ER18-3 - eixos rodoviários mais importantes a este nível -, sendo de salientar que, tendo em atenção a dimensão e a estrutura interna da sua rede viária, estes **padrões de acessibilidade diminuem significativamente nas zonas mais periféricas**, podendo, genericamente, considerar-se a sua zona nascente como a mais desfavorecida a este nível.

3 Os lanços Abrantes/Gardete do IP6 e Gardete/Guarda do IP2, deverão ser explorados em regime de concessão SCUT;

1.2.2. Rede Viária Concelhia

[a] Estrutura e Hierarquização Atual

A rede viária do Concelho do Sabugal, representada na respetiva peça desenhada, é fundamentalmente composta por **dois níveis hierárquicos**, diferenciados quanto à respetiva categoria administrativa, a saber:

- Vias integradas na **Rede Nacional Complementar e na Rede Regional** – Estradas Nacionais e Regionais (EN e ER) - classificadas de acordo com o PRN2000 em vigor;
- As restantes vias, integradas na **Rede Municipal**, constituída por estradas e caminhos (EM, CM e vias não classificadas).

Sendo de salientar o facto de a totalidade dos troços sob responsabilidade da administração central que servem o Concelho – EN's 233, 233-3, 332 e ER's 18-3 e 324 – terem sido contemplados no âmbito deste PRN2000 (Dec. Lei n.º 222/98), relativamente às **vias integradas na Rede Regional**, é de referir que, não estando ainda claramente definido o respetivo estatuto de competência, estas poderão, tal como previsto no referido diploma, vir a integrar a Rede Municipal, mediante protocolo a celebrar em condições semelhantes às estabelecidas relativamente às antigas EN's desclassificadas.

Da **Rede Nacional Complementar** que serve o Concelho, fazem parte três troços, classificados como Estradas Nacionais, assumindo funções diferenciadas em termos de importância:

- A **EN233**, que atravessa longitudinalmente parte da zona Poente do território, **servindo diretamente a Sede de Concelho** e assumindo um papel fundamental ao nível das suas acessibilidades externas. Este eixo desempenha igualmente funções relevantes a nível intraconcelhio, constituindo um eixo estruturante no contexto da rede;
- As **EN's 233-3 e 332** que, **em conjunto, formam um eixo viário com elevada importância na estrutura interna da rede**, desenvolvendo-se na direção Nordeste a partir do Sabugal. Para além das ligações exteriores asseguradas (fronteiras de Vilar Formoso e Aldeia da Ponte), **a nível interno**, este eixo assegura a ligação direta a diversas freguesias aí situadas – casos de Rendo, Vila Boa, Nave, Alfaiates, Aldeia da Ponte e Aldeia da Ribeira (prox.) – articulando-se com um conjunto significativo de vias municipais que formam a base essencial da rede municipal de toda a sua região nascente;

- Refira-se que, esta situação, envolvendo uma **sobreposição de funções de âmbito bastante diferenciado**, nomeadamente, pela coexistência entre tráfego de atravessamento com procura local, se traduz, necessariamente, na ocorrência de situações potencialmente conflituosas, resultantes sobretudo - face à inexistência de soluções variantes adequadas (como sucede, mesmo no caso do Sabugal) - da **travessia de diversas zonas urbanas consolidadas**, com prejuízo, quer para as suas condições de vivência local, quer das características globais de fluidez, mobilidade e segurança do próprio eixo.

Por seu turno, da **Rede Regional** fazem parte dois troços:

- A **ER324** (Alto do Leomil/IP5 – Cerdeira – Sabugal/EN233), que se desenvolve na **direção Norte**, a partir da EN233 (prox. do Sabugal), servindo acessibilidades ao Concelho de Almeida e, pela sua **articulação com um número significativo de vias municipais**, algumas delas efetuando ligações secundárias ao exterior, assumindo alguma importância ao nível da distribuição interna das deslocações desta zona;
- A **ER18-3** (troço Caria – Moita/EN233) que, para além de servir diretamente as freguesias de Casteleiro e Moita, desempenha, fundamentalmente, **funções de acesso exterior** nas direções Poente e Sul, que ganharam recentemente relevância acrescida pelo acesso ao IP2/A23 proporcionado através do Nó de Caria.

A **Rede Municipal** abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais, passando pelo assegurar de algumas ligações exteriores secundárias, pelo acesso a sedes de freguesia ou a lugares de menor importância. Pelas funções desempenhadas, destacam-se as seguintes:

Na região Poente

- a **EM542** que, a partir do Sabugal, serve diretamente duas importantes sedes de freguesia aí situadas, nomeadamente Aldeia de St.º António e Sortelha – importante pólo turístico-patrimonial, integrada na "Rota das Aldeias Históricas" – cuja continuidade estabelece ligação com a ER18-3, próximo do limite do concelho (Santo Amaro);
- o eixo formado pelo **CM1200** (troço EM542-4/ Azenha – Qta. dos Vieiros) e pela **Via H** (não classificada), servindo acessibilidade à freguesia da Bendada, cujo prolongamento ao exterior é assegurado pela **EM563** na ligação a Inguias (Conc. de Belmonte) e à ant. EN345-1;

- as **EM's 542-4** (EM542/Azenha – Águas Belas) **e 563-2** que, servem as freguesias de Sortelha, Águas Belas e Penalobo e um conjunto significativo de lugares, articulando-se esta última com o **troço da EM563** que se desenvolve **a Norte de Penalobo**, servindo uma ligação secundária ao Concelho da Guarda e à EN233 (prox. de Pega) através de Pousafoles do Bispo;
    - relativamente à **EM563**, apesar de o seu traçado estabelecer continuidade entre a EN233, a Norte (Conc. da Guarda), e a ER18-3, a poente (Conc. de Belmonte), o facto de o seu **troço Penalobo – Qta. da Ribeira** (numa extensão aprox de 4.2km) **não se encontrar pavimentado**, impede o desempenho de funções mais relevantes, quer a nível interno, quer num âmbito supramunicipal.

Na região Central

- as **EM's 537** (ER324/Rapoula do Coa – Ruvina – EN233-3/Nave **e 550** (EN233-3/prox Nave – Soito – Quadrazais/EM538) desempenham funções complementares na interligação entre zonas significativas do território e no respetivo fecho de malha viária;
- o eixo formado pelas **EM's 538 e 538-1** que, a partir do Sabugal serve acessibilidades a Soito – destacadamente, a segunda freguesia em termos de hierarquia urbana concelhia –, cuja continuidade é assegurada pela **Via L** na ligação à EN233-3 nas proximidades de Alfaiates;
- o **troço da EM563** que efetua a ligação entre a EN233-3 (Qta. das Vinhas) e o limite com o Concelho da Guarda (lig. à EN233, nas prox. de Pega), servindo diretamente as freguesias de Baraçal e de Vila do Touro;
- a **EM562** que efetua uma ligação exterior ao Concelho de Penamacor (Meimão);
- a **EM539** que, a partir da EN233 (prox. de Ameais), serve a única ligação pavimentada à Sede de Freguesia de Malcata, bem como à Reserva Natural da serra com o mesmo nome, através da rede de vias florestais existentes, de entre as quais se destaca a **Via S** (Malcata – Quadrazais/EM538).

Na região Norte

- a **EM567** que se desenvolve para Norte a partir da EN233-3 (Nave) ao longo duma extensão bastante assinalável (aprox. 15km), estabelecendo acessibilidades secundárias à região Sul do Concelho de Almeida (v.g. Malhada Sorda e Freineda), apresentando como principal elemento condicionante em termos de traçado o atravessamento de Vilar Maior, sobretudo pelas limitações estruturais impostas pela utilização da Ponte Romana sobre o Rio Cesarão;

- as **EM's 549 e 532-2 e o CM1189** que efetuam ligações secundárias de nível local aos concelhos limítrofes da Guarda (Rochoso e Monte Margarida) e de Almeida (Miuzela);
- as **EM's 536** (ER324 – Seixo do Coa – Vale Longo – Vale das Éguas – EM537), **536-2** (EM536 – EM567/prox. Bismula) **e 537-1** (Ruvina/EM537 – Ruivós – cruz EM's 536/536-2) que estabelecem a interligação entre este conjunto de núcleos urbanos e as vias de hierarquia superior, proporcionando deste modo o fecho de malhas viárias.

Na região Nascente (Norte e Sul)

- a **Via A** que serve a fronteira de Aldeia da Ponte a partir da EN233-3, constituindo, conforme já referido anteriormente, uma alternativa razoável na ligação a Ciudad Rodrigo, via La Albergaria de Arganañan e da rede secundária espanhola;
- o **CM1190** que, a partir do lugar de Batocas, serve igualmente uma fronteira terrestre de importância meramente local a nível concelhio;
- a **EM534**, no acesso às freguesias de Rebolosa e de Aldeia da Ribeira, com pontos extremos nas EN's 233-3 e 332;
- as **EM's 535 e 551** que se desenvolvem na direção sueste a partir de Aldeia da Ponte (EN332) e de Alfaiates (EN233-3), respetivamente, servindo acessibilidades às freguesias de Forcalhos, Aldeia Velha, Lageosa e Aldeia do Bispo (via CM1192), estabelecendo a EM551 uma ligação a Espanha de importância equiparada à efetuada pelo CM1190;
- a **EM538** que, a partir do Sabugal e dispondo de características bastante satisfatórias, percorre toda a zona do território delimitada a Sul pela Reserva Natural da Serra da Malcata (numa extensão da ordem dos 27km), servindo as freguesias de Quadrazais, Vale de Espinho, Foios e de Aldeia do Bispo, sendo a sua continuidade assegurada pelo **CM1192** na ligação à EM551 (Aldeia Velha);

A análise anteriormente efetuada, servirá de base ao estabelecimento de uma proposta de **hierarquização funcional da rede concelhia**, relacionada diretamente com as **funções desempenhadas pelas vias** (independentemente da sua categoria administrativa), constituindo matéria a tratar, de forma aprofundada, em fase posterior, considerando a adequação entre as características das vias e a importância das funções desempenhadas, quer no âmbito das deslocações internas, quer pelo peso específico das relações de atratividade existentes entre as diferentes zonas do território concelhio e o exterior, tendo como objetivo concreto a definição de **níveis hierárquicos com diferentes exigências operacionais**.

[b] Caracterização Física

Extensões Viárias

A rede viária objeto de inventário **englobou a totalidade dos troços que desempenham funções relevantes** no contexto da rede concelhia, nomeadamente, todos os que asseguram acessibilidade a aglomerados urbanos, não se considerando relevante nem conveniente, neste âmbito, a consideração de vias com funções exclusivamente urbanas, de acesso local a propriedades isoladas ou integradas na rede florestal.

No Quadro 3 apresentam-se extensões viárias totais da rede inventariada, desagregadas de acordo com a sua hierarquia administrativa, elemento base na avaliação da sua adequada estruturação.

Quadro 3: Extensões Viárias por Categoria Administrativa

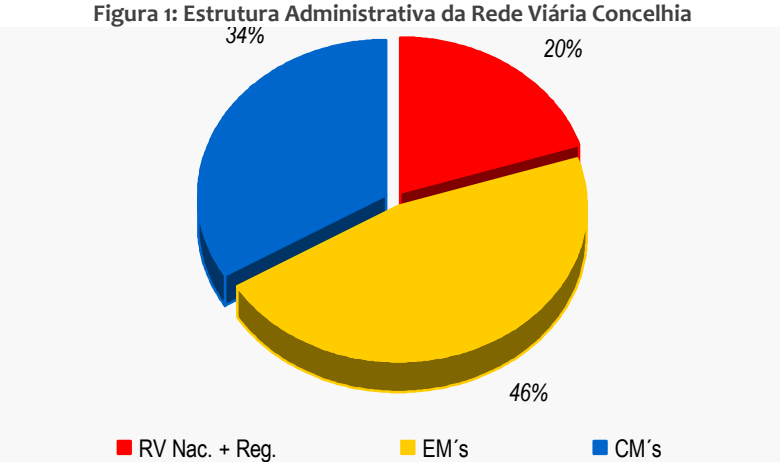
Tipos de Vias	Extensão (km)	
Rede Nacional (EN)	**54.0**	**12.4%**
Rede Regional (ER)	**32.9**	**7.5%**
Rede Municipal	**349.3**	**80.1%**
Estradas Municipais (EM)	202.3	*57.9%*
Caminhos Municipais (CM) [1)]	147.0	*42.1%*
Total	**436.2**	

1) Engloba as vias não classificadas

Assim, a **extensão total** da rede considerada é da ordem dos **436 km**, a que corresponde uma **densidade viária** global de **528 m/km²**, valor que se deve considerar como elevado, tendo em conta a dimensão do Concelho e as suas características rurais, com inúmeras áreas de reduzida densidade, traduzindo, deste modo, um grau de cobertura territorial satisfatório, verificando-se na região Nascente/Sul, com uma estrutura viária mais rarefeita e maiores condicionalismos de ordem geo-morfológica, as principais insuficiências a este nível.

A sua repartição **relativamente à categoria administrativa** denota o **peso relativamente reduzido assumido pelas vias integradas nas redes Nacional e Regional** (20% do total), as quais, apresentando uma configuração radial centrada na Sede de Concelho, desempenham contudo um papel fundamental, quer ao nível das acessibilidades externas concelhias, quer da distribuição de diversas deslocações de âmbito intraconcelhio.

Figura 1: Estrutura Administrativa da Rede Viária Concelhia



No entanto, esta distribuição é **reveladora de um certo défice de troços de hierarquia superior**, devendo implicar, ao nível da proposta de hierarquização funcional, a integração no Sistema Primário (com maiores exigências de mobilidade) de alguns troços da Rede Municipal – nomeadamente, daqueles que servem quadrantes do território não abrangidos por vias de hierarquia superior –, em sobreposição com o inerente desempenho de funções distribuidoras ou de acesso local, envolvendo uma preocupação acrescida em termos de garantia das suas adequadas características.

No que diz respeito à cidade do Sabugal (destacadamente, o principal pólo do concelho), esta circunstância é significativamente atenuada pela configuração da rede, com os eixos viários mais importantes a desenvolverem-se radialmente a partir do seu perímetro, servindo portanto de forma adequada as principais deslocações concelhias, quer a nível interno, quer no estabelecimento das mais relevantes ligações ao exterior.

Por seu turno, o grau de cobertura proporcionado pelos cerca de 350 km de vias que integram a Rede Municipal é bastante significativo, servindo a esmagadora maioria das sede de freguesia, com alguns troços de hierarquia inferior (os CM's) a desempenharem um papel complementar no acesso a alguns lugares de menor dimensão, ou na interligação entre troços de maior importância na estrutura da rede.

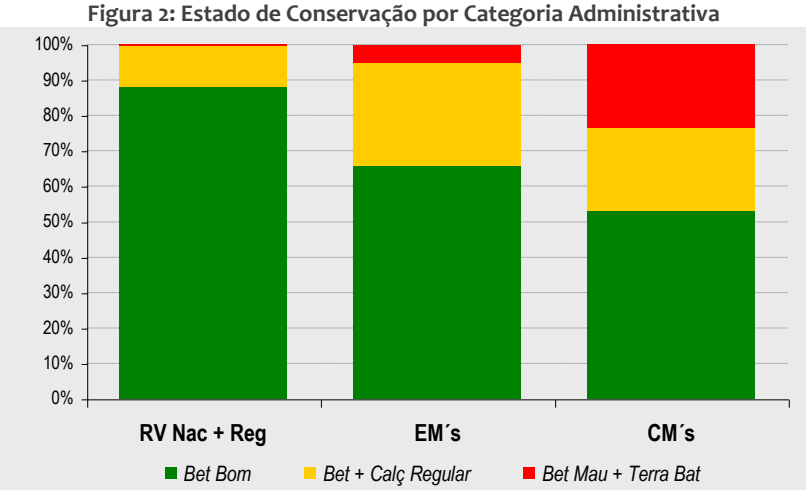
Pavimentação

O tipo e o estado de conservação dos pavimentos constituem importantes fatores na avaliação qualitativa da rede, com repercussões ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização.

Com o objetivo de caracterizar a rede viária concelhia relativamente a estes aspetos, bem como às suas características geométricas, foi **efetuado em 2004 um levantamento exaustivo** (ver respetiva peça desenhada), abrangendo a totalidade das vias consideradas (aquelas que desempenham funções relevantes), consistindo na recolha de elementos respeitantes a troços homogéneos significativos.

O Quadro 4 apresenta uma síntese deste inventário, incluindo ainda a identificação das acessibilidades servidas por cada um dos troços que a constituem.
Da sua leitura, constata-se que a **quase totalidade** da rede viária inventariada (numa extensão de 436.2 km) se encontra **pavimentada em betuminoso**, constituindo exceções os troços em calçada, quase sempre de reduzida extensão e existentes essencialmente no núcleo central de alguns aglomerados urbanos, representando em conjunto cerca de 3% do total.

Figura 2: Estado de Conservação por Categoria Administrativa



Pela relevância que alguns deles apresentam no contexto da rede e, também, como elemento base ao desenvolvimento de propostas futuras de intervenção, foi igualmente considerado um conjunto significativo de **troços não pavimentados** (em terra batida), totalizando 35.8 km, ou seja, cerca de 8% do total.

Quadro 4: Rede Viária Concelhia - Inventário Físico e Acessibilidades

Via	Extensão	Dimensões	Tipo e Estado do Pavimento *(km)*					Principais Ligações Asseguradas
	(km)	*larg. FR (m)*	*BB*	*BR*	*BM/Ob*	*CR*	*TB*	
Rede Nacional								
EN233	21,8	6,0	20,7	0,8	0,3			LC Guarda, ER324 (prox. Qtas S. Bartolomeu), Sabugal (EN233-3), Sto. Estevão, ER18-3, LC Penamacor
EN233-3	23,3	6,0	14,1	8,5		0,7		Sabugal (EN233), Rendo, Vila Boa, Nave, Alfaiates, Aldeia da Ponte (EN332)
EN332	8,9	6,0	8,9					LC Almeida, Aldeia da Ponte (EN233-3)
Rede Regional								
ER18-3	10,4	5.2 - 5.5	10,4					LC Belmonte, *Sto. Amaro,* Casteleiro, Moita (prox), EN233 (*Terreiro das Bruxas*)
ER324	22,5	5.2 [1)]	22,5					LC Almeida, Cerdeira, *Perofícós,* Seixo do Côa (prox), Rapoula do Côa, Qtas S. Bartolomeu, EN233
sub Total	**86,9**		**76,6**	**9,3**	**0,3**	**0,7**		
(R. Nac. + Reg.)	20%		*88,1%*	*10,7%*	*0,3%*	*0,8%*		

Via	Extensão	Dimensões	Tipo e Estado do Pavimento *(km)*					Principais Ligações Asseguradas
	(km)	*larg. FR (m)*	*BB*	*BR*	*BM/Ob*	*CR*	*TB*	
Rede Municipal								
EM532	1,7	4,2		1,7				EM567, *Arrifana*
EM532-2	3,4	5.5 - 6.0	3,4					LC Almeida *(prox. Miuzela)* , ER324 (*Alto da Ramalheira)* , LC Guarda (*prox. Mte. Margarida)*
EM534	11,6	5.2 - 5.5	5,7	5,9				EN233-3, Rebolosa, EM534-1, Aldeia da Ribeira, EN332
EM534-1	3,9	5,0	3,9					EM534 (prox Aldeia da Ribeira), EM567 (prox Vilar Maior)
EM535	11,3	4.0 - 5.0	1,2	10,1				EN332 (Aldeia da Ponte), Forcalhos, cruz. EM551/CM1192 (prox Aldeia Velha)
EM536	9,7	4.5 - 5.5	7,3	2,3		0,1		ER324, *Eiras,* Seixo do Côa, Vale Longo, *Valongo* , cruz. EM's 536-2/537-1, Vale das Éguas, EM537
EM536-2	3,3	5,5	3,3					EM536, EM567 (prox Bismula)
EM537	7,5	4.5 - 5.2	6,2	1,3				ER324 (Rapoula do Côa), EM536, Ruvina, EN233-3 (Nave)
EM537-1	3,7	4.5 - 5.5	2,1	1,6				EM537 (Ruvina), Ruivós, cruz. EM's 536/536-2
EM538	27,3	5.2 - 6.0	24,8	2,0		0,5		Sabugal, *Martim Rei* , EM538-1, Quadrazais, EM550, Vale Espinho, Fóios, Aldeia do Bispo (CM1192)
EM538-1	7,3	5,0	5,8	0,7		0,8		EM538, *Torre, Ozendo,* EM550, Soito
EM539	5,7	4.5 - 6.0	1,2	4,5				EN233, Malcata
EM540	2,4	5.0 - 5.5	1,1	1,3				EN233/ER18-3 (*Terreiro das Bruxas)* , Moita, ER18-3
EM542	17,7	5.0 - 5.5	15,2	2,5				Sabugal (EN233), Ald. de Sto. António, *Urgueira,* Sortelha, EM542-4, ER18-3
EM542-1	0,5	*não inv.*	0,2			0,3		EM542, Ald. de Sto. António (CM's 1197/1198)
EM542-2	0,5	"	0,3			0,2		EM542, *Urgueira*
EM542-4	8,1	5,2	8,1					EM542, *Azenha (prox), Quarta Feira* , Águas Belas (EM563-2)
EM543	2,0	3.5 - 4.5		0,9	1,1			ER324, Quintas de S. Bartolomeu
EM549	2,7	4,5		2,7				ER324 (LC Almeida), LC Guarda (lig. Rochoso)

1) Cerdeira: Pte Rio Noémi com PT = 3.0m;

Via	Extensão	Dimensões	Tipo e Estado do Pavimento *(km)*					Principais Ligações Asseguradas
	(km)	*larg. FR (m)*	*BB*	*BR*	*BM/Ob*	*CR*	*TB*	
EM550	9,3	4.5 - 5.5	9,3					EN233-3 (prox Nave), Soito (EM538-1), Quadrazais, EM538
EM551	14,2	5.0 - 6.0	12,5	1,1		0,6		EN233-3 (Alfaiates), Aldeia Velha, cruz. EM535/CM1192, Lageosa, Espanha
EM562	0,7	5,5	0,7					EN233, LC Penamacor
EM563 [2)]	14,0	4.5 - 5.5	4,3	2,8	2,1	0,6	4,2	LC Belmonte (Trigais), Bendada, Qta. da Ribeira, Penalobo, Pousafoles do Bispo, LC Guarda (lig. EN233)
"	6,6	5,0	2,7		3,0	0,9		LC Guarda, Vila do Touro, Baraçal, ER324 (*Qta. das Vinhas*)
EM563-1	4,3	4.5 - 5.0	1,8	2,2		0,3		EM563 (Pousafoles do Bispo), Lomba, *Vale Mourisco* , EN233
EM563-2	7,8	5,2	7,8					EM563 (prox Penalobo), Sobreira, Águas Belas (EM542-4), Espinhal, EN233
EM567	15,1	4.5 - 5.0	4,3	10,2		0,6		EN233 (Nave), *Aldeia Dona* , EM536-2, Bismula, EM534-1, Vilar Maior, EM532, LC Almeida
sub Total	**202,3**		**133,2**	**53,8**	**6,2**	**4,9**	**4,2**	
(EM's)	*58%*		*65,8%*	*26,6%*	*3,1%*	*2,4%*	*2,1%*	
CM1063	2,5	4.0 - 4.5			2,2	0,3		ER18-3, *Rebelhos*
CM1087	5,2	3.0 - 3.5	4,9			0,3		ER18-3 (Casteleiro), LC Penamacor (lig. Anascer)
CM1182	2,2	*não inv.*					2,2	EM549, *Santo Amaro*
CM1183	3,7	5,0	3,7					EM563 (*Quintas da Ribeira*), LC Guarda (continuidade em TB)
CM1183-2	1,6	*não inv.*					1,6	CM1183, *Quinta do Monteiro*
CM1187	2,9	5,0	2,9					LC Guarda (EM563), *Monte Novo* , *Lameiras*
CM1187-1	1,8	4.0 - 5.0	0,6		1,0	0,2		CM1187, *Monte Novo* , Pousafoles do Bispo (EM563)
CM1187-2	1,2	5,5	1,2					CM1187 (*Lameiras*), LC Guarda
CM1188	8,3	3.8 - 5.0	8,3					ER324, *Martim da Pêga, Abitureira,* EM563 (prox Vila do Touro)
CM1189	6,9	5,0	5,5	1,4				EM567 (Bismula), *Carvalhal* , Badamalos, LC Almeida (lig. Miuzela)
CM1190	3,0	4,5	1,6	1,4				ER332, *Batocas,* Espanha (prox La Alamedilla)
CM1191	0,9	4,0	0,9					EM534-1, *Escabralhado*
CM1192	2,7	5,5		2,2		0,5		EM538 (Aldeia do Bispo), cruz. EM's 551/535 (prox Aldeia Velha)
CM1193	2,8	4,5	0,7	2,1				EN233-3, CM1194, *Cardeal*
"	0,9	4,5		0,9				EN233-3, *Pouca Farinha*
CM1194	5,9	3.0 - 4.0	5,9					CM1193, *Martim Rei* , EM538, *Colónia Agrícola M. Rei*
CM1195	0,8	5,0	0,8					ER324 (cruz. EM563), *Quinta das Vinhas*
CM1197	1,7	3.5 - 5.0	1,2	0,3		0,2		EN233, *Ameais* , Ald. de Sto. António (EM542-1)
CM1198	2,6	4.5 - 5.0	1,7	0,6		0,3		EN233, *Alagoas* , Ald. de Sto. António (EM542-1)
CM1199	3,1	5,2	2,9			0,2		EM542, *Dirão da Rua*
CM1200	8,5	5.2 - 6.0	8,2			0,3		EM542-4 (prox Azenha), Via H (Qta. dos Vieiros), Água da Figueira, Penalobo (EM563)

2) Troço Quinta da Ribeira - Penalobo em Terra Batida;

Via	Extensão	Dimensões	Tipo e Estado do Pavimento *(km)*					Principais Ligações Asseguradas
	(km)	*larg. FR (m)*	*BB*	*BR*	*BM/Ob*	*CR*	*TB*	
CM1200-1	7,7	3.5 - 5.5	4,5	3,2				CM1200, *Caldeirinhas, Quinta do Clérigo* , Águas Belas (EM's 542-4/563-2)
Vias n/Classificadas								
A [3]	3,5	4.0 - 5.5	3,5					EN233-3 (Aldeia da Ponte), EM535, Espanha (lig. La Albergaria)
B	1,9	4,0				1,9		EM567 (Vilar Maior), CM1189
C	0,5	4,5	0,3			0,2		CM1187, CM1187-1 (*Monte Novo*)
D	3,8	*não inv.*					3,8	EN233-3 (Aldeia da Ponte), EM534 (prox Rebolosa)
E	4,0	4,0		3,8		0,2		EN233-3 (Alfaiates), EM534 (Rebolosa)
F	0,6	4.0 - 5.0				0,6		EN233-3, Via E ("Variante")
G	1,5	4.0 - 5.0		0,5		1,0		EM563, Bendada (*centro*), Via H
H	2,5	5,2	2,5					CM1200, EM563 (Bendada)
I	3,5	*não inv.*	0,1			0,3	3,1	EM563-2 (Águas Belas), *Dirão da Rua* (CM1199)
J	1,9	6.0 - 8.0	1,5			0,4		Sabugal: troço urbano entre EN233 (Ponte Rio Côa), EM538, Zona Industrial, EN233-3
K	2,7	4.5 - 5.5	2,7					EN233, Barragem do Sabugal
L	5,2	6,0	4,1	1,1				EN233-3 (prox Alfaiates), Soito
M	2,0	5.5 - 7.0 [4]	2,0					Via L, EM538-1 (Soito), EM550
N	11,9	4.8 [5]	3,4			0,3	8,2	Soito, *Nª Sra. da Granja,* EM538 (Fóios)
O	6,3	*não inv.*		4,0			2,3	EM551, *Sabugal Velho (Ruínas), Nª Sra dos Prazeres*
P	4,7	3.5 - 4.0		4,7				EM535 (Forcalhos), EM551 (Lageosa)
Q	1,8	*não inv.*					1,8	ER18-3 (após LC Belmonte), *Valverdinho*
R	1,1	*não inv.*				0,3	0,8	CM1198 (*Alagoas*), EN233 (cruz. EM562)
S	8,3	*não inv.*		0,2		0,3	7,8	Malcata (EM539), Quadrazais (EM538)
T	1,3	5,0	1,3					EM538 (Fóios/Ald. do Bispo), Espanha (continuidade em TB)
U	1,1	5.5 - 6.0	1,1					EM538 (Aldeia do Bispo), Espanha (continuidade em TB)
sub Total	**147,0**		**78,0**	**26,4**	**3,2**	**7,8**	**31,6**	
(CM´s + vias n/Class.)	*42%*		*53,1%*	*18,0%*	*2,2%*	*5,3%*	*21,5%*	
sub Total	**349,3**		**211,2**	**80,2**	**9,4**	**12,7**	**35,8**	
(Rede Municipal)	80%		*60,5%*	*23,0%*	*2,7%*	*3,6%*	*10,2%*	
TOTAL	**436,2**		***287,8***	***89,5***	***9,7***	***13,4***	***35,8***	
			66,0%	*20,5%*	*2,2%*	*3,1%*	*8,2%*	

3) Interdição a veículos com PB > 7.5t na travessia do pontão sobre Ribª de Forcalhos; idem com PB > 15t na ligação à fronteira; 4) "Variante ao Soito" (Avª de Sta. Bárbara); 5) Troço pavimentado até Nª Sra da Granja;

***Tipo e Estado de Conservação dos Pavimentos** : BB - Betuminoso Bom; BR - idem Regular; BM/Ob - idem Mau ou Obras; CR - Calçada Regular; TB - Terra Batida*

Quadro 5: Rede Viária Concelhia – Síntese das Características

Síntese das Características da Rede Viária Concelhia						
Tipo de Via	**Extensão**	**Tipo e Estado do Pavimento** *(km)*				
	(km)	*BB*	*BR*	*BM*	*CR*	*TB/Ob*
Rede Nacional	**86,9**	**76,6**	**9,3**	**0,3**	**0,7**	
e Regional	*20%*	*27%*	*10%*	*3%*	*5%*	
Est. Municipais (EM)	202,3	133,2	53,8	6,2	4,9	4,2
	46%	*46%*	*60%*	*64%*	*37%*	*12%*
Cam. Municipais (CM)	147,0	78,0	26,4	3,2	7,8	31,6
	34%	*27%*	*29%*	*33%*	*58%*	*88%*
Rede Municipal	**349,3**	**211,2**	**80,2**	**9,4**	**12,7**	**35,8**
	80%	*73%*	*90%*	*97%*	*95%*	*100%*
TOTAL	**436,2**	***287,8***	***89,5***	***9,7***	***13,4***	***35,8***
		66%	*21%*	*2%*	*3%*	*8%*

Relativamente ao seu **estado de conservação** verifica-se que, se considerada, globalmente, a totalidade da rede, a **maioria** dos troços que a constituem se apresentam em **bom** (BB = 66% do total) **ou regular** (BR + CR = 23.6%) **estado**, configurando um cenário francamente positivo. Importará contudo distinguir aquilo que sucede relativamente aos diferentes níveis hierárquicos administrativos.

Assim, são de salientar as **boas condições** de manutenção apresentadas pela **quase totalidade das vias da Rede Nacional e Regional**, com 88% dos troços em bom estado de conservação, sendo apenas de mencionar o estado algo deteriorado de alguns **troços da EN233-3**, facto que deriva quer da utilização deste eixo por volumes relativamente significativos de tráfego pesado com destino a Vilar Formoso (aspeto que deverá ter sido atenuado com a recente conclusão do IP2/ A23), quer da ocorrência de obras recentes de infraestruturação levadas a efeito em diversos núcleos urbanos atravessados por este eixo.

Já relativamente à **restante Rede Municipal** (EM's, CM's e vias não classificadas), verifica-se que uma **significativa extensão** dos troços considerados apresenta condições de pavimentação **bastante deficientes** – 9.4km em mau estado e 35.8km não pavimentados, perfazendo **13% do total da Rede Municipal** –, implicando num caso a necessidade de obras de reconstrução profundas e, relativamente às vias não pavimentadas, a ponderação de investimentos relevantes (beneficiação/construção) no sentido de dotar alguns destes troços com características adequadas ao desempenho de funções mais relevantes. A título de exemplo, saliente-se o caso da **recente implementação da ligação Vilar Maior/EM567 - CM1189** (Via B), estabelecendo ligações a Badamalos e ao Concelho de Almeida (ER324, via Miuzela), tendo sido adotado um calcetamento em cubos de granito com elevada qualidade, mesmo em termos de integração paisagística, beneficiando ainda de custos de investimento inferiores, quer de construção, quer de manutenção futura.

Importará ainda salientar a **ausência de marcação rodoviária** por pintura e a **deficiente** (ou inexistente) **sinalização vertical** que se verifica, sobretudo, em parte significativa da Rede Municipal, aspetos para os quais deverá ser dada especial atenção, sobretudo nos troços que efetuam travessias urbanas de aglomerados.

Neste âmbito, refira-se a **inexistência de mecanismos limitadores da velocidade** (v.g. semáforos atuados) na travessia de aglomerados urbanos por **vias municipais** de maior importância (como sucede no caso das EN's e ER's), bem como de **ações de requalificação** - envolvendo, por exemplo, a construção de passeios, a delimitação de zonas de parqueamento ou a adequada implementação de passadeiras para travessia de peões.

De um modo geral, verifica-se que as **melhorias introduzidas** nos últimos anos **ao nível das vias municipais** (através da sua pavimentação e/ou beneficiação), permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede, com benefícios claros ao nível da mobilidade e das acessibilidades locais e promovendo o fecho de malhas viárias significativas.

Características Geométricas e de Ocupação Marginal

As **características geométricas** das vias - perfil transversal, perfil longitudinal e traçado em planta - , tal como as suas **condições marginais de ocupação** - travessias urbanas, conflitos com peões ou veículos estacionados, etc. - têm igualmente uma influência determinante nas condições de operação da rede viária, com reflexos diretos ao nível dos parâmetros enunciados anteriormente.

Numa análise sucinta, refira-se que, de um modo geral, **as vias das redes Nacional e Regional apresentam dimensões adequadas** às características do tráfego servido e à sua inserção territorial, sendo de assinalar apenas o caso das **ER's 18-3 e 324** (FR < 5.5m) e, no caso desta última, a existência de **estrangulamentos assinaláveis na travessia de Cerdeira**, imposto pelo perfil limitativo da P.I. à Linha de C.F. da Beira Baixa e, sobretudo, pela Ponte sobre o Rio Noémi (PT = 3.0m), implicando a sua gestão em sentidos únicos alternados.

Relativamente à **cidade do Sabugal**, embora a recente implementação de uma nova travessia ao Rio Coa se tenha traduzido numa melhoria sensível ao nível da **articulação entre a EN233 e o eixo formado pelas EN's 233-3 e 332** e da gestão do atravessamento urbano por parte do tráfego com destino à zona nordeste do concelho e a Espanha - via Vilar Formoso e, alternativamente, Aldeia da Ponte -, bem como à Zona Industrial, situada na sua zona nascente, desviando parte deste da sua zona Sul de maior centralidade, verificam-se ainda condições bastante deficitárias, situação que apenas deverá encontrar resolução satisfatória com a prevista construção de variantes urbanas à cidade, sendo contudo de salientar a previsível perda de importância do eixo EN233-3/EN332 na sequência da entrada em serviço do IP2/A23 e do IP5/A25.

Em termos de **traçado**, referência igualmente para o troço Sul da **EN233 e para ER324** que, em parte significativa da sua extensão, apresentam características algo desajustadas à importância das funções desempenhadas, nomeadamente, atendendo à sua sinuosidade.
Relativamente à **Rede Municipal**, apesar de algumas operações de beneficiação e alargamento levadas a efeito num passado recente, subsistem ainda **características físicas algo limitativas** ao nível do perfil transversal de algumas delas (FR < 4.5 ou, mesmo, 4.0m), cumprindo, ainda assim, satisfatoriamente as funções desempenhadas, atendendo às reduzidas solicitações por parte do tráfego que as utiliza.

Igualmente de assinalar, são os **estrangulamentos** existentes na transposição de diversas ribeiras e, sobretudo, os motivados pelo atravessamento de alguns núcleos urbanos, sendo de mencionar os casos de Seixo do Coa (EM536), Aldeia da Dona e Vilar Maior (EM567), Rebolosa (EM534), Aldeia da Ponte (EM535 e Via A), Quadrazais e Vale de Espinho (EM538).

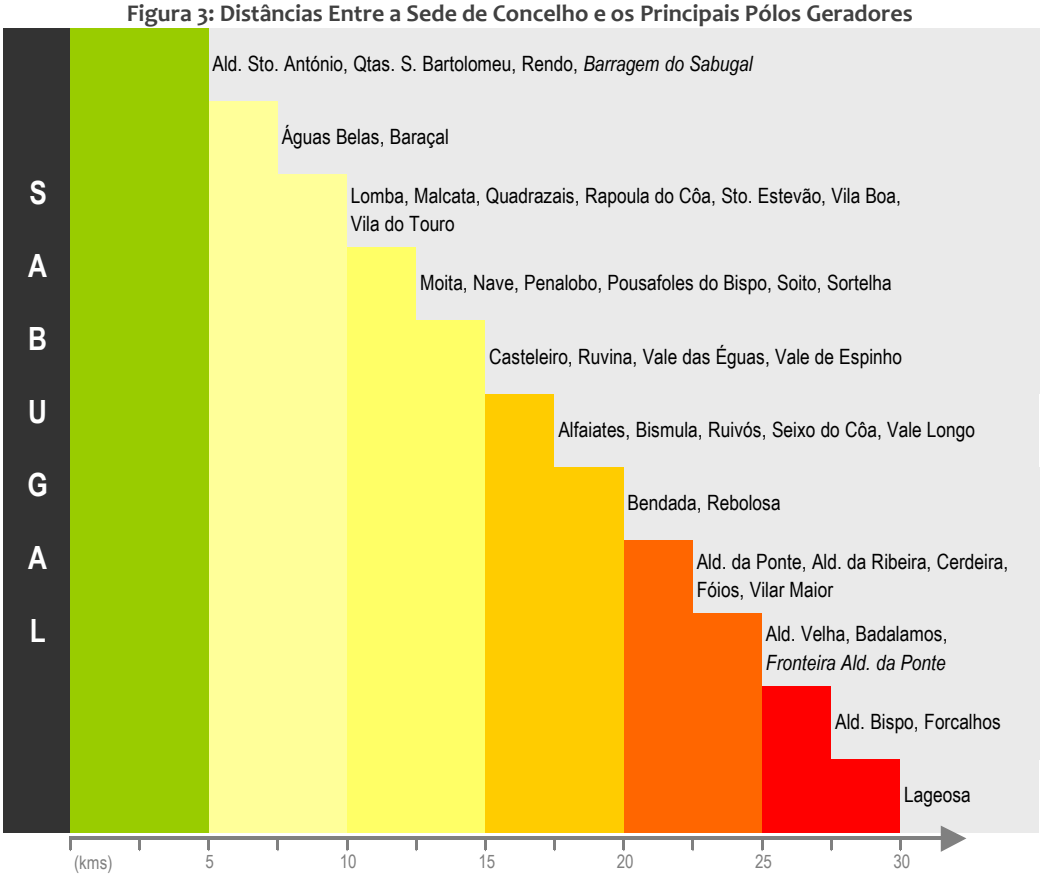
Para além destas, diversas outras vias efetuam igualmente a travessia de aglomerados, contribuindo negativamente para a sua qualidade de vivência urbana e, em simultâneo, na proporção direta da importância das funções desempenhadas, constituindo uma penalização efetiva das suas condições de utilização.

Estas circunstâncias, deixam antever a necessidade de adotar **medidas de ordenamento adequadas** (de que já mencionámos alguns exemplos) ou, nas situações mais sensíveis, a **implementação de variantes** a alguns dos núcleos mais importantes, à semelhança, **a título de exemplo**, das intervenções levadas a efeito no caso da **EM537-1 em Ruivós** ou, mesmo, com um âmbito mais limitado, em **Aldeia da Ponte** (EM535), em **Alfaiates** (Via F), em **Soito** (Via M) e em **Quadrazais** (EM's 538/550). Estas opções, deverão colocar-se sobretudo no que diz respeito às vias com maiores exigências em termos de mobilidade/velocidade e uma utilização mais intensiva por parte de tráfego de passagem (vias dos sistemas Primário e Secundário), onde se verifica atualmente uma quase total ausência de soluções deste tipo.

[c] Análise das Acessibilidades Internas

Neste ponto efetua-se uma análise das acessibilidades intraconcelhias, nomeadamente, das **ligações entre o Sabugal e as diversas sedes de freguesia** – as mais relevantes no âmbito da geração interna de deslocações - baseada nas respetivas distâncias (Figura 3), na estrutura, hierarquia e características das vias utilizadas.

Figura 3: Distâncias Entre a Sede de Concelho e os Principais Pólos Geradores



Tendo em conta a **localização geográfica da cidade do Sabugal**, a configuração do território e a sua estrutura viária, podemos proceder à agregação das diversas sedes de freguesia **em quatro grandes zonas** com condições de acessibilidade distintas:

- uma **zona Central**, na sua periferia próxima, englobando **5 freguesias** situadas a distâncias reduzidas (3 a 8 km) e, portanto, beneficiando de um **grau de acessibilidade elevado**;
- a **segunda coroa envolvente**, agregando **17 freguesias**, servidas essencialmente por ligações diretas e radiais à Sede de Concelho ou por ramificações destas, situadas a distâncias da ordem dos 10 a 15 km e uma **acessibilidade média**;
- as restantes 10 freguesias situadas na **região Norte e Nordeste do território** e, ainda,

as freguesias de **Bendada e Foios**, situadas na zona poente sudeste, com distâncias a percorrer da ordem dos 17 a 23 km e, portanto, com uma acessibilidade **média a reduzida;**

- as restantes 5 freguesias, situadas, **à exceção de Badamalos**, na **zona nascente** – Aldeia Velha, Aldeia do Bispo, Forcalhos e Lageosa – servidas essencialmente a partir da EN233-3 (Aldeia do Bispo, alternativamente, pela EM538) e com um **grau de acessibilidade reduzido**.

Esta análise permite constatar a relativa **centralidade geográfica do Sabugal**, verificando-se **distâncias da mesma ordem de grandeza** nas ligações a **muitas sedes de freguesia situadas em diferentes quadrantes**, sendo as respetivas acessibilidades favorecidas pela configuração radial da rede e, globalmente, pelas satisfatórias características de grande parte das vias utilizadas.
Deste modo, considerando a agregação espacial anteriormente apresentada, pode considerar-se, **globalmente**, como **elevada a média a acessibilidade interna**, com a maioria das sedes de freguesia situadas a distâncias inferiores aos 15 km em relação ao Sabugal.

Saliente-se que, embora o **grau de dependência relativamente à Sede de Concelho** (associada a serviços, equipamentos, emprego, ensino, etc.) constitua um **fator determinante** na matriz de mobilidade interna, é de referir que, algumas freguesias mais periféricas registam fortes **relações de proximidade relativamente a regiões próximas** - como sucede no quadrante Poente relativamente a Belmonte ou, a Norte e a Nordeste, em relação à zona Sul do Concelho de Almeida e a Espanha, casos de Vilar Formoso e Fuentes de Oñoro.

Por último, refira-se que, apesar da elevada extensão da rede municipal, denotando um esforço assinalável no sentido de garantir uma cobertura alargada a todo o território, se verificam ainda algumas situações que merecem ser assinaladas, nomeadamente, aquelas que dizem respeito a alguns lugares isolados cujo único acesso é estabelecido através de vias florestais não pavimentadas.

1.2.3. Perspetivas de Evolução

As perspetivas de evolução da rede viária concelhia decorrerão das intervenções previstas, quer a **nível nacional e regional**, com a gradual implementação do PRN2000, quer a **nível local**, através da reclassificação viária prevista ao abrigo do mesmo, da construção de novas vias ou da beneficiação das existentes.

Assim, a implementação a prazo de algumas das **vias integradas na Rede Nacional** permitirá, tal como se verificou recentemente com a conclusão do IP2/A23 e do IP5/A25, uma melhoria sensível das suas ligações exteriores de nível nacional e regional, salientando-se as seguintes:

- A curto/médio prazo, a **construção do sub-lanço Trancoso/Celorico do IP2**, melhorando substancialmente as características da ligação existente – coincidente com a antiga EN102 – e beneficiando as suas condições de articulação com o IP5/A25;
    - Quanto ao **restante traçado do IP2**, a Norte, é igualmente de prever a realização de operações de beneficiação em alguns troços que apresentam características menos adequadas à importância estruturante desta via, mesmo tendo em consideração os reduzidos níveis de procura de tráfego que regista presentemente;
- A implementação do **IC34** (V. N. de Foz Coa/IP2 – Barca D'Alva), segundo um traçado aproximado, ou coincidente, com o da atual EN222 (troço Almendra/EN332 – IP2), melhorando as condições de articulação com a EN332 no acesso ao IP2 e às sub-regiões do Douro e do Alto Trás-os-Montes;
- Também a Norte, referência ainda para a prevista implementação de uma **nova via integrada na Rede Regional – a ER324** (Marialva/IP2 – Pinhel - EN340), ainda sem traçado definido entre o IP2 e Pinhel – servindo uma outra alternativa de ligação a este itinerário principal;
- O **IC31** (C. Branco/IP2 – Termas de Monfortinho), assegurando as principais ligações a esta fronteira com a rede viária da Extremadura espanhola – a mais próxima situada a Sul no Concelho de Idanha-a-Nova –, sendo de referir que, não estando previsto num cenário de curto/médio prazo, o único estudo de traçado disponível (datado de 1997) aponta para a construção de raiz do sub-lanço Castelo Branco/IP2 – Medelim (EN239) e a adoção de um **traçado coincidente ao da atual EN239** na ligação à fronteira, integrando soluções variantes em alguns pontos;
- A implementação do **IC6**, mais concretamente do sub-lanço Venda de Galizes/Covilhã, consistindo numa melhoria significativa das atuais condições de traçado da EN230 na ligação ao IC7/EN17 (Estrada da Beira), proporcionando um aumento da acessibilidade

concelhia à Sub-região da Serra da Estrela, bem como ao Litoral Centro;

- Neste âmbito, refira-se que se encontra em fase avançada de desenvolvimento um **projeto de Decreto-Lei que visa alterar o PRN2000 em vigor**, que já mereceu a concordância de algumas autarquias da região no que diz respeito às alterações aí preconizadas, as quais se traduzem essencialmente na **redefinição dos traçados e na alteração das denominações do IC6**, que passaria a assegurar a ligação Coimbra (IP3) – Oliveira do Hospital – Celorico da Beira (IP5/A25), **e do IC7**, que constituiria a ligação Viseu (IP5) – Nelas – Seia – Trigais (EN230) – Covilhã (IP2/A23), ou seja, assegurando parte do traçado previsto atualmente para o **IC37, o qual seria suprimido**.

A **nível concelhio**, a implementação do PRN2000 **não prevê a desclassificação qualquer troço da Rede Nacional**, podendo contudo as vias integradas na categoria das **Estradas Regionais** (ER's 18-3 e 324) - criada com o intuito de promover a "*estruturação da raia, a ligação de agrupamentos de municípios e núcleos territoriais e o fecho de malhas viárias*" -, **vir igualmente a fazer parte da Rede Municipal**, em condições semelhantes às estabelecidas relativamente às EN's desclassificadas, ou seja, devendo para o efeito ser previamente efetuadas as "*intervenções de conservação que as reponham em bom estado de utilização ou, em alternativa, mediante protocolo equitativo com a respetiva autarquia*" (Dec.-Lei nº 222/98, Artº 13º).

Por iniciativa da autarquia, está planeado ou em fase de projeto um conjunto relativamente vasto de investimentos, abrangendo intervenções em diversas estradas e caminhos municipais, incluindo a construção de novos troços, a pavimentação ou a beneficiação dos existentes, salientando-se os seguintes:

Construção

- Variantes Sul e Norte ao Sabugal, com projeto concluído e implementação prevista a médio prazo;
- Ligação IP2/A23 (Nó de Belmonte) – Fronteira de Aldeia da Ponte;
  - Este investimento, contempla igualmente a construção de uma ligação a Sortelha e de uma Variante a Aldeia da Ponte, prevendo o traçado (em fase de estudo de viabilidade) a construção de raiz de diversos troços viários, efetuando o atravessamento transversal do território concelhio entre Qta. da Ribeira (a Norte de Bendada) – Penalobo – Sobreira – EN233/ER324 (prox. Qtas. S. Bartolomeu) – Cardeal – Ozendo – Soito - Alfaiates e Aldeia da Ponte;
  - A escassez de elementos disponíveis nesta fase da presente Revisão do P.D.M., não permite a avaliação aprofundada desta intervenção, quer do ponto de vista dos seus objetivos estratégicos, quer do investimento previsto, face às suas previsões de procura e à própria complexidade técnica inerente à sua implementação;

Pavimentação/Construção

- ligações Aldeia Velha (EM551) – Soito (EM's 538-1/550) e Vale de Espinho (EM538) – Soito, ambas integradas no mesmo projeto;

Requalificação/Beneficiação

- retificação e beneficiação das EN's 233, 233-3, 332 e das ER's 18-3 e 324;
- EM567, Nave – Bismula – Vilar Maior.

Este conjunto de intervenções, configurando desde já um cenário bastante positivo, pressupõe, no caso das intervenções que envolvem a construção de novos troços ou a retificação dos existentes, a definição em tempo útil das respetivas soluções de traçado, tendo em vista a sua consideração no âmbito da presente revisão, permitindo a necessária salvaguarda de espaços canais e o desenvolvimento de propostas que conduzam à sua correta articulação com a restante rede concelhia, elemento determinante na otimização das acessibilidades concelhias.

1.3. Tráfego Rodoviário

Os dados disponíveis a partir dos **Recenseamentos de Tráfego efetuados pelo IEP** não possibilitam uma análise da evolução verificada a este nível nos últimos anos, uma vez que, os **dois postos de contagem localizados no concelho** que apresentam dados recentes, relativos ao ano 2001 – o Posto 374, localizado ao km 115.3 da ER324 (a Sul de Cerdeira); o Posto 382, ao km 32.75 da EN233 (Sabugal – Terreiro das Bruxas) – não dispõem de dados intermédios desde 1980, data após a qual se encontraram desativados.

Assim, optou-se por recorrer a elementos relativos a um único posto situado na EN233, algo a Sul do limite do concelho, apresentando-se no Quadro 6 uma síntese dos seus resultados mais recentes, abrangendo o período 1994/2001, sendo indicado o respetivo Tráfego Médio Diário Anual (TMDA), a composição do tráfego (% de Pesados) e as taxas médias de crescimento anual verificadas (TMCA).

Quadro 6: Evolução do Tráfego nas Vias Nacionais (período 1994/2001)

Posto / Localização	Anos	Volume de Tráfego (TMDA)			TMCA
		Ligeiros	Pesados	Total	
432 EN233 - km 53.050 (Meimoa - Vale Sra. da Póvoa)	**1994**	897	128 *12%*	**1025**	
	1997	1024	156 *13%*	**1180**	*4.8%*
	2001	1014	197 *16%*	**1211**	*0.7%*

Fonte: Recenseamento de Tráfego do IEP.

A leitura destes dados, permite, naturalmente, concluir pela ocorrência de volumes muito reduzidos de procura, bem como pela estagnação registada no último período de análise, tendência que se deverá ter acentuado com a entrada em serviço (em 2003) do IP2/A23, retirando claramente importância ao papel desempenhado pela designada "Estrada da Raia".

Relativamente aos dois postos situados no interior do território concelhio, atrás referenciados, o Posto 382 assumia claramente, de acordo com os últimos valores disponíveis (2001), uma maior importância em termos de volumes de procura, registando valores de TMDA = 1796 veic. (19% de Pesados), contra apenas 835 veíc. no situado na ER324 (Posto 374), volumes de procura contudo muito pouco relevantes.

1.4. Transporte Público de Passageiros

1.4.1. Transporte Rodoviário

A nível concelhio, o serviço de **transporte coletivo rodoviário** em 2004 era assegurado essencialmente por **dois operadores** (as empresas Rodoviária da Beira Interior e Viúva Monteiro & Irmão), sendo constituído por um conjunto relativamente vasto de carreiras, que poderemos desagregar da seguinte forma:

- **6 carreiras locais**, com pontos terminais no Sabugal e nas localidades de Cerdeira, Quadrazais, Quinta de Sto. Amaro (via Águas belas), Casteleiro e Bendada (ambas via Sortelha), efetuando serviço exclusivamente no interior do concelho e, ainda, Sabugal/Pega, localidade do Concelho limítrofe da Guarda, situada imediatamente após o seu limite;
- **5 outras carreiras locais**, a saber: Quadrazais/Vale de Espinho, Vale de Espinho/Foios, Alfaiates/Lageosa, Aldeia da Ribeira/Nave e Bismula/Nave;
- **7 carreiras interurbanas**, com ponto terminal no Sabugal e Guarda - 2 carreiras: uma via EN233; outra via Vila do Touro/EM563 -, Almeida (via Cerdeira), Belmonte (via Bendada), Vilar Formoso e, ainda, duas outras - Soito/Guarda (circulação, via ER234 e EN233) e Aldeia do Bispo/Guarda – com pontos de passagem intermédios no Sabugal;
- **1 carreira regular regional**, estabelecendo ligação entre Castelo Branco e o Sabugal, via Penamacor.

Conforme se pode observar, estas carreiras, têm na sua totalidade **pontos intermédios de passagem ou terminais na Sede de Concelho**, sendo o serviço prestado a nível local assegurado por paragens intermédias nos seus principais aglomerados urbanos, proporcionando deste modo o estabelecimento de ligações internas.

Observando a configuração da rede servida por estas carreiras, constata-se que a sua **cobertura territorial é bastante diminuta**, sendo os eixos da EN233 (troço Norte), da EN233-3 (troço Sabugal/Nave) e da ER324 os que beneficiam dum maior número de ligações diárias, concluindo-se, pelo escasso número de circulações diárias disponíveis, pela existência de um serviço adaptado a **níveis de procura relativamente diminutos** e com necessidades de mobilidade muito específicas, como sucede no caso do acesso da população estudantil aos estabelecimentos de ensino situados no Sabugal e em algumas outras sedes de freguesia (v.g. Soito ou Nave).

Em síntese, atendendo às características geográficas do território e à ocupação do solo, bastante dispersa nalgumas zonas, implicando um esforço significativo no sentido da prestação de um serviço deste tipo, podemos **considerar como reduzido o grau de cobertura alcançado** pelo transporte coletivo de passageiros.

Complementarmente, o serviço de **Transporte Escolar** - destinado sobretudo a garantir transporte aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário no Sabugal mas, também, nalguns estabelecimentos do 1º Ciclo situados noutras sedes de freguesia, abrange horários e zonas não servidas pelo transporte público regular**,** incluindo alguns lugares isolados, sendo assegurado pelas **carreiras regulares** atrás mencionadas (com acesso através de passe específico) e através da realização de **13 "Circuitos Especiais de Aluguer"** (5 dos quais abrangendo a totalidade dos dias úteis e os restantes 8 apenas à 4ª feira) estabelecidos exclusivamente com este objetivo, mediante protocolo com os dois operadores rodoviários que operam no concelho e, nalguns casos (onde o acesso por autocarro não é possível), através de veículos ligeiros de aluguer.

Em termos de **infraestruturas de apoio**, a Sede de Concelho **dispõe de uma moderna e funcional Estação Central de Camionagem**, permitindo apetrechar o serviço de excelentes condições de comodidade para os utentes, sendo contudo de assinalar a quase total **ausência de abrigos adequados junto das paragens** (ou o seu avançado estado de degradação) situadas ao longo dos percursos servidos o que, atendendo às frequentemente adversas condições climatéricas verificadas nesta região, representa igualmente um fator de fraca atratividade e de desconforto de utilização.

Por fim, referência para o serviço de **transporte público prestado pelos táxis** licenciados no concelho, os quais apresentam uma importância significativa no transporte esporádico de passageiros com necessidades específicas não asseguradas pela oferta em transporte coletivo.
No total, o Concelho dispõe de um contingente de **53 veículos** (sendo o n.º de lugares preenchidos de 46 e o n.º de licenças emitidas de 32), com a seguinte distribuição pelos diferentes agrupamentos de freguesias abrangidos: I – Sabugal: 8; II - Foios, Quadrazais e Vale de Espinho: 3; III - Aldeia do Bispo, Aldeia da Ponte, Aldeia Velha, Forcalhos e Lageosa: 5; IV - Nave, Rendo, Soito e Vila Boa: 6; V – Aldeia da Ribeira, Alfaiates, Badamalos, Bismula, Rebolosa e Vilar Maior: 6; VI – Cerdeira, Rapoula do Coa, Ruvina, Ruivós, Seixo do Coa, Vale Longo e Vale das Éguas: 8; VII – Águas Belas, Baraçal, Bendada, Lomba, Penalobo, Pousafoles, Qtas. S. Bartolomeu e Vila do Touro: 10; VIII – Aldeia de Santo António, Casteleiro, Malcata, Moita, Santo Estevão e Sortelha: 7.

1.4.2. Transporte Ferroviário

O Concelho é servido pela **Linha da Beira Alta** (Figueira da Foz/ Vilar Formoso), que atravessa a zona Norte do território concelhio, tendo como ponto terminal a estação de Vilar Formoso.
Em 2004 o serviço era assegurado pelas seguintes composições diárias (dias úteis):

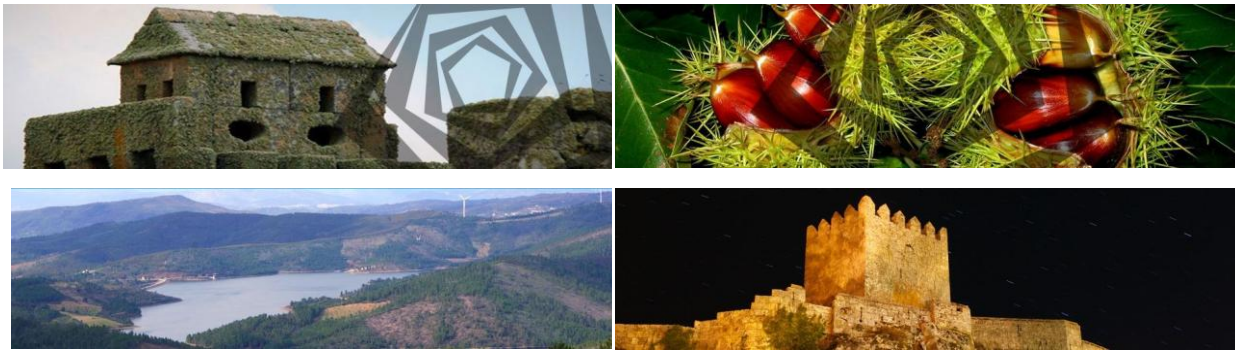
- **Lisboa/ Guarda/ Vilar Formoso**: 2 circulações diárias (1/sentido), integradas no serviço Sud Expresso (Internacional);
- **Vilar Formoso/Guarda:** 11 circulações diárias (6 no sentido Guarda/ Vilar Formoso), integradas no serviço Regional, com correspondência aos serviços Regional e Intercidades e à Linha da Beira Baixa a partir da Guarda.

A Linha da Beira Alta é explorada em regime de **via simples** com tração eletrificada. Em termos de **infraestruturas de acesso**, o concelho dispõe unicamente da Estação de Cerdeira, situada próximo do limite Norte do concelho e distando do Sabugal cerca de 22km, com ligação rodoviária através da ER324.






RL 09 _ REDE VIÁRIA E TRANSPORTES



PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SABUGAL

RELATÓRIO 10 _ INFRAESTRUTURAS URBANAS

Volume 4

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1_ Infraestruturas Urbanas 3

1.1. Introdução 3

1.2. Infraestruturas de Abastecimento de Água 6

1.2.1. Considerações Gerais 6

1.2.2. Sistemas de Abastecimento de Água 6

1.2.3. Distribuição de água 10

1.2.4. Intervenções Previstas 13

1.3. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais 14

1.3.1. Considerações Gerais 14

1.3.2. Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais 14

1.4. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos 17

1.4.1. Considerações Gerais 17

1.4.2. Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos 18

1.5. Infraestruturas Elétricas, de Comunicação e Gasistas 23

1.5.1. Considerações Gerais 23

1.5.2. Infraestruturas Elétricas 24

1.5.3. Infraestruturas de Comunicação 25

1.5.4. Infraestruturas Gasistas 26

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1_ Infraestruturas Urbanas

1.1. Introdução

Um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, elétricas, de comunicação e gasistas.

Consequentemente, e por condicionarem também o ordenamento do território, as infraestruturas urbanas requerem um cuidado especial, não só ao nível do seu dimensionamento, mas também no que diz respeito à monitorização da qualidade e do grau de cobertura dos serviços prestados e das necessidades existentes em cada momento, sempre numa ótica de otimização dos sistemas.

Desde a data de publicação do último PDM foram introduzidas algumas **melhorias** a este nível, destacando-se, neste contexto:

- A nível de abastecimento de água: a implementação de rede de distribuição em vários lugares do concelho; início de operação do sistema do Sabugal, atualmente sob a responsabilidade da Águas do Zêzere e Coa, que permite, um abastecimento eficiente e um melhor controlo da qualidade da água.
- A nível de saneamento: a constituição de sistemas de recolha e tratamento de água residuais em vários lugares do concelho, sendo o tratamento em alguns locais, da responsabilidade da AZC.
- A nível de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU): a construção do Ecocentro/ Centro de Transferência, do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos da Cova da Beira e a instalação de ecopontos, visando a recolha seletiva dos resíduos.

Contudo, ainda existem alguns **constrangimentos** a que urge dar solução, nomeadamente:

- A nível do abastecimento de água, é importante expandir a rede de abastecimento centrada na albufeira do Sabugal, de forma a salvaguardar outros recursos aquíferos de mais difícil regeneração, e, eventualmente, corrigir o abastecimento a alguns lugares que possuem uma capacidade irregular, sensível a variações sazonais; há ainda que providenciar a ligação à rede de alguns aglomerados de pequena e média dimensão.
- Relativamente à drenagem e tratamento de águas residuais, importa prover de rede o número considerável de locais que ainda não dispõe destas infraestruturas. É também fundamental implementar formas de tratamento coletivo das águas residuais em muitos locais onde este tratamento é feito precariamente em fossas sépticas individuais. Os aglomerados de maiores dimensões, devido ao maior volume de esgotos, devem mesmo ser dotados de Estações de Tratamento de Águas Residuais capazes de tratar satisfatoriamente estes resíduos.
- Finalmente, a nível de resíduos sólidos, salienta-se a presença de pequenas lixeiras e sucatas em várias áreas do concelho.

Uma vez que alguns dos problemas referidos são comuns aos existentes em concelhos vizinhos, sentiu-se a necessidade de criar uma entidade que coordenasse e gerisse, de forma tão articulada quanto possível, os sistemas de infraestruturas urbanas dos diferentes municípios.

Assim, com a publicação do D.L. n.º 121/2000 de 4 julho, foi criado o **Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Coa** para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos concelhos de Almeida, Belmonte, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel e **Sabugal.**

Assim, foi constituída a sociedade Águas do Zêzere e Coa, S.A. (AZC), à qual foi concessionada a exploração e gestão (conceção, construção, exploração, reparação, renovação e manutenção de obras e equipamentos) dos sistemas de abastecimento e saneamento *em alta*, para grande parte da área do concelho. Esta concessão foi acordada por um prazo de 30 anos.

Para efeitos de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) foi criado (D.L. n.º 319-A/2001 de 10 de dezembro) o **Sistema Multimunicipal da Cova da Beira** do qual fazem parte os municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, **Sabugal** e Trancoso.

À semelhança do que se passou com os sistemas de abastecimento e saneamento, a gestão dos RSU foi concessionada à AZC, mas por um prazo de 25 anos.
Dos objetivos que presidiram à constituição destes Sistemas são de destacar a necessidade de reduzir o impacte do lançamento de águas residuais alvo de tratamento deficiente nas bacias hidrográficas do Zêzere e do Coa (com repercussões na qualidade da água, inclusivamente na maior origem nacional deste recurso – a albufeira de Castelo de Bode) e, de uma forma geral, a necessidade de colmatar as carências estruturais que se verificam nesta área geográfica no que se refere às Infraestruturas Urbanas.

Seguidamente procede-se, então, à caracterização da situação atual das Infraestruturas Urbanas no concelho do Sabugal, com base em dados da própria Câmara Municipal e em informação recolhida junto do Instituto Nacional de Estatística e das restantes entidades com intervenção nesta área (Águas do Zêzere e Coa, S.A., Associação de Municípios da Cova da Beira, EDP Distribuição, Portugal Telecom e operadores de comunicações móveis – Optimus, Vodafone e TMN).

Refira-se que, para o caso das infraestruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos, a informação que a seguir se disponibiliza resulta de atualizações ocorridas no início de 2007.

1.2. Infraestruturas de Abastecimento de Água

1.2.1. Considerações Gerais

A água, enquanto bem insubstituível na totalidade das atividades humanas e componente essencial dos sistemas naturais, requer que sejam impostas regras próprias de gestão, numa abordagem territorial integrada. Os usos múltiplos, por vezes conflituantes, da água obrigam a uma integração no espaço das utilizações, devendo proceder-se à compatibilização das lógicas e dinâmicas próprias de cada setor e da ação das diversas entidades que participam, direta ou indiretamente, no planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

1.2.2. Sistemas de Abastecimento de Água

Neste sub-capítulo proceder-se-á à caracterização do sistema de abastecimento de água, nomeadamente no que se refere à composição, ao funcionamento e à taxa de cobertura da rede.
Atualmente, mais de 90 % da população do concelho é servida por água potável. Desta percentagem, grande parte é servida por captações em minas, furos, poços e nascentes, sendo que, atualmente, estão a ser abastecidas 32 localidades, por água proveniente da albufeira do Sabugal.

Apesar da grande maioria da população ser abastecida, alguns lugares de muito pequena dimensão não dispõem de rede de distribuição ao domicílio, sendo abastecidos por intermédio de fontanários.

[a] Sistema do Sabugal

O sistema do Sabugal é o principal sistema de abastecimento de água do concelho, uma vez que a água é proveniente do recurso mais importante a este nível: a albufeira do Sabugal. Este sistema, de implementação recente, é gerido pela AZC, que tem vindo a proceder também à integração de parte das infraestruturas mais antigas construídas pela Câmara Municipal do Sabugal.

O sistema tem início com a captação de água na albufeira do Sabugal - situada sobre o rio Coa, a Sul do concelho, entre a cidade do Sabugal e a povoação da Malcata, junto à serra da Malcata. A água é aduzida graviticamente da torre de captação para a Estação Elevatória instalada a jusante

do descarregador da barragem e na margem esquerda do Rio Coa, sendo posteriormente elevada para a ETA (Estação de Tratamento de Água) do Sabugal, localizada no Alto das Alagoas. A partir da ETA a água já tratada é distribuída por intermédio de condutas adutoras, quer para as localidades do concelho, quer para os concelhos limítrofes.

Fotografia 1: Albufeira do Sabugal



Na ETA são adicionados reagentes: dióxido de cloro, como desinfetante, e policloreto de alumínio como floculante. Depois de decantada, a água passa por um sistema de filtragem composto por dois filtros de pressão, com enchimento em areia de duas granulometrias diferentes.

No início de 2007, a água deste sistema abastecia 32 localidades, correspondendo a uma população de 10333 habitantes, aproximadamente 68% da população, conforme se pode observar no quadro que a seguir se apresenta.

Quadro 1: Localidades abastecidas pela ETA do Sabugal em 2007

Aglomerados Servidos	População
Sabugal	2344
Quintas de S. Bartolomeu	217
Moita, Terreiro das Bruxas	173
Santo Estêvão	360
Cerdeira	247
Cardeal, Rendo e Pouca Farinha	342
Nave, Aldeia da Dona	273
Vila Boa	330
Rapoula	249
Casteleiro	512
Sortelha	325
Baraçal	194
Soito	1419
Quadrazais	375
Vale de Espinho	512
Foios	410
Aldeia Velha, Alfaiates	909
Aldeia da Ponte	340
Vilar Maior, Aldeia da Ribeira, Batocas, Escabralhado	319
Seixo, Valongo, Perofícós, Redondinha	278
Rebolosa	205

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

[b] Sistemas Individuais

Os sistemas individuais[1] existentes no concelho do Sabugal, assentam, na sua maioria, em captações em furos, minas, poços e nascentes. Em conjunto, estes sistemas abastecem uma população de quase 4300 habitantes.

No Quadro 2 são identificados os sistemas de abastecimento, o número de habitantes servidos por sistema, a entidade gestora, assim como as captações correspondentes a cada sistema e o número de reservatórios e respetiva capacidade.

[1] Por sistema individual entende-se qualquer sistema com um raio de ação pouco abrangente, geralmente abastecendo apenas um aglomerado.

Quadro 2: Sistemas individuais de abastecimento do concelho do Sabugal

Sistema de Abastecimento	N.º de Habitantes	Entidade Gestora	Tipo de Captação	N.º de Reservatórios/ Capacidade Total(m^3)
Aldeia do Bispo	395	Câmara Municipal	Subterrânea – Poço	1/100
Águas Belas	82	Junta de freguesia	Subterrânea – Poço	1/67 + 2/100
Quinta do Clérigo	15	Câmara Municipal	Subterrânea – Poço	1/50
Pousafoles do Bispo	92	Junta de freguesia	Subterrânea – Poço	1/25 + 2/100
Montenovo	81	Junta de freguesia	Subterrânea – Furo	1/80
Lomba	74	Junta de freguesia	Subterrânea – Poço	1/80
Vila do Touro	197	Junta de freguesia	Subterrânea – Poço	1/110
Abitureira/ Martim Pêga	124	Câmara Municipal	Superficial - Poço	1/110
Água da Figueira	30	Câmara Municipal	Subterrânea – Poço	0
Aldeia de Santo António	786	Câmara Municipal	Superficial- Nascente	1/195
Bendada	309	Câmara Municipal	Superficial - Poço	1/160 + 1/150
Dirão da Rua	27	Câmara Municipal	Subterrânea – Furo	0
Malcata	351	Câmara Municipal	Subterrânea – Furo	1/80
Penalobo	120	Câmara Municipal	Subterrânea – Poço	1/60
Quarta – Feira	117	Câmara Municipal	Subterrânea – Furo	1/110
Rebelhos	97	Câmara Municipal	Superficial - Poço	1/50
Sobreira	48	Câmara Municipal	Subterrânea – Poço	1/30
Vale Mourisco	32	Câmara Municipal	Subterrânea – Poço	1/30
Bismula	198	Águas do Zêzere e Coa	Subterrânea – 2 Poços	1/60 + 2/100
Forcalhos	108	Águas do Zêzere e Coa	Subterrânea – 1 Poço;	1/110
Lageosa	258	Águas do Zêzere e Coa	Subterrânea – Poço	1/110
Ozendo	98	Águas do Zêzere e Coa	Subterrânea – Poço	1/110
Ruvina, Ruivos e Vale das Éguas	243	Águas do Zêzere e Coa	Superficial - Poço	1/80
Torre	148	Águas do Zêzere e Coa	Subterrânea – Poço	1/80
Arrifana	47	Águas do Zêzere e Coa	Subterrânea – 2 Furos	1/50
Badamalos	79	Águas do Zêzere e Coa	Subterrânea – Furo	1/25
Carvalhal	20	Águas do Zêzere e Coa	Subterrânea – Poço	1/50
Espinhal	91	Junta de freguesia	Subterrânea – Poço	1/50

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Na maior parte dos casos, após captada, a água é conduzida para reservatórios onde é sujeita a um tratamento de desinfeção que pode variar de sistema para sistema, ocorrendo a distribuição a partir destes reservatórios.

1.2.3. Distribuição de água

No início de 2007 as redes de distribuição, eram as seguintes:

Quadro 3: Redes de distribuição de água no concelho do Sabugal, no início de 2007

Freguesia	Lugar	Rede em Baixa	Rede em Alta
Águas Belas	Águas Belas	Em execução	Junta de Freguesia
	Espinhal	Em execução	
	Qtª dos Clérigos	Sim	C. M. Sabugal
	Vale Mourisco	Sim	C. M. Sabugal
Aldeia do Bispo	Aldeia do Bispo	Sim	C. M. Sabugal
Aldeia da Ponte	Aldeia da Ponte	Sim	C. M. Sabugal
Aldeia da Ribeira	Aldeia da Ribeira	Sim	C. M. Sabugal
	Batocas	Sim	C. M. Sabugal
	Escabralhado	Sim	C. M. Sabugal
Aldeia de Stº António	Aldeia de Stº António	Em execução	AZC
	Ameais	Em execução	AZC
	Urgueira	Em execução	AZC
	Alagoas	Em execução	AZC
Aldeia Velha	Aldeia Velha	Sim	AZC
Alfaiates	Alfaiates	Sim	AZC
Badamalos	Badamalos	Sim	AZC
	Carvalhal	Sim	AZC
Baraçal	Baraçal	Sim	AZC
	Qtª do Rocamador	Sim	C. M. Sabugal
	Qtª das Vinhas	Não	
Bendada	Bendada	Sim	C. M. Sabugal
	Qtª do Monteiro	Não	
	Qtª da Ribeira	Não	
	Qtª do Ribeiro	Não	
	Qtª Stº António	Não	
	Rebelhos	Sim	C. M. Sabugal
	Trigais	Sim	C.M. Belmonte
Bismula	Bismula	Sim	AZC
Casteleiro	Casteleiro	Sim	AZC
	Qtª da Carrola	Sim	AZC
	Qtª Stº Amaro	Não	
Cerdeira do Coa	Cerdeira do Coa	Sim	AZC
	Redondinha	Sim	AZC
Foios	Foios	Sim	AZC
Forcalhos	Forcalhos	Sim	AZC
Lageosa	Lageosa	Sim	AZC
Lomba	Lomba	Sim	J. Freg

Freguesia	Lugar	Rede em Baixa	Rede em Alta
Malcata	Malcata	Sim	AZC
Moita	Moita	Sim	AZC
	Terreiro das Bruxas	Sim	AZC
Nave	Nave	Sim	AZC
	Aldeia da Dona	Sim	AZC
Penalobo	Penalobo	Sim	C. M. Sabugal
	Água da Figueira	Sim	C. M. Sabugal
Pousafoles	Pousafoles	Sim (J. Freg)	J. Freg
	Lameiras de Baixo	Em Projeto	
	Lameiras de Cima	Em Projeto	
	Monte Novo	Em Projeto	
	Sobreira	Sim	C. M. Sabugal
Quadrazais	Quadrazais	Sim	AZC
	Ozendo	Sim	AZC
Qtª S. Bartolomeu	Qtª S. Bartolomeu	Sim	AZC
Rapoula do Coa	Rapoula do Coa	Sim	AZC
Rebolosa	Rebolosa	Sim	AZC
Rendo	Rendo	Sim	AZC
	Cardeal	Sim	AZC
	Poucafarinha	Sim	AZC
Ruivós	Ruivós	Sim	AZC
Ruvina	Ruvina	Sim	AZC
Sabugal	Sabugal	Sim	AZC
	Colónia Agricola Martim Rei	Não	
	Torre	Sim	AZC
Santo Estêvão	Santo Estêvão	Sim	AZC
Seixo do Coa	Seixo do Coa	Sim	AZC
	Martim Pêga	Sim	C. M. Sabugal
	Peroficós	Sim	AZC
Sortelha	Sortelha	Sim	AZC
	Azenha	Sim	C. M. Sabugal
	Caldeirinhas	Sim (J. Freg)	J. Freg
	Dirão da Rua	Sim	C. M. Sabugal
	Quarta Feira	Sim	C. M. Sabugal
Soito	Soito	Sim	AZC
Vale das Éguas	Vale das Éguas	Sim	AZC
Vale de Espinho	Vale de Espinho	Sim	AZC
Vale Longo	Vale Longo	Sim	AZC
Vila Boa	Vila Boa	Sim	AZC
Vila do Touro	Vila do Touro	Sim (J. Freg)	J. Freg
	Abitureira	Sim	C.M.Sabugal
Vilar Maior	Vilar Maior	Sim	AZC
	Arrifana do Coa	Sim	AZC

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Como já havia sido referido, apesar da distribuição domiciliária abranger a esmagadora maioria da

população concelhia, nos locais de mais pequena dimensão, o abastecimento público é feito por intermédio de fontanários, conforme quadro de fontanários que a seguir se apresenta:

Quadro 4: Localidades cujo abastecimento era efetuado através de fontanários no início de 2007

Localidade	População	Tipo de Captação
Quinta do Roque Amador	22	Superficial - Nascente
Quinta do Monteiro	45	Superficial - Nascente
Quinta da Ribeira	14	Superficial - Nascente
Quintas de Sto. António	33	Superficial - Nascente
Lameiras	91	Superficial - Nascente
Quinta das Vinhas	26	Superficial - Nascente
Caldeirinhas	30	Superficial - Nascente

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

1.2.4. Intervenções Previstas

Relativamente às intervenções previstas, importa distinguir dois casos: as intervenções camarárias e as intervenções a cargo da Águas do Zêzere e Coa.

Em relação às intervenções da responsabilidade da Águas do Zêzere e Coa, estas constituem alterações bastante importantes, uma vez que visam implementar um sistema novo de abastecimento *em alta*, no concelho do Sabugal.

Assim, no contexto das intervenções da AZC, as principais alterações previstas são as seguintes:

- Construção de um ramal de abastecimento de água entre Azenha e Bendada
- Construção do ramal de Águas Belas, permitindo o abastecimento a Pousafoles do Bispo e anexas, Penalobo, Águas Belas e Espinhal.
- Construção de um ramal de ligação de Aldeia Velha, Lageosa, Forcalhos e Aldeia do Bispo.
- Construção de ramal de ligação ao sistema Ruvina, Ruivos e Vale das Éguas a partir da Nave.
- Elaboração de estudo de um abastecimento integrado a Bismula, Carvalhal e Badamalos.
- Elaboração de um estudo de abastecimento a Arrifana do Coa.

O objetivo da AZC para o Sabugal, é que, grande parte do abastecimento no concelho, seja efetuado com base na água da albufeira do Sabugal, reduzindo-se a necessidade de recorrer a captações em furos, poços, minas e nascentes. Contudo, algumas das captações originais serão mantidas para fazer face a quaisquer situações de necessidade ou como eventual reforço dos sistemas.

As intervenções previstas pela Câmara Municipal subdividem-se na construção de pequenas redes em falta e na execução de adutoras entre alguns reservatórios e as condutas da AZC, nomeadamente:

- Construção de redes de distribuição e reservatórios nas localidades de Lameiras e Monte Novo, assim como a eventual substituição das redes mais antigas em aglomerados de maior dimensão.

- Construção de adutoras de ligação às localidades de: Malcata, Penalobo, Monte Novo, Quarta-Feira, Rebelhos, Lomba, Vale Mourisco e Abitureira.
- Construção de reservatório para abastecimento das localidades de Foios e Aldeia do Bispo.

1.3. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

1.3.1. Considerações Gerais

A drenagem e o tratamento de águas residuais são um grave problema a nível nacional. Situações de contaminação das águas (usualmente por falta de tratamento ou tratamento deficiente) e de solos (por saturação) são ainda comuns.

Nos últimos anos, foram introduzidas melhorias muito significativas no concelho de Sabugal, nomeadamente através da implementação de novas redes e respetivas ETAR's, do aperfeiçoamento das existentes e da construção de equipamentos de tratamento de esgotos. As redes de drenagem têm sido executadas pela Câmara Municipal, sendo a construção das maiores ETAR's responsabilidade da AZC.

1.3.2. Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

No início de 2007 a maior parte da população concelhia era abrangida por sistemas de rede de drenagem e tratamento de águas residuais, apesar de ainda existirem muito locais, nomeadamente os de menores dimensões, que continuavam a depender de fossa sépticas individuais.
Apresenta-se de seguida um quadro referente à situação destes sistemas no início de 2007.

Quadro 5: Sistemas de Saneamento do concelho do Sabugal no início de 2007

Freguesia	Lugar	Rede de Saneamento	Trat. de Efluentes
Águas Belas	Águas Belas	Em execução	Em execução AZC
	Espinhal	Em execução	Em execução AZC
	Qtª dos Clérigos	Não	Não
	Vale Mourisco	Não	Não
Aldeia do Bispo	Aldeia do Bispo	Sim	Em execução AZC
Aldeia da Ponte	Aldeia da Ponte	Sim	Em remodelação AZC
Aldeia da Ribeira	Aldeia da Ribeira	Em execução	Em execução AZC
	Batocas	Em Projeto	Não
	Escabralhado	Não	Não
Aldeia de Stº António	Aldeia de Stº António	Em execução	Em execução AZC
	Ameais	Em execução	Em execução AZC
	Urgueira	Em execução	Em execução AZC
	Alagoas	Em execução	Em execução AZC
Aldeia Velha	Aldeia Velha	Sim	Em remodelação AZC
Alfaiates	Alfaiates	Sim	Em remodelação AZC
Badamalos	Badamalos	Em Projeto	Em execução AZC
	Carvalhal	Não	Não
Baraçal	Baraçal	Sim	Sim
	Qtª do Rocamador	Não	Não
	Qtª das Vinhas	Não	Não
Bendada	Bendada	Sim	Sim
	Qtª do Monteiro	Não	Não
	Qtª da Ribeira	Não	Não
	Qtª do Ribeiro	Não	Não
	Qtª Stº António	Não	Não
	Rebelhos	Em Projeto	Em Projeto
	Trigais	Não ??	Não
Bismula	Bismula	Sim	Em execução AZC
Casteleiro	Casteleiro[2]	Sim	Em execução AZC
	Qtª da Carrola	Não	Não
	Qtª Stº Amaro	Não	Não
Cerdeira do Coa	Cerdeira do Coa[3]	Sim	Em remodelação AZC
	Redondinha	Sim	Sim
Foios	Foios	Sim	Em remodelação AZC
Forcalhos	Forcalhos	Em execução	Em execução AZC

[2] As águas residuais de Casteleiro serão tratadas na ETAR de Vale de Sr.ª da Póvoa, construída pela AZC no vizinho concelho de Penamacor.

[3] As águas residuais de Cerdeira do Coa serão tratadas na ETAR de Rochoso, construída pela AZC no vizinho concelho da Guarda.

Freguesia	Lugar	Rede de Saneamento	Trat. de Efluentes
Lageosa	Lageosa	Sim	Em remodelação AZC
Lomba	Lomba	Em Projeto	Em Projeto
Malcata	Malcata	Sim	Em remodelação AZC
Moita	Moita	Adjudicada	Em execução AZC
	Terreiro das Bruxas	Adjudicada	Em execução AZC
Nave	Nave	Sim	Em remodelação AZC
	Aldeia da Dona	Não	Não
Penalobo	Penalobo	Sim	Em Projeto
	Água da Figueira	Não	Não
Pousafoles	Pousafoles	Sim	Em execução AZC
	Lameiras de Baixo	Em Projeto	Em Projeto
	Lameiras de Cima	Em Projeto	Em Projeto
	Monte Novo	Em Projeto	Em execução AZC
	Sobreira	Não	Não
Quadrazais	Quadrazais	sim	Em remodelação AZC
	Ozendo	Em Projeto	Em execução AZC
Qtª S. Bartolomeu	Qtª S. Bartolomeu	Em execução	Em execução AZC
Rapoula do Coa	Rapoula do Coa	Sim	Sim
Rebolosa	Rebolosa	Em execução	Em execução AZC
Rendo	Rendo	Sim	Em execução AZC
	Cardeal	Não	Não
	Poucafarinha	Não	Não
Ruivós	Ruivós	Em Projeto	Em Projeto
Ruvina	Ruvina	Adjudicada	Em execução AZC
Sabugal	Sabugal	Sim	Em remodelação AZC
	Colónia Agricola Martim	Não	Não
	Torre	Sim	Em remodelação AZC
Santo Estêvão	Santo Estêvão	Sim	Em remodelação AZC
Seixo do Coa	Seixo do Coa	Sim	Em remodelação AZC
	Martim Pêga	Não	Não
	Peroficós	Sim	Sim
Sortelha	Sortelha	Sim (parte)	Em remodelação AZC
	Azenha	Não	Não
	Caldeirinhas	Não	Não
	Dirão da Rua	Não	Não
	Quarta Feira	Em Projeto	Em projeto
Soito	Soito	Sim	Sim (ETAR AZC)
Vale das Éguas	Vale das Éguas	Em Projeto	Em execução AZC
Vale de Espinho	Vale de Espinho	Sim	Em remodelação AZC

Freguesia	Lugar	Rede de Saneamento	Trat. de Efluentes
Vale Longo	Vale Longo	Sim	Em remodelação AZC
Vila Boa	Vila Boa	Sim	Em execução AZC
Vila do Touro	Vila do Touro	Sim	Em execução AZC
	Abitureira	Não	Não
Vilar Maior	Vilar Maior	Em execução	Em execução AZC
	Arrifana do Coa	Não	Não

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

A execução das ETAR's para as redes de saneamento designadas no quadro anterior é da responsabilidade da Câmara Municipal (sistemas em baixa).
A grande maioria das obras descritas encontrava-se na fase final no início de 2007, prevendo-se a sua conclusão até final do mesmo ano.

1.4. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

1.4.1. Considerações Gerais

A crescente preocupação com os aspetos ecológicos, aliada à tomada de consciência da sociedade para a importância de viver em ambientes salubres, trouxeram para a ordem do dia o problema que constituíam os resíduos sólidos, e alertaram para a necessidade da sua recolha e tratamento adequado.

Nos últimos anos o país assistiu ao encerramento de inúmeras lixeiras, à construção de aterros sanitários, de ecocentros, de estações de tratamento, de estações de triagem, à implantação de ecopontos e ao surgimento de diversas campanhas de sensibilização.

Assistiu-se, ainda, à elaboração de muita legislação nacional e comunitária para regulamentar esta área. Fundamentalmente, esta legislação define três linhas estratégicas a seguir:

- Implementação de mais unidades de valorização de matéria orgânica, seguindo o estipulado na Diretiva Aterros;
- Criação de condições para que se proceda à reciclagem/ valorização dos resíduos de embalagem, investindo na sensibilização das populações, na eficiência das estruturas de recolha seletiva e de triagem, assim como na investigação, para que cada vez mais resíduos possam ser reciclados;

- Garantia de que as infraestruturas de tratamento, entretanto construídas, são geridas de forma adequada, reforçando a fiscalização/ inspeção e o recurso a auditorias externas realizadas por entidades certificadas.

Caracteriza-se, seguidamente, o sistema atual e futuro de recolha e tratamento de resíduos sólidos no concelho do Sabugal.

1.4.2. Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

Como foi anteriormente referido, o D.L. n.º 319-A/2001 de 10 de dezembro criou para efeitos de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos o Sistema Multimunicipal da Cova da Beira. À semelhança do que se passou com o abastecimento de água e com o saneamento, a gestão e exploração deste sistema foi concessionada às Águas do Zêzere e Coa, S.A.. Posteriormente, em 2008, esta empresa criou a empresa Resistrela que atualmente se dedica exclusivamente à questão dos RSU.

Assim, a recolha indiferenciada de resíduos sólidos é da responsabilidade da Câmara Municipal do Sabugal, mas o seu tratamento e deposição são da responsabilidade da Associação de Municípios da Cova da Beira, estando estes trabalhos, como se disse, a cargo da Resistrela. Seguindo a lógica dos ***três R's***: Reduzir (minimizar a quantidade de resíduos produzidos, através da prevenção da sua produção), Reutilizar (dar um novo uso a materiais já usados) e Reciclar (recuperar os materiais constituintes dos resíduos para os integrar de novo no seu próprio ciclo de produção), a AMCB efetuou a recuperação ambiental e o encerramento das lixeiras e, por outro lado, construiu infraestruturas adequadas à remoção, ao tratamento e à reciclagem de resíduos (valorização) desde o consumidor até ao tratamento e destino final.

A recolha indiferenciada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é efetuada a partir de equipamentos de deposição normalizados, nomeadamente contentores, apresentando uma capacidade de 800 litros, onde são colocados os resíduos domésticos ou outros semelhantes. Destacam-se os aglomerados do Sabugal e do Soito, por apresentarem o maior número de contentores. Em 2004 encontravam-se distribuídos pelo município 900 contentores de plástico e metálicos.

Quadro 6: N.º de contentores por freguesia (dados de junho de 2004)

Freguesias	N.º de Contentores	Freguesias	N.º de Contentores
Águas Belas	19	Pena Lobo	11
Aldeia do Bispo	20	Pousafoles do Bispo	24
Aldeia da Ponte	26	Quadrazais	30
Aldeia da Ribeira	17	Quinta de S. Bartolomeu	11
Aldeia de Sto António	29	Rapoula do Coa	16
Aldeia Velha	25	Rebolosa	15
Alfaiates	26	Rendo	16
Badamalos	8	Ruivós	7
Baraçal	14	Ruvina	11
Bendada	38	Sabugal	156
Bismula	11	Santo Estêvão	16
Casteleiro	19	Seixo do Coa	18
Cerdeira do Coa	20	Sortelha	28
Foios	20	Soito	75
Forcalhos	11	Vale das Éguas	8
Lageosa	19	Vale de Espinho	20
Lomba	6	Valongo	10
Malcata	20	Vila Boa	17
Moita	11	Vila do Touro	18
Nave	22	Vilar Maior	12
		Total	**900**

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Fotografia 2: Contentores plásticos (800 litros de capacidade)



Esta **recolha indiferenciada**, da responsabilidade da Câmara Municipal, abrange a totalidade do concelho e processa-se de acordo com circuitos de recolha pré-definidos. A periodicidade da recolha varia, sendo reforçada no período que decorre entre a última quinzena de junho, até à primeira quinzena de setembro, devido ao aumento significativo da produção de resíduos resultante do acréscimo de população verificado nesta altura.

Desta forma, durante o período considerado invernal, encontram-se definidos 3 circuitos, que se encontram divididos em 2 voltas, e que são efetuados duas vezes por semana (Quadro 7).

A recolha intensifica-se durante o verão (no período referido anteriormente), altura em que, além dos percursos invernais sofrerem ligeiras alterações, os circuitos passam a ser efetuados em 3 voltas (

Quadro 8), aumentando, desta forma, o número de recolhas realizadas, sendo que no Sabugal e no Soito, esta passa a ser efetuada diariamente.

Quadro 7: Circuitos da Recolha Indiferenciada no concelho do Sabugal - inverno

Dia da Semana	Percurso 1	Percurso 2
Segunda-feira/ Quinta-feira	Alfaiates – Rebolosa - Aldeia da Ribeira – Batocas – Escabralhado – Arrifana - Vilar Maior – Bismula - Aldeia da Dona – Nave - Vila Boa – Rendo - Sabugal (metade da Cidade)	Ameais – Malcata – Alagoas - Santo Estêvão - Terreiro das Bruxas – Moita – Casteleiro - Qta da Carrola - Qta do Espinhal – Rebelhos – Trigais – Bendada - Qta da Ribeira - Qta do Monteiro – Caldeirinhas – Azenha - Quarta-feira - Sabugal (metade da cidade)
Terça-feira/ Sexta-feira	Aldeia Velha – Lageosa – Forcalhos - Aldeia da Ponte – Soito – Ozendo – Torre - Martim Rei – Cardeal - Pouca Farinha - Sabugal (metade da Cidade)	Cerdeira – Redondinha – Peroficós – Badamalos – Carvalhal - Seixo do Coa - Valongo do Coa - Vale das Éguas - Ruivos - Ruvina - Rapoula do Coa – Rocamador – Baraçal - Vila do Touro – Abitureira - Martim Pega - Sabugal (metade da Cidade)
Quarta-feira/ Sábado	Aldeia do Bispo – Foios - Vale de Espinho – Quadrazais – Soito - Martim Rei - Sabugal (metade da Cidade)	Aldeia de Sto. António – Urgueira - Dirão da Rua – Sortelha - Qtas. De S. Bartolomeu – Espinhal - Águas Belas - Qta do Clérigo - Água da Figueira – Penalobo – Sobreira - Pousafoles do Bispo - Monte Novo – Lameiras - Lameiras de Baixo – Lomba - Vale Mourisco - Sabugal (metade da Cidade)

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

Quadro 8: Circuitos da Recolha Indiferenciada no concelho do Sabugal - verão

Dia da Semana	Percurso 1	Percurso 2	Percurso 3
Segunda-feira/ Quarta-feira/ Sexta-feira	Foios - Vale de Espinho – Quadrazais – Soito – Ozendo – Torre - Martim Rei	Aldeia do Bispo - Aldeia Velha – Lageosa – Forcalhos - Aldeia da Ponte – Batocas – Alfaiates - Sabugal (metade da cidade)	Cerdeira – Redondinha – Peroficós - Seixo do Coa - Valongo do Coa - Vale das Éguas – Ruivos – Ruvina – Rapoula – Rocamador - Martim Pega – Abitureira - Vila do Touro – Baraçal - Qtas. De S. Bartolomeu - Sabugal (metade da Cidade)

Terça-feira/ Quinta-feira/ Sábado	Malcata – Alagoas – Ameais - Aldeia de Sto. António – Sortelha - Dirão da Rua – Urgueira – Rendo - Vila Boa - Pouca Farinha – Cardeal - Soito (principais)	Alfaiates (principais) – Rebolosa - Aldeia da Ribeira – Escabralhado - Vilar Maior – Arrifana – Badamalos – Carvalhal – Bismula - Aldeia da Dona – Nave - Sabugal (metade da Cidade)	Santo Estêvão - Terreiro das Bruxas - Moita – Casteleiro - Qta da Carrola - Qtas do Espinhal – Rebelhos – Trigais – Bendada - Qta da Ribeira - Qta do Monteiro – Espinhal - Águas Belas - Quarta-feira - Qta do Clérigo – Caldeirinhas - Água da Figueira – Penalobo – Sobreira – Pousafoles - Monte Novo – Lameiras -.Lomba - Vale Mourisco - Sabugal (metade da Cidade)

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal

A Câmara tem à sua disposição um total de 3 viaturas de recolha de resíduos – duas com 14 m^3 de capacidade, e uma com 11 m^3 de capacidade, sendo que durante todo o ano são apenas utilizadas duas viaturas de 14m^3 de capacidade, exceto no verão, em que são utilizadas 3 viaturas.
Uma vez recolhidos, os RSU são encaminhados para a Estação de Transferência (ET) do Sabugal. A partir deste momento, cessa a responsabilidade da Câmara Municipal do Sabugal em termos de RSU, ficando o resto do processo a cargo da Resistrela.

Esta ET encontra-se equipada com tremonhas, que permitem efetuar uma correta descarga dos resíduos, aquando da sua transferência dos camiões de recolha para os semirreboques, evitando que estes se espalhem. Os semirreboques são hermeticamente fechados por forma a evitar a proliferação de odores desagradáveis, possuindo piso móvel para acondicionamento dos RSU e uma capacidade de 90m^3. Os resíduos, após serem acondicionados são transportados, pela Resistrela, para o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira.

Fotografia 3: Central de Compostagem do CTRSUCB



O Centro de Tratamento de RSU da Cova da Beira (localizado na Quinta das Areias, freguesia de Alcaria, concelho do Fundão), é constituído por uma Central de Compostagem, por um Aterro Sanitário e Estação de Triagem. Neste Centro, é feita a extração da fração orgânica dos resíduos, que será a parte sujeita a compostagem. Após a aplicação de métodos de crivagem e de triagem, com vista à sua identificação e separação, esta matéria orgânica é submetida a um processo de fermentação acelerada (transformação biológica em meio aeróbio) em silos horizontais, sendo então submetida a um período de 6 semanas de maturação em pilhas, numa

área coberta. O composto resultante tem inúmeras aplicações, em diversas áreas: agricultura, jardinagem, silvicultura, recuperação de solos degradados e combate à desertificação, recuperação de solos contaminados ou remoção de compostos orgânicos tóxicos ou odoríferos de efluentes gasosos industriais.

Desta forma, no aterro sanitário são depositados apenas os resíduos resultantes da recolha indiferenciada que não têm qualquer aproveitamento, isto é, os resíduos rejeitados do processo de compostagem.

Relativamente à **recolha seletiva**, os resíduos são transportados pelos próprios produtores para o Ecocentro, localizado na mesma área da Estação de Transferência, onde são depositados em contentores por tipo de material: papel e cartão, embalagens, resíduos verdes, vidro, resíduos de construção civil (entulho), óleos usados, pilhas e *monstros*. Estes resíduos são enviados regularmente para retomadores acreditados da região, para que sejam posteriormente encaminhados para reciclagem.

Fotografia 4: Ecoponto



Ainda a referir, em maio de 2002, foram instalados 27 ecopontos no concelho (11 dos quais na sede de concelho), cujos resíduos são recolhidos e encaminhados pela Resistrela, para os retomadores acreditados da região, tal como os recicláveis recolhidos no Ecocentro.

No que respeita aos **entulhos e resíduos industriais banais**, atualmente, estes são transportados, na maior parte dos casos, pelos próprios produtores para o aterro, exceto no que diz respeito à atividade têxtil, cujos resíduos são armazenados e posteriormente transportados, pela câmara, para o aterro de Resíduos Industriais Banais.

importa referir que a autarquia, no que diz respeito à **recolha de *monstros*** (resíduos como eletrodomésticos, mobiliário, baterias, pneus, etc., que pela sua natureza, peso e dimensão não podem ser objeto de remoção normal), não tem, atualmente, um sistema definido, efetuando diariamente a recolha e separação deste tipo de resíduos.

A Câmara do Sabugal tem desenvolvido algumas iniciativas no campo da sensibilização e de educação ambiental junto da população, em geral, e das camadas mais jovens, em particular,

através da criação de panfletos informativos, alertando para o problema dos RSU e para a importância da implementação da política dos *três R's*.

Apesar do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos da AMCB estar já totalmente enraizado no quotidiano dos munícipes, e de não estarem previstas intervenções de vulto no campo dos RSU para o concelho, importa chamar a atenção para alguns constrangimentos que ainda subsistem, nomeadamente o facto de existirem locais onde são depositados ilegalmente sucatas e entulhos, em vários pontos do concelho, estando prevista a construção de um parque destinado aos resíduos de construção e demolição.

1.5. Infraestruturas Elétricas, de Comunicação e Gasistas

1.5.1. Considerações Gerais

O processo de avaliação das infraestruturas elétricas, de comunicação e gasistas a efetuar no âmbito da 1ª revisão do PDM do Sabugal deve atender à sua adequação e capacidade de contribuição para os modos de desenvolvimento da comunidade definidos pelos órgãos autárquicos e restantes agentes de desenvolvimento local.

Nesta perspetiva as infraestruturas elétricas, de comunicação e gasistas (IECG) não são um mero serviço prestado por empresas públicas e/ou privadas a entidades/clientes públicos ou particulares, antes constituindo num fator tantas vezes impulsionador ou condicionador de uma determinada política de desenvolvimento. Assim, a existência de IECG de qualidade, fiáveis e a preços competitivos, contribui de forma significativa para a qualificação e atratividade do espaço físico a ser ocupado por potenciais investidores.

A operacionalização da gestão integrada destas infraestruturas no contexto autárquico pode passar pela constituição de um órgão de coordenação e consulta entre as distribuidoras e a autarquia, visando a tomada de decisões e a definição de estratégicas de desenvolvimento em tempo útil.

No âmbito da 1ª revisão do PDM será apenas efetuado um breve enquadramento do serviço prestado pelas diversas entidades, já que, as IECG devem, sim, ser consideradas no Plano para efeitos de condicionante à ocupação do território.

1.5.2. Infraestruturas Elétricas

O concelho do Sabugal está dotado de infraestruturas elétricas capazes de satisfazer as necessidades da população.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução recente dos consumos doméstico e industrial, assim como do número de consumidores de cada uma destas áreas.

Quadro 9: Evolução do n.º de consumidores e do consumo de eletricidade no período entre1998 e 2000, no concelho do Sabugal

Setor	Consumidores			Tx. Var. 98-00	Consumo (1000 kwh)			Tx. Var. 98-00
	1998	1999	2000		1998	1999	2000	
Doméstico	12862	12879	12906	**0,3%**	10224	10970	11536	**12,8%**
Industrial	285	291	294	**3,2%**	4278	4767	4878	**14,0%**

Fonte: INE, Portugal em números

Para o setor doméstico, a análise do quadro permite verificar que tem havido um aumento gradual, tanto no consumo de energia elétrica, em geral, como no número de consumidores. Porém, como se pode constatar pelas taxas de variação, o crescimento do consumo, entre 1998 e 2000, é consideravelmente mais expressivo (12,8%) que o crescimento no número de consumidores (0,3%), o que indicia um crescimento no consumo energético *per capita*.

Da mesma forma, no caso industrial, o consumo por unidade registou um crescimento, visto que o aumento no consumo total apresenta uma taxa de variação bastante superior ao aumento no número de consumidores.

1.5.3. Infraestruturas de Comunicação

Tal como no caso anterior, pode-se considerar que o município do Sabugal não apresenta lacunas significativas a nível de infraestruturas de comunicação.

De acordo com os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, em 1999, era este o serviço prestado no concelho de Sabugal pela Portugal Telecom:

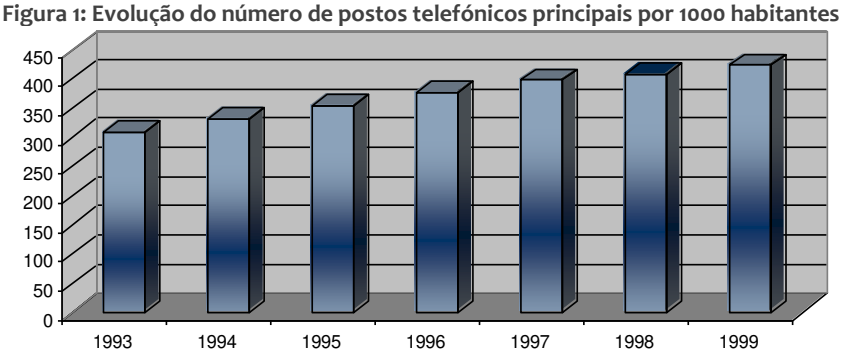
Quadro 10: Parques de Telefones e acessos RDIS da Portugal Telecom em 1999, no concelho do Sabugal

Postos telefónicos principais[4] (acessos)				Telefones per capita
Analógicos			Digitais	
Principais		Públicos		
Residenciais	Profissionais			
5267	892	121	132	0,42

Fonte: INE, Portugal em números

Ainda de acordo com os dados do INE, em 1999 o número de postos telefónicos principais por cada 1000 habitantes era de, aproximadamente, 424. Este número é ligeiramente superior à média nacional de 415 postos por 1000 habitantes (em 1999). Este valor, quando comparado com os números de 1993, em que o número de postos por 1000 habitantes era de cerca de 309, representa um aumento significativo, de cerca de 37%.

Figura 1: Evolução do número de postos telefónicos principais por 1000 habitantes



Fonte: INE, Portugal em números

Foram efetuados pedidos de informação às três operadoras móveis no sentido de conhecer o grau de cobertura de cada uma no concelho de Sabugal e de localizar as respetivas antenas. Todavia, não foi fornecida atempadamente a informação solicitada. Desta forma, os dados em falta serão integrados numa fase posterior, caso venham a ser fornecidos.

[4] Posto telefónico principal: linha telefónica que liga o equipamento terminal do assinante à rede pública e que possui acesso individualizado ao equipamento da Central Telefónica.

1.5.4. Infraestruturas Gasistas

O abastecimento de gás no concelho do Sabugal é, em regra, feito com recurso ao gás de botija. Nos casos de maior consumo, nomeadamente em urbanizações recentes e instituições públicas ou privadas de maior dimensão, recorre-se ao gás a granel (por intermédio de depósitos próprios).






RL 10 _ INFRAESTRUTURAS URBANAS






VOLUME 4 _ ESTUDOS SETORIAIS DE CARATERIZAÇÃO